



Universidade de Brasília – UnB
Departamento de Sociologia – SOL

Matheus Almeida Pereira Ribeiro

**PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO:
PERFIL E CONDICIONANTES DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE
SOCIÓLOGAS E SOCIÓLOGOS BRASILEIROS (1964-1985)**

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Barreira Tavoraro

Brasília - DF

Agosto, 2023

MATHEUS ALMEIDA PEREIRA RIBEIRO

**PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO:
PERFIL E CONDICIONANTES DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE
SOCIÓLOGAS E SOCIÓLOGOS BRASILEIROS (1964-1985)**

Tese de doutorado apresentada como requisito para obtenção do título de doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria
Tavolaro

Brasília - DF

Agosto, 2023

MATHEUS ALMEIDA PEREIRA RIBEIRO

**PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR E GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO:
PERFIL E CONDICIONANTES DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE
SOCIÓLOGAS E SOCIÓLOGOS BRASILEIROS (1964-1985)**

Tese de doutorado apresentada como requisito para obtenção do título de doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL) do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavolaro

Tese de Doutorado aprovada em: 28 de agosto de 2023

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sergio Barreira de Faria Tavolaro

Orientador – PPGSOL/UnB

Prof^a. Dr^a. Fernanda Sobral

Membro Titular – PPGSOL/UnB

Prof^a. Dr^a. Marcia Cristina Consolim

Membro Externo – EFLCH/UNIFESP

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia

Membro Externo – FGV/CPDOC

Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves

Membro Suplente – PPGSOL/UNB

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edvan e Margareth e à minha irmã Rebeca. Dedico essa tese em homenagem à história de nossa família, aos nossos antepassados, às nossas origens, às nossas lutas e aos nossos sonhos. Este é apenas mais um capítulo das conquistas que alcançamos juntos. O futuro seguirá nos presenteando.

Ao meu orientador Sérgio Tavolaro. Minha admiração por você cresceu profundamente durante esses anos de orientação. Sua gentileza, ética, honestidade e parceira me inspiram assim como seu comprometimento como professor. Obrigado por me garantir a tranquilidade e confiança necessárias para fazer esse trabalho.

Aos professores da Universidade Livre de Berlin, Sérgio Costa e Renata Campos Motta, que me orientaram durante o doutorado sanduíche. Agradeço pelos comentários e avaliação detida da minha pesquisa.

Ao professor Marcelo Rosa que me acompanhou durante toda a produção desta tese. Você tem sido um grande companheiro intelectual e amigo. Sou grato por toda presteza em me ajudar nos momentos de dúvida e dedicar seu tempo à leitura das várias fases deste trabalho. Que sigamos tendo muitas oportunidades de parceria acadêmica.

Aos professores UnB que me acompanharam mais detidamente durante a produção desta tese. Agradeço a Carlos Benedito, Fernanda Sobral, Fabrício Neves, Stefan Klein, Daniela Felix, Jacqueline Teixeira, Haydée Caruso, Marcelo Cigales e Tiago Ribeiro. Fui presenteado com mestres que em muito me inspiram e com amigos que dão cor à minha vida.

Aos companheiros do Projeto Memória da Sociologia na Universidade de Brasília, Dennis Gonçalves e João Antônio. Nosso trabalho em equipe me ensinou, durante esses anos, sobre paixão pela pesquisa e comprometimento institucional. Obrigado pelo privilégio de trabalhar e aprender com vocês,

A todos os amigos queridos que estiveram ao meu lado durante a escrita desta tese. Tiagão da Massa, Camila Gama, Gabizeira, Clara Wardi, Letícia Karine, Andresa Sena, Bruna Alencar, Gabriela Costa, Maysa Gonzaga, Ana Valéria, Ariel, Rodolfo Nóbrega, Antônio Barboni, Angelo Daré, Flávio Borges, Tiago Franco, Maitra de Biase, Bianca Freitas, Ludmila Condé, Gabriela Dourado, Sofia Campos, Marina Batista, Talles Raiony, Arthur Leôn, Alan Moreno, Yamana Nishikawa, Lucas Martins, Lucas Almeida, Lucas Ladeira, Arthurzinho, Cesar Aspiazu, Andreza Benila, Stephanie Burille, Petra Pantoja, Taynara Cândida, Polliana Machado, Eryka Galindo, Bruna Goiana, Larissa de Assumpção, João Pontes, Bruna Braz, Débora Machado, Paula Baltar, Yacine, Rodolfo Goiás, Carol Bertanha, Mateus Lôbo, Rodolfo Godoi, Gabrielle Andrade, Nathalia Adriele, Jean Michel, Natalino, Ivonir e Luís Galindo. Obrigado por, através de nossa amizade, permitir que o percurso desse trabalho tenha sido leve e alegre. Que a vida continue me presenteando com a companhia de todos vocês.

Se oriente, rapaz
Pela constelação do Cruzeiro do Sul
Se oriente, rapaz
Pela constatação de que a aranha
Vive do que tece
Vê se não se esquece
Pela simples razão de que tudo merece
Consideração

Considere, rapaz
A possibilidade de ir pro Japão
Num cargueiro do Lloyd lavando o porão
Pela curiosidade de ver
Onde o sol se esconde
Vê se compreende
Pela simples razão de que tudo depende
De determinação

Determine, rapaz
Onde vai ser seu curso de pós-graduação
Se oriente, rapaz
Pela rotação da Terra em torno do Sol
Sorridente, rapaz
Pela continuidade do sonho de Adão
(Oriente – Gilberto Gil, 1972)

RESUMO

A institucionalização das ciências sociais no Brasil, assim como em outras nações do Sul-Global, é atravessada diretamente por assimetrias de poder no campo do conhecimento. Esta tese de doutorado aproxima a história das ciências sociais ao problema da geopolítica do conhecimento, debruçando-se sobre uma dimensão central do processo formativo acadêmico: a realização de cursos de pós-graduação. Circunscrevendo a pesquisa sobre um período paradigmático para o fluxo acadêmico internacional na história brasileira, e observando uma disciplina em específico, esta empreitada responde a seguinte pergunta: em que medida as assimetrias globais que estruturam as relações de poder no campo do conhecimento conformaram o perfil e os condicionantes da circulação internacional de sociólogas e sociólogos brasileiros durante a ditadura militar? A investigação se baseou, primeiramente, em uma análise bibliográfica da literatura especializada em história das ciências sociais, examinando as condições de construção de instituições entre 1930 e 1960 e o desenvolvimento de estruturas de ciência, tecnologia e pós-graduação durante a ditadura militar. Em um segundo momento debruçou-se sobre o perfil dos fluxos internacionais ao exterior a partir da análise quantitativa de dados sobre sociólogos/as brasileiros que realizaram cursos de pós-graduação fora do país entre 1964 e 1985. Por fim, trabalhou-se com 15 entrevistas com sociólogos/as que fizeram sua formação no exterior, de modo a levantar os condicionantes que influenciaram essas experiências. Primeiramente, foi possível notar que as assimetrias globais no campo do conhecimento afetam diretamente a construção de instituições e projetos de pesquisa em ciências sociais no Brasil das décadas de 1930 e 1960. A articulação entre atores e instituições, nacionais e do exterior, atravessada por categorias como “ausência”, “singularidade” e “desenvolvimento”, sedimentou relações de dependência e periferação do campo intelectual nacional. O desenvolvimento do sistema de ciência, tecnologia e pós-graduação nacional sofreu influência direta dos Estados Unidos no intervalo de 1964 a 1975, e a busca do Estado nacional em promover maior autonomia científica e tecnológica a partir de 1975 não foi capaz de romper com laços de dependência ao nível institucional, resultando no aprofundamento da subordinação cultural e simbólica da comunidade científica brasileira para com instituições do Norte-Global. Na primeira metade do regime militar, o financiamento estrangeiro, de instituições alinhadas à política externa norte-americana, foi crucial para a realização de mestrados e doutorados no exterior, com destaque para os Estados Unidos. De 1975 a 1985 observa-se o fortalecimento das bolsas de agências nacionais, CAPES e CNPq, mantendo, contudo, padrões de fluxo unilaterais ao centro. Além disso, os temas de pesquisa dos/as pós-graduandos/as refletiam padrões periféricos de inserção acadêmica dos brasileiros na divisão global do trabalho intelectual, com predominância de estudos de casos nacionais e orientação a partir de teorias de modernização. Entre os condicionantes comuns que influenciaram as trajetórias de fluxo ao exterior estão: a falta de acesso local à pós-graduação; as relações de deferência às instituições, autores e produções intelectuais do Norte-Global; e papéis sociais associados às relações de gênero. Porém, as trajetórias situadas entre 1964 e 1975 possuem maior dependência de redes de contatos extrainstitucionais para acessar meios de financiamento, majoritariamente estrangeiros, ao passo que intelectuais que se formaram entre 1975 e 1985 foram influenciados pela maior solidez das agências nacionais, com menor impacto da repressão direta do Estado. A tese destaca a relevância da geopolítica do conhecimento nos estudos sobre a história das ciências sociais no Brasil, revelando como as assimetrias nas relações globais de poder moldaram o desenvolvimento do campo sociológico brasileiro.

Palavras-Chave: História das Ciências Sociais; Geopolítica do Conhecimento; Circulação Internacional; Intelectuais; Ditadura Militar

ABSTRACT

The institutionalization of social sciences in Brazil, as in other nations of the Global South, is directly influenced by power asymmetries in the field of knowledge. This doctoral thesis connects the history of social sciences to the issue of the geopolitics of knowledge, focusing on a central aspect of the academic formation process: the academic training in postgraduate courses. Narrowing the research down to a paradigmatic period for international academic exchange in Brazilian history and looking at a specific discipline, this undertaking answers the following question: to what extent did the global asymmetries that structure power relations in the field of knowledge shape the profile and determinants of the international circulation of Brazilian sociologists during the military dictatorship? The investigation was initially based on a bibliographic analysis of the specialized literature on the history of social sciences, examining the conditions for the establishment of institutions between 1930 and 1960 and the development of science, technology, and graduate program structures during the military dictatorship. In a second phase, it delved into the profile of international flows abroad through quantitative analysis of data on Brazilian sociologists who pursued graduate courses overseas between 1964 and 1985. Finally, it involved 15 interviews with sociologists who completed their education abroad, aiming to identify the factors that influenced these experiences. Firstly, it was evident that global asymmetries in the field of knowledge directly affected the construction of institutions and research projects in social sciences in Brazil during the 1930s and 1960s. The interplay between national and foreign actors and institutions, influenced by categories like "absence," "uniqueness," and "development," solidified relationships of dependence and marginalization in the national intellectual sphere. The development of the national science, technology, and graduate program system was directly influenced by the United States between 1964 and 1975, and the national government's efforts to promote greater scientific and technological autonomy from 1975 onwards failed to break institutional dependencies, resulting in the deepening of cultural and symbolic subordination of the Brazilian scientific community to Northern Global institutions. In the first half of the military regime, foreign funding from institutions aligned with U.S. foreign policy was crucial for pursuing master's and doctoral degrees abroad, with a strong emphasis on the United States. From 1975 to 1985, there was a strengthening of scholarships from national agencies, CAPES and CNPq, but unilateral flow patterns to the center persisted. Furthermore, the research topics of graduate students reflected peripheral patterns of Brazilian academic integration into the global division of intellectual labor, with a predominance of national case studies and guidance based on modernization theories. Common determinants influencing the trajectories of studying abroad included the lack of local access to graduate programs, deference to institutions, authors, and intellectual production from the Northern Global, and gender-related social roles. However, the trajectories between 1964 and 1975 were more dependent on extrainstitutional networks to access predominantly foreign funding, while intellectuals who graduated between 1975 and 1985 were influenced by the greater stability of national agencies, with less direct state repression. The thesis shows the importance of the geopolitics of knowledge in studies of the history of social sciences in Brazil, revealing how global power asymmetries have shaped the development of the Brazilian sociological field.

Keywords: History of Social Sciences; Geopolitics of Knowledge; International Circulation; Intellectuals; Military Dictatorship

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ABC - Academia Brasileira de Ciências

ABE - Associação Brasileira de Educação

ACBS - Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade

ALAS - Associação Latino-Americana de Sociologia

AID - Agência Interacional para o Desenvolvimento

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

APMLdoB - Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNE - Banco Nacional de Desenvolvimento

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CICS - Conselho Internacional de Ciências Sociais

CLAPCS - Centro Latino-Americano de Ciências Sociais

COBAE - Comissão Brasileira de Atividades Espaciais

COFECUB - Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil

CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

CRH/UFBA - Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia

CTAA - Comissão Técnica de Avaliação e de Acompanhamento

DAU - Departamento de Assuntos Universitários

DCS - Departamento de Ciências Sociais da Unesco

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DDIP - Divisão de Documentação e Informação Pedagógica

DOPS-MG - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais

EBAP - Escola Brasileira de Administração Pública

EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales

ELSP - Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESG - Escola Superior de Guerra

FAFIRE - Faculdade de Filosofia do Recife

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAPRGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FAFLCH-USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FAFIRE - Faculdade de Filosofia do Recife

FIME - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

I PND - I Plano Nacional de Desenvolvimento

I PNPG - I Plano Nacional de Pós-Graduação

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

II PNPG - II Plano Nacional de Pós-Graduação

IHEAL - Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine

IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho

IEDES - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

ILADES - Instituto Latino Americano de Doutrina e Estudos Sociais

IMA - Inquérito Policial Militar

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPM - Inquérito Policial Militar

IRFED - Institut de Recherches Et de Formation En Vue Du Developpement

ISA - International Sociological Association

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

ISSC - International Social Science Council

ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LSE - London School of Economics and Political Sciences

MAUSS - Movimento Anti-utilitarista das Ciências Sociais

MEC - Ministério da Educação

MIT - Massachusetts Institute of Technology

NAEA - Núcleo de Estudos Amazônicos

NORAD - Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Internacional

NORC - National Opinion Research Center

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PICD - Programa Institucional de Capacitação Docente

PIMES/UFPE - Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade de Pernambuco

PUC - Pontifícia Universidade Católica

PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PROTEC - Programa de Expansão do Ensino Tecnológico

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SDC - Superintendência de Desenvolvimento Científico

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SNI - Serviço Nacional de Informações

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFB - Universidade Federal da Bahia

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNAM - Universidade Nacional Autónoma do México

UNB - Universidade de Brasília

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNE - União Nacional dos Estudantes

UDF - Universidade do Distrito Federal

UB - Universidade do Brasil

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Síntese de Técnicas e Fontes de Pesquisa

TABELA 2 - Professores Estrangeiros na Missão Francesa na UDF (1935-1936)

TABELA 3 - País de Destino dos Estudantes de Ciências Sociais e Humanas financiados pela CAPES em Cursos de Pós Graduação no Exterior (1964-1974)

TABELA 4 - Universidades de Destino: França (1964-1985)

TABELA 5 - Universidade de Destino: Estados Unidos (1964-1985)

TABELA 6 - Universidade de Destino: Reino Unido (1964-1985)

TABELA 7 - Universidades Destino: México (1964-1985)

TABELA 8 - Universidades Destino: Alemanha (1964-1985)

TABELA 9 - Frequência Temática Geral: Mestrados e Doutorados de Sociólogos Brasileiros no Exterior - (1964-1985)

TABELA 10 - França: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)

TABELA 11 - França: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia Rural (1964-1985)

TABELA 12 - França: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia do Desenvolvimento (1964-1985)

TABELA 13 - França: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Política e Democracia (1964-1985)

TABELA 14 - França: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia Urbana (1964-1985)

TABELA 15 - Estados Unidos: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)

TABELA 16 - Estados Unidos: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Política e Democracia (1964-1985)

TABELA 17- Estados Unidos: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia do Desenvolvimento (1964-1985)

TABELA 18 - Estados Unidos: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia da Educação (1964-1985)

TABELA 19 - Reino Unido: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)

TABELA 20 - Reino Unido: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

TABELA 21 - México: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)

TABELA 22 - México: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

TABELA 23 - Alemanha: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)

TABELA 24 - Alemanha: Trabalhos de Pós-Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

TABELA 25 - Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior Analisados (1964-1975)

TABELA 26 - Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior Analisados (1975-1985)

TABELA 27 - Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior (1964-1985)

TABELA 28 – Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior (1964-1985)

TABELA 29 - Cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil (1940-1985)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Bolsas de Pós-Graduação no Exterior: CAPES (1952-1974)

GRÁFICO 2 - Bolsas de Pós-graduação no Exterior por Área: CAPES (1952-1974)

GRÁFICO 3 - Doações anuais em Dólares ao Brasil: Fundação Ford (1960-1985)

GRÁFICO 4 - Cursos de Pós-Graduação no Brasil (1976-1985)

GRÁFICO 5 - Cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas no Brasil (1974-1985)

GRÁFICO 6 - Bolsas de Pós-Graduação no Exterior CNPq: Total x Ciências Sociais e Humanas (1964-1985)

GRÁFICO 7 - Bolsas CAPES no Exterior: Geral x Ciências Sociais e Humanas (1964-1985).

GRÁFICO 8 - Bolsas Capes de Pós-Graduação no Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 9 - Bolsas CAPES de Ciências Sociais e Humanas em Pós-Graduação no Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 10 - Bolsas CAPES no Exterior: Geral x Ciências Sociais e Humanas (1975-1985)

GRÁFICO 11 - Sociólogos Ingressantes em Mestrado e Doutorado: Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 12 - Sociólogos ingressantes em Mestrado: Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 13 - Sociólogos ingressantes em Doutorado: Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 14 - Sociólogos ingressantes em Pós-Doutorado: Brasil x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 15 - Sociólogos ingressantes em Pós-Graduação no Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 16 - Número acumulado de cursos de Mestrado e Doutorado em ciências sociais no Brasil (1964-1985)

GRÁFICO 17 - Criação de novos cursos de Mestrado e Doutorado em ciências sociais no Brasil (1964-1985)

GRÁFICO 18 - Número acumulado de cursos de Mestrado e Doutorado em ciências sociais no Brasil por Região (1964-1985)

GRÁFICO 19 - Sociólogos em Pós Graduação com Bolsa: Nacional x Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 20 - Sociólogos em Pós Graduação no Exterior: Com Bolsa x Sem Bolsa (1964-1985)

GRÁFICO 21 - 12 Principais Fontes de Financiamento de Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 22 - Fontes de Financiamento de Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 23 - 7 Principais Países de Destino em Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)

GRÁFICO 24 - Região de Destino em Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior: (1964-1985)

GRÁFICO 25 - Frequência Temática de trabalhos de pós-Graduação de Sociólogos em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

GRÁFICO 26 - Percentual de Temática de trabalhos de pós-Graduação de Sociólogos em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação no Exterior por país (1964-1985)

FIGURA 2 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação na França (1964-1985)

FIGURA 3 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação nos Estados Unidos (1964-1985)

FIGURA 4 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação Reino Unido (1964-1985)

FIGURA 5 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação no México (1964-1985)

FIGURA 6 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação na Alemanha (1964-1985)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	20
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	32
PARTE I – AS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O EXTERIOR: ANTECEDENTES HISTÓRICO-INTITUCIONAIS (1930-1964)	41
CAPÍTULO 1 - A INFLUÊNCIA FRANCESA	44
1.1 A Missão Francesa na Universidade de São Paulo	47
1.1.2 Os Paulistas, Os Franceses, a Universidade e o Brasil	52
1.1.3 Viagem ao Brasil: Os Franceses e as representações do “Novo Mundo”. ..	56
1.1.4 Nasce a Universidade Afrancesada: Revolução, Autonomia e Anticomunismo	60
1.1.5 Autoritarismo, Anticomunismo e Ingerência do Estado	61
1.1.6 Síntese Analítica	64
1.2 Os Franceses no Rio de Janeiro – Uma Construção Interrompida	69
1.2.1 UDF: Construção Institucional Anterior e os Intelectuais Reformadores. ..	70
1.2.2 Anísio Teixeira, a criação da UDF e o Recrutamento no Exterior	71
1.2.3 Faculdade Nacional de Filosofia: A Outra via	76
1.2.4 Síntese Analítica	81
CAPÍTULO 2 – OUTRAS VIAS: OS NORTE-AMERICANOS E A UNESCO ..	85
2.1 A Influência Norte-Americana	85
2.1.1 O Contexto Estadunidense: 30’s aos 40’s	85
2.1.2 A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Sociologia Norte- Americana	88
2.1.2.1 A escola e o IDORT.....	91
2.1.2.2 Donald Pierson e a Sociologia Profissional	93
2.1.2.3 Síntese Analítica	96
2.1.3 Estrangeiros na Bahia: Um lócus de pesquisa em meio a convergências de múltiplos interesses	99
2.1.3.1 O projeto Columbia – Anísio Teixeira e Charles Wagley	101
2.1.3.2 Síntese Analítica.....	104
2.2 A Unesco e as Ciências Sociais no Brasil e no Mundo	106
2.2.1 A Unesco e a pesquisa sobre relações raciais no Brasil	107
2.2.1.1 Síntese Analítica	115
2.2.2 A Unesco e a construção de instituições	117
2.2.2.1 O CBPE no Rio de Janeiro	117

2.2.2.2 A promoção de um campo internacional de cientista sociais ..	120
2.2.2.3 Disputas internas na Unesco e criação do CLAPCS e FLACSO	124
2.2.2.4 Síntese Analítica	128
PARTE I – AUSÊNCIAS, SINGULARIDADES E DESENVOLVIMENTO	131
PARTE II – 1964-1985: INSTITUIÇÕES E O PERFIL DO FLUXO INTERNACIONAL	136
CAPÍTULO 3 – CONSTRUINDO INSTITUIÇÕES: OTIMISMO, CRISE, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO	137
3.1 Otimismo: Pós II Guerra, autonomia, construção de instituições.....	137
3.2 Crise: Golpe de 1964, e transformações institucionais	143
3.2.1 Choque recessivo	143
3.2.2 Ebulição social e Ensino Superior	146
3.2.3 As agências sob a primeira fase do Golpe	154
3.3 Expansão: Fortalecimento institucional e milagre econômico	168
3.3.1 A CAPES, o Nordeste e a França: A criação do CAPES-COFECUB .	180
3.4 Consolidação: Avaliação, qualidade e redemocratização	184
3.5 Síntese Analítica	189
CAPÍTULO 4 – O PERFIL DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIÓLOGOS BRASILEIROS (1964-1985)	195
4.1 Sociólogos no Exterior e a Institucionalização da Pós-Graduação no Brasil	196
4.2 Expansão Institucional e Acesso a Bolsas	204
4.3 Países de Destino	210
4.4 Instituições de Destino e Distribuição Regional	214
4.5 Perfil Temático dos Trabalhos de Pós-Graduação	221
4.5.1 França	225
4.5.2 Estados Unidos	230
4.5.3 Reino-Unido	233
4.5.4 México	234
4.5.5 Alemanha	236
4.6 Síntese Analítica	239
PARTE III – 1964-1985: ATORES E CONDICIONANTES DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL	244
CAPÍTULO 5 – TRAJETÓRIAS (1964-1975)	245

5.1 Gláucio Soares.....	247
5.2 Simon Schwartzman.....	257
5.3 Elisa Reis.....	267
5.4 Silke Weber.....	275
5.6 Aspásia Camargo.....	281
5.7 Renato Ortiz.....	291
5.8 Dimas Floriani.....	301
5.9 Glaucia Villas Boas.....	311
5.10 Clarissa Eckert.....	320
5.11 Síntese Analítica.....	331
CAPÍTULO 6 – TRAJETÓRIAS (1976-1985)	342
6.1 Edna Castro	344
6.2 Paulo Henrique Albuquerque	359
6.3 Maria Stella Grossi Porto	368
6.4 Josefa Salete	378
6.5 Carlos Benedito Martins	388
6.6 Anete Brito	399
6.7 Síntese Analítica	410
CONCLUSÕES	417
FONTES E DOCUMENTOS	424
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	425
APÊNDICE	436

INTRODUÇÃO

As ciências sociais têm passado por grandes transformações nas últimas décadas. Contribuições intelectuais emergentes têm pontuado a necessidade de a pesquisa social se atentar às consequências do processo colonial sobre as assimetrias na produção e circulação de conhecimento. Um conjunto de preocupações apresentadas por autores das correntes pós-coloniais e decoloniais orientou a construção do objeto desta pesquisa, permitindo que o pesquisador partisse de reflexões mais gerais sobre o papel do colonialismo na construção de desigualdades de poder no campo do saber, até circunscrever um problema de pesquisa específico, detido ao caso nacional. Esta tese dialoga com preocupações aventadas nestas abordagens, analisando de modo detido a circulação internacional de sociólogos/as brasileiros em interface com contribuições no campo da geopolítica do conhecimento.

De antemão, é fundamental ressaltar que o debate sobre a geopolítica do conhecimento se constituiu historicamente a partir de uma diversidade de problemas e chaves de interpretação. À medida que uma multiplicidade discursos alternativos se apresenta, ela se faz em concomitância à heterogeneidade de pressupostos teórico-epistemológicos (ALATAS, 2010). Uma das principais formas de intervenção intelectual que tem destacado o colonialismo enquanto fenômeno incontornável à compreensão das hierarquias no campo das ideias é aquela que conjuga os chamados estudos pós-coloniais. Apesar da multiplicidade que caracteriza este campo de intervenções, como afirma Mbembe (2008), os autores desta tradição caracterizam-se, principalmente, por dar tônica ao colonialismo enquanto força motriz da criação das chamadas sociedades modernas. Além disso, tais contribuições têm pontuado o legado da experiência colonial às estruturas que conformam tais sociedades e a necessidade de subversão das hierarquias sociais de formas de pensamento que condicionam a permanência da mentalidade colonial no mundo contemporâneo (GO, 2016).

Franz Fanon, W. E. B. Du Bois, Aimé Cézaire e Amílcar Cabral são alguns dos autores enquadrados naquilo que pode ser chamado de primeira onda do pensamento pós-colonial. Singulariza a produção desses intelectuais o fato de terem participado ativamente da luta anticolonial, no sentido de que lidaram diretamente, com a única exceção de Du Bois, com os engajamentos pela libertação de seus países do jugo das metrópoles. Contudo, estes pensadores não apenas apontaram para a necessidade de ruptura com a dominação colonial, como trataram intelectualmente de explicar e dar sentido a esta ordem, detendo-se sobre temas como a experiência dos sujeitos colonizados e os aspectos culturais e epistêmicos do imperialismo. Nestes trabalhos, como expresso em Fanon (2008) e Du Bois (1999), desvela-se a relação entre

a violência e subjugação colonial a partir da racialização do Outro. O racismo é caracterizado como fenômeno impeditivo a relações equânimes de comunicação e troca, seja no que diz respeito às ideias ou mesmo ao florescimento do afeto. Além disso, estes trabalhos foram capazes de levantar questionamentos sobre a formação da identidade de colonizadores e colonizados a partir do discurso de legitimação da exploração colonial e a relação entre a justificação desta ordem e os princípios que caracterizariam a modernidade - entre eles o próprio universalismo e humanismo iluminista (GO, 2016).

Tais contribuições destacaram a construção do social no interior do colonialismo, agregando insumos à compreensão de como a intervenção colonial, a partir do encapsulamento dos sujeitos colonizados em identidades desumanizadas, impedia o que Franz Fanon chamou de “uma autêntica comunicação” entre seres humanos (FANON, 2008, p. 191). Nesse sentido, essas obras destacam como o rebaixamento moral e intelectual do Outro, constitutivo da ordem colonial, sedimentou uma clivagem entre seres humanos que não permitia aos sujeitos colonizados terem suas vozes tomadas enquanto dignas de serem ouvidas por aqueles que detinham poder, seja no ambiente das metrópoles, seja no interior dos próprios estados nacionais pós-coloniais que emergiram entre os séculos XIX e XX.

Enquanto a primeira onda de autores pós-coloniais forjou sua crítica, em grande medida, a partir da experiência de libertação do colonialismo, a segunda a fez após o fim da era colonial, e através de estruturas internas ao próprio ambiente acadêmico. Este segundo agrupamento de autores, teve no grupo dos Estudos Subalternos suas primeiras contribuições sistemáticas. Influenciados pela historiografia de Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, engajada em narrar a “história vista de baixo”, autores como Guha (1988) e Chakrabarty (1993) tencionaram a forma como intelectuais do império britânico descreviam a história da Índia. Segundo os membros daquilo que foi denominado “Grupo dos Estudos Subalternos”, a tradução intelectual britânica narrou as experiências sociais de países colonizados aos moldes da própria relação de exploração colonial, tomando a história inglesa enquanto modelo a ser seguido na direção ao desenvolvimento das instituições modernas, ao priorizar a agência de categorias sociais como burguesia, proletariado e Estado nacional em suas interpretações. A tradição dos Estudos Subalternos se voltou criticamente frente a este quadro, em vista de destacar a necessidade de se expressar a agência de grupos negligenciados pelas narrativas dominantes, como o campesinato e toda a sorte de coletivos subalternos que estariam fora seja da historiografia do império, seja da leitura feita pelas elites nacionais.

Na esteira desses tensionamentos à narrativa do império britânico sobre a história e cultura dos povos por ele colonizados, o trabalho de Said (1978) marca a segunda onda de crítica pós-colonial. Para o autor, a tradição orientalista britânica performou o “Oriente” enquanto um “Outro” do “Ocidente”, associando aquele à negação dos valores que caracterizariam a “triumfante” modernidade europeia. Esse trabalho, juntamente com a produção de Chakrabarty (1993), trouxe a ideia de uma “linha de divisão” no campo do discurso que marcou a reflexão do Império sobre o Oriente, de forma a estabelecer o Ocidente, e aqueles que o habitam, enquanto detentores naturais de propriedades como razão, temperança, equilíbrio, razoabilidade e empreendedorismo, e relegando aos naturais do Oriente a irracionalidade, desequilíbrio e a preguiça. Observa-se, nesse sentido, que assim como os autores da chamada primeira onda pós-colonial, mas agora em um novo contexto histórico e a partir de instituições acadêmicas, os autores da segunda onda também trazem o questionamento da forma como a produção de conhecimento no mundo colonizado, e os próprios agentes sociais advindos destes espaços, mantinha-se subalternizada no tocante à sua relevância ontológica. A linha de divisão entre mundo moderno e o resto da humanidade era conseqüentemente uma linha que separava e classificava a produção intelectual do Ocidente e Oriente, respectivamente, enquanto o relevante/irrelevante.

Influenciado pelo grupo dos Estudos Subalternos e a partir da interlocução entre intelectuais latino-americanos radicados em universidades americanas, formou-se o “Grupo Modernidade/Colonialidade” também conhecido como corrente decolonial. Os trabalhos desse grupo se tornaram famosos em autores como Quijano (2000), Walsh (2012), Maldonado-Torres (2008), Grosfoguel (2008) e Mignolo (2012). Estes expressam que a experiência colonial produziu um sistema de hierarquias historicamente permanentes nas sociedades latino-americanas, mantendo um sistema de exploração econômica direta que, depois de seu fim, viria a estabelecer-se enquanto estrutura modelar dessas mesmas sociedades (BALLESTRIN, 2013). Ao produto deste sistema de hierarquias impostas às sociedades latino-americanas os autores dão o nome de colonialidade, a qual teria impactos em campos diversos como o poder, o saber e o ser.

A contribuição dos autores da corrente decolonial toca diretamente a questão do conhecimento e as assimetrias que a ofensiva colonial inaugura visando sua legitimação simbólica. Neste âmbito o conceito de colonialidade do saber é bastante exemplar (LANDER, 2005). Este foi elemento germinal para a sedimentação de uma clivagem no campo do conhecimento que relegou aos povos latino-americanos a representação enquanto incultos e

incapazes de produzir saber relevante frente ao imaginário europeu e das próprias elites nacionais. Desse modo, a colonialidade do saber emerge como parte da chave interpretativa da experiência do epistemicídio das populações nativas latino-americanas durante o período colonial. O diagnóstico dialoga diretamente com as contribuições da primeira e segunda ondas do pensamento pós-colonial, ao destacar o modo como o colonialismo se fundamentou na negação de existência e da intelectualidade dos sujeitos colonizados. Contudo, os estudos decoloniais deslocam o centro analítico para o colonialismo experienciado a partir da América Latina. A noção de “pensamento abissal” de Santos (2007), encontra paralelos diretos com a tradição decolonial posto que expressa e unifica, em linhas gerais, os fundamentos até aqui apresentados. A reflexão ocidental moderna teria sido fundada a partir da negação de qualquer tipo de conhecimentos outros que estivessem fora do contexto europeu, em direção a criação de um abismo entre a ciência europeia - única forma relevante de saber - e todas as outras modalidades - relegadas à condição de especulação mística, religiosa ou irracional.

A interseção entre o processo colonial e o campo do conhecimento também foi alvo de reflexão de autores que, nas últimas décadas, têm discutido o conceito de divisão global do trabalho intelectual. Segundo os trabalhos de Hountondji (1997) e Alatas (2003) e Connell (2020), a partir do colonialismo se fundou um sistema de divisão de tarefas no âmbito da produção intelectual que definia os países colonizados enquanto meros espaços de coleta de dados a serem processados, analisados e teorizados em instituições das metrópoles. Esse processo se desenvolveu primeiramente, ainda sob a égide colonial, a partir do controle de escolas, instituições universitárias, editoras e revistas, passando, com o fim do colonialismo formal, a se exercer de forma indireta, principalmente no campo simbólico. Consequentemente teria se circunscrito aos intelectuais do Sul-Global¹ a uma posição de menor status no campo do conhecimento, ao passo que cientistas do Norte passaram a ser tomados enquanto portadores legítimos das reflexões de maior status no campo, mais especificamente a elaboração teórica. Aos pensadores do Sul restaria o trabalho de coleta de dados e produção de estudos localizados.

¹ A dicotomia Sul-Norte global, tem sido utilizada em trabalhos como os de Santos (2007), Comaroff (2012), Connell (2020) e Rosa (2014) e mantém sentido paralelo ao de classificações como periferia-centro ou primeiro e terceiro mundo. Entende-se por Norte as regiões do mundo, em sua maioria localizadas no eixo Euro-Atlântico (KEIM, 2008a), que historicamente ocuparam, e ocupam, posições de poder no sistema-mundo capitalista, as quais, em sua maioria, possuíam os status de metrópoles coloniais entre os séculos XV e XX. Destacam-se nações como Reino Unido, França, Holanda, Alemanha, e Estados Unidos. Neste sentido, a noção de Sul Global utilizada aqui carrega o mesmo significado que o termo “periferia” utilizado por Maia (2011). Entende-se por Sul Global, assim como periferia global, as “regiões do mundo localizadas fora do eixo do Atlântico Norte e que se constituíram de forma subordinada na divisão internacional do sistema-mundo capitalista. Em sua maioria essas regiões foram objeto de processos colonizadores europeus a partir do século XV” (MAIA, 2011, p. 72).

As assimetrias de poder no campo do conhecimento também produziram efeitos psicossociológicos sobre os intelectuais e cientistas posicionados nas regiões do Sul Global. Esse processo foi teorizado por S. H. Alatas (2000) sob o conceito de “mentalidade cativa”, e por Hountondji (1997) a partir da noção de “pensamento extrovertido”, elaborações que tencionam o modo como a edificação de tal sistema condicionou os pensadores da periferia à dificuldade de acreditar em seu potencial criativo no campo da produção intelectual. Em ambos os autores, fica evidente a descrição de um complexo de inferioridade arraigado nos intelectuais dos países do Sul Global, o que os impede de gerar reflexões teóricas ou se engajar em debates que desafiem as concepções consagradas por acadêmicos do Norte-Global. Por consequência, intelectuais periféricos passariam a adotar passivamente agendas de pesquisa, ideias e métodos provenientes do centro, além de subestimar suas próprias capacidades criativas no campo intelectual. Essas reflexões encontram consonância com conceituações de autores brasileiros como Guerreiro Ramos (1996), que sempre se posicionou em oposição ao que entendia como uma apropriação irrefletida, no contexto nacional, de uma “sociologia enlatada” advinda do exterior, ou mesmo, ainda no ano de 1905, a crítica de Manoel Bomfim (2008) sobre a “cultura livresca” dos bacharéis brasileiros que se utilizavam de conceitos estrangeiros que não se adaptavam à realidade nacional.

Esse corpo de contribuições no campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais expressa, conseqüentemente, o modo como o processo colonial engendrou relações desiguais no campo do conhecimento, passando desde a imposição de mecanismos de dependência acadêmica, até a estruturação de formas mais profundas de subalternização. Com efeito, os estudos em tela apresentam dimensões de caráter ontológico que definem corpos e espaços de enunciação legítima do conhecimento. Esses apontamentos são extremamente profícuos em destacar a impossibilidade de se compreender a produção e circulação de conhecimento na contemporaneidade sem tratar com atenção as dimensões da colonialidade que definem a geopolítica científica global.

Discussões como as citadas, ao tensionarem criticamente a imbricação entre a produção de conhecimento e o colonialismo, têm impactado diretamente a agenda das ciências sociais. Experiências como o projeto encabeçado por Immanuel Wallerstein *Open the Social Sciences* que deu origem ao Relatório da *Comissão Gulbenkian*, buscaram justamente propor uma reestruturação da disciplina que auxiliasse na quebra com o eurocentrismo e no arrefecimento das desigualdades geopolíticas manifestas na produção do conhecimento (WALLERSTEIN; PRIGOGINE, 1996). A International Sociological Association (ISA) também tem promovido,

desde muito cedo, espaços de reflexão sobre a necessidade de abrir a sociologia e promover um projeto deste campo da ciência de forma verdadeiramente global (PLATT, 1998). Esse interesse em garantir um debate plural, no sentido das tradições culturais e históricas nas quais a sociologia está enraizada, também encontrou eco nas reflexões promovidas pela Associação sobre as sociologias indígenas. A interlocução entre Akiwowo (1986) e Lawuyi e Taiwo (1990), atualizada pelas contribuições de Adesina (2002), permitiu a emergência de um sólido meio de subversão do caráter eurocentrado da produção sociológica, a partir da tentativa por descentrar as reflexões teóricas e provincianas do centro, a partir das tradições orais da poesia indígena yorubá. Esse debate tem se mostrado extremamente rico e atualizado com contribuições recentes que tencionam temas como o gênero (OYĚWÙMÍ, 2021) e ontologias do social (ROSA, 2019).

Na última década, uma série de autores tem realizado pesquisas que expressam a desigualdade na produção e circulação de conhecimento nas ciências sociais em escala global. Heilbon, Sorá e Boucourt (2018) destacam a baixa penetração da produção intelectual do Sul Global em revistas internacionais, posto que 50% dos artigos registrados no *Social Science Citation Index* seriam oriundos da América do Norte, e 40% vem da Europa. Em consonância com esse cenário está o fato de que aproximadamente dois terços das publicações mundiais na área de ciências sociais teriam sido produzidas por Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Holanda (MOSBAH-NATANSON; GINGRAS, 2014). Contudo, é importante ressaltar que trabalhos como os de Keim (2008b) e Nóbrega (2018) têm alertado para os limites da utilização de bases de dados bibliométricos para o estudo da produção internacional das ciências sociais. Segundo esses pesquisadores, a utilização de bases como a *Social Science Citation Index*, FRANCIS, e *Social Abstracts*, acaba por incorrer em erros de mensuração já que a escolha das revistas que compõem esses bancos bibliométricos é baseada em critérios de impacto e seletividade definidos pelos próprios produtores das mesmas. Isso se reflete na baixíssima presença de revistas de países latino-americanos e do continente africano nessas bases, o que significa que ao passo que as bases de dados bibliométricos funcionam como indicadores da marginalidade do Sul Global, nas publicações internacionais de ciências sociais, eles também operam enquanto instrumentos da própria marginalização da produção destes países (BEIGEL, 2014; KEIM, 2008b).

Em relação à circulação de livros traduzidos, observa-se que esta ocorre mais do Norte para o Sul, do que do Sul para o Norte. Segundo Sapiro (2018), os intelectuais de nações periféricas encontram claras dificuldades de terem seus trabalhos aceitos para publicação em

editoras internacionais, processo que estaria relacionado à dificuldade em se articular com redes de contato envoltas no processo de publicação, possibilidade de financiamento, ausência de demanda do público leitor e descrédito das editoras pelos autores. Mais do que isso, quando se observa a circulação de teoria social, as desigualdades se fazem ainda mais patentes, expressão da drástica divisão global do trabalho intelectual pela baixíssima presença de artigos de intelectuais do Sul Global nas revistas de teoria social com maior número de citações no campo. Isso se segue pela hegemonia no número de publicações e composição de comitês editoriais de países do eixo euro-americano, na ausência de crescimento em número de publicações de regiões do Sul nos últimos anos e pela tendência a intelectuais latino-americanos, africanos e asiáticos, em apenas realizarem estudos de caso sobre seus países ou regiões de origem (RIBEIRO, 2021, 2018). Esses periódicos, que mantêm suas bases, majoritariamente, em instituições Norte-Americanas e da Europa Ocidental tem passado a se configurar como centros de “chancelamento” do que é a boa ciência, conforme imposição de uma estrutura de centro e periferia onde revistas do eixo Euro-Americano² passam a ser entendidas enquanto *locus* da boa ciência e aquelas de países periféricos são tomadas como espaços de administração da irrelevância intelectual (NEVES, 2020a, 2020b, 2022).

A posição do Brasil em meio às assimetrias do campo acadêmico global também tem sido alvo de questionamento e investigação. Lynch (2013) problematizou o modo como a produção intelectual nacional foi agrupada sob a denominação de “pensamento social” ao invés de “teoria social”. Segundo o autor, o papel da formação intelectual das elites brasileiras teria sido fundamental para esse quadro, pois, ao passo que estas incorporaram a intelectualidade de determinadas tradições europeias, em diferentes momentos da nossa história, o fizeram sempre de forma a narrar o conhecimento produzido em solo nacional enquanto objeto de menor valor frente ao que era feito em países como França, Alemanha e Inglaterra. Esse processo foi marcado diretamente pela imposição de uma separação entre a natureza do conhecimento produzido aqui e aquele das metrópoles europeias, de modo que a teoria política estrangeira seria a fonte dos grandes questionamentos abstratos e generalistas capazes de pensar o humano e as instituições políticas, enquanto o pensamento político nacional oscilaria entre uma reflexão estranha ao meio ou deformação das matrizes teóricas europeias.

² Como aponta Rosa (2014), a noção de “Euro-América” é utilizada por autores como Law (2004), Comaroff e Comaroff (2012) e Anzaldúa (2004). O termo circunscreve-se em uma tentativa de situar o Norte global para além de países da Europa, agregando os Estados Unidos da América como um novo centro da produção de conhecimento e da própria geopolítica mundial.

Para além disso, uma série de outros indicadores têm sido utilizados para destacar a marginalidade do país nos debates globais, como a baixa quantidade de publicações internacionais, dificuldade dos autores em serem citados em artigos ou livros estrangeiros, falta de interesse em tensionar pressupostas teorias e conceitos consagrados, e a tendência a reproduzir reflexões teóricas de acadêmicos consagrados no Norte Global. Esse ponto expressa uma preocupação apresentada por vários autores que têm discutido as relações de dependência acadêmica das ciências sociais brasileiras para com a produção intelectual europeia e estadunidense. O estudo de Rosa e Ribeiro (2021), ao analisar as publicações na área de teoria social em revistas de ciências sociais brasileiras de 2010 a 2019, aponta que os trabalhos no campo nacional majoritariamente se debruçariam sobre revisões de premissas teóricas de autores de países como Estados Unidos, França, Inglaterra, dado que 81% das produções de brasileiros nesses periódicos se restringem a comentários e aplicação de teorias do exterior. Esses autores se aproximam das reflexões de Costa (2010) ao apontarem a baixa quantidade de trabalhos nas ciências sociais brasileiras orientados a interferir diretamente nos debates teóricos da disciplina. Ambas as pesquisas apresentam dados que nos remontam a ideia de “extroversão intelectual” cunhada por Hountondji (1990), ao afirmar que entre os principais autores citados por brasileiros estão: Pierre Bourdieu, Max Weber, Habermas, Niklas Luhmann, Michel Foucault, Axel Honneth e outros. Tais dados podem ser confirmados por informações recentes coletadas de revistas nacionais baseadas no *Scielo*, durante o intervalo de 2007 a 2017, pelo projeto Citas do Observatório de Ciências Sociais do IESP/IUPERJ³. A periferização interna à própria sociologia nacional pode ser vista também a partir de quem é citado nas teses de autores brasileiros e o que é lido pelos intelectuais do país. Existiria, entre as bibliografias com as quais os autores nacionais dialogam, um domínio majoritário de intelectuais estrangeiros, consagrados nos grandes centros do campo, de modo que entre os 10 autores mais citados em teses brasileiras 70% seriam franceses e alemães⁴ (VIANNA et al., 1998).

³ <http://ocs.iesp.uerj.br/>

⁴ Todavia, vale citar que iniciativas como as de Maia (2009) e Tavolaro (2017), têm surgido com o interesse na subversão deste quadro nacional de extroversão teórica. Maia (2009) tem buscado extrair, a partir dos estudos de pensamento social brasileiro, ferramentas teóricas que seriam relevantes a um campo mais amplo da sociologia global. Este, defende a articulação entre os estudos de pensamento social brasileiro e correntes que têm criticado o eurocentrismo e defendido o desenvolvimento de discursos alternativos posicionados no Sul Global. Essa forma de associação teórica permitiria inserir a história do pensamento brasileiro em uma história transnacional do pensamento periférico, que extrapolaria o contexto dos estados nacionais (MAIA, 2011). Já no trabalho de Tavolaro (2017) apresenta-se como a obra de alguns autores clássicos do pensamento social brasileiro poderia ser compreendida enquanto fonte frutífera de tensionamento conceitual às concepções hegemônicas de modernidade, abrindo caminho para compreensões alternativas deste conceito e mesmo da própria dimensão contra-hegemônica que as obras nacionais podem vir a ter.

Para compreender estes laços de dependência acadêmica entre as ciências sociais brasileiras e as produções intelectuais europeias e norte-americanas é central destacar o processo histórico de institucionalização do próprio campo no país. A literatura sobre história das ciências sociais no Brasil discorre principalmente sobre o papel das matrizes francesas e estadunidenses sobre a formação das primeiras instituições da área no Brasil. Seja na fundação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), ou da Universidade do Distrito Federal (UDF) e Universidade do Brasil (UB), no Rio de Janeiro, com profunda influência francesa, ou no papel norte-americano sobre a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), essas produções apresentam várias pistas para compreender como a sociologia brasileira construiu laços bastante fortes com países do eixo Euro-Americano (LIEDKE, 2005; MICELI, 1989).

Contudo, as contribuições no campo da história das ciências sociais brasileiras pouco têm dialogado com o debate da geopolítica do conhecimento. Como destacado pelas contribuições pós-coloniais e decoloniais recuperadas no início desta introdução, a história do desenvolvimento e institucionalização das Universidades e produção intelectual em países do Sul Global, como o Brasil, é atravessada diretamente pela natureza geopolítica que estrutura as relações de poder campo do conhecimento. Isso significa que tais processos não ocorrem necessariamente a partir de trocas equânimes entre atores com posições iguais no campo do conhecimento. Pelo contrário, as assimetrias na produção, circulação e institucionalização do conhecimento, sempre condicionaram o processo de influência entre as ciências sociais Euro-Americanas e aquelas posicionadas no Sul Global.

A produção nacional tem feito contribuições de relevo nas últimas décadas. Dentre elas observamos: análise das condições sociais de emergência das ciências sociais no Brasil (MICELI, 1989); as origens sociais de intelectuais e sua influência sobre trajetórias no campo acadêmico e cultural (JACKSON; BLANCO, 2014; MICELI, 2001); os desafios para a autonomia intelectual frente à ingerência do Estado (ALMEIDA, 1989; OLIVEIRA, 1995); o papel da articulação entre agentes do Estado e intelectuais na edificação de projetos universitários (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984); as articulações histórico-sociais envolvidas na construção das primeiras instituições da área (CARDOSO, [s.d.]; LIMONGI, 1989a); a recepção e disseminação da produção de autores estrangeiros em solo nacional (CAMARGO, 2014; ORTIZ, 2013); a reconstrução do desenvolvimento de determinadas instituições (ARRUDA, 2001; PULICI, 2008). Apesar da inegável qualidade desses trabalhos em escrutinar o universo de questões que envolvem a história da

institucionalização do campo das ciências sociais no Brasil, ainda são escassas as discussões que realcem com tons mais profundos as assimetrias globais que influenciam o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras. Ademais, poucos trabalhos discutem as expressões da colonialidade (QUIJANO, 2000) no engendrar da trama histórica do campo acadêmico nacional e a reprodução de laços de dependência acadêmica (ALATAS, 2003).

Destarte, esta tese é orientada justamente pelo interesse em aproximar a história das ciências sociais no Brasil e o debate a respeito da geopolítica do conhecimento. Para fazê-lo, o pesquisador se arvorou na delimitação de um objeto de pesquisa capaz de responder a esse anseio. A hegemonia da teoria Euro-Americana sobre o campo das ciências sociais brasileiras tem ensejado críticas diversas, majoritariamente interessadas em romper com laços de dominação no âmbito intelectual e cultural, além de promover uma produção nacional menos extrovertida (BRINGEL; DOMINGUES, 2015; MAIA, 2014; MIGLIEVICH-RIBEIRO; ROMERA, 2018; ROSA; RIBEIRO, 2021; RIBEIRO, 2023). Conectado a essas preocupações, este trabalho orienta seu foco investigativo a um momento central da trajetória intelectual de cientistas sociais brasileiros: a realização de cursos de pós-graduação. Como se sabe, o treinamento em nível de mestrado e doutorado representa um estágio extremamente relevante para a formação da identidade intelectual, definindo a entrada definitiva no campo científico e circunscrevendo temáticas de investigação que podem ter impactos permanentes no transcurso da vida profissional. A formação pós-graduada no exterior é um elemento que expressa, principalmente na experiência acadêmica de pesquisadores do Sul Global, as relações de dependência acadêmica em que estes países estão engendrados, processo que se explica, em alguns casos, pela ausência de corpo institucional suficiente em incorporar a demanda estudantil local, ou mesmo por questões que envolvem acesso a financiamento, prestígio de instituições das metrópoles, busca por capital acadêmico e outros. Isso posto, esta tese se orienta diretamente a entender os condicionantes envolvidos no processo de circulação internacional em nível de pós-graduação a partir do caso brasileiro.

Para melhor delimitar o campo acadêmico de estudo e o período a ser analisado, este trabalho se orientou por algumas escolhas. Decidiu-se por examinar a circulação internacional em nível de pós-graduação de sociólogos/as brasileiros. Essa decisão visou circunscrever a uma comunidade acadêmica específica a análise que se insere no interior de um debate mais amplo sobre a história das ciências sociais nacionais. Ademais, baseou-se no pressuposto de que estudar esse caso em específico, permitiria considerações mais profundas sobre um dos ramos do desenvolvimento da academia no Brasil. Além dessas definições sobre a área a ser estudada,

também foi realizado um recorte temporal. Um período bastante profícuo para estudar o fenômeno da circulação internacional de intelectuais brasileiros é relativo à vigência da ditadura militar brasileira. É no interior do regime, que vai de 1964 a 1985, que são realizadas reformas de cunho estrutural que orientam o perfil do sistema de pós-graduação nos anos que se seguem. Além disso, a contribuição da história das ciências sociais brasileiras se debruçou com mais afinco sobre as questões de institucionalização entre das décadas de 1930 e 1960, de modo que a geração de intelectuais formada entre 1964 e 1985 ainda precisa ser bastante explorada.

Portanto, esta tese de doutorado tem como objeto o estudo da influência da geopolítica do conhecimento sobre o perfil e os condicionantes da circulação internacional de sociólogos/as brasileiros entre 1964 e 1985. Nesse sentido, apresenta-se aqui um estudo interessado em compreender, de forma ampla, o processo de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil na sua associação com instituições e autores estrangeiros e interpretá-lo a partir das ferramentas que as contribuições do campo da geopolítica do conhecimento tem fornecido. Por consequência, esta empreitada se debruçou a responder a seguinte pergunta: Em que medida as assimetrias globais que estruturam as relações de poder no campo do conhecimento conformaram o perfil os condicionantes da circulação de sociólogos/as brasileiros ao exterior durante o período da ditadura militar?

A realização deste estudo permite um entendimento mais aprofundado das relações sociais a partir das quais se estrutura e se reproduz a geopolítica do conhecimento. Essa contribuição, permite um melhor apuramento empírico de categorias analíticas utilizadas no interior das ciências sociais. Busca-se, portanto, oferecer aos debates que têm se utilizado de conceitos como “eurocentrismo”, “colonialidade do saber”, “dependência acadêmica”, e “relações centro-periferia” uma possibilidade de apuramento, tomando tais fenômenos nas suas manifestações práticas. Consequentemente, pode-se entender como as contribuições deste movimento crítico podem ser observadas na atuação concreta de sociólogos/as de uma tradição nacional específica.

É extremamente relevante, contudo, destacar que o interesse em matizar o papel da desigualdade de poder global para a natureza dos fluxos aqui estudados não criou objeções à investigação em se arvorar sobre outros condicionamentos dos processos de circulação internacional que extrapolam a própria dimensão geopolítica. Também foi de interesse desta pesquisa compreender elementos envolvidos na promoção dos fluxos em nível de pós-graduação para o exterior que transcendem uma dimensão de reprodução das relações de poder entre centros e periferias. Com efeito, o trabalho de investigação se interessou por abranger a

complexidade do fenômeno da circulação internacional de sociólogos/as brasileiros ao exterior, sem aprisioná-lo apenas aos condicionamentos de natureza geopolítica, cotejando uma leitura mais profunda e diversa do fato estudado.

Esta tese está organizada da seguinte forma: primeiramente, são apresentados os princípios metodológicos e técnicas de pesquisa que fundamentaram o processo de pesquisa. Em seguida, os resultados da investigação estão organizados em três partes. A Parte I contém os capítulos 1 e 2, os quais discutem a institucionalização do campo da sociologia no Brasil a partir das conexões entre o ambiente nacional e atores e instituições do exterior. O Capítulo 1, aponta o papel da influência francesa sobre a construção das ciências sociais brasileiras. Já o Capítulo 2 discute a influência norte-americana e o papel das instituições criadas a partir da UNESCO sobre o mesmo processo. A Parte II se debruça sobre dimensões institucionais e macrosociológicas que influenciaram o fluxo de sociólogos/as brasileiros para o exterior, no Capítulo 3 se discute a construção das instituições de ciência, tecnologia e pós-graduação no Brasil, com ênfase à CAPES e CNPq, com destaque ao contexto social e político, nacional e internacional, que permeou a atuação dessas organizações e sua capacidade de fomentar bolsas de estudo ao exterior. No Capítulo 4, são analisados dados do perfil da circulação internacional de sociólogos/as brasileiros entre 1964 e 1985 a partir de uma base de dados própria, criada pelo pesquisador, com enfoque em fontes de financiamento, países e universidades de destino e temas de pesquisa. A Parte III tem como objeto trajetórias de formação pós-graduada no exterior. Esse eixo se inicia com o Capítulo 5, em que são analisadas as trajetórias de sociólogos/as brasileiros que fizeram cursos de mestrado e doutorado fora do país entre 1964 e 1975, seguido do Capítulo 6, cujo foco são as trajetórias que se desenrolaram entre 1976 e 1985. Esses dados são interpretados de forma a levantar os principais condicionantes que influenciaram o fluxo de tais pesquisadores ao exterior e as características de tal fluxo. Por fim, a conclusão da tese apresenta a sumarização dos resultados da pesquisa de modo interpretativo e analítico.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Dado que o objeto desta tese de doutorado é a influência da geopolítica do conhecimento sobre o perfil e os condicionantes da circulação internacional de sociólogos/as brasileiros entre 1964 e 1985, é importante destacar os fundamentos metodológicos e técnicas de pesquisa que orientaram a sua investigação.

Primeiramente, este trabalho toma como pressuposto que a circulação internacional de sociólogos/as brasileiros é um produto da associação de atores com natureza heterogênea (LATOURET, 2012; LAW, 2004). Pressupõe-se, desse modo, que os fluxos aqui analisados se materializaram por meio de conexões entre elementos com propriedades distintas, como pessoas, políticas, governos, instituições, fontes de financiamento e outros. O esforço de pesquisa envolve a tentativa de compreender em que medida e sob quais condições a associação entre um grupo de atores é capaz de mediar um fluxo acadêmico para fora do país. Dessa maneira, a tese reconstrói o processo histórico à medida que evidencia quais atores e formas de conexão, estabelecidas sob determinadas condições sociais, influenciaram sociólogos/as brasileiros na realização de cursos de mestrado e doutorado no exterior durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira.

Dado esse modo de encarar a natureza da realidade social e suas implicações sobre o objeto de investigação desta tese, toma-se por propósito reconstruir conexões entre atores que vão desde macroestruturas institucionais, como agências de financiamento, governos, e tradições intelectuais materializadas em práticas e identidades acadêmicas, até elementos de dimensão individual enredados na conformação de fluxos internacionais, como ações individuais, relações acadêmicas ou orientações políticas, sociais e culturais. Logo, esta pesquisa conecta elementos macro e microsociológicos a partir da interpretação histórica de processos de associação social entre atores, que na medida em que se conectaram, sob determinadas condições, garantiram a permanência dos fluxos em questão.

Isso posto, o investigador questiona: quais são os atores e a natureza das formas de associação, historicamente situadas, que permitiram a realização de mestrados e doutorados por sociólogos brasileiros no exterior entre 1964 e 1985? Como as relações de poder que caracterizam a geopolítica do conhecimento se engendram no interior dessas formas de associação? Dada a diversidade de agentes envolvidos, a apresentação dos resultados desta pesquisa se orienta, primeiramente, a partir de uma análise dos antecedentes históricos que foram importantes para a consolidação de relações e fluxos acadêmicos entre Brasil e o exterior e que são centrais na compreensão das condições e do perfil da circulação internacional de

sociólogos brasileiros durante a ditadura militar. Mais especificamente, este trabalho recupera o processo de construção institucional e realização de projetos comuns de pesquisa - produtos da interação entre atores nacionais e do exterior - que influenciou a estruturação das ciências sociais no Brasil. Ou seja, a pesquisa se inicia em uma análise de eventos conformados por processos de colaboração internacional que estabeleceram conexões contínuas entre a tradição das ciências sociais brasileiras e indivíduos ou instituições, acadêmicos ou não, do exterior.

É importante mencionar que a reconstrução dos antecedentes históricos ao objeto desta tese não é pura exegese histórica ou exposição protocolar de uma lista de experiências que compõem a história das ciências sociais brasileiras. Ao contrário, o sobrevoo sobre essas experiências é diretamente orientado pela preocupação metodológica de dar sentido aos condicionantes do tipo de circulação acadêmica questionado por esta tese. É a partir da compreensão de como determinados padrões de cooperação institucional, entre intelectuais, ou mesmo universidades, governos e suas instâncias, se firmam no Brasil, que se pode dar sentido aos fluxos de formação no exterior em nível de pós-graduação circunscritos no objeto desta investigação.

Destarte, a primeira parte da tese, expressa nos capítulos 1 e 2, se situa em um estudo da bibliografia que trata a história das ciências sociais no Brasil, com ênfase no papel de pessoas e organismos estrangeiros que, em associação com atores e instituições brasileiras, operaram na construção de estruturas de ensino superior nacional e/ou na execução de projetos de pesquisa no país. Mais especificamente, foi realizado um levantamento da literatura histórica sobre a constituição dos campos da sociologia, antropologia e ciência política brasileiras. Conseqüentemente, essa empreitada se materializou no estudo dos seguintes casos: a influência francesa sobre a construção da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF) e Universidade do Brasil (UB) no Rio de Janeiro; o papel norte-americano sobre a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) e sobre o Projeto Columbia na Bahia; e a atuação da UNESCO na realização do projeto sobre relações raciais no Brasil, e na construção de instituições em Ciências Sociais na América Latina.

Sobre essas experiências, situadas entre as décadas de 1920 e 1950, foi realizada uma análise da produção bibliográfica especializada, orientada pelas seguintes questões: Quais foram os agentes envolvidos em cada um desses projetos? Como se estabeleceram e qual a natureza das conexões entre os atores situados no Brasil e aqueles do exterior? Quais as conseqüências institucionais, políticas, culturais e acadêmicas que as conexões entre atores do

brasil e do exterior produziram? Em que medida esse processo de associação foi impactado por relações de poder globais e locais no campo do conhecimento?

A segunda parte desta tese, envolveu o mergulho direto sobre o intervalo temporal propriamente dito do objeto: o período da ditadura militar (1964-1985). Mais especificamente, o trabalho que resultou no Capítulo 3 se deteve sobre uma análise do papel das principais instituições de financiamento para estudos de pós-graduação no exterior durante o período em questão. A investigação se debruçou sobre o processo de criação e desenvolvimento das agências brasileiras CAPES e CNPq, assim como da instituição norte-americana Fundação Ford. A escolha por estudar tais organismos deve-se ao fato de que estes foram os principais instrumentos de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para sociólogos brasileiros no exterior de 1964 a 1985. O procedimento de análise empreendido nesse capítulo tratou de compreender o contexto político-social nacional e global em que estas organizações estavam entremeadas quando da sua fundação e desenvolvimento, e em que medida a própria criação e atuação destas, com o passar dos anos, foi influenciada com elementos de natureza geopolítica.

Também nesse caso, o trabalho de pesquisa se iniciou pelo levantamento e análise de literatura especializada na história institucional das organizações em questão. Além de destacar na bibliografia escolhida os pontos que respondiam aos interesses desta tese, o trabalho também se aprofundou na coleta de dados quantitativos capazes de caracterizar o perfil e impacto da atuação dessas instituições. Foi realizado um levantamento de dados sobre a concessão de bolsas, no Brasil e no exterior em nível de mestrado e doutorado, entre 1964 e 1985. Essas informações foram coletadas para o caso das agências brasileiras, CAPES e CNPq.

No caso da CAPES, os dados foram coletados a partir dos “Relatórios de Atividades” que a instituição emite desde a sua fundação, em 1951, e que estão disponíveis, digitalmente, no website do projeto Memória CAPES⁵. Foram analisados os Relatórios de Atividade de 1951 a 1985. Esses documentos, em grande maioria de caráter anual, descrevem a atuação da instituição nacional em todas as suas vertentes, detalhando projetos que a organização estava envolvida; situação orçamentária; fontes de seu financiamento interno; quantidades de bolsas concedidas; perfil das bolsas; áreas e instituições que receberam financiamento; país de destino das bolsas de pós-graduação; e quantidade de estudantes que acessaram financiamento do órgão. Para esta tese de doutorado, foi realizada uma captura, ano a ano, da quantidade de bolsas concedidas pela CAPES em nível de pós-graduação no Brasil e no Exterior, além de uma

⁵ Relatórios de Atividades CAPES: <https://memoria.CAPES.gov.br/index.php/relatorios-de-atividades>

segmentação interna destas informações para a área das Ciências Sociais e Humanas. Dado que este trabalho trata da circulação internacional de sociólogos, a segmentação dos dados de concessão de bolsas na área de Ciências Sociais e Humanas foi utilizada como uma forma de se aproximar ao máximo do perfil de financiamento que seria praticado pela instituição em relação aos estudantes de sociologia. É importante mencionar que a categoria “Ciências Sociais e Humanas”, utilizada pela própria CAPES, é a que mais se aproxima do público específico deste trabalho, dado que a instituição não apresentava dados específicos, em seus relatórios, sobre bolsas propriamente em estudantes de “sociologia”. Estas informações permitiram ao pesquisador criar séries históricas quantitativas com a variação total de bolsas concedidas pela instituição e países de destino.

De modo a aprofundar a pesquisa sobre o papel da CAPES na promoção das condições de circulação internacional em nível de pós-graduação, também foi incorporada ao Capítulo 3 uma análise de entrevistas com diretores executivos da instituição. Foi utilizado o material presente no livro “CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV”, publicado em 2002. Trata-se de entrevistas com os diretores que estiveram na gestão da instituição de 1964 a 1985, dentre eles, Suzana Gonçalves, Celso Barroso Leite, Darcy Closs, Cláudio de Moura Castro e Edson Machado de Souza. Essa investida permitiu conectar os processos de natureza macro-social e política, assim como os dados quantitativos sobre bolsas, às intencionalidades, conflitos, disputas e contextos enfrentados pelos chefes da organização. Ao se debruçar sobre este material, conseqüentemente, pôde-se indagar como a ação dos diretores, situada em determinadas condições socio-históricas, modulou políticas que condicionaram o fluxo pós-graduado ao exterior e de que modo este processo esteve conectado com definições sobre a própria política nacional de formação em recursos humanos no Brasil.

No caso do CNPq, a pesquisa também se utilizou dos “Relatórios de Atividades” da Agência ao analisar -os relatórios de 1951 a 1985. O material foi acessado a partir de solicitação formal ao Centro de Memória do CNPq⁶, que digitalizou todos os documentos relativos ao período em questão e permitindo ao pesquisador acessar e estudar o material. Assim como no caso da CAPES, esses documentos possuem caráter majoritariamente anual, com apresentação de todas as atividades realizadas pelo órgão e dados internos de sua atuação por período. Também aqui, a partir da leitura dos relatórios foi possível capturar, ano a ano, a quantidade de bolsas concedidas pelo CNPq em nível de pós-graduação no Brasil e no Exterior, além da

⁶ Link para acesso ao Centro de Memória do CNPq: <http://centrodememoria.CNPq.br/cmемoria-index.html>

segmentação interna dessas informações para a área das Ciências Sociais. No caso do CNPq, o órgão utilizou a nomenclatura “Ciências Sociais” para abarcar investimentos em ciências sociais e humanas, de modo que para as informações relativas ao financiamento aos sociólogos, objeto desta tese, a categoria “Ciências Sociais” foi utilizada como a que melhor se aproximaria de estimativas relativas a financiamento ao público em questão. O uso dos materiais presentes nos Relatórios de Atividades do CNPq permitiu ao pesquisador criar séries históricas quantitativas com a variação total de bolsas concedidas pela instituição ao exterior e no Brasil.

Apesar de contar com os dados, apresentados no capítulo 3, sobre a concessão de bolsas de pós-graduação no exterior em áreas como ciências sociais e humanas, esta pesquisa aprofundou sua análise visando obter um quadro mais completo do processo de circulação internacional em nível de pós-graduação. Se esta pesquisa trabalhasse apenas com dados oriundos das agências nacionais de fomento acabaria por se limitar a um grupo específico de indivíduos que obteve financiamento para estudos no exterior e, mais do que isso, recebeu aporte financeiro exclusivamente por organismos nacionais. Além disso, os dados das agências agregam os pesquisadores em categorias mais amplas, como Ciências Sociais ou Ciências Sociais e Humanas, o que acaba por incorporar intelectuais de outras áreas, que não são objeto desta tese, ainda que os perfis de realização de pós-graduação no exterior sejam semelhantes. Nesse sentido, dado que esta pesquisa está interessada em apresentar uma fotografia mais detida do processo de circulação internacional de sociólogos/as brasileiros, foi necessário encontrar subsídios que fornecessem meios de quantificação do fluxo desses pesquisadores para além do vínculo com agências nacionais.

Dadas essas limitações, o pesquisador dedicou-se à construção de uma base de dados própria, capaz de sistematizar e quantificar os dados do maior número possível de sociólogos/as brasileiros que tenham realizados seus estudos de pós-graduação no exterior entre 1964 e 1985. Orientado por esse interesse partiu-se para a decisão de trabalhar com dados advindos da Plataforma Lattes. Tendo em vista a forte disseminação de tal meio na sistematização de currículos no campo científico brasileiro, tomou-se que esse seria o melhor veículo para prosseguir com a coleta de dados como local de realização de mestrado e doutorado, instituição de vínculo no exterior e agência de financiamento para mobilidade. Certamente é importante mencionar que o conteúdo que alimenta a plataforma é incluído pelos próprios pesquisadores e pode impor imprecisões de dados, além de que a plataforma foi criada a partir dos anos 1990 e muitos cientistas tiveram que consolidar seus currículos de forma retroativa, o que pode incorrer em erros. Contudo, frente as possibilidades exíguas de fontes que permitissem uma montagem

de um quadro histórico com esse grau de amplitude, a plataforma lattes se apresentou como o melhor meio para o estabelecimento desse tipo de tarefa.

Antes de se arvorar no levantamento dessas informações, algumas delimitações metodológicas precisaram ser definidas para orientar a correta construção da base de dados. Pesquisar aquilo que se pode definir como os “sociólogos brasileiros” é uma tarefa que depende diretamente da própria atividade do investigador em circunscrever as fronteiras que caracterizam o perfil desse campo de intelectuais, posto que tais limites não são exatamente rígidos, nem claramente definidos. O caminho metodológico escolhido para contornar as imprecisões foi trabalhar, exclusivamente, com a busca por docentes vinculados a programas de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Sociologia. Também foi necessário construir uma definição clara daquilo que se compreende como sociólogo “brasileiro”, posto que a nacionalidade estrita nem sempre caracteriza processos de socialização comuns, em muitos casos ocorridos desde a infância, que permitem que indivíduos nascidos em outros países, e que vivem, ou viveram, no Brasil, possam ser considerados “brasileiros” para os fins dessa pesquisa. Nesse sentido, para a construção da base de dados foram considerados “sociólogos brasileiros” os docentes que estiveram vinculados a programas de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Sociologia e que tenham nascido no país, ou feito graduação no Brasil, ou mesmo realizado mestrado aqui antes de seguir para um doutorado no exterior entre (1964-1985)

Definidos os limites daquilo que seria compreendido enquanto objeto desta tese, o trabalho de pesquisa se debruçou sobre a tarefa de levantar os nomes dos sociólogos brasileiros que seriam alvo de busca curricular na plataforma lattes. Para tal, na procura de algum meio com informações sistematizadas e confiáveis sobre os sociólogos nacionais, foi feito um levantamento nas bases de dados de acesso público da Plataforma Sucupira, no ambiente virtual “Dados Abertos – CAPES”, acerca de docentes de programas de pós-graduação no país. O portal em questão possui uma série de bases chamada “Docentes da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil”⁷ que agrega informações sobre docentes, em formato planilha, a partir do ano 2000 até o ano de 2019. Dado que o ano 2000 é a mais antiga fonte de dados sistematizados pela agência, o levantamento permitiu a montagem de uma lista de pesquisadores brasileiros vinculados a programas de sociologia que mantiveram relação com suas instituições até, ao menos, o ano 2000. É digno de nota que essa modalidade de levantamento apresenta limitações

⁷ Estes dados podem ser acessados no seguinte link: <https://dadosabertos.CAPES.gov.br/organization/diretoria-de-avaliacao?groups=docentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil>

sobre a qualidade do quadro apresentado nesta tese, dado que nem todos os pesquisadores do campo das ciências sociais, nas últimas décadas, fizeram currículo Lattes, sem contar que pela metodologia apreendida, docentes que venham a ter se aposentado anteriormente ao ano 2000, acabaram fora da base. Ou seja, a base possui algum grau de subnotificação de intelectuais que se formaram nos primeiros anos da década de 1960. Contudo, conforme o leitor pode notar na TABELA 28, no apêndice desta tese, a lista de sociólogos levantada conseguiu cobrir, de forma bastante satisfatória, uma grande parte dos acadêmicos do campo que fizeram sua formação entre 1964 e 1985, garantindo fidedignidade dos dados em relação ao perfil do objeto analisado.

Levantados os nomes dos sociólogos brasileiros que viriam a compor a base de dados, foi realizada a sistematização das informações destes para posterior quantificação e análise. A extração de informações na Plataforma Lattes foi realizada por meio do download de todos os currículos da lista citada, em formato XML, que após processamento no software Base-X, proporcionou a montagem de uma base de dados que consolida informações de todos os currículos. A base de dados possui um total de 627 sociólogos, dos quais 176 realizaram estudos de pós-graduação no exterior e 451 o fizeram exclusivamente no Brasil de 1964 a 1985.

A construção dessa base de dados permitiu uma análise mais aprofundada do perfil e dos condicionantes da circulação internacional de sociólogos brasileiros no período que circunscreve esta tese. A partir das informações contidas na Plataforma Lattes e sistematizadas no Excel, foi possível empreender análises sobre a frequência de realização de mestrados e doutorados no exterior, o acesso e perfil de financiamento, os países e universidades de destino, os orientadores dos estudantes e os temas dos trabalhos de conclusão de curso. Essa atividade se concretizou no Capítulo 4 desta tese.

Além disso, o trabalho de pesquisa aqui realizado também se preocupou em abarcar dimensões do processo de circulação internacional que extrapolam padrões gerais encontrados na literatura, ou observáveis a partir de dados quantitativos sobre o perfil do fluxo ao exterior. Parte-se do pressuposto, neste trabalho, de que o processo de circulação internacional, em nível de pós-graduação, envolve elementos diversos e que muitas vezes não estão presentes em bases de dados, ou em informações sistematizadas em currículos. O objeto desta tese também é atravessado por dimensões da vida cotidiana, familiar, social e profissional dos indivíduos que conformam intencionalidades, percepções e contextos particulares, os quais se coadunam, sob condições próprias, no processo de mobilidade. Nesse sentido, uma pesquisa orientada a compreender a natureza desse fenômeno, precisa, também, explorar as dimensões concretas das experiências de vida de intelectuais que decidiram realizar seus estudos fora do país, em direção

a observar os condicionantes que, caso a caso, possuíram relevo sobre a natureza do fluxo ao exterior.

Destarte, o terceiro eixo desta tese, que se materializou nos capítulos 5 e 6, incorporou ao trabalho de investigação a análise de entrevistas de sociólogos brasileiros que realizaram mestrados e doutorados no exterior de 1964 a 1985. O material escolhido para tal foram entrevistas realizadas no âmbito do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil” da FGV/CPDOC. O projeto citado fez 96 entrevistas com cientistas sociais brasileiros, apresentando transcrições e vídeos do material gravado, com acesso aberto no site da FGV/CPDOC⁸. Para os fins desta tese, trabalhou-se com a trajetória de 15 sociólogos entrevistados por esta iniciativa, os quais realizaram alguma parte de sua formação acadêmica no exterior durante o período que vai de 1964 a 1985. São estes: Anete Ivo, Aspásia Camargo, Carlos Benedito Martins, Clarissa Eckert, Dimas Floriani, Edna Castro, Elias Reis, Glaucia Villas Boas, Gláucio Soares, Josefa Cavalcanti, Maria Stela Grossi Porto, Paulo Henrique Albuquerque, Renato Ortiz, Silke Weber e Simon Schwartzman. A adoção desses dados de natureza qualitativa, viabilizou a composição de um quadro mais aprofundado das intencionalidades e percepções que permearam os processos de fluxo internacional.

De forma a complementar as análises realizadas a partir das entrevistas, também foram agregados outros materiais. Parte desses são memoriais de defesa ao título de professor titular. Alguns dos docentes que fazem parte da lista se tornaram professores titulares e possuem seus memoriais publicados na internet, em revistas ou livros. Posto que muitas vezes os memoriais fornecem informações pormenorizadas, que não estão contidas nas entrevistas, decidiu-se por agregar essas fontes também como recurso. Além disso, foram incorporadas à análise outras entrevistas que eventualmente os professores em questão deram a revistas ou livros. Nesse caso, destaco a publicação “Conversas com Sociólogos Brasileiros” de Maria Rita Loureiro, Elide Rugai Bastos e José Marcio Rebolho Regom, enquanto importante fonte na complementação dos materiais.

Por fim, ainda com o interesse em aprofundar a análise das entrevistas expressas nos capítulos 5 e 6, o pesquisador realizou um levantamento de documentos presentes no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) e que contivessem alguma referência aos intelectuais que tiveram suas trajetórias analisadas. O SIAN possui uma gama bastante ampla de documentos produzidos por órgãos de inteligência da administração federal entre as décadas

⁸ Link para o site do projeto, onde as entrevistas podem ser acessadas: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais>

de 1960 e 1990. Vale mencionar, de partida, que com a eclosão do golpe de 1964, o governo militar produziu uma extensa e capilarizada rede de informações com fins de controle do Estado, tendo como órgão central o Serviço Nacional de Informações (SNI). O sistema possuía uma série de diretorias de segurança e informações (DSIs) que estavam integradas a diversos órgãos federais e auxiliavam na coleta e circulação de conteúdos de interesse do serviço de inteligência. No período, uma das práticas comuns para o manejo ou contratação de servidores públicos federais, assim como no caso de mobilidades estudantis para o exterior, era a consulta a relatórios de inteligência do SNI. Logo, os dados de órgãos de inteligência do SIAN foram agregados na análise das entrevistas, de forma a complementar os relatos de experiências de vida e principalmente de situações que foram influenciadas pelas estruturas de controle do regime militar. É, contudo, importante mencionar, que o uso destes materiais não se fez pressupondo que todo o conteúdo apresentado por agentes da ditadura nos documentos é verdadeiro. Dado que essas fontes possuem forte carga ideológica por parte dos funcionários de órgão de vigilância, a sua apresentação é apenas complementar aos dados e não pressupõe concordância com interpretações políticas e ideológicas ali apresentadas.

Segue abaixo, tabela síntese das técnicas e fontes utilizadas na pesquisa.

TABELA 1 – Síntese de Técnicas e Fontes de Pesquisa			
Estrutura	Capítulos	Técnicas de Pesquisa	Fontes
PARTE I	1 e 2	Análise da Bibliografia de referência	Literatura sobre história das ciências sociais no Brasil
PARTE II	3	Análise da Bibliografia de referência	Literatura sobre história das instituições de ciência e tecnologia no Brasil, com destaque para CAPES, CNPq e Fundação Ford
		Produção e análise de dados quantitativos	Relatórios de Atividades - CAPES e CNPq (1951-1985)
		Análise de entrevistas	Entrevistas com diretores da CAPES (1964-1985) - Livro “CAPES, 50 anos: depoimentos ao (CPDOC/FGV)”
	4	Produção e análise de dados quantitativos	Base de dados própria, com informações de sociólogos que realizaram cursos de pós-graduação no exterior de 1964 a 1985
PARTE III	5 e 6	Análise de entrevistas	15 Entrevistas com Sociólogos Brasileiros que realizaram cursos de pós-graduação no exterior de 1964 a 1985 – “Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil (CPDOC/FGV)”
		Análise de fontes complementares	Memoriais para professor titular, artigos e capítulos de livros com informações sobre trajetória intelectual
		Análise documental	Documentos presentes no Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), com origem em órgãos de inteligência da ditadura militar

PARTE I – AS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS E O EXTERIOR: ANTECEDENTES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS (1930-1964)

Este estudo, determinado em compreender os condicionantes da circulação internacional de sociólogos brasileiros de 1964 a 1985, assim como qualquer atividade intelectual, encontra-se situado em um ponto histórico específico a partir do qual se indaga o objeto. Ao passo que o pesquisador se posiciona neste local, tensionado pelas questões que são caras ao presente, debruça-se sobre o objeto com o interesse em definir seus limites, no sentido de dele extrair as determinações que definem a natureza do problema investigado. Ao se observar a história das ciências sociais no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, nota-se como determinadas regiões do mundo, mais especificamente da Europa e América do Norte, são, e foram, foco privilegiado do fluxo de nossos intelectuais — processo com consequências múltiplas, entre as quais destaca-se a dependência intelectual de princípios teórico-metodológicos de tais países. A problemática da hegemonia dessas regiões, seja como receptoras do fluxo de intelectuais brasileiros, ou como definidores das agendas e formas de interpretação sociológica no Brasil, é a principal questão que tensiona a leitura do objeto a partir do contexto que este pesquisador está posicionado. Contudo, essa investigação, ainda que estivesse interessada em apresentar apenas uma fotografia do objeto, precisaria recuar na história para recuperar uma série de antecedentes que construíram e estabilizaram padrões associação entre atores fundamentais para esta pesquisa.

O processo de circulação de sociólogos brasileiros encontra um período de clara singularidade a partir dos anos 1960, posto que a partir dessa fase o Estado brasileiro, assim como em outras nações globais, começa a tomar a formação em nível de pós-graduação enquanto um elemento de relevância para a concretização do ideário desenvolvimentista. O observador que mira as singularidades desse contexto notará, de imediato, instituições e fluxos em processo de estabilização e que já são capazes de dar razoável condição à reprodução de determinados padrões de deslocamento de cientistas sociais ao exterior. Em meados da década de 1960, sociólogos brasileiros circulavam em faculdades latino-americanas, com ênfase ao Chile e Argentina, participavam de projetos de cooperação e pesquisa com universidades americanas como Harvard e Columbia, se engajavam em atividades de pesquisa promovidas por instituições internacionais como a UNESCO e a FLACSO, e buscavam qualificar-se em programas de pós graduação com prestígio internacional, principalmente na França e nos Estados Unidos. Essas instituições serão fundamentais à profusão de experiências internacionais dos sociólogos brasileiros e caracterizarão a identidade de seus trabalhos nas

décadas seguintes, ou mesmo, até hoje. Dar sentido a esse quadro, impõe, todavia, a necessidade de distanciar-se do ambiente dos anos 60 e indagar-lhe acerca dos processos que permitiram a estabilização deste agregado de pessoas, países, interesses, instituições — e muitas coisas mais —, para, a partir daí, seguir em direção à explicação dos processos que caracterizam e influenciam, até hoje, o desenvolvimento dos fluxos internacionais de sociólogos brasileiros. Isto significa que compreender os condicionantes da circulação internacional de sociólogos brasileiros a partir dos anos 60, passa por entender a associação de fenômenos, anteriores a esse período, que lhe determinaram, impondo-lhe características que lhe serão marcantes. É por esse motivo que este capítulo retorna historicamente ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil a partir da década de 1930, mais especificamente, pontuando o papel de atores e instituições estrangeiras enquanto parte do processo.

A circulação internacional de sociólogos brasileiros é antes de mais nada o produto de um longo processo de institucionalização da comunidade acadêmica em solo nacional, que se realizou em conexão direta com ambientes políticos, acadêmicos, culturais do exterior. O recuo no tempo poderia se dar infinitamente, contudo, cabe aqui o exercício de situar alguns eventos que marcaram o processo de institucionalização de nossas ciências sociais em relação com o estrangeiro. Há certo consenso em trabalhos que tratam da história das ciências sociais brasileiras sobre o papel da fundação de algumas instituições enquanto prólogo à consolidação da sociologia acadêmica no país. Entre aquelas que tiveram maior penetração e influência do campo intelectual estrangeiro destacam-se: a Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (ELSP) criada em 1933; a Universidade de São Paulo (USP) de 1934; a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935; a Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFil) de 1938; o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) em 1955; e o Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLAPCS) de 1957. Além disso, alguns projetos de pesquisa marcaram a história de institucionalização da disciplina em interface com o meio intelectual internacional, como o Projeto Columbia-Salvador na Bahia e o Projeto sobre Relações Raciais da Unesco.

Sobre a construção dessas instituições e projetos seminais das ciências sociais brasileiras nas décadas de 1930 a 1950 incidiram, principalmente, a influência francesa, norte-americana e o papel da UNESCO na criação de organismos para o desenvolvimento na América-Latina. Por conta da relevância dessas três principais forças, este trabalho mergulha, em sua primeira parte, em um estudo sobre a construção dessas instituições e projetos, observando como se estabeleceram as conexões entre atores e organismos nacionais com aqueles do exterior, qual a

natureza desse processo e quais consequências esses tipos de associações tiveram para a estruturação das ciências sociais brasileiras. Ademais, a pesquisa também investiga em que medida os casos analisados foram conformados por assimetrias globais de poder no campo do conhecimento.

Neste capítulo analisa-se o processo de institucionalização das universidades e projetos de pesquisas de 1930 a 1960 a partir de quatro eixos: 1) Compreender e explicar o processo de associação de agentes nacionais e estrangeiros na construção de instituições e projetos de pesquisa em ciências sociais no Brasil; 2) Dar sentido às características marcantes deste processo de associação em nível local e global; 3) Ressaltar as consequências e permanências sócio-históricas que emergem desses processos com poder de influência sobre a circulação internacional de sociólogos brasileiros nos anos posteriores; e 4) Indagar o papel das relações globais de poder no campo do conhecimento sob esses itinerários. As respostas a esses eixos encaminharão fundamentos para se pensar a pergunta principal que se faz ao período de 1930 a 1960 aqui analisado: em que medida essas experiências estabilizaram práticas, instituições, representações, padrões de associação — e outros elementos — que ajudarão a conformar o padrão de circulação internacional de sociólogos brasileiros pós 1964?

Destarte, primeiramente, no “Capítulo 1 – A Influência Francesa”, é abordada a construção institucional da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP em 1934, seguida do caso da Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935, e da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (FNFil) de 1938. No “Capítulo 2 – A Influência Norte-Americana e o Papel da UNESCO”, aborda-se o papel de atores com origem nos Estados Unidos, sobre a construção da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e no Projeto Columbia na Bahia. Além disso, analisa-se a relevância da UNESCO sobre a criação do Projeto sobre relações Raciais na Bahia e em São Paulo e a construção de instituições em Ciências Sociais na América Latina, como o Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), em 1955; O Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales (CLAPCS), em 1957 e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) em 1957. Por fim, é realizada uma reflexão geral, do saldo deste período sobre a formação das ciências sociais brasileiras o estabelecimento de fluxos internacionais.

CAPÍTULO 1 – A INFLUÊNCIA FRANCESA

As relações entre Brasil e França no campo intelectual e cultural já vem de longa data e antecedem as missões francesas que serviram de aporte para a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP e do Departamento de Direito da mesma universidade. Poderíamos dizer inclusive que o intercuro de franceses como intérpretes e produtores de reflexões sobre o Brasil é produto de um fio que inicia ainda nos séculos XVI e XVII com as expedições de Villegagnon e Boi-le-Comte ao Rio de Janeiro e Daniel de La Touche ao Maranhão, produzindo crônicas acerca do Brasil. Esse fluxo de viajantes se estende pelos séculos seguintes dando vazão à elaboração de obras que tiveram importante penetração nos círculos intelectuais do país como na criação da *Bibliographie Bresilienne* de A. L. Garraux, que cobriu contribuições que vão desde o período colonial até o início da era republicana.

O influente trabalho de Massi (1989) destaca nossas conexões com a França no campo da cultura, e enfatiza o intercuro de cidadãos europeus que se aprofunda em solo nacional a partir da transferência da corte portuguesa ao Rio de Janeiro no ano de 1808. Nesse momento, abria-se o Brasil aos olhos e a influência da cultura europeia, incluindo aí a circulação de viajantes diversos como pintores, geólogos, etnógrafos, zoólogos e comerciantes. Já aí o Brasil passava a ser não apenas espaço de busca por um novo mundo, mas também emergia como objeto de investigação e laboratório a ser descortinado pelos cientistas da Europa. “As academias científicas europeias induzem os governos a mandarem missões ao Brasil, os diplomatas trazem, adidos às suas embaixadas, intelectuais de valor, que aproveitam a estadia para estudar o país” (MORAES 1940, p.11, apud MASSI, 1989)

Inseridos neste contexto de missões científicas e intelectuais, os franceses deixaram marcas fundantes em se tratando de uma literatura sobre nosso país. A obra *Flora Brasiliae Meridionalis*, publicada em 1822, pelo Naturalista Saint Hilaire, viajante que produziu vários volumes sobre o território nacional é uma destas, além do caso da missão que trouxe ao Brasil o pintor Jean Baptiste Debret, que fora chamado ao país por D. João VI, no interior de uma missão cultural francesa que serviu de bases à criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro. Essa instituição, assim como outras que foram criadas durante o período com itinerários parecidos estão inseridas nas várias tentativas das elites brasileiras e do governo imperial em introduzir no Brasil padrões institucionais, ou mesmo culturais e artísticos, de regiões europeias. Neste processo a França ganha crucial destaque por representar, durante o século XIX, o que haveria de mais elevado no campo espiritual das “civilizações humanas”.

Esse fenômeno seria herdado do próprio ambiente português, em que a França representava o principal horizonte de um “modelo de inteligência”. (MASSI, 1989).

Em relação às cidades brasileiras com maior poderio político e econômico no século XIX, Rio de Janeiro e São Paulo, a França ocupava um papel importante como “organizador da vida cultural” nessas cidades, onde o processo de afrancesamento se notava nas mais diversas ordens da vida social. Este processo consolida nos centros urbanos das cidades brasileiras o estilo de vida europeu como signo de distinção que estrutura as posições de status no interior da sociedade. No seio deste palco, a vida nos centros urbanos passa a ser mediada pela circulação da literatura e cultura francesa e de forma geral na introdução das peças de roupa, arquitetura, perfumes e novidades em geral. O afrancesamento dessas metrópoles passa a condicionar as elites locais e classes médias na busca pela adequação aos padrões estéticos franceses. Busca-se então, compulsivamente, a atualização em relação aos últimos eventos e tendências da metrópole europeia e que aqui se introduziam por meio das revistas parisienses que passavam a circular no país.

O advento da república proclama sonoramente a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro. O importante, na área central da cidade era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo. E os navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e os livros, mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, mais em voga, as estéticas e até as doenças, tudo em fim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio (SEVCENKO, 1989, p. 36).

Para além da recepção de elementos franceses e europeus que nos serviam como signos de prestígio e distinção social, o século XIX testemunhou o fluxo de membros das elites brasileiras ao território francês com o interesse em se realizarem academicamente. Nesse ponto, Massi (1989), cita os casos de Martinho Padro, Elias Chaves e do Barão de Piracicaba, membros das elites cafeeiras, que expressam algumas das trajetórias típicas de integrantes das classes dominantes se tratando de uma formação educacional que passou a incluir experiências no exterior.

Esse intercuro continua durante o século XX, período em que o âmbito cultural e intelectual brasileiro passa a conviver com diversas linhas filosóficas e científicas do pensamento europeu e francês, como o positivismo, o darwinismo, o materialismo ou a própria noção de evolução social. Além disso, passamos a consumir cada vez mais produtos culturais franceses seja na literatura, nas artes plástica, no teatro, ou mesmo no campo da filmografia. Massi (1989), cita a disseminação em solo nacional de autores como Zola e Maupassant, dos

filmes da *Graumont e Pathé Frères* e no teatro com Sarah Berhardt, Suzanne Deprès e Regina Badet.

Para além da influência francesa no estilo da produção publicada nos periódicos da grande imprensa, como pela introdução de gêneros como “a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e em especial, a crônica” (MICELI, 1977, p. 15), este contexto de introdução cultural da produção europeia e francesa no Brasil impactava diretamente as estruturas de poder simbólico que estruturavam o campo artístico e literário nacional onde os autores modernistas brasileiros passavam a angariar prestígio. Segundo Miceli (2001), os intelectuais modernistas herdeiros das oligarquias nacionais, passavam a inserir padrões estéticos europeus no âmbito nacional como signos de modernidade, o que conduz, aos poucos, tendências como o futurismo, o surrealismo e o cubismo ao ambiente de vanguarda nacional. Nesse palco, onde as formas de distinção estavam conectadas a experiências e contato com o ambiente europeu, os modernistas mais abastados, principalmente no começo de suas carreiras, seriam exemplares perfeitos da “importação de padrões de gosto da classe dirigente” (MICELI, 2001, p. 97) que tinha a Europa como norte inspirador. Por consequência, suas produções iniciais operavam quase como obras a serem decifradas por apenas membros estritos das oligarquias que possuíam “as chaves” para compreendê-las. Fazer parte dos espaços frequentados por esses intelectuais, para além do consumo de bens importados da Europa, envolvia experiências que apenas as viagens às metrópoles europeias ofereciam.

O casal formado pelo poeta Oswald de Andrade e pela pintora Tarsila do Amaral é a encarnação mais perfeita e acabada do estilo de vida dos integrantes dos círculos modernistas, obcecados ao mesmo tempo pela ambição do brilho social e pela pretensão de supremacia intelectual. (...) Por ocasião das sucessivas viagens que fizeram à Europa ao longo da década de 1920, levaram às últimas consequências um estilo de vida ostentatório onde mal se consegue discernir o que é empenho intelectual daquilo que diz respeito à importação de símbolos de prestígio social: frequentavam os espetáculos de teatro de vanguarda, dos balés russos, as noitadas dos círculos diplomáticos, as conferências da Sorbonne, os cursos ministrados pelos pintores modernos, as corridas de cavalos e de automóveis, as lutas de boxe; aprendiam a nadar a dançar o Charleston; adquiriam quadros de Léger, objetos de art déco, sapatos Perugia, camisas Sulka “pijamas de apartamento”, perfumes Rosine, móveis Martine, vestidos de Poiret; tinham audiências com o papa etc.(MICELI, 2001, p. 96-97).

A partir de meados de 1920, as relações entre França e Brasil, no campo educacional, passam a ganhar contornos mais acentuados por meio da criação de instituições produzidas pela parceria entre as duas nações. Mais especificamente em 1925, Consolim (2021) destaca a criação do Liceu Franco-Brasileiro, empreendimento que partiu do grupo que fazia parte do

Jornal *O Estado de São Paulo*, tendo sido um dos primeiros passos na direção da criação da Universidade de São Paulo. George Dumas, fundamental nesta empreitada, operou como um importante elo de interligação entre o Brasil e a França. O intelectual permitiu que uma série de intelectuais da França viessem ao país para fins de institucionalizar os Liceus Franceses, assim como a própria missão de professores que marcou a formação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Durante o processo de institucionalização dos liceus franceses no Brasil, houve considerável circulação de intelectuais deste país em solo nacional, o que pode ser observado pelos casos dos psicólogos Henri Pierón 1925, Paul Rivert 1928 e Pierre Janet 1929, e mesmo dos diretores da revista *Etudes*, Yves de la Brière e Fauconnet no ano de 1928. Esses intelectuais teriam se destacado no contexto brasileiro ao introduzir conferências e cursos que cristalizaram os primeiros passos daquilo que viria a se tornar a Universidade de São Paulo. É nesse sentido que a institucionalização das ciências sociais em São Paulo deve ser entendida como um processo atravessado, continuamente, por intervenções e conexões que unem os interesses de atores diversos, como elites locais, intelectuais brasileiros e estrangeiros e instituições nacionais e de fora. A introdução da intelectualidade francesa e europeia no processo de formação de nossas instituições não seria, por conseguinte, obra do acaso ou de um processo pontual, mas produto de uma série de eventos históricos e políticos que permitiram que a França se fixasse no imaginário local como um dos melhores espaços para a formação de docentes e pesquisadores em Ciências Sociais.

1.1. A Missão Francesa na Universidade de São Paulo

Um dos primeiros e mais marcantes movimentos de fluxo internacional na história das ciências brasileiras deve-se à missão francesa à Universidade de São Paulo. Esse evento, ocorrido no final dos anos 30, influenciará diretamente a institucionalização das ciências sociais no Brasil, dando à intelectualidade francesa um claro papel de prestígio sobre o campo nacional. Neste tópico apresenta-se uma reconstrução sobre a institucionalização da Universidade de São Paulo com ênfase ao papel de intelectuais franceses no empreendimento e as relações de poder nacional e global que o perpassam. Recupera-se a associação de atores que permitiu à instituição ser criada, os grupos de interesse que se organizaram para a construção da universidade, o ambiente político-social em que estavam inseridos e o papel dos personagens estrangeiros na concretização e legitimação da empreitada.

Os anos 20 foram palco de um processo de acirramento das tensões políticas que

caracterizam a primeira república e deram os contornos da ordem social emergente na década de 30. O regime das oligarquias, que conseguira se manter a partir do acordo de elites dos estados de São Paulo e Minas Gerais, intercalava o controle do poder nacional a partir de um sofisticado sistema de autorreprodução que tinha no regime coronelista seu principal mecanismo de sustentação e controle nacional. Esse casamento passa, cada vez mais, por enfrentar tensões, promovidas em grande parte pelo descontentamento de frações de elites regionais que não se viam contempladas no arranjo de poder da época. A cidade de São Paulo, núcleo urbano com maior poder econômico do período, veio a ser palco de disputas que influenciariam drasticamente o meio político. A fundação da Liga Nacionalista em 1917 é uma expressão da ruptura que frações das elites paulistas passariam impor sobre o controle do regime oligárquico de poder por determinadas famílias paulistas. A dificuldade de penetração no Partido Republicano Paulista (PRP), principalmente por indivíduos mais jovens que desejavam adentrar o ambiente da política, gerava cada vez mais críticas ao *establishment* social. A diversificação do perfil das elites paulistas, fruto da diversificação interna ao complexo cafeeiro, teria sido fundamental para a promoção da Liga Nacionalista e do posterior Partido Democrático (PD), que consolidavam dissonâncias políticas e sociais no interior da ordem estabilizada agregando parte da classe média, ligada às profissões liberais urbanas, nas lutas por uma série de mudanças que incluíam a reforma moral da sociedade, instauração do voto secreto e erradicação do analfabetismo (LIMONGI, 1989b).

Caracterizava estes movimentos de tensionamento com a ordem oligárquica a adesão de frações das elites intelectuais paulistas aos agrupamentos que propunham mudanças estruturais no sistema. Estes advogavam pela construção de uma nova constituição que fosse capaz de encaminhar à uma “moral política” renovada. O Jornal *O Estado de São Paulo* foi peça central no interior dessas investidas, uma vez que congregava em si alguns dos principais atores engajados na causa da Liga Nacionalista e apresentava-se como porta voz do nacionalismo moralizador evocado pela elite intelectual e classe média paulista (LIMONGI, 1989b). O Jornal, presidido por Júlio de Mesquita Filho, funcionava como uma espécie de clube de leitura daqueles que se enxergavam como parte da elite cultural paulista, tendo ocupado papel importante na reunião de atores interessados em promover reformas de “regeneração política”. É a partir da associação entre atores que formavam o que veio a ser chamado de “Grupo do Estado”, com ênfase a Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo — principal referência intelectual — e atores associados à Liga Nacionalista, que surgirá o engajamento em torno da criação da Universidade de São Paulo, na qual a presença dos franceses Georges Dumas e Paul

Fouconnet serão fundamentais na estabilização de ligações entre a instituição e o campo intelectual do exterior.

Conforme apresentado por Cardoso (1982), a construção da Universidade é produto direto das campanhas do Jornal *O Estado de São Paulo*, as quais têm em três documentos a expressão básica da compreensão de mundo que animava os integrantes do Grupo na edificação de uma instituição de ensino superior. Esta seria condição fundamental à regeneração da classe política brasileira além de seu alinhamento com interesses “verdadeiramente nacionais”. Cardoso (1982), cita o *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo* de 1926, orientado por Fernando de Azevedo e publicado no Jornal; O artigo *A Crise Nacional* de 1925, de autoria de Julio de Mesquita Filho e o texto *A Comunhão Paulista* de 1922, publicado na Revista do Brasil, como textos centrais na caracterização do grupo que fora mentor intelectual da universidade. Nesses textos está contida a centralidade do projeto da Universidade Paulista para a regeneração das classes dominantes do país e o papel central de São Paulo em um processo de modernização nacional.

O *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo* está inserido em um contexto de crítica do Grupo do Estado à gestão educacional paulista feita por educadores chamados de “tradicionalistas”, acusados de terem maior sensibilidade à máquina partidária e não orientarem suas condutas por critérios técnicos e profissionais (LIMONGI, 1989b). Por conta disso, o texto escrito por Fernando de Azevedo propõe que um dos problemas centrais daqueles conectados com uma “educação nova”, “tecnicamente orientada” e “isenta da interferência do poder”, seria construir uma política educacional capaz de propor um projeto coeso de nacionalidade independente de paixões partidárias. Essa aversão ao partidarismo no interior aos projetos educacionais fundamenta uma das propostas centrais da argumentação do *Inquérito* que é a necessidade de que a política educacional fosse orientada por uma elite esclarecida e focada em conduzir a nação. Esta elite, formada por elementos esclarecidos de todas as classes sociais, seria capaz de promover coesão social, apesar das disparidades nacionais, sem se fundar nos interesses políticos e partidários de frações de elite específicas (CARDOSO, 1982; LIMONGI, 1989b).

É pela necessidade de formar essa elite esclarecida que a Universidade paulista deveria ser criada, fundando-se como um espaço de formação das classes dirigentes do país, e dando-lhes condição de operarem como um “instrumento político de coesão”. Às elites é dado a tônica e o elogio no *Inquérito*, atribuindo-lhes à condição de serem “as verdadeiras forças criadoras

da civilização”, as quais deveriam ser preparadas antes das massas. O povo seria orientado pelas elites para realizar os verdadeiros interesses nacionais. As classes médias, base onde estava fundada parte importante do movimento em torno d’O Estado de São Paulo, operaria como o locus de irradiação do pensamento produzido pelas elites esclarecidas, à medida que o transformava em corrente de opinião generalizada.

A necessidade de uma elite esclarecida capaz de orientar as massas, formada a partir da Universidade, é produto da leitura dos membros do Estado sobre as origens da crise do regime oligárquico. A publicação de “*A Crise Nacional*” em 15 de novembro de 1925, no Estado de São Paulo, por Júlio de Mesquita Filho, ataca a crise política nacional como produto das transformações política operadas desde a Proclamação da República. Segundo Júlio de Mesquita Filho, com a proclamação há um processo de divórcio entre as elites intelectuais e a classe política que seria fruto, fundamentalmente, da mudança nas características da estrutura social vigente no pós-abolição. Esse argumento se funda na ideia de que enquanto o país estava sob a égide do Império, os intelectuais estariam posicionados em um local ideal para a promoção de sua participação na vida pública, pois seriam assentadas por uma opinião pública mais homogênea, que seria composta pelos cidadãos livres e brancos (LIMONGI, 1989b). Contudo, com o fim da escravidão estabelecer-se-ia uma nova conjuntura social, marcada pelo despedaçamento desta homogeneidade social, e produto da introdução em massa de ex-escravos e imigrantes no interior da sociedade livre. O choque dessas mudanças estruturais teria imposto a retração da opinião pública em lugar dos interesses de poucas famílias, comandantes do regime oligárquico. Essa narrativa, é marcada diretamente por uma compreensão racista que atribui aos indivíduos negros a agência em um processo de degeneração maior da sociedade que, por consequência, passaria a conviver com a ausência de princípios morais na condução da política e da coisa pública de maneira geral. Ou seja, é ao escravo negro que é dada a agência fundamental de um processo geral de desmoronamento da “moral política” nacional.

Com a lei de libertação dos escravos, a estabilidade política e social teria sido rompida quando (...) entrou a circular no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de 2 milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. A esse afluxo repentino de toxinas provocado pela subversão total do metabolismo político e econômico do país, haveria necessariamente de suceder grande transformação na consciência nacional que, de alerta e cheia de ardor cívico, passou a apresentar, quase sem transição, os mais alarmantes sintomas de decadência moral (JULIO DE MESQUITA FILHO apud (CARDOSO, 1982, p. 34).

Esta ruptura com a homogeneidade do corpo social nacional, com consequências danosas à moral social, é aprofundada pela natureza particularmente xenófoba de algumas das

concepções de integrantes do Estado e, em caráter mais amplo, entre os membros da Liga Nacionalista. Conforme apontado por Limongi (1989b), caracterizava essa fração da elite cultural paulista a repulsa pelo elemento imigrante como capaz de participar de um projeto nacional de sociedade, tendo em vista que essa população era lida como ausente de qualquer preocupação cívica, dado que seus membros seriam “movidos por interesses puramente materiais”(CARDOSO, 1982, p. 34). A exemplo da disseminação desta crítica ao elemento imigrante, encontramos em discurso de Sampaio Dória — líder reformador da educação paulista e vinculado à Liga Nacionalista — o receio da dominação cultural do imigrante sob a população nacional. Antes, contudo, é importante notar como imigrante europeu, diferentemente do negro, não era enxergado como um elemento degradante por sua natureza, mas por supostamente não ter o interesse em contribuir com uma nação que não era a sua. Esse ponto é aprofundado na passagem a seguir em que a necessidade de erradicar o analfabetismo passa pelo medo do elemento estrangeiro europeu, já que sua superioridade cultural que poderia “engolir” cultura inferior brasileira.

A alfabetização é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela, o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca da fortuna esquiva. Do contrário, é o nacional que desaparecerá absorvido pela inteligência mais culta dos imigrantes. Não há como fugir ao dilema: ou o Brasil manterá o cetro dos seus destinos desenvolvendo a cultura de seus filhos, ou será dentro de algumas gerações absorvido pelo estrangeiro, que para ele afluí. SAMPAIO DÓRIA apud (LIMONGI, 1989b, p. 117).

A responsabilidade de se edificar a missão de constituição de uma universidade capaz de formar elites dirigentes esclarecidas e comprometidas com o interesse nacional, o Grupo do Estado entrega à São Paulo. A partir da mobilização do bandeirante como figura identitária da raça e da natureza cultural do povo daquela região, o Grupo do Estado aponta que seria na cidade que estariam dadas as condições para a emergência de tal elite, recaindo, então, a obrigação de liderar a nação na renovação da moralidade pública – liderança que historicamente nunca teria faltado aos paulistas, os quais teriam em sua própria hereditariedade o “instinto” a liderar.

Uma fatalidade histórica quis que de São Paulo sempre partisse a palavra ou o gesto decisivo para os destinos do Brasil nos momentos mais aflitivos da sua evolução. Aqui se plasmou a raça, daqui partiram os que deveriam traçar as fronteiras dentro das quais haveríamos de evoluir; (...) Por que pois faltarmos a nossa secular missão e não darmos agora início à autonomia popular, integrando definitivamente a nacionalidade no conjunto dos povos democráticos do Universo? JULIO DE MESQUITA FILHO apud (CARDOSO, 1982, p. 35–36).

É nesse espírito que a missão paulista de construção de uma nova elite dirigente se edificaria, projetando a Universidade como empreendimento central. Em “A comunhão

Paulista” texto escrito em 1922 e publicado na Revista do Brasil por Júlio de Mesquita Filho, é reforçado o papel dos paulistas em matéria de renovação do quadro nacional, pois esta região seria a única com as condições materiais desenvolvidas o suficiente para direcionar o país à mudança estrutural. Essas condições materiais seriam produto de uma maior homogeneização social que o estado teria, produto do crescimento de uma base econômica fundada na pequena propriedade rural. No interior desse processo, a noção de “imperialismo benéfico de São Paulo” sobre os outros estados seria central, e estaria plasmada por uma noção darwinista de que aos paulistas — como um “organismo sadio” capaz de vencer os outros em uma luta mediada por leis da própria natureza — estariam dadas as características superiores da liderança. O bandeirante, figura identitária mobilizada no imaginário de uma hereditariedade comum corporificaria essa missão “Ou caminhamos, como até aqui vamos caminhando para alargar cada vez mais o círculo da nossa ação, arrastados pelo impulso inicial (a ação do bandeirante) ou paramos, e, então, já não seríamos aquele povo caracterizadamente “particularista”, a que o Brasil deve a sua grandeza.” (CARDOSO, 1982, p. 39).

1.1.2 Os Paulistas, Os Franceses, a Universidade e o Brasil

Na segunda metade dos anos 20, os intelectuais reformadores paulistas passam a ocupar cada vez mais espaço em esferas de poder do estado, o que envolve desde posições na Liga Nacionalista, n’O Estado de São Paulo, e até mesmo em editoras e em outras esferas do mercado de trabalho que lhes permitiram maior poder de influência. A partir de tal conjuntura, esse grupo passa a intensificar as campanhas pela modernização do sistema de ensino paulista, com ênfase nos princípios já iniciados na administração de Sampaio Dória (1920 – 1924), que tem o ensino superior como foco. É nesse ambiente, com o engajamento de tais atores em introduzir cada vez mais sua visão de organização do que seria uma “educação profissional” e “moderna”, em que o papel dos intelectuais franceses passa a ganhar destaque (LIMONGI, 1989b). O principal destes foi Georges Dumas, que operou como elo central de ligação entre os membros da elite cultural paulista e o meio intelectual francês . Esta ligação é claramente confirmada na entrevista de Irene Cardoso a Roger Bastide⁹, membro da missão francesa à USP, realizada em 1973.

⁹ Segundo Limongi (1989b), o meio de ligação entre os paulistas e o professor Francês, foi Rui Paula Souza. Este, que era paulista, tendo nascido em Itu, foi estudante da Universidade de Sorbonne, na área de Letras. Rui Paula Souza, que veio a dar aulas de francês em São Paulo, na Normal da Praça, acabou por ajudar a fundar, juntamente com Georges Dumas, Ramos de Azevedo Pujol e Vitor da Silva Freire, a *Union France-Amerique*.

Irene Cardoso — O grande contato, lá na França foi Dumas?

Roger Bastide — Foi o doutor Dumas.

Irene Cardoso — Ele já tinha relações com o Júlio Mesquita?

Roger Bastide — Muito grande. Não sei qual foi o ponto de partida, mas o doutor Dumas já tinha vindo ao Brasil e gostado muito. Foi a Argentina também. Para a América do Sul. Ele gostou muito do Brasil. Fez muita amizade com os brasileiros e ele era considerado na França um pouco como o embaixador da cultura brasileira. E quando se desejava, na França, ter contato com escritores, pintores ou universitários brasileiros, o governo francês sempre o fazia através do doutor Dumas. (CARDOSO, 1987).

A importância de Georges Dumas para a construção da Universidade de São Paulo, é recuperada por Limongi (1989b) e Cardoso (1982) ao se referenciar às memórias de membros que estiveram envolvidos na fundação da instituição como Lourenço Filho e Júlio de Mesquita Filho. Ao mobilizarem essas fontes, ambos apontam que era recorrente nas falas de Dumas sobre o Brasil o desapontamento sobre o país não ter uma Universidade e que esta deveria ser criada o quanto antes, tendo como centralidade uma faculdade de filosofia, ciências e letras, que operaria enquanto o núcleo da instituição. Mas, conforme advertido por Cardoso (1982), ao recuperar um discurso de Júlio de Mesquita Filho, datado de 1961, a preocupação de Dumas com a criação de uma Universidade era precedida pelo interesse de que no solo paulista fosse criada uma instituição de ensino secundário, ou seja, ainda anterior ao superior, para a formação das bases intelectuais dos estudantes que viessem a ingressar na Universidade. Essa instituição veio a ser o Liceu Franco-Brasileiro, fundado em 1925, e segundo a fala de Júlio de Mesquita Filho, George Dumas desejava que os quadros da instituição viessem a ser compostos por professores franceses, pois, segundo ele, não haveria quadros nacionais capazes de realizar tal empreitada. Contudo, a despeito deste desejo, o Liceu não contou com esses professores estrangeiros, o que teria acontecido por conta de uma campanha local em defesa dos quadros nacionais.

Na ideia dele, como na nossa, os professores deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade – verdadeira verdade – era que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a esta função eram os que haviam fracassado em suas profissões (...); esta magnífica ideia foi apenas realizada em parte. Depois de uma luta de vários anos, conseguimos que o governo francês e o governo brasileiro, o do estado (de São Paulo), aceitassem colaborar na criação do futuro Liceu, e finalmente ele foi fundado. Mas aí entrou o nacionalismo, esse mesmo falso nacionalismo que ainda hoje nos desgraça: não foi possível que a sociedade aceitasse a vinda de professores estrangeiros pois isso constituiria uma ofensa aos brios da nacionalidade... E fundou-se apenas o ginásio. (JULIO DE MESQUITA FILHO, Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta nº 4.592, apud (CARDOSO, 1982).

Isso posto, o Liceu Franco-Brasileiro é uma das primeiras instituições produzidas pela articulação entre Intelectuais Franceses e Brasileiros, o que veio a influenciar a construção da

Universidade de São Paulo. Conforme afirma Limongi (1989b), a instituição é produto dessa associação entre Georges Dumas, membros do O Estado de São Paulo e ao Doutor Rui Paula Souza, da Liga Nacionalista, que veio a ser posteriormente diretor do Liceu. Segundo o autor, foi a partir da fundação desta instituição que se aproximaram cada vez mais os contatos e relações entre os franceses e membros da elite paulista que viabilizariam a fundação da USP. O espaço do Liceu servirá de local de visita constante de professores franceses que vem ao Brasil realizar conferências entre as quais se destacará o tema da necessidade de criação de uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. No interior dos fluxos de franceses ao Brasil — propiciados por Georges Dumas — Paul Fauconnet será outro intelectual de destaque, com várias de suas conferências publicadas no O Estado de São Paulo e, juntamente com Georges Dumas, fortalecerá as campanhas públicas pela construção da Universidade. Essas campanhas terão papel importante em orientar os paulistas sobre as características do modelo de ensino francês que serviria de fundamento a ser mimetizado em solo nacional. Em uma carta publicada no dia 29 de dezembro de 1927, n’O Estado de São Paulo, intitulada “Ensino Superior – Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências”, George Dumas cita a solicitação feita pelos paulistas sobre a orientação sobre o modelo francês.

Durante minha recente e brevíssima passagem por São Paulo, disseram-me alguns amigos que se cogita fundar aí uma Faculdade de Letras e uma Faculdade de Ciências e pediram-me que aqui expusesse, em algumas linhas, o papel que desempenham em meu país as instituições deste gênero DUMAS apud LIMIONGI (1989b). Op. cit., p. 147, nota 55.

A partir daí passam a serem delineadas as principais características norteadoras da Universidade em solo paulista que terá, inspirada no modelo francês, forte apelo intelectualista, humanista e generalizante. A inclinação da formação da Universidade de São Paulo para um perfil mais humanista e não-utilitarista é produto da convergência entre os interesses de membros da elite intelectual paulista engajados na fundação da universidade e as características do campo intelectual francês que vem a constituir o corpo da instituição. Conforme destacado por Limongi (1989b), Fernando de Azevedo, em artigo publicado no Estado de São Paulo em 18 de fevereiro de 1925, ao exaltar a criação e importância do Liceu Franco Brasileiro, ataca o que chama de “materialismo onímodo” que estaria a envolver todas as dimensões gerais da experiência humana, o que imporia a necessidade de formar intelectuais e idealistas no contexto brasileiro e daria condições a que o país não sofresse com qualquer tipo de “rebaixamento geral do caráter nacional”. A leitura de Limongi (1989b) sobre o papel do humanismo, enquanto categoria aventada pelos que fundaram a instituição, destaca os interesses da classe de intelectuais paulistas em permitir a criação de uma reserva de mercado menos instável para seus

membros. Essa tese é reforçada por palavras de Azevedo que, ao advogar a construção de uma instituição de “autos estudos desinteressados” ressalta a necessidade de que os professores possuíssem bons salários e liberdade que lhes permitissem estabilidade e independência para tratar de assuntos de ordem elevada.

A construção de uma Faculdade que tivesse em seu centro a Filosofia, Ciências e Letras, reforça o papel intelectualista e humanista da instituição, elementos que são levantados por Sampaio Dória na Criação do Liceu Nacional Rio Branco, empreendimento importante dos intelectuais envolvidos na criação do Liceu Franco Brasileiro e da USP. Em artigo publicado no Estado de São Paulo em 8 de Setembro de 1927, Dória afirma que existiam poucas instituições de ensino secundário em solo nacional construídas por brasileiros sem influência direta ou indireta de estrangeiros, e que para ele o ensino de humanidades seria central por permitir a formação dos “espíritos” que dão condições à “esperança da nacionalidade” que floresceria nas “elites indispensáveis”(LIMONGI, 1989b). Isso caracteriza que o ideal humanista, supostamente distanciado de interesses políticos imediatos, estava para os líderes da elite intelectual paulista imbricado com um projeto nacional que pauta a sustentação moral e intelectual da nacionalidade na formação de elites dominantes esclarecidas e, porque não dizer, paulistas.

Assim, caracterizaria os interesses dos idealizadores da Universidade de São Paulo construir “uma faculdade não-utilitária, não-prática e purgada ao máximo do caráter profissionalizante” (LIMONGI, 1989b, p. 157). A ênfase em uma instituição de formação mais intelectualizada e humanista encontra reverberação em entrevista de Roger Bastide. Ele afirma que no Brasil existiam apenas instituições de orientação predominantemente técnica e que a Universidade de São Paulo tinha por característica introduzir um espírito inexistente no Brasil, que já existia na Europa, focado no ensino humano, filosófico e focado no “pensamento”.

Roger Bastide: Eu penso que o ponto de partida era que aqui existia uma formação de técnicos — médicos, engenheiros — e não existia uma faculdade de pensamento e crítica, de humanismo, se assim se pode dizer. Não para dar novos postos, novas situações profissionais, mas para desenvolver um espírito diferente. que existia na Europa, mas que não existia ainda no Brasil. Eu penso que é isso. Porque houve a influência norte-americana: assim se fez o Mackenzie. Sempre para formar os técnicos do progresso econômico e social do Brasil. Também no Segundo Império se fez a Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina (sic). Era sempre o prático. Era uma Faculdade mais humana, a de Filosofia. Eu acho que foi o ponto de partida. (CARDOSO, 1987)

A Universidade de São Paulo expressa-se, então, como o produto da articulação de membros da elite cultural paulista e intelectuais franceses que foram mobilizados pelos primeiros enquanto instrumento de legitimação do projeto local. Mais do que isso, para além

de serem mobilizados, estes franceses operaram diretamente na construção da instituição orientando os seus interlocutores brasileiros acerca das características do modelo de ensino superior francês, no sentido de introduzir a importância do papel de uma faculdade de filosofia ciências e letras enquanto centro irradiador do perfil intelectual da universidade. O caráter humanista, supostamente desinteressado de elementos políticos do cotidiano, e filosófico, que virá a ser marca da formação dos primeiros quadros das ciências sociais formados na instituição, opera enquanto um produto da associação entre o perfil do trabalho realizado pelas ciências sociais francesas e os interesses das elites culturais nacionais de produzir uma reserva de mercado estável. Ao mesmo tempo, tal caráter humanista e filosófico seria capaz de influenciar a construção de um ideário político que tinha uma nacionalidade guiada pelos liberais paulistas como centro.

1.1.3 Viagem ao Brasil: Os Franceses e as representações do “Novo Mundo”

A chamada “missão francesa” que ocupou os principais cargos docentes de sociólogos e outras áreas de humanidades da instituição, é um fenômeno perpassado por condicionantes diversos, que envolvem desde a demanda por quadros nacional, até elementos naturais do contexto francês no entre-guerras. É importante recuperar um pouco da conjuntura na qual cientistas sociais europeus estavam inseridos, durante o período, para destacar as condições que permitiram o fluxo desses intelectuais ao Brasil.

É característico dos anos 30, na França, a hegemonia da sociologia Durkhemeana, tendo em vista que os intelectuais que se identificavam com essa corrente de pensamento ocupavam as cadeiras das principais instituições de ensino superior do país, mais especificamente o *Collège de France, Bourdeaux, Strasbourg e Sorbonne*¹⁰. Além disso, revistas importantes na circulação dessa área de conhecimento ajudavam na propagação e legitimação continuada de autores vinculados à obra de Durkheim como, além da própria *L'année Sociologique*, os *Annales Sociologiques* (CONSOLIM, 2010). Além disso, a penetração não se resumia necessariamente ao campo sociológico, tendo em vista a própria vinculação de intelectuais de outras áreas, membros do *Institut Français de Sociologie*, “psicólogos como C.Blondel e Georges Dumas, Historiadores (M. Bloch, A.Peganiol), etnólogos (M.Leenhardt, R. Maunier, P.Rivert) e também juristas economistas etc” (MASSI, p. 427, 1989). Esta hegemonia era pouco

¹⁰ É importante mencionar, conforme advertido por Massi (1989), que a hegemonia não significava homogeneidade no conteúdo de suas formas de pensamento. É pontuado pela autora que pensadores vinculados à esta corrente se diferenciavam por características diversas como vinculação a instituições ou mesmo o posicionamento na condição de docência ou pesquisa. Além disso, dimensões geracionais e políticas também marcavam essas identidades, posicionando os pesquisadores mais próximos do socialismo e os professores universitários do Partido Radical.

ameaçada por outras correntes intelectuais, entre as quais o maior destaque está na *Revue Internationale de Sociologie* (1893-1939), na qual publicavam René Worms, Gabriel Tarde e Espinas (CONSOLIM; OLIVEIRA; WEISS, 2011).

Em constante diálogo com a produção sociológica no contexto francês estava a etnologia, que tinha na figura de Marcel Mauss uma de suas principais figuras. Para além do parentesco familiar entre este e Durkheim, seu tio, as obras de ambos se entrecruzam, ao passo que produções importantes do sociólogo foram realizadas no interior da literatura etnográfica, em que se destacam “As Formas Elementares da Vida Religiosa” e “Algumas Formas Primitivas de Classificação”. O próprio Mauss enxergava a sociologia enquanto uma área no interior da antropologia social. Ao passo que aproximava as duas áreas, não era acompanhado necessariamente por uma institucionalização no meio acadêmico universitário tão similar. Conforme apontado por Massi (1989), os espaços ocupados pelos etnólogos e a natureza de sua produção tinham diferenças consideráveis em relação à sociologia. Citando o trabalho de Heilbron (1985) a autora aponta que

(...) a etnologia era um universo à parte, ao menos na experiência de muitos jovens (...). Raramente ‘normaliens’ ou ‘agregés’, eles eram sobretudo ‘outsides’ no mundo universitário; a etnologia maussiana não era, aos seus olhos, uma continuação da sociologia de Durkheim, mas algo novo, ligada ao exotismo, ao mundo da arte, ou simplesmente aos estudos de arqueologia, de história das religiões ou de línguas orientais (HEILBRON, 1985, p. 230).

Essa característica mais outsider da etnologia em relação aos meios onde predominava a sociologia se dá pelo fato de que aquela estava em íntima relação com museus e, mesmo, produções no campo artístico. Essas características são apontadas por Massi (1989), ao destacar a atuação em pesquisa etnológica no *Musée Trocadéro*, de alunos de Marcel Mauss da *École Pratique des Hautes Études*. Além disso, o diálogo com o universo artístico teria como característica os intercâmbios entre os etnólogos e o surrealismo, além da publicação em revista comum, *Documents*, da área de Literatura, onde etnólogos famosos como Marcel Griaule, Rivière e Rivert escreveram.

Outra característica das ciências sociais francesas até os anos 30, aí incluídas a sociologia e etnologia, era a predominância de trabalhos de orientação racionalista, que prescindiam de pesquisa de campo. Parte considerável da produção seja de Durkheim ou de antropólogos, como Mauss, fora realizada a partir de fontes secundárias que não incluíam a participação direta do pesquisado *in loco*. Contudo, a partir dos anos 1930, essa intensa tradição filosófica-racionalista passa a ser impactada pela emergência das pesquisas etnológicas. Um elemento introdutório desse modo de conduzir a pesquisa social foi o papel da Fundação

Rockefeller em 1931, com o financiamento da “*grande expedição francesa à África: a missão Dakar-Djibuti*”, que contou com Griaule, Leiris e Schaeffer. Essa missão dá início ao fortalecimento do que ficou conhecido como “africanismo”, caracterizado pela entrada no meio intelectual francês de elementos com origem africana. Tal processo teria sido fundamental para a construção da etnologia enquanto campo de pesquisa que fundara o seu objeto de pesquisa em um “Outro” que mirava o africano. Nesse contexto, a crítica cultural surrealista teria sido diretamente influenciada em refletir sobre a África. “Os elementos do mundo ‘negro’ impregnam a vida parisiense: música, imprensa em geral, exposições realizadas com peças trazidas pelos membros da ‘missão’ e, até mesmo, os estúdios dos artistas são decorados com objetos africanos, fonte de inspiração para inúmeras obras produzidas” (MASSI, p.416, 1989).

É no interior desse contexto dos anos 1930, sob a hegemonia Durkheimiana na sociologia e emergência das primeiras experiências de pesquisa etnológica em contextos estrangeiros, que emergirá uma geração de jovens intelectuais que irão dar algumas das características das missões francesas à Universidade de São Paulo. Conforme afirma Massi (1989), durante a década de 1930 surge a chamada “Geração da Recusa” caracterizada por jovens estudantes que têm por principal característica o dissenso em relação às estruturas estabilizadas das ciências sociais do país. Esses intelectuais, que experienciam as consequências econômicas recessivas pós-crise de 1929, desiludidos com os caminhos políticos apresentados seja pelo comunismo ou pela resignação ao capitalismo, são marcados pela não-conformidade ao meio intelectual francês e buscam romper com o establishment a partir de caminhos alternativos ao livre pensar. A busca por um caminho alternativo fomentou a criação de espaços de diálogo diversos dos que existiam até então, a saber, as revistas *Réaction* (1930), *Révue Marxiste* (1929), *Plans* (1931), *La Critique Social* (1931), *Espirit* (1935) e *Combat* (1935), além do mergulho em outros campos do conhecimento e da arte.

Os exemplos se sucedem: Georges Friedmann, antigo aluno da École Normale de agrégé de filosofia, lança-se na vida literária com três romances, antes de começar sua carreira sociológica; Georges Duveau, um dos fundadores da revista *Espirit*, dirige uma pequena revista literária *L’oeuf dur*; o Collège de Sociologie (1937-1939), fundado por Bataille, Caillois, Leiris, Monnerot, desenvolve uma crítica radical à sociologia universitária, numa tentativa de redefinir os limites da ciência. (MASSI, 1989, p. 430).

É no interior desse quadro, caracterizado por Sontag (1984) por um “sentimento de orfandade intelectual”, que o trânsito para o exterior vai se apresentar, cada vez mais, como horizonte de aventura e desejo aos jovens parisienses. Massi (1989) afirma que nesse período as viagens para o exterior passam a ocupar um lugar importante na trajetória de muitos dos intelectuais da época, nos quais despertaria a “atração romântica pelo distante, pelo exótico”

(MASSI, 1989, p.431). Esse tipo de itinerário vai se espalhar pelo ambiente cultural de forma generalizada, incluído pintores, escritores, cientistas. Um destaque é dado à experiência de Paul Nizan, que mesmo tendo ocorrido nos anos 1920, teria influenciado os horizontes e imaginário da geração de 1930. A viagem de Nizan, publicada no livro “Áden, Arábia”, serviu de inspiração para a o próprio Levi Strauss, que, ao citar vinda à São Paulo, destaca: “Devo reconhecer que não fui insensível aos exemplos de Nizan e de Soustele, que partiram, um para a Arábia e outros para o México” (Levi Strauss, 1955, p.20 APUD MASSI, 1989). Tanto Levi Strauss, quando Nizan, dentre muitos outros — inclusive Lefebvre —, eram filósofos que se contrapunham diretamente às instituições acadêmicas da filosofia francesa da época, buscando uma “via diferente” que lhes permitissem pensar a partir de novas perspectivas. É no interior deste contexto de viagens que jovens como J. Maugé, P. A. Bastide e Levi Strauss virão para o Brasil, compondo os quadros da missão francesa à USP.

Pode-se perceber então que a missão de professores que compõem os primeiros quadros docentes da universidade de São Paulo, parte de um contexto de interação entre uma tradição consolidada de sociologia, o durkheimianismo e uma geração de novos intelectuais que enxergaram nas viagens ao exterior a possibilidade de um novo caminho. A interação de brasileiros com os herdeiros de Durkheim é fundamental para a estruturação da missão francesa, ao passo que os membros do Grupo do Estado entram em contato diretamente com intelectuais dessa corrente para o estabelecimento da missão: Georges Dumas, Paul Fauconnet e Rivet. Contudo, apesar da conexão entre os paulistas e a França se estabelecer a partir dos durkheimianos, são, em boa parte, os jovens críticos desta mesma tradição, que virão a solo nacional formar sociólogos. Espremidos em um contexto de saturação dos espaços acadêmicos, pouco financiamento e crescimento da instabilidade política do fascismo e marcados pelo impulso de mudança, encontrarão no Brasil não apenas a possibilidade de estabilidade financeira, mas a chance de se especializar nos estudos sobre essa região.

Desejava abandonar a França porque atravessávamos violências e incertezas: a ascensão do fascismo, mortes em passeatas e uma atmosfera política carregada. Queria prosseguir minha carreira, iniciada em 1928, num país que estivesse vivendo um processo mais dinâmico em sua maior virgindade histórica. Conhecia o professor Georges Dumas, encarregado de contratar professores para São Paulo. Como catedrático de Psicologia na Sorbonne, ele havia viajado com frequência ao Brasil desde 1908. Em maio de 1934, ele telegrafou-me propondo meu embarque imediato. Aceitei. O Brasil era para mim, então, a terra dos "possíveis" em relação ao mundo fechado que a França representava. (ARBOUSSE-BASTIDE, 1978).

Além disso, a missão francesa emerge em um cenário de crescimento de campos de estudo focados na especialização do conhecimento de determinadas regiões do mundo.

Observa-se a emergência de áreas como indianismo, sinologia, africanismo e americanismo. No seio desse processo a Universidade de São Paulo teria servido enquanto fonte importante para a *Escola dos Annales*, a partir do contato promovido da instituição francesa com a brasileira, o que permitiu o fluxo de conhecimento do país que subsidiou os interesses pelo americanismo no interior do grupo estrangeiro (MERKEL, 2022). Mais do que apenas servir de base para o acúmulo de conhecimento sobre o Outro e especialização em áreas de conhecimento que lhe diziam respeito, a missão francesa permitiu aos pesquisadores franceses o contato direto com as experiências e atores que destoavam da ordem moderna europeia. Conforme descreve Massi (1989), em fala atribuída a Arbousse-Bastide, um dos interesses de Levi-Strauss era enfim ter contato com as populações indígenas brasileiras, das quais tinha conhecimento apenas pelos livros, mas que agora seria possível encontrá-los e “levá-los à França” em sua produção intelectual. Ademais, os negros eram também objeto do interesse desses pesquisadores. Roger Bastide enxergou na população negra a oportunidade de trazer aos olhos dos franceses antigos hábitos africanos, agora dinamizados no novo mundo.

1.1.3 Nasce a Universidade afrancesada: Revolução, Autonomia e Anti-Comunismo

A institucionalização da Universidade de São Paulo é caudatária direta da conjuntura política nacional dos anos 1930, mais especificamente do desencadeamento de eventos pós-revolução de 1932, que permitiram a autonomia necessária às elites culturais paulistas no sentido da promoção de seu projeto. A revolução de 1930, capitaneada por Vargas foi produto de uma ampla coalização de interesses contra as forças oligárquicas, composta desde tenentes que fizeram parte das colunas dos anos 1920, até frações das elites de estados que não se sentiam representados no jogo das oligarquias, bem como a elite cultural paulista na figura do Grupo do Estado de São Paulo (CARDOSO, 1982). Este grupo, apesar da demora em encampar a revolução de 1930, tomou o lado de Vargas descrevendo-o enquanto um político capaz de mudar a conjuntura nacional e encampar a tão desejada reforma constitucional que os Constitucionalistas Liberais, majoritariamente encampados no PD, defendiam. Contudo, a morosa postergação constante de Vargas, no pós-revolução, em promover as reformas dos Constitucionalistas Liberais, além do ressentimento produzido nos paulistas por conta das seguidas indicações de “estrangeiros” de outros estados, em sua maioria tenentes, para a interventoria da cidade, acirrou os ânimos políticos que desembocaram na Revolução de 1932 (SKIDMORE, 2015).

A campanha pela revolução constitucionalista de 1932 foi encampada com total entrega

do Grupo do Estado, sendo, contudo, derrotada pela coalização de forças e disparidade de poder bélico que Getúlio conseguiu agregar contra os paulistas. Apesar da ferocidade do conflito belicoso que deixou milhares de mortos, o presidente logo buscou o apaziguamento das tensões entre São Paulo e o governo, dando uma compensação financeira aos gastos dos bancos paulistas na guerra, e permitiu a tão desejada autonomia ao Estado a partir da indicação de um paulista para a interventoria do Estado, a saber, Armando de Salles Oliveira, respeitado entre as classes culturais e pelos revoltosos (SKIDMORE, 2015). A partir daí firmava-se o compromisso entre Vargas¹¹ e os paulistas para a realização da assembleia constituinte, eleições livres e autonomia à gestão de São Paulo por um líder civil e paulista.

A nomeação de Armando de Salles Oliveira para a interventoria serviu como a oportunidade esperada pelos intelectuais paulistas ligados ao grupo do Estado colocarem o projeto da Universidade em prática. Conforme afirma Limongi (1989b), Fernando de Azevedo, figura central nas campanhas do Estado de São Paulo pela universidade, é procurado por Júlio de Mesquita Filho em 1933, após a volta daquele do exílio, solicitando-o a elaboração de um projeto de lei que instituísse a primeira universidade de São Paulo. Em 1933, Fernando de Azevedo é nomeado para o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, a pedido de Armado de Salles, consolidando assim o início das reformas de reconstrução educacional capitaneadas pelo grupo do Estado e pelos Educadores Profissionais, que culminarão no decreto estadual nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934, que cria a Universidade de São Paulo (CARDOSO, 1982). A partir daí, Teodoro Ramos parte em missão à Europa com o objetivo de formar o quadro de professores que vão compor a instituição.

1.1.5 Autoritarismo, Anti-Comunismo e Ingerência do Estado

A missão francesa à Universidade de São Paulo é um processo que ocorre sob contexto bastante particular da história brasileira em conjunção com o ambiente político-econômico internacional. A posição do Brasil durante a segunda guerra mundial e no período a posteriori, marcado pelo macarthismo nos Estados Unidos, influencia diretamente a maneira como os franceses aqui são inseridos e os dilemas que tiveram que lidar em solo nacional. O compromisso dos paulistas com Getúlio, que tem na figura de Armado de Salles Oliveira a expressão da autonomia institucional que permitiu a emergência da Universidade de São Paulo,

¹¹ “Escolhi o dr. Armando de Salles Oliveira que reunia, em conjunto, melhores qualidades e a unanimidade das indicações, com o compromisso de trazer a Chapa Única para a colaboração com o Governo Constituinte, trazendo o Estado em situação de tranquilidade, confiança e o compromisso formal de manutenção da ordem, desligando-se, inteiramente, dos elementos rebeldes e formando, à semelhança do Rio Grande, um novo e grande partido com o aproveitamento total ou parcial das outras correntes” (VARGAS. In: CARDOSO, (1982), pp. 147 e 148)

para além do efeito de permitir o florescimento de um espaço destinado à ciência e intelectualidade, também produziu as condições ao recrudescimento do autoritarismo em contexto nacional e à perseguição ao pensamento de esquerda no seio da própria universidade.

O trabalho de Cardoso (1982) detalha com bastante profundidade em que medida os liberais constitucionalistas que compunham ou orbitavam o Estado de São Paulo eram coniventes com a convivência entre o liberalismo e um estado forte e autoritário. A ideia de “liberalismo relativo” é evocada em editoriais do jornal em fevereiro de 1935, para advogar em defesa da caça de Vargas aos comunistas, que levou a seguidas postergações do estado de sítio, pontuando que o Estado pode operar para conciliar a autoridade com a liberdade, à medida que a ordem social estivesse sob perigo. O medo do comunismo que caracterizava os constitucionalistas liberais desde muito antes, com o receio de agitações em solo nacional que mimetizassem o outubro de 1917 da Rússia, sempre serviu de pretexto para o apoio dessas frações da elite paulista ao recrudescimento da ingerência autoritária do Estado em se tratando de combater grupos de esquerda. Esse liberalismo relativo, que aceitava o autoritarismo estatal na medida em que este servia ao combate de ideologias rivais, chegava mesmo a flertar com experiências fascistas europeias, o que fica bastante evidente em fala de Armando de Salles Oliveira, reproduzida e endossada em editorial do Estado de São Paulo em 28 de janeiro de 1936.

Olhando para o que se passa nos grandes países, vemos que, para imprimir novo entusiasmo e dar novo sangue à mocidade, os nacionalismos de todos os matizes assenhoram-se da educação, dirigem-na e fazem dela uma irresistível força de disciplina e de solidariedade. A Itália, tornando inseparáveis as funções de soldado e de cidadão, dá caráter militar à severa educação de seus filhos. Na Alemanha, o Estado apodera-se da mocidade e impõe-lhe o culto da guerra, propagado e exaltado em todas as Universidades (DE SALLES OLIVEIRA, 2002, p. 264).

É sob esse espírito que os membros fundadores da Universidade de São Paulo irão apoiar as medidas autoritárias de Vargas até a postergação do Estado de Guerra em 1936 e que o levarão à implantação da ditadura do Estado Novo, que só então marca a total ruptura do grupo do Estado com o governo. As concepções do grupo fundador da Universidade passam então da menção apenas às virtudes de uma ordem liberal e democrática para a adesão à uma “razão armada” ou “cérebro fortemente armado” nas palavras de Salles de Oliveira na campanha contra os comunistas e qualquer traço de pensamento de esquerda (CARDOSO, 1982). É sob a defesa de uma concepção de democracia que não excluiria a disciplina, a força e a ordem que a Universidade será criada.

Em entrevista para Irene Cardoso, Roger Bastide cita em vários momentos em que

medida o clima de combate à manifestação política dos intelectuais que aqui chegaram, caracterizou sua estadia ao Brasil. Bastide afirma que ao ser contratado foi indicado que não fizesse política. “O que era interessante é que dentro do contrato se colocava que eu não devia fazer política nem propaganda religiosa aqui no Brasil” (CARDOSO, 1987, p. 181). As tentativas de silenciamento de intervenções político-ideológicas aos intelectuais franceses eram motivadas por influência de forças de grupos sociais que estavam articulados em um contexto de intenso acirramento político que marca o Estado Novo e os anos que lhe precedem, em que a influência do Estado sobre instituições de ensino passa a ser uma marca e a igreja católica disputava terreno com os reformadores que advogavam por uma educação laica.

Não raro na fala de Bastide, durante a entrevista citada, é apontado que grupos católicos criticavam diretamente a vinda dos sociólogos franceses, seja sob a alegação de que estes poderiam ser marxistas e iriam inserir ideologias de esquerda aos estudantes da universidade, seja por alguns dos professores serem de origem protestante e capazes de difundir matriz religiosa concorrente. Além disso, havia até mesmo associações entre a própria palavra “sociologia” com “socialismo” que seria o conteúdo ensinado em sala de aula. Além disso, grupos integralistas também se opunham aos estrangeiros por enxergar que ali havia o desmerecimento de quadros nacionais, que seriam “capazes de dar aulas na Faculdade; de desenvolver essas ciências novas. Sociologia, Psicologia, que não se ensinavam antigamente — e que não era preciso professores franceses.” (CARDOSO, 1987, p. 187).

Houve dois momentos em que essas formas de interferência político-ideológica ganharam proporções e efeitos mais concretos. A primeira diz respeito a introdução de um interventor católico chamado Alexandre Correa, que não havia sido eleito pela Congregação de professores, para impedir que a Faculdade tomasse ações que não condissessem com o desejo do governo: “foi um controle da Faculdade pelo governo. Mas como eu estava sempre fazendo o meu ensino e acho que os meus colegas também, e o meu ensino não era ideológico, não era político, o governo não tinha nada a dizer.”(CARDOSO, 1987, p. 182–183). Além disso, Bastide, assim como os outros professores, foram solicitados para que não manifestassem apoio ao general francês Charles De Gaulle, o qual os docentes eram majoritariamente apoiadores no contexto da guerra. “Os senhores não são franceses ou italianos. Sim funcionários paulistas e não se deve fazer... O senhor pode ser gaullista de coração, pode dar dinheiro para a 'França Livre' — que assim se chamava na época — mas não pode falar, não pode escrever artigos sobre isso.” (CARDOSO, 1987, p. 184). Essa ingerência, contudo, mudou depois que o Brasil se afastou das forças do eixo para acompanhar os Estados Unidos na guerra contra os nazistas, o

que permitiu que os intelectuais fizessem algumas palestras no norte brasileiro sobre De Gaulle. Um segundo momento em que a ingerência política tomou proporções importantes foi com o afastamento de Lévi-Strauss do quadro de professores, ocorrido, em parte, por ser membro da Frente Popular francesa, o que desagradava diretamente a figura de Júlio de Mesquita Filho, já que este tomava o movimento enquanto comunista. Bastide veio ao Brasil justamente para ocupar a vaga deixada por Levi Strauss, o que gerou uma recepção fria dos alunos em relação ao novo professor (CARDOSO, 1987).

Reforça-se então que o espaço dado aos professores franceses na instituição paulista teve enfoque direto na ideia de um ensino supostamente desinteressado, que deveria se distanciar ao máximo possível de ideologias de esquerda. A investida permitiria a reprodução de uma classe de intelectuais que estariam, por suposto, acima de interesses político-partidários-ideológicos. O foco em formar quadros, que depois viriam a se tornar docentes, reforçou a concepção de intelectual que orientaria as primeiras ciências sociais paulistas: o professor, fazendo com que todo o tempo dispendido do trabalho fosse voltado ao ensino. Esta teria sido mais uma das razões para o afastamento de Lévi-Strauss, acusado de abandonar os estudantes para realizar pesquisas etnográficas com indígenas do Mato Grosso. Formar uma classe de brasileiros – paulistas – intelectuais eram o foco da empreitada.

Irene Cardoso — Como foi o seu trabalho na Faculdade..

Roger Bastide — Mesquita me disse o que eu deveria fazer... Mas a guerra fez muitas mudanças. Ele me disse: "O senhor deve ficar aqui... muito tempo, porque o dever do senhor é não só formar estudantes mas também formar um outro professor brasileiro, paulista, para tomar o seu lugar." Mas como não havia ainda uma educação humanista isso duraria para algumas cadeiras, pouco tempo, para outras cadeiras, muito mais tempo. Na Filosofia, por exemplo, talvez muito mais tempo que nas ciências exatas. A guerra mudou, porque fomos obrigados a ficar mais de três (anos).(CARDOSO, 1987, p. 185)

1.1.6 Síntese Analítica

Esse breve levantamento apresentou o processo de associação de atores sociais que permitiu a institucionalização da Universidade de São Paulo enquanto produto da conexão do meio nacional com o ambiente intelectual e agentes advindos da França. Argumentou-se que membros de parte da elite cultural paulista, associados ao jornal O Estado de São Paulo — após derrota e acordos com Vargas pós-revolução de 1932 — obtiveram condições de autonomia política necessárias para emplacar um projeto cultural, gestado em anos anteriores, e que tinha o objetivo de formar lideranças para guiar o país a partir de um espírito de moralização da coisa pública.

Esses atores estavam associados à figura de Georges Dumas, intelectual francês com

experiências de circulação no Brasil, que buscava construir instituições que promovessem a cultura francesa no país a partir do campo educacional. A articulação de Dumas com essas lideranças da elite cultural paulista, das quais se destacam Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho, permitiu a legitimação do projeto de introdução de Liceus Franceses no Brasil e da construção de uma Universidade que teria o país europeu como principal fonte de influência. Nesse sentido, a concepção, baseada na experiência francesa, sobre a centralidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, advogado por Dumas e por Paul Falconet, foi recebida prontamente pelos atores paulistas e fundamentou a criação da nova Universidade em solo brasileiro.

No campo das ciências sociais, assim como de outras áreas, articulou-se a busca de professores estrangeiros, majoritariamente europeus, para a formação dos quadros que iriam estudar na Universidade, processo que contaria diretamente com a mediação dos atores franceses já envolvidos no projeto e que mobilizaram redes com cientistas europeus que conheciam. No âmbito das Ciências Sociais o projeto se concretizou ao articular-se com interesses de intelectuais, em sua maioria jovens, formados no contexto francês, mas que encontravam dificuldades de se inserir em um mercado nacional difícil, por conta da crise do pós-guerra, e por uma clivagem geracional que os desestimulava a manter seus trabalhos no seu país. As representações do Brasil como um espaço de oportunidades foram fundamentais para a concretização da mobilização desses intelectuais, os quais ocuparam posições de prestígio na universidade paulista que nascia.

Ao passo que a institucionalização da Universidade se processou, conectando atores e demandas internas e externas, foi perpassada diretamente por relações de poder e assimetria global que organizavam o campo do conhecimento e ajudaram a conformar a natureza da organização nascente. Uma das primeiras formas de expressão dessa geopolítica cultural é o fato de antes da Universidade de São Paulo ter sido criada já havia a herança consolidada de relações entre Brasil e Europa, com ênfase à França, no que diz respeito à importação de bens culturais. Foi possível remontar, ainda que brevemente, o uso pelas elites das cidades de maior vulto político e econômico no Brasil do século XIX, de elementos culturais franceses como símbolo de distinção, que abarcavam desde o consumo de revistas, livros, música, jornais ou mesmo peças de vestuários, perfumes, comidas e bebidas. Além disso, experiências de fluxo internacional que datam de meados de 1890, já tinham a França como principal *locus* para formação de quadros de instituições brasileiras. As elites por meio de algumas ferramentas de financiamento promovidas pelo Estado, tinham a oportunidade de mover-se ao exterior de

forma a ter contato com elementos mais “evoluídos” e que pudessem ser replicados em solo nacional de forma a reproduzir a “civilização” também aqui.

Perpassa não só o final do século XIX, mas o ambiente de criação da Universidade de São Paulo, o recurso ao exterior, europeu/francês, fonte de uma institucionalidade já consolidada, sob o discurso da “ausência nacional”. Observou-se como o discurso sobre a ausência, no meio brasileiro, de docentes capazes de formar estudantes segundo os princípios que regiam as ciências, foi um dos principais condicionantes do processo de mobilização de intelectuais europeus para a montagem da nova Universidade. A categoria de ausência é mobilizada em situações diversas como nas palestras de Dumas e Falconet, publicadas no jornal O Estado de São Paulo, em que se justificava a necessidade de introdução, em um país com diversas qualidades, de instituições que ainda estavam ausentes, com ênfase à Universidade e a uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Além desses atores estrangeiros, o recurso à categoria de ausência é mobilizado pelos atores Brasileiros engajados na construção da Universidade, como nas falas atribuídas a Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita filho, os quais apontavam, ainda em textos que datam à década de 1920, nas campanhas pela universidade, a necessidade de uma instituição para a construção de líderes capazes de guiar o país por princípios moralizadores. Destarte, a montagem do que seria ausente no país precisaria passar necessariamente pela mediação de indivíduos que possuíam inserção em um contexto já consolidado em termos universitários e científicos. Logo, a França foi posicionada, no campo das Ciências Sociais, enquanto lócus com maior potencial de realizar essa investida. A categoria de ausência operou, conseqüentemente, reproduzindo um padrão assimétrico de poder no campo do conhecimento que situava o país europeu como detentor do saber e das práticas que estariam indisponíveis em solo nacional e que aqui precisavam começar a germinar, mas só poderiam fazê-lo em articulação ao centro.

Uma terceira expressão de como o processo de institucionalização da Universidade de São Paulo, a partir de sua mediação com o ambiente intelectual francês, é permeada por relações de assimetria e poder no campo global do conhecimento são as representações acerca do Brasil que influenciam o interesse dos docentes franceses em participarem da missão. Foi apresentado nesse eixo o modo como determinados símbolos povoavam os imaginários dos intelectuais franceses que vieram ao Brasil. Para além de ser representado como espaço de construção de carreira, a vinda desses professores foi influenciada pelo imaginário produzido pela literatura de viajantes que circularam por regiões de antiga influência colonial francesa, que mais do que situar o exterior como um espaço de aventura via alteridade e contato cultural, influenciou os

intelectuais da época a mirarem a possibilidade de ter contato com experiências e agentes sociais que não existiriam nas metrópoles modernas. Nesse sentido, o interesse pelos povos indígenas que caracterizou a vinda de alguns desses pesquisadores, como Lévi-Strauss, ou pelas reminiscências de religiões africanas, por Roger Bastide, parece ter maior realce, no grupo de franceses que compõe a missão, do que possíveis singularidades, similitudes ou diferenças entre instituições modernas brasileiras e as da sociedade francesa. Interessa-se aqui por pontuar que o desejo em levar para a França experiências sociais que na época eram concebidas como “pré-modernas” seria uma singularidade que daria ao Brasil ares de laboratório de estudo digno e relevante a ser penetrado. Nesses termos, pode-se inferir uma possível representação idílica do Brasil como terra de experiências humanas pré-modernas em estado puro e que poderiam iluminar estudos antropológicos e sociológicos justamente por sua raridade. O Brasil é então interessante por ter em si o “pré-moderno” puro, e não pelo que há de semelhante com a metrópole de onde partem os autores. Há, conseqüentemente, uma representação hierarquizada que organiza o horizonte de visão da geração de cientistas sociais franceses da década de 1930, e que circunscreve o Brasil em uma espécie de cenário idílico que lhe torna singular e relevante de ser estudado por representar o passado da civilização.

Por fim, uma característica que também perpassa as relações assimétricas de poder no campo do conhecimento no interior do tema analisado é a ênfase dada na contratação dos cientistas sociais franceses com ênfase ao seu papel como docentes e não como pesquisadores, e a relação disso com a ideia de desenvolvimento de um país que estaria “atrasado”. É possível observar, nesse sentido, como a contratação dos professores que viriam integrar a missão francesa na Universidade de São Paulo circunscreveu as ações destes ao plano exclusivo da docência, criando empecilhos, ou mesmo determinando diretamente que o papel destas na instituição era formar quadros brasileiros. Esse perfil de contratação baseava-se justamente na premissa que o mais importante da importação desse grupo de intelectuais estava no trabalho enquanto introdutores de um padrão de formação ausente e que necessitava de urgente consolidação. Ademais, a importância destes intelectuais em formarem quadros que seriam escassos ou ainda ausentes está imbricada à noção de desenvolvimento que perpassava o processo de contratação. Conforme foi descrito na entrevista de Bastide aqui mobilizada, estes intelectuais tinham a missão de ajudar no desenvolvimento de instituições ausentes no país e que ajudariam no processo de desenvolvimento deste. Isso posto, fica patente como a investida internacional operaria como um condicionante à modernização brasileira, permitindo que enfim o país tivesse condições de caminhar com as próprias pernas rumo ao status de países europeus

no campo do conhecimento e do desenvolvimento com um todo.

É importante mencionar que apesar de todos essas expressões de como o processo de institucionalização descrito foi condicionado por relações de poder geopoliticamente condicionadas e que formatavam o campo do conhecimento, tais lógicas de subalternização não eram necessariamente impermeáveis a movimentos contrários. Ainda que todo o contexto tenha se desenvolvido sob a lógica de relações entre centros e periferias, sob determinadas condições certos atores nacionais operaram na contramão desse processo, principalmente ao articularem os professores em arranjos locais de poder, ou mesmo circunstâncias específicas desenhadas pelo contexto de guerra. O forte anticomunismo que caracterizou o Estado Novo varguista, abraçado pelas lideranças do jornal O Estado de São Paulo, influenciou diretamente na subversão do acolhimento total dos professores franceses apesar destes serem tratados, majoritariamente, com considerável deferência pelo seu papel na modernização do Brasil. A expulsão de Lévi-Strauss por conta de seu alinhamento com movimentos de esquerda na França, além deste não ter operado apenas o papel de docente conforme seu contrato, é um exemplo de que as relações de poder eram subvertidas sob determinadas condições. Além disso, as proibições de Júlio de Mesquita aos professores contratados de que se manifestassem politicamente à esquerda ou com apoio publicamente a De Gaulle, mostram como o autoritarismo engendrado pelo regime varguista e corroborado pelos grupos paulistas foi capaz de submeter os professores estrangeiros a lógicas de poder local. Esses exemplos mostram como as relações de poder global no campo do conhecimento não era necessariamente imóveis, mas produto de articulações circunstanciais que, sob determinadas condições, podiam ser subvertidas, apesar de não deixarem de continuar operando na reprodução de uma lógica de centro-periferia. As duas lógicas, ainda que conflitantes, conviveram e foram capazes de operar em conjunto segundo os interesses de quem as mobilizou, sob determinadas razões, e em circunstâncias específicas.

O processo narrado nesta sessão teve consequências das mais diversas, mas para fins deste trabalho pode-se sumarizar alguns padrões sócio-históricos que emergiram a partir da criação da Universidade de São Paulo em sua interface com o meio estrangeiro. Entre estes é possível citar: a influência intelectualista e teórica da matriz francesa introduzida na missão que compôs a Universidade; a disposição a tomar povos indígenas ou populações negras enquanto objeto de estudo singular e profícuo em meio à diversidade de experiências sociais brasileiras; a deferência para com a literatura europeia e principalmente francesa introduzida pelos professores da missão; e, pôr fim, a lógica de que as ciências sociais no Brasil deveriam operar

em associação com a produção dos centros franceses e europeus, os quais seriam o lócus de maior legitimidade das contribuições do campo intelectual. Essas permanências históricas serão fundamentais à circulação internacional de sociólogos brasileiros a partir dos anos 1960, que as engendrarão e reatualizarão em novas formas de associação e reprodução da geopolítica do conhecimento.

1.2 Os Franceses no Rio de Janeiro – Uma Construção Interrompida

Outra região brasileira que terá a conexão com franceses enquanto característica marcante durante a institucionalização das ciências sociais é o Rio de Janeiro. A inserção dos intelectuais franceses no espaço universitário do Rio de Janeiro durante os anos 1930 e 1940 está – assim como na maior parte dos outros estados onde modalidades semelhantes ocorreram – diretamente imbricada com o processo de institucionalização das organizações educacionais e científicas locais. O caso do Rio de Janeiro, conforme é explicitado por Miceli (1989) e Almeida (1989), é perpassado diretamente pela intervenção do Estado e das disputas políticas que o cercavam durante o período. Assim como em São Paulo, a institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro se processou sob um campo de disputa política acirrada, em que diferentes concepções ideológicas, que disputavam o sentido da modernização do país e de suas instituições, estavam em palco. Além disso, em ambos os casos, a construção das organizações educacionais é influenciada pelo traço marcadamente centralizador que caracterizou a reforma de Francisco Campos em 1933, produto de um desejo de unificação de padrões das instituições em todo o território nacional e que coloca o problema da autonomia da ingerência política no centro da questão educacional (ALMEIDA, 1989). A passagem de intelectuais europeus, com ênfase aos franceses, na Universidade do Distrito Federal (UDF) e pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), é mediada pelas relações estabelecidas nesse contexto. Reconstruir essa experiência é a tarefa a ser realizada neste tópico.

O caso carioca é perpassado pelas disputas em que engajavam aqueles que vieram a ser conhecidos como “intelectuais reformadores”; representantes da Igreja Católica; indivíduos envolvidos nos movimentos integralistas e representantes diretos do poder estatal que, cada qual da sua forma, se associavam aos interesses de algum desses grupos, ou mesmo representavam interesses unicamente clientelistas. O que é característico do Rio de Janeiro, que o diferenciaria de algum modo da experiência paulista, seria o modo como a força do poder federal, expresso na figura de Vargas e de instituições e atores ligados a ele, provocaram intromissões autoritárias, ou mesmo desmantelamento, nas instituições da época (ALMEIDA,

1989; MICELI, 1989). Segundo Almeida (1989), a causa dessa maior permeabilidade do meio carioca à ingerência direta do poder público sobre a estrutura universitária deve-se à ausência de uma rede social, no interior das elites dominantes, que garantisse sustentação à formação das universidades em território local, o que, por consequência, poderiam blindá-las das crescentes intervenções governamentais. Contrariamente, a legitimidade que as ciências sociais possuíam, e que lhes dava condição de fazerem parte dos empreendimentos educacionais e científicos daquela época, advinha muito mais do prestígio que estas conseguiram adquirir pelos quadros externos à academia, compreendidos enquanto “intelectuais autodidatas” do que como produto de uma construção institucional (ALMEIDA, 1989). Portanto, a autora afirma que a institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro é produto de iniciativas diversas de intelectuais “construtores de instituições” que, em um esforço de fazer vingar algum terreno fértil de seus empreendimentos, buscaram construir instituições de graduação e pós-graduação no decorrer de suas carreiras. A tragédia dessa investida encontrar-se-ia condensada na frase de Anísio Teixeira, um dos atores desse processo, que afirma: “No Brasil as instituições duram tanto quanto seus fundadores”.

1.2.1 UDF: Construção Institucional Anterior e os Intelectuais Reformadores

Para entender a fundação da Universidade do Distrito Federal (UDF) e a missão francesa que irá compor os quadros daquela, é importante compreender o papel que os chamados “intelectuais reformadores” tiveram no sentido da mudança de orientação dos espaços educacionais brasileiros. Assim como apontado por Schwartzman (1978) a criação de universidades no Brasil ocorre em um contínuo de ações que representam o acúmulo de densidade de conteúdo debatido no interior de instituições nascidas na década de 1920, mais especificamente a Academia Brasileira de Ciências (ABC) de 1916 e a Associação Brasileira de Educação (ABE), 1924. Nessas instituições a camada emergente de intelectuais brasileiros passou a se articular em defesa da criação de espaços universitários, associando-se com grupos da sociedade interessados na edificação de tais entidades e discutindo o desenho e natureza destes espaços. O Grupo dos intelectuais “escolanovistas” influenciados por John Dewey, que tinha como principais expoentes Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, possuiu importante liderança no interior dessas organizações, apontando para a necessidade de uma reforma educacional brasileira que contemplasse questões como o ensino laico e público (ROCHA, 2016). Esses educadores, chamados de “intelectuais renovadores”, tiveram papel crucial na concepção e construção institucional de universidades brasileiras, principalmente pelo engajamento que tiveram no interior de instituições do Estado para a construção de espaços

de ensino e pesquisa científica.

A ABE e a ABC foram espaços fundamentais para a fermentação das ideias que viriam a embasar a construção da Universidade do Distrito Federal. No ano de 1923, a Associação Brasileira de Ciências passa a apresentar a defesa do meio universitário enquanto espaço de produção da ciência em seu estado puro, “atribuindo-lhe a função de cultivar as ciências, sem a preocupação de sua aplicação imediata” (PAIM, 1981, p. 35). Segundo Paim (1982), a ABE contribuiu em paralelo com a ABC na promoção de conferências nacionais e inquéritos que buscavam traçar uma análise sobre o quadro educacional do país. O mais importante inquérito realizado pela ABE teria sido o de 1927 acerca do “problema universitário brasileiro”, que ocorreu com o apoio de vários veículos de imprensa, como O Jornal, Jornal do Comércio do Rio e O Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 1995). Este inquérito, realizado pela Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, se materializou em um livro chamado “O problema Universitário Brasileiro” de 1929, que caracteriza a contribuição direta dessa entidade para a questão universitária brasileira (PAIM, 1981).

Conforme afirma Oliveira (1995), nesse período existiam duas concepções em disputa sobre o futuro da educação e ensino superior no país. A primeira delas detinha-se na necessidade de qualificação profissional dos indivíduos, com um enfoque direcionado à formação técnica, enquanto a outra se caracterizava pelo peso dado à ciência e à pesquisa, distanciando-se de um ensino puramente voltado à atuação no mercado. Para mais, estava sob disputa o grau de autonomia que as instituições criadas no período iriam possuir. Os anos 1930 são marcados pela reforma educacional de Francisco Campos, que na gestão do Ministério da Educação e Saúde Pública de Vargas, inaugurado após a revolução de 1930, acentuou elementos centralizadores na gestão da educação brasileira, à medida que buscou unificar em todo território nacional um padrão de diretrizes sob controle direto do Estado central. Uma série de medidas são tomadas para dar forma à empreitada, entre as quais se destaca o Estatuto das Universidades Brasileiras e a Criação do Conselho Nacional de Educação, ambos em 1931. Contudo, o impulso centralizador das reformas de Campos não operou no vazio, sendo tencionado por iniciativas de caráter mais autonomista. A Universidade do Distrito Federal (UDF) — em comunhão com o desejo de autonomia da Universidade de São Paulo — é criada em 1935 e expressa esse desejo por autonomia (FÁVERO, 2008).

1.2.2 Anísio Teixeira, a criação da UDF e o Recrutamento no Exterior

A criação da UDF deve-se diretamente às ações de Anísio Teixeira quando alçado ao

cargo de Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, durante a gestão de Pedro Ernesto na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Anísio permaneceu no cargo de 15 de outubro de 1931 até 2 de dezembro de 1935. Durante esse período, promoveu uma ampla reforma no sistema educacional do Distrito Federal, englobando desde o período da pré-escola até o meio universitário. A construção da UDF, canalizada por Anísio Teixeira, materializa boa parte das concepções gestadas na ABE e ABC sobre ensino superior, principalmente na ênfase dada a produção científica e cultural desinteressada (FÁVERO, 2008). Segundo Mendonça (2002), a ideia de uma universidade que tivesse a pesquisa científica enquanto objeto central teria advindo da Seção de Ensino Técnico e Superior da ABE, e que depois seria incorporada na ação de intelectuais renovadores como Anísio Teixeira.

Além da própria ideia do “saber pelo saber”, a concepção de Anísio expressa no discurso de inauguração da instituição, reforça que a cultura brasileira, diferentemente de países com maior tradição universitária, teria por característica separar as pessoas, e não as unir. Desse modo, aqueles interessados em cultivar a formação intelectual se desenraizavam de seu próprio povo, pois, “O homem culto, à medida que se cultiva, (...) mais se afirma nos exclusivismos e particularismos de sua luta pessoal pelo saber” (TEIXEIRA, 1962). Nessa perspectiva, a universidade deveria ter por finalidade a tarefa de socialização da cultura, dando maiores condições para que todos pudessem participar em um processo de formação intelectual. Nessa esteira, a UDF se transformaria em um polo de irradiação cultural nacional, e o Rio de Janeiro seria um campo central na batalha por uma renovação nacional da educação (FÁVERO, 2008).

Destarte, a UDF nasce em meio à cruzada em promover a produção científica desinteressada e combater o autodidatismo que marcou os meios intelectuais nacionais até aquele momento. Persistia então a questão de como inserir, em um país com as características então presentes, os valores e práticas que os reformadores desejavam-lhe inculcar. A mirada ao exterior, assim como em São Paulo, se fez presente como condição para essa realização. Segundo Fávero (2013), é justamente pela ausência do tipo de prática científica desinteressada em solo nacional que os professores que comporiam os quadros da UDF foram buscados no exterior. Segundo Fávero (2013), Anísio Teixeira, com seu projeto, “Deixava passar, assim, a ideia de que, na construção dessa instituição, num país como o nosso, sem tradição de pesquisa científica “pura”, nem de cultura “desinteressada”, tornava-se necessária a vinda de professores provenientes de países onde já existisse essa tradição”. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE

LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013, p. 62).

É imbuído desse espírito que Afrânio Peixoto, primeiro reitor da UDF, enviado à Europa para selecionar os professores franceses à instituição brasileira, advogava a importância da missão ao estrangeiro para montar os quadros da Universidade. Afrânio Peixoto, representava o Brasil enquanto uma nação que deveria aprender com europeus e americanos, os quais já possuíam uma experiência secular que lhes garantia este direito e dever de ensinar aqueles que não tinham em sua história o acúmulo intelectual de tais países. Essa importação de quadros, associada em uma metáfora utilizada num discurso por Peixoto, caracterizaria nosso privilégio em plantar em solo nacional a cultura a partir dos galhos de uma árvore já amadurecida, e não por meio de uma semente que demoraria em desenvolver-se. Seguindo com a metáfora, pode-se dizer que a missão era, nesse sentido, buscar no terreno mais fértil da intelectualidade os que melhor poderiam plantar, em solo nacional, os meios para o florescimento aqui, assim como lá, da ciência em seu estado já amadurecido.

Não queremos, para isso, inventar métodos, apesar de autodidatas que sempre fomos, queremos aprender com a experiência plurissecular da Europa da Norte América, que nos devem ensinar. Plantar de galho, que anda mais rápido do que de semente. Vamos trazer os primeiros professores estrangeiros. Sem preferência de nacionalidade, apenas atendendo, no começo, aos mais facilmente assimiláveis. Já temos tratos internacionais para escolher os melhores dentre os bons". (PEIXOTO, 1935, p. 8).

Conforme apontado por Fávero (2013), a missão de Afrânio Peixoto à Europa busca levar em consideração a questão da língua nacional, cujo objetivo era direcionar a seleção de professores em nações com o mesmo eixo linguístico, que facilitasse a incorporação destes à docência no Brasil. Deu-se prioridade, conseqüentemente, para França, Portugal, Itália e Espanha, durante a escolha. A partir do discurso de Afrânio Peixoto é possível ver em que medida a importação das cabeças que fundariam a intelectualidade universitária no Rio de Janeiro é marcada por ambiguidades que expressam o desafio de tomar os estrangeiros enquanto portadores de uma cultura amadurecida, que viria a ser aqui cultivada, e ao mesmo tempo tomar o Brasil enquanto um agente não apenas submisso a esse processo. Independentemente da tentativa de garantir ao Brasil a posição ativa de “fecundador” das ideias externas, fica patente em seu discurso que elas precisam vir de fora e só assim acelerar-se-ia o processo de institucionalização, no meio brasileiro, do espírito universal, o que permitiria posicionar o país como parte da experiência geral humana.

Elas serão, essas missões culturais, a *souche*, a soca diremos nos, donde brotara disseminada a cultura nacional, não mais o esforço individual de alguns autodidatas, senão extensão popular e coletiva de culturas, que serão a cultura brasileira, dado o exemplo, sempre fértil em contágios e imitações. Isso,

porém, será apenas o começo. Esses estrangeiros eminentes virão, semearão, enxertarão, porão estacas e mudas na alma nacional e participarão com as nossas bênçãos e reconhecimento. E aqui, conosco, pela fecundação desse espírito universal na alma brasileira que deve nascer e crescer e estender-se a consciência esclarecida pela cultura, que será digna do Brasil, os futuros e definitivos professores serão todos brasileiros. Esses mestres serão os primeiros produtos da universidade. Esses brasileiros, os mestres do Brasil (PEIXOTO, 1935, p.8).

Para essa realização, é também a Georges Dumas que Afrânio Peixoto irá recorrer, com o interesse em escolher quadros advindos da França. Nesse sentido, George Dumas opera na UDF, assim como na USP, como elo de conexão entre os interessados na estruturação da organização brasileira e a classe intelectual francesa. Conforme afirma Fávero (2008), Peixoto foi enviado para a Europa com a missão de escolher docentes que ocupassem as áreas de estudo que não possuíssem professores “suficientemente preparados” para conduzir no Brasil. Em correspondência com Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto argumenta que dificilmente seria possível fazer com que professores mais consagrados, ou mesmo jovens, viessem para o Brasil, o que poderia ser contornado, contudo, a partir de um contrato que deixasse os estrangeiros livres de dezembro a Janeiro, período em que poderiam retornar à França, no que seria o trimestre mais importante para os franceses em seu país.

Aqui, em Paris, busquei logo informações [...]. Poderíamos ter mesmo o melhor da grande universidade de Paris, que recruta o melhor da França apenas com um detalhe: contrato. um grande sábio aqui não abandonaria sua cadeira por nós, por alguns anos, nem mesmo um jovem mestre, com esperanças. Mas o fato geográfico vem auxiliar-nos, há que se pensar no seguinte: contratá-los de março a novembro, deixando dezembro, janeiro, fevereiro à França, ao contato francês, indispensável a eles [...] Esse trimestre é o mais importante aqui. o governo francês o permite, assim. [...] teremos professores jovens ou provecctos, os próprios das grandes universidades. [...] contrato de curto prazo a ensaiar e a renovar... PEIXOTO, 1935, apud (FÁVERO, 2008, p. 171).

O aparente sucesso da empreitada pode ser notada na carta de Odette Toledo, que ocupava a papel de secretária, para Anísio Teixeira, pela qual informa o êxito das contratações, que teriam boa receptividade entre os alunos e considerável repercussão social, apontando que já estaria definida a contratação de mais cinco professores por intermédio de Georges Dumas.¹² A investida de Peixoto se mostrou deveras exitosa, tendo em vista que conseguiu concretizar-se na contratação de uma série de professores que vieram a ocupar áreas diversas na UDF, o que pode ser observado na TABELA 2 a seguir.

¹² “Os cursos dos franceses tiveram grande sucesso. Notáveis pelos resultados conseguidos com os alunos foram os de Geografia Humana – Deffontaines; História Romana – Albertini; Economia social – Leduc. de grande repercussão social: Garric, Souriou e Hauser. deram cursos na academia Brasileira de Letras e fizeram conferências em vários estados em nome da UDF. Para este ano está assentada com o professor Dumas nova equipe de cinco professores que deverão chegar ainda este mês” (TOLEDO, 1937, apud (FÁVERO, 2008, p. 173).

TABELA 2 - Professores Estrangeiros na Missão Francesa na UDF (1935-1936)	
Professores	Área
Émile Bréhier	História da filosofia
Eugéne Albertini	História da civilização romana
Henri Hauser	História econômica
Henri Tronchon	Literatura comparada
Gaston Leduc	Economia social e organização do trabalho
Étienne Souriou	Psicologia e filosofia
Jean Bourciez	Filologia das línguas românicas
Jacques Perret	Línguas e literatura greco-romanas
Pierre Deffontaines	Geografia humana
Robert Garric	Literatura francesa
Viktor Leinz	Geologia e mineralogia
Bernhard Gross	Física

Apesar desse início, com ares de vitória e esperança, o projeto da universidade fundada por Anísio Teixeira, sob liberdade e autonomia, logo é solapado pela intervenção Federal do Ministério da Educação de Vargas, sob a gestão de Gustavo Capanema. A influência direta da Igreja Católica, encarnada na pessoa de Alceu de Amoroso Lima, pressionara o ministério de Capanema pelo expurgo, na instituição nascente, dos ditos elementos de oculta pregação comunista envolvidos na fundação da instituição carioca¹³. A pressão surtiu efeito e “o sacrifício ritual” (FÁVERO, 2008) de Anísio no Departamento Municipal de Educação do Distrito Federal ocorreu em Novembro de 1935, seguida, em paralelo ao fracasso da Aliança Nacional Libertadora (ANL), da destituição de Pedro Ernesto na Prefeitura do DF, além da prisão de alguns professores da instituição. Com a instalação do Estado Novo, a reitoria da UDF é entregue a Alceu Amoroso Lima que ocupa a cadeira que antes era de Afrânio Peixoto sob a nova prefeitura de Afonso Pena Júnior. Capanema consolida assim o fim da instituição argumentando pela sua inconstitucionalidade ao passo que todas as instituições educacionais

¹³ Em carta para Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, faz suas queixas sobre a UDF: “A recente fundação de uma Universidade Municipal, com a nomeação de certos diretores de Faculdades, que não escondem suas idéias e pregações comunistas, foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos. Para onde iremos, por esse caminho? Consentirá o governo em que à sua revelia mas sob a sua proteção, se prepare uma geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia? Eis porque lhe escrevo estas linhas, resumindo nossa conversa de ontem, para lhe dizer da grande inquietação que nos assalta nesta hora, e do que esperamos do patriotismo dos nossos dirigentes para a defesa do patrimônio moral do Brasil e do seu futuro como nacionalidade cristã” AMOSOSO LIMA, apud (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 227).

de ensino superior deveriam, a partir de então, ser submetidas aos padrões da União expressos na Universidade do Brasil (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984).

A existência da universidade do distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. o Ministério da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação [...]. É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a universidade do Brasil a se constituir o único aparelho universitário da capital da República. (FÁVERO, 2008, p. 177).

As atividades da Universidade do Distrito Federal seriam então incorporadas àquela que veio a ser a via alternativa de construção de uma universidade no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil. A faculdade Nacional de Filosofia, que vai abarcar a esfera das ciências sociais no interior da instituição da União, é a expressão do modelo centralista e autoritário que vem a se consolidar sob a égide do Estado Novo. Nesta, também, o recurso ao exterior será utilizado, contudo, passando por filtros ideológicos inexistentes na instituição que acabara de ser destruída.

1.2.3 Faculdade Nacional de Filosofia: A Outra via

Conforme exposto, a FNFi, vinculada à Universidade do Brasil, representa a vitória de grupos políticos, intelectuais e religiosos distintos daqueles que organizaram a Universidade do Distrito Federal. Saem vitoriosos e engajados na construção da nova instituição, principalmente, a Igreja Católica e os membros do governo associados ao ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema. Por conta disso, a mobilização em torno da formação dos quadros da FNFi vai ser diretamente permeada por questões que envolvem critérios políticos para a escolha dos professores, visando atender interesses políticos e ideológicos específicos destes grupos (FÁVERO, 2003). Destarte, a Faculdade Nacional de Filosofia vai se caracterizar pela intensa ingerência política na organização da universidade, tendo que conciliar “múltiplos pretendentes às cátedras com padrinhos e indicações variadas” (OLIVEIRA, 1995, p. 252). Este jogo que envolve ingerência política, hierarquia e clientelismo, que caracterizarão a instituição, fica bastante evidente em cartas analisadas por Oliveira (1995), que mostram como frequentemente a escolha de professores à FNFi passava diretamente pelo presidente da República, fazendo com que Gustavo Capanema operasse enquanto mediador dos vários

interesses e às vontades de Vargas para a montagem dos quadros¹⁴.

Apesar de nascer a partir do ataque à UDF, o papel de mobilização dos intelectuais estrangeiros também se mantém na construção da FNFi. Fávero (2013) aponta que também na FNFi a montagem do quadro de docentes a partir do exterior era tomada enquanto indispensável para a possibilidade de institucionalização da Universidade, tendo sido justificada, em semelhança à outras universidades que recorreram ao mesmo itinerário na época, a ausência de professores capazes de dominar o conteúdo de certas áreas no meio brasileiro. Gustavo Capanema descreve essa necessidade em Carta enviada a Vargas, na qual chega a ponderar uma possível contradição entre esse modelo de atuação e o nacionalismo que caracterizava o Estado Novo, dando ênfase, contudo, que esse tipo de investida só produziria ganhos ao meio nacional.

É preciso reconhecer que não há no Brasil professores para certas e determinadas disciplinas universitárias. Chamá-los de fora é um dever. E eles devem ser chamados, não para fazer vagas e rápidas conferências para meia dúzia de diletantes (...) mas para dirigir as cátedras, por todo o ano escolar, dando-lhes a disciplina, a orientação, a feição conveniente (...) nisto não haverá vexame para ninguém. Ao contrário. Os espíritos inquietos do saber só acharão vantagem no fato de poder aumentar, com a experiência vinda de fora, os próprios conhecimentos”. CAPANEMA s.d.a apud (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013, p. 63).

A questão da formação de uma universidade a partir de quadros internacionais colidia, de alguma maneira, com os princípios nacionalistas que caracterizavam o Estado Novo. A necessidade de harmonizar essas concepções teoricamente opostas foi, contudo, encarada com algum grau de flexibilidade pelos apoiadores do regime. Alceu de Amoroso Lima, um dos principais intelectuais católicos mobilizados na construção da instituição, segue uma linha de raciocínio bastante convergente com a utilizada por Capanema em sua correspondência com Vargas. Para Alceu recorrer ao exterior, com ênfase aos europeus, seria uma forma de pedir a colaboração dos povos com as contribuições mais notáveis no campo da história da civilização humana, que se distinguiram pelo seu pioneirismo no campo da cultura e intelectualidade. Nesses termos, o nacionalismo extremado só levaria à uma ação xenófoba que por consequência impediria a introdução de meios que só contribuiriam à formação intelectual nacional.

(...) em boa hora, para melhor aparelhamento em vista dessa alta finalidade

¹⁴ “A Faculdade Nacional de Filosofia é institucionalizada, então, sob a tutela do poder central; traz em seu nascedouro as marcas tanto do autoritarismo quanto da conciliação, entendidas como estratégias de dominação. A análise de cerca de cinquenta cartas existentes no arquivo do Ministro Capanema, referentes as solicitações e justificativas para a contratação de professores na fase de instalação da FNH, deixa claro que a não realização de concursos, nos primeiros anos, bem como a forma e os critérios adotados para a contratação dos professores estrangeiros, expressam a utilização de certas estratégias voltadas prioritariamente para o atendimento de interesses político-ideológicos. Diferentemente da Universidade de São Paulo, para a qual Teodoro Ramos, indo a Europa, contrata professores, e da Universidade do Distrito Federal, para a qual Afrânio Peixoto faz o mesmo, a Faculdade Nacional de Filosofia promove seus contratos através do governo.” (FÁVERO, 2003, p. 113)

(formação profunda da personalidade), pensou o Governo em solicitar a colaboração de outros povos, que na história da civilização já tem distinguido como pioneiros do saber e da cultura. O nacionalismo só e uma força justa quando foge a todo jacobismo e a toda xenofobia. Queremos bem à nossa pátria. Queremo-la cada vez mais digna e mais poderosa. Mas para isso confiamos, acima de tudo, nas armas do saber e da virtude. E pedimos sem falsos arreganhos de suficiência as lições daqueles que estão em condições de no-las fornecer. LIMA apud (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013, p. 63)

Apesar do distanciamento entre a FNFi e a UDF, e do forte embate mobilizado por grupos políticos e ideológicos tão díspares, a Faculdade Nacional de Filosofia recorre aos métodos e mediadores bastante semelhantes aos utilizados pela UDF no processo de escolha de quadros no exterior. Aqui também Georges Dumas foi o meio de conexão ao campo intelectual francês. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), Gustavo Capanema contata Dumas com o interesse em reproduzir na Faculdade Nacional de Filosofia o modelo institucional que havia sido utilizado na Universidade de São Paulo, apesar de que a organização carioca teria por diferencial o controle federal. A troca de cartas entre Dumas e Capanema em meados de 1935 mostra que o intelectual francês apresenta algumas ideias que ambos já teriam conversado pessoalmente, as quais reforçavam a noção de que o Brasil era enxergado, pelos intelectuais franceses, como um local rico em cultura e inteligência, mas que teria um déficit no que diz respeito ao número de obras na “produção mundial”. Esse problema seria um produto, segundo Dumas, da ausência em solo brasileiro de um ensino desinteressado e metódico que trabalhasse com os temas da pesquisa, ciência, filosofia, história e literatura, e que deveria ser resolvido com a formação de faculdades de filosofia ciências e letras, no sentido de exprimir a “alma de sua universidade nacional”.¹⁵

Para além de pontuar a necessidade de inculcar nos brasileiros o espírito intelectualista que caracterizaria uma faculdade de filosofia ciências e letras, Georges Dumas também tomava esse projeto enquanto profícuo na moderação da “exuberância da vida afetiva dos brasileiros” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 230). Ainda em suas correspondências com Capanema, Dumas afirmava que seria característico do povo brasileiro, para além do gosto pela imaginação e pelo sonho, a abundância de vida afetiva. Esta, apesar de produzir traços positivos ao país, como em sua contribuição para o lirismo, acabaria por extrapolar os limites do

¹⁵ "Todos os professores franceses que vêm ao Brasil (...) impressionam-se com a cultura e a inteligência dos ouvintes e estudantes que conhecem mais de perto, mas também se espantam pelo fato de que de tanta inteligência e tanta cultura se originem tão poucas obras que contêm na produção mundial." "Estou persuadido (...) que a contradição que constato se explica pelo fato de não haver, no Brasil, organismos encarregados de ensinar à juventude, de forma metódica e desinteressada, as disciplinas gerais de pesquisa e de trabalho, na esfera científica e mais ainda na esfera filosófica, histórica e literária."(SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 231).

conveniente em algumas circunstâncias. Desse modo, o caráter afetivo poderia ser melhor ajustado a partir da introdução das instituições de ensino superior. Seria a partir disso — em destaque o trabalho difícil, porém urgente a ser realizado nos campos científicos, filosóficos e literários — que o Brasil poderia sair da condição de um país que, apesar de ler obras de todo mundo, pouco produz, para então se colocar como parte da “produção intelectual do mundo”.

Non são os dons intelectuais que faltam à sua bela juventude; ao contrário, ela os tem em abundância. Mas a boa fada que lhe preside o nascimento colocou também no berço outros dons além da inteligência: o gosto da imaginação e do sonho, a abundância da vida afetiva. E ainda que não se trate, de nenhuma forma, de combater estas disposições naturais, será muito útil limitá-las, sobretudo nos domínios que lhes convém mais particularmente. O Brasil possui admiráveis líricos, sem dúvida porque o lirismo é inerente à raça e todo brasileiro é, à sua maneira, poeta da alma e da natureza, mas este lirismo pode ter seus inconvenientes quando se manifesta fora das obras de poesia e da imaginação; e as fundações universitárias que o senhor está preparando deverão como resultado canalizá-lo e moderá-lo nas obras da razão, de onde não seria o caso, evidentemente, de excluí-lo totalmente. GEORGE DUMAS apud (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 231)

A conexão com Dumas produziu, portanto, a contratação de uma série de professores Franceses para a FNFi, os quais teriam sua vinda ao Brasil mediada pelas relações de disputa de poder político e ideológico da época. O professor francês chegou, inclusive, a enviar uma carta à Capanema em 1939 em que dava apoio ao fim da UDF, documento que chegou a ser utilizado por Capanema enquanto forma de legitimar suas ações para como a instituição do Distrito Federal. Além disso, e talvez o elemento mais importante que diferencia a FNFi de outras instituições do período na seleção de quadros internacionais, a influência da Igreja Católica na pessoa de Alceu Amoroso Lima em tal processo será central. Conforme atesta correspondência de Capanema para Georges Dumas, os professores contratados para as áreas de sociologia e psicologia deveriam ser católicos e ligados à Igreja, o que estaria de acordo com os interesses de Alceu Amoroso Lima, futuro diretor da instituição¹⁶.

Para psicologia e sociologia (...) desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas

¹⁶ É importante ressaltar que para além de Dumas, a Embaixada Francesa no Brasil também operou enquanto mediador no processo de seleção dos professores, tendo inclusive cedido informações que corroboravam com a necessidade de os professores contratados serem católicos: “A embaixada francesa no Brasil ajuda nas negociações, pressiona o ministro para que apresse suas decisões, e não se furta a dar informes sobre as orientações dos professores. Sobre o professor Poirier, proposto para ensinar filosofia no lugar de Gouthier, a embaixada afirma que "ii a déjà été indiqué que san orientation doctrinale répondait entièrement aux vues du directeur de la nouvelle faculté". A respeito do Sr. Ombredonne, proposto para a cadeira de psicologia, a embaixada confirma que ele "présente toutes les garanties souhaitables au point de vue des tendances". Para sociologia, o indicado é Jacques Lambert, que já havia estado em Porto Alegre em 1937, uma pessoa que, segundo a embaixada, "appartient à la même génération de professeurs catholiques que MM Déf fontaines et Garrié". (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 232).

tendências opostas à Igreja ou dela divergentes. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 232)

O perfil nacional dos intelectuais estrangeiros contratados para a FNFi concentra-se principalmente em professores franceses. Ainda que intelectuais italianos também ocupassem uma parcela relevante dos quadros. Contudo a proporção interna de ambos os grupos na universidade não é uniforme, já que a diferenciação entre áreas se faz acompanhada também de uma distinção nacional. Conforme o trabalho de Fávero (2013), para as áreas de ciências sociais e humanas os franceses foram o grupo de destaque, enquanto nas ciências da natureza e exatas encontramos professores italianos, os quais também ministravam a disciplina de Literatura Italiana. Um dado que reforça a dimensão política que envolvia o processo de contratação de professores é o fato de que ocorrera o cancelamento de todos os contratos de professores italianos na instituição no ano de 1942, por conta da participação brasileira na segunda guerra mundial ao lado dos países da tríplice aliança (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013).

Observa-se que a maior parte das contratações de professores estrangeiros à instituição ocorreu entre 1939 e 1941, ao passo que os números caem progressivamente com o passar dos anos e a universidade passa a ter em seus quadros a maioria de professores brasileiros. A parcela de professores estrangeiros na FNFi durante o ano de 1941 alcançava a cifra de 25% do total, totalizando 41% dos catedráticos, números que irão cair em 1945 para 11% e 23% respectivamente (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013).

O recrutamento internacional de intelectuais estrangeiros não foi um processo que passou inalterado sob o julgo dos críticos nacionais ou mesmo de quadros internos à instituição brasileira. A inserção dos estrangeiros no corpo universitário teria provocado severas reações. Segundo Fávero (2013) o caráter autoritário e centralizador das contratações pode estar por trás dos descontentamentos provocados pelo recrutamento dos franceses e italianos, o que teria chegado a causar o pedido de demissão de professores brasileiros, mais especificamente Lélío Gama da área de Matemática e Física e Luiz Freire. Em ambos os casos estaria presente a crítica às diferenças de tratamento dadas aos professores brasileiros e os europeus, como o pagamento de despesas de deslocamento que não seria dado aos nacionais. Além disso, em meio ao ambiente clientelista que caracterizou o modelo de contratações, encontra-se um caso em que Capanema foi questionado acerca das contratações dos estrangeiros, o que estaria em desacordo com os princípios do regime nacionalista do Estado Novo. Neste caso, a crítica teria sido

seguida pela indicação de um brasileiro, próximo ao remetente da carta, para a cadeira de política.

“Ouvi dizer que pensou em mandar vir da Sorbone um professor para a cadeira (de Política). Não julguei que fosse fundada a notícia. A todos os respeitos, se o eminente Amigo me permite, a importação de um professor estrangeiro para a regência efetiva da cadeira seria um contrasenso com a ordem de coisas instituída no país em 1937. NEVES (1939), apud (DE ALBUQUERQUE FÁVERO; DE LACERDA PEIXOTO; DA SILVA, 2013, p. 67).

A Faculdade Nacional de Filosofia existiu até o ano de 1968, quando, após um longo processo de enfraquecimento, foi fechada com a reforma universitária de 1968. O Rio de Janeiro também foi palco de outras instituições de ciências sociais que tiveram no exterior agentes fundadores ou mesmo sujeitos de influência direta sobre essas organizações. Vai se destacar a partir dos anos 50 a criação do CBPE e do CLAPCS. Estas instituições receberam forte influência de pesquisadores vinculados à Unesco e são tratados posteriormente em um tópico que trata mais especificamente do papel da Unesco na promoção institucional das ciências sociais no Brasil e na América Latina.

1.2.4 Síntese Analítica

A partir das informações levantadas neste eixo, em que se tratou da influência francesa no processo de institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, foi possível remontar os atores e instituições envolvidos em tal empreitada, seus interesses e relações de poder que os entrecruzam. No caso da criação da UDF foi possível observar que esta partiu da mobilização conjunta de intelectuais vinculados às organizações criadas nas décadas anteriores, a saber, Associação Brasileira de Educação (ABE) e Associação Brasileira de Ciências (ABC). Nessas instituições debatia-se a necessidade de promoção de reformas educacionais no país que fossem capazes de desenvolver a produção de ciência supostamente sem condicionamento à interesses políticos, o chamado “saber pelo saber”. Esse ideário de ciência desinteressada partia na contraposição a concepções instrumentalistas que visavam submeter a produção de conhecimento à aplicação imediata e com caráter profissionalizante. O principal ator no seio desse movimento foi Anísio Teixeira, influenciado por sua formação nos Estados Unidos com John Dewey e sob a proteção da prefeitura do Distrito Federal de Pedro Ernesto, buscou colocar na prática esse ideal reformador no campo educacional a partir da criação da Universidade do Distrito Federal. Aqui, assim como no caso paulista, o recurso ao exterior foi utilizado de forma a montar os quadros da universidade.

A figura de George Dumas repete-se no processo de criação da UDF e juntamente com a Embaixada Francesa no Brasil, mobilizado na sua agenda de promover a influência francesa

no meio educacional brasileiro, articulam a contratação de docentes para a Universidade. A intervenção bem-sucedida no primeiro momento foi, contudo, interrompida pelo recrudescimento do regime varguista. Este foi influenciado por grupos católicos que concorriam com os educadores renovadores o controle e gestão da concepção educacional no Brasil. A figura de Alceu Amoroso Lima foi apresentada enquanto central no processo de sufocamento do projeto de Anísio Teixeira.

A instituição que surge em resposta ao fechamento da UDF é a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Esta, sob ingerência direta do poder autoritário do governo central chefiado por Vargas, teve Gustavo Capanema, na cadeira de ministro da educação e saúde, como principal articulador. Ele, em consonância com os interesses do regime estadonovista e por influência das correntes católicas anti-comunistas, buscou construir uma faculdade que no interior do projeto centralizador da Universidade do Brasil fosse capaz de formar intelectuais no país. Apesar da dissonância ideológica direta com o projeto da UDF, o mediador no exterior utilizado pelo governo varguista para a montagem do quadro de professores da Faculdade Nacional de Filosofia continuou sendo o mesmo do projeto de Anísio: George Dumas. Aqui o francês cumpriu, também, o pedido de envio dos professores de seu país acatando, porém, as solicitações do regime de que os enviados fossem católicos e distanciassem de ideologias de esquerda. Tal investida, em paralelo com a contratação de professores italianos que ficaram majoritariamente nas áreas de exatas, permitiu a montagem da instituição que, contudo, não teve como docentes apenas os estrangeiros, mas também brasileiros, os quais passavam por forte crivo político e ideológico que incluía o aval do próprio presidente da república.

Também nas instituições do Rio de Janeiro, assim como em São Paulo, o processo de edificação do meio universitário foi perpassado por relações de poder e assimetrias globais que organizavam o campo do conhecimento e influenciaram a natureza das organizações nascentes. Em relação às instituições UDF e FNFfi foi possível notar a categoria de ausência enquanto princípio legitimador da montagem dos quadros das organizações brasileiras a partir de professores estrangeiros. Um dos exemplos disso é o argumento, durante a fundação da UDF, de que o almejado estudo científico desinteressado seria ausente em solo nacional, necessitando ser importado do exterior para então desenvolver-se no país. Além disso, os discursos de Afrânio Peixoto, reitor da UDF, justificando o recurso à docentes de fora, expressa claramente a noção de ausência e consequente posição subalterna do Brasil no campo do conhecimento, ao utilizar-se da metáfora de plantio de uma nova árvore a partir dos galhos de uma já crescida, para afirmar que o uso de quadros de fora ajudariam o Brasil a acelerar o seu processo de

amadurecimento intelectual e institucional de forma a participar finalmente da “experiência coletiva humana”. Esse tipo de discurso também aparece na fundação da FNF*i*, ficando patente nas ações de Gustavo Capanema, que reforçavam que apesar de não ser uma empreitada que estaria em consonância com um governo nacionalista como o brasileiro, a importação de professores seria a chance de contar com a colaboração dos povos que teriam as contribuições mais notáveis na história da civilização. Esse sentimento de que o Brasil ainda não tinha produzido resultados que lhe colocassem em posição de relevância na história da civilização é ecoado na fala de George Dumas quando pontua o déficit de obras de brasileiros na produção mundial intelectual, processo que poderia ser ajustado com a introdução de uma faculdade de filosofia ciências e letras, aos moldes franceses, que ajudaria até mesmo a conter e reajustar pulsões liristas que seriam características do país tropical.

Também nas Instituições do Rio de Janeiro, apesar da força das relações de poder globais que reproduziam a posição do Brasil enquanto espaço de ausência e importador dos quadros, conhecimento e instituições das metrópoles europeias, existiram situações que em alguma medida subvertiam tais lógicas de assimetria ou, ainda que não o fizessem, mostravam a não aceitação pacífica delas. Isso se faz presente com maior ênfase no caso da FNF*i*, em que as relações de compadrio político foram definidoras de uma série de cargos políticos que não operavam sob a lógica da busca no exterior de docentes. Além das contratações que passavam pelas lógicas de poder locais, tem-se o condicionamento do fluxo de intelectuais estrangeiros sob condições específicas solicitadas pelas bases católicas que faziam parte do governo varguista, como a condicionalidade de vinda dos professores conquanto fossem católicos e distantes de ideologias de esquerda. Ademais, o alinhamento do Brasil a determinados países durante a guerra operou como um mecanismo capaz de subverter determinados padrões de contratação, como ocorrido com a demissão de professores italianos após o realinhamento brasileiro com os países aliados. Pode-se citar também as manifestações de descontentamento de professores brasileiros frente a privilégios de professores estrangeiros no acesso a cargos como um processo que mostra resistências a esse padrão de incorporação.

Por fim, apesar das instituições do Rio de Janeiro não terem tido vida tão longa como a Universidade de São Paulo, e terem sido mais diretamente perpassadas pela ingerência do poder político dificultando a autonomia institucional delas, observou-se consequências com importância histórica sobre os contextos subsequentes de circulação e produção intelectual nas ciências sociais. Destaca-se aí a influência das tradições intelectualistas e teóricos de origem francesa e europeia, principalmente pelo prestígio que a literatura aqui introduzida por esses

países passou a ter no contexto nacional. Além disso, também no caso carioca reproduziu-se o ideário sobre a Europa, como espaço, por definição, da produção intelectual nas ciências sociais, fazendo com que o Brasil ficasse atado à dinâmica dos centros para buscar, via mimetismo, uma reprodução nacional de reflexões, teorias, metodologias e conceitos produzidos nos centros.

A França, contudo, não foi o único país a ter um forte papel na institucionalização das ciências sociais no Brasil. Também operaram nesse sentido com considerável destaque intelectuais e instituições norte-americanas, além de organismos internacionais. No capítulo a seguir apresenta-se o papel norte-americano na institucionalização das ciências sociais brasileiras, seguido de tópicos que tratam da Unesco na articulação de instituições e projetos de pesquisa no Brasil e na América Latina.

CAPÍTULO 2 – OUTRAS VIAS: OS NORTE-AMERICANOS E A UNESCO

2.1 A Influência Norte-Americana

O papel dos norte-americanos na institucionalização das ciências sociais no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940 é comumente diferenciado da experiência francesa na literatura que se debruça sobre o tema. Aqui o papel da docência e da pesquisa empírica são os fiéis da balança que irão caracterizar as dessemelhanças entre os dois grupos, tendo sido os franceses os quais se situaram mais diretamente na posição de professores nas instituições nascentes brasileiras enquanto os estadunidenses percorreriam o país tendo a pesquisa como fulcro de seus itinerários. Essa caracterização das ciências sociais norte-americanas, e até da produção científica em geral, diretamente atrelada à pesquisa empírica, será revisitada diversas vezes nesta tese, tendo marcado a identidade do que se concebe enquanto ciência norte-americana vista a partir do Brasil, ou mesmo por outras posicionalidades mundo afora. Importa aqui remontar, ainda que brevemente, o cenário institucional das ciências sociais nos Estados Unidos das décadas de 1930 e 1940, de forma a introduzir em que medida o Brasil, e outras regiões do mundo, começam a emergir enquanto objetos relevantes ao inquérito de antropólogos e sociólogos norte-americanos.

2.1.1 O Contexto Estadunidense: 30's aos 40's

Conforme afirma Massi (1989), a entrada nos anos 1900 é caracterizada, nos Estados Unidos, pela crescente institucionalização das ciências sociais, que cada vez mais se realiza com considerável velocidade, influenciada, diretamente, por um contexto em que as universidades terão confortável liberdade para montagem de seus departamentos e na gestão das verbas que garantirão a expansão do ensino superior. O termo “Presidente Universitário Autocrático” é usado por Shils (1970) para caracterizar a facilidade do desenho institucional da época que permitia de forma célere a obtenção de meios financeiros para a criação de departamentos e expansão do meio acadêmico em geral. Por conta disso, a institucionalização das ciências sociais nos Estados Unidos teria ocorrido numa velocidade muito maior do que em outras regiões do mundo.

A Universidade de Chicago seria a principal referência de institucionalização das Ciências Sociais em solo norte americano durante as primeiras décadas do século XIX. O departamento de sociologia da instituição fora criado em 1892 por Albion Small, sucedido por Thomas no ano de 1894, os quais, já nessa fase inicial, marcariam o setor com características que lhe seriam típicas nos anos seguintes: a pesquisa empírica advinda da observação direta e

da coleta de depoimentos *in loco* (MASSI, 1989, p. 435). Mas é Robert Park que irá capitanear em 1914 o maior desenvolvimento até então do departamento, dando-lhe cada vez mais visibilidade no espaço público ao introduzir no seio das questões que lhe eram caras à época como jornalista, mais especificamente o tema da questão urbana. Além disso, o uso da etnografia, aprendida por Park no pensamento alemão — ainda que este não tenha a realizado satisfatoriamente — irá caracterizar a guinada desse momento, também metodológica, à medida que conferiu a identidade recorrente aos intelectuais formados naquele meio até então (MARTINS, 2013).

Caracteriza também a institucionalização da sociologia nos Estados Unidos pós década de 1920 o crescimento nas fontes de financiamento para pesquisa. Ao se atentar a temas de interesse público a sociologia passa, cada vez mais, a angariar o reconhecimento de setores diversos da sociedade americana, que passarão a garantir a circulação financeira das organizações educacionais. O financiamento via filantropia será bastante característico desse período, em conjunto com órgãos públicos e civis, cuja associação ao meio universitário promoverá um ambiente de profícua troca e debate intelectual (SHILS, 1970). O caso da Universidade de Chicago é bastante simbólico desse processo, ao passo que esta angariou meios de financiamento privado que garantiram pesquisas sobre delinquência juvenil e a respeito de populações negras (MASSI, 1989).

Enquanto a sociologia já passava por um processo considerável de institucionalização, a Antropologia norte-americana ainda operava em contextos não necessariamente acadêmicos, durante os anos 1920 e 1930. Dado que “apenas metade dos profissionais trabalhavam como professore sem *colleges* ou universidades, e os departamentos existentes se mantinham através de algum tipo de relação com os museus, que eram, de fato, quem financiava os projetos” STOCKING (1976) apud (MASSI, 1989, p. 437). Durante a década de 1920 a antropologia se concentrava em Columbia e Harvard, que se dedicavam à etnologia e arqueologia respectivamente. Ambas integraram o *Social Science Research Council* em 1925 e o *American Council of Learned Societies* em 1930.

A antropologia norte-americana, fortemente influenciada pela obra de Franz Boas durante os anos 1920, começara a explorar algumas áreas de investigação além-mar. Nesse caso, destacam-se os estudos sobre o pacífico e polinésia em parceria com o *Bernice Bishop Museum*, realizados no interior do *1º Pan Pacific Sciences Congress* e pela *Bayard Dominick Expedition*. Esses eventos, ainda germinais das experiências de circulação internacional que caracterizariam

a antropologia americana décadas a seguir, mostravam a ênfase na região do pacífico após a primeira guerra mundial. A África viria a ganhar centralidade nesse itinerário a partir dos anos 1930 pelas pesquisas realizadas por Herskovits, que segundo Stocking (1976), viria então a levar os estudos africanos como um dos traços marcantes da Antropologia cultural nos Estados Unidos.

O processo de institucionalização da área passa a sofrer influências consideráveis a partir da década de 1930, e as ciências sociais, especialmente a sociologia, se tornaram parâmetro organizacional a ser seguido. Nos anos 1930 a Antropologia passa a se distanciar cada vez mais dos museus, que lhe garantiam financiamento, para encontrar recursos em outras fontes como a Fundação Rockefeller, o *National Research Council* e o *Social Science Research Council*. Nesse contexto, a proximidade com a sociologia ganha ênfase para além dos modelos institucionais e acadêmicos, mas também pelas temáticas de investigação como o interesse pela questão racial e a introdução da “aculturação” enquanto questão de pesquisa (MASSI, 1989).

Na década de 1940 a antropologia será diretamente influenciada pela experiência da Segunda Guerra mundial, que abre espaço para novas áreas de atuação em paralelo com a disseminação da emergente “antropologia aplicada”. O trabalho de Stocking (1976) ajuda na compreensão desse processo ao afirmar que mais de 50% dos antropólogos americanos estavam trabalhando exclusivamente em ofícios envolvidos na guerra no ano de 1943. A partir da disseminação da “antropologia aplicada” uma série de antropólogos são enviados para trabalhar para instituições posicionadas em regiões de influência norte-americana no contexto de guerra como Romênia, Tailândia, Japão e América Latina. Antropólogos que viriam a ser referências do campo estavam envolvidos nesse processo, tais como Ruth Benedict, Margareth Mead e outros.

Os exemplos se sucedem: R. Benedict e M. Mead trabalhavam sobre hábitos alimentares para o NRC; Kluckhohn, Leighton e ainda Benedict estavam ligados ao Foreign Morale Analysis Division of the Office of War Information, realizando pesquisas na Romênia, Tailândia, Japão e etc., Fred Eggan dirige o Far Eastern Civil Affairs Training School for the Army, na Universidade de Chicago, e Julian Steward organiza o Institute of Social Anthropology do Institute Smithsonian, no bojo de uma política estatal de cooperação e “boavizinhança” com a América Latina. Antropólogos são, então, enviados a diversos países, Brasil inclusive, para lecionar e organizar projetos (STOCKING 1976, apud MASSI (1989, p. 440).

A partir das experiências profissionais vinculadas aos esforços de guerra e a disseminação da antropologia aplicada, Stocking (1976) afirma que se desenvolveram os chamados “*area programs*”. Estes programas especializados sobre determinadas regiões do mundo seriam herdeiros da experiência de profissionalização do campo da antropologia durante

a guerra, permitindo que antropólogos circulassem e estudassem regiões de interesse imediato dos Estados Unidos. Além disso, as experiências subseqüentes à segunda guerra mundial, sobretudo a emergência de ditaduras na América Latina com apoio norte-americano também teria facilitado que o fluxo de pesquisadores continuasse aprofundando o conhecimento acerca dos países latino-americanos, bem como de outras nações de interesse estadunidense.

Os 'area programs' que mais tarde se tornaram tão importantes para o crescimento da disciplina foram eles próprios o produto da experiência universitária no treinamento fornecido aos militares durante a guerra. De modo similar, o trabalho de campo fora do país que vinha se desenvolvendo no período entre-guerras recebe um grande impulso, particularmente na América Latina e nas Ilhas do Pacífico (onde a imediata experiência pós-guerra de governos militares forneceu o contexto para muitíssimas pesquisas de campo). (Stocking., 1976, apud MASSI (1989), p. 440-441).

2.1.2 A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e a Sociologia Norte-Americana

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) ocupa um espaço central na inserção da tradição norte americana no meio sociológico brasileiro. Essa instituição é uma das primeiras a introduzir a sociologia norte-americana no Brasil, sendo constituída com quadros estrangeiros que foram fundamentais para a institucionalização e desenvolvimento da sociologia paulista e que deixaram marcas importantes no campo intelectual nacional. A figura de Donald Pierson, um dos principais expoentes dessa instituição, se apresenta enquanto mediador fundamental da conexão entre a sociologia estadunidense e o meio intelectual brasileiro. Recuperar as conexões que deram forma à institucionalização da ELSP, permite-nos compreender os condicionantes que permitiram a inserção da tradição americana na sociologia nacional e que terá importantes consequências no desenvolvimento das metodologias de pesquisa empírica e profissionalização da sociologia no país. Tais processos ajudarão a formar identidades sobre o que é a pesquisa sociológica norte-americana, além de estabelecer e aprofundar redes de circulação e cooperação entre o Brasil e universidades dos Estados Unidos, influenciando o fluxo de pesquisadores brasileiros nas décadas seguintes.

A construção da ELSP é produto direto das circunstâncias sócio-históricas que definem a posição de São Paulo no quadro nacional durante os anos 1930. Assim como a USP, a instituição nasce do desconforto com a falência do modelo da política dos governadores que trouxe Vargas ao poder com a Revolução de 1930. O acirramento, já mencionado anteriormente, entre os interesses das elites paulistas e Getúlio Vargas, desembocou em um confronto direto no ano de 1932. A revolução constitucionalista que uniu boa parte da classe média e elite

paulista, inclusive parte majoritária dos intelectuais do Estado, acabou por não se materializar nas intenções que mobilizaram os revolucionários (SKIDMORE, 2015), (MORITZ; STARLING, 2015). Por consequência, o ambiente de ressentimento tomou conta dos líderes políticos e culturais do estado, à medida que influenciou diretamente em movimentos posteriores, como o já mencionado caso da criação da USP. Assim como a USP, a ELSP é produto do desconforto destas elites com a derrota de 1932, e segundo Berlinck (2009), teve como mentores Cyro Berlinck e Roberto Simonsen, interessados em produzir uma elite intelectual paulista que tivesse uma “compreensão mais ampliada do Brasil”.

As palavras de Berlinck (2009) são claras ao afirmar que existia uma clara indignação e incredulidade entre os intelectuais paulistas acerca da derrota do Estado na Revolução de 1932. Segundo ele, “A escola de Sociologia foi criada para explicar porque São Paulo perdeu a Revolução de 1932”, o que estava conectado com o sentimento de que dar uma resposta a isso não passava exclusivamente por compreender São Paulo, mas o Brasil. É nessa linha que Manoel Berlinck, filho de Cyro Berlinck, diz que “Na busca de uma compreensão por essa crise, essa catástrofe que foi a derrota paulista, meu pai, Cyro Berlinck, pensou em criar um centro de estudos voltados para a questão de compreender o Brasil” (BERLINCK, 2009, p. 163). Esse sentimento é corroborado com as afirmações de Moraes (2009), ao pontuar que a explicação dada ao fracasso da revolução era a ausência, no sistema político brasileiro, de pessoas que fossem realmente detentoras de “conhecimento formal”, como o produzido nas áreas de política, sociologia, economia ou administração pública. Por conta disso, seria destino de a revolução fracassar, o que conduziu para a necessidade de renovar as elites políticas com o conhecimento moderno que seria característico dessas disciplinas.

Acabou a Revolução, e nós tivemos uma decepção, nós ficamos arrasados, arrasados como ficaram todas as pessoas que pensavam um pouco com a cabeça dos destinos de uma revolução. (...) nós pensávamos, partindo dessa idéia, que estava tudo errado; o que se tinha feito, para a renovação do sistema político brasileiro, estava errado por uma só razão: não havia gente informada sobre política, sobre sociologia, sobre economia, sobre, enfim, novas idéias de administrar e de conduzir a política de um país. [...] Então surgiu a idéia de fundarmos uma instituição que ensinasse coisas modernas que não eram ensinadas no Brasil, tais como: sociologia, política, estatística, administração, etc. e tal. E resolvemos fundar uma escola. Entusiasmados pelas nossas idéias, nós resolvemos reunir um grupozinho para concretizar a idéia de uma escola desse gênero e resolvemos adotar esse nome de Escola de Sociologia e Política de São Paulo e fizemos um manifesto. Um manifesto lançando a escola, explicando o que era a escola, o que ela pretendia, a formação de gente capaz de pensar politicamente os problemas brasileiros. E lançamos manifesto no jornal O Estado de São Paulo. Julinho de Mesquita estava muito conosco nessas ideias. Ele nos apoiava muito, de tal maneira que disse: “Meu Jornal

está a disposição de vocês”.(MORAES, 2009, p. 200)

Nesse sentido, a introdução de uma escola dedicada ao desenvolvimento das áreas de política, sociologia, economia e administração pública seria capaz de, ao introduzir uma leitura “moderna” da sociedade brasileira, formar elites com maior compreensão do país e capazes de liderá-lo. Conforme afirma Matos (2009), “fazia-se necessário, ainda, a formação de líderes que desempenhassem papel de destaque, orientando o povo e a nação nos reajustamentos que as mudanças sociais da vida moderna impunham à sociedade”. (MATOS, 2009, p. 53). O espírito de renovação, de construção de uma elite política capaz de dirigir o Estado, a partir de conhecimentos técnicos embasados na educação formal proporcionada por áreas do conhecimento germinadas do fenômeno moderno, emerge na conexão dos indivíduos engajados na fundação da ELSP e o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). Este Instituto foi fundado por Armando de Salles Oliveira e um conjunto de empresários em 1931, alimentado pelo espírito de reforma e racionalização da administração pública. Estão atrelados a este projeto personagens como Roberto Simonsen, Jorge Street, Armando de Salles Oliveira, Raul Briquet e André Dreyfuss, todos ligados ao IDORT, os quais estavam envolvidos na criação da instituição, tendo moldado os seus objetivos e modelo científico-educacional (LIMONGI, 1989a).

A concepção e criação da ELSP, segundo Berlinck (2009), é produto direto da interação entre as famílias e redes associadas a Cyro Berlinck e Roberto Simonsen. A instituição foi criada sem muito aporte financeiro e estrutural, tendo começado a operar em salas que foram cedidas pela Escola de Comércio Álvares Penteado, organização que pertencia a Horácio Berlinck, pai de Cyro Berlinck e onde a ELSP funcionou de 1933 a 1954. Para sustentar a instituição nascente, contou-se com doações do Conde Silvio Álvares Penteado, para o qual Horácio Berlinck trabalhava como contador. A relação entre Cyro e Roberto Simonsen seria produto de longa data, iniciada por relações familiares da família de Cyro, mais especificamente seu avô, Cândido de Moura Campos, que teria ajudado a construir o vínculo com Roberto Simonsen, industrial de peso à época. Além disso, Cyro Berlinck se tornou secretário particular de Simonsen, o que os aproximou e deu condições à germinação e estruturação das ideias de uma Escola Livre (BERLINCK, 2009; MATOS, 2009; MORAES, 2009). Segundo Moraes (2009) e Berlinck (2009), Roberto Simonsen ofereceu aporte financeiro para a instituição nascente, dando condições para a edificação da Escola, a qual seria produto da inspiração que a leitura de um catálogo da universidade de Sorbonne provocou em Cyro. Ele, lendo a ementa de um curso de sociologia de Levy Bruhl, concebeu que aquela disciplina daria as respostas

necessárias aos interesses de reforma da elite paulista.

Meu pai era secretário particular do Roberto Simonsen; era uma pessoa de muita confiança do Simonsen e cuidava dos negócios dele. Os dois se formaram na Politécnica, mas Simonsen era muito mais velho. Meu pai falou para o doutor Roberto Simonsen do interesse em criar o centro de estudos. Simonsen lhe passou um catálogo de Sorbonne, e meu pai viu que tinha lá um negócio chamado “sociologia”. Meu pai não tinha a menor ideia do que era sociologia – era engenheiro químico -, mas leu a ementa do curso de Sociologia dado pelo Lévy-Bruhl na Sorbonne e se convenceu de que aquilo é que ia explicar por que o Brasil era desse jeito. Roberto Simonsen achou boa a ideia, deu apoio, deu dinheiro para começar, e a Escola começou no Prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado, no Largo do São Francisco, cujo diretor e fundador era o meu avô paterno, Horácio Berlinck, que cedeu um espaço no segundo andar da Escola de Comércio, que não era utilizado à noite, para a Escola funcionar.” (BERLINCK, 2009, p. 163–164)

A partir dessa investida, saiu-se em busca da montagem dos quadros para a instituição, tendo sido alguns deles brasileiros, como Almeida Jr, Raul Briquet e o próprio Roberto Simonsen, e outros de origem estrangeira como Bruno Rudolfer, nascido na Tchecoslováquia, mas que já trabalhava a algum tempo no Brasil. Na área de sociologia, contudo, a montagem dos quadros a partir do exterior foi direta e, segundo Moraes (2009), seria produto da ausência de professores brasileiros para ministrar aulas neste campo: “Para ensinar Política e Sociologia, não havia ninguém no Brasil, então Simonsen disse logo: Mandamos vir do estrangeiro!”(MORAES, 2009, p. 201–202). A decisão de buscar docentes em Sociologia e Política partiu de Simonsen, que convenceu Cyro Berlinck da ideia e solicitou as contratações para Sebastião Sampaio, que era cônsul brasileiro em Nova York no ano de 1933. Conforme descrito por Berlinck (2009), a crise econômica que atingia os Estados Unidos naquele ano facilitou o processo de contratação, já que existiam muitos doutores procurando emprego. Este processo foi repetido outras vezes tendo em vista que logo se percebeu que a montagem dos quadros da ELSP a partir do estrangeiro angariava prestígio à instituição, o que ajudava a mobilização estudantes e recursos por conta de legitimidade conquistada¹⁷. Foram contratados Samuel Lowrie e Horace Davis, ambos da Universidade de Columbia.

2.1.2.1 A Escola e o IDORT

As atividades de Samuel Lowrie e Horace Davis marcaram a primeira fase da instituição, na qual estavam patentes as concepções de Roberto Simonsen e aquelas que

¹⁷ “Os primeiros professores estrangeiros que vieram para a Escola de Sociologia foram Samuel Lowrie e Horace Davis, que foram recrutados por Sebastião Sampaio, cônsul brasileiro em Nova York em 1933, a pedido de Roberto Simonsen, que convenceu meu pai de que isso seria uma boa ideia. Sebastião Sampaio colocou um anúncio no New York Times e formou-se uma fila na porta do consulado, porque tinha doutor sobrando. Era, 1933, havia uma recessão econômica gigantesca nos Estados Unidos. Ele então selecionou dois doutores e os mandou para cá. A partir dessa experiência, meu pai se deu conta de que valia a pena trazer professores estrangeiros, porque isso dava prestígio para a instituição, atraía estudantes, atraía recursos, etc.” (BERLINCK, 2009, p. 166).

singularizavam o próprio projeto do IDORT, de uma formação direcionada para a produção de um “conhecimento direcionado” e “orientado para fins de aplicação” (DEL VECCHIO, 2009). Isso permitiu dar um maior nível de profissionalismo à ELSP, que no início ainda girava em torno dos intelectuais engajados na revolução de 1932¹⁸. Esta primeira fase, orientada pelo interesse de produzir elites técnicas moldadas por uma formação empiricista e tendo por finalidade a aplicação prática, caracteriza o primeiro momento da ELSP e que tem nos inquéritos sociais o principal produto intelectual. O primeiro inquérito produzido pela instituição foi conduzido pelo professor Horace Davis e versava sobre as condições de vida dos operários paulistanos, tendo sido realizado no ano de 1934, seguindo-se do inquérito sobre os operários da limpeza pública de São Paulo, conduzido por Lowrie em 1936 e 1937 (DEL VECCHIO; DIÉGUEZ, 2008). Conforme afirma Simões (2009), estes inquéritos mantinham relação bastante próxima com instituições da prefeitura de São Paulo, tendo sido realizadas por um intercâmbio frequente com a Divisão de Estatística e Documentação Social, pertencente ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo - importante instituição que agregou intelectuais ligados à ala cultural do Partido Democrático (PD), criada por Armando de Salles Oliveira e dirigida por Mário de Andrade (LIMONGI, 1989a; SIMÕES, 2009).

Essa primeira fase de atividade da ELSP conseguiu materializar efeitos notáveis do ponto de vista da aplicação social sob a qual se fundavam os princípios da instituição. O inquérito de Horace Davis sobre as condições de vida dos operários paulistanos ajudou a moldar o Índice do Custo de Vida dos Operários Industriais de São Paulo, que veio a ser utilizado nos Tribunais do Trabalho. Além disso, o trabalho ajudou a informar o debate acerca da formulação do salário mínimo, agenda na qual Roberto Simonsen contribuiu pela sua atuação na Assembleia constituinte de 1934 na posição de deputado. Conforme descrito em Del Vecchio (2009), Cyro Berlinck posiciona a pesquisa de Horace Davis enquanto documento que inseriu “racionalidade” em debates que antes eram realizados de forma “emocional” no campo da discussão salarial: “a atuação do Professor Horace B. Davis foi o início de um processo social, tendendo para que o problema salarial, que anteriormente era resolvido em ambiente emocional, passasse a ser resolvido de forma racional” BERLINCK, 1964 apud (DEL VECCHIO, 2009, p. 16).

Além dos efeitos produzidos pelo inquérito de Horace Davis, o trabalho de Samuel

¹⁸ “No começo a Escola funcionava à noite, porque era para pessoas mais velhas, não para jovens. Vieram intelectuais que tinham participado da Revolução de 1932 e estavam completamente desentendidos a respeito da realidade brasileira. Desde o início, a Escola tinha alunos por curso. Iam e vinham assistir o curso e tal; era muito flexível isso. Por isso, chamava-se “Escola-Livre”. (BERLINCK, 2009, p. 164)

Lowrie com a pesquisa sobre trabalhadores da limpeza pública de São Paulo também teve influência direta na realidade do estado. Lowrie chegou a trabalhar no Arquivo Municipal da Secretaria da Cultura do Município de São Paulo, o que lhe garantiu construir pontes cada vez maiores entre esta fração do Estado paulista e a ELSP, de forma que as pesquisas do professor eram realizadas tanto por funcionários públicos da Secretaria de Cultura, quanto por alunos da ELSP. Esse engajamento fortaleceu as ações da ELSP, driblando o baixo vulto orçamentário da instituição e impactando a vida dos trabalhadores locais, já que “o índice de correção salarial desses trabalhadores foi estabelecido com os subsídios obtidos pelo trabalho dirigido por Lowrie, sendo depois estendido a outros segmentos de funcionários da administração municipal” (DEL VECCHIO, 2009, p. 17–18).

Os professores norte-americanos, apesar de transferirem prestígio e legitimidade para a instituição nascente não passavam despercebidos pela crítica interna no interior da ELSP e nem mesmo eram insubstituíveis. O caso da expulsão de Horace Davis é um exemplo importante desse processo e mostra a força do anticomunismo no anos 30, e que acabou por influenciar a contratação de Donald Pierson para a ELSP. Conforme pode ser atestado em Moraes (2009) e Cunha (2009), Roberto Simonsen decidiu expulsar Horace Davis ao saber que este tinha ligações com o Partido Comunista dos Estados Unidos “Então, um dos professores americanos se revelou marxista e comunista militante, e aí o Simonsen não podia engolir um comunista, e resolvemos devolver aos Estados Unidos o Americano e mandar vir outro” (2009, p. 204). Manteve-se então Samuel Lowrie, que diferentemente, tinha valores conservadores¹⁹. Então, Samuel Lowrie faz o convite para Donald Pierson convidando-o para a ELSP, o que foi formalizado em 8 de maio de 1939, enquanto este era membro da Universidade de Fisk no Tennessee. Pierson aceita e permanece na instituição brasileira de 1939 até 1952, quando volta aos Estados Unidos com problemas de saúde, tendo, contudo, deixado importantes marcas na Escola paulista.

2.1.2.2 Donald Pierson e a Sociologia Profissional

A entrada de Donald Pierson, que ocorre em concomitância com a decadência política de Armando de Salles Oliveira, por conta da instauração da ditadura do Estado Novo, impõe

¹⁹ “Veio primeiro Horace Davis; depois soubemos que ele estava ligado ao Partido Comunista nos Estados Unidos. Aqui ele se interessou logo pelo estudo do padrão de vida dos operários, se bem que não fez muitos estudos nisso, parece que chegou a pesquisar algo numa indústria. Mas logo voltou aos Estados Unidos, um pouco porque Simonsen já começou a compreender quem ele era... Depois do Davis, Simonsen chamou Samuel Lowrie, um professor que era quase um pastor protestante, diziam às vezes que ele era mesmo pastor, mas era realmente o oposto de Davis. Era um homem muito conservador, muito comedido no trato com as pessoas. Este, sim, lançou de novo o estudo dos padrões de vida dos operários” (CUNHA, 2009, p. 171).

mudanças consideráveis na ELSP. Conforme apontado por Limongi (1989a), a partir da inserção de Donald Pierson a instituição brasileira passa a orbitar, mais destacadamente, em torno ao meio acadêmico, e não mais operando em relação tão direta com o Estado. Por conta disso, “a preocupação em formar elites técnicas cede lugar à insistência em treinar e formar sociólogos profissionais. A necessidade e essencialidade da pesquisa empírica é mantida. O intervencionismo e a aplicação postergados”(1989a, p. 223).

A associação entre Donald Pierson e a figura do sociólogo profissional é bastante difundida na literatura que trata da ELSP (BICUDO; MAIO, 2010; CUNHA, 2009; LIMONGI, 1987; MENDOZA, 2005), todos reforçando a virada na instituição e o modo como ela passa a operar sob um ordenamento mais acadêmico. A ELSP passa a contar com financiamento²⁰ e bolsas para pesquisa, além de dar maiores garantias de pagamento aos professores da instituição, que antes tinham salários mais precários. Destarte, as ligações de Donald Pierson com a sociologia norte-americana, e o concomitante sucesso do desenvolvimento institucional da disciplina nos Estados Unidos, permitem que a ELSP seja abastecida com financiamento externo, o que permite a sobrevivência da instituição em um contexto de poucos recursos como o brasileiro. A fundação Rockefeller passa a ocupar um papel importante no financiamento nas pesquisas da ELSP (BERLINCK, 2009), assim como o *Smithsonian Institution* (DEL VECCHIO, 2009) e, além disso, Donald Pierson opera como um mediador e canalizador de fundos que deram condição à realização de especializações de estudantes da ELSP com bolsas em universidades americanas, entre as quais se destacam Harvard, Columbia, Chicago e Northwestern.

Criou-se o Departamento de Estudos Pós-Graduados e deu-se início à preparação e seleção de alunos para programas de treinamento e especialização nos Estados Unidos. Graças ao infatigável espírito missionário de Pierson, por meio de cartas, pedidos e apelos, repetidos *ad nauseam* às autoridades, universidades e fundações americanas, conseguiu a Escola, em poucos anos, bolsas de estudo para pelo menos 10 de seus alunos e bacharéis, em importantes universidades americanas como Harvard, Columbia, Chicago e Northwestern (EDUARDO, 2009, p. 47–48)

A ELSP passa a ganhar notoriedade com o passar do tempo pelo fortalecimento

²⁰ “Pierson impôs um padrão menos “aplicado” e mais “acadêmico” à pesquisa na Escola, promovendo também a profissionalização das cientistas sociais nela formados (...) a época de Pierson teria representado um esforço de superar o diletantismo na prática das ciências sociais. Até então, os professores e estudantes da ESP eram pessoas de outras profissões, que atuavam como diletantes não dependendo daquela atividade para sua subsistência. Pierson, em contraste, chegou como um sociólogo profissional e se atribuiu a missão de instituir o profissionalismo na área: conseguiram-se bolsas para projetos de pesquisa, conseguiu-se financiamento para montar a primeira grande biblioteca universitária em ciências sociais, começou-se a pagar regularmente os professores, de modo que os jovens formados em Sociologia puderam ter a perspectiva de construir uma carreira montada no trabalho intelectual.” (SIMÕES, 2009, p. 39–40).

institucional mencionado, pela vitalidade das pesquisas realizadas em seu interior e, além disso, pela criação Departamento de Estudos Pós-Graduados em 1941 que emerge enquanto um diferencial que impulsionará a cooptação de alunos. A iniciativa surge, não só de Donald Pierson mas também de Emilio Willems e Herbert Baldus, de origem alemã, e a partir daí a instituição passa a simbolizar um espaço de oportunidade para o aprofundamento de estudos pelos pesquisadores que se formavam na FFLCH (LIMONGI, 1989a). Nesse contexto, vários estudantes farão esse tipo de itinerário, entre os quais o mais destacado é Florestan Fernandes.

Os novos padrões da Escola Livre de Sociologia e Política, focados no modelo da sociologia enquanto investida profissional, são diretamente moldadas pela experiência já consolidada de institucionalização da sociologia americana, tendo a Universidade de Chicago como modelo. Uma das principais evidências da hegemonia da sociologia de Chicago na ELSP é a Revista Sociologia, criada pelos membros da ELSP e que tem por principal característica produzir um material didático, que expõe os principais conceitos e teorias utilizados em Chicago naquele momento e que tinha a maior parte das publicações feitas por Donald Pierson, Emilio Willens e Herbert Baldus (LIMONGI, 1987). A ausência de uma sociologia institucionalizada no Brasil, segundo os moldes dos organismos universitários americanos, serve assim de contexto para que os professores estrangeiros insiram a tradição dos Estudos de Chicago enquanto o modelo principal de sociologia científica a ser seguido, quase que em um cenário de ausência de qualquer outra corrente teórica que pudesse orientar o trabalho sociológico. Segundo Limongi (1989), poder-se-ia dizer que “esta parece ser a ideia de Donald Pierson, para quem falar de escolas em sociologia era algo do passado, de um estágio anterior da evolução da sociologia, o período da filosofia social” (LIMONGI, 1989a, p. 224)

Nesse contexto de completa hegemonia na ELSP da escola sociológica de Chicago, uma das principais influências da formação de Donald Pierson e outros professores americanos, introduzida na sociologia paulista da época, é a realização dos chamados “estudos de caso” com forte apelo empírico e tendo as noções de aculturação e assimilação como fundamento teórico²¹. A ELSP também passa a ter como característica a introdução de estudos sobre populações indígenas, as quais são enunciadas como objeto de investigação por Herbert Baldus e o

²¹ “Eis o ponto, o caráter científico da sociologia depende fundamentalmente do treinamento do treinamento do sociólogo enquanto profissional, isto é, enquanto pesquisador capaz de olhar a cidade como uma planta. As pesquisas de campo se constituem, portanto, em momento fundamental da formação do sociólogo profissional, porque através delas vai se formando essa visão específica, própria à profissão. Se a cidade é encarada pelo homem de negócios como local para ganhar dinheiro, o sociólogo, porque treinado e habituado a fazer pesquisas, poderá vê-la de forma objetiva, isto é, tal qual uma planta.” (LIMONGI, 1989a, p. 226)

desenvolvimento deste no campo da etnologia. A instituição, então, impacta diretamente a introdução da sociologia no Brasil, principalmente quando se trata do desenvolvimento deste campo de estudos em São Paulo, e vai deixar marcas importantes na região a respeito do modo de realização da pesquisa sociológica, o que a distancia da FFLCH-USP e ajuda a implicar a identidade seja da tradição francesa como norte-americana em solo nacional.

2.1.2.3 Síntese Analítica

A partir das informações levantadas neste eixo em que se tratou da influência norte-americana no processo de institucionalização das ciências sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, foi possível remontar aos atores e instituições envolvidos em tal empreitada, seus interesses e relações de poder que os entrecruzam. Foi possível remontar neste tópico o modo como os Estados Unidos durante o século XX conseguiram consolidar um sistema universitário amparado por uma rede de instituições organizacionais e de financiamento que contavam com dinheiro público e privado para as suas pesquisas. Além disso, o trabalho na área de cientistas sociais fora dos Estados Unidos foi fortalecido com o envolvimento, principalmente de antropólogos, em instituições militares envolvidas no levantamento de informações sobre países que rondavam o eixo de influência norte-americano durante o período da segunda guerra. Esse enlace entre as ciências sociais aplicadas e a ação militar norte-americana também ajudou do desenvolvimento dos *Area Programs* que se especializaram em estudos sobre regiões do mundo como o é o caso da América Latina. Esses processos foram importantes para aproximar sociólogos e antropólogos estadunidenses de objetos de pesquisa posicionados em outros países como o Brasil.

Nota-se que ao passo que a sociologia e antropologia norte-americanas estavam em intenso processo de consolidação no contexto paulista, lideranças políticas e empresariais que tinham fracassado na tentativa de revolução constitucionalista em 1932 se organizavam na tentativa de criar uma instituição de formação de lideranças para a administração pública. A busca por dar uma resposta à derrota da revolução se traduziu no esforço de construção da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, produto direto da associação entre Roberto Simonsen e Cyro Berlink, líderes com origem na classe empresarial paulista e que tinham por ideário a modernização da administração pública que passava por novas instituições de formação como uma Escola Livre. A partir da associação destes com o interventor e posteriormente governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira e membros do Departamento de Cultura e do Idort, construiu-se a Escola Livre de Sociologia e Política de São

Paulo, mobilizando professores estrangeiros, em sua maioria norte-americanos, para a formação de quadros nacionais. Os primeiros professores, Horace Davis e Samuel Lowrie, tiveram importante impacto no contexto local, produzindo, em contato direto com organismos do Estado, pesquisas com forte apelo interventivo que envolviam temas como o salário mínimo e condições de vida da classe trabalhadora. Com a queda de Armando de Salles Oliveira e a demissão de Horace Davis sob a acusação de ser comunista, a ELSP passou por uma nova fase, marcada pela contratação de Donald Pierson da Universidade de Chicago. A nova era, capitaneada pelo novo docente, é marcada pela canalização de fontes de financiamento via instituições norte-americanas com quem Pierson tinha redes, além da promoção de um distanciamento da produção da ELSP em relação às ações diretas do Estado. A chamada Sociologia Profissional será a marca da nova instituição, com forte penetração da ciência social produzida em Chicago e pelo apelo à pesquisa empírica e ao trabalho de campo como fundamento do trabalho sociológico.

Também na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, assim como as instituições de forte penetração francesa anteriormente analisadas, o processo de edificação do meio universitário foi perpassado por relações de poder e assimetrias globais que organizavam o campo do conhecimento e influenciaram a natureza das organizações nascentes. Retorna aqui uma marca já reforçada nos contextos anteriores, o discurso sobre a ausência de quadros capacitados em solo nacional para compor a instituição. Essa mobilização da noção de ausência se fez presente em várias situações e serviu como principal fundamento para a contratação dos professores norte americanos à ELSP. A ideia de ausência, nesse caso, mostrou-se amarrada diretamente à noção de que compreender o Brasil após a derrota 1932 e formar administradores públicos capazes de fazê-lo de forma “moderna”, passava por inserir disciplinas científicas que teriam surgido como expressão da própria modernidade, entre as quais estava a sociologia. Nesse sentido, o Brasil, para tornar-se moderno, necessitaria de um quadro de administradores públicos primeiramente formados nos conhecimentos científicos mais avançados produzidos até o momento e que teriam se desenvolvido nas regiões mais desenvolvidas do capitalismo. Esse imaginário do corpo docente estrangeiro, enquanto introdutor da modernização da administração pública brasileira, ficou patente nos relatos levantados sobre o papel dos pesquisadores norte-americanos na “racionalização” do debate público brasileiro a partir da introdução da pesquisa enquanto fundamento para a discussão sobre políticas públicas.

O Brasil, entendido enquanto lócus inócuo em capacidade de oferecer quadros ou mesmo em possuir conhecimento capaz de formar indivíduos para essa administração pública

moderna foi terreno fértil para a introdução, via Donald Pierson, da Sociologia de Chicago como fonte hegemônica e praticamente monopolística da verdadeira sociologia científica. A sociologia profissional de Pierson foi importante meio de promoção do pensamento de Chicago entre os cientistas sociais em formação no Brasil. Essa condição operou, por consequência, como um importante reproduzidor da Universidade de Chicago como instituição modelo à produção sociológica realizada a partir da ELSP, promovendo a utilização de seus autores e teorias como condição à realização da pesquisa científica. Esse processo condicionou as produções de intelectuais brasileiros que não dialogavam com tal ferramental teórico-analítico às margens do que se concebia como sociologia profissional, reproduzindo a hegemonia estadunidense no campo do conhecimento.

Também nas ELSP, apesar da força das relações de poder globais que reproduziam a posição do Brasil enquanto espaço de ausência e importador dos quadros, conhecimento e instituições das metrópoles europeias e norte-americanas, existiram situações que em alguma medida subvertiam tais lógicas de assimetria ou, ainda que não o fizessem, mostravam a não aceitação pacífica das mesmas. No caso da ELSP a experiência de Horace Davis talvez tenha sido a mais expressiva desse tipo de movimento ao mostrar como o acirramento do movimento anticomunista no ambiente nacional, capitaneado pelo regime do Estado Novo e reproduzido pelas elites culturais paulistas, foi capaz de subverter, em alguma medida, o prestígio automático dos professores estrangeiros contratados. Nesse caso, porém, nota-se o poder de reatualização das relações de assimetria global, ao passo que apesar da demissão de Horace Davis, um norte-americano de inclinação à esquerda, o recurso aos Estados Unidos enquanto fonte para contratações não foi interrompido, tendo sido apenas repetido com a condição de que o novo contratado, Pierson, não tivesse o mesmo histórico político do demitido. Esse fenômeno evidencia a convivência entre movimentos globais de poder no campo do conhecimento e lógicas internas de poder que apesar de pontualmente concorrentes, operavam ao mesmo tempo.

Observa-se, por fim, que apesar da ELSP não ter conseguido permanecer enquanto uma instituição relevante nas ciências sociais brasileiras após os anos 60, tendo sempre que lidar diretamente com dificuldades orçamentárias, a sua experiência de consolidação implicou em consequências com importância histórica sobre os contextos subsequentes de circulação e produção intelectual nas ciências sociais. Pode-se tomar como principais permanências sócio-históricas produzidas pelos norte-americanos na ELSP a predileção pela atividade empírica; a promoção de uma concepção de um certo tipo de sociologia americana como sinônimo de sociologia profissional e científica; o fortalecimento de conexões e relações de deferência

intelectual dos cientistas sociais brasileiros para com a literatura estadunidense; e a reprodução dos estudos sobre indígenas enquanto objeto relevante e singular para aqueles interessados em produzir conhecimento no Brasil.

2.1.3 Estrangeiros na Bahia: Um lócus de pesquisa em meio a convergências de múltiplos interesses

Durante as décadas de 1930 até 1950, a Bahia também foi um território bastante importante na circulação de intelectuais estrangeiros em solo nacional. Nesse período, a região recebeu intelectuais diversos, com destaque para M. Herskovits, Roger Bastide, D. Pierson e Charles Wagley. A presença de pesquisadores de origem norte-americana ganha tônica desde o início da década de 1940, os quais vêm em grande parte a partir do financiamento de entidades filantrópicas norte-americanas ou por meio de fontes de financiamento recém-criadas pelo sistema científico e universitário dos Estados Unidos. Uma temática é praticamente hegemônica nas análises destes pesquisadores: a questão racial. Neste tópico, apresentam-se os condicionantes que permitiram essa forma de circulação, suas características e marcas que deixaram sobre os modos de refletir e fazer pesquisa sobre e na Bahia.

Herzkovits é um dos primeiros cientistas sociais estrangeiros a circular no território da Bahia, tendo realizado investigações na região nos anos de 1941 e 1942, e tem por foco de suas pesquisas na localidade baiana os estudos sobre raça, produto de sua trajetória anterior de investigação. Conforme afirma Yelvington (2007), ele iniciou sua carreira na Universidade de Chicago, estudando História e veio a se doutorar em Colúmbia, sob orientação de Franz Boas. Foi no doutorado que Herskovits se iniciou naquilo que iria ser o fio condutor para suas investigações posteriores, o estudo das sociedades africanas. Sua pesquisa, feita com fontes secundárias, foi seguida de uma bolsa do *National Research Council* – NRC, que conseguira por intermédio de Franz Boas, e lhe deu condições de desenvolver um trabalho de pesquisa na área de antropologia física, focando nos “efeitos da miscigenação racial na forma corporal dos africanos-americanos” (YELVINGTON, 2007, p. 154). Sua entrada nesta área lhe conduziu a conclusões de que “o negro americano” era um “amalgama” racial, “destacável dos demais seres-humanos”, em pleno processo de formação de seu próprio “tipo físico definido”, uma população “homogênea” com “baixa variabilidade” que, devido ao racismo norte americano, estava se tornando mais “negróide” (YELVINGTON, 2007, p. 155).

No ano de 1927 Herskovits é contratado pelo Departamento de Sociologia da Northwestern University, em Illinois, como professor assistente, contexto que lhe permitirá

desenvolver os primeiros passos do projeto que veio a ser denominado de “O Negro do Novo Mundo”. Este projeto, que contaria com pesquisas de campo na África e América, engajou Herskovits na busca por financiamentos de fontes diversas. Sem sucesso em adquirir recursos financeiros, o pesquisador realizou investigações no Suriname (1928 -1929), Daomé (1931), Haiti (1934) e Trinidad (1939), sob o financiamento de Parsons. A investida no projeto sobre “o negro do novo mundo” ganha mais força com o financiamento da Fundação Rockefeller, que garantiu ao pesquisador condições de realizar seu trabalho de campo no Brasil (YELVINGTON, 2007). Esse momento da trajetória de Herskovits, calcado nos fluxos na África e América, representa uma virada em seus estudos, em que a questão da assimilação cultural, de africanos-americanos no meio branco norte-americano, é substituída pelo estudo das sobrevivências culturais africanas. A vinda ao Brasil conjuga então este interesse em compreender a sobrevivências de culturais africanas fora de seu território de origem, e a escolha pela Bahia derivaria, conseqüentemente, dessa região ter uma grande concentração de descendentes de africanos e preservar elementos de sua cultura.

Como ele mesmo diz, em aula inaugural na Faculdade de Filosofia da Bahia, em 6.5.42, o “Novo Mundo” é palco de contatos raciais bastante peculiares: não só de africanos com europeus, como de africanos entre si. Os problemas que Herskovits tem em mente são as formas africanas de conduta que mantiveram sua identidade e as modificações oriundas do contato. Mas, por que a Bahia? Porque, diz ele, além do estado reunir as maiores concentrações descendentes africanos no “Novo Mundo”, aí excepcionalmente preservam-se instituições e modos de conduta africanos. Mesmo línguas nativas são faladas até o começo do século, o que faz da Bahia um caso único (MASSI, 1989, p. 450).

A partir do financiamento da Fundação Rockefeller, Herskovits concretiza a viagem ao Brasil, mediada pelas relações que o cientista social norte-americano já mantinha com alguns autores brasileiros e suas produções acerca da questão racial no país. Esse processo de circulação, segundo Yelvington (2007), tem nas figuras de Gilberto Freyre e Arthur Ramos, os principais mediadores a partir do Brasil. A relação entre Herskovits com os intelectuais brasileiros teria sido introduzida, primeiramente, por Rüdiger Bilden, amigo de Freyre e aluno de Boas, entusiasta das teorias sobre democracia racial freyrianas e que chegou a escrever sobre o Brasil enquanto “laboratório da civilização”. Além disso, Herskovits manteve diálogos com Donald Pierson, que lhe solicitou orientação acerca da questão do negro do Brasil, desejoso em compreender a dita harmonia nas relações entre negros e portugueses no país (YELVINGTON, 2007). Mas foi Freyre quem operou a principal conexão intelectual entre o norte-americano e o contexto intelectual nacional, convidando-o para participar do Congresso Afro-Brasileiro de

1934, depois operando como ponte com Arthur Ramos.

Foi Freyre quem sugeriu a Ramos que entrasse em contato com Herskovits. Eles trocaram cartas e publicações, e houve influências mútuas em seus trabalhos, especialmente em relação ao conceito de acultural. Em 1937, Herskovits enviou para o Congresso Afro-Brasileiro uma contribuição já publicada em que utilizava elementos do trabalho de Ramos. Herskovits ajudou Ramos a obter uma bolsa para viajar aos Estados Unidos e proferir uma conferência na Universidade do Estado da Louisiana, e eles finalmente se conheceram quando Ramos foi à Universidade do Noroeste para participar, junto com Herskovits, em uma palestra sobre “O Problema da Raça no Brasil e nos Estados Unidos (YELVINGTON, 2007, p. 160–161).

A circulação no Brasil permite a troca de conhecimento com Gilberto Freyre e Arthur Ramos, o que dá condições à circulação de Herskovits no território brasileiro e o engajamento e formação de redes com outros pesquisadores nacionais. A partir disso, o pesquisador norte-americano realizou várias conferências no Brasil, para além de sua pesquisa de campo, e ajudou a formar pesquisadores Brasileiros nos Estados Unidos, entre os quais estão Octavio da Costa Eduardo que escreveu o doutorado “*The Negro in the Northeast Brazil: A Study of Acculturation*”, René Ribeiro com o mestrado intitulado “*The Afrobrasilian Cult-Groups of Recife – a Study of Social Adjustment*” e Rui Galvão de Andrade Coelho que teve como o tema de seu doutorado “*The Black Carib of Honduras, A Study of Acculturation*”, todos eles pela *Northwestern University*.

2.1.3.1 O projeto Columbia – Anísio Teixeira, Charles Wagley

Uma segunda fonte de inserção no território baiano de um fluxo intelectual de cientistas sociais estrangeiros é o ocorrido a partir da criação do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – *Columbia University*, capitaneado por Anísio Teixeira e que contou com a participação de Charles Wagley. Este programa foi criado quando Anísio Teixeira era secretário de Educação do Estado da Bahia, durante o governo de Octávio Mangabeira, no intervalo de 1948 a 1952, e tinha por interesse a produção de conhecimento científico sobre o território baiano de forma a ajudar na construção de políticas nos campos da educação e saúde (CASIMIRO; MAGALHÃES; LOMBARDI, 2013). A empreitada foi inserida enquanto uma das ações da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia - criada com o interesse em formar quadros e produzir conhecimento - e teve um papel importante na criação de conexões entre intelectuais brasileiros e norte-americanos, mais especificamente da universidade de Columbia, materializando-se em uma série de pesquisas de campo realizadas em algumas comunidades do território baiano.

É importante notar que este fluxo e diálogo de cientistas sociais norte-americanos em

solo baiano passa diretamente pela própria trajetória de formação intelectual de Anísio Teixeira, o qual tem nos Estados Unidos uma fonte fundamental de sua construção no campo do conhecimento. Segundo Consorte (2014), Anísio já possuiria conexões anteriores com a Universidade de Columbia, tendo realizado o seu mestrado no ano de 1928 no *Teacher's College* desta instituição, onde teve contato com intelectuais que marcaram definitivamente suas concepções educacionais, seus professores John Dewey e W. Kilpatrick. É provavelmente por conta dessas experiências anteriores que Anísio mobiliza suas redes com a Universidade de Columbia visando a construção do projeto para a Bahia, solicitando ao professor Charles Wagley, pertencente ao departamento de Antropologia da universidade americana, a construção do projeto de pesquisa.

Charles Wagley, será um dos principais coordenadores do projeto na Bahia, contudo, vale mencionar, não era um neófito em se tratando do Brasil, pois já passara por experiências anteriores, ligadas ao contato com povos indígenas. Wagley já tinha vindo ao Brasil em decorrência de um convite do Museu Nacional do Rio de Janeiro, no ano de 1938, feito pela então diretora Heloisa Alberto Torres, em conjunto com três antropólogos da Universidade de Columbia, tendo pesquisado os índios Tapirapé por oito meses. A política de boa vizinhança entre o Brasil e os Estados Unidos, nesse período, teria sido um fator facilitador desse fluxo. O pesquisador teria retornado ao Brasil no ano de 1941 para dar aulas no Museu Nacional e orientar pesquisadores brasileiros que faziam investigações sobre os índios Tenetehara do Maranhão. Suas relações, segundo Consorte (2014), com o Brasil, teriam ficado ainda mais intensas ao passo que se casou com uma mulher de “conceituada família carioca” (CONSORTE, 2014, p. 19) chamada Cecília Roxo, a qual o acompanhou em um programa de assistência às populações em situação de vulnerabilidade no contexto amazônico, no interior de um programa de cooperação Brasil/Estados Unidos focado no apoio a seringueiros, mineradores e migrantes, durante o ano de 1942.

É nesse período que Anísio Teixeira convida Charles Wagley para a construção de um projeto de pesquisas que desse condições à realização de sua intervenção no campo da saúde e educação na Bahia. O desenho da ideia de pesquisa foi solicitado por Anísio a Wagley quando este estava em Columbia, tendo passado por construção entre 1948 e 1949, com a ajuda de Eduardo Galvão, doutorando brasileiro em Columbia que tinha trabalhado em conjunto com o pesquisador norte-americano durante sua investida anterior na Amazônia, chegando a publicar

um trabalho sobre esta investida (GALVÃO, 1955).

É importante compreender que a natureza da investida de Anísio Teixeira durante sua gestão na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia está conectada às suas concepções escolanovistas e ao modo como este tomava o Estado enquanto meio para a concretização de um processo educacional modernizador. A concepção de Anísio sobre a Escola compreendia uma instituição caracterizada pela diversidade, congregando distintos elementos culturais, de gênero, de origem, de ordem religiosa e étnica. Por conta disso, a investida no campo educacional deveria se resguardar do perigo da diversidade se materializar em desigualdade ao passo que as instituições de ensino estão inseridas em contextos territoriais e sociais distintos e marcados por diferentes posições econômicas (CASIMIRO; MAGALHÃES; LOMBARDI, 2013). Nesse sentido, compreender cientificamente o contexto social onde o Estado intervém por meio das instituições educacionais era uma necessidade premente para o bom estabelecimento das políticas capitaneadas por Anísio.

É orientado por essas necessidades que se faz, então, a montagem da equipe coordenadora do programa. Integram esta os docentes: Luis de Aguiar Costa Pinto, vinculado ao Instituto de Economia da Fundação Maruá e à Universidade do Brasil; o professor Thales de Azevedo, advindo da Universidade da Bahia e que representaria a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia; e conseqüentemente Charles Wagley da Universidade de Columbia. Para além dos coordenadores, a montagem do projeto contou com pesquisadores, em nível de doutorado, da universidade de Columbia, exercendo o trabalho de coleta e interpretação de dados em solo baiano, são eles: Mavin Harris, Harry Hutchiton, Benjamin Zimmermman e, mais tardiamente, Anthony Leeds (MASSI, 1989).

As fontes de financiamento para o programa seriam de origens diversas, congregando tanto recursos a partir do Brasil quanto de origem estrangeira, mais especificamente nos Estados Unidos. Os doutorandos norte-americanos vieram para o Brasil com bolsas do *Social Science Research Council* e da *Doherty Foundation*, enquanto Charles Wagley foi custeado pelo Conselho de Pesquisas em Ciências Sociais da Universidade de Columbia e pelo *Viking Found*. Já no caso dos pesquisadores brasileiros, Costa Pinto recebeu alguns fundos do Instituto Mauá, do qual se licenciou durante a pesquisa. As despesas do grupo na Bahia foram custeadas pelo governo local, totalizando um montante que gira em torno de setecentos e cinquenta mil cruzeiros (CONSORTE, 2014).

A realização da pesquisa se desenrola a partir de 1950, tendo como ponto central a

questão do contato cultural. Ademais, os “estudos de comunidade”, amplamente utilizados pela antropologia nos Estados Unidos, foram elemento teórico-metodológico orientador do recorte e modelo da investigação. Embasando-se em um estudo anterior realizado pela equipe do Estado da Bahia, o grupo de pesquisadores decidiu por trabalhar com três “zonas ecológicas” que estavam diretamente ligadas à cidade de Salvador, Recôncavo, Sertão e Planalto Central. Essas zonas foram então recortadas internamente com a finalidade da investigação de forma a definir quais áreas possuiriam modos de vida mais tradicionais e quais estariam mais próximas a um estilo de vida “progressista” ou “moderno, definiu-se então, “no Planalto Central, as cidades de Rio de Contas (tradicional) e Livramento de Brumado (progressista); no Sertão do Nordeste, as cidades de Monte Santo (tradicional) e Euclides da Cunha (progressista); no Recôncavo, a cidade de São Francisco do Conde (tradicional) e um povoado formado por trabalhadores de uma grande usina industrial de açúcar (Usina São João)”(CONSORTE, 2014, p. 21). A investigação passa por um ponto de ruptura em janeiro de 1951, com a visita de Alfred Métraux, enquanto representante da UNESCO, que introduz um convite que permitiria a expansão da investigação a partir de sua incorporação em uma agenda maior pertencente à organização internacional.

2.1.3.2 Síntese Analítica

A partir das informações levantadas neste eixo onde tratou-se da influência norte-americana em experiências de pesquisa conduzidas por Herskovits e pelo Projeto Columbia na Bahia, foi possível remontar aos atores e instituições envolvidos em tal empreitada, seus interesses e relações de poder que os entrecruzam. Um dos principais objetivos concretizados neste tópico foi a reconstrução do processo de associação que permitiu a realização dos projetos em questão. No caso das pesquisas realizadas por Herzkovits na Bahia, focadas em estudos sobre cultura negra, observa-se um processo gradual de aproximação desse pesquisador com o tema que lhe conduzirá ao Brasil. Foi possível recuperar que o norte-americano, desde sua formação com Boas, se aproximou do tema das populações negras, no qual passou a se aprofundar com o passar do tempo, buscando fontes de financiamento que lhe permitissem realizar o projeto de investigação sobre “O Negro do Novo Mundo”. O aporte financeiro da Fundação Rockefeller deu condições para a realização deste projeto, tendo o Brasil como um dos locais de realização da pesquisa. Nesse novo ambiente o pesquisador passa a focar seu estudo não mais na assimilação do negro a outras culturas, mas nas reminiscências da cultura africana fora do continente original. Mais do que simplesmente a fonte de financiamento, cooperaram com Herzkovits os intelectuais brasileiros Gilberto Freyre e Arthur Ramos, que

mantinham redes nos Estados Unidos e possuíam certa popularidade no meio acadêmico internacional com suas teses acerca da singularidade de uma suposta relação harmônica entre raças no Brasil. Essa concepção particular de Brasil também foi importante para atrair Herskovits ao país durante a realização de seu projeto.

Já o Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – *Columbia University* agregou um número mais amplo de atores e interesses. Ele foi fruto, primeiramente, do desejo de Anísio Teixeira, em posição na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, em realizar um projeto de investigação sobre condições que permitiriam a modernização das áreas de saúde e educação no Estado. As redes de Anísio e a Universidade de Columbia, onde realizou seu mestrado em 1928, lhe permitiram demandar apoio intelectual e logístico a Charles Wagley, professor na instituição, para a realização da pesquisa em território baiano. Uma convergência de fontes de financiamento como o *Social Research Council*, *Dorothy Foundation*, e o próprio Estado da Bahia, permitiram a circulação e o aporte para a realização do projeto, envolvendo alguns pesquisadores brasileiros como Luis de Aguiar Costa Pinto e Thales de Azevedo, e doutorandos de Columbia como Mavin Harris, Harry Hutchiton, Benjamin Zimmermman e Anthony Leeds. A pesquisa, focada na metodologia dos estudos de comunidade, bastante difundida nos Estados Unidos, situou o processo de pesquisa nas diferenças entre regiões modernas e zonas “tradicionais” em processo de modernização. A investigação, que se materializou principalmente nos trabalhos de doutorado dos pesquisados de Columbia, foi em seguida incorporada no projeto Unesco sobre relações raciais após convite de Albert Metraux.

Essas experiências de pesquisa em território baiano durante os anos 1940 podem também ser lidas enquanto conformadas por relações de poder global que conformam o campo do conhecimento. Apesar de os contornos desses processos não serem tão bem definidos, no levantamento empírico levantado, como nos casos estudados da construção da USP, UDF, FNFi e ELSP, é possível apresentar alguns elementos interpretativos que problematizam a dimensão geopolítica que circunda os itinerários de pesquisa Bahia. Um desses pontos é o modo como o tema das reminiscências de culturas africanas, que fundamenta a investigação de Herskovits, expressa uma narrativa sobre o Brasil enquanto lócus de experiências não-modernas. A tese da singularidade brasileira enquanto local privilegiado para o estudo de elementos não assimilados à modernidade acaba por reproduzir uma lógica de que a pesquisa a ser realizada no país busca sempre uma espécie de arqueologia do passado, o que acaba por operar na reprodução de um imaginário hierárquico colonial. O discurso sobre a modernização, e as representações de hierarquia a ele associados, também se manifestam na experiência do projeto Columbia na

medida em que o uso da metodologia comparativa entre zonas tradicionais e modernas, também toma a noção de evolução e assimilação cultural como um dado que caminha sempre às experiências consolidadas do que é a modernidade.

Do mesmo modo, nos itinerários de pesquisa da Bahia existiram situações que em alguma medida subvertiam tais lógicas de assimetria no campo da produção de conhecimento. O principal exemplo disso, tanto no campo de Herskovits quanto do projeto Columbia, são as relações de cooperação intelectual entre os pesquisadores estrangeiros e cientistas sociais brasileiros. As trocas de Herskovits com Freyre e Arthur Ramos e a coordenação do projeto Columbia sob a égide de pesquisadores brasileiros, para além de Wagley, mostra relações, ao menos em aparência, simétricas no sentido da troca de conhecimento. Esses pontos, contudo, não são suficientes para ler dimensões mais profundas desse tipo de experiência, por conta da limitação da natureza desses dados.

Em síntese, pode-se apontar algumas das consequências da penetração de pesquisadores norte-americanos no campo da Bahia como fonte de pesquisa. As principais que podem-se ser citadas são a introdução dos estudos de comunidade e assimilação cultural como princípios teórico-metodológicos de investigação e o legado de pesquisa na Bahia no campo dos estudos sobre relações raciais. Esses elementos, que produzirão em alguma medida permanências sócio-históricas, ainda que maleáveis, influenciarão os fluxos internacionais de sociólogos brasileiros nos anos seguintes.

2.2 A Unesco e as Ciências Sociais no Brasil e no Mundo

Os desdobramentos seguintes da circulação internacional de cientistas sociais no meio baiano estão diretamente conectados com o desenvolvimento de uma série de institucionalidades concebidas além-mar, no final dos anos 1940 até os anos 1960, e que definirão diretamente os destinos das ciências sociais brasileiras como um todo, assim como da disciplina em nível global. Nesse intervalo há um movimento intenso de consolidação institucional das ciências sociais enquanto empreitada de ordem internacional, produto da formação, associação e “protagonismo de organizações internacionais governamentais e não-governamentais, intergovernamentais, fundações filantrópicas, universidades e órgãos de governos” (FESTI, 2018, p. 56). Essa é a primeira vez em que se consegue consolidar uma comunidade global de cientistas sociais, ainda que em estado germinal. Ela terá o Brasil enquanto nó de grande relevância para o campo, sendo espaço de considerável fluxo de intelectuais predominantemente europeus e norte-americanos, e dando condições ao aumento

do diálogo entre pesquisadores brasileiros com o exterior ou mesmo sua circulação no ambiente estrangeiro.

O fim da segunda guerra mundial deixa marcas profundas nas sociedades europeias que passa desde a destruição de cidades até a promoção da instabilidade econômica nessas regiões. Esses processos acabam tensionando a necessidade de uma nova ordem social, capaz de reconstruir um intercâmbio internacional menos desarmônico e encaminhar as nações rumo ao desenvolvimento. Atua nesse contexto, com protagonismo fundamental à emergência desta nova ordem social e econômica, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), produzida no interior da Organização das Nações Unidas (ONU). A Organização das Nações Unidas, criada em 26 de junho de 1945, nasce com a promessa de promover a cooperação internacional em ordens diversas que vão das esferas econômicas, sociais, culturais, científicas e humanitárias. A ONU é perpassada diretamente por uma concepção de planejamento e “regulação da sociedade desenvolvida nos anos anteriores, em particular nos Estados Unidos da América, pautada fortemente pela ideia de que o planejamento econômico e social e a constituição de um certo estado de bem-estar social diminuiriam as fricções produzidas pela sociedade capitalista” (FESTI, 2018, p. 57).

Para a consolidação do ideário de desenvolvimento, modernização e cooperação internacional que fundamentava a ONU foi necessário a edificação de uma institucionalidade capaz de realizar estudos especializados que direcionariam ações de planejamento e coordenação estratégica em nível global. O Conselho Econômico e Social (Ecosoc) é criado com essa intenção, tendo por finalidade a produção de “estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos” (FESTI, 2018, p. 57). As ciências sociais se inserem com um protagonismo importante, operando enquanto um braço direito da concretização do ideário de planejamento desenvolvimentista na busca pela mitigação das mazelas de ordem social. É sob esse espírito, em que se tomava essas disciplinas enquanto importante meio à edificação de uma nova ordem social, que será criada uma agenda de estudos sobre relações raciais no Brasil sob égide da Unesco. A criação dessa agenda será fundamental para circulação internacional de sociólogos estrangeiros no meio brasileiro e vice-versa.

2.2.1 A Unesco e a pesquisa sobre relações raciais no Brasil

O tema das relações raciais não surge por acaso no radar da Unesco. É, na verdade, produto direto do novo arranjo global que se buscava construir no pós-guerra. As consequências

trágicas do nazismo, que se expressaram em atos cruéis como o genocídio em massa do Holocausto, tensionaram a ONU no sentido da necessidade de encontrar formas de reduzir tensões de cunho racial em ordem global, de forma a impedir que ações como aquelas voltassem a se repetir. Essa conjuntura serviu de espaço para uma sinergia de atores com interesses diversos, porém conectados, que orbitaram em torno da agenda da ONU em direção à promoção de políticas de combate a preconceitos raciais. Intelectuais brasileiros que estavam diretamente ligados a instituições recém-criadas pela ONU, como o Ecosoc, tiveram papel importante na canalização dos interesses da organização internacional — desejosa em dar respostas à questão do embate racial — com agendas de investigação que já se realizavam no Brasil e projetos de maturação das ciências sociais brasileiras que, por sua vez, buscavam dar resposta ao problema da integração de negros e indígenas no país. Arthur Ramos e Luis de Aguiar Costa Pinto são os principais personagens que atuaram nesta direção.

Conforme apresentado por Maio (1999a), a agenda para as ciências sociais brasileiras que desenhava Arthur Ramos desde meados dos anos 40 se coadunou com os interesses da ONU em mitigar o fenômeno do preconceito racial, de forma a performar o que veio a ser o projeto Unesco no Brasil. Ramos tinha como horizonte de trabalho o desejo de maturar as áreas de Antropologia e Sociologia brasileiras, direcionando-as ao estudo de elementos que dariam forma à “singularidade brasileira”, no sentido de entender o país como um “laboratório da civilização” — termo que fora cunhado, conforme dito anteriormente, por Rudiger Bilden, historiador norte-americano com quem Ramos tivera contato anteriormente. Maio (1999) afirma que o tema das relações raciais era central para a agenda do intelectual brasileiro, pois “assumia um lugar privilegiado para a percepção e análise dos desafios da transição do tradicional para o moderno, do cenário de significativas desigualdades sociais e raciais, da diversidade regional e da busca em conformar, em definitivo, uma identidade nacional.” (MAIO, 1999a, p. 41). Essa demanda de Ramos por compreender as singularidades da identidade brasileira em seu processo de modernização se coadunou com os interesses da ONU na medida em que o intelectual brasileiro, assim como Costa Pinto e outros pesquisadores das relações raciais na época, apresentava a tese de que o Brasil seria um país com tensões raciais menos proeminentes, caracterizando-se, conseqüentemente, enquanto uma democracia racial. É a partir da incorporação desta tese que a ONU vai direcionar seu interesse em compreender o caso brasileiro enquanto profícuo em apresentar respostas ao mundo sobre formas de se lidar com relações entre raças e mitigar tensões. Destarte, nas palavras de Maio (1999), o Projeto Unesco, “procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo

capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular” (MAIO, 1999a, p. 41).

Arthur Ramos será um ator central no que vai ser a empreitada da Unesco no Brasil. Contudo é importante notar que este já atuava, desde antes, como personagem bastante relevante em redes internacionais de intelectuais, agindo como uma espécie de autoridade mediadora aos interessados em estudar os negros brasileiros. A relação de Arthur Ramos com intelectuais estrangeiros foi bastante intensa durante sua carreira, de modo que ele manteve diálogo com o psicanalista norte-americano Smith Eli Jellife de 1927 a 1941, tendo ajudado a divulgar a produção deste autor em solo nacional. Jellife leu a tese “Primitivo e Loucura” enviado por Ramos aos Estados Unidos, além de ter convidado o pesquisador brasileiro para participar de debates acerca dos mitos Yorubá. Ademais, Arthur Ramos estabeleceu correspondências entre o final da década de 1920 — quando apresentou seu trabalho de conclusão de curso na área de Medicina — e 1930 com personagens de destaque na história das ciências sociais como Levy Bruhl (1927, 1932, 1935) e Freud (1927, 1928, 1931, 1932) (BARROS, 2007).

Assim como destaca Barros (2007), Arthur Ramos já possuía considerável fama no ano de 1934 por ocasião da publicação de seu livro “O Negro Brasileiro”, além de ter marcado presença no 1º Congresso Afro-Brasileiro de Recife, em que é citado nos anais do evento por Gilberto Freyre que o referencia como “hoje, a maior autoridade brasileira em assuntos negros” (FREYRE, 1937 apud (BARROS, 2007). O livro publicado por Arthur Ramos – “O Negro Brasileiro” – consegue a façanha de alcançar o público internacional, de tal forma que o autor brasileiro passa a estabelecer correspondências com interessados de diversas regiões do mundo. Barros (2007) aponta que após 5 anos da publicação da segunda edição do livro pela Editora Brasileira, o antropólogo passou a responder a críticas que vinham dos Estados Unidos, França, Alemanha e Argentina, ao passo que seu trabalho teria ainda repercutido no México e em Cuba, o que deu condições para que Arthur Ramos promovesse seus livros em outras línguas a partir das conexões que estabelecia.

Entre 1927 e 1949, na correspondência passiva de Ramos, se encontram 934 comunicações de intelectuais do México, Peru, Argentina, Inglaterra, Cuba, Portugal, Estados Unidos, Colômbia, França, Uruguai, Alemanha, Bolívia, Áustria, Cabo Verde, Venezuela, Haiti, Suíça, Guatemala, Daomé, Panamá e Chile, dialogando sobre seus livros e artigos, criticando-os, esclarecendo dúvidas, pedindo e oferecendo informações sobre temas de seu interesse. Muito significativo é o número de cartas apresentando estudiosos que vêm ao Brasil para receber suas orientações sobre o estudo das populações negras no

Brasil (BARROS, 2007, p. 299).

A partir disso, o antropólogo brasileiro construiu uma rede nacional e internacional de relações que lhe permitiu operar como uma fonte privilegiada para pesquisadores que estudavam o negro no Brasil, estabelecendo diálogo com Donald Pierson, Richard Pattee, Lynn Smith, Herskovits, Rüdiger Bilden, Lewis Hanke e Percy Alvin Martin²². É interessante notar a intensa interlocução com Pierson quando veio à Bahia em 1935 para realização de sua tese de doutorado. Uma correspondência entre ambos de 1936 mostra que o intelectual norte-americano buscava extrair ao máximo do interlocutor brasileiro, como informações que envolvem desde a história colonial do país, passando pelo papel de negros e indígenas no sistema de exploração escravista e as consequências de seu fim. Para além disso, a proximidade que transparece nos diálogos e o tratamento pela palavra de “amigo”, além de citações sobre a admiração pelo brasileiro, demonstra que ele era enxergado com apreço e respeito pelo pesquisador estrangeiro, dando um exemplo de relações de cooperação e deferência intelectual que subvertiam o próprio quadro de hierarquia global de poder no campo do conhecimento.

Acho que agora tenho um conhecimento geral da cidade da Bahia e estou começando atualmente um estudo mais intenso. Já pude procurar na Bahia um exemplar de Estudos Afro-Brasileiros. (...) O evidente desejo dos estudiosos brasileiros na vida dos negros, em colocar data concreta e tratá-la com objetividade, prognostica bem o futuro desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. (...) . Recebi com muito interesse as notícias que o senhor está atualmente fazendo esforço para receber informações a respeito da escravidão na Bahia. Ficarei muito grato se o senhor puder me informar as perguntas seguintes: A que extensão escaparam os escravos Bahianos para formar quilombos no sertão Baiano? Por que o índio foi preterido no Brasil pelo escravo africano? Que situação tiveram os escravos pertencentes ao grande proprietário, ao pequeno e à Igreja? Sabe si estes três typos de escravos existiram na Bahia? Era grande o número de negros de ganho na Bahia? Qual era a natureza da vida deles? Que ligação tiveram os ciganos com o tráfico de escravos na Bahia? Que grupos apoiaram a abolição? Por quê? Quaes os grupos eram opposicionistas? Era organizada esta opposição? Que ocorreu no momento da abolição? Que fizeram os senhores com abolição? Que ocorreu aos escravos libertados? Sabe qual a explicação do lugar romântico da Moreninha tão celebrada na poesia e no canto? A morena aparece nos costumes de Portugal antes da colonização no Brasil? Que me diz o senhor sobre a exatidão da obra A Escravidão, O Clero – e o Abolicionismo escrita por Anselmo da Fonseca, bem como As Malês, A Insurreição das Senzalas, por Pedro Calmon? Ficarei muito grato si o senhor me indicar livros nos quaes encontrarei ao menos em parte esta informação. A resposta destas perguntas ajudar-me-á em obter a vista mais ampla do contacto das raças na Bahia colonial. Acredite-me seu constante admirador e amigo Donald Pierson. PIERSON apud (BARROS, 2007, p. 301–302).

Para além da mediação de fôlego operada com Donald Pierson, notada pelo trecho da

²² Em se tratando de autores interessados nos negros brasileiros Barros (2007) aponta os seguintes números de correspondências entre os intervalos citados: “Donald Pierson – 66 (1935-1948); Richard Pattee - 55 (1935-1941); Lynn Smith – 53 (27/5/1938-20/7/1949); Herskovits – 47 (1935-20/8/1949); Rüdiger Bilden – 26 (1936-1946); Lewis Hanke – 23 (1937-1944); Percy Alvin Martin – 16 (1935-1941)”(BARROS, 2007, p. 300).

carta citada, Arthur Ramos também operou papel semelhante com Roger Bastide, que lhe enviara 26 cartas que se iniciam no ano de 1938. Os interesses do pesquisador francês, lotado na USP, detinham-se principalmente na busca de referências bibliográficas acerca do negro brasileiro e, além disso, sobre o modo como o brasileiro operou a transição dos estudos sobre psiquiatria e psicanálise para o tema racial (BARROS, 2007). Essa comunicação foi bastante intensa passando pelo pedido do francês de que Ramos intermediasse o contato com um Pai de Santo que possuía um terreiro de Candomblé em Niterói, e um convite para que Arthur Ramos participasse do Congresso de Sociologia de Bucareste e enviasse um artigo para ser publicado na Revista Internacional de Sociologia no ano de 1939. Assim como com Pierson, também é patente a relação cordial e de deferência para com o brasileiro, ao qual o francês destaca o entusiasmo por ler “tão sábios estudos” (BARROS, 2007, p. 306).

Como bem notado, a circulação e diálogo de Ramos era intensa com pesquisadores do exterior e brasileiro, não cabendo neste texto detalhamento maior. Essas menções citadas servem então de representação do extenso panorama de contato intelectual com redes internacionais que ajudaram a alçar o pesquisador Brasileiro a um lugar de destaque fora do Brasil, permitindo-lhe ter protagonismo no interior da Unesco. Barros (2007) descreve que o convite a Arthur Ramos para participar como diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO ocorre após uma recusa do mesmo pedido a Gilberto Freyre, que seria um candidato com maior simpatia aos Norte-Americanos, mas que na época estava dedicado à edificação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa em Pernambuco. Isso teria aberto espaço para intervenções da chamada “ala humanista”, em oposição aos representantes da potência estadunidense, no interior da UNESCO, e que tinha na figura de Jaime Torres Bodet, antigo Ministro da Educação do México, um de seus representantes. Foi então Jaime Torres Bodet que fez o convite aceito por Arthur Ramos a encampar as ações no interior da UNESCO. Ao passo que ocupa o cargo na instituição, o brasileiro desenha um plano de reestruturação do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, para o qual irá propor “um estudo geral das culturas originais das massas nos seus habitats respectivos, para todas as partes do mundo”, para estudá-las posteriormente “face às culturas dominantes”, aconselhando estudos de aculturação e assimilação dos povos indígenas e negros do novo mundo” (BARROS, 2007, p. 313). Coloca-se então o estudo sobre o negro nas américas, e o Brasil aparece como objeto de intervenção das pesquisas da instituição estrangeira. A tese de Arthur Ramos sobre a excepcionalidade brasileira no campo das relações raciais ganhará centralidade nessa investida.

Segundo Maio (1999), o relato acerca desta excepcionalidade brasileira em se tratando

de tensões de cunho racial já era bastante aventada em meios diversos que não apenas o intelectual. Já no século XIX, personagens como viajantes, jornalistas, cientistas e políticos, tanto norte-americanos quanto europeus, descreviam as relações pacíficas entre as raças que habitavam o país. Os cientistas sociais brasileiros foram cruciais na reprodução e fortalecimento dessa tese, de modo que na década de 1940 já era bastante propagada, tendo ganhado forma e circulação em obras de peso como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre — a qual fora traduzida em diversos idiomas e apresentava o país ao mundo enquanto um singular caso de harmonia interétnica. A obra de Arthur Ramos reproduzia veementemente esses pressupostos, apesar de não deixar de considerar as desigualdades sociais entre brancos e negros que caracterizavam a sociedade brasileira, as quais, contudo, eram dadas explicações de natureza social ou mesmo numérica no que se refere aos estados do Sul. Nesse sentido cientistas sociais brasileiros foram centrais para a estabilização da noção de singularidade brasileira, atraindo os olhares da ONU em um contexto de tensionamento cada vez maior das relações raciais, tendo como casos paradigmáticos os Estados Unidos e a África do Sul. Conseqüentemente, no mês de junho de 1950, em Florença na Itália, a 5ª sessão da Conferência Geral da Unesco confirmou a realização das investigação sobre o tema das relações raciais no Brasil. Em entrevista dada por Costa Pinto a Lucia Lippi de Oliveira, o pesquisador relata esse processo, advogando a importância do seu papel para a concretização desse projeto após a morte de Artur Ramos, que ocorrera 8 meses antes da conferência italiana. Na fala de Costa Pinto, fica bastante evidente seu esforço em apresentar a singularidade brasileira enquanto elemento justificador da investigação em solo nacional, dando continuidade aos esforços anteriores de Ramos em conectar o país à agenda da instituição internacional.

O Arthur Ramos foi nomeado diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Paulo Carneiro era na época o representante do Brasil na UNESCO. na época isso era 1948 (...) a guerra havia acabado e o problema da raça foi um problema fundamental no painel ideológico da Segunda Guerra Mundial. Então a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução solicitando a Unesco que respondesse a essas três perguntas: Primeiro: o que é uma raça? Segundo: há ou não fundamentos científicos para preconceitos ou discriminações raciais? Terceiro: que estudos devem ser feitos para ampliar os nossos conhecimentos sobre o assunto? então a coisa foi mandada para o departamento de Ciências Sociais da Unesco e o Arthur decidiu convocar um comitê de peritos de experts “Experts comitê on race relations” para oferecer uma resposta oficial a assembleia geral das Naçõe. (...) E nós fomos todos nos reunimos em dezembro de 1949 em Paris. daí resultou o Statement on Race. O Ramos, nesse interim, faleceu. Nós na declaração sobre a raça, respondemos as duas primeiras questões. E essa que estuda os proceder nós respondemos no texto a parte. **Então lá se dizia - por insistência minha minha e isso eu tenho muito orgulho de afirmar - que a maioria dos estudos que existem sobre relações de raças é sobre a África do Sul os Estados Unidos, em suma as áreas de grande tensão racial. Nos faltam estudos sobre situações em que a tensão não é tão grande não é um pega para capar entende? Ao contrário**

coexistem mais ou menos tensão mas não é uma situação tão crítica quanto a do Apartheid ou deep south americano. Resultado: a conferência geral da Unesco que se reunia em 49 ou em 50, creio eu, em Florença, Itália, ficou de decidir que estudos promover. Eu escrevi uma carta ao Paulo Carneiro. eu disse a ele: o Brasil é um campo excepcional para esse tipo de estudos. Tensões raciais existem aqui mas não tão críticas quanto em outras áreas. O Alfred Métraux, um suíço que depois virou americano, antropólogo, trabalhou em meio nesse tempo estava dirigindo departamento de Ciências Sociais aplicadas em Paris. O Métraux concordou que o Brasil seria um bom lugar. E então se realizaram diferentes pesquisas. COSTA PINTO apud (OLIVEIRA, 1995, p. 261–262). (grifo nosso).

Após o falecimento de Arthur Ramos, como mencionado na passagem anterior, é o etnólogo Alfred Métraux que irá dirigir os trabalhos do recém-criado Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Além disso, o pesquisador suíço contou com a ajuda do antropólogo brasileiro Ruy Coelho, seu principal assistente e ex-aluno de Roger Bastide em São Paulo e de Herskovits em Northwestern, tendo defendido um trabalho de mestrado sobre “Os Caraíba Negros em Honduras” naquela instituição (MAIO, 1999a). O projeto da Unesco se debruçaria primeiramente e exclusivamente em solo Baiano, região que possuía forte influência africana e que já havia sido palco de muitas investigações sobre questões raciais, inclusive realizadas por pesquisadores estrangeiros de destaque como Landes, Frazier, Pierson e Herzskovits. Para além disso, a Bahia era observada como o ponto ideal do escrutínio pelo próprio trabalho de mediação de Charles Wagley quando estava engajado no Projeto Columbia-Estado da Bahia, criado por Anísio Teixeira. Wagley entrou em contato com Métraux em junho de 1950, dando detalhes da pesquisa que estava realizando na Bahia e se colocando à disposição para trabalhar em parceria com a Unesco, proposta que foi muito bem acolhida por Métraux e Ruy Coelho, pois, facilitaria a execução da empreitada internacional e seu acoplamento em um projeto maior já em andamento (MAIO, 1999a). Essas condições colocam no centro das pesquisas da Unesco a Bahia, bem como as supostas especificidades das relações raciais menos tensas que existiriam no solo baiano. A região, contudo, não foi a única a fazer parte do projeto.

Para além de Charles Wagley, outros pesquisadores operaram na mediação com Métraux de forma a capturar recursos e re-orientar o trabalho da Unesco, visando contemplar outras regiões do Brasil que tivessem experiências raciais distintas daquelas que imputadas à Bahia. Otto Klineberg, Canadense que compunha o Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo, foi um destes pesquisadores que advogou pela abertura do projeto para outras regiões, propondo adicionar São Paulo ao estudo, pois as diferenças em relação à Bahia

ajudariam a não enviesar o estudo a um único caso²³. A proposta de adicionar São Paulo foi fortificada com a solicitação de Metraux para que Roger Bastide — com quem já tinha realizado pesquisas em comum, como um estudo sobre os negros das Guianas — colaborasse com a pesquisa da Unesco. Em carta enviada em agosto de 1950 ao francês, Bastide afirmava que “naturalmente é na Bahia que concentraremos nosso principal esforço, mas pretendo realizar sondagem em outras regiões do Brasil e, nesse aspecto, necessitarei de seus conselhos.” KLINEBERG (1950) apud (MAIO, 1999a, p. 146).

Além disso, o Rio de Janeiro também passa a integrar os esforços de investigação da Unesco por intermédio de Luiz de Aguiar Costa Pinto. Em maio de 1950, ele escreve para Metraux desejando realizar uma parceria entre a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, com a pesquisa do órgão internacional. O brasileiro mostra-se interessado em “realizar, no Rio de Janeiro, dentro do plano da Unesco, as sondagens e análises necessárias para a pesquisa das tensões raciais em área metropolitana do Brasil, analisando a situação racial brasileira na perspectiva de uma sociedade em franco processo de industrialização” PINTO (1950) apud MAIO, 1999, p. 145).

Por fim, a última região do Brasil a ser adicionada ao projeto será a cidade do Recife, já no ano de 1951. Esta passa a entre no radar da UNESCO a partir de contatos que passam a ser estabelecidos pelo Instituto Joaquim Nabuco que tinha sido criado por Gilberto Freyre. O pernambucano passa a realizar contatos com Metraux, chegando a visitar a Unesco em agosto de 1951 propondo que o Instituto Joaquim Nabuco compusesse parceria com o projeto internacional. Segundo Maio (1999), a proposta foi aceita com muita facilidade devido à fama já consolidada de Gilberto Freyre em âmbito internacional, tendo sido, como mencionado anteriormente, convidado para a própria diretoria do Departamento de Ciências Sociais da Unesco, cargo que, contudo, declinou.

Destarte, é montada assim a configuração do projeto Unesco, que passa a realizar suas pesquisas entre 1951 e 1952 na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Em síntese pode-se afirmar que a existência de pesquisas no âmbito das relações raciais na Bahia e em São Paulo, foram os primeiros motivos para a escolha do Brasil, os quais, principalmente em se tratando de Salvador, estavam perpassados pelo discurso acerca das diferenças entre tensões mais leves

²³ São Paulo e Salvador são tão diferentes em tantos aspectos que o fato de serem ambas cidades de grande porte me parece quase irrelevante neste caso. Acredito que seria muito importante estudarem-se as relações raciais sob um certo número de condições distintas e, nesse caso, é imprescindível que, mais uma vez, o estudo não fique restrito à situação na Bahia e à sua volta. KLINEBERG 1950, apud (MAIO, 1999, p. 145)

ou maiores sobre o fator raça. Para além, a questão da industrialização do Brasil também foi tomada como um processo importante para a compreensão de como as relações raciais se comportavam em um contexto de recente modernização, o que jogou positivamente para a inclusão do Rio de Janeiro e São Paulo no projeto. Ademais, as redes de relações pessoais que os pesquisadores envolvidos na organização da Unesco estavam engendrados atuou como um mecanismo fundamental para a configuração da empreitada nas regiões citadas. Experiências de pesquisas em comum, como o caso de Roger Bastide com os Negros das Guianas, as relações profissionais e pessoais entre Costa Pinto e Arthur Ramos, a fama internacional de Gilberto Freyre e a institucionalidade onde estava inserido Wagley, permitiu que cada um desses mediadores operasse proficuamente na orientação da Unesco para seus projetos e interesses locais.

A concretização do projeto Unesco serviu aos poucos como um meio de desconstrução das representações que foram fundamentais para a escolha do país enquanto lócus do projeto internacional. No início da mobilização pela escolha do Brasil foi fundamental a contribuição de Arthur Ramos, Costa Pinto, ou mesmo da literatura já existente no campo das relações raciais brasileiras — expressa nos trabalhos de Herzkovitz e Gilberto Freyre, sobre a possível existência de uma democracia racial, caracterizada pela harmonia da convivência entre os povos. O “laboratório socioantropológico” que tanto entusiasmou a organização internacional na sua busca de uma “promissora experiência de miscigenação e assimilação” (MAIO, 1999b, p. 151), e que fora encampada por Ramos como singularidade social capaz de dar respostas à conjuntura de busca por uma nova ordem social do pós-guerra, acabou por desmanchar-se com os resultados das produções intelectuais produzidas pelos envolvidos. Aqui, ficou patente a democracia racial enquanto mito, ou nas palavras de Florestan Fernandes “mera coexistência [entre os homens] no mesmo espaço social”, e que não deixava de ser meramente uma “convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade”. O projeto Unesco consagra então um intercurso internacional de fôlego, produzido pela associação entre interesses diversos de agentes, mas diretamente perpassado pela apresentação de um imaginário sobre um Brasil em que foram basilares a convivência racial harmônica e a democracia racial.

2.2.1.1 Síntese Analítica

Neste eixo foi possível tratar o papel da Unesco na promoção das ciências sociais no Mundo e no Brasil durante o pós-guerra. Mais especificamente tratou-se das influências da instituição para as produções no campo da pesquisa sobre relações raciais no Brasil. Neste

levantamento realizou-se um trabalho de reagregar os atores e instituições envolvidos na pesquisa em questão, além de seus interesses e relações de poder que os entrecruzam.

Foi possível compreender que a experiência do pós-guerra modificou a conjuntura da geopolítica global de forma a colocar na agenda da época a necessidade de construção de uma organização capaz de promover uma nova ordem social baseada na harmonia entre as nações. A ONU, produto desse processo, passou a buscar a concretização dessa agenda, processo que acabou por ajudar na promoção das ciências sociais mundo a fora por meio da criação da Unesco. As ciências sociais, no interior dessa nova instituição, tinham relevância enquanto mecanismos de produção de conhecimento com destino instrumental, visando a mitigação dos efeitos negativos do processo de modernização mundo a fora. A concepção de planejamento do desenvolvimento fundamentou a identidade do organismo e a pesquisa sobre relações raciais no Brasil nasce sob o espírito instrumentalista de encontrar resposta que ajudasse na construção de políticas anti-racistas.

O medo da repetição de uma experiência como a do holocausto animou a instituição, mas não apenas isso foi importante para a conformação do projeto, como também o papel jogado, no interior da Unesco, de pesquisadores brasileiros na promoção do país como lócus perfeito para dar respostas às perguntas que a Unesco fazia à época. Arthur Ramos, antropólogo brasileiro, agiu fortemente, em conjunto com Costa Pinto, na promoção do discurso sobre a singularidade brasileira no trato dos conflitos de raça. A visão idílica do Brasil, como um laboratório de pesquisa que ajudaria o mundo a superar as mazelas do racismo, ajudou a concretizar o projeto de pesquisa no país. A Bahia foi vendida como o lócus perfeito para tal investigação, processo que depois foi alargado com a mobilização, por outros pesquisadores no Brasil, para realização da pesquisa em suas regiões. O projeto foi então um marco na história das ciências sociais do país, contando com pesquisas em Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, e encaminhando interpretações que se contrapunham à visão idílica suposta de início.

Também no projeto da Unesco no Brasil, existiram situações que em alguma medida subvertiam lógicas de assimetria no campo da produção de conhecimento. Exemplos que caracterizam isso são as relações de parceria intelectual entre pesquisadores estrangeiros e brasileiros que aparentemente tinham marcas de respeito e deferência mútua. Nos dados levantados é possível notar que Arthur Ramos serviu como importante fonte de diálogo para pesquisadores interessados nas relações raciais do Brasil, sendo tratado com deferência

intelectual por sociólogos e antropólogos estrangeiros.

Em síntese, pode-se apontar algumas das consequências da realização da pesquisa da Unesco sobre relações raciais no Brasil. Entre as que são mais importantes para o objeto em questão nesta pesquisa estão o fortalecimento dos estudos sobre relações raciais e populações negras no Brasil, além do fortalecimento de redes entre intelectuais brasileiros e instituições e pesquisadores de fora. Para mais, a Unesco teve um importante trabalho na construção de instituições no Brasil que são importantes para se compreender o trânsito de sociólogos mundo afora. No tópico a seguir apresentam-se alguns desses casos.

2.2.2 A Unesco e a construção de instituições

O papel da Unesco enquanto promotora da circulação de intelectuais estrangeiros na institucionalização das ciências sociais no Brasil não se deve exclusivamente à experiência da tão citada pesquisa sobre as relações raciais. A construção institucional do CBPE é outro descendente da conjunção da instituição internacional com os interesses de intelectuais brasileiros. Esta entidade é não apenas um produto de intervenções que envolvem personagens posicionadas no Interior da Unesco, mas redes de pesquisadores já aqui mencionadas, mais especificamente descendentes do projeto Columbia na Bahia. Nessa nova instituição serão figuras centrais Anísio Teixeira, Charles Wagley, Oto Klinenberg e Bertram Hutchinson.

2.2.2.1 O CBPE no Rio de Janeiro

O Centro Brasileiro de Estudos Pedagógicos (CBPE) nasce a partir das mãos de Anísio Teixeira na intercessão com redes do mesmo no interior da UNESCO. Em 1952, Anísio integrava o Centro de Documentação Pedagógica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na posição de diretor, e decide então realizar uma parceria com a Unesco de forma a viabilizar um *survey* que estabelecesse um quadro geral sobre a educação no Brasil. Essa proposta de acordo vai receber vários comentários de Charles Wagley e Carl Withers, que trabalhavam na Unesco em 1953, e que acabam articulando em conjunto com Anísio a criação de um Centro de Altos Estudos Educacionais (MASSI, 1989). Além disso, em entrevista dada por Costa Pinto a Lúcia Lippi de Oliveira, o sociólogo afirma que um dos interesses que animou Anísio na construção do CPBE devia-se ao fato do INEP, que até então integrava, ter sido demasiadamente burocratizado na gestão de Lourenço Filho, e na verdade ambas as instituições

teriam objetivos bastante convergentes²⁴ (OLIVEIRA, 1995). Passaram então a participar da organização do centro: Bertran Hutchinson, de origem britânica, e o canadense Oto Klinenberg, que trabalhavam como técnicos da Unesco, e editaram os principais objetivos e o desenho em geral do centro, que veio a ser estruturado em 1955. Charles Wagley vem ao Brasil ajudar na implantação do projeto após Oto Klinenberg retornar à Unesco, e trabalhará ao lado de J. Roberto Moreno, com a “instalação da sede, planejamento de pesquisas, organização da parte administrativa, recrutamento de colaboradores e etc” (MASSI, 1989, p. 443).

O CBPE nasce com sua sede no Rio de Janeiro e apresenta uma série de méritos no sentido da institucionalização das ciências sociais no Brasil. Entre eles destacam-se a construção de sua biblioteca, organizada pela Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP), a qual contou com “mais de 70 mil volumes e 1.800 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros” e “foi considerada a melhor biblioteca especializada em educação e ciências sociais de todo o país” (MARIANI, 1982, p. 183). Esta contou diretamente com a cooperação de técnicos da Unesco, com ênfase a Bertran Hutchinson e Charles Wagley, que ajudaram na escolha do material que veio fazer parte da biblioteca. Além disso, a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais é outra área de destaque no interior do Centro, tendo sido dirigida por Darcy Ribeiro, a convite de Anísio Teixeira. Até então Darcy Ribeiro tinha apenas experiências de pesquisa com populações indígenas, devido a ter ocupado o cargo de coordenador de um curso para etnólogos e antropólogos no Museu do Índio. Já no CBPE, Darcy agiu de forma inovadora ao organizar um curso de pós-graduação do qual fizeram parte professores diversos como Roberto Cardoso de Oliveira, o francês Jacques Lambert, Oracy Nogueira e Bertram Hutchinson (MARIANI, 1982).

É importante notar que o programa de investigação da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE possuía um interesse bastante amplo e direcionado à compreensão do Brasil na sua diversidade social e regional²⁵, passando pelo interesse em estudos que tocavam da Amazônia ao Rio Grande do Sul, incorporando zonas rurais e urbanas na sua variedade de

²⁴ “Anísio criou o CBPE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Ele substituiu o Venâncio Filho no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. E então eu digo: - Qual é a diferença? Instituto-Centro; Brasileiro-Nacional; de Estudos-de Pesquisas; Pedagógicos-Educacionais, em suma... Ele criou aquilo para ver se tirava um organismo menos burocrático do que o Instituto Pedagógico tinha ficado. O Lourenço Filho burocratizou aquilo demasiado. E a única coisa na verdade que o Instituto tinha era uma revista, Estudos Pedagógicos. O CBPE também sacou a sua revista. Era a Educação e Ciências Sociais” (OLIVEIRA, 1995, p. 264)

²⁵ Conforme afirma Darcy Ribeiro “era um programa duplo, em que tomamos 14 áreas brasileiras, 14 municípios típicos da Amazônia ao Rio Grande do Sul e estudamos a população rural e a população urbana, condições de vida e condições culturais, com o objetivo de publicar monografias sobre cada uma delas. Das 14, umas 4 chegaram a ser publicadas. Além dessas 14, havia mais umas 20 pesquisas do tipo social sobre urbanização, industrialização e educação. Nunca houve programa tão amplo na área das ciências sociais.” (MARIANI, 1982, p. 184)

formas de vida e cultura. Mais do que apenas debruçar-se sobre o Brasil como objeto de investigação, esse itinerário representava para Darcy Ribeiro a possibilidade de posicionar o Brasil enquanto um local ativo na produção de conhecimento social, produzindo aqui “uma grande quantidade de cabeças”, “gente de boa qualidade”, que seriam capazes de produzir pensamento autônomo sobre a realidade nacional e faria com que o cientista social brasileiro não fosse um mero revisor de proposições consagradas por pensadores estrangeiros. A empreitada, contudo, não produziu os frutos desejados, seja na sua abrangência ou no que diz respeito da intelectualidade nacional frente às ciências sociais já consagradas, em grande medida por conta de uma série de dificuldades que se colocaram nos anos seguintes.

Essas pesquisas todas, se tivessem tido continuidade, formariam uma biblioteca que teria sido a mais importante na área de ciências sociais no Brasil. Era um "passar o Brasil a limpo". (...) Se essas pesquisas tivessem sido completadas, o Brasil passaria a ter uma biblioteca de ciências sociais como não tem até hoje. Além do mais, teria tido o efeito de voltar as ciências sociais brasileiras para a nossa temática, principalmente a que tem relevância social. Esse era o sentido que Anísio queria dar, e não impedir que alguém faça qualquer pesquisa que queira fazer, mas não facilitar, como veio a acontecer depois, que o cientista social brasileiro seja alguém cujo objetivo é colocar um ponto e vírgula em Levy Strauss. Se o programa tivesse tido continuidade, nós teríamos voltado uma grande quantidade de cabeças, gente de boa qualidade, para a temática da educação, que é a temática do conhecimento e da cultura brasileira". (MARIANI, 1982, p. 184–185)

Entre os motivos para a não concretização desse itinerário de pesquisas Mariani (1982) destaca a saída de Darcy Ribeiro da instituição, com fins de construção da Universidade de Brasília, além da diminuição de verbas que viriam a ocorrer pelo fim do Governo de Juscelino Kubistchek e João Goulart. Ademais, os salários de técnicos e pesquisadores não eram de valor suficiente para conseguir manter os quadros vinculados ao Centro e além disso o emperramento da máquina burocrática também teria atuado de forma a atrapalhar a contratação de quadros. A saída de Anísio Teixeira da instituição em 1964 foi sucedida de um processo de deterioração da instituição que culminou com o seu fim em 1976, tendo sua biblioteca doada à Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1979.

É mister contudo mencionar que apesar dessa investida, produto da associação de importantes personagens nacionais na institucionalização das ciências sociais e intelectuais vinculados à Unesco, não ter atingido todos os objetivos de seus criadores, conseguiu deixar alguns trabalhos importantes que marcaram a sociologia brasileira “Bertram Hutchinson (Mobilidade e trabalho), Oracy Nogueira (Familia e comunidade em Itapetinga), Manuel Diegues Junior (Regiões culturais do Brasil) , Jacques Lambert (Os dois Brasis), Florestan Fernandes (A integração do negro à sociedade de classes), Egon Chades (O japonês e o alemão

no Brasi/), Eunice Durham (Adaptação dos contingentes rurais nas metrópoles)” (MARIANI, 1982, p. 185).

É interessante observar que, pela formatação dos objetivos do CBPE, este expressou algumas das mudanças temáticas da investigação social em solo brasileiro sob mediação de atores estrangeiros. Nota-se um deslizamento dos interesses típicos das primeiras investidas sociológicas e antropológicas mediadas por intelectuais de fora que se detinham em estudos sobre indígenas e negros, para temáticas que envolviam o processo de modernização nacional, a mobilidade social e as diferenças entre regiões rurais e metrópoles. Observa-se, nesse sentido, em que medida a agenda de promoção do desenvolvimento encampada pela Unesco vai adentrando a institucionalidade das ciências sociais aqui produzidas, de forma a abarcar não apenas as experiências sociais ausentes nas regiões do capitalismo central, mas também a natureza de um processo de transição para um Brasil moderno e desenvolvido.

2.2.2.2 A promoção de um campo internacional de cientista sociais

A Unesco teve um papel fundamental na construção de um campo internacional de cientistas sociais. O protagonismo da instituição ajudou as ciências sociais, para além de outras áreas do conhecimento, a organizar instituições, revistas e associações que colocassem em diálogo intelectuais de regiões distintas do globo, além de permitir a promoção, principalmente no campo das ciências sociais, de meios de padronização do campo intelectual e facilitação de trocas em torno de temas e linguagem comum. Caracteriza a experiência do pós-guerra o esfacelamento das formas de congregação de cientistas, que em grande medida, foram influenciados a se dispersarem para outras regiões do mundo durante a eclosão da guerra. A organização age, conseqüentemente, na reestruturação das formas institucionalizadas de diálogo entre os cientistas sociais e elevação destas a um nível mais consistente do ponto de vista organizacional e em se tratando de amplitude. Vale mencionar que até o momento eram poucas as formas de associação com esse tipo de caráter, dentre as quais tem destaque o *Institut International de Sociologie*, criado em 1893 em Paris e durando até 1937, que apesar de ter conseguido realizar 13 Congressos Internacionais e promovido a revista *Revue International de Sociologie*, não foi uma instituição que conseguiu agregar muitos intelectuais fora do eixo França-Estados Unidos (FESTI, 2018; MOSBAH-NATANSON; GINGRAS, 2014).

Enquanto veículo de promoção das ciências sociais no âmbito da Unesco, destaca-se o Departamento de Ciências Sociais (DCS), que se caracterizou enquanto o principal órgão de atuação na área. Uma das questões principais dos debates promovidos pela instituição para a

promoção do campo era a já citada ausência de associações internacionais, ou mesmo nacionais, que conseguissem organizar a disciplina no sentido de sua profissionalização em escala global. O volume 1º do Boletim internacional de Ciências Sociais, de 1949, destaca essa problemática, que se agravava pelo fato da sociologia, economia e ciência política já possuírem certo reconhecimento internacional, e ainda não terem formas de organização consolidadas. Frente a necessidade de promover essa agenda estava o desenho de ciências sociais tomado pela Unesco, ou mais especificamente, a importância advinda delas por conta de sua suposta finalidade operacional (FESTI, 2018). A concepção da relevância das ciências sociais estava para a Unesco não no sentido do “saber pelo saber” ou da importância da promoção científica em geral, mas sim na capacidade delas enquanto veículos de transformação do mundo, de forma que era o coração dessa agenda a tarefa de “produção de uma ciência social que não se contentasse apenas em compreender e explicar os processos e os mecanismos de transformação do mundo contemporâneo, mas que assumisse o papel de “orientar e de controlar os fenômenos que estão na origem das perturbações da vida nacional e internacional” (FESTI, 2018, p. 61). Destarte, o tema do valor técnico-instrumental das ciências sociais, na sua capacidade de responder a problemas sociais, era um dos motes principais que agregava a importância de promoção institucional das mesmas.

Orientado por esses princípios o Departamento de Ciências Sociais da Unesco contribuiu diretamente para o campo das ciências sociais, agindo no sentido da padronização das práticas e temas de pesquisa, além da estruturação institucional da área em escala global. Um exemplo que pode ser citado e que ajuda a caracterizar a dimensão de padronização citada é o produto da reunião de junho de 1955, realizada entre o Conselho Internacional de Ciências Sociais (CICS) e o DCS, que pautou a “elaboração de um “vocabulário técnico das ciências sociais” a partir de “150 palavras de uma lista de termos empregados para descrever as consequências sociais do progresso técnico (questão que o DCS da Unesco e o CICS se ocupam bastante)” (FESTI, 2018, p. 61). Essa iniciativa, assim como várias ações promovidas pelo DCS, contribuiu para a constituição de um campo internacional de cientistas sociais, dando condições financeiras e infraestruturais que possibilitaram uma maior integração entre intelectuais posicionados em locais diversos do mundo, que promoveram o incentivo ao ensino de sociologia enquanto mecanismo de formação cívica para exercício da cidadania e localização de problemas sociais que necessitassem de atuação e resolução para o bem comum.

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, as principais ações da Unesco em prol do desenvolvimento das ciências sociais foram o financiamento e o incentivo à pesquisa; a criação e a manutenção de associações não-governamentais

acadêmicas; os incentivos e a organização de eventos científicos (congressos, seminários, encontros); a publicação de um boletim trimestral; o mapeamento da situação do ensino e da pesquisa das ciências sociais; o envio de experts para assessorar e ajudar em políticas específicas; a criação e a manutenção de centros e instituições de ensino e pesquisa; a padronização de termos e métodos; a vulgarização do conhecimento por meio de publicações; a emissão de bolsas de estudos para estudantes e professores; e o incentivo ao intercâmbio internacional entre outras tantas medidas. (FESTI, 2018, p. 60–61).

Nesse ínterim, é dada então a ênfase à necessidade de construção de associações científicas internacionais, capazes de dar maior robustez ao processo de promoção global das ciências sociais. A Unesco já vinha em uma mobilização desta natureza desde 1948, em que deu condições financeiras e ajudou a organizar, associações de outras áreas como a *International Union of Anthropological and Ethnographical Sciences* (1948), *International Political Science Association* (1949), *International Economic Association* (1949), *International Association of Legal Sciences* (1950) e *International Union of Psychological Science* (1951). A Associação Internacional de Sociologia nasce em 1949, a partir de uma reunião ocorrida em 14 de outubro de 1948 em Paris, mais especificamente na *Maison de l'Unesco*. Este encontro reuniu diversos sociólogos de países distintos com o interesse em desenhar as funções e interesses da associação, entre os quais estavam “os franceses Le Brams, Davy e Gurvitch, o holandês den Hollander, o sueco Koenig, os norte-americanos Lazarsfeld e Wirth, o norueguês Erik Rinder e, pela Unesco, Brodersen e Klineberg.” (FESTI, 2018, p. 66). O grupo lançou mão de uma série de medidas que caracterizariam a associação como a valorização do ensino de sociologia, promoção da realização de pesquisas internacionais e comparativas, e formação de redes entre pesquisadores.

Um relatório preliminar, enviado para sociólogos de vários países, elencava as funções da futura associação, expressas, posteriormente, em seu Estatuto. Entre essas funções, destacam-se: a promoção da sociologia enquanto ciência e ação, encorajando o seu estudo e o ensino em todos os países, com ênfase sobre o seu caráter científico e a sua contribuição prática; a elaboração de pesquisas internacionais, encorajando os estudos comparados e a cooperação entre os sociólogos; a troca de informações por meio da publicação de uma revista internacional; a criação de um centro de documentação e, também, de traduções e publicações; e, por fim, a estimulação de contatos pessoais por meio da organização de encontros e conferências internacionais e de intercâmbio de professores e estudantes em cooperação com agências nacionais e internacionais. (FESTI, 2018, p. 66).

Essa investida promoveu um impacto direto sobre o trabalho de cientistas sociais espalhados em regiões do mundo onde o campo ainda não estava necessariamente consolidado. O Brasil é um exemplo desses casos, que logo respondeu às atividades de escala global com a formação de sua própria associação nacional. Pesquisadores brasileiros, majoritariamente posicionados em São Paulo, que orbitavam em torno da Sociedade Paulista de Sociologia,

remodelaram a organização de forma a, partindo de suas bases, construir a Sociedade Brasileira de Sociologia, no ano de 1950, e prontamente solicitando a filiação à Associação Internacional de Sociologia. Logo surgiram associações nacionais em outras regiões do mundo, assim como regionais, precisamente o caso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), que fora produto do primeiro congresso da ISA realizado em 1950 na cidade de Zurich na Suíça.

É importante mencionar, em consonância com argumento defendido por Festi (2018), o papel que essa investida teve na consolidação do quadro global em que a ciência social passou a padronizar suas práticas, temáticas, referências e metodologias, tomando como base a produção intelectual de regiões com maior inserção nos centros de gerenciamento da Associação Internacional. Isso significa que não apenas a Unesco, por meio da ISA, ajudou a promover a institucionalização, mundialização e padronização do campo das ciências sociais, como também o fez reproduzindo e engendrando lógicas de poder no campo científico que valorizavam os modos de fazer e interpretar o mundo das regiões que possuíam maior grau de institucionalização do campo e que atuavam na direção da ISA. Consequentemente, regiões do Norte Global como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, acabaram por se beneficiar da capacidade de orientar a institucionalização do campo em caráter global à semelhança das práticas que já realizavam até então.

Portanto, pode-se concluir que esses organismos ajudaram a difundir as ideias, os métodos e os procedimentos (além dos temas) das principais metrópoles científicas (EUA, Grã-Bretanha, França e Alemanha), e também permitiram que as produções intelectuais das periferias fossem propaladas no centro, como foi o caso das criativas teses elaboradas pela sociologia uspiana nas décadas de 1950 e 1960. (FESTI, 2018, p. 67)

Ainda tensionando essa dimensão geopolítica do processo de promoção global das ciências sociais via Unesco, pode-se destacar, como exemplo, o grau de diversidade nacional dos participantes dos primeiros congressos da instituição. No congresso constitutivo, realizado em Oslo (1949), não houve participação de brasileiros, assim como pesquisadores de outras regiões do Sul Global, processo que foi se modificando com o tempo ao passo que mais associações nacionais se filiavam à instituição internacional dando-lhe um caráter de maior pluralismo. Contudo é importante ressaltar que apesar da baixa presença de brasileiros nos primeiros congressos que a ISA promoveu, intelectuais do país logo passaram a ocupar posições de destaque nas diretorias da instituição, com destaque para Fernando Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto. Fernando de Azevedo chegou a ser Vice-Presidente da organização de 1950 a 1952, durante a gestão de Louis Wirth, chegando a ocupar o cargo de presidente depois da morte do americano em 1952. Costa Pinto também foi vice-presidente da ISA no intervalo de 1956 a

1959, além de ter participado do comitê executivo durante dos anos de 1953 a 1956 (FESTI, 2018). Isso permitiu aos brasileiros estreitarem laços com os pesquisadores estrangeiros dando condições à criação de redes que ajudaram no fluxo internacional de cientistas sociais do Brasil para fora e vice-versa.

2.2.2.3 Disputas internas na Unesco e criação do CLAPCS e FLACSO

Mais duas instituições, também nascidas do interior da Unesco, terão importante protagonismo na circulação internacional de cientistas sociais brasileiros a partir da década de 1950, a FLACSO e o CLAPCS. Essas instituições são produto direto das disputas de poder internas à Unesco, mais especificamente pela oposição entre a chamada concepção latina e a anglo-saxônica, que deu condições à emergência do bloco de países do “terceiro mundo” enquanto ator importante na canalização de recursos da instituição à América Latina. Recuperase aqui as condições que influenciaram essa conjuntura de poder e o surgimento da FLACSO e CLAPCS, que serão centrais a partir da década de 60, na circulação de cientistas sociais brasileiros no exterior, no fluxo internacional de ideias entre intelectuais latino-americanos, e na própria formação de pesquisadores da região.

O Departamento de Ciências Sociais (DCS) foi o principal órgão dentro da Unesco a impactar o campo da sociologia de forma global. Chloé (2006) pontua a necessidade de se compreender a Unesco, e o próprio DCS, enquanto organismos internacionais heterogêneos, o que faz com que suas atuações não sejam sempre idênticas ou baseadas nos mesmos princípios e valores, mas sim produtos de articulações específicas que surgem da associação entre atores em condições dadas. Isso significa que “a implementação de qualquer política dependia, portanto, de uma rede de articulações entre diferentes pessoas, agentes e, em muitos casos, Estados. Os acordos prévios às reuniões deliberativas eram momentos chaves que poderiam fazer uma determinada política prosperar ou morrer. (FESTI, 2018, p. 62). É a partir dessas redes de articulações políticas que o caráter do DCS irá se modificar com o tempo fazendo com que a necessidade de Instituições de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais pautasse a agenda da UNESCO.

Isso posto, é importante mencionar que a Unesco teve, por bastante tempo, a hegemonia da chamada “concepção latina” que tinha na França o principal país representante. Essa linha de atuação, era fortemente baseada na ideia de cooperação intelectual entre os povos e se assentava no princípio de que tal empreitada ajudaria a garantir a realização de valores como justiça, direitos humanos e liberdades fundamentais (MAUREL, 2006). Esse ideário de atuação

da concepção francesa estava posicionado de forma pouco adequada no contexto do pós-guerra, caracterizando-se por uma visão deveras elitista, inspirada no humanismo iluminista, e que mais refletia o conservadorismo interno das instituições francesas do que as necessidades que se impunham na época em questão. Em paralelo com a “concepção latina” estava a opção “anglo-saxônica”, que tinha os Estados Unidos e a Inglaterra por seus principais representantes e, diferentemente, possuía um caráter menos elitista em suas formulações, que estariam pautadas nas ideias de educação popular e uso da comunicação de massa, com ênfase na ideia de assistência técnica às regiões da periferia global. Festi (2018) justifica a natureza da concepção “anglo-saxônica” primeiramente pela agenda do Reino Unido ser diretamente perpassada pela preocupação com o aumento de tensão política advindo de suas colônias, que influenciava a metrópole na busca por ações focadas nos “povos subdesenvolvidos” que garantissem a paz. Além disso, o caso da Educação de massa ganhava força por já estar em desenvolvimento bastante avançado nos Estados Unidos, que encampavam essa agenda.

A predominância francesa nos primeiros anos da Unesco pode ser notada pela composição nacional dos quadros superiores da organização, cenário que mudará a partir de 1953. Em levantamento realizado em 1954, têm-se que os franceses ocupavam 22% dos cargos, seguidos dos britânicos com 17% e estadunidenses com 13%, de um total de 349 posições. Essa predominância política da vertente francesa se expressou com maior ênfase durante a gestão de Jaimes Torres Bodet, que ocupou o lugar de Diretor Geral durante o intervalo de 1949 a 1952. Bodet foi um ator importante na articulação dos países latino-americanos na busca por influência na instituição. Este tem origem mexicana e possuía mãe francesa, tendo atuado em seu país de origem com o tema da alfabetização, o que lhe garantiu notoriedade (MAUREL, 2006). O intelectual mexicano foi o escolhido para encampar a candidatura a Diretor Geral pelo bloco de países latino-americanos em aliança com os países do Oriente Médio e o Egito na eleição de 1948. É importante notar que ao passo que Jaimes Bodet foi um importante ator na promoção da agenda “latina” de predominância francesa, o mesmo passou a incorporar, com o passar de sua gestão, algumas das agendas do grupo anglo-saxão, ajudando a atenuar possíveis tensões nas disputas por espaço na organização. Nesse ínterim, o tema da assistência técnica para o desenvolvimento, defendido pelos norte-americanos e ingleses, ganhou espaço (FESTI, 2018). Contudo, segundo Festi (2018), há uma virada nos anos seguintes com a diretoria da Unesco pendendo para o lado anglo-saxão a partir de 1953 e concretizando-se até 1961. Nesse período o tema da alfabetização no “terceiro mundo” ganhou destaque sob as gestões de Luther

Evans (1953-1958) e Vitorino Veronese (1958-1961).

A busca dos latino-americanos por espaço de articulação e influência política caracterizou fortemente as décadas de 1950 e 1950 no interior da Unesco. Segundo Festi (2018), essas tensões estiveram presentes desde o início da organização, tendo por exemplo as ações promovidas por Paulo Barredo Carneiro, importante químico brasileiro, no sentido de lutar pela regionalização do órgão, tendo como referência a Liga Árabe a União-pan Americana. A ação dele expressava o descontentamento dos países da periferia global no sentido de buscar ações da Unesco com maior relevo no meio Latino-Americano. O bloco dos países do Terceiro-Mundo, passa a se fortalecer com aglutinação de países Africanos e asiáticos durante os anos 1950, redirecionando a atuação da Unesco com maior força para as regiões da periferia global, ao passo que a agenda desenvolvimentista caracterizou cada vez mais o órgão. É nesse contexto de demanda por ações mais diretas sobre a América Latina, em meio ao fortalecimento dos países de terceiro mundo nas reuniões gerais da Unesco, que serão criadas três instituições fundamentais para a circulação internacional de sociólogos brasileiros nos anos seguintes: a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS).

No campo das ciências sociais a criação do CLAPCS e da FLACSO passa diretamente pela justificativa das ações da Unesco frente à questão social emergente na América Latina a partir do seu processo de modernização. Segundo Langrod (1958), a região estaria passando por fortes transformações advindas do processo de industrialização que estariam implicando problemas de natureza social, econômica e política, os quais poderiam ser resolvidos a partir da assistência técnica produzida em centros de pesquisa em ciências sociais. Nesse sentido, a criação de um centro como o CLAPCS, focado na produção de pesquisa, ajudaria os países latino-americanos a ultrapassar a condição atual de desenvolvimento atual da região sem incorrer nas “doenças do crescimento” (LANGROD, 1958, p. 75–76). Para a realização dessas investigações seria necessária uma instituição capaz de formar esses quadros de pesquisadores, e por isso a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) emergiria conectada ao centro de pesquisa, engendrando a institucionalidade capaz de produzir conhecimento direcionado à realização do desenvolvimento.

A América Latina constitui uma região em pleno processo de desenvolvimento econômico e social. Está passando do nível de um subdesenvolvimento secular a um nível de industrialização, cujas conseqüências sociais saltam aos olhos. A solução de uma série de problemas concretos de natureza social, econômica

ou mesmo política dependerá em grande parte do grau de desenvolvimento efetivo a que tenham chegado as ciências do homem naquela região cultural. A formação de um número suficiente de especialistas em todos os ramos das Ciências Sociais e a realização de programas organizados de pesquisa coletiva e individual neste domínio impõem-se com urgência. Só desta maneira poder-se-á enfrentar, e superar, os graves problemas que este continente tem que resolver. (LANGROD, 1958, p. 73).

O CLAPCS veio então a ter sua sede no Rio de Janeiro, enquanto a FLACSO foi criada em Santiago no Chile, ambos com a função de operar como projetos pilotos que poderiam engendrar uma espécie de “efeito-demonstração” para outras regiões da América Latina. É nesse sentido que Oliveira (1995) afirma que o Centro e a Faculdade tinham por objetivo não só congregar informações e dados sobre a América Latina, mas também influenciar na integração da região a partir da associação entre pesquisadores dos países que compõem a região. Para o desenho dessas instituições foi tomada por base centros que já existiam no Sudeste Asiático e na Europa, os quais tinham por objetivo ajudar no compartilhamento de dados entre países e regiões, ajudando a produção de uma rede ampliada de conhecimento. Além disso esses centros tinham o objetivo comum de levantar o “inventário de problemas-chaves regionais” (LANGROD, 1958, p. 94), de forma a investigar os impactos que o processo de modernização produzia nessas regiões e sanar as deficiências da ordem social nascente (OLIVEIRA, 1995).

Conforme já mencionado anteriormente, a produção de conhecimento a ser realizada nessas novas instituições teria por finalidade o princípio de aplicação prática visando o aprimoramento social e não só o saber pelo saber. Conseqüentemente, uma série de problemas sociais a serem atacados deveriam ser objeto de investigação do Centro Latino-Americano como “o processo de urbanização e os problemas das migrações, do analfabetismo e da educação primária” (OLIVEIRA, 1995, p. 269).

A revista do CLAPCS, chamada América Latina, foi fundada em 1959, vigorando até 1976, e foi um dos principais veículos de circulação da produção de intelectuais engajados nessas instituições, expressando as temáticas idealizadas pela Unesco. Por conta disso, em estudo realizado por Oliveira (1995), observa-se que o tema do Desenvolvimento foi a principal chave de análise das publicações da revista, que teve seu auge durante a década de 1960. A metodologia comparativa também se fazia presente na revista, além de artigos metodológicos e estudos específicos sobre países latino-americanos como Brasil, Chile, Costa Rica, Peru, Argentina, México, Uruguai, Haiti e Venezuela. A Sociologia do Desenvolvimento foi então o carro chefe da revista, explorando os fatores que contribuem para o desenvolvimento como a Urbanização, Educação, Organização Política, Padrão Comportamental, Estrutura Agrária,

Industrialização, Mobilidade Social e mudanças na estrutura ocupacional. A revista América Latina consolidou-se como um importante instrumento de circulação e diálogo internacional entre pesquisadores latino-americanos e de outras regiões preocupados com a questão do desenvolvimento.

O universo de colaboradores da revista era bastante amplo. Cerca de duzentos autores provenientes de diversas partes do mundo estiveram presentes em suas páginas, entre eles alguns de grande prestígio como Wright Mills, Roger Bastide, Alain Touraine, Gino Germani, Rodolfo Stavenhagen. Os artigos, num total de 251 até a extinção da revista, eram publicados no idioma de origem, o que fazia com que o número de contribuições em espanhol superasse as que eram escritas em português. Havia ainda um número significativo de contribuições em inglês e francês. A maioria dos colaboradores escreveu apenas uma vez para a revista. Dentre os autores que publicaram dois ou mais artigos em América Latina podemos citar: Andrew Pearce, Aldo Solari, Aparecida Joly Gouveia, Bertram Hutchinson, Carlos Alberto Medina, Gino Germani, Gláucio A. D. Soares, Guilherme Briones, Jean Casimir, Jean Labbens, Jean Pierre Bombart, Jorge Ciraciarena, Julio Coller Manuel Diégues Jr, Pablo Gonzalez Casanova, Rodolfo Stavenhagen e Sugiyama Iutaka. Destes, Bertram Hutchinson publicou seis artigos no auge da revista e Carlos Alberto Medina, nove na fase final de América Latina. Hutchinson publicou também um livro exemplar da melhor pesquisa sociológica da época, Mobilidade e Trabalho um estudo da cidade de São Paulo, editado pelo CBPE/Inep em 1960. (OLIVEIRA, 1995, p. 274).

2.2.2.4 Síntese Analítica

O tópico aqui desenvolvido destacou papel da Unesco na construção de instituições no campo das ciências sociais no Brasil. O foco desta análise foi a criação do CBPE, das associações internacionais e nacionais de sociologia e no contexto de fundação do CLAPCS e da FLACSO. A empreitada realizada descreveu e interpretou o processo de associação entre atores e instituições que deram condição à formação dos objetos em questão. Em se tratando do CBPE, das Associações Internacionais e Nacionais e da criação do CLAPCS e da FLACSO, um número considerável de atores emergem em associação para a concretização das instituições nascentes. Observando a criação do CBPE foi possível reconstruir a edificação do Centro a partir dos esforços, já percebidos em momentos anteriores, de Anísio Teixeira na tentativa de produzir pesquisas que fossem capazes de ler a nacionalização da educação no país. Mais do que o produto dos interesses de Anísio, a instituição nasceu pelo diálogo deste com parceiros de pesquisa anteriores, Charles Wagley sendo o principal deles, que no interior da Unesco, mobilizou ações e intervenções para que o projeto de *survey* de Anísio se transformasse numa instituição com foco no campo educacional e das ciências sociais. O CBPE nasce então por esse meio, contando com apoio e financiamento da UNESCO, além da parceria de outros pesquisadores vinculados à organização como Oto Kinenberg e Bertram Hutchinson. Essa rede de atores permitiu a construção do Centro, tendo como marca a dimensão de sua biblioteca e as

pesquisas realizadas no interior da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE comandada por Darcy Ribeiro. O trabalho realizado nessa área do centro, focado em um projeto autonomista de produção de conhecimento, contudo viria a não se realizar todo o seu potencial com o enfraquecimento do Centro após a queda do governo de JK e o golpe militar de 1964.

Pra além disso foi possível compreender a importância dos atores vinculados à Unesco na promoção de associações na área de ciências sociais como a ISA, o ALAS e a SBS no Brasil. Essas investidas foram passos importantíssimos na edificação de espaços de diálogo entre sociólogos de diversas regiões do mundo, influenciando na promoção de linguagens, teorias e metodologias comuns que favorecessem a unidade do campo. Porém, no interior da Unesco a disputa de poder de latino-americanos e países do chamado “Bloco do Terceiro Mundo” em geral também ajudou a canalizar fundos para a construção de centros de pesquisa e faculdades na América Latina que visassem a produção de conhecimento capaz de auxiliar no desenvolvimento regional. Para isso foi fundamental a pressão de atores nacionais, assim como de outras regiões da periferia global, no sentido de pressionar pela criação dessas instituições que ajudariam não apenas no desenvolvimento das ciências sociais locais mas no próprio processo de diálogo transnacional entre pesquisadores.

As experiências de construção institucional a partir de ações da Unesco no Brasil carregam marcas que tem nas relações de poder global que conformam o campo do conhecimento as suas origens. Nesta recuperação dos processos em questão nota-se alguns casos exemplares como o controle de cargos das associações internacionais majoritariamente por membros de países do Norte Global, como Estados Unidos, França, Alemanha e Inglaterra. Esse processo contribuiu para a reprodução de metodologias, teorias e conceitos das tradições desses países enquanto fundamentos da linguagem comum das ciências sociais. Nesse sentido, a construção dos mecanismos de unidade do campo passou a ser transversalmente entrecruzada por contribuições de atores posicionados em áreas privilegiadas do globo. Além disso pode-se citar o processo de legitimação que sustentou a canalização de recursos para a construção da CLAPCS e FLACSO como fundamentado no discurso de modernização que classificava países do mundo sobre a dicotomia do desenvolvido e subdesenvolvido. Nesse sentido, a construção institucional do Centro e da Faculdade em questão necessitou de ser envolvido no discurso desenvolvimentista que fundamentava história global sob uma linha evolutiva e linear de crescimento e modernização. Esse processo, conseqüentemente, ajudou a reproduzir as relações de poder entre centros e periferias ao passo que pautou a singularidade do Brasil, assim como

de outras regiões, a partir da ideia de ausência de desenvolvimento e atraso.

Contudo, é importante citar que a criação de instituições de ciências sociais pela Unesco no Brasil, foi perpassada por contextos e relações que subvertiam, em alguma medida, as lógicas de assimetria no campo da produção de conhecimento. Neste tópico um dos principais exemplos é a dimensão autonomista proposta por Darcy Ribeiro ao CBPE, focado na ideia de produzir um Centro que produzisse intelectuais capazes de pensar o Brasil de forma autônoma e não dependente. No caso das associações internacionais é importante mencionar o papel de destaque de brasileiros como vice-presidentes da ISA, apesar da hegemonia de líderes do Norte Global. Por fim, em se tratando da CLAPCS e da FLACSO, é importante ver o papel de protagonismo dos brasileiros, latino-americanos e árabes na construção de uma frente de países que, apesar de marcados sob a categoria de “periféricos”, foi importante na disputa de poder interna à UNESCO na tentativa de canalizar recursos da instituição para suas regiões. Esse último caso é um exemplo claro de como forças de reprodução de desigualdade global e ao mesmo tempo de subversão das mesmas, conviveram operando simultaneamente em um mesmo processo de ação política, sem necessariamente anularem-se.

Por fim, em síntese, pode-se apontar algumas das consequências desse processo de construção institucional promovido pela Unesco em solo brasileiro. Os principais elementos sócio-históricos que emergem desse contexto enquanto permanências com poder de influenciar fluxos futuros de circulação internacional são o fortalecimento de redes e instituições internacionais de pesquisa em ciências sociais. Os espaços criados e as redes de pesquisadores a eles associados, permitirão a circulação de intelectuais, suas obras e experiências, alavancando fluxos de circulação de sociológicos durante os anos 1960 e 1970. Ademais, a principal consequência desse processo foi o fortalecimento das discussões sobre desenvolvimento na América Latina, que serão fundamentais para a promoção de diálogos entre cientistas sociais da região entre os anos 1960 e 1970.

PARTE I: AUSÊNCIAS, SINGULARIDADES E DESENVOLVIMENTO

A partir da recuperação histórica das experiências de construção institucional e de projetos apresentadas na primeira parte desta tese, é possível realizar algumas reflexões de caráter interpretativo sobre o perfil das experiências aqui narradas e suas consequências para a conformação de relações entre as ciências sociais no Brasil e no exterior. Primeiramente, pode-se tratar de uma série de elementos que expressam como a geopolítica do conhecimento influenciou o processo de conexão entre atores brasileiros e estrangeiros, principalmente a partir das categorias de ausência, singularidade e desenvolvimento.

A categoria de “ausência” é um elemento que transpassa quase todas as experiências de associação aqui narradas e expressa diretamente as relações de poder que estavam em ação durante o processo de institucionalização e construção de projetos nas ciências sociais brasileiras com agentes do exterior. Primeiramente, com destaque ao caso francês, foi apontado o papel de deferência cultural das elites nacionais, em relação aos elementos da vida francesa, que passava desde o consumo de roupas, revistas, músicas, e outros elementos não existentes no Brasil. Esse fenômeno vocaliza em que medida as relações que se estabelecem entre as elites locais e a metrópole européia não ocorriam em pé de igualdade, mas eram determinadas pela subsunção de que o contato com o francês permite o acesso à distinção social e prestígio no Brasil.

Mais do que simplesmente pela deferência cultural, a categoria de ausência se manifesta enquanto ferramenta mobilizada pelas elites nacionais na promoção do recurso à docentes no exterior para a formação de quadros brasileiros no meio Universitário. Nesse caso, a formação de recursos humanos de forma autônoma, com quadros nacionais, é compreendida enquanto impossível, dado uma suposta ausência nacional de indivíduos capazes de realizar tais funções no país. Assim, o discurso das elites locais, seja no meio educacional e cultural, ou mesmo no interior da máquina administrativa, mobiliza a categoria de ausência enquanto fundamento da justificação para a importação de intelectuais do exterior, reproduzindo um quadro de dependência acadêmica (ALATAS, 2003). Essa ausência para formar os quadros nacionais é apresentada em paralelo com outras condições que estariam impedindo a consolidação dos interesses das elites em terreno nacional, como a “ausência de líderes” capazes de orientar o país para o desenvolvimento, ou a “ausência de administradores” com formação suficiente a interpretar os problemas do país e apresentar soluções modernas e eficientes para o seu atraso. Ou seja, a mobilização do recurso à categoria de “ausência” é parte do próprio discurso político

das elites no processo de interpretar a razão do fracasso em terreno local e apontar na direção dos meios de resolução dos elementos de crise nacional.

É importante dizer, além disso, que a mobilização dos elementos das metrópoles europeias, com destaque para a França e os Estados Unidos, é apontado enquanto condição, não apenas de formação de quadros nacionais, mas como meio de conectar o Brasil com a própria experiência humana universal e global. Em várias passagens apresentadas na primeira parte desta tese, é possível notar o discurso de que importar quadros de países como França e Estados Unidos era um meio de inserir o Brasil no interior da história global e do próprio desenvolvimento da civilização humana. Nesse sentido, colocar-se enquanto parte da civilização era, conseqüentemente, importar a civilização, e fazê-la florescer em solo brasileiro, condição que não seria possível de se estabelecer por outros meios, se não a partir dos indivíduos nativos dos próprios povos que teriam elevado a civilização humana ao seu mais elevado grau de desenvolvimento. Essa conexão entre as experiências Euro-Americanas e a evolução da civilização humana, conforme destacado por autores da tradição decolonial (LANDER, 2005; MALDONADO-TORRES, 2008; MIGNOLO, 2012), é produto direto do processo de submissão colonial que impôs, de forma violenta e epistemicida que o ideário evolucionista do desenvolvimento da história humana que delega às nações europeias a propriedade, por natureza, da capacidade de orientar os caminhos a serem seguidos no aprimoramento do gênero humano.

Além disso, no caso da mobilização de docentes franceses às universidades brasileiras, a condição de ausência de quadros nacionais também é utilizada de modo a modular um tipo padrão de trabalho acadêmico determinado: a docência. Nesse caso, a relação de tutela intelectual para com os mestres franceses encontra-se atada à própria definição de que a atividade laboral em solo brasileiro somente poderia circunscrever-se no terreno do ensino, e não da pesquisa, posto que o país estaria carente de formação e não necessariamente estaria servindo de meio para a realização de pesquisas. Esses pontos reforçam as contribuições acerca da divisão global do trabalho intelectual (ALATAS, 2003; CONNELL, 2020; HOUNTONDJI, 1997), já que autores que tem advogado por este conceito descrevem como a relação de tutela no âmbito acadêmico global, fruto da investida colonial, reproduziu posições de poder que delegam aos intelectuais da Euro-América a condição de legítimos orientadores das formas de se narrar e ler o mundo social, relegando aos cientistas sociais do sul a posição de receptores do saber e reprodutores de teorias exógenas.

A outra categoria que se mostra presente nesta primeira parte da tese é a de singularidade. Em várias situações aqui expressas a questão da singularidade aparece enquanto meio de aproximação do olhar estrangeiro sobre a realidade brasileira, criando condições para o estabelecimento de contato entre os dois universos. Foi possível observar, no caso francês a propensão a uma geração de jovens intelectuais para, ao vir ao Brasil, compreender as singularidades de experiências e agentes sociais que se caracterizavam pela manutenção de práticas ainda não apagadas pelo processo de modernização social. O interesse pelo conhecimento dos povos indígenas, ou das religiões africanas, aparece enquanto elemento de ânimo de pesquisadores que tinham na esperança de contato com experiências não modernas, uma das suas motivações em vir para o Brasil.

A singularidade das experiências nacionais também se faz presente no caso da mobilidade de pesquisadores norte-americanos como Hertzkovitz e do Projeto Columbia. No primeiro caso, a possibilidade de observar as experiências do negro fora do contexto africano, e no segundo a partir de estudos de comunidade em que seria possível observar o padrão singular de formas sociais não modernas em vias de aculturação pelo processo de urbanização. Também no caso da pesquisa do Projeto Unesco sobre relações raciais, a questão do negro e da singularidade da questão racial brasileira se expressa dessa vez não sob o signo da subjugação de um singular não moderno ou reminescente de um passado humano, mas idealizado enquanto fonte de resolução dos problemas europeus no pós-guerra. Nesse caso, o singular se apresenta de forma instrumental, enquanto fenômeno a ser utilizado para salvar a metrópole, o que, contudo, acaba frustrado pelas próprias consequências da natureza do processo colonial orquestrado em solo nacional. Em todos esses casos, o singular é mobilizado enquanto forma que reproduz o imaginário colonial sobre as experiências sociais brasileiras, seja pelo enquadramento do exótico, na condição de pré-moderno ou em vias de modernização, enquanto elemento sob risco de desaparecimento, ou como fonte instrumental da normalização das relações raciais nos países da Euro-América. Essas características, expressam, por consequências, a construção de relevância de experiências sociais no caso brasileiro a partir da condição espaço de pesquisa a ser desbravado por pesquisadores do Norte-Global, consolidando-se quanto como objeto de estudo e não como espaço de produção legítima e criativa de conhecimento, capaz de potencializar o interesse em diálogos acadêmicos simétricos (LANDER, 2005).

A outra categoria que expressa a dimensão desigual que está envolvida nos processos de associação aqui analisados é a de desenvolvimento. É possível observar, principalmente a

partir dos engajamentos que ocorrem a partir da década de 1950, tendo a UNESCO como instituição aglutinadora, a mediação da construção institucional na América Latina por meio do uso das noções de subdesenvolvimento e desenvolvimento. Nesse contexto, tais categorias são utilizadas enquanto meios de justificação da necessidade de investimento pelo órgão internacional em organismos de pesquisa social na América Latina. A noção de subdesenvolvimento aparece, primeiramente, no diagnóstico da estrutura social desses países e dos problemas sociais que os caracterizariam. Nesse sentido, a construção de instituições é apresentada enquanto mecanismo pelo qual, a partir da produção científica, orientada para a resolução de deficiências sociais, consolida o desenvolvimento desses países, levando-os a patamares das chamadas nações de primeiro mundo. É importante mencionar, inclusive, que a mobilização dessas categorias é realizada pela própria articulação de intelectuais e formadores de políticas e dos representantes de nações da América Latina no interior da organização multilateral, o que aponta que esse vocabulário não era uma simples imposição externa, mas produto de um perfil de interpretação comum entre os envolvidos na organização, e era tomada como meio de conduzir pelos demandantes a superação de sua própria condição subdesenvolvida.

É importante mencionar, como foi tratado nos capítulos anteriores, que as relações de poder e assimetria não se mostraram intocadas pelos agentes envolvidos. Em vários casos, estas chegaram a ser subvertidas por lógicas internas às relações de poder nacionais, ou mesmo pelo engajamento na construção de contextos de autonomia e não submissão. Foi possível observar, no caso da formação da USP, UDF, UNFil e ELSP, que em determinadas situações os intelectuais franceses e norte-americanos, convocados sob a aura de representantes da civilização, tiveram suas posições de status submetidas às lógicas de poder internas ao contexto nacional, como no enfrentamento das elites e do estado ao comunismo. Nesses casos, seja pela preocupação de introduzir elementos estrangeiros que poderiam propagar ideário comunista no país, seja pela contratação de indivíduos adeptos de religiões que não fossem alinhadas aos princípios de conservadores católicos, os cientistas sociais estrangeiros sofreram situações de pressão, demissão ou não contratação pelos representantes brasileiros.

Além desses casos, foi possível observar experiências de subversão às lógicas de poder por meio de tentativas de criar espaços de pensamento autônomo e próprio. O nascimento do CBPE, envolto a nesse ideário, se colocava justamente enquanto meio de germinar em solo nacional pensamento capaz de romper com laços de dependência. Além disso, relações de cooperação acadêmica com caráter de isonomia também se mostraram presentes nos casos

estudados, apontando que existiam diversas formas de troca intelectual entre intelectuais brasileiros e pesquisadores do exterior, que não se pautavam em relações verticais, mas expressavam deferência mútua entre os participantes. Mais do que isso, vale a pena reforçar o próprio papel de protagonismo de agentes brasileiros, ou mesmo latino-americanos, árabes e africanos, no interior de organizações multilaterais, como a UNESCO, enquanto expressão de organização fora do eixo –euro-americano por maior capacidade de poder em pautar ações e agendas de organismos controlados por líderes das potências do Norte Global.

Essas experiências deixaram uma série de marcas que irão caracterizar as ciências sociais brasileiras nos anos seguintes. No caso da influência francesa, pode-se citar a valorização da tradição intelectualista e teórica europeia; a disposição a tomar povos indígenas ou populações negras enquanto objeto de estudo “singular” em meio à diversidade de experiências sociais brasileiras; a deferência para com a literatura europeia e principalmente francesa introduzida pelos professores da missão; e a reprodução de ideário acerca do França, enquanto espaço elevado de produção intelectual nas ciências sociais, fazendo com que o Brasil ficasse sempre atado à dinâmica dos centros europeus para buscar, via mimetismo, uma reprodução tropical de reflexões, teorias, metodologias e conceitos.

No caso da influência norte-americana, destaca-se a inserção da sociologia empírica, principalmente a partir das contribuições da Universidade de Chicago, como tradição orientadora de investigações sociológicas; a promoção de uma concepção de sociologia americana como sinônimo de sociologia profissional e científica; o fortalecimento de conexões e relações de deferência intelectual dos cientistas sociais brasileiros para com a literatura estadunidense, principalmente na área de metodologia; e a reprodução dos estudos sobre indígenas e populações afro-brasileiras enquanto objeto relevante e singular para aqueles interessados em produzir conhecimento no Brasil.

Já no caso da influência da UNESCO, observam-se como permanências históricas o fortalecimento de redes e instituições internacionais de pesquisa em ciências sociais. Mais especificamente, esses espaços criados, e as redes de pesquisadores a eles associados, permitirão a circulação de intelectuais, suas obras e experiências, alavancando fluxos de circulação de sociológicos durante os anos 1960 e 1970. Ademais, fica como importante produto das ações da agência o fortalecimento das discussões sobre desenvolvimento na América Latina, que serão centrais para a promoção de diálogos entre cientistas sociais da região entre os anos 1960 e 1970.

PARTE II – 1964-1985: INSTITUIÇÕES E O PERFIL DO FLUXO INTERNACIONAL

A circulação internacional de sociólogos brasileiros durante a ditadura militar é um produto da associação entre instituições, atores e políticas. Os fluxos que se processam nesse período adquirem sua singularidade à medida que organismos internacionais, como fundações filantrópicas, órgãos multilaterais de desenvolvimento, e agências nacionais vinculadas ao Estado brasileiro, fornecem meios à realização de cursos de pós-graduação no exterior. O olhar sobre as atividades desses órgãos, seus produtos e consequências sociais permite as condições para uma melhor interpretação do perfil da circulação internacional de sociólogos brasileiros compreendido por esta tese. Isso posto, a segunda parte deste trabalho foca nas características macrossociais do objeto em estudo, debruçando-se sobre instituições e, logo após, analisando o perfil geral do fluxo de intelectuais no exterior.

Este eixo é composto de dois capítulos. No capítulo 3, apresenta-se um sobrevoo sobre a articulação institucional que condiciona os fluxos de sociólogos brasileiros para a realização de cursos de pós-graduação fora do país das décadas de 1964-1985. Mais especificamente são analisadas as trajetórias de consolidação institucional da CAPES, CNPq e Fundação Ford. Discutem-se os princípios que orientaram a criação dessas instituições, o perfil de suas ações, as condições e disputas geopolíticas e nacionais em que estavam inseridas e seus impactos sobre a circulação pós-graduação em nível global. Esse empreendimento permite uma compreensão mais detida sobre a condição desses organismos em fomentarem financeiramente, ou mesmo por meio da construção estratégica de políticas, que foram relevantes aos fluxos de sociólogos estudados nesta pesquisa.

Já no Capítulo 4, a investigação caracteriza o perfil da circulação internacional especificamente da comunidade de sociólogos brasileiros. Para tal, empreende-se aqui a análise de uma base de dados com informações de 176 sociólogos que realizaram cursos de pós-graduação no exterior entre 1964-1985, observando-se os períodos de maior realização de cursos de pós-graduação, padrões de financiamento, países e instituições de destino e temáticas de dissertações e teses. Por meio desta investida pode-se notar o papel das políticas nacionais em ciência e tecnologia sobre o fluxo de intelectuais; a proeminência de países e instituições do Norte Global sobre a formação de quadros nacionais; a relevância de agentes estrangeiros, ou órgãos nacionais sobre o financiamento de estudos no exterior; e a natureza da produção intelectual produzida nesse período.

CAPÍTULO 3 – CONSTRUINDO INSTITUIÇÕES: OTIMISMO, CRISE, EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO

3.1 – Otimismo: Pós II Guerra, autonomia, construção de instituições

Dar sentido à transformação nas estruturas e políticas de pós-graduação e ciência tecnologia do Brasil é, conseqüentemente, se debruçar sobre um transcurso que tem o Estado enquanto força motriz. Opinião unânime que se levanta entre os intelectuais que abordam essas temáticas é a relevância do investimento público para a construção do sistema e a associação entre a constituição das instituições de pesquisa, ciência e tecnologia e uma visão estratégica estatal, a qual se associava ao ideário de desenvolvimento, segurança nacional e autonomia econômica (SOBRAL, 1988), (MOREL, 1979), (SCHWARTZMAN, 1978), (GUSSO; CORDOVA; LUNA, 1985). É nestes termos que Cury (2004) sintetiza que a política de pós-graduação “se impôs como uma ação deliberada do Estado”, de modo que projetos estruturados, seja no campo privado, seja na sociedade civil, ainda que exitosos, não alcançaram em nada a dimensão do papel estatal na construção do sistema. A promoção da formação no exterior de cientistas brasileiros é um dos principais produtos do modo como a estruturação do sistema de pós-graduação do país se materializou durante o século XX, com ênfase a partir da década de 1960, caracterizando um “momento formativo” que daria condições ao estabelecimento da autonomia científica e tecnológica no país.

Nessa ação deliberada do Estado, o envio de professores para o exterior constitui um patamar básico para a disseminação endógena de programas de mestrado e de doutorado no país para a sua consolidação qualificada. Neste sentido, o papel da pós-graduação no exterior revestiu-se, no início, de uma função importante: o de ser um momento formativo, a fim de possibilitar o desenvolvimento autônomo da pós-graduação no país. (CURY, 2004, p. 135).

É importante reforçar, contudo, que o desenho estatal de uma política estratégica para a área de ciência e tecnologia não se procedeu pelo acaso, nem se constituiu em um transcurso contínuo e progressivo de conquistas. Na verdade, uma série de eventos que ocorrem no decorrer do século XX definem arranjos sociais específicos, constituídos por momentos de avanço e outros de recuo na capacidade de atuação institucional. Até a década de 1930 o desenvolvimento industrial era lido pelas elites do país enquanto um processo a ser alcançado por meio da importação de tecnologia do exterior, concepção que impunha aos institutos de pesquisa e produção científica a condição de atores de menor escala numa agenda de industrialização do país. A emergência da segunda guerra mundial, todavia, impôs um corte temporal no sentido das concepções sobre o papel do Estado na promoção do desenvolvimento. O impacto do conflito global pautou internacionalmente a centralidade da associação entre conhecimento científico e inovação no campo militar, tendo por propósito a promoção da

soberania nacional (MOREL, 1979). A nova agenda que se estabelecia colocava a promoção da ciência e tecnologia enquanto fundamento de um novo perfil de desenvolvimento econômico, atuando, por consequência, na reprodução de relações de dependência entre nações que avançavam na construção de estruturas de pesquisa científica e os países que não o possuíam²⁶.

Destarte, a segunda guerra mundial opera enquanto um marco na transformação da agenda do Estado brasileiro no tratamento com a ciência e tecnologia, aproximando a questão do desenvolvimento científico de interesses das forças militares no terreno da defesa nacional. Dada essa vinculação, as principais instituições de promoção à ciência do país começam a se projetar com maior protagonismo no interior de um contexto de disputa sobre o papel do Estado enquanto indutor do crescimento econômico e de garantidor da soberania por meio do investimento em ciência e tecnologia. Como manifestação dessas mudanças estruturais está a criação de uma série de instituições nacionais orientadas a promover a ciência nacional: o Centro Tecnológico de Aeronáutica (1950), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949), além de instituições estaduais, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro²⁷.

Ao passo que a geopolítica do pós-guerra aprofunda as preocupações militares com o desenvolvimento científico, a criação do CNPq emerge enquanto resposta nacional na busca por produção de autonomia científica e nuclear. A preocupação norte-americana com a produção acadêmica sobre fissão nuclear, dado o impacto internacional pelo uso das bombas de Hiroshima e Nagasaki, fez o país trabalhar pela criação da Comissão de Energia Atômica na ONU, em 1946, que estaria orientada a monitorar a construção de conhecimento nessa área ao

²⁶ “A guerra colocou claramente para todos os países envolvidos no conflito a vinculação entre desenvolvimento científico e tecnológico e potência militar. As inovações tecnológicas e científicas dos armamentos tornaram-se fatores primordiais para o bom desempenho militar das potências em conflito. A primazia científica torna-se fator fundamental da primazia militar e todo esse processo culminou com a utilização da energia nuclear pelos Estados Unidos no Japão. Para o Brasil, a participação na guerra evidenciou mais uma vez as carências científico/tecnológicas e militares que tornavam tão frágeis nossas possibilidades de defesa nacional. Mas mesmo assim desencadeia-se uma mobilização de cientistas e militares para enfrentar os desafios da guerra.” (FORJAZ, 1988, p. 74).

²⁷ “Em São Paulo os constituintes estaduais de 1947 incluíram na Constituição uma cláusula reservando 0,5% da receita orçamentária do estado para a pesquisa científica, o que futuramente tornaria possível a criação da FAPESP. Ainda em São Paulo e nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) como uma iniciativa do Centro Técnico da Aeronáutica. No Rio de Janeiro, em 1948, alguns cientistas liderados por Maurício da Rocha e Silva, José Reis, Paulo Sawaia e Gastão Rosenfeld se articularam para criar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); no ano seguinte, físicos de renome como Cesare Lattes, José Leite Lopes, Jaime Tiommo e Roberto Salmeron constituíram o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.” (FORJAZ, 1988, p. 75).

redor do mundo (ANDRADE; SANTOS, 2013). O Brasil, membro do grupo, foi representado pelo Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva²⁸, que munido de um ideário nacionalista e interessado no aprofundamento de estudos no campo nuclear, encontrou nesse espaço a oportunidade de pautar, junto ao governo brasileiro a criação de um conselho nacional de pesquisas que se debruçasse sobre o tema. O interesse em promover estudos sobre a questão nuclear, quebrando a hegemonia dos Estados Unidos na área, e atualizando o Brasil em uma agenda central do ponto de vista estratégico e de segurança, se consolidou no ano de 1951 com a criação do CNPq. O novo órgão, na data de sua criação, era liderado por um conselho deliberativo que expressava a confluência de interesses que caracterizou a implementação da política de ciência e tecnologia da época: indivíduos pertencentes à Academia Brasileira de Ciências, militares e integrantes da administração federal. A preocupação com a exploração de reservas naturais brasileiras, no campo da energia nuclear, antes que qualquer nação buscasse fazê-lo em território nacional, é citado diretamente na exposição de motivos da lei Nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que cria o CNPq, reforçando princípios e contexto sobre o qual a edificação do órgão se impunha.

Razões decorrentes da política internacional aconselham aos brasileiros o dever e a decisão de se habilitarem para o aproveitamento de sua riqueza atômica, cuidando de mobilizar o imenso potencial econômico que lhes deu a natureza. Não seria admissível que permanecêssemos inertes, quando tantas outras Nações se acham empenhadas a fundo nas pesquisas que hão de facultar ao homem a posse da nova e colossal fonte de energia. Deixando de parte o esforço ciclópico dos Estados Unidos, que tanto se agiganta nesta ordem de conquistas científicas, tecnológicas e industriais, não é menos admirável o que vêm fazendo o Canadá, a Inglaterra, a França, a Holanda, os Países Escandinavos. O exemplo da Suécia e da Noruega é edificante; sem possuírem urânio nem tório, avantajam-se nas pesquisas nucleares, em que estão invertendo anualmente nada menos de dez milhões de dólares. De tudo resulta que a marcha dos acontecimentos internacionais na hora presente vem focalizar como influência condicionante do próprio futuro das nacionalidades - a utilização da energia atômica. (BRASIL, 1951, p. 1).

A criação do CNPq, face ao contexto geopolítico internacional da guerra fria, apresenta uma série de ambiguidades dignas de nota. Conforme fora apontado, o nascimento da instituição estava diretamente ligado a interesses nacionalistas que foram predominantes em uma fatia das forças armadas no governo Vargas, as quais pautavam a autonomia na produção científica sobre a questão nuclear. Contudo, o interesse em atenuar as relações de dependência frente a países mais poderosos no sistema capitalista central não impediu que elites nacionalistas brasileiras utilizassem parâmetros dessas próprias nações para o desenho do

²⁸ Álvaro Alberto da Mota e Silva foi um cientista e Vice-Almirante da Marinha do Brasil, tendo nascido no Rio de Janeiro em 1889 e presidido a Academia Brasileira de Ciências em 1935. Entusiasta da questão nuclear, faleceu no ano de 1976.

órgão. Mais especificamente, conforme afirma De Barros (1998), o modelo do conselho brasileiro foi inspirado no *National Science Foundation* dos EUA, além de incorporar características de iniciativas parecidas e que já vinham sendo utilizados por “países avançados” segundo a autora. É importante citar que esse olhar para o “primeiro mundo” é marca presente na própria mensagem de Eurico Gaspar Dutra ao congresso brasileiro na data de criação do CNPq, ao destacar a relevância de um órgão de tal natureza.

"Neste sentido estão dedicando esforço diuturno as nações civilizadas, em particular os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá e a França, que passaram a considerar tais estudos tanto em função dos propósitos da paz mundial como, sobretudo, em razão dos imperativos da própria segurança nacional. É evidente, para quem seriamente pensa nos destinos do país, que o Brasil não poderia ficar alheio àqueles propósitos decorrentes, sobremaneira, da atual conjuntura histórica."(VALLA; DA SILVA, 1981, p. 17)

A geopolítica segue presente enquanto questão nos anos seguintes da criação do CNPq, expressando a magnitude das disputas de poder internacionais sob o campo da pesquisa nuclear nas quais a nascente instituição brasileira estava envolvida. Após a criação do CNPq, a partir do governo Café Filho, circundado pelas elites militares alinhadas aos interesses norte-americanos, o órgão passa por um período de considerável esvaziamento de sua capacidade de investimento em pesquisa. A entrada do General Juarez Távora na Chefia da Casa Militar, instância ao qual o CNPq era subordinado na data, emplacou uma intensa disputa que opunha o ideário do novo mandatário, subserviente à visão hegemônica estadunidense e a posição nacionalista do Almirante Álvaro Alberto. A tensão entre tais concepções resultou na demissão do Almirante, maior alinhamento brasileiro com os Estados Unidos e enfraquecimento do órgão. A decisão implicou ao Brasil dar aos EUA preferência na compra de urânio que eventualmente fosse descoberto no país sul-americano. O discurso de Juarez Távora, citado abaixo, é expressão concreta do novo perfil dessa relação de subserviência.

“O programa de desenvolvimento da energia nuclear no Brasil, organizado nessa época, propiciou — já depois da minha saída do Gabinete Militar da Presidência da República — a assinatura do acordo de cooperação com os Estados Unidos da América, em virtude do qual recebemos colaboração de uma notável equipe de pesquisadores de minerais radioativos, especialmente o urânio, utilizando os equipamentos mais modernos, em uso naquele País; e um excelente reator de pesquisas — o primeiro que se montou no Brasil (...) **Comprometíamos-nos a dar preferência ao governo norte-americano para a compra de urânio que fosse descoberto e excedesse às necessidades de nossa política de energia nuclear**”. (FORJAZ, 1988, p. 78). (Grifo nosso).

Fato decorrente dessa crise diplomática, produto do engajamento brasileiro por autonomia em pesquisa nuclear, é que o CNPq ocupou posição diminuta na produção e financiamento da ciência brasileira durante a década de 1960, com quedas no seu orçamento. De outro lado, as ciências humanas e sociais ficaram à margem de qualquer esforço de maior

monta durante as décadas de 1950 e 1960 (ROMANI, 1982). Após o golpe de 1964 elas passam a ser tratadas pelas instâncias do poder militar enquanto profundamente alinhadas ao ideário socialista que o regime reprimia, além da acusação de possuírem menor valor científico comparativamente às ciências duras. Esta característica implicou uma espécie de divisão do trabalho entre o CNPq e a outra principal agência de promoção de Ciência e Tecnologia no Brasil, a CAPES, também criada em 1951, e que acabaria por abarcar com maior abrangência a área das humanidades e ciências sociais²⁹.

A criação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo decreto 29.741 de 11/07/1951 ocorre em consonância com a política de crescimento econômico e expansão do setor produtivo que caracteriza a década de 1950 no Brasil. O papel da instituição entra na concepção estratégica de crescimento adotada no período ao conceber uma política de recursos humanos de alto nível enquanto pré-condição para o desenvolvimento do país. Isso evidencia a problematização, por parte das estruturas de Estado brasileiras, da necessidade de maior aperfeiçoamento do pessoal de nível superior em todas as instâncias que compõem as atividades do setor público e privado, de modo a alcançar padrões de crescimento capazes de garantir autonomia tecnológica e econômica no longo prazo. Nesse sentido, a instituição se diferenciaria do CNPq ao debruçar-se sobre o incremento da formação em pós-graduação, contribuindo ao aprimoramento em recursos humanos, ao passo que o Conselho possuiria foco específico na capacitação na área científica (DE BARROS, 1998).

A CAPES, desenhada durante a primeira fase enquanto campanha, configuração organizacional bastante comum à época no tratamento de temas com caráter emergencial, se orientou, inicialmente, na realização de levantamentos acerca do perfil do sistema de ensino superior brasileiro. O foco naquele momento de formação era orientado a detectar as principais deficiências do meio universitário e reservar soluções rápidas e de curto prazo. O idealizador da instituição e presidente da comissão que a instituiu, Anísio Teixeira, tratou de encaminhar entre as principais tarefas do órgão nascente a tentativa de suprir a ausência de docentes nas organizações de ensino superior (CAPES, 2002). O Programa Universitário envolveu desde a concessão de bolsas de estudos e aperfeiçoamento no Brasil até o exterior. Além disso, na

²⁹ Tal concepção é corroborada por afirmação em entrevista de Manuel Marcos Maciel Formiga, que ocupou cargos no CNPq entre os quais o de Coordenador de Ciências Humanas e Sociais, “O CNPq não apoiava as Ciências Sociais porque a CAPES, que tinha um perfil mais docente, fazia esse papel. Vai aí o preconceito da ciência de então contra as Ciências Sociais, como se o cientista social fosse professor, mas não pesquisador, não cientista. Eu diria até que o profissional de Ciências Sociais era professor e a palavra cientista só seria aplicada ao pessoal das ciências ‘duras’ (...) Os profissionais de ciências humanas ensinam e os das ciências exatas pesquisam”. (FORJAZ, 1988, p. 79).

tentativa de solucionar as ausências de quadros nacionais fez-se mão do recurso a professores estrangeiros como uma das principais linhas de atuação nesse primeiro período, processo que, como pode ser visto no discurso do Ministro da Educação em dezembro de 1951, Simões Filho, pressupunha, na importação de “notáveis” do exterior, as condições para emancipação do Brasil.

A grande necessidade do nosso tempo não é tão somente a desse quadro técnico e profissional, mas, sobretudo, a do quadro dos cientistas propriamente ditos, pois estes é que irão elaborar os conhecimentos novos com os quais haveremos de edificar a nossa emancipação econômica e técnica. **Nossa maior deficiência está na falta de cientistas que conduzam os estudos e pesquisas indispensáveis à elaboração de uma tecnologia tropical capaz de nos erguer aos níveis a que a ciência, nos países temperados, elevou a sua civilização, por meio de tecnologia de clima temperado. Precisamos de um quadro de cientistas qualificados.** [...] para isso, cumpriria fazer, em todo país, um recrutamento dos seus melhores talentos e oferecer-lhes condições para se transformarem nos cientistas capazes dos estudos originais de que precisa o Brasil para a sua definitiva emancipação. (AVEIRO, 2016, p. 114). (Grifo nosso).

A fase de otimismo caracterizada pela construção institucional da década de 1950 passa a sofrer um revés com a entrada da década de 1960. A crise econômica e financeira se aprofunda no país após os anos de otimismo da administração de Juscelino Kubitschek. O período que antecede o golpe cívico-militar, compreendido pelo governo de João Goulart, é marcado pela tentativa de controle do crescimento inflacionário que corroía os salários e acirrava o ambiente social e institucional. Ajustes nas taxas de câmbio, com o interesse em equilibrar a balança de pagamentos, em conjunto com a retirada em subsídios sobre o trigo e o petróleo, foram algumas das medidas utilizadas de partida, as quais, contudo, implicaram na promoção do aumento de preços do transporte público e no custo do pão. Tais medidas, que visavam convencer credores norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), para a liberação de novos financiamentos, acabaram cobrando custo social alto. Sinal da deterioração do cenário é a convocação, logo no início do governo Goulart, de greve geral pela Confederação Nacional dos trabalhadores na Indústria (CNTI), com profundo impacto no sistema de transportes e culminando na ocorrência de saques de alimentos em estabelecimentos (MORITZ; STARLING, 2015).

O perfil de resposta à crise econômica adotada pelo governo de João Goulart em muito distanciava-se do modelo que viria a ser implantado com o regime militar. A estabilização econômica empenhada pelo então presidente adviria da conjugação das reformas de base e implementação do plano trienal, moldado por Celso Furtado, que ocupara a posição de ministro do planejamento no intervalo de setembro de 1962 a março de 1964 e San Thiago Dantas,

ministro da fazenda durante o ano de 1963. A concepção da dupla de técnicos conjugava o combate à inflação enquanto um elemento integrado a um programa geral de planejamento. Mais especificamente, buscava-se promover o crescimento do país a partir de medidas que não passassem pela emissão de moeda, como a criação de tributos sobre as fatias mais ricas da população, retirada do excesso de subsídios sobre indústria e transporte marítimos, além do refinanciamento da dívida externa. Essas políticas estavam associadas às reformas estruturais no campo educacional, administrativo e da propriedade da terra, o que permitiria eliminar os “gargalos” do desenvolvimento econômico a partir da redistribuição de renda e mitigação da desigualdade regional (SKIDMORE, 1989). A concretização do plano, contudo, dependia diretamente de um papel mais benevolente dos credores estrangeiros para com a dívida nacional. A equipe técnica do governo encontrou, contudo, o seu principal credor, os Estados Unidos, de portas fechadas, aprofundando a crise brasileira o que culminaria, a partir do acirramento social e político nacional, no assalto do Estado pelos golpistas.

A partir de outubro, a instabilidade política e administrativa do governo ficou evidente. Havia paralisia decisória no Executivo, consequência da alta rotatividade ministerial, da ausência de uma sólida maioria parlamentar e da radicalização das forças políticas. A inflação anual bateu na marca de 79,9%, o crescimento econômico ficou em 1,5% ao ano, e generalizou-se o sentimento de que o governo tinha perdido o controle. Os credores internacionais bloquearam os créditos e o governo norte-americano entornou recursos nos estados em que governadores incubavam a ação de grupos golpistas — Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 443).

A redução da capacidade de financiamento do Estado logo comprometeu o desenvolvimento das estruturas de ciência, tecnologia e pós-graduação que estavam em fase de estruturação. Mais do que isso, com a eclosão do golpe em 1964 e a chegada ao poder da classe militar, a administração do país passa a operar em estreito alinhamento aos interesses geopolíticos norte-americanos, o que implica na neutralização dos esforços de autonomia científica e industrial e, conseqüentemente, uma desaceleração na institucionalização das estruturas de ciência e tecnologia do país (MOTTA, 2014). O perfil do desenvolvimento dessas áreas durante os anos seguintes é caracterizado por um processo lento e gradual de consolidação institucional, mediado por estruturas de controle e repressão do Estado.

3.2 Crise: Golpe de 1964 e transformações institucionais

3.2.1 O choque recessivo

Caracteriza o regime instalado com o golpe de 1964 uma mudança de política econômica que impacta profundamente o perfil dos gastos públicos e da gestão do Estado no Brasil. Entre a coalizão de elites políticas e econômicas que deram suporte ao novo regime

estava o interesse direto em impor medidas de ajuste fiscal que estancassem rapidamente o processo de endividamento e crescimento inflacionário de anos anteriores. A aglutinação de atores, composta por setores das classes médias urbanas, forças armadas, grupos empresariais nacionais e estrangeiros, grande imprensa e políticos de oposição ao governo, compreendiam a resposta à crise econômica a partir de uma dura política de ajuste fiscal. A agenda da aliança cívico-militar definia-se por estancar os gastos públicos, impedir o crescimento salarial e a animosidade política e sindical de forma a criar condições mais favoráveis a investimentos estrangeiros (DREIFUSS, 1981).

O controle da política econômica de Castelo Branco ficou nas mãos de dois economistas de enfoque monetarista, Octavio Gouveia Bulhões, professor da Fundação Getúlio Vargas, ocupando o ministério da fazenda, e Roberto Campos, que ocupou a pasta do Planejamento e Coordenação Econômica. Imbuídos da tarefa de “reorganizar toda a estrutura financeira do Brasil e sanear suas finanças públicas”(SKIDMORE, 1989, p. 53) os economistas, com alto trânsito no meio empresarial e financeiro, aplicaram medidas de contenção da inflação baseadas na diminuição de gastos do setor público, redução do crédito privado e estancamento do crescimento dos salários. As providências para convencer os credores e investidores estrangeiros foram paulatinamente operando efeitos no meio internacional, em paralelo com a melhoria do cenário econômico dos países credores e pelo próprio alinhamento ideológico do novo regime para com os interesses norte-americanos. Exemplo disso foram as possibilidades de renegociação das dívidas do Brasil com credores dos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental em julho de 1964, o que garantiu maior abertura para importações. Ademais, a volta de investimentos norte-americanos, por meio de empréstimos via *United States Agency for International Development* (USAID), deu condições à reorganização das contas públicas, tendo esta instituição fornecido “mais de 80% do capital líquido a longo prazo que entrou no Brasil de entre 1964 e 1967”(SKIDMORE, 1989, p. 88). Esse processo operou em paralelo com a influência cada vez maior dos Estados Unidos sobre a economia Brasileira e o seu monitoramento interno por meio de agentes norte-americanos.

Indiferente às obrigações legais para com o contribuinte americano, o efeito político era dramatizar a proximidade do governo Castelo Branco com o dos Estados Unidos. Houve uma rápida proliferação de contratos com a USAID nos campos da educação agrícola, da reforma agrária, produção pesqueira, erradicação da malária, produção de livros didáticos, treinamento de líderes trabalhistas e expansão de mercados de capital. Essas atividades concorreram para promover a imagem dos Estados Unidos como o poder onipresente, pronto para fornecer dinheiro, tecnologia e assessores para todas as necessidades do desenvolvimento brasileiro. Quando chegou ao Brasil em 1966, o novo embaixador americano não conteve uma sensação de desalento ao verificar

que, "em quase todos os gabinetes brasileiros envolvidos em decisões impopulares sobre impostos, salários ou preços, havia também a indefectível presença de um assessor americano. (SKIDMORE, 1989, p. 88–89)

O alinhamento à política externa dos Estados Unidos permitiu, conseqüentemente, um prêmio à coalização de elites que tomou o poder no Brasil por meio da reabertura das condições de retomada dos negócios em um campo de maior estabilidade, ao passo que uma forte política contracionista era aplicada sobre a maior parte dos trabalhadores. O enfoque ortodoxo adotado criou mecanismos de contenção do crescimento salarial que ficaram intocados por um bom tempo, marcando o regime militar como um período de baixa capacidade de poder de compra da população mais pobre e crescimento da desigualdade de renda. É importante mencionar que essa política de contração ao crescimento dos salários não se processou única e exclusivamente a partir da deliberação técnica por parte da equipe econômica do governo, mas dependeu crucialmente do poder repressivo do Estado sobre a capacidade de organização dos trabalhadores e seus órgãos de representação. O expurgo sobre os líderes sindicais foi peça central neste processo, posto que até o fim do segundo ano do golpe cerca de 428 sindicatos sofreram ação direta do governo, eliminando dirigentes trabalhistas de suas funções e dificultando o acesso a meios de resistência de classe para com as medidas de política salarial. Nesse sentido, a articulação da política ortodoxa de contenção de gastos e diminuição do poder de compra dos salários se intersecciona com o uso repressivo e violento do estado ditatorial e o alinhamento a interesses norte-americanos.

Com as lideranças sindicais expurgadas e o Congresso garroteado, os ministros Campos e Bulhões podiam arrochar os salários, com isso melhorando, segundo esperavam, a competitividade do Brasil no mercado internacional. Não há dúvida de que uma outra função da política salarial do período 1964-67 era simbólica. Destinava-se a sinalizar à comunidade empresarial brasileira e ao mundo exterior que o Brasil estava pronto para tratar duramente o trabalhador, com todas as óbvias implicações desta atitude para os custos de produção. Um governo eleito diretamente poderia ter levado a efeito tal política salarial em meados da década de 60? As malogradas tentativas de estabilização dos anos 50 e início dos 60 demonstraram amplamente que não. Agora, entretanto, era fácil, com a cobertura de um governo autoritário, instalado por golpe militar. (SKIDMORE, 1989, p. 123)

A política contracionista da primeira década de governo militar criou condições para o crescimento da animosidade popular frente a um regime autoproclamado e legitimado pela força, processo que se estendeu para além da gestão de Roberto Campos e Bulhões na seara econômica. Já instalada sob as ordens do general Costa e Silva, uma nova equipe, composta por Delfim Netto na fazenda e Hélio Beltrão no planejamento, os quais, cientes dos efeitos recessivos da agenda ortodoxa anterior, direcionaram maior preocupação com a perda do poder de compra do salário mínimo, manteve padrões de ação similares à gestão anterior. A

capacidade de aquisição de bens com o salário mínimo da época tinha sido impactada negativamente em 25% até 1967, o que instigou Delfim a buscar uma política capaz de corrigir o “resíduo inflacionário” e restaurar a capacidade de compra dos trabalhadores. A tentativa, contudo, teve impacto irrisório na capacidade aquisitivas dos assalariados, agravando o quadro político que se desgastava com as contas da estabilização autoritária sendo transferidas aos mais pobres. Esse processo, em paralelo com a promulgação dos Atos Institucionais II, III e IV, ao cercearem as possibilidades de eleição e liberdades políticas, além das ações deliberadas de perseguição a opositores do regime, impulsionaram cada vez mais o descontentamento de trabalhadores e classes médias.

3.2.2 Ebulição social e Ensino Superior

O descontentamento das classes médias urbanas de cidades metropolitanas com o regime atinge em cheio o debate sobre o ensino superior brasileiro no final dos anos 1960, implicando em uma série de metamorfoses sobre a política de educação, ciência e tecnologia brasileira. Conforme afirma Skidmore (1994), a infraestrutura científica e educacional no país, em meados dos anos 1960, permanecia em clara inadequação para as próprias ambições de crescimento econômico postuladas pelo regime militar. Para mais, o modelo ortodoxo de saneamento das contas públicas adotado no governo de Castelo Branco impôs ainda maior escassez a gastos que priorizassem educação e ciência. Essas limitações impunham severas dificuldades à expansão da economia brasileira, implicando na busca de técnicos estrangeiros por empresas privadas.

A incapacidade do sistema de ensino superior em responder as demandas do próprio modelo de crescimento econômico e modernização esperado pela tecnocracia militar era acompanhado pelo descontentamento das classes médias urbanas em acessar meios de ascensão social como diplomas de ensino superior. Por consequência, essa camada populacional, que majoritariamente apoiou o golpe militar, passou a cobrar, no final da década de 1960, o preço de seu suporte através de crescentes mobilizações calcadas em demandas de expansão e melhoria do sistema universitário. Segundo Bomeny (1994), entre os fatores que expressam essa colisão estão a incapacidade do meio universitário em fornecer vagas suficientes frente à demanda estudantil e pela própria ausência de cursos capazes de responder as exigências de um mercado que surgia com a nova divisão social do trabalho. O tema da ausência de vagas foi um dos que promoveu maior aglutinação da sociedade civil em torno de reivindicações públicas. Alguns dados ajudam a constatar isso: 29 mil estudantes ficaram de fora do número de vagas

em instituições de ensino superior no ano de 1960, processo que cresceu substancialmente no decorrer da década, alcançando a marca de 162 mil. Ajudando a influenciar esse processo estava o crescimento considerável no número de matrículas no ensino médio, que subira 4,5 pontos de 1947 até o ano de 1964 (MARTINS, 2009). Essas forças de tensionamento do sistema universitário ganharam corpo político no engajamento acerca dos “excedentes” que consubstanciou o debate sobre os estudantes que possuíam notas suficientes para aprovação nos cursos universitários, mas não conseguiam ser admitidos por conta do número reduzido de vagas. A isto se soma a insatisfação generalizada, interna aos quadros das próprias instituições, que ia desde pesquisadores, docentes e membros do movimento estudantil, demonstrando desconforto com o próprio formato curricular dos cursos, o desenho institucional da universidade e o cumprimento de sua função social (MOTTA, 2014).

A disseminação do clima de desconforto com o modelo de ensino superior impulsionou um forte movimento de demandas por reforma do sistema, o que foi vocalizado pela ação de entidades estudantis como a UNE. Como afirma Bomeny (1994), a União Nacional dos Estudantes já promovia, intensamente, o debate em defesa da reforma universitária no início da década de 1960, com a realização de uma série de eventos, entre os quais o Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária, ocorrido na cidade de Salvador, no ano 1961, e nos anos seguintes em Curitiba e Belo Horizonte, respectivamente. Nessas cerimônias mostrava-se patente uma visão de falência do sistema, ao passo que se teciam críticas que perpassavam questões como o descaso com a pesquisa, ineficácia em formar profissionais para as demandas nacionais, desenho antidemocrático dos processos seletivos e distanciamento de interesses gerais da sociedade brasileira. Tal sorte de indignações encontrava eco em um grande número de propostas que tinham como eixos a democratização do acesso à universidade, diminuição das hierarquias no sistema de ensino e aproximação do ambiente com demandas mais concretas do país.

As propostas incluídas no documento produzido no Congresso da UNE em Salvador incluíam a luta pela reforma e democratização do ensino, a abertura da universidade ao povo mediante a criação de cursos acessíveis a todos (alfabetização, mestre de obras, líderes sindicais etc.) e a criação de escritórios de assistência jurídica, médica e odontológica para prestar serviços às classes menos favorecidas. Nas propostas relativas aos problemas pedagógicos e acadêmico-administrativos, os estudantes marcaram sua presença com reivindicações de autonomia universitária, regime integral para o trabalho docente, abolição da cátedra vitalícia, melhoria da formação dos professores, participação do corpo docente, discente e grupos de ex-alunos profissionais, através de um critério de proporcionalidade, na administração da universidade, não reeleição por mais de um período dos reitores das universidades e dos diretores das faculdades, inclusão em todas as escolas de um exame vocacional prévio ao exame vestibular, ampliação do número de vagas nas escolas

públicas, especialmente na área tecnológica, elaboração de currículos e programas em consonância com o desenvolvimento do país e ajustados às peculiaridades regionais, concentração das cadeiras básicas sempre nas duas primeiras séries dos cursos, descentralização da elaboração dos currículos e programas uma vez fixadas as diretrizes gerais. (BOMENY, 1994, p. 4–5).

O regime militar, contudo, não apresentou interesse em dialogar com as organizações estudantis mobilizadas, as quais eram tomadas como inimigas do regime, necessitando ser neutralizadas³⁰. Contudo, o governo, ao ser pressionado pelos movimentos e pelas consequências da própria insuficiência do sistema de ensino superior, caminhou lentamente em direção a uma reforma da estrutura, o que passava por forte influência norte-americana sob o modelo universitário que poderia ser adotado. A dimensão geopolítica embebida na importação de elementos do desenho norte-americano elevou ainda mais a tensão sobre o debate nacional, dadas as acusações de que as reformas subsequentes estariam a serviço do imperialismo estadunidense.

Entre os estudos demandados pelo governo militar visando a reforma do ensino superior pode-se citar, primeiramente, aquele realizado por Rudolph Atcon, a pedido do Ministério da Educação, alvo de intensa polêmica e oposição estudantil. Grego naturalizado norte-americano, o consultor Rudolph Atcon, que trabalhara no remodelamento de universidades em países da América do Sul e Central, causou bastante frisson no meio brasileiro a partir de suas propostas de alteração no sistema em relatório publicado no ano de 1966. Conforme afirma Cunha (2007), o consultor desembarcou no Brasil em um período em que a assessoria norte-americana era usada em massa, seja pelo governo brasileiro ou pelas empresas multinacionais, de modo que esses atores eram “recebidos como os mestres da nova ordem”. Atcon ganhou protagonismo no contexto brasileiro ao servir de vértice aglutinador do pensamento de forças conservadoras a respeito do meio científico e educacional do país. Isso posto, “o antigo e firme impulso de modernização articulou-se com a ideologia tecnocrática do planejamento na busca de mudanças que permitissem controlar as ‘irracionalidades’, como eram definidas as movimentações políticas de professores e estudantes”(CUNHA, 2007, p. 188).

A linguagem do relatório de Atcon operava em consonância direta com a concepção tecnicista que animava os tecnocratas do governo, tratando a ideia de reforma universitária

³⁰ Exemplo da política de silenciamento do movimento estudantil em meio às disputas de concepções sobre a reforma universitária foi a publicação do Relatório Meira Matos. Este documento é promulgado em paralelo com o endurecimento do regime militar a partir de 1967, tendo sido produzido pelo General Meira Mattos que ocupava posição permanente na Escola Superior de Guerra (ESG). O relatório tinha como alguns de seus principais objetivos a redução do engajamento político por parte de estudantes universitários, com propostas como a definição de dirigentes estudantis diretamente pela figura do presidente da república, além da tentativa de robustecer representações estudantis alinhadas aos interesses da ditadura (GERMANO, 2008).

enquanto um fenômeno técnico, que deveria ser apartado de qualquer pulsão política. Mas os traços dessa agenda que mais causaram repulsa aos críticos do governo foram as tentativas de busca por eficiência e produtividade no meio universitário a partir da lógica empresarial privada. Contra a “estagnação centralizada do setor público” deveria se impor uma universidade autônoma gerida como uma grande empresa, mais especificamente a partir de um conselho de curadores com formação na área de finanças e sem vínculo com o meio acadêmico. Ou seja, para uma universidade que seguiria um modelo empresarial dever-se-iam contratar gestores privados. (CUNHA, 2007, p. 191).

Em paralelo ao Relatório Atcon estava a promulgação das parcerias entre o Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (USAID), conhecidos como acordos MEC/USAID. Tais propostas nascem em um contexto em que os Estados Unidos buscavam cada vez mais monopolizar a ingerência sobre países da América Latina, de forma a manter as nações locais sob uma zona de influência e tutela. Os acordos MEC/USAID foram precedidos pela vinda de uma equipe de consultores norte-americanos do chamado *Higher Education Team*, com a tarefa de sintonizar as ações da USAID com o sistema de ensino superior brasileiro. Mais especificamente o grupo era orientado pelas concepções da USAID sobre ensino superior, que possuíam como fundamento a “formação de recursos humanos e estas como meios para o aumento da produção industrial e agrícola”(CUNHA, 2007, p. 156). A equipe orientou, por meio de um relatório, que a USAID concedesse apoio no redesenho do sistema de ensino superior brasileiro, de modo a “introduzir o know-how e a influência norte-americanos nas deliberações dos conselhos e do Ministério”(CUNHA, 2007, p. 158). O fortalecimento dessa rede de influência sobre a política educacional brasileira operou como uma importante linha de política externa norte americana, atuando, no interior da guerra fria, em esferas de influência intelectual e cultural.

“As razões político-ideológicas para o maior envolvimento da USAID com o ensino superior brasileiro foram claramente apontadas, no contexto do conflito leste-oeste: “the cold war is a battle for men’s minds”. A chave para que o Brasil permanecesse uma sociedade livre e um amigo próximo dos EUA estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações vindouras dependeria dos professores universitários que formam os dirigentes do país e os próprios mestres” (CUNHA, 2007, p. 158)

A pós-graduação brasileira foi a principal área a receber os incentivos via acordos MEC/USAID, envolvendo apoios a financiamento no campo da assistência técnica e financeira, além do fomento a bolsas a estudantes do Brasil para a realização de cursos de mestrado e doutorado em universidades estadunidenses. Segundo dados apresentados por Cunha (2007) um total de 3.800 bolsas teriam sido disponibilizadas a estudantes brasileiros, durante o

intervalo entre 1965-1970, para a realização de mestrados e doutorados nos Estados Unidos. A existência de tais acordos estreitou ainda mais as conexões de uma série de instituições brasileiras com a produção e formação norte-americana, impactando na institucionalização de diversas atividades no meio científico nacional. A nível de exemplificação, alguns casos podem ser listados aqui. Projetos das Universidades de Viçosa, Piracicaba e Rio Grande do Sul receberam financiamento para cooperação com as Universidades do Winconsin, Purdue e Ohio, nas áreas de agricultura e veterinária, prolongando contratos até meados de 1975 que incluíam a formação de bolsistas brasileiros nas instituições estadunidenses. Além disso foram assinadas parcerias entre a Universidade de Michigan e organizações brasileiras na área de administração pública, com destaque para o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, envolvendo recursos para a instituição brasileira e bolsas de pós-graduação fora do país. Na área de Economia, a Universidade de São Paulo também firmou projetos financiados pela USAID, entre os quais está o envio de estudantes de pós-graduação do Instituto de Ciências Econômicas aos Estados Unidos e a recepção de consultores norte-americanos que participariam da direção e elaboração de estudos do centro brasileiro. Além disso, foram mobilizados recursos para a tradução de livros ao português em áreas como Sociologia Rural e Administração (CUNHA, 2007).

Em meio à publicação dos relatórios, estudos e plataformas concebidos no interior do regime ditatorial para a reforma do sistema universitário, um acabou se destacando com maior ênfase e singularizando-se, finalmente, como o produto definitivo da política de reforma do ensino superior sob o governo militar. Em 10 de julho de 1968 o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária iniciou suas primeiras reuniões, cumprindo com o decreto nº 62.937 de 2 e julho de 1968 que o criou. Os membros do grupo adivinham de posições diversas como professores reitores, jornalistas, pesquisadores e mesmo empresários, tendo como principal membro e mentor dos trabalhos Newton L. Buarque Sucupira³¹. O grupo trabalhou sobre temas como a institucionalização do ensino superior, sua organização didático-científica, distribuição de recursos para educação, determinações sobre o corpo docente e a representação estudantil. A partir de uma investida bastante célere, que não contou com a participação de estudantes, dado que estes se recusaram a tomar parte em tal espaço, o GT construiu as linhas gerais da reforma baseados em princípios como “eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e

³¹ Conforme afirma Bomeny (1994) também participavam do comitê: Tarso Dutra, João Paulo dos Reis Veloso, Valnir Chagas, Fernando R. do Val, João Lira Filho, Antonio Moreira Couceiro, Roque S. Maciel de Barros, Pe. Fernando B. de Avila e Leon Peres.

formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País” (BOMENY, 1994, p. 17).

Caracterizou a inspiração para a proposta de reforma realizada pelo Grupo de Trabalho a direta conexão com o modelo norte-americano, utilizado enquanto parâmetro de institucionalidade a ser instituído no Brasil. Segundo Bomeny (2001), em trabalho sobre Newton Sucupira, a visão do intelectual sobre a institucionalidade de ensino superior brasileira, existente até aquele momento, é de que esta mantinha-se em condição de incompletude se comparada com a estadunidense. A experiência de Sucupira em um estágio de um semestre realizado nos Estados Unidos o marcou nessa direção ao descrever que o Brasil ainda não teria universidades propriamente.

“o estudo da história das universidades, dos problemas que forçavam a mutação da vetusta instituição em nosso tempo, estágio de um semestre em universidade americana, **tudo me fazia ver que a universidade brasileira estava ainda por se fazer, que não poderíamos chamar de universidade, no rigor dos termos, o aglomerado de faculdades profissionais, mais ou menos independentes, ligadas pelos laços administrativo e financeiro de uma reitoria**” (BOMENY, 2001, p. 47). (grifo nosso).

Nesse sentido, a reforma concebida por Newton Sucupira teve os Estados Unidos como principal país de inspiração. O elemento central que se buscou duplicar no Brasil foi a adoção do modelo departamental, que já havia sido utilizado na nascente Universidade de Brasília, impondo o fim do regime de cátedras. Além disso, foram produtos da reforma o agrupamento de áreas com temas de investigação comum; instalação de um regime de dois ciclos, dividido entre primeiro círculo, com cursos básicos, e um segundo com disciplinas profissionais; introdução do sistema de matrículas em disciplinas; e o fim da existência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

A instalação da Reforma Universitária, ao ser perpassada diretamente pelo modelo e influência norte-americano, foi alvo de controvérsia³² e crítica por diversos atores do campo acadêmico. Juarez Brandão Lopes afirmou a adoção das reformas acabavam por reforçar os laços de dependência das instituições brasileiras com as norte-americanas já que “leva a depender-se na maior parte dos casos da importação de pessoal americano e da utilização de instituições americanas para o treinamento de pessoal nacional” (BRANDÃO, 1977, p. 392). A

³² Bomeny (2001), diferentemente de outros autores, afirma que é difícil pontuar em que medida a profunda inspiração no modelo norte-americano de fato se concretizou em consequências de vulto em se tratando de uma “americanização” do modelo brasileiro. Isto, contudo, não invalida o fato de a experiência estadunidense ser mentalizada pelos educadores brasileiros que participaram desse processo de reforma enquanto fonte de comparação e definição da precariedade do sistema brasileiro.

incorporação de práticas como o sistema de créditos em disciplinas e provas como modelos de avaliação também foram criticadas por Paula Filho, enquanto padrões exógenos norte-americanos que não estariam conectados com a realidade nacional e acabariam por impor um modelo cultural de competição, uma espécie de darwinismo social reprodutor da lógica de luta dos mais fortes sobre os mais fracos, e “falho, por ser, até a medula, impregnado pela essência da mentalidade social norte-americana. Como tal é, nos Estados Unidos, resultado natural da cultura do país, e, no Brasil, corpo estranho em uma estrutura sócio-cultural completamente diferente”(PAULA FILHO, 1976, p. 33). Esse quadro de exogenia também foi apontado por Hamburger que destacou o processo vertical de implantação de um modelo alinhado ao perfil norte-americano, o que acabaria por se manifestar enquanto corpo estranho em solo nacional, não expressando uma construção mediada pelas bases da própria sociedade brasileira “Nos EUA a pós-graduação evoluiu dentro das universidades respondendo às solicitações da sociedade. No Brasil foi implantada abruptamente de cima para baixo, ficando como corpo estranho dentro das universidades” (HAMBURGER, 1979, p. 85). Por fim, o próprio Newton Sucupira, em artigo publicado anos depois da produção do parecer de 1968, afirmou que a atividade científica brasileira estaria experienciando, como consequência de uma geração de pesquisadores formados no exterior, uma reprodução de linhas de investigação exógenas e pouco conectadas com problemas da realidade nacional (SUCUPIRA, 1979).

O autoritarismo e ausência de diálogo com a sociedade por parte do regime militar se aprofundou no final da década de 1960 e o conflito com os movimentos estudantis acirrou ainda mais o contexto social. O descontentamento político pela falta de liberdade imposta pelo regime ditatorial tencionara o tecido social, empurrando diversos atores para a oposição e radicalidade. Os movimentos estudantis já possuíam forte engajamento nos anos anteriores à eclosão da ditadura, tendo operado como agentes de mobilização a favor das reformas mais à esquerda do governo João Goulart. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e Juventude Universitária Católica (JUC) foram atores de destaque na promoção dessas pautas e não por acaso acabaram por ser tomados enquanto alguns dos principais inimigos do regime autoritário que se impôs em 1964. Por exemplo, a promulgação da Lei Suplicy Lacerda proibiu atividades estudantis organizadas politicamente logo após a instalação do golpe. Ademais, uma série de lideranças de movimentos estudantis foram torturados e presos durante esse processo; aliás a destruição da sede da UNE por meio de um incêndio no próprio dia do golpe militar expressa em que medida as organizações estudantis eram vistas como opositores a serem aniquilados pelo governo (ANTUNES; RIDENTI, 2007).

Com o tensionamento político do final dos anos 1960, os espaços universitários passaram a ser enxergados pelo governo enquanto postos de promoção de ideologias de esquerda e subversão política. A tensão no meio universitário alcançou seu ápice com a ocorrência do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no dia 23 de março de 1964, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O fato ocorreu a partir da resposta truculenta das forças policiais ao movimento de estudantes que reclamavam por melhores condições de estudo e mais vagas universitárias. Esse evento marcou a mobilização estudantil na época: a enorme quantidade de pessoas no cortejo ao corpo de Edson pressionou o governo ditatorial, de modo que o evento foi acompanhado pelo forte discurso político contra o regime.

As ações repressoras do regime não foram capazes de estancar a mobilização popular dada a eclosão de mobilizações sociais diversas, que expressavam o descontentamento dos grupos estudantis, mas também dos próprios trabalhadores frente ao contexto recessivo. O espaço universitário foi alvo da repressão direta do regime por conta de mobilizações de estudantes. Entre 1964 e 1968 uma série de manifestações impuseram a suspensão das aulas na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade de Brasília. Nesse contexto, movimentos foram duramente reprimidos a partir da invasão do espaço por tropas militares em busca de subversivos. No caso da nova capital federal a ação militar levou a prisão de professores e alunos, repercutindo diretamente no debate político nacional já que muitos filhos de deputados e senadores, ou mesmo militares que trabalhavam no governo, estudavam na UnB. As greves de trabalhadores foram o outro eixo de animosidade social que tensionou o regime, destacando-se a organização de metalúrgicos em Contagem (MG) por conta da perda do poder de compra do salário mínimo e as greves de operários de Osasco (SP), que também ocorriam por razões semelhantes. Em ambos os casos a repressão foi a linguagem principal da ditadura, com a proibição de reuniões e assembleias, ameaças de demissão aos insurgentes, prisões em massa e encaminhamento de envolvidos a sessões brutais de tortura.

A linguagem cada vez mais dura e repressora da ditadura também passou a tensionar a igreja católica, que anteriormente dera condições à emergência do próprio regime, mas se dividiu internamente ao passo que as liberdades individuais passavam a ser cada vez mais transgredidas pelo Estado. Uma série de líderes dessa instituição se posicionaram de forma veementemente crítica ao caráter repressor do governo militar. A igreja católica se transformou em um ator de relevância no acolhimento a estudantes e militantes perseguidos pelas forças do regime, de forma que importantes lideranças da instituição católica ganharam proeminência no enfrentamento à repressão. Don Helder Câmara, arcebispo de Olinda, foi um dos principais

atores nesse campo, liderando as alas progressistas da igreja católica, as quais, na Conferência Nacional dos Bispos de Julho de 1968 se posicionaram criticamente atacando a doutrina de segurança nacional, a qual foi chamada de fascista (SKIDMORE, 1994). Frente à incapacidade do governo militar em conviver com a linguagem democrática e a partir do espaço cada vez maior ocupado pela linha dura no interior do aparato governamental, a cúpula do Estado optou pelo fechamento total do regime a partir da promulgação do AI-5. Com o evento, o ato institucional mais duro da ditadura militar, foram cassados mandatos parlamentares, fechados jornais e veículos de mídia, imposta a aposentadoria compulsória de professores universitários e o fechamento do congresso. O meio universitário foi uma das áreas mais afetadas com a perseguição de opositores³³.

3.2.3 As Agências sob a Primeira fase do Golpe

A eclosão do golpe de 1964 e seus desdobramentos com a edição do AI-5 impôs uma série de consequências sobre a atuação das instituições de promoção da ciência, tecnologia e do ensino superior brasileiro. No caso da CAPES, a partir dos decretos 53.932 de 26/05/1964, 53.356 de 30/09/1964 e 59.707 de 12/12/1966 a instituição deixa de ser Campanha e passa a se chamar Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O novo contexto englobou outras estruturas de Estado que trabalhavam com a promoção científica e tecnológica no ensino superior, como a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos – COSUP – e o Programa de Expansão do Ensino – Tecnológico PROTEC. As mudanças, contudo, não apresentam melhoramentos no sentido da autonomia institucional, posto que a CAPES era orientada por um Conselho Deliberativo externo ao corpo técnico. A atividade da CAPES até o ano de 1967 vai ser marcada por um paulatino e lento processo de expansão das atribuições

³³ “Quatro reitores de universidades estaduais foram depostos. Na direção da Universidade de Minas Gerais colocou-se um interventor militar. Na de Brasília, um civil. Nela, puseram-se nove professores na rua como se fossem vendedores de loteria, pois nem sequer o ritual das investigações sumárias lhes foi concedido. Na Universidade de São Paulo, uma comissão secreta formada por iniciativa do reitor Luís Antonio da Gama e Silva produziu um documento em que propunha a punição de 44 professores e concluía “serem realmente impressionantes as infiltrações de idéias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”. O sociólogo Florestan Fernandes, arrolado no IPM da USP, escreveu uma carta de protesto ao tenente coronel que o chefiava na qual bradava: “Não somos um bando de malfeitores”. Como resposta, foi preso. Um de seus assistentes, Fernando Henrique Cardoso, era considerado “marxista violentíssimo”, fugira para o Guarujá e de lá para Buenos Aires e Santiago. Outros dois professores, da faculdade de medicina, denunciados por colegas, foram encarcerados no navio-presídio Raul Soares, fundeado ao largo de Santos. Um deles teve a filha de seis meses proibida de entrar na creche do hospital das Clínicas. Expulsaram-se alunos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica e nas faculdades nacionais de Direito e Filosofia. Em São Paulo, quando o governo começou a se mostrar incomodado pela epidemia de indicações do professor Celso Furtado para paraninfo de turmas, a venerável congregação de catedráticos da Escola Politécnica — uma das melhores faculdades de engenharia do país, repleta de quatrocentões — vetou as homenagens ao economista exilado. Na Paraíba, diante do mesmo problema, um capitão do Exército, investido de poderes de reitor, mandou destruir os 7 mil convites da formatura, pagos pelos alunos.”. (GASPARI, 2014, p. 222–223).

institucionais e capacidade na promoção da formação em nível superior. No ano de 1953 a instituição ofereceu um total de 53 bolsas, quantidade que foi crescendo aos poucos, ano após ano, até chegar à quantidade de 373 em 1967. A partir da segunda metade da década de 1960 o organismo buscou formas de complementar suas fontes de recursos. É importante notar que nessa primeira fase da instituição, a busca por financiamento internacional operou uma importante dimensão de consolidação de sua estrutura e manutenção de programas de bolsas de estudos. O papel geopolítico dos Estados Unidos no interior da guerra fria se manifesta novamente aqui, posto que as principais instituições que realizaram convênios e empréstimos à Campanha, possuíam conexão direta com os interesses norte-americanos na manutenção de sua influência global. No Relatório de Atividades da CAPES de 1964, consta documento assinado por Almir de Castro, Diretor Executivo da CAPES, em 8 de janeiro, com menção aos esforços da organização em firmar acordos de cooperação e garantir meios de financiamento para além da ajuda federal. Primeiramente, o documento cita que a Campanha teria se empenhado juntamente com instâncias do Ministério da Educação (MEC) para receber provimentos da Aliança para o Progresso, programa de cooperação para o desenvolvimento capitaneado pelo governo Norte-Americano na América Latina, o que ajudaria a garantir a execução dos projetos da organização. Além disso, é citado, logo em seguida, que o órgão brasileiro estaria aguardando “uma substancial doação” da Fundação Ford, a qual estaria em contato com a Campanha para garantir a concretização do planejado³⁴.

A possibilidade de cooperação entre a CAPES e a Fundação Ford se concretiza no ano seguinte, configurada como uma parceria que duraria quatro anos e a maior doação já realizada pela instituição estrangeira a um organismo educacional brasileiro até aquele momento. De acordo com o Relatório de Atividades da CAPES do ano de 1964, o montante do convênio, em torno de US\$ 1,130,000.00, seria integralizado em uma série de atividades da instituição brasileira, incluindo desde a capacitação de estudantes recém-formados e com carreira no magistério, até a formação de docentes e pesquisadores. É importante mencionar, além disso, que estaria previsto no convênio a indicação de estudantes brasileiros, com destaque em suas atividades, para aperfeiçoamento em centros de excelência do exterior. O documento aponta, ainda, o trabalho massivo de divulgação nas instituições do país, e visitas de recrutamento nos

³⁴ “Por outro lado, porém, vem a CAPES efetuando gestões relativas à obtenção de ajuda externa para a execução dos seus planos e neste sentido, em articulação com outros órgãos do MEC, apresentou à consideração da Aliança para o Progresso 12102 solicitação que, se atendida, lhe permitirá pôr em execução o programa já mencionado. E existe, ao mesmo tempo, possibilidade de em breve juntar-se a esses recursos uma substancial doação de instituição privada americana - a Fundação Ford - que vem, há tempos, mantendo contactos com a CAPES, com vistas a cooperar para a promoção dos seus projetos.” (CAPES, 1964, p. 15)

estados de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba e Distrito Federal.

Emprestando poderosa cooperação aos objetivos. prefixados. pelo Conselho Federal de Educação, com vistas ao aperfeiçoamento dos quadros universitários brasileiros, a Fundação Ford atribuiu à CAPES a maior doação dentre as destinadas por essa benemérita instituição a entidades de ensino em nosso país, para aperfeiçoamento de pessoal docente nos campos da Matemática, Física, Química, Biologia, Genética e Geologia. O valor do auxílio totaliza US 1,130,000.00 (hum milhão cento e trinta mil dólares) e supõe um programa de quatro anos de duração, (...) Aos elementos que mais se distinguirem, serão oferecidas bolsas de aperfeiçoamento ulterior, em centros estrangeiros. (...) Além da indispensável. propaganda pela imprensa de todo o País, foram elaborados cartazes e folhetos, distribuídos, fartamente, a todas as universidades. Aos centros de recrutamento, expediram-se circulares, solicitando a divulgação do material de propaganda, ao mesmo tempo que se enviavam folhetos mimeografados, contendo as instruções indispensáveis à concessão das bolsas. Esta correspondência foi enviada a 112 escolas superiores do País. Concomitantemente, aos Diretórios Acadêmicos, também foi remetido o mesmo material, solicitando-lhes ação de divulgação junto aos formandos que pretendem dedicar-se a carreira universitária. A terceira etapa compreendeu a visita aos centros de treinamento e de recrutamento. Foi elaborado um roteiro, sob forma de ficha a ser preenchida pelo visitador, de tal sorte a, com relação aos Centros de Treinamento, se poderem levantar dados sobre suas instalações materiais, equipamentos e bibliotecas, capacidade de receber alunos, informações sobre o corpo docente, horário e natureza dos cursos, etc. As visitas foram iniciadas pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, seguindo-se Ceara, Para, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba e Distrito Federal. (CAPES, 1964b, p.15-17)

O convênio CAPES-FORD é mencionado em todos os relatórios de atividades da instituição brasileira de 1963 até 1971, quando ocorre a finalização oficial da parceria. Conforme o relatório do ano de 1971, desde 1965, o projeto teria garantido a realização de 35 cursos de revisão, engajando-se com 17 centros nacionais, e mantido um total de 265 bolsistas brasileiros em atividades que vão de cursos até estágios de aperfeiçoamento em pós-graduação no exterior. A instituição brasileira, no documento de 1971, reforça a importância da agência estrangeira na promoção da formação de seu pessoal de nível superior no início do processo de estruturação do sistema de pós-graduação nacional.

Reforçando significativamente os recursos destinados à ampliação e aprimoramento do pessoal decente de nossos estabelecimentos de nível superior na área crítica das matérias básicas, a doação teve enorme alcance, sobretudo por sua oportunidade, uma vez que foi feita exatamente quando o início da expansão de nosso ensino superior reclamava, como condição essencial, mais e melhores docentes. Ao mesmo tempo, ajudou a criar a consciência da necessidade dessa melhoria, vital para o êxito da reforma universitária. (CAPES, 1971, p.21)

Além da fundação Ford, a CAPES chegou a buscar financiamento de outra instituição de controle norte-americano, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parceria que veio a se concretizar no ano de 1965. Já no Relatório de Atividades da instituição, relativo ao

ano de 1964, é detalhado a natureza da solicitação de empréstimo que vinha sendo tratada pela gestão anterior, a qual envolvia a transferência de um valor de US\$ 4,000,000.00 voltado a "Plano para Reforço do Equipamento dos Centros Nacionais de Aperfeiçoamento Pós-Graduação em Ciências Básicas e Tecnologia Aplicada". O acordo, intermediado pelo BNDE em Washington, priorizou os Centros de Treinamento dos Estados Brasileiros com ênfase nas áreas de Física, Biologia, Agronomia e Veterinária, Química, Tecnologia Aplicada, Geo-Ciências e Matemática. Conforme é possível observar nos Relatórios de Atividades da CAPES até o ano de 1968, a investida englobou a compra de equipamentos de pesquisa para os centros escolhidos, além da importação de material bibliográfico e construção de unidades administrativas e laboratórios. Foram contemplados institutos e departamentos de pesquisa nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Ceará, Bahia, Sergipe e Brasília, com destaque e maior concentração de instituições no eixo Sul-Sudeste.

Isso posto, nota-se que o processo de estruturação de uma instituição como a CAPES, interessada em suprir a demanda de capital humano qualificado para a estrutura pública e privada brasileira, não o fez a partir de meios financeiros exclusivamente autônomos, mas se procedeu como processo mediado por organismos do exterior e que tinham os Estados Unidos enquanto principal provedor. Nessa primeira fase, em um momento de contração dos gastos por parte do Estado e pouco desenvolvimento estrutural da organização brasileira, o acesso a financiamento e cooperação internacional foi central para garantir a manutenção dos projetos nacionais, ao passo que aproximou ainda mais o desenvolvimento das estruturas de ciência e tecnologia brasileiras da influência norte-americana.

O incremento financeiro e o aumento da capacidade da CAPES, contudo, foi acompanhado pelo aumento do controle militar sobre o órgão durante a primeira década da ditadura militar, impondo uma lógica cotidiana de monitoramento e espionagem. A descrição da fase que vai de 1964 até 1968, feita por Suzana Gonçalves, então diretora da instituição, expressa como o endurecimento do regime pela edição do AI-5 conformou os trabalhos da organização. A diretora aponta as dificuldades frequentes em se submeter às decisões do Conselho Deliberativo e a introdução, logo após sua saída, quando retornou como assessora de programas, de um questionário do SNI voltado ao levantamento do perfil ideológico dos demandantes de bolsas. O chamado "veto ideológico" se tornará, por bastante tempo, um dos principais mecanismos do governo ditatorial em impedir acadêmicos com atividade de

militância de esquerda em acessar financiamento de pesquisa, além de servir de motivo para engajamentos críticos da comunidade acadêmica na busca por maior liberdade.

- Porque a Senhora deixou a direção da CAPES em 1966?

Susana Gonçalves: Ficou impossível a convivência com o Conselho Deliberativo. Foram feitas algumas substituições na composição do colegiado e, positivamente, eu podia ceder em opiniões minhas, mas não em princípios meus. Aguentei até quanto pude. Estava tão exausta, tão tensa (...) Enfim, houve um fechamento do regime político, as coisas se alteraram, e eu não estava mais me sentindo confortável naquele posto. O governo Costa e Silva realmente endureceu, mas o seguinte foi pior, o do Mediei. Apesar de seu ar tranquilo, seu governo foi o pior de todos, inclusive com sacrifício de vidas. **Quando voltei à CAPES, como assessora de Programas, o agente do SNI não era mais aquele professor do período inicial, mas um militar. Para mostrar eficiência, fez um questionário: tínhamos que preencher o nome do bolsista, sua proveniência, seus compromissos com a CAPES. Depois, para serem respondidas pelo bolsista, vinham umas perguntinhas, entre as quais uma totalmente risível: "Gosta de música? Quais são os seus autores preferidos?" Obviamente, se fosse um comunista de verdade, só responderia Mozart e Beethoven, porque era escolado, mas se não fosse e escrevesse Geraldo Vandré, estaria perdido. Como baixou o nível, que coisa incrível!".** (GONÇALVES, 2002, p. 53). (Grifo nosso).

Uma das principais questões tencionava o trabalho dos diretores era a questão da desigualdade regional na formação em nível superior. Mais especificamente o Nordeste aparece enquanto lócus central dos discursos de gestores sobre o “atraso” da institucionalidade brasileira, questão que era enfrentada com recursos paliativos e reprodutores da própria lógica de centro periferia interna ao Brasil. Na gestão de Suzana Gonçalves, que durou de 1964 até 1966, o déficit de recursos humanos em ensino superior no nordeste era encarada por meio dos “cursos de férias” que, fora do período letivo, financiavam a circulação de docentes de universidades do Sudeste e Sul do país para universidades chave no nordeste como a Universidade Federal de Pernambuco. Essa tentativa de oferecer uma especialização a estudantes da região mirava a produção de um efeito multiplicador local e visava sanar a falta de cursos de mestrado na região³⁵. Até a gestão de Celso Barroso Leite, que vai de 1969 a 1974, período caracterizado por uma considerável desaceleração da capacidade de atuação da instituição, a região Nordeste continua sendo vista como espaço de atraso institucional em formação superior, também sendo tomada enquanto menos digna de investimento direto em formação de quadros no exterior. A descrição de Celso Barroso sobre o processo de concessão de bolsas durante seu período como Diretor-Executivo é expressão disso, dado que o próprio

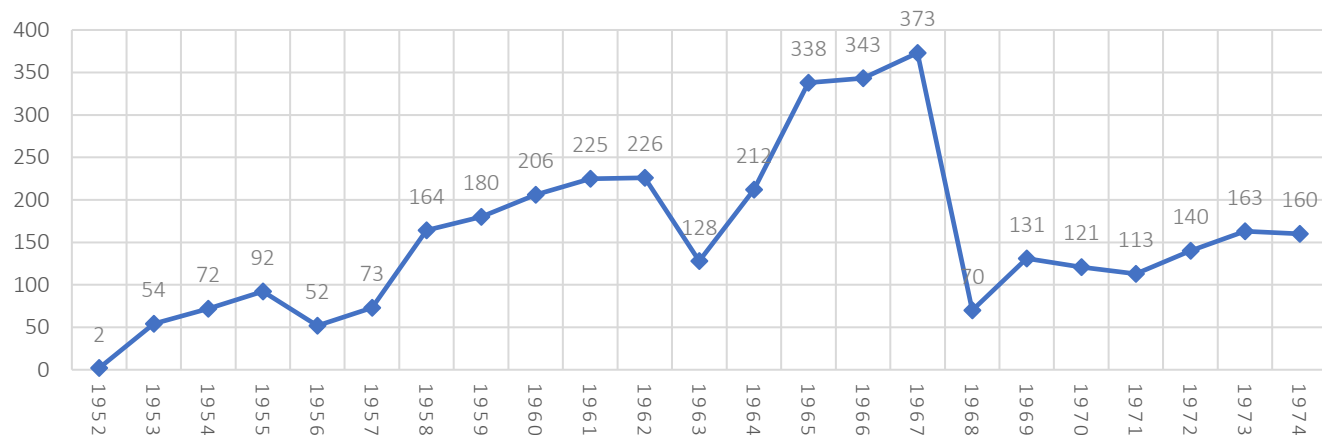
³⁵ “Durante as férias, destinávamos uma verba para, digamos, a Universidade Federal de Pernambuco, classificada como epicentro, e Paraíba, Sergipe e Alagoas podiam enviar seus professores. A CAPES contratava professores do Centro-Sul, que para lá iam, com o objetivo de dar esses cursos de atualização. Toda a nossa preocupação era com uma ênfase maior no efeito multiplicador, utilizando recursos disponíveis para abranger, cada vez mais, aqueles que não tinham possibilidade de fazer um mestrado; então, faziam os cursos de atualização.” (GONÇALVES, 2002, p. 51).

gestor mostrava contrariedade com financiamento de bolsas a nordestinos fora do país, argumentando que frente à baixa qualificação na região, dever-se-ia priorizar a circulação destes ao sudeste.

Já na minha gestão, o Conselho Deliberativo pretendeu dar certa preferência a universidades do Nordeste. Eu era contra e expus meu pensamento ao Conselho: "Não sei se os candidatos de lá já estão qualificados, por exemplo, para receber uma bolsa no estrangeiro." Sempre considerei que era melhor um nordestino ir para São Paulo do que para o exterior. Claro, pode haver um gênio lá, mas em média o Nordeste estava ainda um pouco longe da pós-graduação; valia mais fazer uma especialização em São Paulo ou no Rio do que ir para o exterior. (LEITE, 2002, p. 64).

No que diz respeito à formação em pós-graduação no exterior, objeto desta tese, observa-se que do período que vai da fundação da CAPES em 1951 até meados de 1973, a instituição passa por dois momentos em se tratando de sua força institucional e capacidade de promover formação. É possível notar que de 1951 até 1967 o organismo passa por um processo gradual de incrementação institucional e de suas fontes de recursos, que ainda que fossem poucas, necessitando de arranjos e acordos com instituições como BID e Ford, foram capazes de iniciar um processo de crescimento paulatino na quantidade de bolsas. Em se tratando da quantidade de bolsas para estudos de pós-graduação no exterior, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, a instituição passou de um número de 54 bolsas em 1953 para 373 em 1967, etapa contínua, porém lenta, de crescimento na quantidade de oferta. Com o endurecimento do regime militar pela edição do AI-5 nota-se que a instituição sofre um impacto severo na sua capacidade de garantir as bolsas para estudos fora do país. O gráfico 1 abaixo mostra a queda para 70 bolsas no ano de 1968, processo que é seguido de um platô, contínuo, de cifras abaixo de padrões alcançados em anos anteriores. O perfil observado nesse segundo momento se mantém até o ano de 1974, chegando a 160 bolsas, e coincide com o final da gestão de Celso Barroso Leite sobre o organismo.

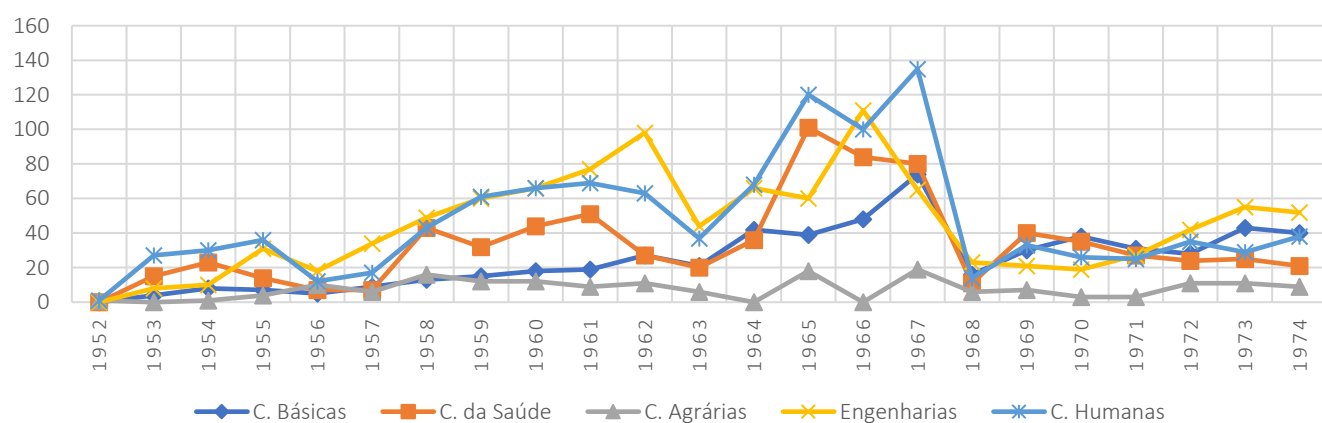
GRÁFICO 1 - Bolsas de Pós-Graduação no Exterior: CAPES (1952-1974)



Fonte: Relatórios de Atividades Capes (1952-1974)

Pode-se observar, também, com foco sobre a quantidade de bolsas entre as áreas do conhecimento, que as ciências humanas ocupavam uma posição de destaque durante a primeira fase do período em questão, condição que também se fará presente na fase após 1974, como poderá ser observado posteriormente. Contudo, o intervalo entre 1968 e 1974 marca a diminuição da parcela de bolsas em ciências humanas para estudos no exterior em relação às outras áreas do conhecimento, com aumento da proporção alcançada pelas Ciências Básicas, Ciências da Saúde e Engenharias. Nota-se que a instituição, durante esse intervalo, foi o principal provisor brasileiro de financiamento para formação no exterior em ciências humanas e sociais, dado que o CNPq, durante o período, destinou a maior parte do número de bolsas para as áreas exatas.

GRÁFICO 2 - Bolsas de Pós-graduação no Exterior por Área: CAPES (1952-1974)



Fonte: Relatórios de Atividades Capes (1952-1974)

Os relatórios de Atividades da CAPES até o ano de 1974, quando as submissões para bolsas eram feitas individualmente, permitem observar, também, o país de destino dos estudantes de ciências sociais e humanidades que realizaram estudos de pós-graduação no exterior com financiamento da agência. Conforme apresenta a TABELA 3 a seguir, é notória a predominância dos Estados Unidos como principal receptor, alcançando a marca de 62% do total de casos, com 360 ingressantes. Também na liderança, encontra-se França, com 19% do total e Reino Unido com 17%. Os outros países não conseguem ultrapassar a barreira dos 3%. Vale destacar a presença do México e Chile acima da Alemanha, ainda que este país tenha uma considerável influência na contribuição do campo teórico das ciências sociais e humanidades no Brasil. Distribuídos por região, a América do Norte predomina com 52% do total, seguida da Europa com 40%. A América Latina, com a retirada do Brasil, alcança apenas 3,5% do total de estudantes, ao passo que Ásia pontua com 0,8% e Oceania com 0,1%. Nenhum estudante brasileiro, financiado pela CAPES, realizou curso de pós-graduação em um país africano durante o intervalo analisado.

TABELA 3 - País de Destino dos Estudantes de Ciências Sociais e Humanas financiados pela CAPES em Cursos de Pós Graduação no Exterior (1964-1974) ³⁶		
PAÍS	TOTAL	PORCENTAGEM (%)
Estados Unidos	360	61.02%
França	113	19.18%
Reino-Unido	104	17.64%
Bélgica	16	2.71%
Itália	11	1.87%
Portugal	11	1.87%
Canadá	9	1.53%
México	9	1.53%
Chile	8	1.36%
Espanha	8	1.36%
Alemanha	6	1.02%
Japão	6	1.02%
Suíça	5	0.85%
Argentina	4	0.68%
Vários Europa	2	0.34%
Israel	2	0.34%
Peru	2	0.34%
Suécia	2	0.34%
Austrália, Áustria, Costa Rica, Grécia, Holanda, Portugal-Suécia, Venezuela	1	0.17%

³⁶ Estes dados não levam em consideração os anos de 1966 e 1970. No ano de 1966 o relatório da CAPES não informa os países de destino dos estudantes e em 1970 o Relatório de Atividades não foi disponibilizado para acesso público.

É elemento que vale consideração, ao observar o perfil dos dados sobre países de destino no período, a articulação da própria CAPES com representantes de alguns dessas nações na concessão de bolsas para pós-graduação. Foi possível notar nos Relatórios de Atividades da agência, mais especificamente a partir do ano de 1970, a presença de representantes da CAPES em comissões estrangeiras de seleção de candidatos a bolsas no exterior. Por exemplo, no ano de 1970 a CAPES é citada na Comissão Teuto-Brasileira do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, assim como uma Comissão com o Governo Francês e outra com o Governo Belga. No ano seguinte, 1971, é adicionada ao grupo a Comissão Fullbright, dos Estados Unidos, ao passo que em 1972, é mencionada a Agência Norueguesa para o Desenvolvimento Internacional (NORAD). Tais menções desaparecem a partir de 1974. Segundo entrevista com Suzana Gonçalves, Diretora Executiva de 1964 a 1966, a agência teria passado a participar dessas comissões após a experiência de convênio com a Fundação Ford³⁷. A pré-disposição da CAPES a estar em diálogo com comissões específicas de determinados países pode ajudar a explicar, em parte, a proeminência de algumas das nações em questão na liderança de destino dos estudantes de pós-graduação.

Por tudo que já relatei, podemos concluir que o grande percalço da CAPES eram seus recursos orçamentários, indiscutivelmente exíguos. Competia a mim disputar novas verbas. Acontece que com a reestruturação da agência, passamos a participar como membro do comitê de julgamento dos pedidos de bolsas à Fundação Ford. Depois passamos a fazer a mesma coisa para o Conselho Britânico, um organismo alemão, o DAAD, e um francês, o Cofecub (GONÇALVES, 2002, p. 50)

Como dito anteriormente, a proeminência Norte-Americana tem estreita relação com a Fundação Ford, seja enquanto entidade que articulou parceria direta com a CAPES para o envio de estudantes para os Estados Unidos, seja por todas as atividades realizadas pela instituição no

³⁷ É importante ressaltar que a Ford surge como um produto de um histórico longo de instituições filantrópicas norte-americanas, que datam o seu início ainda no final do século XIX. O trabalho de Festi (2018) destaca esse continuum de organizações, ao pontuar que ainda em meados de 1850, aparecem essas primeiras entidades, as quais baseavam sua atuação “em uma ideologia difusa de que a sociedade poderia ser aperfeiçoada com a utilização de uma parte das grandes riquezas para diminuir, por meio de ações racionais, os problemas e as desigualdades produzidas pelo capitalismo” (FESTI, 2018, p. 75). Essa ainda “difusa” ideologia seria caudilha da orientação protestante que punha o retorno social ao acúmulo de riqueza enquanto um elemento de conexão com o divino, influenciando milionários como John Rockefeller e Andrew Carnegie a criarem seus organismos filantrópicos. Contudo, não apenas essa orientação religiosa teve influência sobre a promoção de tais entidades, mas também, conforme Tournés (2011) a própria condenação da “imoralidade de seu enriquecimento excessivo e por sua indiferença aos problemas sociais engendrados por sua atividade industrial e seu desejo sem fim pelo lucro, os grandes industriais vão responder, à sua maneira, criando essas organizações destinadas a provar seu engajamento social” (TOURNÉS, 2011, p. 38-39). Essas primeiras instituições, das quais destacam-se a Fundação Carnegie (1906), Fundação Rockefeller (1913), e a Fundação Ford (1936), tinham então como objetivo atacar os condicionantes da miséria, sem, contudo, atingir diretamente os mais ricos em tal empreitada. Entre os principais produtos de sua atuação estão o investimento na qualificação de pessoal, principalmente por meio de bolsas de intercâmbio, assistência técnica e trabalho, além de aporte financeiro à centros de investigação e programas de pesquisa (FESTI, 2018).

Brasil durante o período e que extrapolam o convênio com a agência. A Fundação Ford atuou com enorme protagonismo na formação de quadros das ciências sociais brasileiras a partir do fornecimento de bolsas de estudos no exterior e no financiamento de programas de pós-graduação brasileiros.

A atuação da Fundação Ford, assim como as outras organizações aqui tratadas, é produto direto da ebulição da Guerra-Fria, que teve como uma de suas características as ações dos Estados Unidos na busca por hegemonia política e econômica no Ocidente. A fundação tinha o papel de operar na promoção dos interesses norte-americanos na difusão do “americanismo”, a partir da promoção da cultura e valores estadunidenses, os quais funcionariam como mecanismos de política externa ao aproximar países que estavam no raio de atuação dos EUA durante o período (FESTI, 2018). Esse processo já vinha ocorrendo desde a eclosão da segunda guerra mundial, tendo importantes impactos na “americanização” do Brasil, como apontado por Tota (2000), pela introdução da música, costumes, livros, revistas e principalmente o cinema americano. Mas o período da guerra fria introduz um outro contexto, em que o medo da penetração soviética na América Latina se torna ainda mais constante para os norte-americanos, dada a eclosão da revolução cubana em 1959 (MORITZ; STARLING, 2015; SKIDMORE, 2015). Isto fez com que os Estados Unidos redobrassem suas ações no meio latino-americano, tendo o Brasil enquanto país fundamental para a agenda geopolítica do eixo capitalista. A criação da Aliança para o Progresso em 1961, programa em complemento alinhamento com as ações da Fundação Ford, está próximo ao impulso dos EUA em promover gastos que ajudassem a alavancar o desenvolvimento da América Latina de forma a mantê-la sobre seu raio de atuação e domínio³⁸ (CANÊDO, 2018; FESTI, 2018; MICELI, 1989).

O trabalho da Fundação Ford no Brasil, assim como em outras regiões do mundo, será marcado por uma concepção baseada na funcionalidade das ciências sociais, a aplicabilidade destas para a gestão racional das mudanças sociais. A produção de Miceli (1995; 1993) expressa a concepção que o empreendimento tinha a respeito das potencialidades deste campo de estudos no país, que ao passo que se tornasse desenvolvido, conseguiria contribuir na promoção do desenvolvimento econômico, da competência gerencial e do avanço tecnológico do país. Essa

³⁸ “Quase tudo parecia contribuir para aquele clima de otimismo e esperança, propiciando lastro factual e credibilidade às chamadas “teorias desenvolvimentistas tão em voga nessa época nos Estados Unidos. A exemplo de outros diagnósticos pretensamente onipotentes, mas na verdade singelos, essas teorias haviam convertido a história da humanidade numa linha contínua de progresso, tornando o acesso à condição desenvolvida mera questão de suprimento de competência técnica, recursos e motivação. Foi nesse cenário que surgiram a Agência Interacional para o Desenvolvimento (AID), o Peace Corps e a Aliança para o Progresso.” (MICELI, 1995, p. 343).

agenda tomava, conseqüentemente, “as Ciências Sociais quase exclusivamente segundo uma ótica instrumental, buscando uma ligação automática entre os seus resultados e a imediata formulação de políticas governamentais” (MICELI, 1995, p. 350). A lógica de instrumentalidade aplicada às ciências sociais estava atada à concepção destas enquanto um poderoso instrumento de “engenharia social” capaz de promover a reforma da sociedade e o fortalecimento das instituições da democracia liberal. (MICELI; SMITH, 1993)

Imbuído por esse espírito, é criado o escritório da Fundação Ford na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1962, o primeiro passo daquela que viria a se tornar a principal fonte de financiamento privado das ciências sociais brasileiros das décadas de 1960 e 1970. É importante ressaltar que antes, ainda em processo de introdução dos trabalhos da instituição, foi realizada em 1959 uma visita de experts da fundação para mapeamento do lócus de atuação da atuação da entidade, a qual é diretamente perpassada pelo discurso acerca das ausências de infraestruturas prementes da sociedade brasileira, entre as quais se destacam o problema da pobreza, das favelas, da escolaridade e da corrupção da política. Nota-se assim o quanto o discurso acerca do subdesenvolvimento do Brasil perpassa o discurso da atuação dos técnicos que vieram para a instalação do escritório. Ademais, serve de justificativa, no relatório por eles escritos à central norte-americana, para alertar a necessidade de incorporação da instituição em um solo fértil para a atividade comunista devido às suas fragilidades.

A leitura do relatório dessa visita é instrutiva tanto a respeito dos valores e expectativas de intelectuais sofisticados da época diante das diferenças impostas pelo “subdesenvolvimento”, como acerca da penúria intelectual, material e institucional, em que se encontravam as instituições de ensino e pesquisa locais. Logo nos parágrafos de abertura registram o fascínio exercido pelas belezas do Rio de Janeiro contratadas à “pobreza chocante” das favelas nos morros, ao que se segue a identificação das regiões visitadas por conta de sua principal atividade econômica. Aos indicadores econômicos de praxe, quase todos convergindo no sentido de um cenário otimista, seguem-se longas referências às disparidades regionais (em especial, ao Nordeste), e as carências na infraestrutura física (transportes) e humana (educação), na administração pública (clientelismo e corrupção), concluindo-se o retrato com a menção aos 12% de inflação anual, que entre outros efeitos estaria produzindo um “terreno fértil para a atividade comunista”, sobretudo nas partes mais pobres do país (MICELI; SMITH, 1993, p. 38).

Nesta toada, com a implementação da instituição no Brasil, a fundação Ford acabou por contribuir como um dos mais importantes atores na institucionalização das ciências sociais no país em um período em que o investimento estatal em ciência e tecnologia caminhava a passos lentos. As ciências sociais brasileiras foram as que mais receberam aporte financeiro da entidade norte-americana em todo o território externo aos Estados Unidos, tendo entre seus beneficiados uma série de instituições educacionais e centros de pós-graduação brasileiras.

Entre as mais importantes no campo da sociologia e áreas afins podemos citar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que recebeu US\$ 2.216.003; o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) com US\$ 1.487.434; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), US\$ 1.347.032; o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, US\$ 1.336.38; o Departamento de Ciência Política da UFMG, US\$ 928.766; e o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES/UFPE), US\$ 644,439. Todo o valor investido pela Fundação Ford em instituições de ciências sociais no Brasil, entre 1962 e 1992, chega à cifra de US\$ 77.422.662.

A influência da formação norte-americana entre os bolsistas da Fundação Ford, além do investimento direto na construção institucional em ciências sociais no Brasil, teria deixado marcas no perfil da produção intelectual de alguns desses estabelecimentos. Ao se observar alguns dos saldos apresentados por lideranças dessas instituições, ao tratarem sobre o impacto e importância da agência americana sobre os organismos sob sua administração, é comum a menção à introdução de métodos e práticas de pesquisa mais “rigorosas” do ponto de vista científico, que se distanciariam do contexto de pesquisa do país até então. A influência da tradição empírica norte-americana teria acompanhado seja a formação dos pesquisadores financiados pela instituição, seja a abordagem intelectual trabalhada nos centros de pesquisa que receberam financiamento da fundação americana. Essas impressões podem ser exemplificadas nos comentários de Silke Weber sobre as marcas da influência da Ford na fundação do PIMES em Pernambuco e a descrição de Elisa Reis acerca da identidade conformada na primeira geração do IUPERJ.

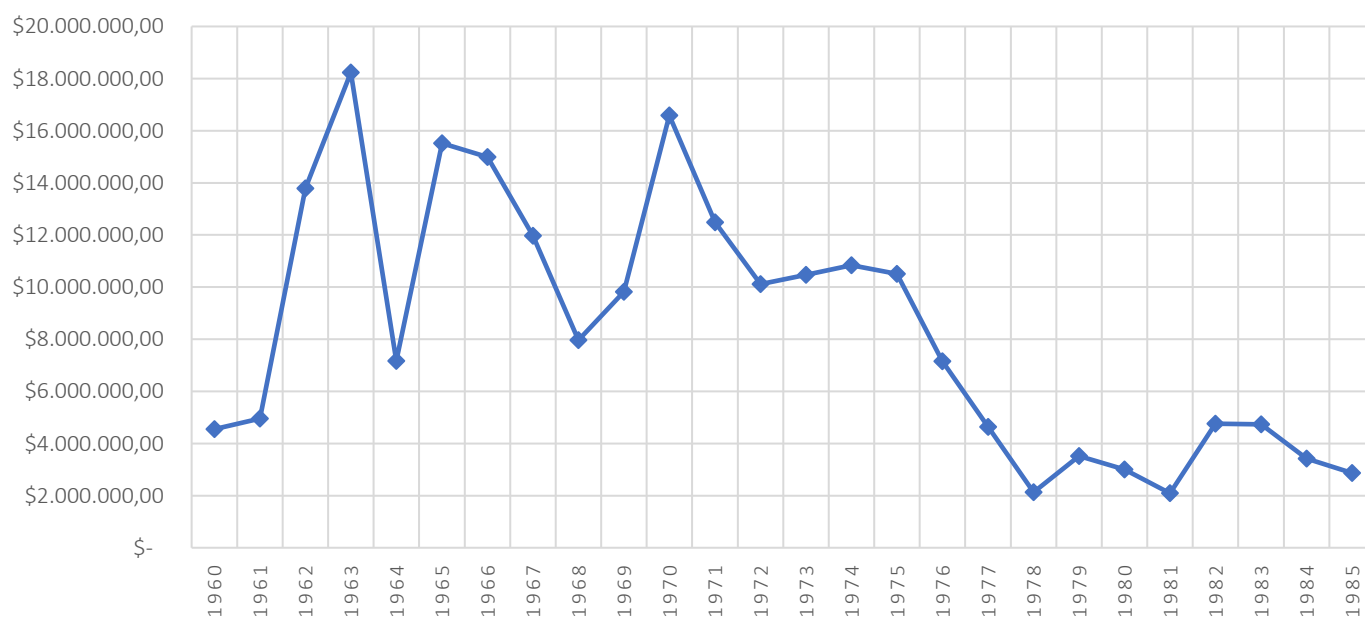
O impacto dessa íntima relação entre pesquisa e ensino foi notável: tratava-se de uma iniciativa inovadora, iniciativa que viria a concorrer para estabelecer e consolidar um *ethos* de pesquisa, rompendo assim com a tradição eminentemente ensaística das Ciências Sociais. Não insinuo aqui que antes não se pesquisava no Brasil. Seria ocioso lembrar aqui os vários trabalhos pioneiros que fazem parte do acervo das Ciências Sociais brasileiras, e seria absurdo ignorar a tradição paulista em pesquisa empírica. Mas, afirmo sim, o caráter pioneiro dos que contribuíram para esse acervo, e contraponho a isso a inauguração de um novo modelo, um novo paradigma, se quiser; um modelo que faz da pesquisa metódica e sistemática a rotina do cientista social. A valorização do empirismo era um corolário dessa nova postura. (REIS, 1993, p. 119)

A participação da Ford permitiu reforçar e consolidar a perspectiva científica da Sociologia e da Economia, que de forma incipiente começava a se desenvolver através de pesquisas que davam suporte à ação da SUDENE, seja na área educacional, de formação de recursos humanos, seja na área agrícola, seja na industrial, contrapondo-se à perspectiva bacharelesca ou especulativa que marcava, na época, a área de Ciências Sociais na UFPE. (SILKE WEBER,

1993, p. 149)

O aporte financeiro da Fundação Ford no Brasil acompanha o quadro geopolítico global, com ênfase à posição dos Estados Unidos sobre o suporte à ditadura brasileira e o processo de reabertura democrática. Conforme afirma Miceli (1995), a atuação da organização teve sua fase de maior ênfase entre 1962 e 1975, posto que “em meio aos sinais inequívocos da abertura tutelada pela gestão Geisel, foi ganhando espaço o prognóstico de que os principais mutuários tenderiam a depender cada vez menos do auxílio financeiro prestado pela Fundação Ford” (MICELI, 1995, p. 379). Essa percepção estava atrelada também à tentativa, paulatina, de desvinculamento do governo norte-americano da experiência autoritária brasileira, que ganhava manchetes no noticiário norte-americano³⁹, e mundial, pela violação contínua de direitos humanos e perseguição a opositores. Consequentemente, a mudança de quadro geopolítico, acompanhado do início da transição lenta e gradual para a democracia se materializou na redução dos aportes da fundação a partir da segunda metade da década de 1970. Conforme pode ser observado no gráfico 3 as dotações anuais da Fundação ao Brasil, que chegaram a girar acima de 10 milhões de dólares⁴⁰ na década de 1960 e primeira metade dos anos 1970, caem consideravelmente após 1976, rondando uma média de 3 milhões ao ano (BROOKE; WITOSHYNSKY, 2002).

GRÁFICO 3 - Doações anuais em Dólares ao Brasil: Fundação Ford (1960-1985)



Fonte: Gráfico produzido a partir de dados presentes no livro: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (Ed.). *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. Edusp, 2002.

A atuação da Fundação Ford no Brasil e sua relação com os interesses norte-americanos frente à ditadura brasileira é alvo de uma série de contradições que envolvem a ação estadunidense em combater o comunismo e influenciar a dimensão cultural das áreas que recebiam investimento, e o espaço de autonomia destinado aos pesquisadores envolvidos nos projetos da Ford. O trabalho de Miceli (1995) expõe em que medida os pesquisadores norte-americanos operaram no Brasil, na contramão dos interesses estadunidenses do ponto de vista geopolítico, ao passo que protegeram pesquisadores brasileiros perseguidos durante a ditadura e buscavam blindar as atividades intelectuais realizadas no Brasil das concepções autoritárias que caracterizaram a investida norte-americana no apoio a golpes na América Latina. Além disso, os Centros de Pesquisa criados pela Ford, como CEBRAP e IUPERJ, ocuparam um importante espaço de pesquisa autônoma e com menor submissão à ação direta da censura ditatorial⁴¹. Contudo, é importante ressaltar que o trabalho dos pesquisadores brasileiros não passou inalterado pelas tensões da época, já que, segundo Festi (2018), os pesquisadores brasileiros vinculados ao financiamento da Ford, ou de algumas organizações estatais que surgiram nas décadas de 1950 e 1960, buscavam atenuar o valor político do trabalho sociológico a partir de uma “neutralização” da linguagem, de forma a garantir os meios de financiamento ao mesmo.

O fato é que a relação entre as intenções do financiador e os resultados das pesquisas não é mecânica e direta. É claro que as agências de créditos podem definir quais áreas, tipos e temas vão ajudar a se desenvolver. Nos casos em que são as principais ou únicas fontes de recursos, elas têm o poder de excluir determinados grupos. No entanto, também é verdade que, sabendo dessa estratégia, muitos pesquisadores se aproveitaram dos financiamentos para produzir suas pesquisas mantendo certa autonomia, pois, em muitos casos, elas eram a única forma de obter alguma ajuda financeira. Foi nos anos 1950 e 1960, com o surgimento das agências estatais de fomento às pesquisas e com a maior presença das fundações filantrópicas norte-americanas que as ciências sociais passaram a se preocupar em construir uma linguagem acadêmica que pudesse apresentar uma suposta neutralidade frente ao objeto, escamoteando, assim, as intenções políticas de uma das gerações de intelectuais acadêmicos mais politizada de nossa história. (FESTI, 2018, p. 76)

⁴¹ “De qualquer modo, porém, o endurecimento do regime militar em 1969, com a cassação dos direitos políticos de professores universitários, atingindo destacadamente as Ciências Sociais, tornou patente a necessidade de serem constituídas formas institucionais alternativas para a pesquisa. No Brasil, a experiência pioneira foi a do CEBRAP, seguida depois de alguns anos pela de outros centros, como o CEDEC, o IDESP, etc. O apoio da Ford a esses centros independentes (ao CEBRAP desde o início) significou seguramente um reforço fundamental à pesquisa social no Brasil, evitando em muitos casos que algumas das melhores expressões da Ciência Social Brasileira fossem para universidades estrangeiras. Isto ocorreu, mas teria ocorrido em maior escala não fosse a criação desses centros. Creio que o prejuízo à formação de novos professores e pesquisadores nas Ciências Sociais – mormente num momento em que as turmas de pós-graduação se avolumavam – teria sido apreciável, não fosse a criação desses centros independentes.” (BRANDÃO LOPES, 1993, p. 159).

3.3 – Expansão: Fortalecimento institucional e milagre econômico

A segunda metade da década de 1970 inaugura um novo período na história institucional das estruturas de ciência e tecnologia e no sistema de pós-graduação brasileiro. Observa-se uma fase nunca antes experienciada de expansão da capacidade de ação de agências como CAPES e CNPq, processo que terá impacto direto sobre o padrão da circulação internacional de cientistas do país, principalmente em se tratando da promoção à formação em nível de pós-graduação. Essas transformações estão diretamente articuladas ao direcionamento estratégico dos planos nacionais de desenvolvimento que passam a vigorar no período e encaminham um novo padrão de ação das estruturas do governo.

Ainda antes da fase de expansão, a criação do Programa Estratégico de Desenvolvimento – (PED), relativo ao triênio 1968-1970, produzido no interior da administração de Delfim Neto como ministro da fazenda e Hélio Beltrão, ministro do planejamento, já dava um primeiro pontapé da inserção da política de ciência e tecnologia no interior de um programa de desenvolvimento do Estado. Conforme afirma De Barros (1998), o PED 1968-1970, marcado pelo viés desenvolvimentista e interessado em ativar o crescimento a partir do investimento em áreas estratégicas, aborda o tema via incentivo ao conhecimento dos recursos naturais e solução de problemas tecnológicos específicos de diversos setores, amparo ao desenvolvimento da tecnologia brasileira e acompanhamento do estado da produção em ciência e tecnologia ao redor do mundo. Tais princípios estavam atrelados à posição de que a política de substituição de importações não seria empecilho ao desenvolvimento nacional, necessitando de estar articulada à substituição também de tecnologia. Para a consolidação dos objetivos propostos, o PED propõe uma série de ações, entre as quais se destacam a tarefa de coordenação, formulação e execução, por parte do CNPq, da política de ciência e tecnologia do país, atividade mediada com o Ministério do Planejamento e a Coordenação Geral; a previsão de elaboração do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT); além do fortalecimento de instituições de pesquisa e incentivo à formação de recursos humanos na área científica. Esses princípios dependiam, conseqüentemente, do fortalecimento das instituições de promoção da ciência, contando, portanto, com a demanda de incremento nos meios financeiros das atividades do CNPq, do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento (BNE) e o desenho da Fundação Nacional de Desenvolvimento Tecnológico que garantisse a provisão de fundos ao setor.

As ações previstas no PED 1968-1970 somente se desenvolveram, com maior concretude, nos anos seguintes de sua aprovação, a partir de estruturas que seguiam a linha de aliar estratégia de desenvolvimento e ciência e tecnologia. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) vem a ser criado em 1969 e o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) em 1973. O plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, relativo ao triênio 1970-1973, também trazia como objetivos o desenvolvimento desse campo de atuação, interessando-se pela promoção de uma “revolução na educação” além de acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico e aumento da capacidade de competição da indústria nacional.

Logo em seguida é aprovado o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972/1974). Este documento, produzido no interior da gestão de Médici, tinha por objetivos gerais colocar o Brasil no patamar de “nação desenvolvida”, além de desejar dobrar a renda *per capita* e alcançar índices de crescimento em torno de 8% e 10% ao ano. Para mais, no que tange à ciência e tecnologia, o plano reforçava a necessidade de robustecer a capacidade competitiva da indústria nacional a partir da redução da necessidade de importação tecnológica e promoção da autonomia produtiva no país, o que impunha uma agenda de concentração de esforços da pesquisa em áreas prioritárias. Contudo, apesar dessas linhas de interesse, o plano teve um enfoque majoritariamente economicista, sem desenhar com profundidade uma política de ciência e tecnologia. Além disso, a agenda econômica realmente implementada durante a vigência do plano em muito se distanciou do caráter autonomista da indústria, de modo que a importação de bens em ciência e tecnologia acabou dominando a política industrial. Consequentemente, no período em questão a área de ciência e tecnologia passa por um período de hiato na sua articulação direta com o desenho geral dos planos de desenvolvimento do Estado (DE BARROS, 1998).

Contudo, a associação entre as duas variáveis virá, finalmente, a se aprofundar a partir do II PND (1975-1979), já no governo Geisel. Diferentemente do plano anterior, este se caracterizará por uma maior articulação entre política nacional de desenvolvimento e a ciência e tecnologia. O documento é produzido em meio a um cenário de aprofundamento de crise econômica global devido à política de preços do petróleo imposta pelos produtores árabes. A crise no campo da energia e as mudanças no cenário geopolítico global, com a maior aproximação dos EUA de países como União Soviética e China, é o contexto a partir do qual o Estado brasileiro desenhará a nova estratégia de desenvolvimento. Entre os objetivos gerais do plano estava o desejo em prosseguir com as taxas de crescimento experienciadas até o

momento, conter as pressões inflacionárias, equilibrar a balança de pagamentos, promover a distribuição de renda e garantir o desenvolvimento com manutenção da qualidade de vida (SKIDMORE, 1989). Na área de ciência e tecnologia a questão da energia é apontada como uma das prioridades, expressando-se no interesse em aprofundar a pesquisa em energia nuclear, fontes não convencionais de energia etc. Além disso, o projeto abarcava o interesse, já manifestado em planos anteriores, de transferência tecnológica e desenvolvimento de fontes de autonomia no campo industrial, com foco em indústria tecnológica, bens de capital, química, petroquímica, siderurgia, metalurgia e aeronáutica. O plano reforça também a necessidade das empresas, nacionais e estrangeiras, em promover pesquisa em ciência e tecnologia, além de aprofundar o avanço da tecnologia no setor agropecuário (DE BARROS, 1998).

Sob o guarda-chuva do II PND (1975-1979) uma série de medidas concretas foram tomadas também no campo da ciência e tecnologia, entre as quais se destacam: a mudança do CNPq para a condição de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no papel de coordenador da política de CeT nacional; a promoção de maior atuação das empresas privadas e governamentais na produção de tecnologia e inovação; a criação e execução do Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG – 1975/1978), que aprofundou no meio universitário a atividade de pesquisa científica; além da expansão na qualidade de meios de trabalho de pesquisadores e incremento em programas internacionais de cooperação no campo científico e técnico. A convergência que se observará entre a nova política de desenvolvimento nacional e a agenda em ciência e tecnologia se dá a partir da atuação enfática da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), sob a gestão do ministro João Paulo dos Reis Veloso, o qual, receptivo à questão da ciência e tecnologia, agiu de forma a abarcar as reivindicações da área no interior das ações do Estado (CLOSS, 2002; DE BARROS, 1998).

Dessa série de medidas, a mais importante para as mudanças que ocorrerão no sistema de pós-graduação brasileiro é o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG – 1975/1978). O documento foi produzido no interior do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPq), organismo criado em 1973, de caráter interministerial, presidido pelo ministério da educação, tendo como vice-presidente o ministro do planejamento e contando com os presidentes da FINEP, CNPq e BNDE, além de reitores de universidades federais. Esse fórum colegiado veio substituir os Centros Regionais de Pós-Graduação, estruturas que não teriam alcançado bons resultados enquanto espaços de formação em nível superior para universidades. O CNPq foi um importante organismo de promoção da articulação entre as diferentes instâncias que orbitavam o sistema de ensino superior e de ciência e tecnologia, o que garantiu um plano de

pós-graduação abrangente e legitimado por várias estruturas competentes na área. É importante pontuar, contudo, que apesar dos Centros Regionais de Pós-Graduação não terem produzidos grandes resultados, o I PNPG nasce a partir dos trabalhos de uma dessas estruturas que alcançou maior destaque, a saber, o Centro Regional de Pós-Graduação do Rio Grande do Sul. A primeira versão do I PNPG é produto dos trabalhos de pesquisadores e professores que compunham o centro, contando também com a contribuição de docentes de outras universidades do país e especialistas norte-americanos. Para a realização dos trabalhos o grupo contou com financiamento do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) do MEC, da Universidade do Rio Grande do Sul e da USAID (DE BARROS, 1998).

O I PNPG é um documento amplo, e parte de um diagnóstico da situação da pós-graduação no Brasil naquele momento, pontuando os pontos de estrangulamento do sistema e apontando as diretrizes e instrumentos associados aos objetivos que visavam o cumprimento de uma série de metas. Primeiramente, vale afirmar o cenário encontrado pelo grupo de trabalho: um total de 195 cursos de mestrado e 68 de doutorado; 3.500 mestres e 500 doutores titulados até o ano de 1973; e um total de 50 instituições de ensino superior, das quais 25 eram federais. Esse cenário era perpassado por uma série de desafios, entre eles a baixa articulação entre o perfil das atividades realizados nas instituições, consubstanciada em uma liderança frouxa dos órgãos diretores da política educacional e científica, processo paralelo a um sistema de financiamento com fontes desconectadas e atomizadas, o que impedia a sustentabilidade de programas de pesquisa e financiamento de estudos. O plano, conseqüentemente, visava responder a essas fragilidades institucionais, com o interesse em garantir meios de estabilidade no campo financeiro, institucional e administrativo, promover melhor desempenho e eficiência na qualidade dos cursos, descongestionar áreas pouco estratégicas e, principalmente, reduzir a desigualdade regional do sistema de pós-graduação que acabava por fomentar uma migração forçada para os estados do sudeste entre os interessados em realizar cursos de pós-graduação.

A partir da estabilização financeira dos programas, ampliação de novos cursos e universidades, expansão da concessão de bolsas de estudo e promoção de programas de capacitação docente, o I PNPG buscava cumprir com uma série de metas, entre as quais estavam: formar, até o final de 1979, um total de 16.800 mestres e 1.400 doutores, além de aumentar a quantidade de vagas nos programas de pós-graduação de 7.000 para 11.700 no mestrado e de 500 para 1.200 no doutorado. No caso da realização de cursos no exterior, o plano tinha como meta enviar em torno de 1.400 estudantes de pós-graduação para fora do país. Conforme pode ser observado no gráfico 4 a quantidade de cursos de pós-graduação no Brasil passou por um contínuo e gradual aumento, entre o ano de 1976 e 1985. Nota-se que no ano de partida da série, existiam um total de 761 cursos de pós-graduação no Brasil, sendo 561 mestrados e 200 doutorados, números que evoluíram para 1.116 cursos ao final da série, sendo 820 mestrados e 346 doutorados. Observando a taxa de crescimento, pode-se afirmar que a quantidade de cursos de pós-graduação cresceu 56%, ao passo que os cursos de mestrado evoluíram em 46% e os cursos de doutorado cresceram numa taxa de 73%.

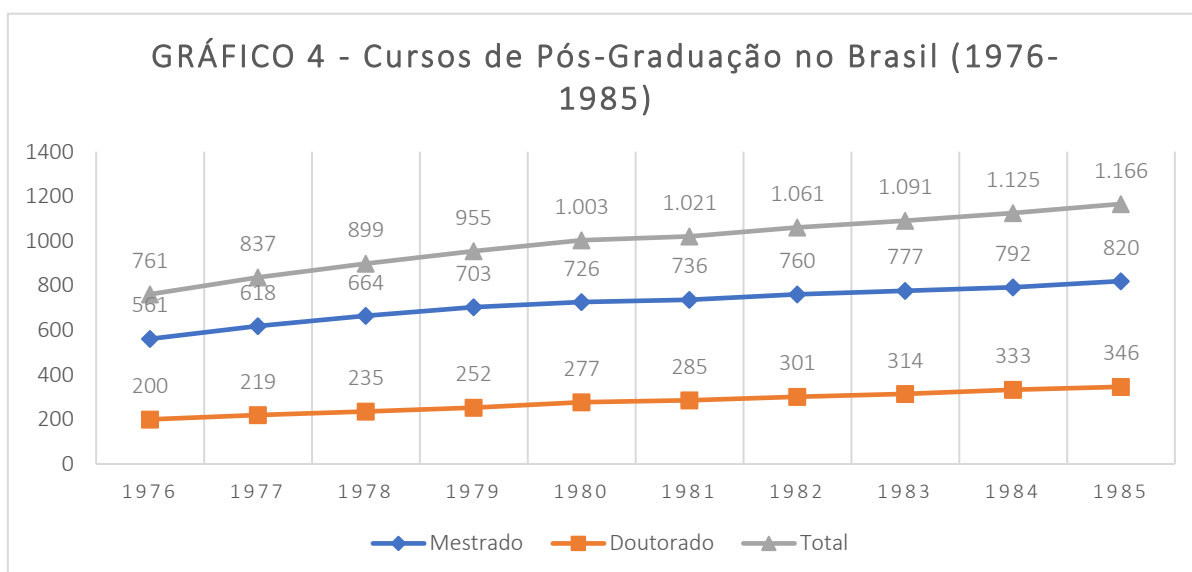


Gráfico produzido a partir de dados presentes no livro: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV. 2002.

O mesmo processo de aumento no número de cursos de pós-graduação também pode ser observado no caso dos cursos de ciências sociais e humanas. De acordo com a série expressa no gráfico 5, os cursos de pós-graduação nessas áreas subiram de 128 no ano de 1974 para 254 em 1985, um crescimento de 98%. Os cursos de mestrado evoluíram de 102 para 185, aumento de 81%, ao passo que os cursos de doutorado evoluíram de 26 para 69, crescimento de 165% no intervalo expresso. Esses dados permitem perceber que os cursos de pós-graduação em ciências sociais e humanas cresceram numa taxa mais alta do que o total de programas do país,

somadas todas as áreas. Ademais, os cursos de doutorado representaram as maiores taxas de crescimento, com aumento maior no caso das ciências sociais e humanas, expressando os resultados do esforço de expansão do sistema de pós-graduação nacional.

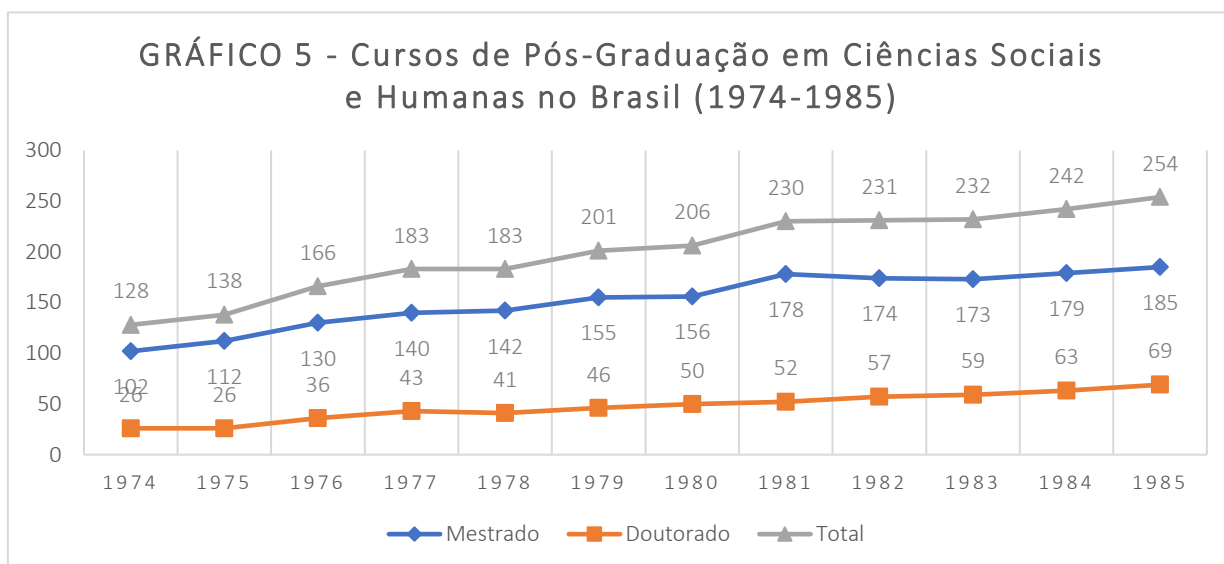


Gráfico produzido a partir de dados presentes no livro: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV. 2002.

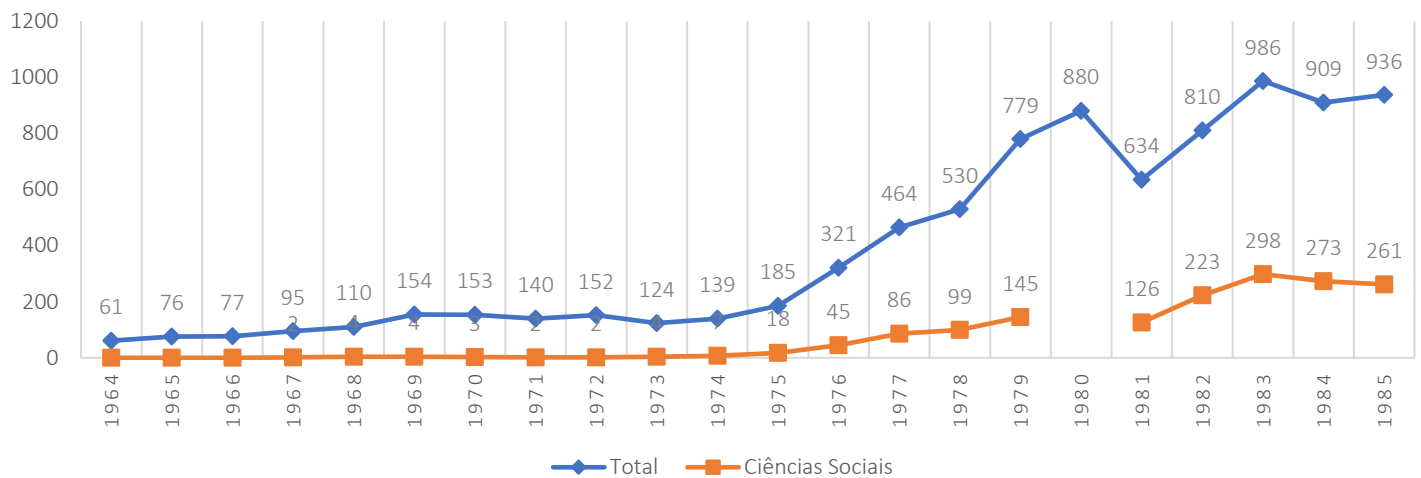
É importante mencionar que a expansão e fortalecimento das estruturas de pós-graduação no Brasil durante a segunda metade da década de 1970 também é caudilha de uma mudança no perfil das elites militares que lideravam a ditadura no país. Segundo Forjaz (1988), ao passo que o intervalo de 1969 a 1974 foi um período de controle do regime pela chamada “linha dura”, com ações voltadas principalmente para a esfera do controle, segurança e levantamento de informações, o processo de reabertura com Geisel trouxe um novo perfil de elite militar ao poder. Os chamados “sobornistas”, militares brasileiros majoritariamente formados na Universidade de Sorbonne, na França, lideraram os altos esquadrões do governo a partir de 1974, de modo que o perfil mais intelectualizado e afeito aos interesses de modernização via investimento científico e tecnológico, associado à maior consonância de posições com a comunidade científica e os seus interesses, contribuiu em muito à promoção das demandas na área.

Enquanto as estruturas de ciência e tecnologia, além do sistema de ensino superior, são alvos da política de crescimento e fortalecimento deste período, as agências de fomento passam por uma fase de expansão, autonomia e aumento da capacidade de fomento. O CNPq, por meio da lei 6.129 de novembro de 1974, deixou de se chamar “Conselho Nacional de Pesquisas” para ser nomeado como “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”,

processo que não se deteve a uma simples mudança de nomenclatura, mas veio acompanhado da mudança no caráter jurídico da instituição, deixando de ser uma autarquia da Presidência da República, para ser uma fundação de direito privado com vínculo à Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Além disso, uma série de outras mudanças passam a ocorrer no órgão, como sua mudança para Brasília, que permite à instituição ocupar um espaço mais abrangente em território nacional, desconcentrando recursos do Rio de Janeiro, como vinha ocorrendo anteriormente, e a criação da Superintendência de Desenvolvimento Científico no interior do organismo, estrutura que serviu como um dos principais meios internos de fortalecimento do poder das humanidades e ciências sociais no CNPq. Também com centralidade no processo de expansão da estrutura e aprofundamento do poder das ciências sociais está a criação dos Comitês Assessores (CAs) em 1976, os quais tinham a função de avaliar os projetos de pesquisa submetidos ao órgão. Durante a segunda fase da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, a quantidade de comitês assessores cresceu no interior do CNPq e as humanidades foram ocupando cada vez mais espaço, partindo de 2 CAs para seis em 1985 (FORJAZ, 1988).

O fortalecimento das ciências sociais e humanas no interior do CNPq contribuiu para o crescimento da quantidade de estudantes destas áreas com financiamento para a realização de cursos de pós-graduação no exterior. Ao passo que estiveram ausentes no quadro de concessão de bolsas da instituição até o ano de 1967, ocupando uma parcela consideravelmente pequena do total de auxílios no total de financiamentos para pós-graduação no exterior da agência brasileira, a partir da segunda metade da década de 1970, conseguiram crescer consideravelmente em número de bolsas recebidas. Como pode-se observar no gráfico abaixo, o número geral de bolsas para realização de mestrados, doutorados e pós-doutorados no exterior pagas pelo CNPq, oscilou de 139 em 1974 para 936 no ano de 1985, um crescimento de 573%, à medida que entre as bolsas para a áreas de Ciências Sociais e Humanidades os valores cresceram de sete para 261, um aumento bastante expressivo de 3.228%

GRÁFICO 6 - Bolsas de Pós-Graduação no Exterior CNPq: Geral x Ciências Sociais e Humanas (1964-1985)



Fonte: Relatórios de Atividades CNPq (1964-1985)

A fase de maior autonomização e fortalecimento do sistema de ciência e tecnologia, que se processa na formação de recursos humanos partir da edição do I PNPG, tem na CAPES a instituição de maior protagonismo, o que se deve à promoção desta como a principal instituição de fomento na área de ciências sociais e humanas no país. Esse período é marcado pela gestão de Darcy Closs como diretor executivo do organismo, posição no qual permaneceu de 1974 a 1979. Uma das ações de maior importância para a institucionalização do sistema de pós-graduação brasileiro durante o mandato do diretor foi a criação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD). A iniciativa teve um papel de extrema relevância ao induzir os programas a criarem Pró-Reitorias de Pós-Graduação, que auxiliavam no processo de interlocução entre a agência e as universidades, além de deixar a CAPES ciente das necessidades de capacitação docente de cada programa, permitindo o melhor direcionamento de recursos para as necessidades de cada instituição⁴². Além disso, a agência pôs fim ao modelo de distribuição individual de bolsas, substituindo-o por repasses diretos às instituições, e

⁴² “Grande ênfase nessa fase inicial foi dada à implantação do Programa Institucional de Capacitação Docente, o PICD, que induzia as universidades a planejar as respectivas necessidades de capacitação do corpo docente. De outro lado, as instituições que quisessem participar da distribuição de cotas de bolsas foram induzidas a criar uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pois a CAPES precisava ter interlocutores nas universidades. Hoje, avaliando retrospectivamente, creio que o PICD foi, talvez, a mola mestra de tudo, porque obrigava as universidades a instituir uma Pró-Reitoria, responsável pelo planejamento de demonstrar à CAPES quais eram as áreas academicamente fortes e fracas, em quais pretendia concentrar seus esforços de investimento e para quais universidades pretendia enviar seus professores para fazer mestrado e doutorado. Para as instituições públicas da época o PICD foi fundamental para a implantação e consolidação da pós-graduação.” (DARCY CLOSS, CAPES 50 ANOS, PG 74)

atacando, conseqüentemente, o problema da distribuição pulverizada de investimentos nas universidades.

Durante o processo de implementação do I PNPG a CAPES traçou uma estratégia bastante clara de direcionamento de sua prioridade de institucionalização de cursos de mestrado no país, priorizando as bolsas para o exterior apenas em formação em nível de doutorado. Nesse sentido, houve uma considerável ampliação de cursos de mestrado no país e o financiamento para a realização destes no estrangeiro passou a cair com o tempo, chegando a ocupar uma posição bastante irrisória do perfil total das bolsas concedidas pela instituição. É também durante a gestão de Darcy Closs que a CAPES cria a modalidade de bolsa “doutorado sanduíche”. A decisão por desenhar esse perfil de financiamento devia-se ao fato de que a realização de doutorado pleno no exterior, uma vez que expunha o estudante a um período bastante longo de estudos fora do país, acabaria por distanciá-lo demasiadamente da realidade local brasileira, processo que também viria acompanhado com a realização de pesquisas que não estariam necessariamente atinadas com questões de interesse local. A modalidade mais curta de permanência no exterior, permitira, então, mitigar os efeitos desse distanciamento e aproximar as atividades intelectuais do pesquisador a objetos e interesses nacionais⁴³. É importante frisar que no período em questão o doutorado sanduíche ocupava uma cifra ainda pequena frente a outras modalidades de bolsas no exterior, processo que, contudo, foi sendo paulatinamente modificado a ponto de este ser a principal forma de financiamento de estudantes fora do país a partir dos anos 2000.

A capacidade de expansão observada neste período foi produto de uma articulação de atores que ultrapassavam a própria CAPES e se coadunavam com membros da Secretaria de Planejamento e a FINEP. A atuação do ministro da Educação, Nei Braga, em conjunto com Reis Veloso da Secretaria de Planejamento, no interior do Conselho Nacional de Pós-Graduação, teria ocupado importante papel no alinhamento de interesses necessários ao fortalecimento do sistema de pós-graduação nacional. Conforme já informado no trabalho de Barros (1998) e entrevista de Closs (2002), a afeição de Veloso pela importância da agenda de

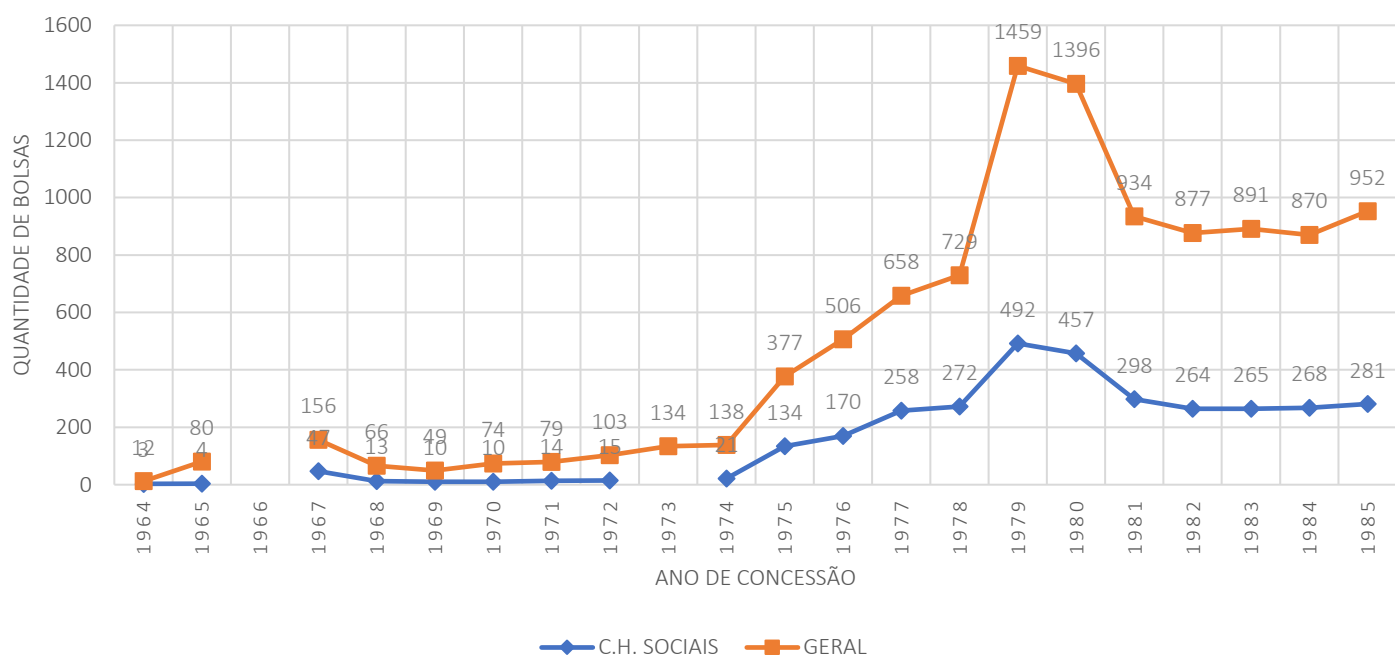
⁴³ “O projeto do doutorado-sanduíche partiu da constatação de que nossos doutorandos ficavam no exterior quatro, cinco anos e voltavam para sua universidade de origem, totalmente desconectados e defasados da realidade econômica, social e científica nacional; em segundo lugar, estudavam temas em suas teses de doutorado que não tinham nada a ver com a realidade nacional. Assim, foi adotada uma nova sistemática, batizada de doutorado-sanduíche: as concessões eram feitas para que o bolsista passasse um ano e meio no exterior, fizesse os créditos, discutisse um tema de tese com seu orientador e voltasse para o Brasil, onde faria os trabalhos de campo, toda a pesquisa empírica e as descrições iniciais. Em seguida, retornaria ao exterior para um período de seis a 12 meses, com o objetivo de terminar de redigir e burilar a tese com seu orientador e depois defendê-la.” (DARCY CLOSS, CAPES 50 ANOS, PG 80-81)

ciência e tecnologia facilitou a incorporação das demandas da área ao orçamento do Estado. Além disso, o papel de José Pelúcio Ferreira, na FINEP, também é citado enquanto central para a concretização das atividades planejadas pela agência. Esse arranjo deu condições para que a CAPES se tornasse a instituição com maior protagonismo na concessão de bolsas para programas de pós-graduação, ultrapassando o CNPq em bolsas ofertadas.

No Conselho Nacional de Pós-Graduação, a participação efetiva dos ministros Nei Braga, da Educação, e Reis Veloso, do Planejamento, nas reuniões foi muito importante. Crédito, em boa parte, o sucesso da CAPES a alguns fatores, entre os quais o apoio da comunidade acadêmica, mas especialmente à cobertura orçamentária do ministro Veloso, que acreditava na importância da pesquisa e da pós-graduação. Lembro bem que em 72, quando de sua visita à Universidade Federal do Rio grande do Sul, ele apresentou na aula magna uma visão de planejamento estratégico, em que destacava a necessidade de recursos humanos para que o país pudesse se desenvolver econômica e socialmente. E seria preciso criar, através da pós-graduação, uma massa crítica, não apenas de pesquisadores e profissionais, mas acima de tudo de bons professores no sistema universitário. José Pelúcio Ferreira, secretário-geral da Seplan e depois presidente da Finep, deu enorme apoio à CAPES." Nós nos conhecíamos desde 1972, quando fui nomeado representante do MEC no Conselho Deliberativo do CNPq. A ajuda financeira da Finep foi fundamental para a implantação da pós-graduação no Brasil. Sem um visionário como Pelúcio, dificilmente esta pós-graduação teria obtido o sucesso do qual nos orgulhamos hoje. (...) Como consequência, a CAPES cresceu e ultrapassou em pouco tempo o número de bolsas do CNPq, consolidando-se como agência de pós-graduação, enquanto o CNPq voltou à sua origem de financiador de núcleos, grupos, linhas de pesquisa e projetos dos pesquisadores no país." (CLOSS, 2002, p. 77).

Observando-se os dados sobre bolsas de mestrado, doutorado, especialização e pós-doutorado durante o período que vai de 1964 até 1985 é possível perceber que a fase que compreende a implementação do I PNPG (1975-1979) representa, conseqüentemente, o intervalo de maior crescimento no número de concessões da agência. O gráfico 7 expressa tal processo ao mostrar que já no primeiro ano de execução do plano, 1975, a quantidade total de bolsas recebeu um aumento de 173% em relação ao ano anterior, chegando a 377 bolsas. O crescimento segue contínuo até o último ano de I PNPG, em que alcança a cifra mais alta da série analisada, 1.459 bolsas, o que significa que entre 1975 e 1979 a quantidade destas subiu em uma taxa extremamente alta se comparado a períodos anteriores, um aumento de 152%. As concessões para Ciências Sociais e Humanidades também se comportaram em padrões semelhantes ao da curva total de bolsas, saindo de 134, em 1975, para 492 em 1979, um aumento de 267%. Esses dados são bastante exemplares do processo de fortalecimento do sistema de pós-graduação brasileiro durante o I PNPG, caracterizado pelo aumento da autonomia da CAPES, crescimento de recursos da agência, apoio e articulação com entes governamentais e incentivo à capacitação de quadros nacionais em nível superior.

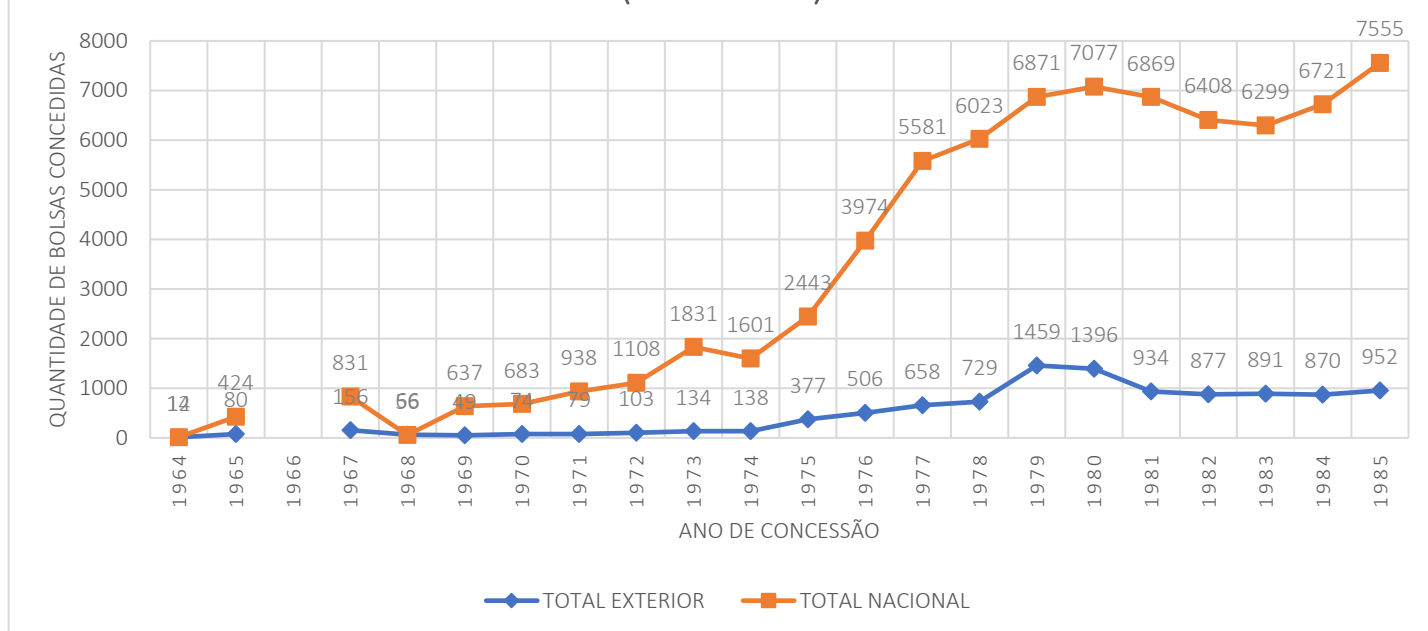
GRÁFICO 7 - Bolsas CAPES no Exterior: Geral x Ciências Sociais e Humanas (1964-1985).



Fonte: Relatórios de atividades CAPES (1964-1985)

Contudo, é importante notar que apesar das bolsas no exterior terem apresentado um crescimento bastante acentuado no período de 1975 a 1979, a quantidade de bolsas para estudos no Brasil é que alcançou as maiores cifras neste intervalo. Conforme o gráfico 8, nota-se que a quantidade de bolsas da agência para estudos no Brasil foram de 2.443 em 1975 para 6.871 no ano de 1979, o que expressa um aumento de 181%, taxa maior do que o crescimento de 152% entre bolsas no exterior para o mesmo período. A partir desses dados é possível notar, primeiramente, a expansão do sistema nacional de pós-graduação enquanto tarefa central da CAPES nesse período, mas, além disso, fica patente que o recurso a promoção de estudos no exterior não foi ignorado durante a fase, sendo também fortificado e passando a desacelerar apenas a partir de 1980, ainda que em patamares próximos às altas cifras dos anos anteriores. Ao passo que a agência expandiu seus gastos nos dois perfis de bolsa, ao dar maior ênfase à formação nacional, estava, ao mesmo tempo, criando as bases para a estabilização de um sistema com capacidade de maior autonomia no futuro e que contaria, também, com o corpo de docentes que estavam sendo formados fora do país durante o período.

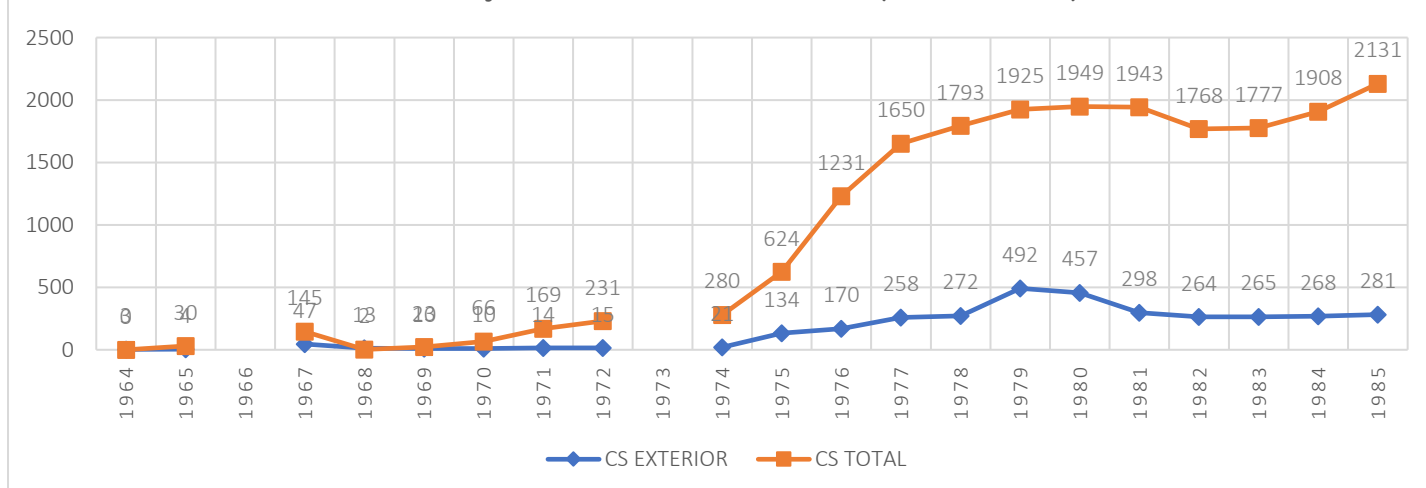
GRÁFICO 8 - Bolsas Capes de Pós-Graduação no Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Relatórios de Atividades Capes (1964-1985)

O mesmo padrão pode ser observado para o caso das bolsas destinadas às ciências humanas e sociais. Observando especificamente o perfil das bolsas no Brasil e aquelas para o exterior, também é patente que após o ano de 1975, com a publicação do I PNPG, existe uma clivagem bastante evidente. O financiamento para estudos no Brasil passa a ser o carro chefe da instituição, subindo de 624 bolsas em 1975 para 1.925 bolsas em 1979. Ainda que tenha ocorrido o aumento de bolsas no exterior durante o período, o crescimento do financiamento estudantil não acompanhou a pujança do financiamento nacional.

GRÁFICO 9 - Bolsas CAPES de Ciências Sociais e Humanas em Pós-Graduação no Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Relatórios de Atividades Capes (1964-1985)

3.3.1 A CAPES, o Nordeste e a França: A criação do CAPES-COFECUB

É ainda na gestão de Darcy Closs que a CAPES estabelece o principal acordo de cooperação internacional no âmbito científico e acadêmico da instituição até aquele momento, o CAPES-COFECUB. A parceria entre a agência brasileira e o “Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil” é mais um produto de articulação entre instituições de pesquisa no Brasil e atores e instituições francesas. É nesse sentido que vale a pena mencionar que a escolha pela França enquanto lócus de cooperação acadêmica é decisão que estava balizada por uma experiência de muitas décadas, na qual, o país estrangeiro gozava de bastante prestígio com o Estado e a própria comunidade acadêmica brasileira. Assim como afirma Nunes (2006), em passagem abaixo, o prestígio francês foi elemento capaz de facilitar mediações entre o Estado ditatorial e a comunidade acadêmica, que mesmo crítica às ações do governo, recebia com bons olhos a oportunidade de estabelecimento de comunicação entre a academia nacional e as instituições e atores de prestígio da França.

Temos assim uma explicação possível sobre o forte apelo que os acordos científicos levados a cabo pelo Estado sensibilizam a comunidade científica, mesmo se politicamente se observasse resistências ao modelo de governo militar. (...) a França é naquele momento um parceiro legítimo aos olhos de parte da comunidade acadêmica, pois na arena global se trataria de uma sociedade com forte tradição científica e, portanto, capaz de legitimar as pesquisas conjuntas, e a formação de recursos humanos de alto nível, além de gozar de imagem de sociedade democrática. (NUNES, 2006, p. 246).

É importante mencionar que a construção do acordo CAPES-COFECUB é produto de uma articulação que envolvia diretamente o nordeste brasileiro, mais especificamente atores articulados na promoção de maior institucionalização do ensino superior e da pós-graduação na região. Conforme a pesquisa de Aveiro (2016) sobre a construção do programa, já em 1973 foi realizada uma visita de reitores de universidades francesas a instituições de ensino superior do Nordeste, atividade imbuída de interesses por cooperação, o que, inclusive, estava sendo pautado enquanto agenda de política internacional pela França desde a publicação, em 1967, do Acordo de Cooperação Técnica e Científica com o Brasil. O interesse por desenvolver formas de cooperação técnica evoluiu durante a década de 1970, de modo que em janeiro de 1976, Darcy Closs realizou reuniões com uma série de atores franceses, indo de organismos governamentais, universidades, até institutos de pesquisa, iniciando diálogo no sentido da articulação acadêmica em ciência e tecnologia entre os dois países. A articulação pela criação do acordo de cooperação ocorria em paralelo a uma série de ações do governo francês que

buscavam aproximar os dois países na área de pesquisa técnica e científica⁴⁴, e se aprofundou a partir de 1977 com a realização de missões de ambos os países, envolvendo reitores e agentes de universidades francesas e instituições de pesquisa brasileiras, vindo a se concretizar no ano de 1978 com a reunião da Comissão Mista Franco Brasileira, que definiu o perfil do acordo. A versão piloto tinha seis universidades nordestinas enquanto as principais instituições de articulação com o sistema acadêmico francês: UFPB, UFPE, UFC, UFAL, UFRN e UFBA.

Conforme fontes apresentadas por Aveiro (2016), o projeto representava uma articulação de interesses que do lado francês significavam a mobilização de recursos para o auxílio àquela que seria “a região mais subdesenvolvida do Brasil”, ao passo que os agentes nacionais enxergavam ali a possibilidade de desenvolver e fortalecer núcleos de pesquisa e pós-graduação em uma região que não possuía um alicerce consolidado nesta seara. Mais do que isso, no caso brasileiro, seria uma oportunidade, para a CAPES, de dar maior robustez à própria concretização das metas do I PNPG, criando meios de expandir a capacitação docente de forma institucionalizada, e não mais baseada em pedidos atomizados por bolsa, como ocorria anteriormente à gestão de Darcy Closs.

Um dos fatores que motivaram a criação desse programa de cooperação com a França foi o reconhecimento pela CAPES das limitações de seu programa tradicional de bolsas de formação no exterior – baseado no atendimento de solicitações individuais e espontâneas dos interessados em realizar cursos no exterior, programa identificado normalmente como ‘balcão de bolsas no exterior’ – para fazer frente ao desafio de expansão da pós-graduação em uma região que não conseguia atrair para seus quadros docentes os egressos de programas de capacitação no País ou no exterior. Tinha-se então consciência, conforme o sumário de uma reunião entre o presidente da CAPES e reitores franceses, realizada em 1976, de que a cooperação internacional, alicerçada em um esquema de forte engajamento dos dirigentes e das equipes docentes das universidades brasileiras, poderia dar uma contribuição mais significativa para a formação e fortalecimento de núcleos de pesquisa e pós-graduação nas regiões academicamente menos desenvolvidas do país. (NICOLATO APUD AVEIRO, 1999, p. 13).

É importante observar, contudo, que o programa nasce com um caráter tutelar e vertical, que se torna uma questão alvo de questionamento durante os anos que seguem com a sua implementação. O CAPES-COFECUB se baseava, em sua primeira fase, na ida de pesquisadores brasileiros para instituições de ensino e pesquisa francesas com o objetivo de que

⁴⁴ “Em 1973, além da missão francesa de reitores ao Nordeste, dois acordos complementares marcaram a intensificação das relações: o acordo entre o Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (Cnes) e a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (Cobae) na área das atividades espaciais, e o Acordo de Cooperação Franco-Brasileira no campo da informática. Passados dois anos, foi assinado o Acordo de Cooperação entre o Cnet e a Telebrás para a área de telecomunicações, e foi criada, no mesmo ano, a Comissão Econômica Franco-Brasileira para a Indústria e o Comércio. No âmbito da cooperação científica, ainda em 1975, foi assinado o acordo CNRS-CNPq para a pesquisa básica.” (AVEIRO, 2016, p. 152).

eles se integrassem aos grupos de pesquisa do país estrangeiro e, a partir da assimilação de conhecimentos e técnicas utilizados no espaço acadêmico internacional, voltassem ao Brasil com “elevada capacitação técnica”. Outra atividade corrente nesse convênio era o recebimento, pelas universidades do nordeste, de professores franceses, os quais lecionavam cursos e realizavam atividades de pesquisa em solo brasileiro. Além disso, estava nas bases do programa a articulação entre grupos de pesquisa brasileiros aos franceses, de modo, também, a reproduzir em solo nacional as práticas e formas de abordagem técnico-científicas realizadas no exterior. É bastante evidente na primeira fase do projeto a dimensão de tutela que os estudantes e docentes brasileiros ocupavam no programa, de modo que este não funcionava necessariamente como uma via de mão dupla, mas caminhava em um único sentido, onde as instituições e agentes brasileiros eram capacitados e incorporavam o conhecimento dos centros franceses.

O Brasil buscava, assim, apoio para formação de recursos humanos de alto nível e para a implantação ou consolidação de programas de pós-graduação. Os primeiros projetos financiados pelo programa apresentavam temáticas amplas, pouco definidas, mas que possibilitaram resultados mais diversificados em termos de formação, grande enfoque dessa etapa. Durante o primeiro ano da cooperação, 20 projetos foram financiados nas áreas de engenharias, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências humanas e agrárias nas seis IES nordestinas já mencionadas, assim distribuídos: seis projetos na UFPB, cinco na UFPE; quatro na UFC, três na UFRN, um na UFAL e um na UFBA. Foram realizadas 12 missões de professores franceses ao Brasil, todas de curta duração, e enviados 37 bolsistas para a França. Para todos os bolsistas, o lado francês financiou, desde o início, o estágio linguístico. Esses estudantes apresentavam vínculo institucional com as IES brasileiras, buscavam estabelecer vínculos com os grupos e laboratórios franceses e, quando do retorno de seu doutorado, mantinham essa parceria e iniciavam novas colaborações, em um círculo virtuoso.

O relato de Brasilmar Ferreira Nunes, um dos primeiros estudantes que fizeram parte do programa, ajuda a compreender a experiência dos brasileiros que participavam do projeto. Os estudantes enviados à França tinham capacitação em línguas, para facilitar a assimilação das

aulas em francês⁴⁵, e em muito sentiam as diferenças culturais que envolviam o universo acadêmico no exterior. Uma das descrições que chama atenção neste relato é o contato com a articulação entre brasileiros exilados na França por conta da ditadura, e o modo como a estadia neste período permitiu a articulação política entre atores na luta pela democracia e a incorporação de novas agendas como o feminismo e a ecologia. A França surge no relato como um espaço em ebulição e de construção de um futuro emergente, além de um meio onde a transgressão de padrões culturais se fazia presente ao passo que assustava o provincianismo daqueles que não estariam acostumados com tais quebras de paradigma.

Um outro aspecto que despertava curiosidade era o contato com brasileiros vivendo na França, vários deles exilados políticos. O contato com eles nos colocava face a face com figuras de certa forma míticas, que haviam povoado nossas imaginações por toda a juventude, durante a graduação e mesmo após ela. Ali, num país estrangeiro, sem os olhares da censura política, onde se discutia e se lia todos os temas e autores transformados em tabu pelo sistema militar, vivenciamos de forma sutil a desconstrução de mitos que, em função do clima político, haviam sido transformados em heróis. Ao mesmo tempo, víamos novas teses políticas sendo colocadas, o que nos soava, num primeiro momento, como verdadeiras heresias, face a um esquerdismo meio infantil que predominava em muitos de nós. Não se realizava com clareza o momento precioso que estávamos vivendo, no qual ruíam as utopias e os projetos de futuro. Novos movimentos sociais, tais como o feminismo, as minorias sexuais, a ecologia, enfim, um leque de preocupações da militância na França de então relativizava nossa posição no mundo e na política. Provincianos era o que éramos, e podíamos nos proteger argumentando sobre a ditadura, a censura, a repressão que caracterizava o Brasil daquele período. Ressaltamos esses aspectos, pois eles são evidências do significado do território na construção de nossas identidades. Estávamos quase todos os momentos entre brasileiros, mas não estávamos no Brasil. Essa sensação de desterritorialização, ao mesmo tempo em que nos angustiava, nos dava pistas para uma liberdade e autonomia que não era possível de vivenciar na terra de origem. Muitos se aventuraram por novos estilos de vida; a força do feminismo, por exemplo, fez balançar inúmeras relações matrimoniais estáveis, a liberdade sexual tão decantada na época, era ali vivida como regra. Vivendo no ambiente acadêmico francês, tínhamos quase que como desafio viver, em paralelo, a transgressão de valores estabelecidos, procurando e firmando novos limites. (NUNES, 2006, p. 248–249).

O sucesso do programa em atingir uma gama extensa de instituições e alunos brasileiros acabou despertando o interesse, cada vez maior, de outras universidades brasileiras em participar do convênio, de modo que, ao passar do tempo, o Nordeste deixou de ser a única região participante das atividades empreendidas. No ano de 1980 o CAPES-COFECUB passa

⁴⁵ “Cabe destaque à infra-estrutura colocada a serviço dos brasileiros que chegavam à França para passarem quatro anos (na época a modalidade bolsa-sanduíche ainda não era usual, e saía-se para longas estadias): incluía um curso de francês a que éramos obrigados a seguir. O curso intensivo de três meses permitiu um rápido domínio básico da língua, absolutamente indispensável para a seqüência dos estudos universitários. Permitiu também a integração entre nós brasileiros, pois éramos oriundos de diferentes universidades, muitos pisando pela primeira vez em solo estrangeiro. Gerou-se uma integração e uma camaradagem entre nós, muitas permanecendo até os dias atuais.” (NUNES, 2006, 247 e 248).

a aceitar candidaturas de todo o país, contemplando, na edição em questão, projetos de instituições de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Santa Catarina, Alagoas, Minas Gerais Paraíba e Pará. Conforme afirma Aveiro (2016), a pressão dos outros estados pela abertura do programa culminou, nos anos seguintes, em uma hegemonia da região sudeste na quantidade de projetos aprovados, de modo que ainda no ano de 1980 esta região alcançou 54% das aprovações, cifra que, se somada às submissões da região Sul, alcança o valor de 79% do total. Já no ano de 1982, dos 19 projetos aprovados pelo programa, apenas duas eram de instituições do nordeste.

Os resultados do CAPES-COFECUB se mostraram extremamente positivos, garantindo a permanência do programa até os dias de hoje. Vale apresentar, conseqüentemente, o saldo produzido pelo projeto até o fim do período analisado por esta tese. De 1978 a 1986 ocorreu um intercâmbio de 160 participantes com origem na França e 113 do Brasil, além disso o programa formou 89 doutores brasileiros até aquele ano, mais 23 que estavam em vias de concluir o curso. Por fim, vale citar, 94 brasileiros realizaram pós-doutorado e 83 fizeram especialização no intervalo citado. O sucesso do programa, que até aquele momento era o único apoio sistemático firmado pela CAPES com uma instituição estrangeira, também foi acompanhado de tentativas paulatinas de reduzir a verticalidade de seu desenho, buscando maior isonomia de tratamento entre instituições brasileiras e francesas, de modo que os processos de colaboração acadêmica alcançassem maior reciprocidade, o que só iria se aprofundar com maior peso a partir da década de 1990.

3.4 Consolidação: Avaliação, qualidade e redemocratização

O início da década de 1980 assiste ao amadurecimento das estruturas de ciência e tecnologia que se expandiram nos anos anteriores. A extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) expressa o processo de autonomização da política da área, de modo que as atividades que antes eram realizadas pelo órgão passam a ser de autoridade da CAPES. Isto posto, coube à CAPES, agora reconhecida como Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, entre outras atividades, a elaboração do II Plano Nacional de Pós-Graduação.

O II PNPG (1982-1985) é um documento muito mais sucinto do que o plano anterior, e mantém uma parte considerável das diretrizes que já estavam presentes no outro documento. O II PNPG continua tendo como um de seus principais objetivos a expansão da capacidade de oferta docente, assim como o apoio à infraestrutura das estruturas universitárias, contudo, o

novo documento reforça a dimensão da qualidade da atuação do sistema, com ênfase ao aperfeiçoamento das estruturas de avaliação internas. Assim, como afirma Hostins (2006), neste período a CAPES reforça seus investimentos no monitoramento e nas estruturas de avaliação dos programas, unificando e informatizando formulários de coletas de dados e outros instrumentos envolvidos no levantamento de indicadores dos programas de pós-graduação. Contudo, vale mencionar, que segundo Barros (1998), o II PNPG teve um atraso considerável à sua publicação no principal veículo de publicização de temas relevantes da comunidade científica, a revista Ciência e Cultura, dado que mesmo tendo sido produzido em 1982, apenas veio a ser publicado no periódico em Abril de 1984.

O enfoque mais direto, na segunda versão do Plano Nacional de Pós-graduação, na questão da avaliação, é expressão de mudanças de concepção na própria direção da CAPES, que tem na liderança de Claudio de Moura Castro, de 1979 a 1982, seu principal representante. O diretor da instituição afirma que o período anterior, sob a liderança de Darcy Closs, conseguira alcançar importantes resultados na expansão do sistema, produto de um contexto orçamentário bastante positivo, contudo, o aumento de estrutura também teria produzido arestas que precisavam ser aparadas, visando melhorar a qualidade do investimento feito pela agência. Aliado à esta visão, estava a concepção de Claudio Castro de que o sistema de pós-graduação brasileiro deveria se afastar de qualquer iniciativa que se aproximasse com a busca por maior justiça social ou mitigação de desigualdades, posto que o mais importante seria criar uma estrutura capaz de premiar, pelo mérito, as instituições com maior capacidade de apresentar bons resultados e, conseqüentemente, criar uma elite acadêmica.

Eu entendia que pós-graduação não pode ter o mais remoto resquício de preocupação com equidade, justiça social ou assistencialismo; entendia que pós-graduação era a mais pura meritocracia, alguma coisa para formar uma elite de pesquisadores. A gestão anterior, do Darcy, tinha aproveitado corretamente uma disponibilidade gigantesca de fundos adicionais para crescer loucamente. Houve um aumento quantitativo no número de bolsas, de programas de mestrado, de programas especiais. Isso tinha gerado uma coisa muito grande, cheia de arestas." Pois bem, um dos primeiros textos internos que escrevi chamava-se A calibragem da pós-graduação e seria a tônica da minha gestão. Eu dizia o seguinte: "Depois desse crescimento todo, temos que calibrar, fazer o ajuste fino; ou seja, deu-se muita bolsa que não era para dar, criou-se muito programa que não era para criar, há muita gente incompetente por aí." Não podia ter sido diferente; seria um crime se o Darcy não aproveitasse aquela conjuntura e ficasse contanto vinténs, tentando fazer uma coisa muito arrumadinha. O Darcy foi absolutamente certo no que fez. (CLAUDIO DE MOURA CASTRO, p 91).

A “campanha de qualidade” que Claudio Castro diz ter imposto à CAPES impôs bastante indisposição entre o diretor da instituição e os representantes de uma série de instituições, principalmente coordenadores de mestrado de instituições com menor pontuação

nos indicadores de qualidade. Um dos maiores enfrentamentos do diretor da CAPES foi com o que chamava de modelo “Mestrado Pastiche”, que seria um perfil de programa de pós-graduação com ausência de coesão orgânica e sem liderança que desse algum tipo de unificação identitária ao mestrado, apresentando-se apenas como uma confluência de indivíduos com doutorado em uma instituição. Esse modelo, que Claudio Castro chega a chamar de “mestrado vagabundo”, é classificado pelo diretor como uma estrutura de pouca qualidade e que estaria inchando a máquina estatal. Assim, a CAPES faria esforços no sentido de fechar instituições com esse perfil. O mestrado da Universidade Federal da Paraíba é citado na entrevista de Claudio Castro como um dos principais representantes desse modelo por ele combatido, e teria na figura de Lynaldo Cavalcanti, antigo reitor da instituição e depois diretor do CNPq, um dos seus defensores. Segundo Claudio, a razão de sua saída da CAPES em 1982 se deve principalmente a esse fato, além de outros enfrentamentos e indisposições com a instituição.

Acumulei inimigos em vários lugares. Primeiro na sucata, isto é, no baixo clero da pós-graduação, essa pós-graduação de periferia, malfeita, mal arrumada, criada artificialmente, modelo trapiche. Em segundo lugar, indispus-me com o CNPq, não como instituição, mas com o Lynaldo, porque tinha minhas baterias fortemente assestadas contra a péssima pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba; seu chefe de gabinete era um ex-reitor da Universidade Federal de Santa Maria (RS), que também tinha uma sucata enorme. Eram universidades emergentes, que incharam a Pós-Graduação sem nenhum critério, no modelo trapiche. Esses estavam sempre na minha alça de mira, levando cascudo e puxão de orelha o tempo todo, criando mal-estar. (CLAUDIO DE MOURA CASTRO, p 101).

Outro ponto de destaque durante esse período, e que está intimamente ligado ao sistema de espionagem da Ditadura Militar, foi a tentativa de resolução da questão do “veto ideológico” na concessão de bolsas CAPES. É importante mencionar que o veto a proponentes de bolsa que tivessem histórico em atividades ou organizações de esquerda já era elemento alvo de críticas contra a CAPES a muitos anos e teria influenciado até mesmo a recusa de Roberto Cardoso de Oliveira para a direção da instituição, dado que este teria afirmado que apenas aceitaria dirigir a agência se o “veto ideológico” acabasse, o que teria culminado com a escolha por Claudio de Moura Castro. Segundo o ex-diretor, só teria tomado conhecimento desse tipo de prática após tomar posse de seu cargo⁴⁶, processo que se arvorou em resolver a partir de contatos que tinha na máquina administrativa. Segundo Claudio, Guilherme de la Peña, colega de trabalho,

⁴⁶ “Só quando assumi a direção da CAPES é que fiquei sabendo do que se tratava.” O candidato preenchia dois formulários de pedido de bolsa: um ia para os consultores e o outro para o SNI. Após analisar o processo, a primeira coisa que os consultores faziam era dar com a língua nos dentes: “Nós aprovamos.” Quando vinha o veto ideológico — não podíamos dizer que era um veto ideológico — e dizíamos que o pedido não tinha sido aprovado, os consultores diziam: “Não, senhor, nós aprovamos!” Criava-se uma situação extremamente desagradável.” (CLAUDIO DE MOURA CASTRO, p 99).

afirmou que conhecia o Coronel Newton Cruz, e que seria possível conversar com ele sobre o tema e findar a prática. A partir de uma reunião convocada entre o coronel e alguns consultores da CAPES, Claudio Castro teria entrado em acordo com o militar de modo que o SNI continuaria emitindo pareceres orientando a CAPES a não oferecer as bolsas, ao passo que a agência desobedeceria ao órgão de controle sem que houvesse punições dos militares e, desse modo, garantiria o financiamento de pesquisas vetadas ideologicamente. O fato é relatado de forma jocosa por Claudio Castro, que afirma que a tratativa lhe facilitou a gestão da instituição.

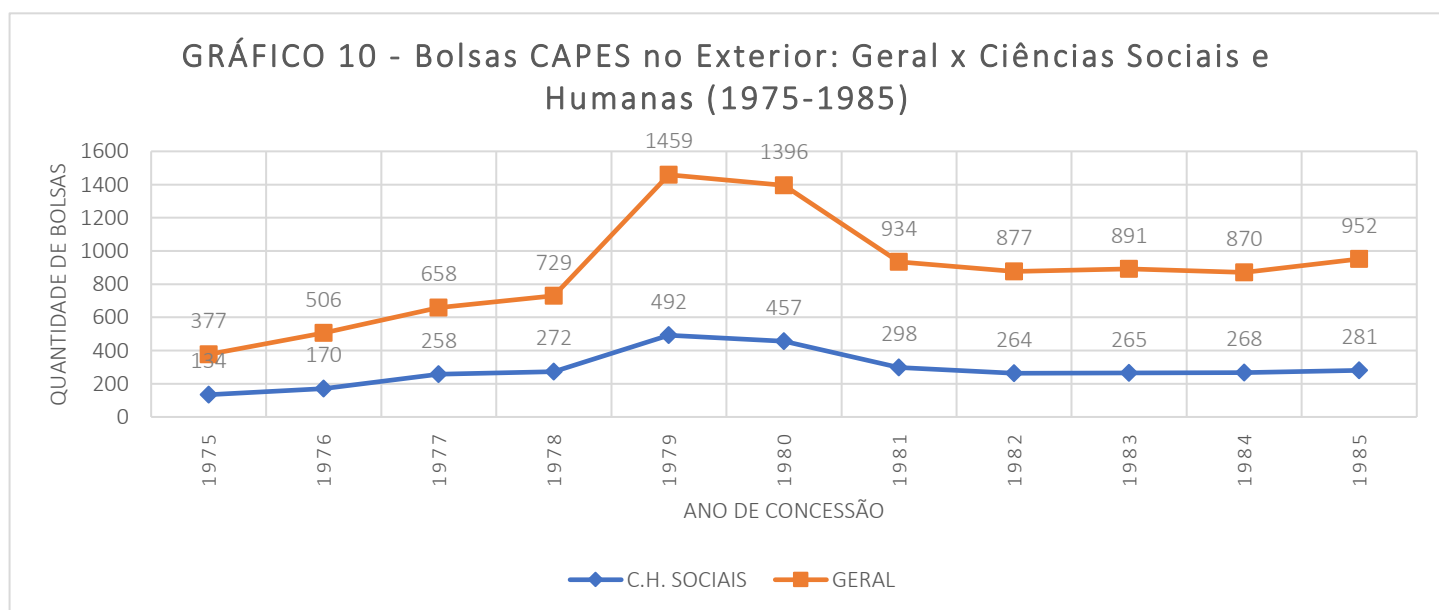
Poucos meses depois de eu assumir, o Guilherme de Ia Pena, que tinha fortes ligações militares, me disse: "Esse negócio de veto ideológico a gente resolve com a maior facilidade. Tenho um conhecido no SNI, o coronel Nini, que é uma maravilha e resolve isso num instante." Era, nada mais nada menos, que o então coronel Newton Cruz. Marcou uma reunião, e lá fomos nós, junto com Joaquim Falcão; Pascoal Senise, da Química da USP; Fábio Wanderley Reis, da UFMG; José Ellis Ripper Filho, da Unicamp; enfim, os melhores consultores da CAPES. Numa sala muito grande, Nini muito afável, começamos a conversar — os vetos ideológicos eram mais ou menos 5% do total. Ele aí pegou um processo e disse: "Olhem essa figura aqui: quer dinheiro do Brasil para fazer um doutorado, mas fez greve aqui, organizou não-sei-o-quê, e agora quer fazer um doutorado em ciência política na Inglaterra. Vai é falar mal do Brasil. Não há nenhuma razão para o governo financiá-lo." Foi então que eu disse: "Coronel, pense o seguinte. São todos professores universitários, que vão dar aulas pelo resto da vida. Há duas opções: eles ganham a bolsa, vão para o exterior, vão levar uma vida de cão; se quiserem falar mal do Brasil não vão ter quem os ouça, porque estão todos estudando, com medo de levar bomba no doutorado. Passarão um tempo escrevendo a tese e vão voltar satisfeitos. A segunda opção é muito pior. Todos eles sabem que receberam um veto ideológico; como vão ser professores por mais 20 ou 30 anos, vão passar o resto da vida falando mal do Brasil e do governo militar. Portanto não é um bom negócio vetar essas pessoas." Ele resistia, resistia. Depois de 40 minutos de uma conversa difícil, o Nini disse: "Dr. Castro, o senhor tem razão no que falou. Só tem uma coisa: o SNI não veta, só recomenda que não se conceda a bolsa. Vamos fazer o seguinte: nós continuamos não recomendando alguns, mas o senhor dá a bolsa assim mesmo." Acertamos com a DSI, a Divisão de Segurança e Informação, braço do SNI em todos os ministérios, e acabou o problema; nunca mais houve veto ideológico. Assim, tenho uma dívida de gratidão com o coronel Nini. Eliminou uma grave dor de cabeça da minha gestão. (CLAUDIO DE MOURA CASTRO, p 99-100).

Ao fim da primeira metade da década de 1980 a CAPES experiencia o início dos efeitos da crise econômica que a economia brasileira passa a vivenciar. Com o fim do “milagre econômico” e o aumento da inflação, a contração dos gastos estatais começa a colocar enquanto tônica e o movimento de expansão vivenciado em anos anteriores passa, conseqüentemente, a desacelerar. Sob a gestão de Edson Machado, diretor da instituição de 1982 a 1985, a instituição consolida o processo de institucionalização iniciado em anos anteriores e passa por uma leve desaceleração no crescimento do número de bolsas concedidas. Esses processos, segundo o diretor no período, seria produto direto do esvaziamento da capacidade orçamentária Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que havia operado

protagonismo em anos anteriores no financiamento da agência. O período, conseqüentemente, é marcado pela tentativa de manutenção da atuação da instituição com fontes diversas do Estado brasileiro.

Aí começa um período de certo esvaziamento orçamentário da área da ciência e tecnologia, principalmente com o gradativo esvaziamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o FNDCT pendendo substância do ponto de vista orçamentário, já não era mais possível fazer aquela distribuição de recursos que fazia no início, quando foi um grande canal de alimentação do sistema CAPES-CNPq-Finep. Tudo foi escasseando, até que chegou um momento em que a CAPES não recebia praticamente mais nada do FNDCT. Recomeçou aquela briga eterna, de buscar dinheiro no Tesouro Nacional, conquistar os recursos através do orçamento do Ministério da Educação. Primeiro, era preciso vencer a resistência do próprio MEC: ministro, secretário-geral; depois, no âmbito da Seplan. (EDSON MACHADO, p 114).

Esse processo de maior restrição fiscal se expressa na quantidade de bolsas ofertadas pela agência ao exterior no período relativo ao II PNPG (1982-1985). Como se pode observar no gráfico 10, após o ano de 1979, em que a agência conseguiu o maior número de bolsas para o exterior, os números passam a cair para parâmetros próximos aos de 1978, sem, contudo, apresentar uma queda drástica, mais uma permanência em valores próximos a 900 bolsas ao ano, até 1985. Nota-se que de 1979 a 1985 a quantidade de bolsas ofertadas caiu de 1459 para 952, redução de 34%. As ciências sociais operam de forma bastante semelhante ao comportamento de bolsas em geral, caindo de 492 para 281 de 1979 a 1985, redução de 42%. Esses dados expressam a fase de início de restrição orçamentária para a CAPES, mas também acompanham a consolidação do sistema nacional de pós-graduação.



Relatórios de Atividades Capes (1975-1985)

No caso do CNPq, a gestão de Lynaldo Cavalcanti Albulquerque na presidência do CNPq, concomitante às atividades de Manuel Marcos Maciel Formiga na Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC) da instituição, marca o período de maior expansão das ciências sociais no interior do órgão, com forte aumento do fomento para pesquisa nessa área. Esta fase, que vai de 1980 a 1985, é caracterizada por um crescimento da demanda por bolsas e auxílios por parte dos cientistas sociais, processo que segundo Forjaz (1988) teria sido promovido pelo intenso trabalho de divulgação, por parte do CNPq, sobre as possibilidades de financiamento ao campo das ciências sociais. Nesse sentido, os mediadores da instituição, com destaque para Manuel Formiga, teriam operado diretamente enquanto agentes promotores da própria demanda, estratégia crucial para o aumento da fatia de financiamento das Ciências Sociais dado que a instituição não trabalhava com um valor fixo de repasse para cada área do conhecimento, definindo os montantes a partir da demanda surgida.

O processo de legitimação das associações científicas, como canais de transmissão dos interesses das comunidades científicas, foi outra variável importante no fortalecimento da capacidade de demanda por financiamento de pesquisa, bolsas e auxílios. Neste período ganham maior voz nas mediações com o órgão a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Os dados apresentados por Forjaz (1988) são bastante expressivos em apontar o crescimento do fomento às ciências sociais pela agência, e também são capazes de expressar que todas as áreas receberam incrementos entre o intervalo 1972-1984, ainda que em menor grau. É possível notar que o número de auxílios às ciências humanas e sociais cresce de 10 em 1972 para 137 em 1979, o que representa uma taxa de crescimento anual de 38%. Já no caso das bolsas no país e no exterior, a área passou de 901 no ano de 1980 para 2.374 em 1984, crescimento médio anual de 21,38%. Isto significa que as ciências humanas e sociais, em ambos os quesitos, tiveram maior média anual de crescimento na função de fomento do CNPq.

3.5 Síntese Analítica

O período compreendido pela ditadura civil-militar brasileira abarca um dos mais intensos fluxos de formação em nível de pós-graduação no exterior. Nesse contexto histórico, um conjunto amplo de cientistas sociais se deslocam para terras estrangeiras visando consolidar sua formação em nível de pós-graduação, ou mesmo na procura de espaços de refúgio frente às práticas repressivas do regime militar. Para compreender mais profundamente a natureza dos

condicionantes que influenciaram esse processo, este capítulo se debruçou sobre o processo de desenvolvimento das instituições de ciência, tecnologia e recursos humanos no Brasil, em interface com condicionantes sociais de ordem geopolítica, e internos ao cenário nacional, que incidiram sobre a estruturação destes organismos e o seu perfil de atuação.

Este capítulo expressa de forma bastante concreta o modo com o sistema nacional de pós-graduação e ciência e tecnologia é produto direto da ação deliberada do Estado. Foi possível notar a relevância do investimento público para a construção do sistema e a associação entre a constituição das instituições de pesquisa, ciência e tecnologia e a visão estratégica que associava o ideário de desenvolvimento, segurança nacional e autonomia econômica. Contudo, conforme destacado neste eixo, o processo de construção institucional dessas estruturas não se desenrolou em um transcurso contínuo e progressivo de aumento da capacidade de atuação. Na verdade, a estruturação das instituições esteve atada, diretamente, com condições políticas e sociais, sejam de caráter global, sejam de caráter nacional.

O período que antecede a ocorrência do golpe de 1964 foi narrado aqui sob o timbre do otimismo desenvolvimentista que caracterizou o cenário global do pós-guerra, com maior ênfase sobre os anos 1950. A pesquisa na área nuclear, associada às preocupações com segurança e autonomia energética emergentes após o fim da segunda guerra mundial, foram condicionantes cruciais para a mobilização nacional em torno da criação de organismos na área de ciência e tecnologia, tendo o CNPq como o carro chefe dessa agenda. A instituição pretendia contribuir para a construção da autonomia científica e tecnológica do país, ao passo que garantiria meios de promoção da segurança nacional através da pesquisa dos recursos energéticos nacionais. A agenda desenvolvimentista nacional também se materializou na criação da CAPES, que tinha por fundamento a promoção da equiparação do Brasil às potências globais na formação de recursos humanos de alta qualificação, o que pressupunha um sistema de pós-graduação e capacitação de pessoal em nível superior. Essas ações expressam, em grande medida, as tentativas de mobilização das estruturas de Estado para a produção de autonomia científica e econômica, reduzindo a dependência econômica e tecnológica do país.

O período desenvolvimentista de bastante otimismo é logo atingido pela crise econômica e social que culminam na eclosão do Golpe de 1964, materializando uma nova fase para as estruturas de ciência, tecnologia e pós-graduação no Brasil. Foi possível observar que com o estabelecimento da ordem ditatorial ocorre uma drástica mudança de paradigma econômico aplicado contra a crise inflacionária e de perda da capacidade de compra.

Estabelece-se um modelo contracionista pautado na contenção salarial e redução de gastos públicos. A estratégia econômica, em paralelo ao alinhamento político do novo regime com os interesses estadunidenses, foi importante para o retorno do crédito norte-americano e refinanciamento da dívida com credores internacionais. Ademais, o novo regime serviu-se fartamente do apoio dos Estados Unidos em missões técnicas para a construção da nova ordem brasileira. A repressão a movimentos sociais e sindicatos foi outra tônica que sustentou o uso da força pela ditadura recém-instalada, respondendo às preocupações das elites nacionais e da classe média metropolitana que temia o ativismo dos movimentos à esquerda. O programa de ajuste, calcado no choque de contenção de gastos e uso da violência contra opositores, contudo, não conseguiu mitigar, de imediato, os movimentos de contraposição ao regime.

O sistema de educação, ciência e tecnologia se tornou importante alvo dos embates do final da década de 1960, ao passo que aproximou críticas que vinham de estratos diversos da sociedade, seja sobre sua incapacidade de suprir com um modelo de desenvolvimento nacional pela insuficiência de vagas frente ao público habilitado a integrá-lo, ou mesmo pela limitação em cumprir seu papel social. A mobilização estudantil, capitaneada por movimentos como UNE e JUC, além de partidos políticos de esquerda, deu centralidade ao enfrentamento às propostas de “americanização” do sistema brasileiro, patentes nas propostas do Relatório Atcon e nos acordos MEC/USAID, contribuindo com o acirramento do debate político no meio universitário. Em seguida, o aceleração da ebulição social em 1968 culminou na dura resposta da ditadura aos movimentos da sociedade: a edição do AI-5 e o fechamento completo do regime. A fase de perseguição ainda mais dura consolida a natureza da primeira década da ditadura em seu trato com o ensino superior e a ciência: contenção de gastos, baixo investimento, violência e caça a opositores.

Esse período de choque político apresentou consequências bastante fortes para a atividade da CAPES. Foi possível perceber que após a edição do AI-5, a quantidade de bolsas de estudo para a realização de pós-graduação no exterior caiu consideravelmente, o que se perdurou até meados de 1975, com um crescimento significativamente baixo. Além disso, as ciências sociais e humanas foram consideravelmente atingidas na agência. Observa-se que o CNPq, contudo, não sofreu tanto no período em se tratando da oferta de bolsas de pós-graduação fora do país, que passou por um processo paulatino e bastante lento de crescimento, ao passo que as ciências sociais, que não eram contempladas nesta agência até o ano de 1966, tiveram orçamento bastante reduzido até meados de 1975. Enquanto as agências nacionais passavam por um processo ainda germinal de desenvolvimento, a Fundação Ford aparecia

enquanto um ator de extrema relevância, seja para a construção e financiamento de instituições em ciências sociais no Brasil, seja na promoção direta de bolsas para formação em nível de mestrado e doutorado no exterior. O protagonismo do organismo se manifesta em paralelo direto com a proximidade norte-americana sobre a ditadura brasileira, processo que vem a se modificar drasticamente no período posterior à entrada do Governo Geisel, quando se inicia um processo vagaroso de reabertura política do país.

O período posterior a 1975 marca a expansão da capacidade de atuação das agências de ciência, tecnologia e recursos humanos brasileiras. A partir da edição de atos que garantiam maior autonomia, assim como financiamento estável e crescente, principalmente a partir do FNDCT e da FINEP, emerge um crescimento vigoroso na quantidade de bolsas de pós-graduação no exterior, assim como no próprio país, processo paralelo à edição do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979). A consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e o fortalecimento das estruturas de expansão dos programas de pós-graduação se expressou na redução do papel operado pela fundação Ford na concessão de bolsas de mestrado e doutorado para fora do país, sendo substituída pela CAPES e CNPq como principais agências de fomento. Além disso, é nessa fase que se firma o CAPES-COFECUB, programa de parceria acadêmica com a França, demarcando a relevância do país europeu sob as estruturas acadêmicas nacionais. O período, com o início da reabertura política e distanciamento paulatino da ingerência norte-americana sobre os rumos da ditadura brasileira, cada vez mais tóxica no noticiário internacional pela violação de direitos humanos, não veio com a dissolução total dos mecanismos de vigilância e controle do regime sobre as agências nacionais. A permanência do veto ideológico se manteve enquanto estrutura sólida no interior da CAPES, criando dificuldades à pesquisadores com antecedentes em organismos de militância no país.

A entrada nos anos 1980 marca um processo de estabilização da expansão na concessão de bolsas de pós-graduação no exterior. Essa nova fase mantém os padrões alcançados nos anos anteriores, porém observa a desaceleração da economia brasileira e o início de uma nova crise financeira que acompanhará o Brasil até a segunda metade da década de 1990. É durante essa fase que a CAPES passa por um processo de introdução de métricas de avaliação sobre os programas de pós-graduação, processo que mirava atacar não apenas a expansão, mas a qualificação dos programas nacionais de mestrado e doutorado. Ocorre também uma considerável diminuição na oferta de bolsas para mestrado no exterior, substituída pela oferta de doutorados, posto que o sistema de pós-graduação nacional se consolidava a partir, majoritariamente, do amadurecimento de cursos de mestrado. Ao passo que o regime militar

chegava ao fim, o papel das estruturas de vigilância e controle começavam a ser desmontadas no interior das agências de ciência e tecnologia, tendo, no caso da CAPES, o importante marco do fim do veto ideológico na concessão de bolsas, viabilizando um acesso ampliado à comunidade acadêmica.

Como saldo desse período, observa-se a construção das bases de uma estrutura de ciência, tecnologia e pós-graduação no Brasil a partir de mediações diretas com o ambiente acadêmico do exterior. É possível notar que a geopolítica global operou como um condicionante bastante relevante na construção das estruturas nacionais em ciência e tecnologia, de modo que a ingerência norte-americana com o golpe de 1964 acabou se convertendo em aproximação na esfera da cooperação científica, o que se reverteria, ainda que levemente, com o distanciamento estadunidense a partir da reabertura política nacional. A agenda francesa de cooperação internacional no setor educacional continuou mostrando protagonismo em solo brasileiro a partir da consignação de acordos de capacitação docente, apontando a relevância da França, além dos Estados Unidos, nesse período. Nota-se que a proeminência destas duas nações sobre a construção do sistema nacional se perdurou no tempo, tendo consequências diretas sobre a formação acadêmica de cientistas sociais brasileiros, posto que se manifestam enquanto principais destinos de bolsistas das agências nacionais durante o período. É característica desse período o modo como a busca por autonomia científica por meio do sistema de pós-graduação no Brasil se estruturou sob mediação direta do exterior, seja pela ingerência de atores de fora do país sobre a construção das estruturas nacionais, no financiamento de bolsistas, ou diretamente na capacitação em universidades norte-americanas e europeias. Isto significa que a consolidação de um modelo nacional com capacidade de autonomia institucional se deu, necessariamente, de forma dependente, atada às organizações e atores das principais potências capitalistas do pós-guerra, o que produziria como consequência a ingerência cultural e simbólica dos espaços acadêmicos de tais nações sobre a comunidade científica e sociedade brasileira como um todo.

Em síntese, neste capítulo foi possível compreender como as assimetrias globais que estruturam as relações de poder no campo do conhecimento, conformaram a construção e perfil de atuação de instituições centradas no financiamento de estudos no exterior. Mais especificamente, observa-se que as condições sociais aqui aventadas expressam, em várias dimensões, a reprodução de relações de dependência acadêmica (ALATAS, 2003) entre o Brasil e nações do Norte-Global. A dependência de recursos externos, seja no campo do financiamento, seja do ponto de vista da formação institucional, marca profundamente a

primeira fase do regime. A eclosão da ditadura militar aprofundou a influência norte-americana sobre o sistema de ensino superior brasileiro, afetando diretamente o desenho do modelo de pós-graduação adotado no país. Além disso, o contexto de crise econômica, ajuste fiscal e endurecimento do papel repressor do regime militar, criou condições para, sob a escassez de recursos no terreno nacional, a mobilização a fontes de financiamento estrangeiras se tornasse um dos principais meios de circulação internacional em nível de pós-graduação. Por consequência, o período de 1964 a 1975 observou o papel de relevo de agências de financiamento norte-americanas, com destaque para a Fundação Ford, sobre a promoção de cursos de pós-graduação para cientistas sociais brasileiros, reforçando laços acadêmicos com instituições de países do Norte-Global. O intervalo de 1975 a 1985 é marcado por alterações na aproximação geopolítica entre Brasil e Estados Unidos, acompanhado por tentativas de ampliar a autonomia do sistema de ciência e tecnologia brasileiro, o que corrobora para a diminuição da dependência do financiamento externo, mas também observa uma expansão da promoção de formação no exterior como fundamento da política nacional de pós-graduação.

CAPÍTULO 4: O PERFIL DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIÓLOGOS BRASILEIROS (1964-1985)

No capítulo anterior analisou-se o processo de construção e desenvolvimento de organismos centrais na promoção da circulação internacional em nível de pós-graduação fora do país. A partir desse transcurso pôde-se compreender as dinâmicas de associação entre instituições, atores e políticas, em meio às relações globais e nacionais de poder, que pavimentaram meios de circulação internacional relevantes para a análise empreendida nesta tese. Isto posto, o atual capítulo visa mergulhar com maior profundidade no objeto de pesquisa, caracterizando o perfil da circulação internacional especificamente da comunidade de sociólogos brasileiros. Para tal, empreende-se aqui a análise de uma base de dados, construída pelo autor deste trabalho, composta por informações de 176 sociólogos que realizaram cursos de pós-graduação no exterior entre 1964-1985. Antes de iniciar a apresentação e análise dos dados, cabe lembrar o leitor de algumas decisões metodológicas que embasaram a construção e perfil da base de dados.

Conforme já fora detalhado no capítulo “Metodologia”, investigar aquilo que se pode definir como os “sociólogos brasileiros” é uma tarefa que depende diretamente da própria definição de fronteiras que caracterizam o perfil desse campo de intelectuais, posto que tais limites não são exatamente rígidos, nem claramente definidos. O caminho metodológico escolhido para a composição da base de dados se orientou pela sistematização de informações, apenas, de docentes vinculados a programas de pós-graduação que tenham sido avaliados pela CAPES na área de Sociologia. Além disso, foi necessário definir aquilo que se compreende como “sociólogo brasileiro”, posto que a nacionalidade estrita nem sempre define processos de socialização comuns, em muitos casos ocorridos desde a infância, que permitem que indivíduos nascidos em outros países, e que vivem, ou viveram, no Brasil, possam ser considerados “brasileiros” para os fins desta pesquisa. Nesse sentido, a análise deste capítulo considera “sociólogos brasileiros” os docentes que estiveram vinculados a programas de pós-graduação avaliados pela CAPES na área de Sociologia e que tenham nascido no país, ou feito graduação no Brasil, ou mesmo realizado mestrado aqui antes de seguir para um doutorado no exterior entre (1964-1985)

Foi feita uma busca nas bases de dados de acesso público da Plataforma Sucupira, mais especificamente no ambiente virtual “Dados Abertos – CAPES”, por informações

sistematizadas sobre professores de programas avaliados na área de sociologia⁴⁷. A partir disso foi possível sistematizar informações em formato planilha a partir do ano 2000 até o ano de 2019. Nesse sentido, tal levantamento viabilizou a montagem de uma lista de docentes brasileiros vinculados a programas de sociologia que mantiveram relação com suas instituições até, ao menos, o ano 2000. Isto significa que docentes que tenham se desvinculado antes do ano citado não integram a base de dados. Tal limitação deve-se ao fato de que esse ano é o último em que existem informações sobre docentes de programas de pós-graduação nacionais no sistema Dados Abertos. Essa lista de sociólogos deu condições à extração de dados de currículos específicos da Plataforma Lattes. A extração foi realizada por meio do download de todos os currículos da lista citada em formato XML, depois vindo a ser processados no software Base-X, proporcionando a montagem de uma base de dados que consolida informações de todos os currículos.

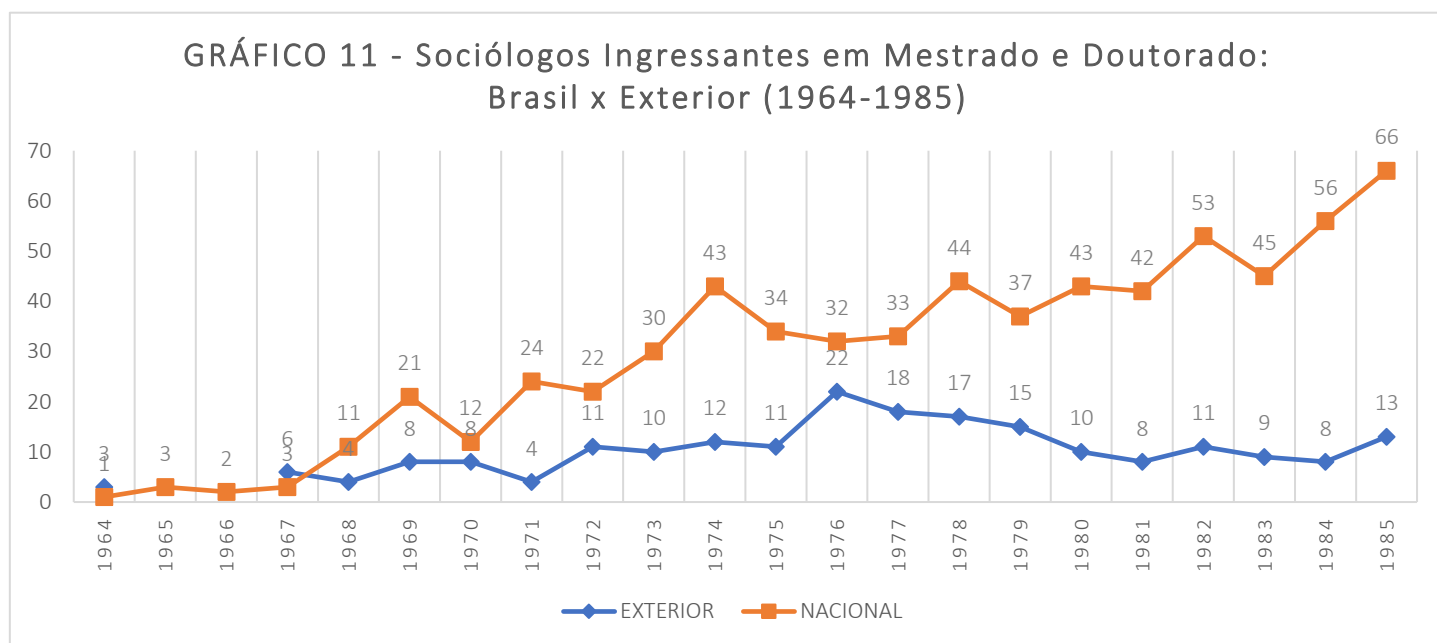
Assim, nos tópicos a seguir, é realizada uma apresentação e análise do perfil dos sociólogos brasileiros que realizaram cursos de pós-graduação no exterior entre 1964 e 1985 e que integram a base de dados. Primeiramente é realizada uma interpretação sobre a natureza do fluxo destes pesquisadores para fora do país, em comparação com aqueles que realizaram seus cursos de pós-graduação no Brasil. Em seguida são apresentados dados referentes às fontes de financiamento para a realização dos cursos no exterior, sua relação com os países de destino, e algumas considerações sobre a distribuição universitária e geográfica interna à essas nações. Por fim, faz-se um diagnóstico do perfil temático de mestrados e doutorados realizados pelos intelectuais. O capítulo se encerra com uma síntese analítica dos resultados encontrados no levantamento.

4.1 Sociólogos no Exterior e a Institucionalização da Pós-Graduação no Brasil

Observando os dados de sociólogos ingressantes em mestrado e doutorado no exterior de 1964 a 1985, nota-se que, no início da década de 1970, começa o processo de distanciamento entre o total de estudantes que fazem cursos de pós-graduação no estrangeiro e o total de estudantes que fazem cursos de pós-graduação no Brasil. É importante citar, contudo, que até primeira metade da década de 1970 nota-se um crescimento em ambas as curvas, dado que o

⁴⁷ As bases de dados com informações sobre docentes de programas de pós-graduação brasileiros podem ser acessadas no seguinte link da plataforma Dados Abertos CAPES: <https://dadosabertos.CAPES.gov.br/organization/diretoria-de-avaliacao?groups=docentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil>

número de sociólogos mestrados e doutorandos no Brasil cresce de oito em 1970 para 32 em 1976, aumentando 166%, ao passo que aqueles que realizaram estudos no exterior vão de oito para 22 no mesmo período, variação positiva de 175%. Já a partir do ano de 1976, verifica-se uma clara trajetória de ruptura entre os dois perfis de formação, com um expressivo aumento de estudantes realizando seus estudos no Brasil e o início de uma queda na quantidade no exterior. Observa-se que em 1976 a curva de sociólogos realizando mestrados e doutorados no Brasil passa a entrar em uma crescente, quase constante, indo de 34 pós-graduandos no ano em questão e chegando a 66 em 1985, crescimento de 94%. Contudo, é importante mencionar que no caso dos que realizaram estudos fora do país, o período de 1976 a 1980 é caracterizado por uma espécie de platô, levemente decrescente, possuindo os maiores índices da série observada, que oscilam entre 15 e 22 estudantes, o que é seguido de uma manutenção em parâmetros um pouco menores de 1980 a 1984, com cifras que variam de oito a 13 pós-graduandos.

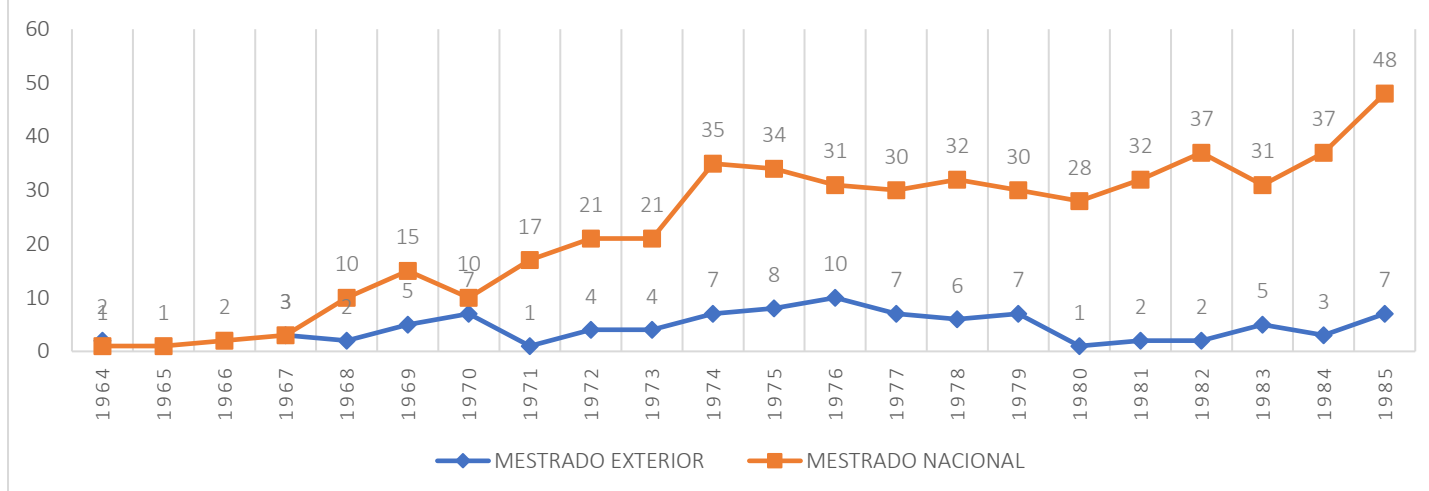


Fonte: Elaborado pelo autor

Contudo, é importante mencionar que tais dados não são idênticos quando se compara mestrados com doutorados. É perceptível que o distanciamento entre as quantidades de sociólogos pós-graduandos no Brasil e no exterior ocorre, primeiramente, entre os cursos de mestrado e posteriormente para os doutorados. O gráfico 12, que compara a quantidade de sociólogos realizando mestrado dentro e fora do país, mostra que em 1970 ocorre, notavelmente, um descolamento da curva nacional, dado que a realização dessa modalidade de pós-graduação começa a crescer com bastante intensidade entre 1970 e 1975, mais especificamente numa variação de 240%. É interessante perceber que no caso dos mestrados

no país existe uma tendência de estabilidade entre 1974 e 1983, o que, contudo, é revertido nos anos subsequentes, com destaque para o final da série, em que os valores chegam a 48 mestrados. Apesar da quantidade de ingressos no mestrado fora do país também crescer entre 1970 e 1975, o aumento quantitativo não chega próximo ao padrão nacional no período. Entre os mestrados no exterior, os valores alcançam os melhores resultados no intervalo de 1974 a 1979, variando de seis a dez novos estudantes a cada ano do período. A fase de 1980 a 1984 mostra um refluxo na quantidade de novos alunos fora do país, período em que a taxa de sociólogos ingressantes no Brasil volta a aumentar.

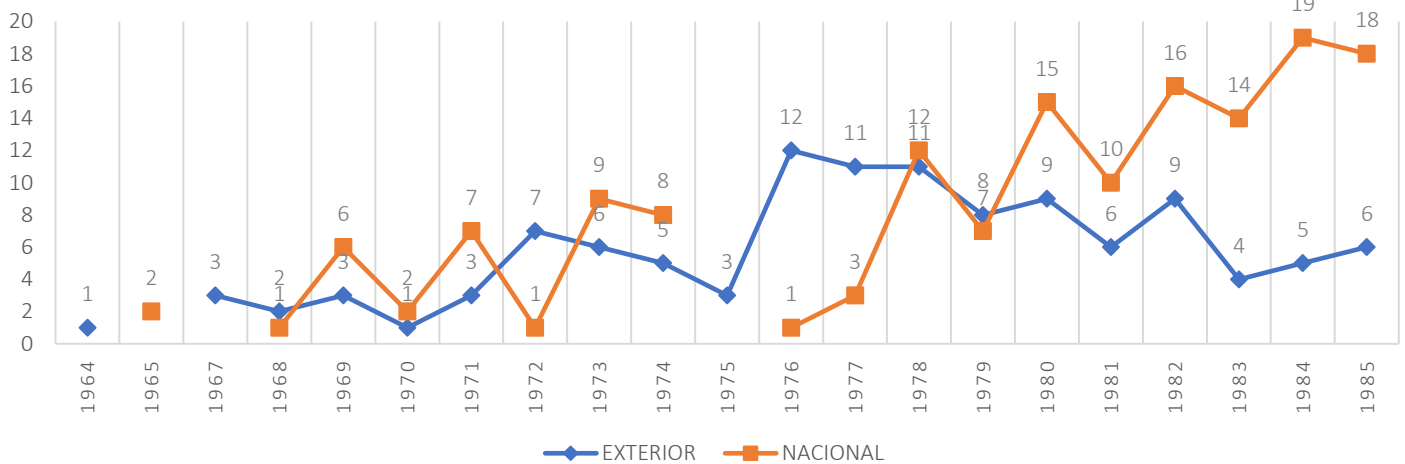
GRÁFICO 12 - Sociólogos ingressantes em Mestrado: Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Já no caso dos sociólogos ingressando em cursos de doutorado, fica evidente que até o ano de 1979 há uma tendência de sobreposição entre as duas curvas, com a única exceção dos anos de 1975, 1976 e 1977, em que a realização fora do país é consideravelmente mais alta do que a realizada no Brasil, de modo que é na década de 1980 que acontece um notável descolamento das taxas relativas aos dois tipos de formação. Já no período de 1979 a 1985 o número de sociólogos ingressantes em doutorado no Brasil aumenta de sete para 18, aumento 157%, ao passo que os números de estudantes no exterior caem de oito para seis no mesmo período, crescimento de 25%.

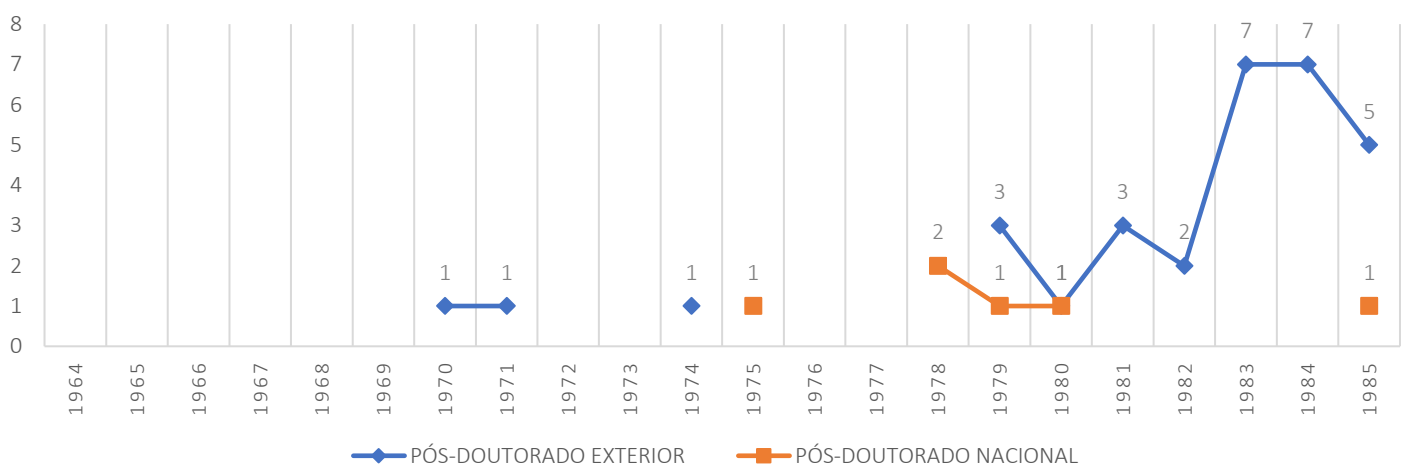
GRÁFICO 13 - Sociólogos ingressantes em Doutorado: Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

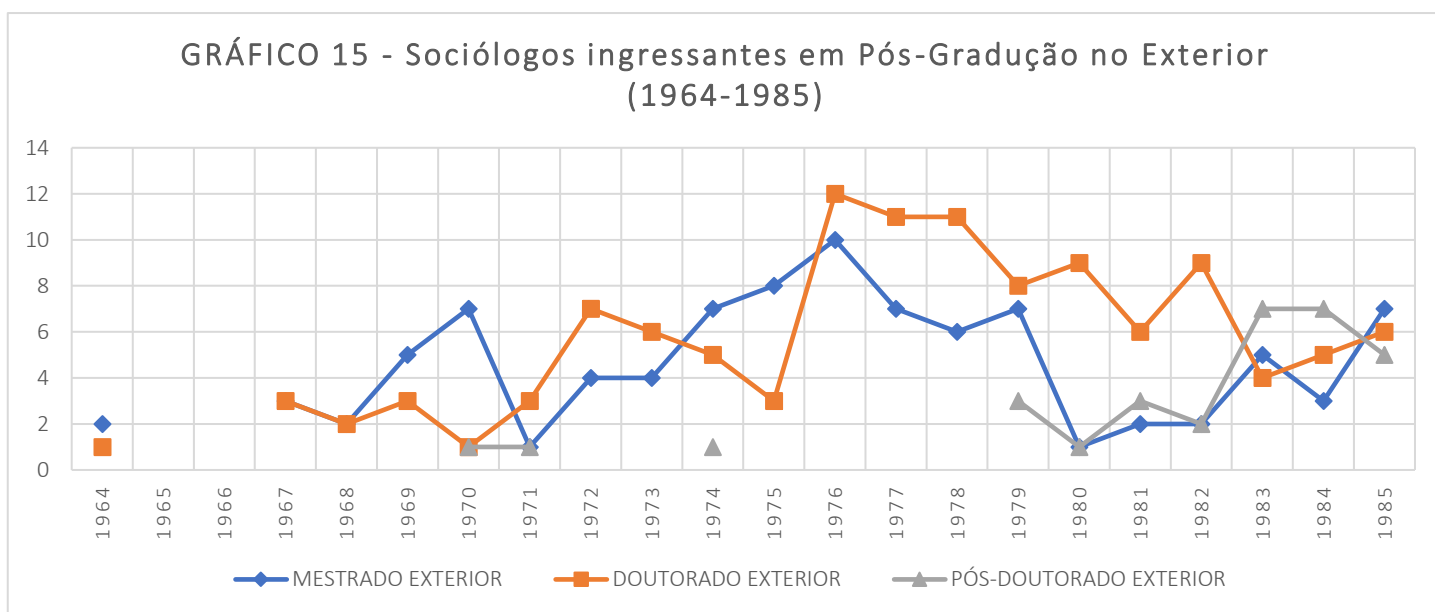
Contudo, em se tratando da realização de pós-doutorados, encontra-se uma clara evidência de concentração de atividades fora do país. O gráfico 14 constata de forma bastante expressiva que durante vigência da ditadura militar brasileira, a maior parte dos sociólogos que realizaram pós-doutorado o fizeram no exterior e a realização dos cursos se concentra na década de 1980, com um início de crescimento mais significativo nos anos de 1983 e 1984.

GRÁFICO 14 - Sociólogos ingressantes em Pós-Doutorado: Brasil x Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

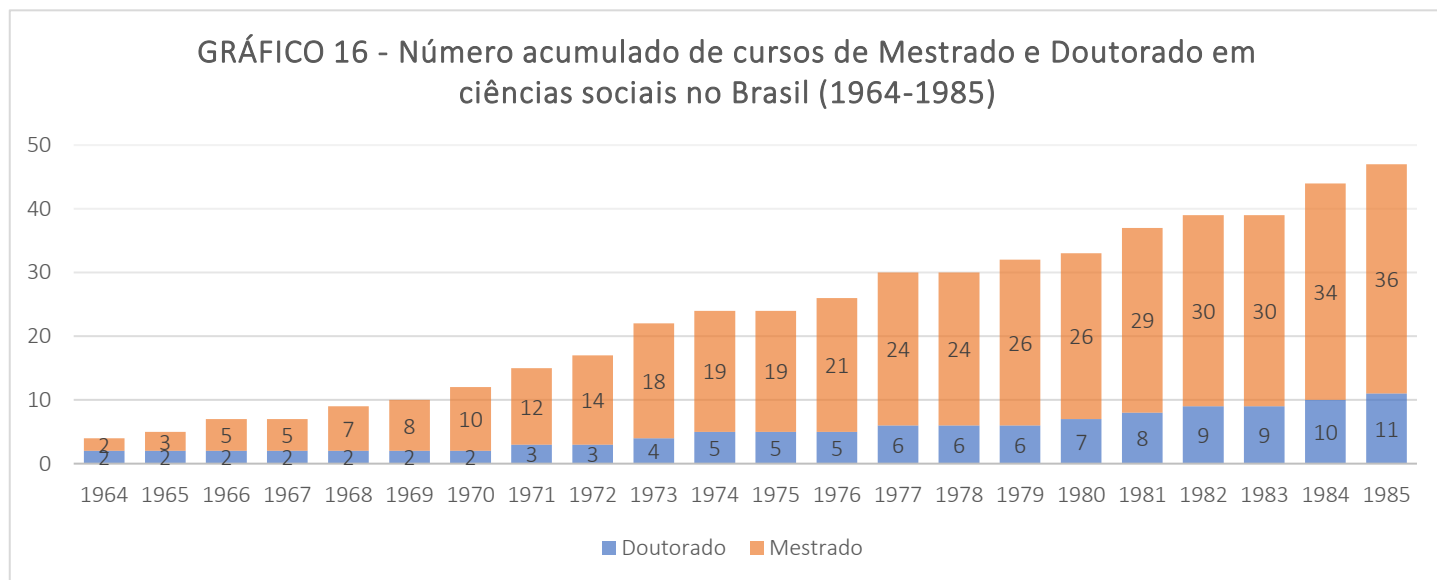
Destarte, agregando os três perfis de cursos de pós-graduação no exterior durante o período em questão, nota-se que até o ano de 1975 a quantidade de sociólogos brasileiros realizando mestrado e doutorado no exterior era bastante semelhante, ao passo que no intervalo de 1975-1985 os doutorados ocupam a dianteira na maior parte da série, com o refluxo dos mestrados. Além disso, como apontado anteriormente, a presença dos pós-doutorados emerge apenas no final da série, surgindo com o início dos anos de 1980, com maior crescimento nos últimos três anos do intervalo.



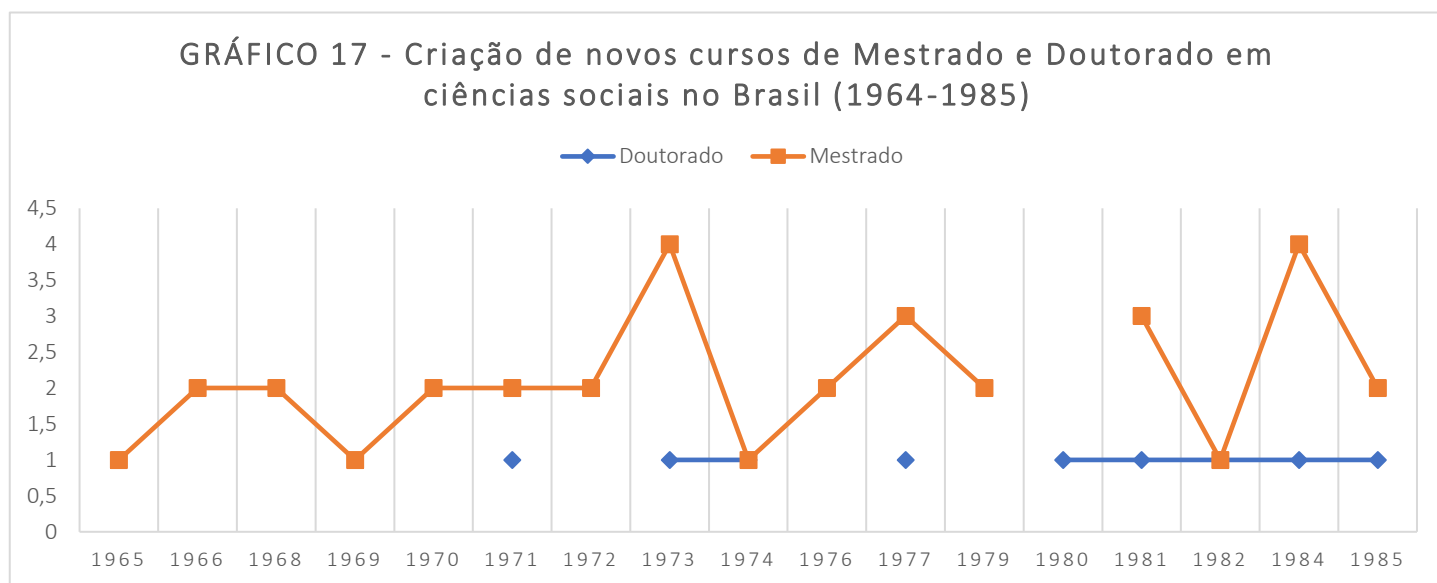
Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados estão diretamente conectados ao processo de institucionalização de programas de pós-graduação no Brasil, dado que a expansão na criação de cursos de mestrado ocorre antes dos programas de doutorado no país. Observa-se no gráfico16 que até o ano de 1975 19 cursos de pós-graduação em ciências sociais possuíam oferta de mestrado, os quais se concentravam majoritariamente na região Sudeste, posto que seis estavam em São Paulo e três no Rio de Janeiro. Nesse intervalo, a quantidade de cursos de doutorado é bastante pequena, chegando a apenas cinco no ano de 1975. A partir do ano de 1975, em consonância com a institucionalização dos programas de pós-graduação capitaneada pela CAPES a partir do I PNPG, conforme descrito no capítulo 3 desta tese, observa-se notável crescimento nos cursos de mestrado, que vão de 19 a 35 no ano de 1985, o que vem acompanhado da criação, contínua, ano a ano, de novos programas a partir da década de 1980. Além disso, observa-se uma diversificação regional maior na qualidade de programas de pós-graduação após 1975, com um aumento da proporção de instituições fora do Sudeste, posto que esta região representava 73% do total de cursos de pós-graduação em ciências sociais no ano de 1975 e passou a ocupar 58%

no ano de 1985. É importante mencionar, contudo, que a diversificação regional que passa a ocorrer na segunda metade do período aqui analisado, ocorre apenas em nível de mestrado, dado que durante todo o intervalo de 1964-1985, os únicos cursos de doutorado estavam nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, posto que 5 estavam em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 2 em Brasília.

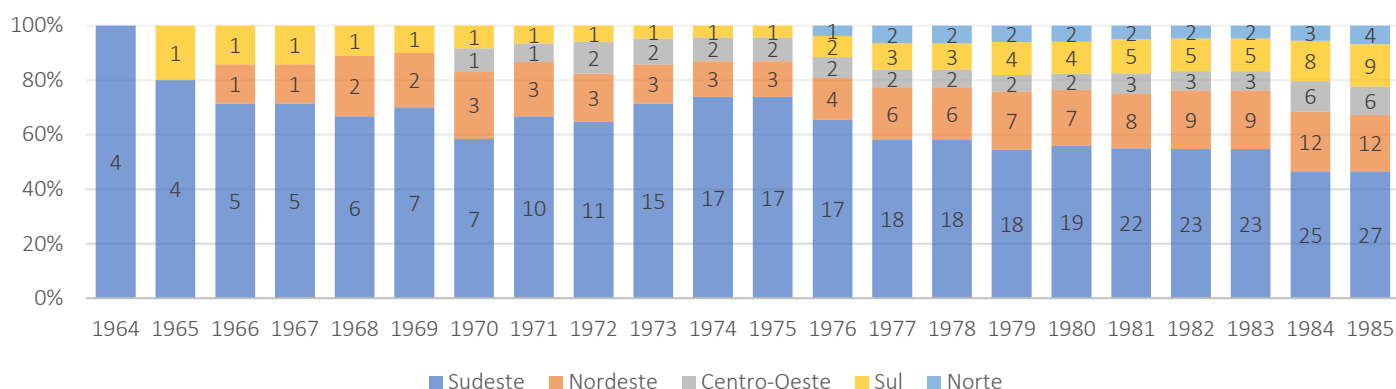


Fonte: Elaborado pelo autor



Fonte: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 18 - Número acumulado de cursos de Mestrado e Doutorado em ciências sociais no Brasil por Região (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

A apresentação desses dados permite dar maior concretude a alguns elementos históricos que caracterizam o perfil da realização de cursos de pós-graduação por sociólogos brasileiros no exterior. Primeiramente fica bastante evidente que o aprofundamento da institucionalização do sistema de pós-graduação brasileiro após 1975, com a edição do I PNPG, impacta diretamente a matrícula em mestrados e doutorados fora do país. É notável que após esse marco há um crescimento considerável nos estudantes realizando cursos de pós-graduação no Brasil, com destaque para os mestrados já que a criação da maioria destes é anterior ao nível seguinte, mas é também nesta fase em que ocorre o maior crescimento, também, de matrículas no exterior. Conforme foi abordado no Capítulo 3 desta tese a Gestão Darcy Closs na CAPES, que vai de 1975 a 1979, coloca em prática uma série de diretrizes presentes no I PNPG, entre os quais estava a mobilização pela expansão dos cursos de pós-graduação brasileiros, principalmente pela sua regionalização, dada a concentração na região sudeste, acompanhada do incremento em bolsas no estrangeiro.

Destarte, as consequências da política expansionista aplicada na gestão Darcy Closs parecem ser alguns dos principais condicionantes do aumento de sociólogos realizando cursos no exterior durante o intervalo 1975-1979, além do próprio refluxo a partir da década de 1980. Nota-se que o maior incentivo no acesso a bolsas no exterior durante a fase de expansão, apresentado no capítulo anterior, é acompanhado das maiores taxas de mestrado e doutorado entre os sociólogos presentes na base aqui construída. Além disso, ao passo que o sistema de pós-graduação se consolida no Brasil, primeiramente a partir da criação de mestrados e depois com os doutorados a partir de 1980, se verifica o crescimento da realização de cursos no espaço nacional e o refluxo das taxas de sociólogos no exterior encontradas na fase de expansão.

Por consequência, o perfil quantitativo dos sociólogos ingressantes em cursos de mestrado e doutorado no exterior, entre 1964-1985, acompanha a política nacional de institucionalização do sistema de pós-graduação e sua integração ao II Plano Nacional de Desenvolvimento vigente na época, que priorizava uma política de reversão da dependência econômica e tecnológica em relação ao mercado externo. É importante compreender, ao analisar esse processo, que o esforço Estatal em busca de maior autonomia no campo científico e tecnológico, não se fez prescindindo do recurso ao estrangeiro. Muito pelo contrário, a fase de maior expansão do sistema de pós-graduação nacional 1975-1979 é acompanhada, também, do maior momento de aumento de sociólogos, assim como cientistas de outras áreas, em formação nas universidades do exterior. O esforço por atenuar a dependência acadêmica (ALATAS, 2003) em relação aos centros com maior poder em escala global - visando culminar no desenvolvimento interno no campo da ciência e tecnologia - se fundou, na fase de expansão nacional, em paralelo ao próprio reforço das relações de dependência no campo intelectual. Dito em outras palavras, para a construção de uma comunidade científica sólida e abrangente em solo nacional, o Estado demandou com ainda mais vigor a formação de seus cientistas em instituições do exterior. Desse modo, o fundamento da autonomia econômica, científica e tecnológica futura, naquele momento de expansão desenvolvimentista, se expressava no reforço da dependência acadêmica, ainda que vista como necessidade passageira. O perfil quantitativo da circulação de sociólogos brasileiros em pós-graduação no exterior entre 1975 e 1979 é produto, justamente, desse processo.

Tais processos também se encontram diretamente imbricados nas próprias condições econômicas do Brasil durante o ciclo analisado. É fato reconhecido que o intervalo que cobre a década de 1970, como um todo, se caracteriza por momentos de aumento do crescimento da economia nacional, com taxas de PIB que oscilaram em torno de 5% a 13% ao ano, contribuindo diretamente ao aumento da capacidade estatal em mobilizar recursos para áreas estratégicas. Contudo, a fase que emerge no início dos anos 80, acompanha uma busca queda na atividade econômica do país, com uma queda de 4,25% do PIB em 1980, crescimento de apenas 0,83% em 1981 e nova baixa de 2,93% em 1983. A crise do começo dos anos 1980 deve ser mobilizada, também, enquanto um elemento relevante para explicar a desaceleração na concessão de bolsas ao exterior, o que pode explicar a redução nos sociólogos ingressantes em pós-graduação fora do Brasil nessa fase.

Além disso, um fato que deve ser levado em consideração na interpretação da queda no número de sociólogos realizando pós-graduação no exterior após a fase de expansão, com a

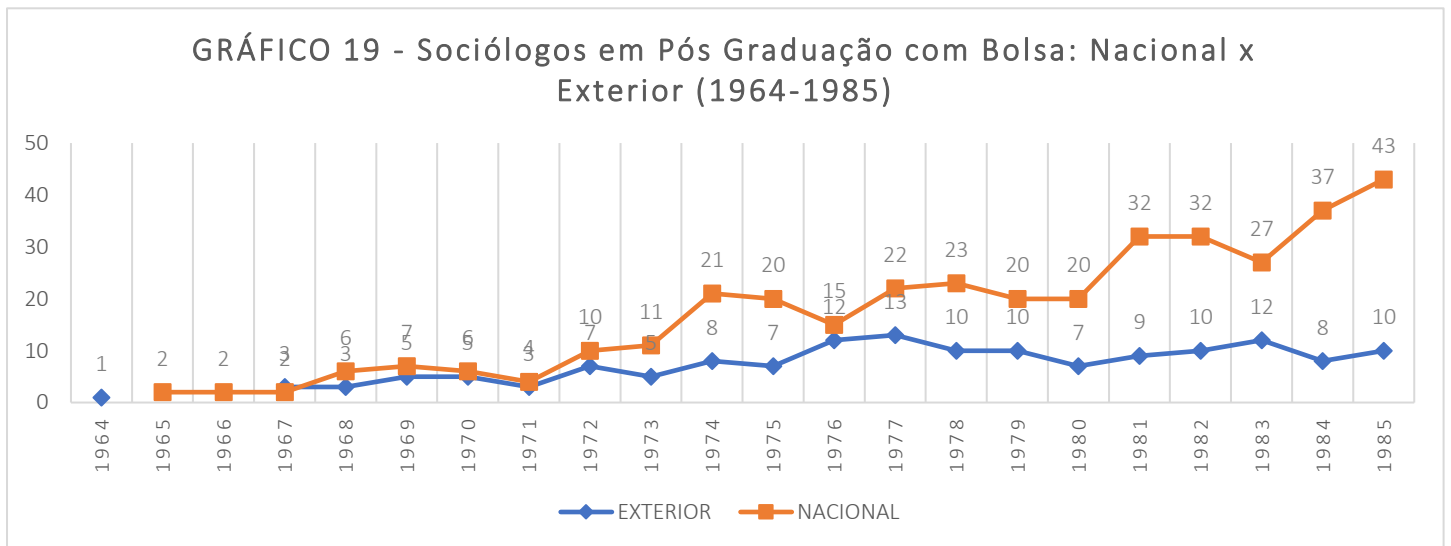
entrada dos anos 1980, é o processo de início de transição política da ditadura para a democracia no Brasil. Com o final da década de 1970, o país passa por uma diminuição no processo de repressão, perseguição e censura que caracteriza os anos anteriores, admitindo anistiados e se constituindo como um espaço menos hostil para intelectuais com histórico de atividade militante (MOTTA, 2014). Esse fato também deve ser considerado enquanto um possível condicionante da redução de sociólogos fazendo mestrado e doutorado no exterior a partir da década de 1980.

4.2 Expansão Institucional e Acesso a Bolsas

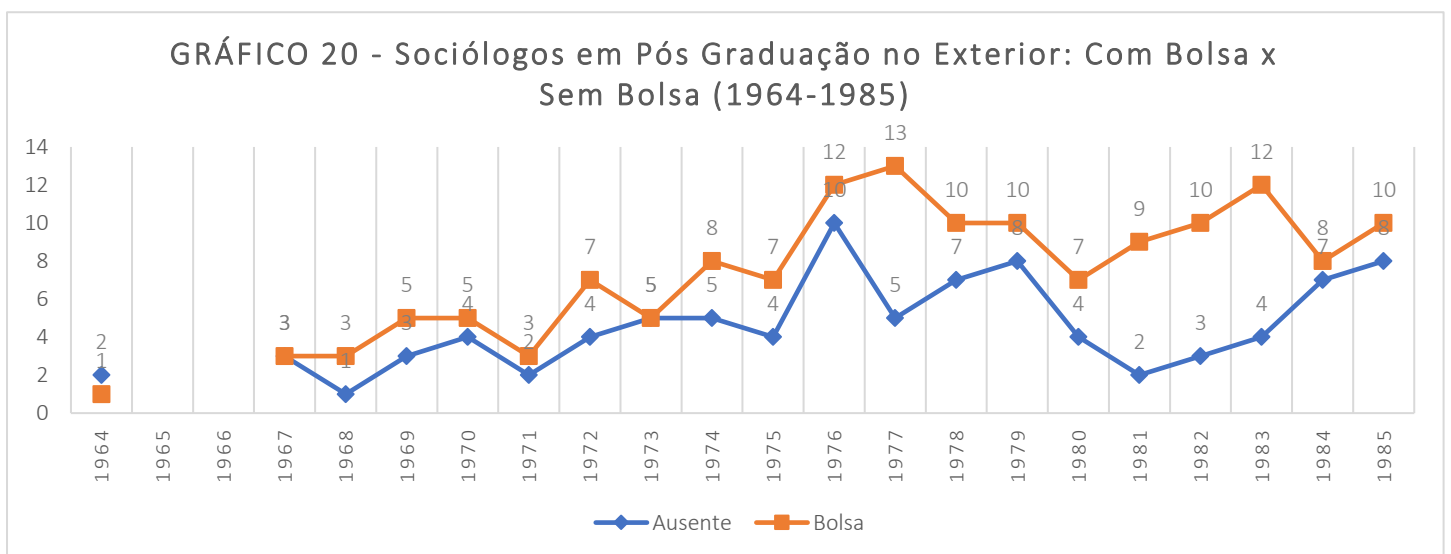
Um dos principais meios de viabilização de mobilidade ao exterior é o acesso a financiamento. As bolsas de estudos são as formas de custeio com maior proeminência na realização de mestrados e doutorados fora do país e nesta pesquisa é possível notar que estão diretamente imbricadas com o processo de institucionalização do sistema de ciência, tecnologia e ensino superior brasileiro. Assim como apresentado no capítulo anterior, após 1975 ocorre um crescimento generalizado em número de bolsas para estudos de pós-graduação pelas agências nacionais, ao passo que na primeira fase da ditadura militar o papel de organismos estrangeiros era destaque na concessão deste tipo de financiamento. Isso posto, aprofunda-se aqui a análise empreendida sob o ponto de vista do financiamento, observando a viabilização de acesso às bolsas, a natureza dos tipos de financiamento e seu perfil de distribuição quantitativa na série histórica.

Quando se olha para os dados de realização de mestrados e doutorados no Brasil e no exterior sob a perspectiva do acesso a financiamento, é possível notar que após a segunda metade da década de 1970, ocorre uma clara dissociação entre os padrões dos dois grupos. Iniciada em 1973 e aprofundada a partir de 1976, começa a ocorrer uma tendência de distanciamento, com vantagem à realização de cursos com bolsa no Brasil, o que se consolida após 1980 quando os mestrados e doutorados nacionais saltam de 20 em 1980 a 43 em 1985, e permanecem relativamente estáveis entre aqueles que realizaram a pós-graduação no exterior. No caso daqueles que o fizeram os estudos no exterior, com bolsa, os dados apresentam o intervalo de 1975 a 1979 como o período de maior quantidade de estudantes, com queda a partir de 1980 e recuperação em 1985, processo que acompanha o aumento ao financiamento a bolsas de estudo pelas agências nacionais pós PNPG I, conforme apresentado no Capítulo 3, anteriormente.

Olhando detidamente apenas o caso dos sociólogos que estudaram fora do país, nota-se que a maior parte realizou a pós-graduação com bolsa. O gráfico 19 abaixo, aponta que de 1964 a 1976 existe uma proximidade entre as duas curvas, contudo, com vantagem para aqueles que tinham financiamento. Já entre 1976 e 1982, o número de sociólogos que iam estudar com bolsa é maior, descolando-se da curva dos que não tinham financiamento. A vantagem dos ingressantes com bolsa entre 1976 e 1982 deve-se, como anteriormente apresentado, pela concentração de doutorados financiados neste período. Este fato é um produto direto das mudanças nas políticas de concessão de bolsas da CAPES, que a partir dos anos 1980 passam a priorizar o financiamento para a modalidade de doutorado, dado que os cursos de cursos de pós-graduação com mestrado estavam em fase de expansão no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor

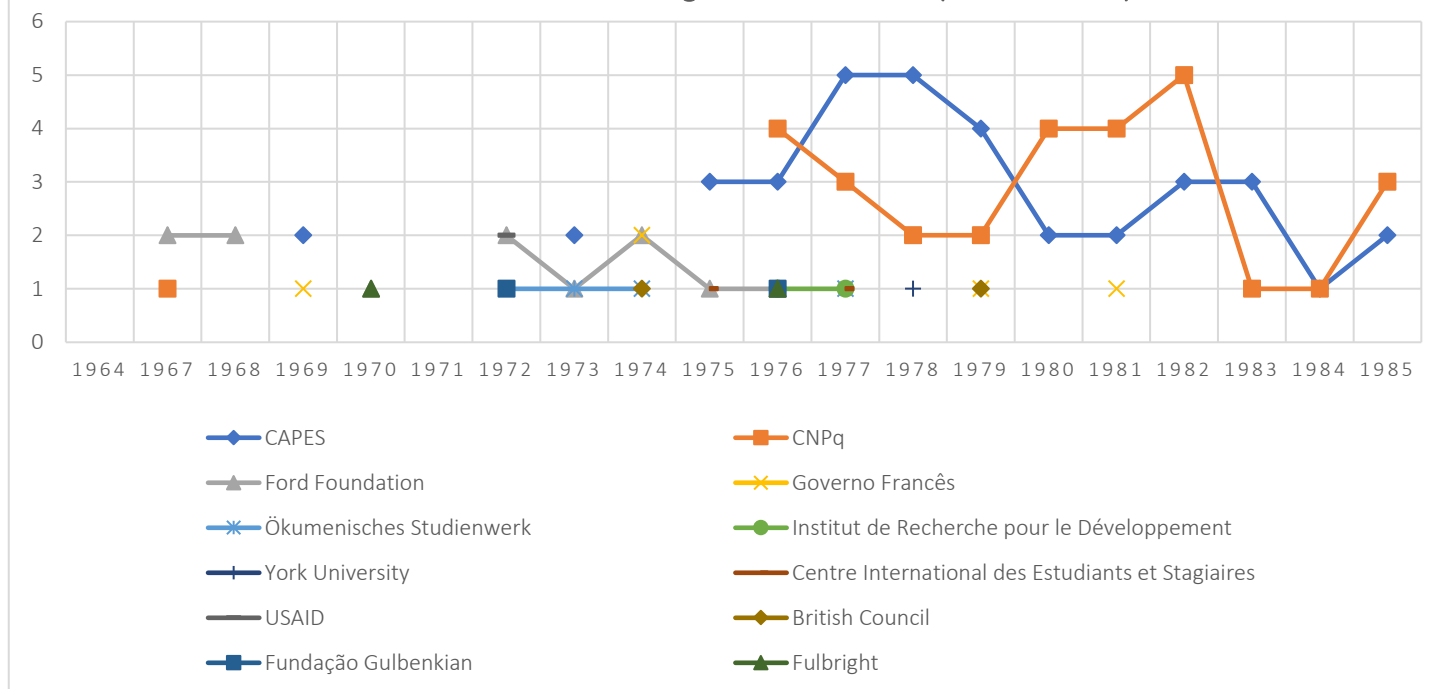


Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se também que a vigência do I PNPG (1975-1979) é o período de maior destaque em número de bolsistas no exterior, ainda que após 1975 as cifras comecem a cair levemente, em paralelo com a institucionalização dos programas nacionais. Com a entrada dos anos 1980 ocorre o início de uma diminuição na quantidade de sociólogos realizando pós-graduação no exterior, processo concomitante com a edição do II PNPG e um período em que a CAPES, principal agência de financiamento nacional, passa a enfrentar redução na sua capacidade financeira pela crise econômica nacional.

Além de observar o acesso a bolsas, esta pesquisa também se debruçou sobre as agências de financiamento para mobilidade internacional. No que diz respeito ao perfil destas, o período que compreende a ditadura militar brasileira tem dois padrões claramente identificáveis no gráfico 21. É possível notar que do intervalo de 1964 a 1975 a Fundação Ford foi a principal fonte de financiamento de mestrados e doutorados no exterior pelos sociólogos brasileiros, sendo a única com alguma frequência contínua nesse período. O intervalo de maior proeminência nos dados analisados vai de 1970 a 1975, quando há uma continuidade de novos ingressantes financiados pela instituição norte-americana. Destarte, a fase de circulação internacional que antecede 1975, anterior ao I PNPG e o processo de fortalecimento e autonomização das agências nacionais de financiamento, pode ser caracterizado por uma pulverização de formas de financiamento dispersas e sem continuidade, como é o caso de algumas poucas bolsas das agências brasileiras CAPES e CNPq, bem como uma série de outras instituições internacionais de perfil filantrópico ou de cooperação internacional como OEA, USAID, Fundação Gulbenkian, Rockfeller e Ökumenisches Studienwerk.

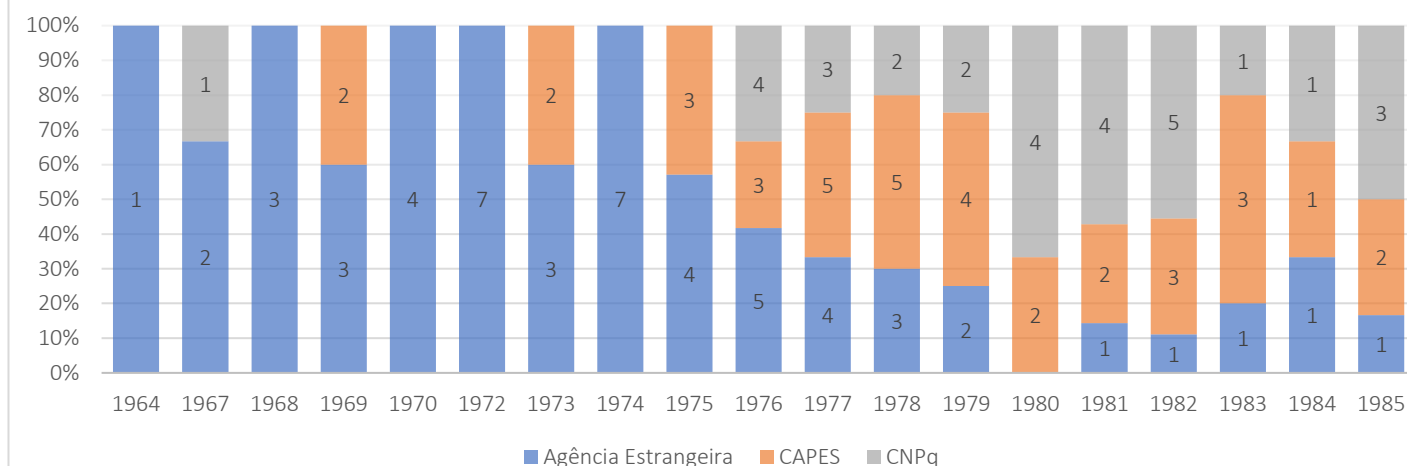
GRÁFICO 21 - 12 Principais Fontes de Financiamento de Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Já a partir de 1975 observa-se uma mudança de padrão de financiamento, com a emergência continuada de bolsas da CAPES e CNPq, as quais passam a ser as principais fontes de recursos para mestrado e doutorado de forma ininterrupta durante este período. No gráfico 22, abaixo, é possível perceber que as duas agências somadas alcançam valores que superam os 50% do total de fontes de financiamento a partir de 1976, quando atingem 58% do total de bolsas, chegando a dominar 100% do ano de 1980 e terminam 1985 com 72% do total. Se tomarmos o período de 1975 a 1985 como um todo, as bolsas CAPES e CNPq representam 69% do total de todos os financiadores para estudos de pós-graduação na base de dados analisada, sendo 37% pela CAPES e 32% pelo CNPq. As outras agências nacionais ocupam um espaço bastante diminuto na série, com duas bolsas no ano de 1971, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPRGS) e uma bolsa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1977.

GRÁFICO 22 - Fontes de Financiamento de Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Esses dados sobre a natureza das fontes de financiamento para estudos no exterior permitem algumas considerações, primeiramente a respeito do papel de organismos estrangeiros na concessão de bolsas no período de 1964 a 1975. Assim como abordado no capítulo anterior, dado processo ainda germinal de desenvolvimento das agências nacionais no campo da ciência, tecnologia e ensino superior, CAPES e CNPq, até o ano de 1975, o país encontra-se à mercê de agências, programas e organizações orientadas à disponibilização de financiamento para estudos fora do país. Nesta fase a ingerência norte-americana sobre a ditadura brasileira é mais forte, com presença direta desde agentes mobilizados em projetos de desenvolvimento, consultoria técnica até a construção de modelos institucionais. A experiência de reforma universitária em 1968 é exemplo notório dessa influência no ensino superior, coadunada ao debate acerca dos acordos MEC/USAID no período e à adoção do modelo universitário inspirado no estadunidense. Isto posto, organizações, direta ou indiretamente, alinhadas aos interesses norte-americanos na consolidação da hegemonia cultural e econômica na América Latina, como Fundação Ford, Fundação Rockefeller, USAID, e OEA, operaram como importantes atores na aproximação de estudantes brasileiros de organizações educacionais norte-americanas. Nota-se, conseqüentemente, que o vácuo de meios institucionais em território brasileiro, conjugado com o ambiente da guerra fria e os interesses norte-americanos, são elementos que se agregam de modo a condicionar na primeira fase do regime militar, o fluxo de sociólogos do Brasil, para os Estados Unidos. Nesse sentido, tal cenário contribuiu para a reprodução de relações de dependência entre a academia brasileira para com a norte americana, ao fortalecer perfis de fluxo unilaterais tendo os Estados Unidos

como principal destino.

É digno de nota que a forma com a ditadura militar atuou no interior das agências nacionais, CAPES e CNPq, na primeira fase do regime, contribuiu justamente para produção desse vácuo institucional. No caso da CAPES isso se nota de forma mais veemente, dado que, como apontado no capítulo 3, esta agência reduziu fortemente seus investimentos em bolsas no exterior após a edição do AI-5, além de reduzir os provimentos para área de ciências sociais. No caso do CNPq, a quantidade ínfima de bolsas durante o período, processo acompanhado do fortalecimento tardio da área de Ciências Sociais no interior da instituição, contribuiu para que o provimento financeiro a bolsas direcionadas a sociólogos fosse bastante pequeno de 1964 a 1975. Esses processos, aliados ao contexto geopolítico e o papel das agências estrangeiras, principalmente norte-americanas, como citado, foi extremamente relevante para o fortalecimento das relações de dependência acadêmica entre a sociologia no Brasil para com os Estados Unidos.

Contudo, para além disso, é importante recuperar que a ação repressora e persecutória do regime militar brasileiro também atuou para, de forma forçada, ainda que não estrategicamente orientada, influenciar o perfil do fluxo internacional aqui tratado. Mais especificamente, para além das agências norte-americanas citadas, a organização alemã vinculada à Igreja Luterana, *Ökumenisches Studienwerk*, ou, em português, Obra de Estudos Ecumênicos, se apresenta enquanto fonte importante de financiamento para realização de pós-graduação por sociólogos brasileiros em conflito com a perseguição do regime militar. Assim como afirma o estudo de Ribeiro (2020), a organização foi criada com o interesse oferecer refúgio para jovens e estudantes perseguidos por regimes autoritários, principalmente na América Latina, com destaque para o Chile. A agência aparece enquanto uma das fontes de financiamento presentes no intervalo de 1972 a 1977, período marcado pelo endurecimento da repressão ditatorial e perseguição a opositores. Verifica-se, neste caso, a partir da relevância de um projeto de solidariedade global ligado a um grupo religioso, o papel do caráter repressor do regime militar na influência para fluxos de intelectuais fora do país. Consequentemente, a repressão do Estado foi agente central também para o fortalecimento dos laços de dependência intelectual, ao influenciar a fuga forçada para o exterior, amparada por organizações de solidariedade humanitária posicionadas no Norte-Global.

Destarte, nota-se o descaso institucional e a violência direta do estado brasileiro, conectam-se com condições e atores estrangeiros de modo a direcionar fluxos de sociólogos brasileiros ao exterior no período narrado. Os agentes externos, orientados seja pelo discurso

da promoção do desenvolvimento, ou a causa humanitária, serviram de meios para canalizar fluxos com países específicos que já ocupavam papéis de prestígio frente à comunidade acadêmica e às elites brasileiras como um todo. Os meios de financiamento aqui analisados operaram, conseqüentemente, no fortalecimento de relações de hegemonia, por determinados países sobre o Brasil, no campo do conhecimento. As conseqüências desse processo podem ser observadas com maior evidência no tópico seguinte, em que se descreve o perfil nacional dos destinos de sociólogos brasileiros em se tratando dos seus cursos de pós-graduação.

4.3 Países de Destino

Esta pesquisa também realizou um levantamento dos países escolhidos como destino para os cursos de pós-graduação de sociólogos brasileiros. Interessou-se por investigar em que medida a influência histórica de Estados Unidos e França sobre a institucionalização das ciências sociais nacionais, ou mesmo pelas parcerias com agências nacionais ou por aporte financeiro direto, atuou para que essas nações permanecessem, durante o intervalo analisado, locais de atração de pesquisadores brasileiros. Além disso, a pesquisa mergulhou mais profundamente sobre as principais nações de destino do grupo de sociólogos analisados, analisando quais instituições desses países se destacaram entre os brasileiros pertencentes à base de dados e quais regiões concentraram a maior quantidade de tais estudantes. O tópico ainda inclui uma análise dos temas de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos principais países de destino, levantando as linhas de pesquisa mais frequentes e a natureza dos trabalhos realizados.

Algumas características podem ser observadas em se tratando dos países de destino em mestrados e doutorados de sociólogos brasileiros entre 1964 e 1985. Tomando o período como um todo, é possível notar a proeminência da França, com 79 doutorados e mestrados somados (37,98%), seguida de Estados Unidos com 63 (30,29%), Grã-Bretanha 18 (8,65%), México 13 (6,25%), Alemanha 10 (4,81%), Bélgica 6 (2,88%), Itália 5 (2,40%), Canadá 4 (1,92%), Israel 2 (0,96%), Costa Rica 2 (0,96%), Chile 2 (0,96%), Suécia 1 (0,48%), Polônia 1 (0,48%), Áustria 1 (0,48%) e Argentina 1 (0,48%). Ainda observando algumas características desses dados de destino observa-se que até o ano de 1975 os Estados Unidos são o principal receptor de sociólogos brasileiros buscando formação em pós-graduação, sendo substituído na liderança pela França a partir do ano de 1977. Um dado relevante a ser mencionado é que a Grã-Bretanha e a Alemanha, apesarem de terem cifras consideravelmente inferiores a Estados Unidos e França, possuem uma constância considerável na série histórica analisada, não chegando a se

concentrar especificamente em um único período. Ademais, no caso do México se verifica que o país tem maior número de ingressantes a partir da segunda metade da década de 1970, com destaque para o intervalo de 1978 a 1982. Os dados dos 7 países com maior número de sociólogos brasileiros recebidos no período podem ser observados no gráfico 23, abaixo, assim como a FIGURA 1, que expressa a dispersão global destes estudantes no intervalo em questão.

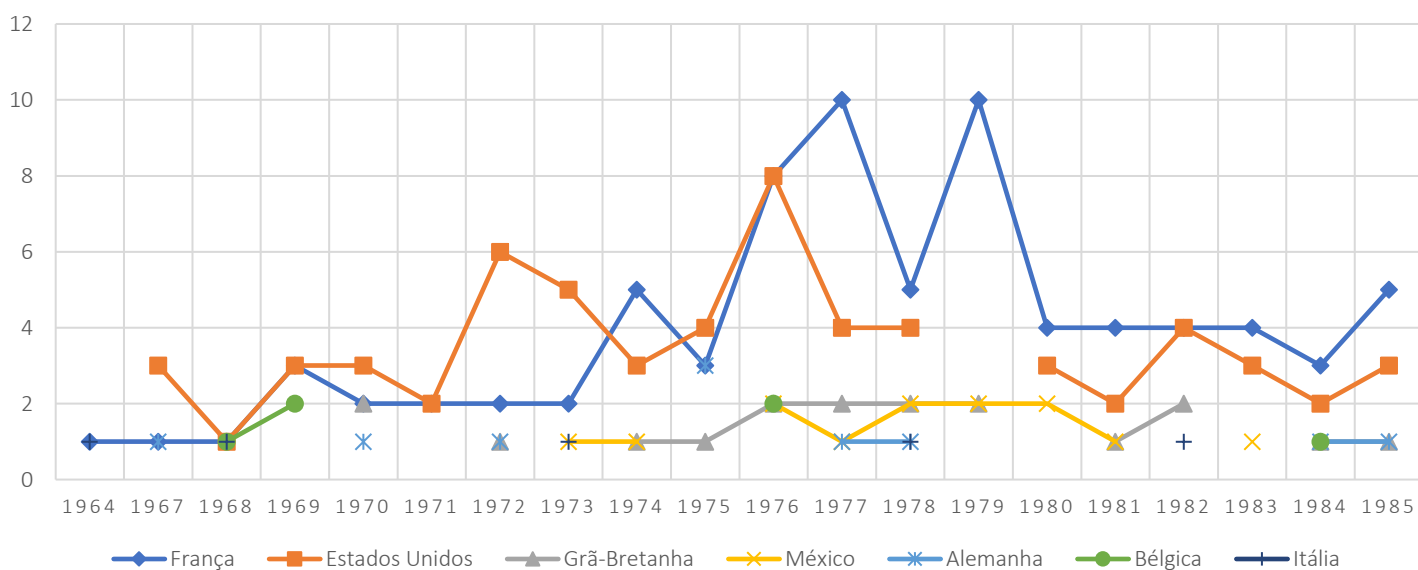
FIGURA 1 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação no Exterior por país (1964-1985)



Os dados reforçam o registro de que a formação da geração de sociólogos brasileiros que estudou no exterior durante a ditadura militar é majoritariamente feita nos países com maior influência na história de constituição das ciências sociais brasileiras. A forte presença de Estados Unidos e França no período atua como mais um elemento na fortificação dos laços de dependência acadêmica do Brasil para com nações centrais do Norte Global (ALATAS, 2003). A orientação da formação dos pesquisadores com instituições do eixo Euro-Americano ganha tons ainda mais evidentes se os dados dos locais de realização dos estudos de pós-graduação forem interpretados a partir da região de localização das instituições de ensino. O gráfico 24 expressa a proeminência da América do Norte e Europa na formação do grupo de sociólogos

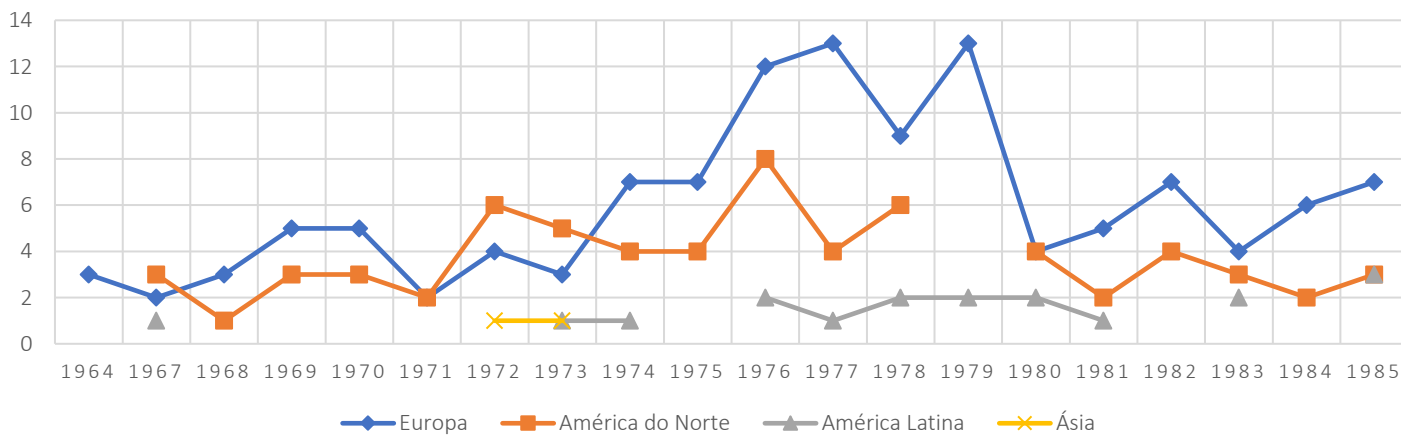
presentes na base de dados. A Europa é a região com predomínio majoritário no período, alcançando 58% (121 estudantes) do total na série história, seguido da América do Norte, com 32% (67), América Latina com 8% (18) e Ásia com 0,9% (2). Nenhum dos sociólogos em questão realizou cursos de mestrado ou doutorado em países da África ou Oceania. Além disso, é perceptível o aumento de pós-graduandos na Europa pós 1974, alcançando o pico em 1979, dados majoritariamente dominados pela França, assim como a presença latino-americana, no intervalo de 1976 a 1981, conduzida pela presença do México.

GRÁFICO 23 - 7 Principais Países de Destino em Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 24 - Região de Destino em Mestrados e Doutorados de Sociólogos no Exterior: (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados sobre os países de destino de sociólogos brasileiros, em seu processo de formação em nível de pós-graduação podem ser explicados, ainda que em parte, pela conexão entre tais números e os tipos de financiamento acessados durante o intervalo analisado. Como já descrito anteriormente, a Fundação Ford tem importância histórica inegável na história das ciências sociais brasileiras, seja na promoção de bolsas ou mesmo no auxílio na construção e manutenção de instituições como o CPDOC na Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, o IUPERJ, Museu Nacional do Rio de Janeiro, o PIMES/UFPE e o departamento de Ciência Política da Escola de Administração e Ciências Econômicas da UFMG (CANÊDO, 2018; MICELI; SMITH, 1993). A proeminência da Fundação Ford se manifesta até meados de 1975, período a partir do qual as dotações da instituição ao Brasil começaram a cair fortemente. O papel da Ford contribuiu diretamente para o fluxo direcionado aos Estados Unidos na primeira fase do governo militar, ao passo que com a emergência, mais estruturada, das bolsas de agências brasileiras, CAPES e CNPq, a quantidade de países destino ficou mais diversa.

Neste segundo intervalo, pós 1975, com o decréscimo dos aportes da fundação Ford, um número maior de nações passa a compor o quadro de destino, apesar deste ficar circunscrito a regiões do Norte-Global que historicamente representam centros hegemônicos para o campo sociológico brasileiro, mais especificamente França, Grã-Bretanha e Alemanha. Já após o ano de 1976 a relevância França pode conter relação com a criação, em 1978, do Acordo CAPES/Cofecub que firma a cooperação entre Brasil e França na formação de estudantes e passa a ser o mais bem estruturado programa de cooperação internacional para cientistas feito pela CAPES deste então (AVEIRO, 2016; NUNES, 2006; SCHMIDT; MARTINS, 2005).

Contudo, é relevante pontuar a presença contínua do México a partir do ano de 1976, chegando a ser o terceiro principal destino de nossos sociólogos no exterior em anos como 1980. Esse dado chama atenção por conta da baixa participação de outros países latino-americanos no intervalo observado. O caso mexicano pode ser explicado pelo aprofundamento institucional local a partir da década de 1970. Como descrito nos trabalhos de Trindade (2021) e Reyna (2007), a fase que vai de 1970 a 1975 é caracterizada no México por uma considerável expansão nas instituições no campo da educação superior, como o aumento do número de Campus da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), além do crescimento de suas Escolas de Estudos Profissionais, e criação do Centro de Pesquisas e Docência Econômicas (CEDE). É nesse período que a FLACSO se transfere do Chile para a Cidade do México, fazendo com que a capital mexicana seja um espaço de concentração de importantes instituições científicas. Mais do que isso, a relevância mexicana nesse período também teria ligação com o

processo de fluxo de intelectuais e estudantes latino-americanos exilados de países sob regimes repressivos. Segundo Reyna (2007), apesar de naquele momento o México também estar sob um governo autoritário, o país utilizou o acolhimento a exilados enquanto um meio de se legitimar frente à população. Por consequência, o próprio aumento na demanda institucional devido aos processos migratórios, ao tencionar o sistema universitário mexicano, contribuiu para a expansão de instituições e contratação de novos docentes, visando responder ao novo público⁴⁸.

Esses dados expressam, conseqüentemente, a hegemonia das nações do Norte-Global sob a formação acadêmica de sociólogos brasileiros no período aqui estudado. A força dos Estados Unidos e França, observada nos números de ingressantes, visibiliza a continuidade de relevância destas duas tradições intelectuais sobre o campo acadêmico brasileiro desde os anos 1930, quando professores e pesquisadores destas nações contribuíram para a formação de instituições em ciências sociais no Brasil. O prestígio da intelectualidade Europeia se confirma aqui no momento em que se observa que tal região é a que mais recebeu sociólogos brasileiros, tendo, para além da França, destaque para a Inglaterra e a Alemanha. Ainda que a presença mexicana seja marcante nos dados, não foi capaz de romper com os padrões de hegemonia de nações do Norte-Global, o que demonstra como a formação intelectual de brasileiros neste período foi conformada pela desigualdade global no campo do conhecimento.

4.4 Instituições de Destino e Distribuição Regional

É importante pontuar, contudo, que a realização de cursos de pós-graduação por sociólogos brasileiros em países estrangeiros não se distribuiu uniformemente, mas expressa as próprias assimetrias internas das nações em questão e o processo de institucionalização das ciências sociais no interior das mesmas. Por conta disto, decidiu-se por observar com mais afinco a distribuição dos estudantes entre as universidades e regiões geográficas dos principais países receptores de nossos sociólogos. Para tal, aprofundou-se a análise nos 5 principais destinos: França, Estados Unidos, Reino-Unido, México e Alemanha.

Observando as instituições de maior destaque entre os 5 principais países de destino dos sociólogos brasileiros é possível notar como os pesquisadores se distribuíram geograficamente e no interior destes países e quais centros tiveram maior capacidade de atrair tais estudantes.

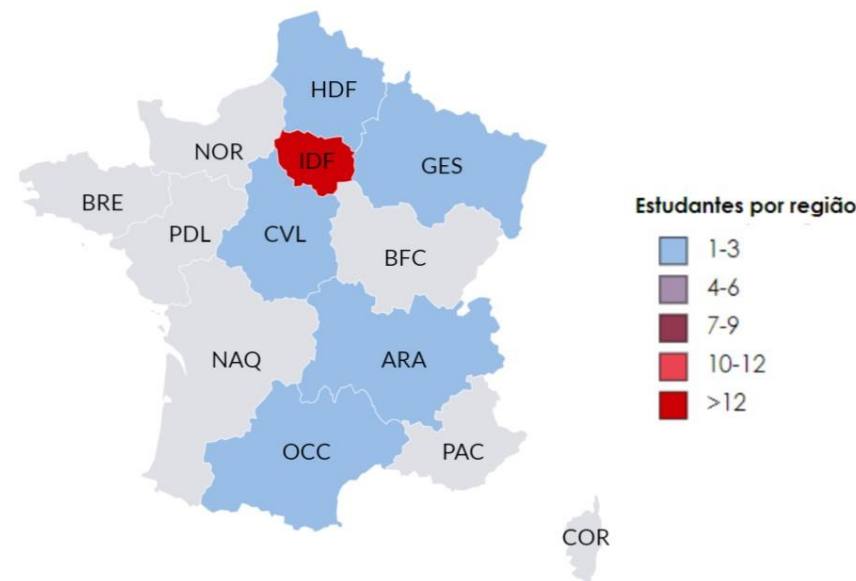
⁴⁸ “O novo exílio, agora de acadêmicos e pensadores latino-americanos, incrementou a demanda de professores para cobrir as necessidades das novas instituições. Sua contribuição foi inestimável. Contribuíram não somente para a institucionalizar, mas também para internacionalizar as ciências sociais mexicanas. (Cientistas “duros” também chegaram). O trabalho desenvolvido em conjunto com seus pares mexicanos foi fundamental para profissionalizar as disciplinas nas quais tiveram participação” (REYNA, 2007, p. 307)

Primeiramente, no caso francês, se constata que existe um grupo de universidades a concentrar a maior parte dos pós-graduandos, sendo PARIS 1 – Sorbonne aquela com maior destaque, um total de 15 pessoas, seguida da École de Hautes Études em Sciences Sociales, com 11 estudantes. Depois surge um grupo de instituições com quantidades semelhantes de ingressantes, Paris 3 – Sorbonne Nouvelle (7), Paris 8 – Vincennes (7), Paris 7 – Diderot (7), Paris 10 – Nanterre (6), Paris 5 – Descartes (6). Para além destas, um total de 15 Universidades compõe a lista, que pode ser observada na TABELA 4 abaixo.

TABELA 4 - Universidades de Destino: França (1964-1985)		
Instituição	Frequência	Porcentagem
PARIS 1 - Sorbonne	15	19.0%
École de Hautes Études en Sciences Sociales	11	13.9%
PARIS 3 - Sorbonne Nouvelle	7	8.9%
PARIS 8 - Vincennes	7	8.9%
PARIS 7 - Diderot	7	8.9%
PARIS 10 - Nanterre	6	7.6%
PARIS 5 - Descartes	6	7.6%
PARIS 9 - Dauphine	3	3.8%
PARIS 12 - Val de Marne	2	2.5%
Universite de Tours (Universite Francois Rabelais)	2	2.5%
Universite de Grenoble II	2	2.5%
Université de Toulouse II; Centre Européen Universitaire de Nancy; Université Lumière Lyon 2; Institut d'Études Politiques de Paris; Université de Picardie; PARIS 4 - Sorbonne IV; Université Toulouse 1 Capitole; Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques; Fondation Nationale Des Sciences Politiques; Université de Nancy; Université de Lorraine	1*	1.3%*
Total	79	100.0%

É importante citar que todo o grupo de instituições que lidera a lista está concentrado na cidade de Paris, ao passo que as Universidades posicionadas em outras cidades apresentam números bastante menores. Conforme por ser analisado na FIGURA 2, observando a distribuição dos estudantes entre as regiões da França, essa liderança parisiense fica bastante evidente, dado que 67 dos sociólogos em questão terem realizado seus cursos de pós-graduação na região da Île-de-France, que compreende a cidade de Paris, e representa 84% de todos os pós-graduandos da base que estudaram no país. O resto da distribuição fica com Auvergne-Rhône-Alpes, Grand Est e Occitanie com três estudantes cada, seguidos de Centre-Val de Loire com dois estudantes e Hauts-de-France com um estudante.

FIGURA 2 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação na França (1964-1985)



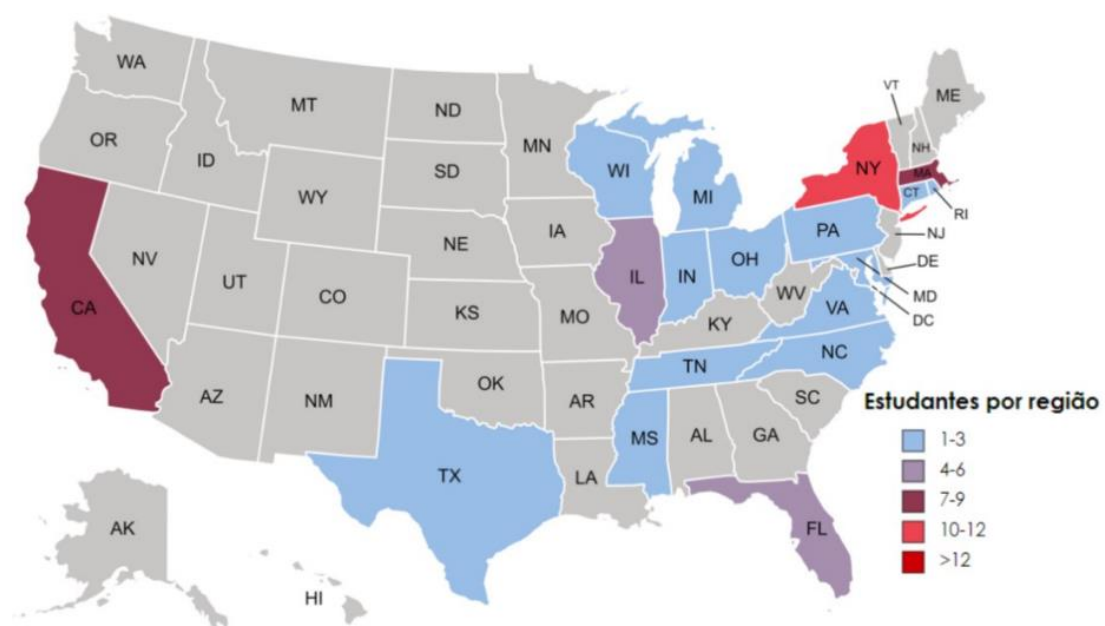
O segundo país com o maior número dos sociólogos são os Estados Unidos. Diferentemente do caso francês, não se verifica dominância expressiva de um conjunto restrito de universidades, ou mesmo uma liderança que destoasse consideravelmente dos padrões de outras instituições. Entre as instituições estadunidenses existe uma distribuição mais equânime entre uma lista diversa de organizações. A Cornell University alcança a maior marca, com cinco discentes, seguida de University of Florida e Harvard University com quatro estudantes cada. Entre aquelas que possuíram 3 alunos estão Columbia University, Stanford University, University of Illinois - System, University of Wisconsin-Madison e University of Texas. Vale mencionar que no caso americano a quantidade total de Universidades em muito supera a França, dado que 22 instituições se encontram presentes no país europeu, 36 centros norte-americanos se fizeram presentes no levantamento, ainda que a grande maioria com um pequeno número dos estudantes brasileiros.

Universidade	Frequência	Porcentagem (%)
Cornell University	5	8.77
University of Florida	4	7.02
Harvard University	4	7.02
Columbia University	3	5.26
Stanford University	3	5.26
University of Illinois - System	3	5.26
University of Wisconsin-Madison	3	5.26
University of Texas	3	5.26

New York University	2	3.51
Brown University	2	3.51
University of Michigan	2	3.51
Boston University	2	3.51
University of Pittsburgh	2	3.51
Mississippi State University	2	3.51
Vanderbilt University	2	3.51
Princeton University, University of Miami, New School for Social Research, Massachusetts Institute of Technology, University of Notre Dame, Yale University, University of Virginia, Michigan State University, University Of Maryland, Universidade de Connecticut, California State University, University of California, Ohio State University, University Of California At Los Angeles, University of Toledo, OHIO, University of Chicago, Rider University, Duke University, Rutgers - The State University of New Jersey, Alliant International University, San Diego State University	1	1.75
Total	63	100%

Apesar da diversidade de instituições caracterizar o caso do país, constata-se que existe uma concentração razoável da realização de cursos de pós-graduação na região do leste norte americano, ao passo que alguns estados apresentam uma presença maior dos sociólogos da base, e no extremo oeste. O estado de Nova-York recebeu o maior número dos estudantes, 11 deles, seguido, no segundo lugar, da Califórnia com oito e Massachusetts com sete, em seguida estão Florida (5), Ilínois (4), Texas (3), Michigan (3), Winsconsin (3) e New Jersey (3). As outras regiões receberam 2 ou menos estudantes. A partir da figura 3, é possível notar a proeminência geográfica no eixo leste, e a presença marcante, praticamente isolada, da Califórnia no lado

oeste do país. **FIGURA 3 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação nos Estados Unidos (1964-1985)**

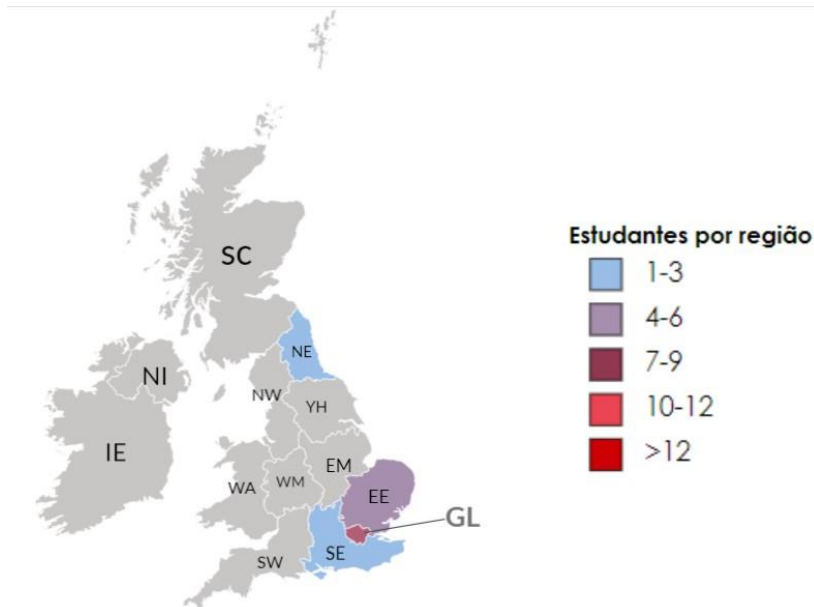


Os dados referentes à circulação para o Reino Unido expressam, assim como no caso americano, uma diversidade de instituições com perfil consideravelmente equânime. Dado o número reduzido de casos, estas estão situados em uma lista curta de universidades. Conforme presente na tabela 6, a Universidade de Essex ocupa liderança do grupo, com quatro estudantes, seguido da University of Manchester e London School of Economics, e University of Liverpool com três.

TABELA 6 - Universidade de Destino: Reino Unido (1964-1985)		
Universidade	Pontuação	Porcentagem (%)
University of Essex	4	28.57
University of Manchester	3	21.43
London School of Economics	3	21.43
University of Cambridge	2	14.29
University of Sussex	2	14.29
University of Oxford, University of London, King's College London, University of Liverpool	1	7.14
Total	28	100%

Todavia, apesar de não existir uma concentração em um grupo específico de universidades, ao se analisar a distribuição regional destes estudantes no país, é notável que ela está posicionada majoritariamente no Sul, com destaque para a região que circunda a cidade de Londres. A representação desta distribuição pode ser verificada na figura 4.

FIGURA 4 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós-Graduação Reino Unido (1964-1985)



O caso mexicano se restringe quase que exclusivamente à uma única instituição. No país da América Central a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) concentra praticamente todos os estudantes da base, com 11 sociólogos de um grupo de 13, seguida por 2 pós-graduandos que realizaram seus estudos na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Em ambos os casos, os estudos se realizaram na capital do país, a Cidade do México.

TABELA 7 - Universidades Destino: México (1964-1985)		
Instituição	Frequência	Porcentagem
Universidade Nacional Autônoma do México	11	84.6%
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales	2	15.4%
Total	13	100.0%

FIGURA 5 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação no México (1964-1985)

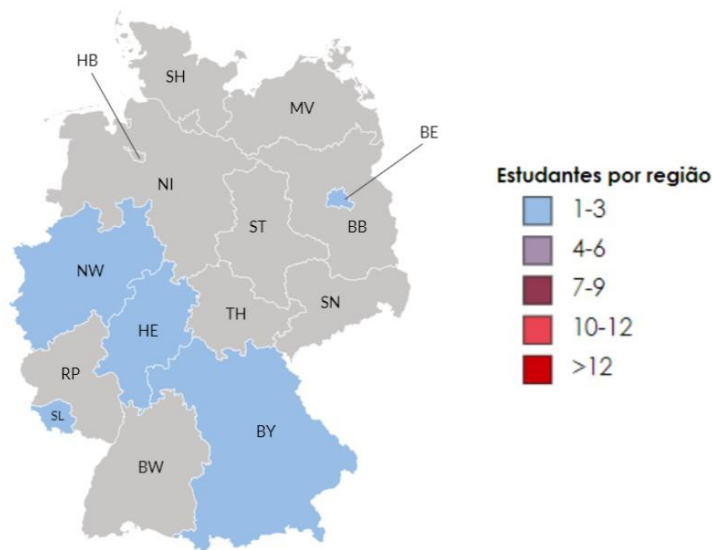


O caso alemão também apresenta um conjunto limitado e diverso de instituições de destino dos sociólogos presentes na base. Aparecem no levantamento a Freie Universität Berlin com três estudantes, seguida da Universität Erlangen-Nürnberg com dois estudantes, e de Universität Des Saarlandes, Goethe-Universität Frankfurt, Ludwig Maximillian Universität , University of Münster e a Universität Bielefeld com apenas um estudante cada.

Universidade	Pontuação	Porcentagem (%)
Freie Universität Berlin	3	27.27
Universität Erlangen-Nürnberg	2	18.18
Universität Des Saarlandes	1	9.09
Goethe-Universität Frankfurt	1	9.09
University of Münster	1	9.09
Ludwig Maximillian Universität	1	9.09
Universität Bielefeld	1	9.09
Total	10	100.00

A distribuição regional dos estudantes brasileiros na Alemanha é bastante equilibrada, com alguma concentração no Sul, ainda que não alcance níveis muito elevados. Uma parte dos sociólogos se concentra na North Rhine-Westphalia, na cidade de Munster e na Bavaria, na cidade de Nuremberg, com destaque, no Norte, apenas para a cidade de Berlin, nenhuma das 3 regiões alcançou, contudo, mais de 3 estudantes.

FIGURA 6 – Distribuição espacial de Sociólogos Brasileiros em cursos de Pós Graduação na Alemanha(1964-1985)



O perfil da distribuição de estudantes brasileiros no interior dos países analisados expressa, primeiramente, a importância de que os conceitos de Norte e Sul-Global não expressam entidades estáticas, e nem se reduzem exclusivamente aos países, mas às instituições de prestígio e regiões específicas no interior do território. Além disso, observa-se que a institucionalização das estruturas acadêmicas no interior desses países é central para a definição do perfil da distribuição dos estudantes brasileiros. A concentração universitária, próxima às regiões de maior relevância econômica, como a proximidade de capitais e grandes cidades, ajuda a explicar o deslocamento de sociólogos brasileiro para cidades como Paris, Londres, Nova York, Berlim e Cidade do México. Esses dados mostram, também, que o fluxo de intelectuais brasileiros se traduziu em regiões e universidades centrais nos países em questão, ainda que o posicionamento departamental, ou a escolha de orientadores, em alguns casos, possa ter ocorrido às franjas no campo acadêmico local.

4.5 Perfil Temático dos Trabalhos de Pós-Graduação

Visando construir um retrato mais profundo do fluxo de sociólogos brasileiros aqui analisado, também foi realizada uma análise temática das principais linhas temáticas em que se encaixam os trabalhos de mestrado e doutorado realizados no período em questão. Mais precisamente, a partir de títulos e palavras-chave indexadas na plataforma Lattes, foi possível compreender os temas de maior presença nas produções e levantar quais as questões de maior frequência no interior desses temas. Este tópico apresenta um levantamento geral do perfil temático dos trabalhos, seguido de uma análise mais aprofundada desses trabalhos no interior

dos 5 países de maior presença de sociólogos brasileiros, respectivamente França, Estados Unidos, Reino-Unido, México e Alemanha.

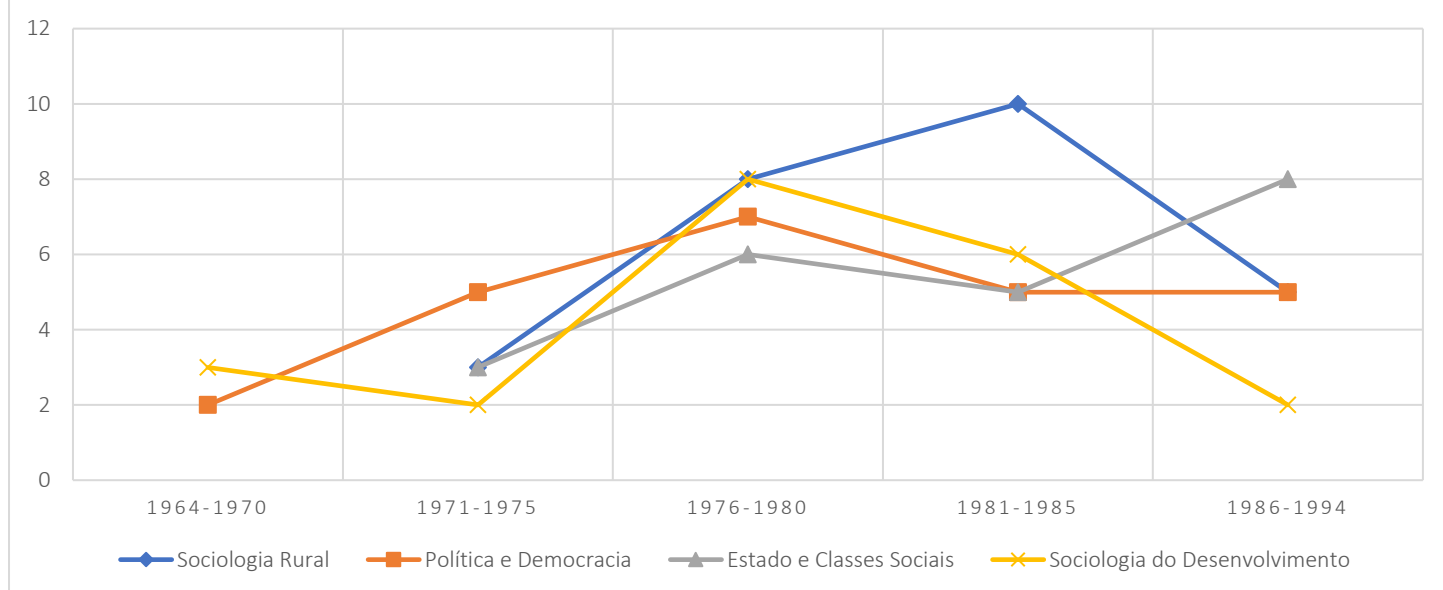
A tabela 9, abaixo, que agrega as produções durante o período, aponta que a Sociologia Rural foi a temática com maior destaque entre as dissertações e teses, com 26 trabalhos, representando 12,5% da amostra. Em segundo lugar, em quantidade também marcante, está o tema Política e Democracia, com 24 trabalhos, 11,54% do total. Em seguida aparece o tópico Estado e Classes Sociais, que representa contribuições mais estritamente ligadas ao vocabulário marxista, com 22 mestrados e doutorados, representando 10,58% do total, seguida da Sociologia do Desenvolvimento, com 21 trabalhos, totalizando 10,10%. Pode-se verificar a relevância dessas quatro áreas temáticas, posto que juntas conseguem representar quase a metade de todos os trabalhos de mestrado e doutorado analisados, mais especificamente 44% conjunto. Em seguida, após essas quatro linhas temáticas, pode-se destacar a presença da Sociologia Urbana, Sociologia da Educação, Estudos de Gênero e trabalhos sobre Populações Afro-Brasileiras, que pontuaram entre 7 e 12 trabalhos. É bastante relevante pontuar, além disso, que a área de Teoria Social teve apenas cinco trabalhos de mestrado e doutorado, reforçando a constatação, já observada por outros autores, da baixa quantidade de sociólogos brasileiros trabalhando com teoria social. A lista completa consta abaixo.

TABELA 9 - Frequência Temática Geral: Mestrados e Doutorados de Sociólogos Brasileiros no Exterior - (1964-1985)		
Área de Estudo	Frequência	Porcentagem (%)
Sociologia Rural	26	12.50
Política e Democracia	24	11.54
Estado e Classes Sociais	22	10.58
Sociologia do Desenvolvimento	21	10.10
Sociologia Urbana	12	5.77
Sociologia da Educação	11	5.29
Gênero	8	3.85
Populações Afro-Brasileiras	7	3.37
Sociologia do Trabalho	6	2.88
Sociologia da Ciência e Tecnologia	6	2.88
Teoria Social	5	2.40
História do Brasil	5	2.40
Sociologia da Cultura	5	2.40
Etnologia Indígena	5	2.40
Economia	4	1.92
Sociologia da Religião	4	1.92
Psico-Sociologia	4	1.92
Demografia	3	1.44
Pensamento Social Brasileiro	3	1.44

Teologia	2	0.96
Antropologia da Cultura	2	0.96
Geografia Humana	2	0.96
Antropologia Urbana	2	0.96
Filosofia, Antropologia da Saúde, Teoria Antropológica, Administração, Antropologia Social, Estatística	1	0.48
Total	208	100.00

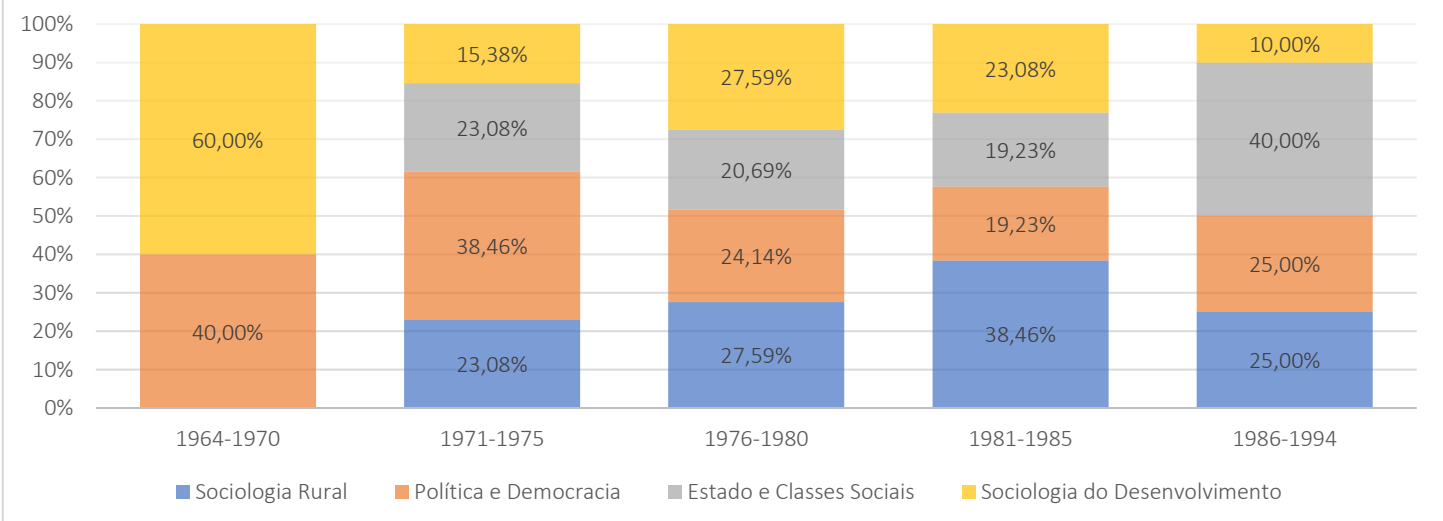
Tratando mais especificamente das quatro linhas temáticas que se destacaram no levantamento geral, é possível notar a variação destas no interior da série histórica e compreender quais possuíram maior relevância em cada período. Conforme apresenta o gráfico 25, abaixo, nota-se que o intervalo 1964-1970 teve um predomínio das temáticas de Sociologia do Desenvolvimento e Política e Democracia, com 60% e 40% respectivamente. A fase de 1971 a 1975 demonstra um aumento quantitativo da presença de mestrados e doutorados sobre Política e Democracia, e o aparecimento de pesquisas sobre Sociologia Rural e Estados e Classes Sociais. O intervalo de 1976-1980 se caracteriza pelo crescimento em número de produções em todas as quatro áreas, e a Sociologia Rural recebe maior destaque, com 27% de todas as obras, o que vai se aprofundar no intervalo de 1981 a 1985 dado que esta é a única área com crescimento numérico no período, alcançando sua maior concentração na série histórica, 38% do total entre as quatro áreas. Os trabalhos de estudantes que entraram até 1985, mas defenderam posteriormente ao fim da ditadura, compreendidos no último intervalo da série, apontam um fortalecimento da questão de Estado e Classes Sociais, de abordagem predominantemente marxista, e diminuição da presença da sociologia do desenvolvimento.

GRÁFICO 25 - Frequência Temática de trabalhos de pós-Graduação de Sociólogos em Áreas Seleccionadas (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

GRÁFICO 26 - Percentual de Temática de trabalhos de pós-Graduação de Sociólogos em Áreas Seleccionadas (1964-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe destacar, além disso, algumas linhas temáticas que ainda que não tenham alcançado as maiores pontuações no levantamento, e não mantenham constância em todo o intervalo analisado, operaram em tendência de crescimento a partir da segunda metade do período observado, podendo apontar para tópicos emergentes no intervalo em questão. Esse caso vale com maior ênfase à temática de Gênero, que não teve presença entre 1964 –e 1975,

mas inicia sua participação na série histórica no intervalo 1976-1980 com dois trabalhos, segue 1981-1985 com três trabalhos e alcança entre 1986 e 1996 um total de 4 trabalhos de mestrado e 4 trabalhos de doutorado. Outra área com um perfil parecido é a Sociologia do Trabalho, com um trabalho defendido em cada um dos seguintes anos: 1973, 1976, 1977, 1980, 1982 e 1985. Esses dados apontam para o desenvolvimento de duas áreas que passariam a ser relevantes no debate da sociologia nacional, mas que ainda estavam em processo de crescimento durante o período circunscrito à ditadura militar brasileira.

Para além da visão geral e agregada das linhas de pesquisa com maior destaque pelos pesquisadores que integram a base de dados, decidiu-se por verificar quais são as principais áreas abarcadas dentro dos 5 países com maior recepção de estudantes. Dada a elevada quantidade de trabalhos, foram analisados os títulos de palavras-chave apenas das produções de linhas que alcançaram ao menos 10% do total interno a cada país. Portanto, buscou-se conhecer a natureza da formação que estes profissionais brasileiros tiveram no exterior e que, muito provavelmente, influenciou o perfil de sua trajetória e preocupações intelectuais a posteriori.

França

Primeiramente, observando o caso francês, país com maior número de sociólogos em nossa base, registra-se que a maior parte dos trabalhos defendidos no país se concentra na área de Sociologia Rural, com 13 mestrados e doutorados, o que representa 16,67% do total brasileiros que iniciaram seus estudos no país. A Sociologia do Desenvolvimento aparece enquanto segunda área com maior número de estudos de pós-graduação, alcançando um total de dez trabalhos, e representando 12,82% da produção no país. Em seguida estão, com oito trabalhos cada, 10,26% do total, Sociologia Urbana e Política e Democracia e com cinco trabalhos cada, Estado e Classes Sociais e Gênero, 6,41% da amostra francesa. A tabela 10, completa, pode ser observada abaixo.

TABELA 10 - França: Temáticas de Trabalhos de Pós-Graduação (1964-1985)		
Universidade	Pontuação	Porcentagem
Sociologia Rural	13	16.25%
Sociologia do Desenvolvimento	10	12.5%
Política e Democracia	8	10%
Sociologia Urbana	8	10%
Estado e Classes Sociais	5	6.25%
Gênero	5	6.25%

Sociologia da Educação	4	5%
Sociologia da Cultura	4	5%
Psico-Sociologia	4	5%
Sociologia da Ciência e Tecnologia	3	3.75%
História do Brasil	3	3.75%
Populações Afro-Brasileiras	3	3.75%
Geografia Humana	2	2.5%
Etnologia Indígena; Pensamento Social Brasileiro; Economia; Teoria Social; Antropologia da Cultura; Sociologia do Trabalho	1	1,25%
Total	78	100%

Dado que a Sociologia Rural foi o principal tema de mestrados e doutorados de sociólogos brasileiros que estudaram na França entre 1964 e 1985, pode-se inferir algumas considerações sobre o perfil das produções. Primeiramente, algumas das principais questões que permeiam as pesquisas realizadas pelos pós-graduandos: as relações capitalistas no contexto da economia rural e suas consequências para as relações de trabalho; o processo de introdução tecnológica no meio rural e efeitos no processo produtivo e de trabalho; e as experiências de luta pela terra e oposição ao modo de produção baseado no latifúndio. Além dessas linhas de investigação, evidencia-se que todos os trabalhos envolvem análises do caso brasileiro, seja a partir de uma interpretação nacional ou de estudos de caso baseados em cidades ou regiões, como Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba e Altinópolis. Em relação às instituições, destaca-se Paris X – Nanterre, com o maior número de obras, as quais foram orientadas por Michel Gervais, Henri Mendras, Alain Touraine e Marcel Jollivet, mas também pode-se realçar a Universidade de Paris 3, principalmente na figura de Jacques Chonchol, e Paris I por Yves Goussault.

Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Maria de Nazareth Baudel Wanderley	D	A economia açucareira de Pernambuco: contribuição para o estudo das relações entre a propriedade fundiária e o capital	PARIS 10 - Nanterre	Henri Mendras	1969	1975	Sociologia Rural
Ilse Scherer-Warren	D	O sindicato e a mudança da sociedade agrária do Rio Grande do Sul	PARIS 10 - Nanterre	Alain Touraine	1971	1973	Sociologia Rural
Maria Aparecida de Moraes Silva	M	Formas de exploração do trabalho na agricultura	PARIS 1 - Sorbonne	YVES GOUSSAULT	1976	1978	Sociologia Rural
Aluisio Almeida Schumacher	M	Dos latifúndios de criação às empresas capitalistas na agricultura do Rio Grande do Sul	PARIS 3 - Sorbonne Nouvelle	Jacques Chonchol	1978	1979	Sociologia Rural

Maria Aparecida de Moraes Silva	D	O Estado e as formas de exploração do trabalho na agricultura: o exemplo de Altinópolis	PARIS 1 - Sorbonne	Yves Goussault	1978	1980	Sociologia Rural
Anete Brito Leal Ivo	M	Relação entre o Estado e a Sociedade Rural (créditos de doutorado)	PARIS 3 - Sorbonne Nouvelle	Jacques Chonchol	1979	1980	Sociologia Rural
Eduardo Paes Machado	M	Agricultura e Sociedade no Nordeste do Brasil	PARIS 1 - Sorbonne	MICHEL ROCHEFORT	1979	1981	Sociologia Rural
Gian Mario Giuliani	D	A grande propriedade fundiária em um estado do Nordeste do Brasil: a Paraíba	PARIS 10 - Nanterre	Michel Gervais	1980	1984	Sociologia Rural
João Bosco Feitosa dos Santos	M	Uma alternativa tecnológica para o pequeno produtor do estado do Ceará no Brasil - Projeto Morada Nova	Université Montpellier 2 - Sciences et Techniques	ROBERT BADUIN	1981	1982	Sociologia Rural
Jose Vicente Tavares dos Santos	D	Matuchos, o sonho da terra: estudo sobre o processo de colonização agrícola e as lutas dos camponeses meridionais no Brasil (1930-1984)	PARIS 10 - Nanterre	MARCEL JOLLIVET	1982	1987	Sociologia Rural
Paola CAPPELLIN	D	Relações agricultura - indústria e mercado de trabalho no Brasil	PARIS 10 - Nanterre	M. GERVAIS	1982	1984	Sociologia Rural
Antonio da Silva Camara	M	A questão da reforma agrária no Brasil	PARIS 7 - Diderot	ANTONIO BENANATI	1983	1984	Sociologia Rural
Antonio da Silva Camara	D	A questão da reforma agrária no Brasil: ideologia e realidade (1950-1980)	PARIS 7 - Diderot	PIERRE FOUGEYROL LAS	1984	1994	Sociologia Rural

Em se tratando dos trabalhos em Sociologia do Desenvolvimento encontra-se uma considerável proximidade temática com as questões trabalhadas na Sociologia Rural. Aqui também se concentram uma série de produções que se debruçam sobre a estrutura produtiva em transformação no Brasil, principalmente com enfoque sobre transformações em regiões do Nordeste do país, mais especificamente Bahia, Pernambuco, Bahia e Recife. A partir da análise dos títulos e palavras chave é possível intuir, também, que grande parte dos trabalhos se interessa por compreender a posição de algum lócus da estrutura produtiva do Brasil no interior do sistema capitalista, principalmente a partir da posição dependente e desigual ocupada pelo país em tal estrutura. Assim como nos casos de Sociologia Rural, a investigação sobre experiências brasileiras também é destaque, dado que de todos os trabalhos apenas um “Capitalismo e unidades de produção secundárias” de Antonio David Cattani, não cita diretamente o Brasil ou regiões e Estados Brasileiros. Em se tratando das Universidades, Paris 1 Sorbonne é o destaque no Grupo, com cinco dos trabalhos em questão, ao passo que não é possível apontar nenhum professor que tenha orientado mais de um estudante brasileiro nessa mesma área.

TABELA 12- França: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia do Desenvolvimento (1964-1985)							
Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Antonio David Cattani	M	Aspectos da estrutura produtiva no Brasil	PARIS 1 - Sorbonne	PEDRO CALIL PADIS	1976	1977	Sociologia do Desenvolvimento

Antonio David Cattani	D	Capitalismo e unidades de produção secundárias	PARIS 1 - Sorbonne	PIERRE DUHARCOURT	1977	1980	Sociologia do Desenvolvimento
Marcel Bursztyn	M	Regiões e subdesenvolvimento no Nordeste brasileiro	PARIS 1 - Sorbonne	MICHEL ROCHEFORT	1977	1978	Sociologia do Desenvolvimento
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque	M	Estado, capitalismo e estrutura de poder no Brasil até 1930: o caso de Pernambuco	PARIS 1 - Sorbonne	Yves Goussault	1977	1979	Sociologia do Desenvolvimento
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque	D	Estado e questão regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do Nordeste açucareiro	PARIS 1 - Sorbonne	Yves Goussault	1977	1980	Sociologia do Desenvolvimento
Edna Maria Ramos de Castro	D	Desenvolvimento e condição operária: estudo sobre uma cidade amazônica - Belém	École de Hautes Études en Sciences Sociales	Henri Desroche	1979	1983	Sociologia do Desenvolvimento
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	M	Agroexportação e divisão social do trabalho no Brasil: a indústria e a gênese da dependência econômica da Bahia	PARIS 3 - Sorbonne Nouvelle	FRÉDÉRIC MAURO	1979	1980	Sociologia do Desenvolvimento
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	D	O Brasil no desenvolvimento desigual do capitalismo: o caso da Bahia	PARIS 7 - Diderot	PIERRE FOUGEYROLLAS	1979	1985	Sociologia do Desenvolvimento
Brasilmar Ferreira Nunes	D	As relações entre política industrial e política urbana no Brasil: os casos de Recife	Université de Picardie	Pierre Salama	1980	1983	Sociologia do Desenvolvimento
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa	M	A Bahia no desenvolvimento desigual do capitalismo: gênese histórica de sua subordinação em relação ao Sudeste brasileiro	PARIS 7 - Diderot	PEIRRE FOUGEYROLLAS	1983	1984	Sociologia do Desenvolvimento

No campo de Política e Democracia, os trabalhos realizados por sociólogos brasileiros na França possuem alguma diversidade de temas. Contudo, há uma convergência entre as linhas de investigação das produções de Mauro de Mello Leonel Júnior, Eliézer Rizzo de Oliveira, Marcel Bursztyn dada a análise do autoritarismo brasileiro e a experiência do Golpe de 1964. Os outros pesquisadores se ativeram sobre questões diferentes, que vão desde a experiência comunista francesa, até estudos sobre partidos e democracia. No caso desta linha temática não há proeminência de nenhuma universidade ou orientador.

Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Rubens Pinto Lyra	M	O Partido Comunista Francês e a Integração Europeia	Centre Européen Universitaire de Nancy	François Borella	1970	1971	Política e Democracia
Rubens Pinto Lyra	D	A Esquerda na França e a Construção Europeia (1950-1975)	Université de nancy	François Borella	1972	1975	Política e Democracia
Rubens Pinto Lyra	D	A Esquerda na França e a Construção Europeia (1950-1975) Revalidado pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1979, por determinação do Conselho Federal de Educação	Université de Lorraine	François Borella	1972	1975	Política e Democracia

Mauro de Mello Leonel Júnior	M	O Estado Brasileiro 1964/1974	PARIS 8 - Vincennes	Sérgio Carjaville e Michel Beaud	1976	1977	Política e Democracia
Eliézer Rizzo de Oliveira	D	A participação política dos militares no Brasil (1945-1964)	Foundation Nationale Des Sciences Politiques	Alain Rouquié	1977	1980	Política e Democracia
Marcel Bursztyn	D	Autoritarismo e legitimação: relações de poder local - poder central no Nordeste brasileiro	PARIS 1 - Sorbonne	Pierre Salama	1978	1982	Política e Democracia
Mauro de Mello Leonel Júnior	D	Teorias do Estado e da Democracia	PARIS 8 - Vincennes	Sérgio Carjaville e Michel Beaud	1978	1981	Política e Democracia
Geraldo Tadeu Moreira Monteiro	M	O Front National e o Sufrágio Universal: ensaio sobre os partidos extremos e seu lugar nos regimes políticos ocidentais	PARIS 1 - Sorbonne	Philippe Braud	1985	1986	Política e Democracia

Entre os trabalhos da linha de Sociologia Urbana a principal questão de destaque é o tema das favelas, posto que Ana Maria de Niemeyer, Licia do Prado Valladares e Maria Sarah da Silva Telles realizaram pesquisas sobre a questão. As outras produções analisaram o processo de urbanização em cidades ou regiões específicas do Brasil, mais especificamente Nordeste, Belo Horizonte, Tocantins e Araguaia. As únicas universidades que se repetem em mais de um estudante são Paris 1 – Sorbonne e PARIS 12 - Val de Marne. Já no caso dos orientadores, Michell Rochefort acompanhou duas estudantes brasileiros, Ana Maria de Niemeyer e Tamara Benakouche.

TABELA 14 - França: Trabalhos de Pós-graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Sociologia Urbana (1964-1985)							
Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Ana Maria de Niemeyer	M	A Favela na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Um Problema Simples de Planejamento Urbano ou uma Solução Inovadora para seus Habitantes?	PARIS 1 - Sorbonne	MICHEL ROCHEFORT	1967	1970	Sociologia Urbana
Licia do Prado Valladares	D	Operação de Realocação e Resposta Social: o caso dos Moradores de Favelas do Rio de Janeiro	Université Toulouse 1 Capitole	Raymond Ledrut	1969	1974	Sociologia Urbana
Tamara Benakouche	M	Os Processos de Urbanização no Nordeste do Brasil	PARIS 1 - Sorbonne	MICHEL ROCHEFORT	1975	1977	Sociologia Urbana
Paulo Henrique Ozorio Coelho	M	Desenvolvimento Urbano: a experiência de Belo Horizonte	Universite de Grenoble Ii	Michel Lacroix	1976	1978	Sociologia Urbana
Paulo Henrique Ozorio Coelho	D	A Criação de Belo Horizonte	Universite de Grenoble Ii	Jacques Lacroix	1977	1980	Sociologia Urbana
Angela Maria Tude de Souza	M	A Urbanização das Fronteiras Pioneiras: o caso brasileiro de Tocantins e Araguaia	PARIS 12 - Val de Marne	H. LAMICQ	1979	1980	Sociologia Urbana

Maria Sarah da Silva Telles	M	As políticas urbanas e a organização dos moradores de favelas. O processo de eletrificação das favelas no Rio de Janeiro	Université de Toulouse II	Alain Bourdin	1984	1986	Sociologia Urbana
Tamara Benakouche	D	Do Telefone às Novas Tecnologias: Implicações Sociais e Espaciais das Redes de Telecomunicações no Brasil	PARIS 12 - Val de Marne	GABRIEL DUPUY	1985	1989	Sociologia Urbana

Estados Unidos

O segundo país com maior número de trabalhos de brasileiros são os Estados Unidos. Dos mestrados e doutorados em que constam informações sobre títulos e/ou palavras-chave, em 55 o tema mais frequente foi Política e Democracia, com 11 trabalhos, 20% da amostra relativa ao país. Em seguida aparecem Sociologia da Educação e Sociologia do Desenvolvimento, ambas com seis trabalhos, 10,91% do total e Sociologia Rural com quatro entradas, 8,77%. Vale destacar, no caso americano, a presença da Etnologia Indígena, presente quatro vezes na base e pouco frequente nos outros países.

Temática	Número de Trabalhos	Porcentagem
Política e Democracia	11	20,00%
Sociologia do Desenvolvimento	6	10,91%
Sociologia da Educação	6	10,91%
Sociologia Rural	4	7,27%
Etnologia Indígena	4	7,27%
Sociologia Urbana	3	5,45%
Sociologia do Trabalho	2	3,64%
Sociologia da Ciência e Tecnologia	2	3,64%
Antropologia Urbana	2	3,64%
Economia	2	3,64%
Demografia	2	3,64%
Populações Afro-Brasileiras	2	3,64%
Teoria Antropológica; Estado e Classes Sociais; Gênero; Sociologia da Religião; Teologia; História do Brasil; Teoria Social; Estatística; Antropologia da Cultura	1	1,82%
Total	55	100%

Dado que Política e Democracia foi o principal tema de mestrados e doutorados de sociólogos brasileiros que estudaram nos Estados Unidos, entre 1964 e 1985, pode-se inferir algumas considerações sobre o perfil dos trabalhos. Primeiramente, pode-se citar que entre as principais linhas de trabalho dos pesquisadores desse campo estava a questão do autoritarismo brasileiro, as condições históricas, políticas e sociais de sua existência e desdobramentos que implicaram no golpe de 1964. Além desse primeiro e principal eixo, existem obras com os temas

mais diversos, os quais abarcam a questão da política externa nacional, a relação entre mídia e comportamento político e a burocracia do Estado brasileiro. Também aqui é notória a preocupação com pesquisas envolvendo o Brasil, apesar do trabalho de Maria Helena de Magalhães Castro destoar deste padrão, e a formação de Cesar Augusto Coelho Guimarães, ainda que mencione a política nos eixos de classificação do trabalho na Plataforma Lattes, não se concretizar em uma dissertação final. No caso institucional, não é possível inferir instituições de proeminência no debate, dado que todos realizaram seus cursos em universidades diferentes, assim como orientadores distintos. Ademais, é relevante afirmar que desses 11 estudantes, quatro realizaram suas pesquisas com bolsas da Fundação Ford, Antonio Augusto Pereira Prates, Cesar Augusto Coelho Guimarães, Evelina Dagnino e Fábio Wanderley Reis, ao passo que os outros não possuíam financiamento.

TABELA 16- Estados Unidos: Trabalhos de Pós-graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Política e Democracia (1964-1985)							
Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Fábio Wanderley Reis	M	Dissertação não exigida	Harvard University	???	1967	1970	Política e Democracia
Fábio Wanderley Reis	D	Desenvolvimento Político e Classe Social: Autoritarismo Brasileiro em Perspectiva	Harvard University	Samuel P. Huntington	1967	1974	Política e Democracia
Cesar Augusto Coelho Guimarães	M	Não houve dissertação. Foram feitas provas no término do curso.	University of California	Não havia orientador	1968	1969	Política e Democracia
Renato Raul Boschi	D	Empreendedores Industriais e o Estado no Brasil pós-1964: Mediações Institucionais e Mudança Política	University of Michigan	PHILIP CONVERS E / CHARLES TILLY	1971	1978	Política e Democracia
Elisa Maria da Conceicao Pereira Reis	D	As Raízes Agrárias da Modernização Conservadora no Brasil: 1880-1930	Massachusetts Institute of Technology	Suzanna Berger	1972	1980	Política e Democracia
Evelina Dagnino	D	Estado e Ideologia: Nacionalismo no Brasil, 1930-1945	Stanford University	Richard Fagen	1973	1985	Política e Democracia
Maria Regina Soares de Lima	M	Política Externa Brasileira: Um Modelo de Análise	Vanderbilt University	John Dorsey Jr.	1973	1976	Política e Democracia
Antonio Augusto Pereira Prates	M	Crescimento Organizacional: Burocratização e Centralização da Autoridade - Um Estudo de Caso	New York University	Charles Perrow	1974	1976	Política e Democracia
Argelina Cheibub Figueiredo	D	Coalizões Políticas no Brasil 1961-1964: Alternativas Democráticas para a Crise Política	University of Chicago	ADAM PRZE WORSKI	1976	1987	Política e Democracia
Maria Regina Soares de Lima	D	A Economia Política da Política Externa Brasileira: Energia Nuclear, Comércio e Itaipu	Vanderbilt University	John Dorsey Jr.	1976	1986	Política e Democracia
Maria Helena de Magalhaes Castro	M	A Indústria Global de Mídia e suas Implicações para a Circulação de Ideias	Duke University	Garry Gereffi e Arturo Valenzuela	1984	1986	Política e Democracia

Observando os trabalhos no campo da Sociologia do Desenvolvimento estadunidense, é possível inferir, primeiramente, o tema da dependência econômica enquanto questão que se repete em várias produções. Além disso, tem proeminência os estudos de caso sobre Brasil e países da América Latina como Argentina e México. Também aqui não é possível pontuar uma universidade de destaque ou orientador.

Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
João Gabriel Lima Cruz Teixeira	M	O Poder dos Vínculos Familiares em Três Países da América Latina: Brasil, Argentina e México	University of Miami	Harry W. Hutchinson	1969	1970	Sociologia do Desenvolvimento
Sônia Maria Karam Guimarães	M	O Estado em Estruturas Sociais Dependentes	California State University	Robert Dunn	1976	1978	Sociologia do Desenvolvimento
Danilo Nolasco Cortes Marinho	M	O Papel da Difusão da Tecnologia e Práticas Agrícolas Modernas em Países Menos Desenvolvidos	Mississippi State University	John VD. Saunders	1977	1979	Sociologia do Desenvolvimento
Paulo Ortiz Rocha de Aragão	D	O Processo de Trabalho, Dependência Tecnológica e Mudança na Composição da Força de Trabalho Brasileira, 1960-75	University Of Maryland	Reeve Doering Vanneman	1981	1985	Sociologia do Desenvolvimento
Elida Rubini Liedke	D	Controle de Trabalho no Desenvolvimento Dependente: Um Estudo de Caso da Indústria Eletrônica Brasileira no Rio Grande do Sul	Brown University	Peter Evans	1983	1987	Sociologia do Desenvolvimento
Enno Dagoberto Liedke Filho	D	Sociologia e Sociedade no Brasil e Argentina (1954-1985)	Brown University	Peter Evans	1983	1990	Sociologia do Desenvolvimento

Em se tratando da Sociologia da Educação nota-se uma profusão de temas diversos, que não se coadunam em uma questão unificadora comum. Verifica-se, nesse caso, também, a proeminência sobre estudos de caso com foco no Brasil, seja na avaliação de educação em geral ou do sistema universitário. Além disso, assim como na área anterior, não há proeminência de um orientador ou instituição específica de destaque.

Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Temática
Maria Susana Vasconcelos Jimenez	M	Avaliação do Estudante sobre a Efetividade do Ensino no Ensino Superior	San Diego State University	John F Smith	1969	1971	Sociologia da Educação
Erly Euzébio dos Anjos	M	Tendências Sociais na Educação Brasileira, 1960-1970	University of Florida	Thomas Lynn Smith	1971	1974	Sociologia da Educação
Angela Maria de Randolpho Paiva	M	Bilinguismo e Educação: o Caso de Porto Rico	Universidad e de Connecticut	John Leach	1976	1978	Sociologia da Educação
Laura da Veiga	D	A Reforma Universitária Brasileira: a Universidade e a Questão da Hegemonia (1965-1968)	Stanford University	Henry M. Levin	1976	1981	Sociologia da Educação

Samuel Maria de Amorim e Sá	D	Adaptação Cultural e Barreiras entre Estudantes de Pós-Graduação Brasileiros	University of Florida	Charles Wagley	1976	1980	Sociologia da Educação
Maria Susana Vasconcelos Jimenez	D	História do Movimento das Escolas Alternativas	Alliant International University	Robert Lambert Baker	1978	1982	Sociologia da Educação

Reino-Unido

O terceiro país com maior número de trabalhos de brasileiros é o Reino-Unido. Dos mestrados e doutorados que constam informações sobre títulos e/ou palavras-chave, 18 ao todo, sendo que Sociologia Rural, Estado e Classes Sociais e Política e Democracia, cada um com quatro produtos, 25% do total. As três linhas temáticas, somadas, representam 75% de toda a produção de sociólogos brasileiros no país. A lista completa pode ser observada abaixo.

Temática	Número de Trabalhos	Porcentagem
Estado e Classes Sociais	4	25,00%
Sociologia Rural	4	25,00%
Política e Democracia	4	25,00%
Antropologia Social	1	6,25%
Sociologia da Cultura	1	6,25%
Antropologia da Saúde	1	6,25%
Sociologia da Ciência e Tecnologia	1	6,25%
Total	16	100%

No caso do Reino Unido, posto que Sociologia Rural, Estado e Classes Sociais e Política e Democracia alcançaram a maior quantidade de trabalhos, é possível traçar algumas características a partir da análise dos títulos destas produções. No caso dos estudos sobre Estado e Classes Sociais é possível notar a ênfase em produções sobre trabalhadores, ideologia e posição de classe no Brasil. Já entre os pesquisadores da área de Política e Democracia encontra-se uma preocupação com o autoritarismo brasileiro e seu desdobramento no golpe de 1964. Ademais, a Universidade de Essex ganha destaque, já que 3 dos 4 estudantes realizaram sua formação lá. No caso das pesquisas do campo de Sociologia Rural está a questão da luta pela terra, implicações das relações capitalistas no campo e implicações do modo de vida camponês frente às transformações no rural brasileiro. No campo da Sociologia Rural e dos Estudos sobre Estado e Classes Sociais não foi possível identificar uma proeminência institucional de uma universidade em particular, posto que os ingressantes dentro das linhas temáticas, realizaram sua formação em instituições distintas, porém, no contexto britânico, como um todo, um pequeno número de universidades concentra a maioria dos estudantes brasileiros. No caso: University of Manchester, University of Sussex, University of London,

London School of Economics, University of Essex e University of Cambridge.

TABELA 20 – Reino Unido: Trabalhos de Pós Graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Áreas Seleccionadas (1964-1985)

Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Categoria
Bila Sorj	D	A formação da ideologia entre trabalhadores do setor siderúrgico no Brasil	University of Manchester	Bryan Roberts	1976	1979	Estado e Classes Sociais
João Gabriel Lima Cruz Teixeira	D	Os metalúrgicos de Salvador, Bahia, Brasil: Um estudo sobre a ideologia dos trabalhadores	University of Sussex	Emanuel de Kadt	1977	1984	Estado e Classes Sociais
Maria Celia Pinheiro Machado Paoli	D	Trabalho, Direito e o Estado no Brasil, 1930-1950	University of London	Eric J Hobsbawm	1979	1987	Estado e Classes Sociais
Solange de Deus Simões	D	A posição dos engenheiros na estrutura de classes brasileira e suas orientações políticas e industriais	London School of Economics	Ian Roxborough	1984	1989	Estado e Classes Sociais
Antonio Carlos de Faria Pinto Peixoto	M	Revolução de 1930 e a Modernização do Brasil	University of Essex	Christian Anglade	1972	1974	Política e Democracia
Ruthy Nadia Laniado	M	Uma análise do Estado brasileiro após 1964	University of Essex	ERNESTO LACLAU	1975	1977	Política e Democracia
Ruthy Nadia Laniado	D	A formação do Estado autoritário brasileiro em relação à sociedade local: O caso da Bahia (1960-74)	University of Essex	BOB JESSOP	1977	1985	Política e Democracia
Sônia Maria Karam Guimarães	D	Ideologia e transformação social: uma análise dos discursos públicos de Getulio Vargas (1950-1954)	London School of Economics	Ian Roxborough	1978	1986	Política e Democracia
Edward John Baptista das Neves MacRae	M	Ligas Camponesas em Pernambuco, Brasil	University of Essex	Henrique Freitas	1970	1971	Sociologia Rural
Zander Soares de Navarro	D	Capitalismo e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: O Caso do Sudeste da Bahia	University of Sussex	Peter Lloyd	1976	1981	Sociologia Rural
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti	D	A Construção da Sobrevivência Camponesa: Continuidade e Mudança no Nordeste Rural Brasileiro. O Caso do Brejo Paraibano	University of Manchester	Bryan Roberts	1979	1982	Sociologia Rural
Mauro William Barbosa de Almeida	D	Seringueiros do Rio Jurua Superior: A Formação de uma Camponesa da Floresta	University of Cambridge	Stephen Hugh-Jones	1982	1993	Sociologia Rural

México

O caso mexicano possui a categoria Estado e Classes Sociais com a maior frequência de trabalhos. Esta categoria ocupa um espaço maior em relação ao total de produções, posto que 46% destas, seis estão baseados nessa categoria. Ainda no México, a lista que segue é bastante pulverizada, com dois trabalhos no campo do Gênero, seguidos de uma pequena lista de temas diversos que não chegam a se repetir. Estes dados podem ser observados na TABELA 21, a seguir.

Temática	Quantidade	Porcentagem
Estado e Classes Sociais	6	46,15%
Gênero	2	15,38%
Sociologia do Desenvolvimento	1	7,69%
Sociologia do Trabalho	1	7,69%
Sociologia Rural	1	7,69%
História do Brasil	1	7,69%
Pensamento Social Brasileiro	1	7,69%
Total	13	100%

Dado que Estado e Classes Sociais foi o tema de maior destaque no país, vale aqui um aprofundamento nas temáticas dos trabalhos de mestrado e doutorado realizados no interior do país. Verifica-se uma dispersão de temas no interior de debates com afinidades à tradição marxista. Nesse sentido, existem trabalhos que focam em análises de classe com ênfase na classe trabalhadora, e outros analisando o perfil patronal. Além disso, ainda neste grupo, encontram-se mestrados e doutorados sobre partidos políticos de esquerda. No caso dos estudos de gênero, as obras que aparecem destacam a luta feminista e o imbricamento entre mulher e o poder. De todos os trabalhos analisados, apenas um não trata de questões sobre o Brasil ou estados, cidades e regiões brasileiras. Em se tratando de proeminência institucional a UNAM expressa dominância quase completa na lista, tendo o professor Severo de Albuquerque Salles ocupado local de destaque ao orientar três estudantes brasileiros, mais especificamente Raimundo Nonato Santos, Adelita Neto Carleial e Ana Alice Alcantara Costa.

nome	Início	Fim	Tipo	Título	Orientador	Instituição	Categoria
Nadya Araujo Guimarães	1976	1983	D	Exército de Reserva: Sua Especificidade e Comportamento Político no Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil	Ruy Mauro Marini	UNAM	Estado e Classes Sociais
Raimundo Nonato Santos	1976	1978	M	Do Artesão ao Trabalho Fabril na Costa Rica	Pablo Conzalez Casanova	FLACSO	Estado e Classes Sociais
Raimundo Nonato Santos	1978	1984	D	Política e Partido no Brasil: Os Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB	Severo de Albuquerque Salles	UNAM	Estado e Classes Sociais
Adelita Neto Carleial	1979	1987	M	O Estado-Patrão: Um Estudo de Caso da Força de Trabalho Estatal no Ceará (Brasil) 1980/86	Severo de Albuquerque Salles	UNAM	Estado e Classes Sociais
Ary Cesar Minella	1979	1986	D	Os Banqueiros e sua Organização de Classe no Brasil	John Saxe-Fernandez	UNAM	Estado e Classes Sociais

Luzinete Simões Minella	1983	1989	D	O Modo de Produção Capitalista e a Fratura nas Relações Sociais: Elementos Teóricos para uma Reflexão sobre a Doença Mental na Bahia, Brasil	Jussara Teixeira	UNAM	Estado e Classes Sociais
Ana Alice Alcantara Costa	1977	1981	M	Avanços e Definições do Movimento Feminista no Brasil	ITZIAR LOZANO	UNAM	Gênero
Ana Alice Alcantara Costa	1981	1996	D	A Mulher no Poder Local na Bahia/Brasil: A Imbricação do Público e do Privado	Severo de Albuquerque Salles	UNAM	Gênero

Alemanha

Observando os padrões temáticos do caso Alemão, nota-se uma considerável dispersão de temas, sem a possibilidade de se indicar algum com maior destaque, posto que Teoria Social só ocupa a primeira posição por ter dois trabalhos. Estes dados podem ser observados na TABELA 23, abaixo.

Temática	Quantidade	Porcentagem
Teoria Social	2	20,00%
Economia	1	10,00%
Sociologia do Desenvolvimento	1	10,00%
Sociologia da Educação	1	10,00%
Filosofia	1	10,00%
Estado e Classes Sociais	1	10,00%
Sociologia Rural	1	10,00%
Pensamento Social Brasileiro	1	10,00%
Política e Democracia	1	10,00%
Total	10	100%

Posto que os trabalhos do país possuem um perfil consideravelmente diverso, para fins de análise será realizada uma interpretação geral, sumária, sobre todos os trabalhos. Um primeiro dado interessante de ser mencionado sobre o caso alemão é que, diferentemente dos outros países analisados, aqui a presença de trabalhos analisando o caso brasileiro ocorre em menor grau. Dos dez casos, cinco se circunscrevem a estudos sem enunciação de um contexto geográfico específico, seja o Brasil ou um estudo local de caso. Também aqui não é possível observar proeminência de nenhuma instituição específica no interior de um campo temático ou orientador.

TABELA 24 – Alemanha: Trabalhos de Pós-graduação de Sociólogos Brasileiros no exterior em Áreas Seleccionadas (1964-1985)							
Nome	Curso	Título	Instituição	Orientador	Início	Fim	Categoria
José Carlos Bruni	M	O conceito de ideologia nos primeiros escritos de Karl Marx	Goethe-Universität Frankfurt	Horst Baier	1970	1973	Teoria Social
Paulo Henrique Freire Vieira	D	Pesquisa de Sistemas e Teoria Política: Sobre a Aplicabilidade da Pesquisa de Sistemas na Teoria Política Moderna	Ludwig Maximilian Universität	PETER CHRISTIAN LUDZ	1978	1983	Teoria Social
Pedro Demo	D	Domínio e História: Sobre a Teoria Política da Sociedade de Freyer e Marcuse	Universität Des Saarlandes	Wigand Siebel	1967	1971	Sociologia do Desenvolvimento
Berlindes Astrid Kuchemann	D	Assistência Técnica da República Federal da Alemanha à Agricultura de Pequenos Agricultores no Brasil: O Programa de Jovens Agricultores	Universität Bielefeld	Prof. Dr. Peter Schöber	1972	1976	Sociologia Rural
Lucio de Brito Castelo Branco	M	-	Universität Erlangen-Nürnberg	Hanns-Albert Steger	1975	1977	Economia
Edgard Afonso Malagodi	M	Apresentação e Crítica da "Antropologia Dialética" de Darcy Ribeiro	Freie Universität Berlin	WOLFGANG FRITZ HAUG	1975	1977	Pensamento Social Brasileiro
Clarissa Eckert Baeta Neves	D	A Pós-Graduação no Ensino Superior Brasileiro: Desenvolvimento e Resultados, 1965-1975	University of Münster	Achim Schrader	1975	1979	Sociologia da Educação
Lucio de Brito Castelo Branco	D	Estado, Espaço e Poder no Brasil: Origem e Estrutura da Ideologia Estatal e de Grande Potência: de José Bonifácio a Golbery Couto e Silva	Universität Erlangen-Nürnberg	Hanns-Albert Steger	1977	1981	Política e Democracia
Oswaldo Giacoia Junior	D	Da Metafísica da Arte à Genealogia da Moral: Caminhos da Filosofia da Cultura de Nietzsche	Freie Universität Berlin	REINHARDT KLEMENS MAURER	1984	1988	Filosofia
Erni José Seibel	D	A Função Político-Ideológica do Cooperativismo	Freie Universität Berlin	Prof. Dr. Elmar Altvater	1985	1993	Estado e Classes Sociais

Analisando o perfil das temáticas que orientaram os trabalhos de mestrado e doutorado aqui citados, podem-se levantar algumas considerações de caráter geral, a despeito da diversidade de questões aqui abordada. A primeira delas diz respeito à preocupação, disseminada em vários trabalhos, com a questão da modernização da sociedade brasileira. Verifica-se que o interesse por tal problemática atravessa as principais linhas temáticas aqui descritas, encontrando, contudo, maior ênfase nas áreas de sociologia rural e do desenvolvimento. Observa-se que uma parte considerável desses trabalhos estavam analisando os processos de transformação do meio rural brasileiro a partir da introdução de novas tecnologias, relações de trabalho, formas de exploração da terra, e da aproximação com o mundo urbano. Além disso, mais diretamente no campo da sociologia do desenvolvimento, uma preocupação importante é como dimensões do capitalismo periférico brasileiro se integravam,

de modo dependente, com o sistema capitalista global como um todo. Em ambos os casos, a preocupação com a modernização, da sociedade brasileira é elemento central que transpassa as obras.

É importante destacar que as teorias da modernização, intensamente presentes na produção das ciências sociais no interior da década de 1970, têm sido alguns dos principais alvos da crítica decolonial e pós-colonial nas últimas décadas (COSTA, 2006). Essas abordagens alternativas tensionam justamente como as teorias da modernização operaram no campo das ciências sociais enquanto mecanismos de reprodução do imaginário colonial aplicado à explicação sociológica, o que se expressa, principalmente, no estabelecimento de modelos de desenvolvimento que seguem experiências históricas modelares de nações do Norte-Global. Não cabe aqui, dada a limitação da natureza dos dados observados, inferir que a produção de sociólogos brasileiros analisada neste tópico é resultado direto desse tipo de abordagem, e que, por consequência, reproduza no campo teórico e analítico as marcas coloniais de um imaginário evolucionista que reduz as experiências nacionais a exemplares de condições sociais arcaicas em contato com a modernidade. Além disso, é digno de nota, que as temáticas abordadas nos trabalhos em questão, ao se aproximarem com as questões caras as teorias da modernização, vigentes em grande medida no período, podem ter sido influenciadas pelas características citadas, o que expressaria, também, como a formação em universidades do Norte-Global pode ter contribuído para a reprodução de imaginários sociológicos que tomam o Brasil a partir de uma linha evolutiva eurocentrada.

Outra dimensão que também pode ser destacada da análise dos títulos e palavras-chave aqui empreendida é a disposição a trabalhar com objetos geograficamente posicionados no Brasil. Fica bastante evidente que a maioria dos mestrados e doutorados aqui citados possuem como questões de investigação um espectro que vai geograficamente do nacional, até estudos de caso regional ou local no interior do território brasileiro. Essa característica pode ser lida sobre o crivo da produção do campo da geopolítica do conhecimento, mais especificamente a partir da noção de divisão global do trabalho intelectual (ALATAS, 2003; CONNELL, 2020; HOUNTONDJI, 1997). Os autores têm pontuado que o processo colonial, ao produzir posições de poder desigualmente distribuídos no campo do conhecimento global, impôs um padrão de organização do trabalho acadêmico que posiciona as áreas de maior prestígio intelectual, como a teoria social, em centros do Norte-Global, relegando aos investigadores de nações do Sul a reprodução de parâmetros teóricos exógenos e sua aplicação sob casos exemplares na periferia global. A tendência a trabalhar análises do caso brasileiro, ou seus desdobramentos regionais e

locais, seria expressão justamente da posição periférica brasileira no interior do quadro acadêmico das ciências sociais em nível global. A baixa quantidade de trabalhos no campo da teoria, ou mesmo a quase ausência de produções sobre outras realidades que não a nacional, complementam essa percepção, indicando que a geopolítica do conhecimento conformou, para além do fluxo para o exterior destes sociólogos brasileiros, a própria natureza dos seus trabalhos no interior da divisão global da produção acadêmica.

Contudo, é importante mencionar, que ainda que parte disso seja verdadeiro, não se pode aqui definir que a natureza dessas produções opera apenas na reprodução das relações globais de poder que caracterizam a divisão do trabalho intelectual. A preocupação com o caso brasileiro pode ser observada, e sem excluir o ponto antes mencionado, como expressão de uma tradição intelectual nacional diretamente comprometida com problemas de matriz endógena. Como apontado por Hountondji (1997), uma das características da dominação no campo acadêmico é a promoção da extroversão mental sobre os intelectuais do sul global, os quais, por se voltarem em demasia para a produção do centro, acabariam por relegar à uma condição periférica o enfrentamento que questões locais ou nacionais de relevância. É justamente por isso que o autor advoga a necessidade de uma sociologia endógena, que preocupada com questões de ordem nacional, mitigaria os efeitos de uma abordagem extraviada. Essa crítica à uma mentalidade orientada para fora poderia ser utilizada aqui enquanto um elemento justamente de expressão da autonomia da sociologia brasileira e força de uma tradição intelectual comprometida com a compreensão dos problemas nacionais. Contudo, ainda que essa abordagem seja possível, os dados aqui coletados não possuem profundidade suficiente para permitir uma inferência de tal profundidade. Apenas a análise das obras em sua completude poderia fornecer subsídios para uma interpretação capaz de afirmar em que medida tais produções estão realmente mais próximas à uma sociologia nacionalmente comprometida, ou se observariam o caso nacional a partir de um olhar demasiadamente orientado por elementos teóricos ou analíticos exógenos. Ambos os processos, inclusive, podem estar entrelaçados no interior dos mesmos trabalhos, o que não significa que a geopolítica do conhecimento não tenha incidido sobre a natureza de sua produção, mas que esta está entrelaçada em processos que agregam, ao mesmo tempo, elementos de exogenia e autonomia intelectual.

4.6 Síntese Analítica

Neste capítulo nos detemos sobre uma análise do perfil da circulação internacional de sociólogos brasileiros em cursos de pós-graduação durante a ditadura militar. Argumentou-

se que a circulação pós-graduada aqui estudada é diretamente relacionada com as políticas nacionais de pós-graduação. Foi possível notar um claro crescimento na realização de mestrados e doutorados dentro do país após a vigência do I PNPG e a expansão do sistema de pós graduação nacional. De 1975 a 1979, ocorre a maior ocorrência de realização de doutorados no exterior, período concomitante com a expansão da capacidade de financiamento das agências nacionais. Já a partir de 1975 também se inicia uma redução na realização de mestrados no exterior, posto que as agências de financiamento passam a dar prioridade à concessão de bolsas de doutorado. Também foi possível perceber que os pós-doutorados começam a aparecer na série histórica, de forma contínua, no início da década de 1980. Além disso, esse processo é acompanhado de uma maior regionalização dos programas de pós-graduação, com uma diminuição, paulatina, do predomínio da região sudeste.

Do ponto de vista do acesso a bolsas foi possível perceber que grande parte dos estudantes que estudaram no exterior utilizaram bolsas de estudos, com destaque para o período pós 1975, em que a expansão do financiamento das agências nacionais facilitou as idas ao exterior. Ao se analisar o perfil do tipo de bolsa acessada pelos sociólogos verificou-se uma clara clivagem no perfil de financiamento anterior a 1975 e o padrão que segue após este ano. Os dados expressam que a fase de 1964-1975 é marcada por uma pulverização de formas de financiamento, principalmente via organismos estrangeiros, seja de filantropia, seja no campo da cooperação para o desenvolvimento. Neste primeiro período a Fundação Ford apresentou o maior destaque, principalmente entre 1972 e 1975. Já após 1975 há uma clara predominância das bolsas vinculadas à CAPES e ao CNPq. Este processo, assim como já discutido no capítulo 3, está diretamente vinculado ao fortalecimento na capacidade de financiamento das agências nacionais na segunda metade da década de 1970.

Em se tratando dos países de destino dos sociólogos, os Estados Unidos e a França são as regiões predominantes em toda a série histórica. Contudo, fica claro que até 1975 a relevância norte-americana é maior do que a francesa, ao passo que após 1975 o país europeu se torna o principal destino dessa geração. Pode-se inferir que a proeminência norte-americana, na primeira fase, tem relação com os mecanismos de financiamento estadunidenses às ciências sociais brasileiras, como a Fundação Ford, o USAID, e bolsas da OEA. Quanto ao segundo momento, do ponto de vista institucional, vale mencionar o papel do CAPES-COFECUB, que a partir de 1978 se consolidou como a maior parceria da agência brasileira com um país estrangeiro na cooperação acadêmica e circulação de estudantes.

Os dados sobre países de destino também permitiram inferir o predomínio das regiões da Europa ocidental e América do Norte enquanto destino dos sociólogos pós-graduandos. Nota-se que apesar da proximidade geográfica e linguística dos brasileiros com a América Latina, poucos estudantes realizaram seus cursos de pós-graduação em países conexos. Contudo, vale mencionar o papel do México, quarto principal destino do grupo, enquanto país que se destacou durante o período, o que pode estar relacionado com o fortalecimento da institucionalização das estruturas universitárias mexicanas a partir da segunda metade da década de 1970, além do papel deste país na recepção de exilados de nações vizinhas que estavam sob regimes autoritários. Outro elemento digno de nota é a completa ausência de mestrados e doutorados em países da Ásia e África.

Analisando as universidades de destino, foi possível perceber que a França possui algumas instituições com claro destaque na atração de sociólogos brasileiros. Mais especificamente, a Universidade de Paris 1 – Sorbonne e a École de Hautes Études en Sciences Sociales, que concentram mais de 30% de todos os estudantes que compõem a base de dados. Além disso, o caso francês se caracteriza pela concentração de quase a totalidade dos estudantes na cidade de Paris. Esse perfil é totalmente diferente do caso estadunidense, posto que no país-norte americano não há uma concentração de universidades com destaque na atração de sociólogos brasileiros, e há dispersão razoável no território do país, com concentração maior na costa leste e no extremo oeste do país, com destaque para os estados da Califórnia e Nova-York. No caso do Reino Unido, existe uma pulverização entre várias instituições, a saber, Essex, Manchester, London School of Economics, Cambridge e Sussex, ao passo que a maior parte dos estudantes se concentra na região sul do país, perto da capital, Londres. Já no México todos os pós-graduandos estão concentrados na capital do país, com ênfase à Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Por fim, em se tratando das instituições e regiões, a Alemanha apresentou um perfil de bastante dispersão, seja do ponto de vista da distribuição regional, seja em se tratando de universidades de destino.

A análise dos temas de mestrados e doutorados apresentou uma proeminência nas áreas de Sociologia Rural, Política e Democracia, Estado e Classes Sociais e Sociologia do Desenvolvimento. Entre essas áreas, testemunha-se que a sociologia rural alcançou seu pico em dissertações e teses defendidas entre 1976 e 1985, ao passo que a área de política e democracia teve maior destaque entre 1964 e 1980. Além disso, é digno de nota que posto que os Estados Unidos e a França concentram a maior parte dos dados, as áreas temáticas possuem relação direta com o próprio país de destino. Verificou-se que a maior parte dos trabalhos da área de

Política e Democracia se realizou nos Estados Unidos, e a França teve como destaque os campos de Sociologia Rural e Sociologia do Desenvolvimento.

Compreendendo o perfil da produção intelectual interna aos países, foi possível perceber que a maior parte dos trabalhos realizados no período discute os processos de transformação e modernização do Brasil. Mais especificamente, no caso da sociologia rural, tratam-se de mestrados e doutorados sobre a introdução de tecnologias no campo, alteração nas relações de produção, e mudanças de modos de vida frente a comodificação das relações de trabalho, além dos enfrentamentos às relações de exploração e a luta pela terra. No caso da sociologia do desenvolvimento o processo de modernização nacional também é enfatizado, principalmente em se tratando da inserção de áreas do setor produtivo nacional ao sistema capitalista global, com destaque às relações de dependência econômica. No caso do campo de Política e Democracia, a principal questão encontrada foi o estudo do autoritarismo brasileiro e suas consequências sobre os modelos políticos e sociais nacionais, mais especificamente sobre os processos autoritários anteriores ao golpe de 1964, a eclosão do evento e suas consequências e permanências nos anos que se seguiram ao evento.

Em síntese, neste capítulo também foi possível compreender como as assimetrias globais que estruturam as relações de poder no campo do conhecimento conformaram o perfil do fluxo de sociólogos brasileiros em cursos de pós-graduação no exterior de 1964 a 1985. Assim como aventado no capítulo 3 os dados aqui apresentados exprimem, sob vários aspectos a dependência acadêmica (ALATAS, 2003) entre o Brasil e nações do Norte-Global no âmbito das ciências sociais. Primeiramente, pôde-se observar com mais profundidade o papel, na primeira fase do regime militar, dos financiamentos estrangeiros enquanto fontes centrais para a realização de mestrados e doutorados no exterior. A influência de organizações alinhadas à política exterior norte americana na guerra fria é bastante clara, dada a concentração de bolsas da fundação Ford, além de outras instituições como USAID e OEA. Além disso, o próprio Estado, a partir da ação direta na repressão a opositores, influenciou fluxos forçados de pesquisadores para o Norte-Global, ainda que acolhido por organismos que prestavam solidariedade global a refugiados. A reprodução das relações de dependência também se expressa nos países e universidades de destino dos sociólogos, dada a hegemonia de nações do Norte-Global, como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha. Contudo, a presença do México mostra como circuitos alternativos institucionais, ainda que sem a mesma força, possuíram relevância na subversão dos tipos de fluxos centro-periferia. Por fim a natureza dos trabalhos de mestrado e doutorado apontou, ainda que de forma indiciária, para potenciais

padrões de inserção periférica da produção de brasileiros na divisão global do trabalho intelectual (ALATAS, 2003; CONNELL, 2017; HOUNTONDJI, 1997), mais especificamente pela predominância de estudos detidos a casos nacionais, além da possível reprodução de princípios evolucionistas presentes nas teorias de modernização em voga na época.

PARTE III – 1964-1985: ATORES E CONDICIONANTES DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL

Os fluxos internacionais de sociólogos brasileiros durante a ditadura militar se associam com condicionantes diretamente atados ao contexto histórico em que os agentes se posicionam. Mais do que apenas influenciados por políticas governamentais, instituições de financiamento, ou padrões macroestruturais de circulação, esses processos também são atravessados por dimensões individuais, trajetórias de vida, intencionalidades, relações afetivas e circunstâncias locais. Isto posto, a pesquisa que se arvora à compreensão da natureza e dos condicionantes de circulação internacional em nível de pós-graduação, necessita, também, debruçar-se sobre a dimensão microssociológica envolvida na promoção de fluxos ao exterior. O objetivo da terceira parte desta tese é justamente observar detidamente as histórias de vida de intelectuais reconstruir, a partir da análise de cada caso, as dimensões comuns, além das puramente singulares, envolvidas no objeto desta investigação.

Destarte, neste eixo será realizada uma imersão sobre as trajetórias de sociólogos brasileiros que realizaram experiências de circulação internacional durante o período da ditadura militar brasileira. Mais especificamente, trabalha-se apenas com casos de realização de mestrado e/ou doutorado no exterior. O interesse com esta investida é de apresentar ao leitor o percurso de imersão acadêmica dos intelectuais, realçando os condicionantes sócio-históricos que influenciaram o fluxo para fora do país. As trajetórias são descritas, cronologicamente, uma após a outra, interconectando experiências, instituições e representações comuns ao período em que se transcorrem.

É digno de nota que a apresentação das trajetórias é realizada em dois blocos. Como foi possível notar nos capítulos anteriores, observa-se que a circulação internacional de sociólogos brasileiros não se constituiu enquanto um processo imutável durante toda a vigência da ditadura militar brasileira. Verificou-se que entre 1964-1975 existiu um padrão de circulação vinculado a organismos de fomento estrangeiros, principalmente voltados aos Estados Unidos e em menor volume de indivíduos do que o período posterior. Isto posto, no Capítulo 5 são analisadas as trajetórias de nove sociólogos que realizaram seus cursos de mestrado e/ou doutorado durante o período entre 1964 e 1975. Já no capítulo 6, observa-se o período subsequente, 1975-1985. A investida se direciona ao levantamento dos condicionantes de destaque em cada um desses períodos, observando, o papel das relações de poder globais e locais sobre tais intercursos.

CAPÍTULO 5 – TRAJETÓRIAS (1964-1975)

A primeira fase do regime militar, conforme descrito no Capítulo 3, é caracterizada pela baixa quantidade de incentivos econômicos para formação no exterior por parte do governo, o que se manifesta em paralelo a uma série de medidas de ajuste fiscal no enfrentamento de uma crise econômica e um ambiente social de animosidade, descontentamento e repressão política. As histórias aqui estudadas se entrelaçam com os acontecimentos do período, possuindo, apesar de suas singularidades, elementos comuns que ajudam a caracterizar condições sociais que definem a natureza destes fluxos. Observando o intervalo até o ano de 1975, que será marcado por mudanças estruturais de maior vulto do ponto de vista do incentivo governamental à circulação internacional no âmbito da pós-graduação, é possível extrair alguns elementos típicos de ida ao exterior. Esses condicionantes serão apresentados ao final do capítulo, resumindo analiticamente padrões relativos aos casos observados.

Neste eixo são analisadas as trajetórias de nove sociólogos que realizaram seus cursos de mestrado e/ou doutorado entre 1964 e 1975. Os intelectuais em questão são: Aspásia Camargo, Clarissa Eckert, Dimas Floriani, Elias Reis, Gláucia Villas Boas, Gláucio Soares, Renato Ortiz, Silke Weber, e Simon Schwartzman. Alguns destes, como Gláucio Soares e Simon Schwartzman, iniciaram seus estudos no exterior ainda anteriormente a 1964, mas foram incluídos na lista por continuarem suas formações durante o período do recorte, além de expressarem padrões de trajetória comuns aos de outros pesquisadores incluídos no grupo. Como pode ser observado na Tabela 25, abaixo, o trabalho se debruça sobre cientistas sociais que fizeram formação nos Estados Unidos, França, Alemanha, Bélgica e Chile. Alguns deles não contaram com fontes de financiamento para seus estudos no exterior, enquanto os que receberam bolsas o fizeram a partir de instituições como OEA, Ford Foundation, Ökumenisches Studienwerk, Rockefeller Foundation e Comité Catholique Contre La Faim e CAPES. A planilha a seguir também inclui informações descritivas sobre o tipo de formação, instituição de vínculo, nome dos orientadores, curso realizado e período de início e fim. Em seguida segue-se com a descrição e análise destas trajetórias.

TABELA 25 – Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior Analisados (1964-1975)

Nome	Formação	Instituição	País	Orientador	Início	Fim	Curso	Financiamento
Gláucio Ary Dillon Soares	MESTRADO	Tulane University	Estados Unidos	Mitchell Franklin	1958	1959	Direito	Rockefeller Foundation
	DOUTORADO	Washington University St Louis Mo	Estados Unidos	Joseph A Kahl	1962	1965	Sociologia	OEA
Simon Schwartzman	MESTRADO	Facultad Latinoamericana em Ciencias Sociales	Chile	Peter Heintz	1962	1963	Sociologia	OEA
	DOUTORADO	University of California Berkeley	Estados Unidos	David E Apter	1968	1969	Ciência Política	Ford Foundation
Silke Weber	MESTRADO	École de Hautes Études en Sciences Sociales	França	Paul-Henry Chombart de Lauwe	1964	1966	Psico sociologia	Comité Catholique Contre La Faim
	DOUTORADO	PARIS 5 - Descartes	França	Paul-Henry Chombart de Lauwe	1968	1972	Sociologia	Ford Foundation
Elisa Maria da Conceicao Pereira Reis	PÓS-GRADUAÇÃO	Instituto Latino Americano de Doctrina y Estudios Sociales	Chile		1968	1968	Sociologia do Desenvolvimento	
	DOUTORADO	Massachusetts Institute of Technology	Estados Unidos	Suzanna Berger	1972	1980	Ciência Política	Ford Foundation
Aspásia Camargo	MESTRADO	Universite de Paris II	França	Pierre Bourdieu	1967	1969	Ciências Sociais	
	DOUTORADO	Universite de Paris II	França	Alan Touraine	1970	1974	Sociologia	
Renato Jose Pinto Ortiz	MESTRADO	École de Hautes Études en Sciences Sociales	França	Edgar Morin	1970	1972	Sócio-Economie du développement	
	DOUTORADO	École de Hautes Études en Sciences Sociales	França	Roger Bastide	1973	1975	Sócio-Economie du développement	
Dimas Floriani	MESTRADO	Université Catholique de Louvain	Bélgica	Frédéric Debuyst	1976	1978	Faculté des Sciences Politiques et Sociales	
Gláucia Kruse Villas Boas	MESTRADO	Universität Erlangen-Nürnberg	Alemanha	Hanns-Albert Steger	1975	1980	Sociologia	Ökumenisches Studienwerk
Clarissa Eckert Baeta Neves	DOUTORADO	University of Münster	Alemanha	Achim Schrader	1975	1979	Sociologia	Ökumenisches Studienwerk/ CAPES

5.1 Gláucio Soares

Gláucio Soares nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1934, filho de uma família com baixo poder econômico. O pai veio de Macaé, apesar de ter feito a vida na cidade do Rio de Janeiro, em que estudou contabilidade e trabalhou no Lloyd Brasileiro⁴⁹, local de sua aposentadoria. Já a mãe era oriunda de Belém do Pará, ocupando-se como professora normal e sendo a principal incentivadora dos estudos do filho. Gláucio iniciou sua formação no Liceu Francês, na capital carioca, onde encontrou dificuldades de inserção pela “*língua estranha*” falada por seus membros. O estudante seguiu seu caminho educacional, também, em escolas públicas, mais especificamente Rodrigues Alves e José Alencar, locais onde rapazes das favelas próximas estudavam. Apesar de ser criado em uma família com baixo capital econômico, o contato com as línguas iniciou ainda na educação básica, quando aprendeu Francês no Colégio Zaccaria, instituição apenas para homens, com professores padres e alunos de classe média. Depois viria a estudar no colégio Andrews, um espaço de elite, onde se sentia “*o pobre no meio dos ricos*”.

A entrada de Gláucio no ensino superior se dá em 1953, na primeira turma da faculdade de Direito Cândido Mendes, instituição privada, onde entrou no curso noturno, enquanto trabalhava como revisor na Edap – Editora de Anuários de Publicidades. O contato de Gláucio com as línguas estrangeiras acabou por se adensar nesse período, ainda que por motivos prosaicos. Passou a namorar uma alemã e com ela aprendeu a língua e acabou também por estudar Russo, em um curso que viu no jornal Diário de Notícias, no Instituto de estudos políticos e sociais da PUC do Rio de Janeiro. O interesse por estudar russo teria se colocado pela identificação política com “ser de esquerda”, embora o rapaz ainda possuísse pouca elaboração sobre o significado dessa própria identidade.

O interesse pela sociologia se dá ao passo que diminuem as inclinações do jovem pelo curso de Direito, cada vez mais influenciado pela liderança de Padre Ávila⁵⁰, professor de sociologia na instituição. O padre, que havia feito o seu mestrado em Louvain, na Bélgica, foi uma referência importante na Escola de Sociologia, Política e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), núcleo que criou em 1955. A predileção pela sociologia se aprofundava em Gláucio, também, com o aprendizado de línguas, mais

⁴⁹ O Lloyd Brasileiro foi uma companhia estatal de navegação brasileira, tendo existido até o ano de 1997.

⁵⁰ Padre Ávila foi figura destacada na promoção da sociologia no Rio de Janeiro. Tendo criado em 1955 a Escola de Sociologia, Política e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde lecionou de 1954 até 2010, ano de seu falecimento.

especificamente pela leitura de livros em inglês, focados em resultados de pesquisa no campo das ciências sociais. Desiludido com os estudos no Direito e movido pelos novos desejos intelectuais, o então jovem decidiu por mergulhar por completo no caminho da sociologia.

O reduzido número de instituições orientadas para as ciências sociais no Rio de Janeiro teria se colocado como um dos primeiros desafios para a realização do curso no Brasil. Gláucio afirma que, na época, o Rio de Janeiro tinha um número pequeno de sociólogos, os quais seriam majoritariamente pouco conhecidos, destacando-se a produção no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e alguns nomes como Luís Costa Pinto, Guerreiro Ramos e Arthur Rios. Apesar da existência do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), o desenvolvimento da disciplina na cidade ainda não representava para Gláucio o grau de profissionalismo da experiência paulista, maior exemplo de êxito, em sua opinião, até então, capitaneada pela figura de Florestan Fernandes, pela existência da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política⁵¹. Conseqüentemente, o jovem aspirante a sociólogo, frente às limitações encontradas no seu entorno, é levado, passo a passo, à conclusão de que para ter uma formação realmente sólida no campo da Sociologia seria incontornável a ida ao estrangeiro. As opções de realização deste tipo de intercuro se davam especificamente para a Europa, com ênfase para a França, país onde imaginava realizar seus estudos.

Enfim. E eu me convenci bem cedo de que, se eu quisesse crescer e aprender, realmente, Sociologia, eu teria que sair do Brasil. E é interessante, porque, naquele momento, ninguém pensava nos Estados Unidos; era a Europa, era a Europa, sobretudo França. (GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009)

Dado o sentimento de escassez de meios para a formação no Rio de Janeiro, Gláucio chegou, antes de buscar o exterior, a procurar em outros estados do país as condições que poderiam lhe dar oportunidades de estudar sociologia. Por conta própria vai a Minas Gerais, onde, a partir de contatos que tinha com Júlio Barbosa e José Murilo de Carvalho, ouvira falar de um curso de ciências sociais com bolsas para estudantes. Contudo, é o segundo destino, São Paulo, que vai ser fundamental em sua trajetória internacional. Foi nesta cidade onde aprendeu como a disciplina era de fato estruturada, entendendo melhor o campo de pesquisa e atuação, mas, mais do que isso, tomou conhecimento de uma oportunidade de bolsa no exterior para

⁵¹ “G.S (...) “as pessoas conhecidas aqui no Rio de Janeiro, as soi-disant sociólogas, eram muito poucas, muito poucas. Era Luiz Costa Pinto, que vivia às turras com Guerreiro Ramos, e o... um que estudou, em verdade, também na Universidade da Flórida, Arthur Rios. Acho que não existia mais ninguém, porque não se fala em mais ninguém. Na Faculdade Nacional de Filosofia, havia um curso de Ciências Sociais, muito muito tradicional. Mas São Paulo já tinha, enfim, Florestan. Uma diferença muito grande.
H.B. – E a Escola Livre, não é? Tinha a USP e tinha a Escola Livre.
G.S.– Também.” (GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

estudos nos Estados Unidos. A bolsa da fundação Rockefeller, com passagens pagas pela Fullbright, lhe permitiria realizar um mestrado, ainda que em direito comparado, na Universidade de Tulane, New Orleans. Apesar do desejo em distanciar-se do direito, Gláucio se candidata à bolsa após receber o apoio do antigo mestre Padre Ávila. Segundo o ex-professor, a riqueza de perspectivas, pesquisas e disciplinas que o meio universitário norte-americano seria uma grande razão para realizar tal empreitada.

G.S – (...) Fui a São Paulo. E comecei a aprender um pouquinho a respeito de como estava organizada a Sociologia. E o que faziam naquele momento era, essencialmente, Sociologia Política, não era nem Sociologia pura, não Política, nem sem ser política. Aí apareceu esse concurso, e uma bolsa, eu me candidatei, ganhei.

A.G. – Esse concurso foi em âmbito nacional? Era uma bolsa da Rockefeller, não é?

G.S. – Uma bolsa da Fullbright. Da Rockefeller, com uma passagem da Fullbright.

A.G. – Mas era especificamente para Direito?

G.S. – Era especificamente para Direito. Um programa de Direito comparado, na Universidade de Tulane. Enfim. Consultei com padre Ávila, “vale a pena ir?”. Ele disse: - ora, com aquela riqueza de perspectivas, pesquisas, disciplinas - “claro que sim. Claro.” E aquilo para mim bastou.(GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

Durante o mestrado em Tulane a busca pelo aprofundamento dos estudos na área de sociologia logo se fez presente. Com esse ímpeto o brasileiro buscou meios de se aperfeiçoar no campo da pesquisa social, tendo em vista que pouco dominava esse tipo de atividade. Interessou-se, então, por trabalhar no National *Opinion Research Center* (NORC), da Universidade de Chicago⁵², onde realizou entrevistas nas ruas, inclusive com falantes de outras línguas como o italiano e o espanhol.

A experiência em Chicago foi complementada por atividades precárias que o estudante realizava em paralelo e lhe ajudavam a sustentar-se financeiramente, as quais, estavam descoladas de seu interesse na carreira de sociólogo. Gláucio trabalhou de garçom e bartender no *Quadrangle Club*, um bar de professores da Universidade de Chicago, vaga que havia conseguido a partir de contatos que estabeleceu na cidade. O brasileiro afirma que nesse contexto passou a “cantar” os professores no estabelecimento, de forma a pedir uma cadeira

⁵² “Eu fiz o mestrado, escrevi a tese etc., em tempo bastante rápido. E eu me dei conta de que eu não sabia muito, quase nada de como, em verdade, fazer pesquisa. Aí comecei a fuçar onde que eu poderia fazer pesquisa, aprender a fazer pesquisas. Afinal de contas, eu queria ser pesquisador em Ciências Sociais e não sabia como fazer pesquisa. Aí descobri que o melhor lugar talvez fosse o NORC, National Opinion Research Center, da Universidade de Chicago, e me mandei para lá. Eu tinha apenas um entendimento de que eles iam se encarregar da parte burocrática, de que eu fazer entrevistas na rua e fazer trabalho de qualquer... o que pintasse. Digitar, digitei, entrevistei muito na rua”(GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

para que assistisse as aulas na instituição sem pagar, e para a sua surpresa não teve respostas negativas⁵³. Foi por meio dessas investidas pouco ortodoxas que passou a aprender sobre a disciplina no exterior, debruçando-se sobre temas como processo de pesquisa, debate teórico, a construção do problema de investigação, bibliografia, amostragem, processamento de dados com cartões IBM e estatística.

E Chicago, eu consegui acompanhar a pesquisa, não desde a concepção, que seria o debate teórico, a definição do problema, o que é que nós queremos saber, consulta ali a bibliografia, mas desde que isso está sendo traduzido para um questionário até ter uma noção da amostragem, ter alguns dos pesquisadores, falar com os entrevistadores a respeito da pesquisa, fator motivacional muito importante, a gente não faz isso aqui... O processamento que vem depois, veja, naquele então, era você perfurar cartão por cartão IBM, aprender a rodar aquelas coisas, aprender um pouquinho de estatística para rodar aquelas coisas e por aí vai. Isso durou... sei lá, muitos meses. (GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

O processo de inserção na área, contudo, é interrompido em meados de 1960, devido às dificuldades de manutenção do custo de vida nos Estados Unidos, iniciando um período de busca, não muito bem sucedida, por inserção profissional no exterior. Na volta, em 1960, Gláucio passa a dar aulas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), convidado por Temístocles Cavalcanti, para lecionar em um curso de métodos. Durante o período publicava artigos na revista *Sociologia da Escola de Sociologia e Política* e na *Revista Brasileira de Estudos Políticos de Minas Gerais*. O professor volta a morar com os pais, já que o salário na Fundação Getúlio Vargas era muito baixo, rondando em torno de 50 dólares.

Inserido em um processo de difícil incorporação no mercado de trabalho Gláucio se depara com mais um elemento de sua trajetória que lhe influenciará a voltar aos Estados Unidos e completar sua formação acadêmica no exterior. Por volta de seus 26 anos é convidado pelo professor americano, Joseph Carl, que tinha conhecido em Chicago, num encontro da *American Sociological Association*, para ser colega de quarto em um apartamento no Posto 6 da praia de Copacabana no Rio de Janeiro. Gláucio, contudo, não conseguia pagar o aluguel, e o americano

⁵³ “Trabalhei de outras coisas, que foram muito úteis também. Trabalhei de garçom, e aprendi uma enormidade, trabalhando de garçom e de bartender, porque quem trabalha de garçom e serve bar, são pessoas que não existem. Era absolutamente hilário, em certo sentido, porque eu estava aqui, a maior cara-de-pau, olhando para o destino, e aqui, uma mesa de pessoas, e os caras diziam qualquer coisa.

H.B. – Os invisíveis.

G.S. – É. Certamente, eu era invisível. As pessoas dizendo o que fosse, qualquer coisa. Aprendi de que... enfim, uma respeitabilíssima universidade americana... Eu era bartender no Quadrangle Club, que é o clube dos professores da Universidade. Consegui isso através de outro brasileiro, que conseguiu com um italiano, etc., etc.. Enfim, que as universidades não eram lugares em que as pessoas eram eticamente melhores do que fora dela: tinha inveja, briguinha etc. e etc.. Aí eu “cantei” alguns professores para que me deixassem sentar nas aulas sem pagar nada. E eu devo ter sido muito bom nisso, porque ninguém me negou. Enfim. Eu estava obtendo uma educação, sem diploma, sem crédito, mas sem ter que pagar nada, então...” (GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

lhe propôs que fizesse o pagamento proporcional à sua renda. Foi a partir dessa relação com Joseph Carl que um evento central teria ocorrido para impulsionar a volta de Gláucio aos EUA. Em conversa o americano afirmou que apesar dos conhecimentos sobre métodos de pesquisa, principalmente *survey*, que tinha adquirido no exterior, Gláucio ainda não era um sociólogo. A afirmação, de caráter bastante taxativa, reforçou o interesse do carioca em voltar ao país e completar a formação.

G.S. - Ele me disse uma coisa importante. Disse: “Gláucio, você conhece métodos de pesquisa, particularmente, de *survey*, você conhece Sociologia política, mas você não é sociólogo não. Falta muita coisa”. Aquilo ficou... Na minha cabeça. Eu não tomei isso como insulto, mas como uma avaliação fria, uma espécie de toque de acordar. “Acorda, bicho! Te manca”. E, a partir de então, eu comecei a fazer planos para voltar para lá.

(...)

H.B. – Mas eu quero fazer uma pergunta antes. Por que fez tanto sentido para você quando alguém diz você não é sociólogo?

G.S. – Porque eu não tinha tido uma exposição àquilo que eu achava... Veja bem. Aqui, não havia doutorado. Eu vou para lá, eu vejo o que é um doutorado, apesar de não poder fazer, em Sociologia; quantos cursos, quantas matérias, diversas, variadas.

H.B. - Quer dizer então, na hora, você identificou que ele estava dizendo que faltava estrada na sua formação, mais canônica e tal.

G.S. – Isso. Exatamente. Isso. E eu assimilei isso muito bem. E aí, minha mente mudou, digo, eu tenho que aprender. (GLÁUCIO ARY DILLON SOARES, 2009).

Antes de ir aos Estados Unidos, onde realizaria seu doutorado, Gláucio passa pelo México. A partir das conexões com Joseph Carl o professor brasileiro foi convidado para dar aulas de métodos de pesquisa no Instituto de Antropologia do México, que possuía financiamento do PICSA, vinculado à OEA. Depois da experiência no México, Gláucio volta aos Estados Unidos, para realizar o doutorado na *Washington University*, na cidade de Saint Louis, com bolsa da OEA. No doutorado propunha, com dados que já havia coletado, uma pesquisa que relacionasse desenvolvimento econômico e radicalismo político. Ao realizar seu doutorado ele passou a desejar terminar o quanto antes essa formação para estudar com Lipset, docente da Universidade da Califórnia, Berkeley. Gláucio, então, passa pelo México, fazendo pesquisa sobre modernização, que segundo ele era o tema da moda na época, e depois vai para a Califórnia, por três anos, onde escreveu a tese e deu aulas de Sociologia Industrial e Estratificação Social, enquanto trabalhava com pesquisas para Lipset.

Nesse ínterim, o docente é surpreendido por um convite para lecionar em Harvard, no mesmo momento em que Lipset vai para a instituição. O brasileiro, porém, declina. Gláucio afirma que para além de um salário não muito alto, a decisão de ir para Harvard acabaria por

lhe aprisionar no contexto americano, de forma que terminaria por fazer sua vida nos EUA, algo que não se enquadrava nos seus interesses. Mais do que isso achava que aquela oportunidade era um modo da instituição mostrar seu interesse por uma suposta diversidade, abarcando um pesquisador latino-americano e de esquerda, posição que ele não se sentia confortável em ocupar. Nesse ínterim, ele recebeu um convite de Peter Heinz, diretor da FLACSO do Chile, que havia conhecido em Berkeley, para ocupar uma posição na instituição latino-americana. A posição, que pagava muito mais do que Harvard, era como funcionário da ONU nível P5. A beleza das cordilheiras chamou a atenção do brasileiro e, em paralelo com o alto salário, direcionou-o para o país latino-americano.

H.B. – Mas não te encantava a ideia de...

G.S. – Não, não foi isso, foi outra coisa. É problema de orgulho, sabe. Orgulho, por quê? Porque vieram, me ofereceram uma posição, e do ponto de vista... Harvard é vista como o non plus ultra do mundo. Quer dizer, dos Estados Unidos, dunque do mundo. Dá para entender? E os caras disseram... bom, esse é o bugre inteligente que a gente vai...

H.B. – Lapidar.

G.S. – Não. Não só lapidar, mas que a gente vai reconhecer, aceitar como um de nós. Mas... Meia... Aceitar... Mais ou menos. E Harvard tem que ter também gente de esquerda. E eu tinha, eu era. Sei lá. Então, com uma só tacada, você mata dois coelhos, o bugre latino-americano e o esquerdinha. E o salário era baixo. Eu disse: “não quero, não.”. O cara que me ofereceu isso não acreditou, porque era o...

H.B. – O lugar cobiçado, não é?

G.S. – Por todos. Mas aí houve mais aquela coisa, (...): se eu aceitar ficar aqui, eu não saio nunca mais. Quer dizer, esses momentos que você tem, assim, de coisas seríssimas, aceitar uma carreira numa universidade que vai te dar tudo, um casamento. É coisa desse tipo.

Após seu doutorado nos Estados Unidos, Gláucio seguiu uma carreira de relevo na sociologia brasileira, aprofundando-se em temáticas como violência e métodos de pesquisa, processo que foi intensamente marcado pela conexão com o meio internacional. Entre estas experiências estão: incursões como professor visitante no MIT em 1967, no Colegio de Mexico em 1969, em Cornell nos Estados Unidos entre 1973 e 1974, na Universidade da Califórnia em 1979 e em Essex na Inglaterra em 1980. No Brasil iniciou a consolidação de sua carreira no nascente Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade de Brasília, onde trabalhou de 1970 a 1977. Porém é no IUPERJ, no Rio de Janeiro, onde passou a maior parte de sua trajetória acadêmica, atuando como professor de 1983 até 2022, ano de seu falecimento.

Analisando a trajetória de Gláucio Ary Soares é possível levantar alguns elementos que caracterizam a natureza dos condicionantes sociais que influenciaram sua circulação no exterior. Alguns desses processos encontram-se diretamente perpassados por dimensões que

expressam assimetrias estruturais da geopolítica do conhecimento. Primeiramente, um condicionante central apontado na narrativa do professor é o papel da concentração institucional em nível de pós-graduação das ciências sociais na cidade de São Paulo durante a década de 1960. Conforme foi narrado aqui, os interesses de cursar sociologia no exterior passam a se apresentar, primeiramente, pela percepção de Gláucio de que as ciências sociais no Rio de Janeiro estavam aquém, institucionalmente, do que era feito em outros estados, com ênfase à experiência paulista. Esse desconforto, que o faz visitar a USP, seria fundamental para o seu contato com a bolsa de mestrado que utilizaria para ir aos Estados Unidos.

Observando o fato narrado é importante pontuar em que medida o perfil institucional de ciência social paulista se apresentava para Gláucio Soares enquanto único espaço em que de fato se produzia sociologia no Brasil. Como mencionado pelo próprio, existia produção intelectual nesse campo na cidade do Rio de Janeiro, o que, contudo, não estaria em padrões equânimes de desenvolvimento institucional a ser comparado com o que se praticava na cidade de São Paulo. Aparentemente, a já muito comentada heteronomia das ciências sociais cariocas até aquele momento, diretamente embrenhada em atividades de caráter político, tendo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como uma das instituições mais representativas, pode ter concorrido a influenciar a concepção de Gláucio sobre o caráter “científico” do ofício sociológico ali praticado. Nesse sentido, a alegada autonomia institucional paulista, ao garantir a produção intelectual em um terreno menos perpassado pela ingerência do Estado, se aproximaria de padrões científicos de “maior excelência”, os quais Gláucio enxergava estarem desenvolvidos de forma exemplar em universidades do exterior, como nos Estados Unidos e na França.

São Paulo aqui, opera na trajetória narrada, conseqüentemente, enquanto um espaço de conexão entre o fazer sociológico interpretado como propriamente científico em solo nacional, ainda que em fase inicial, e aquele realizado em sua expressão máxima nos centros de prestígio dos Estados Unidos. Nesse sentido, a afirmação de Gláucio de que percebera, ainda após a graduação, que para se tornar sociólogo seria necessário sair do Brasil, expressa a percepção de que o contato com uma formação, em nível de pós-graduação, com parâmetros de produção verdadeiramente científicos sobre o social, dependeria, irredutivelmente, da formação em algum centro estrangeiro de países do eixo Euro-Americano. Esses dados expressam diretamente o modo como a geopolítica do conhecimento se engendra, no contexto em questão, condicionando as percepções do brasileiro sobre a validade científica da institucionalidade

nacional, e o influenciando a trilhar nos Estados Unidos o caminho para garantir sua formação em padrões que enxergava ausentes, ou ainda em fase restrita, no Brasil.

O condicionamento da busca por formação em pós-graduação em países como Estados Unidos e França era algo que possuía conexão com outros elementos da trajetória de Gláucio, mais especificamente o estudo de línguas estrangeiras e o contato com a literatura universitária. Percebe-se que uma parte considerável do que era lido por Gláucio, durante sua formação em graduação, no campo da sociologia, eram livros em inglês que, segundo o mesmo, apresentavam resultados de pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos, processo que, inclusive, o influenciou a aprofundar seus estudos na língua inglesa. Além disso, o contato com línguas estrangeiras ocorreu ainda na adolescência, tendo o francês como principal idioma aprendido pelo docente, o que ocorreu nas suas primeiras escolas, nas quais o ensino da língua era obrigatório. Esse elemento influenciava o contato com a cultura e literatura francesa, o que poderia facilitar uma eventual realização de mestrado na França, ainda que não tenha se concretizado. Isso expressa como a formação intelectual antes de realizar o curso de pós-graduação, e o estudo de línguas, acabaram contribuindo para a reprodução de um horizonte de potencialidades de carreira que reproduzia a hegemonia dos países do Norte-Global sobre o olhar do então estudante.

Conectado a esses elementos, e dando ainda mais corpo às dimensões de poder global no campo do conhecimento, está o papel operado pela figura de Padre Ávila, sobre a trajetória narrada, mais especificamente por servir de meio de validação dos interesses de Gláucio em estudar fora do Brasil e do próprio imaginário e prestígio das instituições acadêmicas norte-americanas. A influência de Padre Ávila, principal professor de Gláucio durante sua graduação no Rio de Janeiro, ao incentivar a realização dos estudos do estudante nos Estados Unidos, apontando que a “grandeza institucional” da produção intelectual neste país, seria, por si só, um atributo que tornaria a realização do mestrado relevante, expressa-se enquanto um importante condicionante para o fluxo aqui estudado.

Outro fator que caracteriza e também opera enquanto condicionante da circulação internacional aqui narrada é a dificuldade de acesso aos meios nacionais de financiamento e estabilização financeira para a realização da carreira acadêmica, e o papel das agências estrangeiras norte-americanas na concessão de bolsas. No decorrer da trajetória aqui narrada, observa-se que Gláucio Soares conviveu, permanentemente, até conseguir alcançar o doutorado, com uma constante dificuldade de acessar meios de financiamento de seus estudos,

ou mesmo se estabilizar financeiramente. A tentativa de manutenção dos estudos após o mestrado é exemplo desse processo, posto que sociólogo teve que realizar uma série de atividades fora do meio universitário, como trabalhar de bartender e solicitar vagas em disciplinas para professores que frequentavam o espaço. A volta para o Brasil, devido à ausência de meios de financiamento após o mestrado, aponta como a persistência pessoal de Gláucio se sobressai na trajetória narrada enquanto condição para realização de seus estudos. Importante citar que o então estudante não menciona nenhum canal de financiamento com potencial de viabilização de sua formação por meio de instituições de ensino, pesquisa ou promoção da ciência no Brasil. Essa dimensão aponta que fluxos patrocinados por instituições nacionais ainda não apareciam enquanto potenciais meios de circulação de cientistas sociais no exterior. O papel das agências norte-americanas Fundação Rockefeller e Organização dos Estados Americanos (OEA) é bastante central, pois, ao passo que conseguem responder, seja no mestrado, ou no doutorado, às necessidades de estabilização financeira do estudante, acabavam operando como conectoras entre a formação do intelectual e as instituições dos Estados Unidos. Nesse sentido, a existência dessas organizações de financiamento para estudos de pós-graduação é elemento importante da reprodução das relações geopolíticas do campo do conhecimento, posto que garantem, em território norte-americano, e não brasileiro, meios de construção de uma carreira acadêmica com algum grau de estabilidade.

É importante citar que, ao passo que as fontes de financiamento por agências norte-americanas operaram enquanto um fator decisivo em resposta ao contexto de dificuldade de acesso aos meios de financiamento, a dependência de redes de contatos viabilizou diretamente o próprio acesso a essas fontes, ou mesmo na mobilização de outros aportes importantes para o fluxo ao exterior. É possível perceber que as redes estabelecidas por Gláucio com intelectuais como Joseph Carl e Peter Heiz serão fundamentais para o acesso às condições financeiras de realizar seus estudos, concretizar a mobilidade para fora do país e trabalhar em instituições do exterior. Nesse sentido, o contato com intelectuais norte-americanos ocupou, também, papel crucial no engajamento de Gláucio no circuito e nas instituições de ciências sociais estadunidenses.

Apesar de todos os condicionantes citados estarem diretamente perpassados pelo modo como as relações de poder globais influenciaram na reprodução de um determinado padrão de fluxo que tinha as instituições dos Estados Unidos como centro, foi possível notar que também existiram momentos de ruptura, por parte de Gláucio, das lógicas de dominação no campo do conhecimento. Mais especificamente, a renúncia a uma vaga de estudos em Harvard, para ir

ao Chile, decisão tomada tendo com justificativa o descontentamento em reproduzir um local de subalternidade enquanto latino-americano no interior de um centro dos Estados Unidos, é expressão da posição crítica do intelectual sobre as próprias relações de poder em que estava engendrado, mostrando subversão ao quadro vigente. Além disso, essa decisão é perpassada diretamente pela oferta de um cargo na FLACSO, o que demonstra a importância da consolidação institucional no campo das ciências sociais chilenas naquele momento, capazes de atrair intelectuais da região para o seu interior e concorrer enquanto destino de trabalho com organismos de prestígio no eixo euro-americano.

5.2 Simon Schwartzman

Simon Schwartzman nasceu em 1939, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em uma família de classe média, de origem judia. Os pais, imigrantes vindos da Europa, integravam uma corrente progressista da religião, possuindo uma inclinação ao pensamento de esquerda que estaria conectado a experiências do sindicalismo e socialismo na Rússia e Europa. O núcleo parental não possuía educação formal, mas Simon afirma que existia uma valorização da intelectualidade no ambiente familiar, apesar da escolarização baixa⁵⁴. Os primeiros estudos do ainda rapaz se fizeram no Colégio Marconi, em Belo Horizonte, que não possuía credenciais que o enquadrassem como uma instituição de excelência.

Ainda na primeira fase de sua educação passou a se interessar pelas humanidades o que se dá, em parte, pela atuação no movimento secundarista, momento que iniciou sua relação com o pensamento marxista. A entrada na universidade se consolida em 1958 com o interesse por um curso novo, que contaria com uma oferta de bolsas para estudantes de graduação, o curso de Sociologia e Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo Simon, o desenho do curso era influenciado pela Escola de Sociologia Política de São Paulo, assim como o modelo da PUC do Rio de Janeiro. A formação destacava a leitura em filosofia, com proeminência de intelectuais franceses. Compunha o círculo de estudantes da instituição mineira uma série de jovens que também vieram a se tornar cientistas sociais de relevo nacionalmente, Teotônio dos Santos, Betinho, Antonio Octavio Cintra, Edmar Bacha e Cláudio de Moura Castro, Elisa Reis, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier e Amaury de Souza. Destaca Simon que tanto ele quanto seus companheiros de universidade, tinham, naquele momento, uma noção de que a sociologia deveria se engajar com a militância, o que englobava o envolvimento em partidos políticos e outras atividades desta natureza.

A ainda nascente institucionalização das ciências sociais na universidade de Minas Gerais na década de 1960 é um dos elementos que influenciará o processo de circulação no exterior do então jovem. Segundo o sociólogo, os professores do recém-criado curso não possuíam formação aprofundada na área, déficit que acabava fazendo com que os estudantes,

⁵⁴S.S “Mas não tinham, na verdade, nenhuma educação mais sofisticada. Mas havia, curiosamente, nesse meio - que é esse meio, digamos, de um certo proletariado judaico que depois virou a classe média baixa - uma valorização muito grande da cultura. Por exemplo, as mulheres se encontravam, tinham círculos de leitura. Eles tinham reuniões, onde eles comemoravam coisas políticas, aí tinham pessoas que falavam, chamavam pessoas para fazer conferência. Enfim, havia um cultivo da cultura, da literatura iídiche - que é uma coisa que eu nunca consegui ler, porque nunca aprendi direito, porque nunca cheguei a aprender, mas eu via aquilo e lia traduções etc. Então, havia um certo ambiente intelectual, apesar de que a escolaridade formal era muito baixa. Eu vivi nesse ambiente, digamos, predominantemente, até entrar para a faculdade.” (SCHWARTZMAN, 2009).

que se dedicavam com acuidade à leitura das obras do campo, superassem em algum tempo os próprios docentes. É por conta disso que Simon afirma que a sua geração, em Minas Gerais, seria caracterizada pelo autodidatismo⁵⁵. É notável na percepção do intelectual a queixa de que Minas Gerais ocupava uma posição de periferia em relação à produção das ciências sociais em São Paulo e Rio de Janeiro. Por consequência os estudantes mineiros buscavam, sempre que possível, o contato com intelectuais dessas duas cidades, onde o campo teria maior lastro institucional na academia, mais especificamente a USP e o ISEB.

S. S. – (...) Em Belo Horizonte, não tinha ninguém, na verdade, que fizesse sociologia, conhecesse sociologia. Nós tínhamos o Júlio Barbosa. Júlio Barbosa era a figura, assim, que conhecia as coisas, ele tinha os livros todos, tinha uma biblioteca maravilhosa, que ele emprestava para a gente; ele tinha os autores principais americanos, ele tinha o Weber em alemão, que dizia ele que lia... A gente ficava com desconfiança, se ele lia mesmo. [ri] Mas... Eu acho que o Júlio Barbosa era... Ele esteve no ISEB, aqui no Rio de Janeiro. O Júlio era a pessoa que conhecia o campo. Ele conhecia as pessoas, conhecia o campo, etc.. Fora ele... Nós tínhamos um professor de história, Francisco Iglésias, que era nosso professor de história... Enfim. Tinha alguns nomes assim. Mas em ciências sociais mesmo, não tinha ninguém. E a gente vivia muito atrás do pessoal do Rio e de São Paulo. A gente procurava contato com o grupo do Fernando Henrique Cardoso, do pessoal da USP, tinha um contato com o ISEB, Guerreiro Ramos...enfim...Álvaro Guerra Pinto. Essa geração do ISEB. A gente procurava contato, a gente vinha, eles iam. Depois, tinha o pessoal católico, tinha todo um contato com os pensadores mais católicos também. Tinha o Betinho, o Vinícius Caldeira Brandt, que é outro grupo católico. Enfim. Tinha um outro grupo católico ali. Então a gente circulava um pouco no Rio, em São Paulo, etc. na medida do possível. Mas, lá em Belo Horizonte mesmo, não tinha. (SCHWARTZMAN, 2009).

É a partir da condição de baixa institucionalização das ciências sociais em Minas Gerais que Simon Schwartzman passará a ter o exterior como um lócus de continuação de sua formação acadêmica. Contudo, é importante dizer que este não é o único fator que influencia o então jovem para a realização de um mestrado fora do país, mas também a convergência de outros elementos que envolvem redes de financiamento externo para a promoção de estudos na FLACSO e a mobilização pela captação de estudantes mineiros por atores externos.

Segundo Schwartzman, a realização de seu mestrado no Chile se dá em um contexto em que Minas Gerais não ofertava quase nenhuma oportunidade de se fazer um curso de pós-

⁵⁵ “S. S. – (...) o ambiente do curso, era muito interessante porque os alunos eram muito envolvidos. Os professores eram muito fracos. Nossos professores não sabiam, quer dizer, a gente, rapidamente, passava na frente dos professores; a gente trabalhava seis meses, e você ficava sabendo mais que os professores. Eles não tinham formação. Mas o grupo era muito... muito envolvido, e se discutia, lia tudo, os livros. Enfim, um ambiente intelectual...”

H. B. – Foi uma geração autodidata.

S. S. – Muito. Bastante autodidata, é.” (SCHWARTZMAN, 2009).

graduação na área de sociologia. Uma oportunidade surge quando o estudante toma conhecimento de uma oferta de bolsas a partir de um sociólogo francês, Lucien Brahm, que veio a Belo Horizonte entrevistar pessoas que desejassem fazer pós-graduação no Chile⁵⁶. O brasileiro se submete ao processo seletivo, em que é aprovado juntamente com um grupo de estudantes de Minas Gerais, entre os quais estão Fábio Wanderley Reis, Antonio Octavio Cintra e José Maria de Carvalho. O curso foi feito entre os anos de 1962 e 1963 na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em um programa criado pela Unesco e que garantia financiamento a partir de bolsas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

H. B. – Você termina a graduação em Minas e... O mestrado era uma raridade.

S. S. – É. O que acontecia na época é que você tinha... Tinha sido criada a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, no Chile. Que era uma coisa da qual eu não tinha muito conhecimento... Até então, eu não sabia que existia. Mas um dia, apareceu um senhor, lá em Belo Horizonte, falando que tinha esse negócio (ele é um sociólogo francês) e querendo entrevistar o pessoal para ver quem é que se interessaria em ir para essa faculdade. Havia uma bolsa da OEA, que, na época, permitia que a gente fosse, etc.. E, naquele ano, todo o grupo selecionado foi o grupo de Minas Gerais. Quer dizer, foram várias pessoas de Minas. Isso foi em 61... (...) O grupo que acabou indo foi... Eu fui, o Fábio Wanderley Reis, o Antonio Octavio Cintra, uma pessoa que não era da sociologia, mas foi também, era o José Maria de Carvalho, que não ficou na área. E, na época, eu estava casado com Suzana Prates, que era um ano atrás de mim, mas ela foi também. Então esse foi o grupo brasileiro. Acho que tinha mais... É. Acho que era esse, basicamente. Antonio Octavio, Fábio, eu...

H. B. – Mas era uma convocação para mais estados?

S. S. – Não. Ele até corria a América Latina. Era latino-americano. Havia pessoas de vários países.

H. B. – Sim. E no Brasil?

S. S. – No Brasil, aquele ano, a seleção foi esse grupo de Minas só. Outros anos, outra época, por exemplo, o Vilmar Faria esteve lá depois, outras pessoas estiveram lá depois, ou antes. Mas nesse ano fomos só nós. Então nós fomos para lá. Era um programa de dois anos. E um programa que era muito interessante: ele era um programa da Unesco, ele era um programa que tinha professores que vinham de diferentes países.” (SCHWARTZMAN, 2009).

A formação na FLACSO teria operado um importante papel para essa geração de jovens estudantes mineiros, principalmente em se tratando de lhes apresentar a produção intelectual norte-americana e permitir a construção de redes com pesquisadores estrangeiros. Segundo Simon Schwartzman, o francês Lucien Brahm, que fizera a entrevista convocando estudantes de Minas Gerais para ir ao Chile, era um professor com formação na área de metodologia, e

⁵⁶ “S. S. – Mas quando surgiu essa pessoa lá em Belo Horizonte dizendo: “olha aqui, tem essa faculdade, nós temos uma bolsa, nós temos uma coisa nova, nós estamos oferecendo” - a gente se candidatou; e, quem ganhou, foi. Nem todo mundo ganhou. Alguns ficaram frustrados. Mas, quem ganhou, foi. A FLACSO tinha gente de vários países da América Latina: tinha alguns chilenos, tinha um grupo argentino, tinha alguns mexicanos, tinha colombiano, enfim, venezuelano. Tinha gente de vários países. E... Uruguai. Enfim, tinha um pessoal. Cerca de vinte e poucas pessoas. E era uma coisa de dois anos. Foi a minha primeira experiência fora do Brasil” (SCHWARTZMAN, 2009).

vendia a ideia da ida ao Chile como oportunidade de trabalhar com a junção de duas matrizes intelectuais, a francesa, a qual o grupo de mineiros já estava aclimatado, e a tradição empírica norte-americana.

A formação na FLACSO teria sido bastante diversa, permitindo o contato do grupo com professores de nacionalidades bastante distintas, principalmente europeus. Entre alguns que fizeram parte da formação de Schwartzman no período estariam Edgar Morin, Alex Inkeles, Henry Lands Berger, Johan Galtung e Peter Heintz, que era suíço e foi seu orientador. Segundo Simon, Johan Galtung foi importante na incorporação da obra de autores americanos em sua formação, principalmente advindos de uma tradição pertencente à Universidade de Columbia, como Lazarsfeld e Robert Merton. É nesse contexto que Simon desenvolve a habilidade de ler em inglês e passa a dialogar com correntes de pensamento norte-americanas. Tal processo permitiu a produção de sua pesquisa, de cunho quantitativo, sobre consciência política entre operários sindicalizados e não-sindicalizados.

S. S. – (...) Nós tínhamos uma exposição a várias pessoas que vinham, davam cursos relativamente curtos e iam embora. Nós tivemos Edgar Morin, por exemplo, que esteve lá dando um seminário sobre marxismo, sobre os diferentes marxismos, um pouco um panorama das diferentes correntes do marxismo naquela época. Nós tivemos o Alex Inkeles, que foi uma pessoa que fez trabalhos muito importantes na área de modernização, esteve uma época lá. Tinha uma pessoa de sociologia do trabalho, Henry Landsberger, também. Enfim, alguns nomes, que depois ficaram até bastante importantes nas ciências sociais. (...) E depois veio o Johan Galtung, que era o norueguês que dava aula de metodologia, com quem eu tive uma relação muito boa e aprendi muito. Acho que eu devo muito a ele o que eu aprendi de pesquisa em ciências sociais. E tinha a pessoa que era o diretor da escola de sociologia, que era o Peter Heintz. O Heintz era um sociólogo suíço que tinha se interessado muito pelo anarquismo, por coisa desse tipo (...). E ele tinha contato com a sociologia moderna americana. Foi aí que eu comecei a ler inglês, por exemplo. Eu não tinha lido. Mal sabia ler inglês quando fui para lá. Comecei a ler os autores americanos, conhecer a tradição... O Galtung tinha uma formação muito na linha da tradição de Columbia, então a tradição de Lazarsfeld. Lazarsfeld é um alemão, mas ele é que introduz e desenvolve a sociologia quantitativa nos Estados Unidos, na verdade. E o Robert Merton, que é o sociólogo da teoria de alcance médio. Então eu comecei a ver essa literatura, que era basicamente da Escola de Columbia que o Galtung tinha trazido. E que o Heintz também, um pouco, usava. (SCHWARTZMAN, 2009).

Contornada a dificuldade em realizar o mestrado em Minas Gerais pela oportunidade surgida na FLACSO, Simon Schwartzman volta ao país após a finalização do curso com uma promessa de ocupar uma cadeira de professor na UFMG, processo que, contudo, é apartado pelo contexto político de perseguição no meio universitário após o golpe de 1964. Na volta à sua antiga instituição, chega a dar algumas poucas aulas e logo é preso, passando seis semanas na cadeia, e sendo obrigado a assinar um documento em que deveria consentir em não mais lecionar ali. Essa situação lhe chocou, posto que não estava envolvido politicamente no Brasil

nos últimos dois anos, e imaginava que dificilmente seria impactado por um processo desta natureza. Em Minas Gerais, contudo, o contexto político tinha se acirrado e seus amigos que ficaram na instituição, como Betinho e Teotônio Júnior, passaram a participar cada vez mais da disputa política⁵⁷. Apesar de estar voltando do exterior, sem atividade política em solo nacional, o pesquisador brasileiro é preso por 30 dias, perde o emprego e é entregue a um forte impasse sobre a continuação de sua carreira.

Em documento⁵⁸ levantado a partir do Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), datado 13 de julho de 1972, com origem na Agência Belo Horizonte do Serviço Nacional de Informações, encontram-se anexos a certidão do DOPS-MG com o registro da prisão de Simon, além de trechos do relatório de Inquérito Policial Militar (IPM) que trata sobre atividades subversivas de professores da UFMG, em que aparece o intelectual mineiro. Esses documentos listam uma série de atividades realizadas por Simon Schwartzman, majoritariamente antes de sua ida ao Chile, que foram enquadradas pelos órgãos de vigilância e controle enquanto de cunho subversivo. Entre as principais estão a participação na Campanha Pró-Cuba e Fidel Castro realizada em Belo Horizonte e no seminário Estudos da Realidade Nacional, patrocinado pelo jornal “O Binômio” em 29 de abril de 1961, ocorrido na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, que o mineiro teria integrado ao lado de outros intelectuais taxados no documento como comunistas, Caio Prado Júnior, Ivan de Otero Ribeiro, Theotônio dos Santos Júnior e Vânia Bambirra. Para além dessas e de outras inúmeras atividades consideradas subversivas, o documento descreve que Simon foi preso em 16 de abril de 1964. Mais do que isso, o relatório de Inquérito Policial Militar (IPM) informa que o professor, apesar das experiências com a

⁵⁷ S. S. – Não. Eu cheguei em janeiro, o golpe foi em abril. Quer dizer, então, eu comecei a dar aula, cheguei a dar algumas aulas, aí veio o golpe. E aí, quando veio o golpe, eu fui preso. Se não logo, não imediatamente.... Mas eu achei que, comigo, o golpe não ia ter problema, porque os meus colegas que ficaram no Brasil - o Betinho, na época, o Teotônio Junior -, enfim, todos meus colegas que tinham ficado no Brasil, nos dois anos que eu passei no Chile estudando, eles continuaram se envolvendo cada vez mais na política brasileira. Foi a época toda agitada do João Goulart, etc.. Então... Eles sumiram. Quando veio o golpe militar, cada um se escondeu como pôde. Eu achei que comigo não ia acontecer nada. E até... e realmente não aconteceu, até o dia que eles iam abrir a faculdade. Aí, na véspera, foram me buscar em casa. [ri] Aí eu fiquei preso, fiquei preso um mês, mais ou menos. E depois, eu saí, mas eu tive que assinar um compromisso de que eu não ia ensinar. Na verdade houve uma decisão...

H. B. – Um documento assim?

S. S. – Eu tive que dizer que não ia ensinar, e aí a faculdade, instruída, evidentemente, pelos militares, abriu um processo contra mim por abandono de emprego - fiquei mais de trinta dias sem aparecer porque eu estava preso. (SCHWARTZMAN, 2009).

⁵⁸ O documento, de código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO.82007529, e seus anexos podem ser acessados no seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ooo/82007529/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ooo_82007529_d0001de0001.pdf

militância de esquerda no início da década de 1960, teria mudado de comportamento após a ida ao Chile, chegando inclusive a ser chamado de “entreguista” por alguns militantes, além de passar a incorporar nos seus trabalhos a literatura norte-americana.

A situação de desamparo, frente às portas da academia fechadas pela repressão política, empurrou Schwartzman novamente para o exterior. Contatos que Simon estreitou com intelectuais de outros países, durante sua experiência no Chile, tiveram papel providencial. Sem emprego, recebeu um convite de Johan Galtung para trabalhar com ele em Oslo, contando com uma pequena bolsa. O convite surgira após Galtung saber da situação do ex-aluno que conheceu na FLACSO, apesar da dificuldade em estabelecer correspondência na época, processo que chegou a passar inclusive por interceptação por censores da ditadura⁵⁹. O brasileiro permanece um ano em Oslo, e depois segue para a Argentina, em um projeto vinculado à Fundação Bariloche, liderado por Peter Heinz, que tinha sido diretor da FLACSO. Em Buenos Aires a investida fracassa por ausência de financiamento e Simon manteve-se vinculado ao *Instituto di Tella*⁶⁰. Em nova situação de instabilidade e fragilidade de condições para seguir a carreira acadêmica acaba por conseguir uma bolsa da Fundação Ford, visando realizar seu doutorado nos Estados Unidos. A fundação estaria dando apoio a um projeto em Belo Horizonte, o que teria facilitado o acesso ao financiamento. A partir disso, em 1968, mesmo sem voltar ao Brasil, Simon vai para os Estados Unidos, em Berkeley, fazer seu doutorado.

A experiência nos Estados Unidos, ainda que tenha permitido a estabilização financeira e de carreira do intelectual brasileiro após um período de consideráveis desafios, frustra as expectativas imaginadas. O sociólogo enxergava em Berkeley a possibilidade de aprofundar sua qualificação em metodologia, orientando-a por um viés mais técnico e quantitativo, contudo, logo notou que no período em questão os americanos estavam descobrindo a tradição intelectual francesa, que ele já conhecia, fazendo com que boa parte de seus estudos lhe

⁵⁹ “S. S. – E aí esse professor Galtung, norueguês, tinha um instituto em Oslo, ele me convidou para ir para lá; e me arranhou uma pequena bolsa... Eu saí, fui para Oslo.

H. B. – E, Simon, a comunicação nessa época era muito mais lenta...

S. S. – Correio.

H. B. – Pois é. Então... Você que fez esse contato, eles fizeram? Essa situação brasileira era conhecida desse?...

S. S. – Era conhecida. Eu não sei, exatamente, como é que foi.. não lembro como é que foi o contato. Inclusive, houve história de... Em algum momento, os militares me entregaram as cartas minhas que eles tinham interceptado no correio. Havia interceptação de correspondência, tudo. Mas... Enfim, havia correspondência, basicamente era isso. O fato é que ele soube da situação e me conseguiu isso, e eu então, eu saí. Sai em dezembro de 64.” (SCHWARTZMAN, 2009).

⁶⁰ O *Instituto di Tella* foi um Centro de Investigação Cultural Argentino que funcionou de 1958 até 1970.

parecessem inúteis ou defasados. Além disso, outro elemento negativo nessa experiência teria sido a escolha, comum entre os brasileiros da época, de ir ao exterior para estudar o Brasil. Segundo ele, os americanos não teriam uma boa qualificação em América Latina, posto que os Estudos de Área não eram o de melhor que os americanos tinham para oferecer, o que teria comprometido sua formação. Olhando de forma retroativa, o sociólogo afirma que deveria ter ido a Berkeley para estudar os próprios Estados Unidos, ou temáticas em que os especialistas americanos tinham maior conhecimento. A despeito dessa série de tropeços, a ida à Universidade Americana não teria sido inútil, posto que fora possível tomar contato com uma literatura baseada em estudos sobre eleições, comportamento político e voto. Dadas as características desse fluxo aos Estados Unidos, a Universidade norte-americana não foi capaz de segurar Simon por todo o período do Doutorado, posto que ele se manteve por apenas um ano fora tendo completado os créditos e sua tese em solo brasileiro, enviando-a por correio.

S. S. – E eu achava que, nos Estados Unidos, eu ia consolidar aquela formação mais técnica, mais quantitativa, conhecer mais a sociologia sistemática, etc., que eu tinha começado, achava interessante. O pessoal em Berkeley estava descobrindo os franceses que eu já tinha abandonado, então eu me sentia ali meio... meio defasado. A outra coisa que eu acho que foi um equívoco que eu fiz e quase todo mundo fez, da minha geração, é que você vai para os Estados Unidos para estudar América Latina. E eles não sabem nada de América Latina. Eles sabem de Estados Unidos. É isso que eu devia ter feito. Você vai para lá, você tem que estudar o que eles sabem. Mas isso eu não fiz. (SCHWARTZMAN, 2009)..

Em sua volta ao Brasil Simon vai para o IUPERJ, onde estabeleceu contato com vários pesquisadores que também realizaram formação nos Estados Unidos, com bolsas da Fundação Ford. Entre eles estariam Peter Mac Donald, formado na Universidade de Michigan, que lecionava Metodologia, tendo sido aluno de Philip Converse, um especialista reputado na área de estudos eleitorais, comportamento político e ideologias. Para o brasileiro, o Instituto nos anos 1970 era uma luz pequena no meio de um universo de bastante repressão. O clima era de medo por conta da ditadura, mas os impactos na instituição não teriam atingido grandes proporções. Simon reputa ao Iuperj um importante papel no desenvolvimento das ciências sociais de sua geração, ao trazer ao Brasil o que seria uma “sociologia mais moderna”, empírica e quantitativa.

Simon Schwartzman construiu uma carreira de bastante êxito nas ciências sociais brasileiras, tendo o intercurso com a academia estrangeira sempre enquanto tônica. Ocupou a posição de pesquisador e professor visitante em instituições como o *Woodrow Wilson International Center for Scholars* em Washington (1978), Universidade de Columbia (1986), Universidade da Califórnia, Berkeley (1985), Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (1987) *École Pratique des Hautes Études* em Paris (1982/1983), *Swedish Collegium*

for Advanced Studies in Social Sciences (SCAS) em Upsala (1986), *St. Anthony's College, Oxford* (1994), Universidade de Stanford (2001) e Harvard (2004). Além disso foi professor de diversas instituições brasileiras como a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), o Centro de Pesquisa em História Contemporânea (CPDOC), a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1969-1998); e da Universidade de São Paulo. Ocupou cargos de destaque na administração pública, entre os quais vale mencionar a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1994 a 1998, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Atualmente se ocupa como pesquisador associado do Instituto de Estudos de Política Econômica (Casa das Garças) do Rio de Janeiro.

Ao analisar a trajetória acadêmica de Simon Schwartzman é possível apresentar algumas considerações sobre os condicionantes da realização de seu mestrado e doutorado no exterior, além de pontuar as intercessões de ambos com elementos que caracterizam a geopolítica do conhecimento. Primeiramente é possível mencionar o papel da concentração das instituições de ciências sociais no eixo Rio-São Paulo durante a década de 1960. Simon apresenta que o ainda nascente curso de Sociologia e Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais não contava com professores que possuíssem formação aprofundada no campo, advindo majoritariamente de áreas de humanidades, de modo que os estudantes, muito rapidamente, adquiriam domínio igual ou superior aos mestres. Esse fato era contornado pelos sociólogos em formação com visitas e diálogo com a produção intelectual das ciências sociais em São Paulo, principalmente via USP e no Rio de Janeiro por meio do ISEB. Assim, a baixa institucionalização das ciências sociais em território nacional, acompanhada da sua concentração em regiões que não eram as mesmas em que Simon realizou sua graduação, são apresentadas enquanto elementos que influenciaram no processo de busca no exterior de meios de formação em nível de pós-graduação.

Destarte, a categoria de ausência também é mobilizada aqui para fundamentar a ida ao exterior, o que, contudo, não leva o intelectual, imediatamente, para os grandes centros do eixo euro-atlântico, mas o encaminha para o Chile, apontando a importância da FLACSO, naquele momento, enquanto fonte central na formação de cientistas sociais brasileiros, com capacidade de se apresentar como espaço legítimo de formação intelectual fora das metrópoles europeias e norte-americanas. É importante citar que apesar da FLACSO se mostrar uma alternativa latino-americana às instituições de prestígio de nações do Norte Global, as aulas na instituição eram lecionadas por vários intelectuais de países Europeus e dos Estados Unidos, operando, inclusive, na trajetória citada, como espaço de formação de Simon na literatura sociológica

norte-americana, o que lhe fez até mesmo desenvolver fruição na língua inglesa. Nesse sentido, a instituição acabava por operar, ao mesmo tempo, um papel de alternativa às instituições do eixo Euro-Americano, mas também na divulgação da produção intelectual dessas regiões sobre as ciências sociais da América do Sul.

A trajetória de circulação ao exterior aqui narrada também é diretamente influenciada pela dificuldade no acesso às fontes de financiamento a estudos de pós-graduação no contexto brasileiro. A ausência de menção às estruturas de financiamento por meio de instituições nacionais que garantissem a formação de quadros do país é expressão do modo como as agências nacionais ainda não eram capazes de apresentar meios suficientes de consolidar formação de brasileiros no exterior de forma massiva. Essa condição se conecta ao papel de organismos internacionais na promoção de bolsas de mestrado e doutorado fora do Brasil. A FLACSO operou um importante papel na possibilidade de continuidade dos estudos acadêmicos de Simon ao passo que além de fornecer o curso de mestrado em sociologia, também o fazia acompanhado de meios de sustentação financeira dos estudantes, mais especificamente bolsas da OEA. Além disso, o financiamento da Fundação Ford foi garantidor da continuidade dos estudos do brasileiro em um contexto em que as portas da atividade intelectual na UFMG lhe estavam fechadas por conta de medidas repressivas da ditadura vigente. Esses elementos reforçam o papel da importância geopolítica da Fundação Ford na influência de formação de quadros acadêmicos no Brasil em meio ao endurecimento do regime militar. Assim como apontado por Canêdo (2018) e Arruda (2001) a fundação teve um papel massivo na construção institucional das ciências sociais em Minas Gerais, sendo um elemento crucial de arregimento de meios para estudantes de classe média da região, que jamais teriam condições de custear estudos no exterior durante a pós-graduação. Consequentemente, a agência opera como um elemento central na reprodução das relações de poder no campo do conhecimento, reforçando fluxos unilaterais do Brasil para os Estados Unidos.

Como desdobramento da precariedade no acesso ao financiamento nacional, apresenta-se também a dependência de redes de contatos para acessar bolsas de estudo. É possível notar que na ausência de uma política estruturada de formação de quadros no país o pesquisador precisou contar com contatos esporádicos que conseguiu formar para acessar meios de financiamento. Primeiramente é possível mencionar o papel das visitas de Lucien Brahm à UFMG visando selecionar estudantes para a realização de cursos de pós-graduação na FLACSO, processo que não era acompanhado por missões em larga escala em outros estados do Brasil e se mostra como evento fortuito do qual Simon, e outros colegas de turma, foram

capazes de usufruir. Além disso, após sua prisão com o golpe de 1964 e impedimento da capacidade de lecionar na UFMG, foi com professores que conheceu durante o período no Chile que o sociólogo consegue sobriedade financeira e acadêmica, contando com meios de financiamento de seu trabalho na Noruega e Argentina. É importante mencionar que também aqui a FLACSO foi um espaço importante de enredamento de Simon Schwartzman em redes com intelectuais norte-americanos. A dependência de redes de contato em momentos de acesso precário a fontes de financiamento direcionou o brasileiro para instituições que tinham intelectuais norte-americanos como membros do corpo docente, como a FLACSO, ou estavam posicionados concretamente na própria Europa e nos Estados Unidos. Esses elementos evidenciam, conseqüentemente, condicionantes de circulação internacional que operavam, também, na reprodução de padrões de fluxo em pós-graduação para as regiões do eixo Euro-Atlântico.

Por fim, outro condicionante fundamental para a compreensão da trajetória de fluxo aqui estudada é o imaginário sobre o perfil técnico-científico da sociologia norte-americana. Foi possível observar que um dos elementos que animava os interesses da formação de Simon Schwartzman nos Estados Unidos era a possibilidade de ter contato com uma sociologia mais “técnica”, principalmente por abordagens de caráter quantitativo. Ainda que essas expectativas tenham sido frustradas pelo momento intelectual da sociologia norte-americana, que estaria passando por uma incorporação de autores franceses, é digno de nota o valor do imaginário sobre o perfil de formação que o pesquisador almejava realizar no país estrangeiro. Além disso, no retorno ao Brasil, após se tornar parte do IUPERJ, o sociólogo reforça justamente o perfil estadunidense do quadro fundante da instituição, o que contribuía para a introdução no Brasil de “uma sociologia mais moderna” de perfil empírico e quantitativo. Nesse sentido, a formação norte-americana apresenta-se aqui enquanto detentora de um viés científico e técnico mais elevado que outras tradições intelectuais concorrentes, como a francesa. Esses elementos demonstram como a geopolítica do conhecimento se expressa nas expectativas de formação intelectual na trajetória aqui estudada, reproduzindo posições de hierarquia no perfil da produção de conhecimento que tomam os centros norte-americanos enquanto produtores de ciência social de qualidade superior em relação às instituições do Sul-Global.

5.3 Elisa Reis

Elisa Pereira Reis nasceu em Araxá, Minas Gerais, em 1946, tendo passado a primeira fase de sua infância na cidade de Ibiá em Minas Gerais. Vinda de uma família com boas condições financeiras, neta de um grande latifundiário, que pouco valorizava os estudos, recebeu maior incentivo no campo educacional por seus pais. A mãe de Elisa dominava um pouco o francês e ensinava, dentro de suas limitações, a língua às filhas. No contexto doméstico era comum a existência de livros de francês, elemento que por si só já estimulava a incorporação do idioma, expandindo os horizontes linguísticos da garota.

Desde muito cedo Elisa se interessou pela atividade militante, começando a fazer política estudantil no movimento secundarista, ainda no primeiro científico. Mudou-se de Ibiá para Uberaba, visando estudar Engenharia, onde acabou se aproximando do debate político e interessando-se pela “questão social”. O contato com militância será importante para a entrada no curso de Sociologia e Política da Universidade de Minas Gerais. A Escola de Sociologia Política de Minas Gerais instigava Elisa por possuir ares revolucionários, despertando o interesse em mudar-se para Belo Horizonte e estudar na instituição⁶¹.

Após as experiências com política estudantil em Uberaba, onde atuou desde 1961, a então jovem adentra a Escola de Sociologia e Política de Minas Gerais no ano de 1964, onde logo engajou-se no diretório acadêmico, buscando por articular conjuntamente trabalho intelectual e militância. Contudo, a trajetória de engajamento político da socióloga acaba por ser interrompida pouco tempo depois do golpe de 1964, que atuou na direção de impossibilitar a participação política estudantil⁶².

Segundo Elisa Reis, a graduação em Sociologia Política possuía forte presença da literatura norte-americana, principalmente no campo da sociologia contemporânea. A formação de seus docentes no Chile influenciou na introdução dessa tradição no curso em Belo Horizonte, influenciando uma geração de estudantes a desenvolver proficiência no inglês para acessar a literatura estadunidense. A graduação em sociologia política em Minas Gerais teria perfil

⁶¹ “E.R. – Já ali. Foi o momento, quer dizer, eu saí de Ibiá, no primeiro científico, eu comecei a fazer política estudantil secundarista, que era uma coisa inteiramente nova para mim. E aí já tinha a fama da escola de Sociologia Política de Minas, como uma coisa revolucionária, então eu... “é lá que eu vou”. E aí mudei.” (REIS, 2008).

⁶² “O golpe militar de 64 viria afetar de forma dramática esse projeto político. Ele selou o fim da inocência para muitos, tornou mais explícita a tensão entre ciência e ação, e depois converteria tristemente alguns em heróis. Para mim que ingressei na vida universitária em março de 1964 ele significou uma terrível frustração, uma introdução ao medo e à prática dolorosa do auto cerceamento da liberdade. A ocupação da Universidade por parte do exército foi o rito introdutório que marcou meu primeiro dia de aula. Os soldados estavam lá fardados, sinalizando o início de uma era de suspeitas, de queima de livros, de censura de idéias.” (REIS, 1998, p. 5).

bastante diferente do curso de ciências sociais, de enfoque quantitativista, com aulas de matemática, estatística, economia.

Logo no primeiro ano começamos a consumir intensamente os clássicos da sociologia. Havia muitos exemplares das obras desses autores disponíveis na biblioteca, seja em português, espanhol ou francês e o treinamento recebido no curso secundário nos habilitava plenamente a essas leituras. Quando ingressamos na teoria contemporânea, a hegemonia anglo-saxônica, introduzida por um grupo de jovens professores treinados no Chile, nos forçou à intimidade com o inglês. Pessoalmente esse foi um passo mais penoso, mas nada que me inibisse o prazer da descoberta de novos autores. (REIS, 1998, p. 6).

A primeira experiência de Elisa no exterior, que consolida a sua entrada na pós-graduação, se dá primeiramente após a sensação de incompletude de sua formação para o mercado de trabalho. Assim, ela seguiu um caminho que já havia sido trilhado por alguns membros da instituição mineira, como Simon Schwartzman, que foi a ida ao Chile visando complementar sua formação. De partida a decisão pelo Chile se faria pela alta reputação que as ciências sociais chilenas teriam no período, principalmente no meio dos cientistas sociais da UFMG. “Embora a ideia de programas de mestrado e doutorado fosse ainda praticamente desconhecida na América Latina, a reputação do Chile como um centro avançado de produção em ciências sociais circulava amplamente nos corredores da UFMG.” (REIS, 1998, p. 5). Para tal investida, em um primeiro momento, chegou a fazer uma entrevista para uma bolsa de estudos na FLACSO. Na data em questão Gláucio Soares era diretor da FLACSO e estaria buscando uma pessoa de Minas Gerais para a realizar seus estudos no país. Ela, contudo, foi preterida na entrevista por uma colega mais velha. Apesar da negativa, a ida para o Chile se concretizou por meio de um convite oferecido para estudar com a bolsa de uma instituição católica, o ILADES, *Instituto Latino Americano de Doutrina e Estudios Sociales*, ligado à Democracia Cristã e com bolsas financiadas por fundações católicas alemãs.

Por que o Chile?

Eu nem sabia direito, mas, o Chile tinha uma reputação de ter uma Ciência Social muito boa. Muitas agências internacionais estavam sediadas ali. Para quem estava em Belo Horizonte, Santiago tinha aquela aura, como Belo Horizonte tinha para quem estava em Uberaba. Santiago era visto como o lugar onde se fazia Ciências Sociais. No meu último ano de Faculdade me ofereceram uma bolsa em um instituto chileno, que eu nem sabia exatamente o que era. Deram-me uma bolsa para estudar e eu aceitei. Era no ILADES, Instituto Latino-americano de Doutrina e Estudios Sociales. Era um instituto católico e isso à época me deixou bem chateada. Ameacei voltar assim que cheguei, mas, acabei me adaptando muito bem. Era um curso criado pelos jesuítas para formação de lideranças na América Latina, com dois níveis. Um visava formar líderes sindicais. O segundo nível era para pessoal já mais avançado, que tinha terminado a graduação. Era um curso de especialização em Sociologia do Desenvolvimento. Foi este que fiz, e já comecei a trabalhando como monitora no curso das lideranças sindicais. (...) Era ligado à

Democracia Cristã movendo-se mais e mais à esquerda. O Instituto era de jesuítas com o apoio de fundações católicas alemãs, que financiavam nossas bolsas. (BASTOS, 2006, p. 253–254).

O ambiente do Chile em 1968 era de bastante politização, contexto em que Elisa Reis acabou se engajando por meio da esfera intelectual. Apesar de ir ao país com uma bolsa do ILADES, a socióloga manteve constante relação com instituições chilenas da época como a FLACSO e a Escola Latina, onde existia uma Faculdade de Economia. Para além disso, o papel de instituições como a CEPAL também teria sido central em sua formação e na de outros pesquisadores, por agregar diversos intelectuais latino-americanos da época, entre os quais estavam alguns brasileiros da mesma instituição de origem de Elisa, como Edmar Bacha.

Em Santiago passei o ano de 1968, estudando e discutindo intensivamente com um grupo inflamado e pluralista de latino-americanos e europeus que pareciam ver nas ciências sociais um viveiro de alternativas teóricas e de políticas competitivas. Pierre Bigo, Franz Himkelammert, Paulo Menezes, Gonzalo Arroyo, Eugenio Maffei, foram alguns dos professores que ajudaram moldar minha visão da teoria social e da sociedade latino-americana. (...) Eram épocas de grande efervescência intelectual no Chile. Além do ILADES, a FLACSO, a ESCOLATINA, a CEPAL eram centros ativos de debates e polêmicas que atraíam jovens de toda a América Latina. Tendo como pano de fundo as reformas democrata-cristãs que o país experimentava, disputávamos argumentos teóricos com uma paixão que se pretendia prática. Em retrospecto, vejo que naquele período de ascensão do student power pelo mundo afora, a versão do processo que vivi em Santiago foi totalmente intelectualizada. Foi através das polêmicas acadêmicas, dos debates fomentados seja pela "revolução althusseriana", seja pela reforma agrária em curso no Chile que participei da mobilização estudantil do período. (REIS, 1998, p. 11).

Elisa reforça que o Chile foi importante para as ciências sociais brasileiras daquele momento e de modo que a inovação que caracterizaria as ciências sociais mineiras na época, com a introdução de Parsons e outros economistas, seria produto de quatro ou cinco mineiros com passagem pela FLACSO, mais especificamente Flávio Wanderley Reis, Antonio Otávio Cintra, Simon Schwartzman e José Maria, alunos de Galtung e Peter Heinz. Além disso também teriam destaque Maria Hermínia e Sônia Draibe que estudaram no Chile, e trabalharam com política social. Segundo a socióloga, a Argentina tinha um papel menor naquele momento porque vários de seus cientistas sociais tinham sofrido expulsões do país com o endurecimento do regime político. Um deles foi Enzo Faletto, que foi para o Chile, contribuindo para o desenvolvimento de um importante centro dinâmico da intelectualidade latino-americana.

A grande inovação de Minas – a introdução de Parsons e de todos os economistas – veio do fato de que quatro ou cinco mineiros foram levados para a FLACSO, que eram o Flávio Wanderley Reis, o Antonio Otávio Cintra, Simon Schwartzman e o José Maria... esqueci o nome – que foi o quarto, que não ficou no core; mas os três tiveram um impacto muito grande nas Ciências Sociais brasileira. E todos aprenderam no Chile, todos como alunos do Galtung, que era um metodólogo muito forte, e do Peter Heinz. (REIS, 2008).

Elisa volta para o Brasil em 1969 em um contexto de endurecimento do regime ditatorial. Uma série de colegas de curso que haviam estado com ela em Minas Gerais foram duramente reprimidos pelo governo, caminhando para a clandestinidade, abandonando a luta política, ou mesmo buscando o exílio, quando não propriamente mortos ou desaparecidos.⁶³ Nesse contexto Elisa acaba optando pela opção mais segura e pacata de viver: tornar-se professora universitária. Nesse período lecionou, por intermédio de Bolívar Lamounier, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), além de também ter trabalhado no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), sendo assistente de ensino de Hélio Jaguaribe nas disciplinas de Desenvolvimento Político e Sociologia do Desenvolvimento. Ainda em 1970, Elisa teve a oportunidade de trabalhar no Instituto Brasileiro de Relações Internacionais em companhia de Simon Schwartzman, ambos em um projeto que incluía um *survey* sobre treinamento de profissionais brasileiros no exterior financiado pelas Nações Unidas (UNITAR).

A realização do mestrado de Elisa Reis no IUPERJ entre 1970 e 1972 será fundamental para o seu encaminhamento ao doutorado nos Estados Unidos anos depois. A professora havia sido apresentada a Simon Schwartzman por Gláucio Soares, com quem passou a ter bastante diálogo intelectual, ao passo que o mineiro se tornou seu orientador na instituição carioca. No ambiente do IUPERJ nascente, fortemente influenciado por intelectuais com trajetórias nos Estados Unidos, Elisa encontrou um espaço com uma linguagem acadêmica harmonizada e comum. Contudo, a professora desejava realizar seu doutorado na França, acusando a formação nos EUA como imperialista, chavão corrente na época entre os estudantes fortemente críticos ao papel dos norte-americanos sobre os golpes na América-Latina. Todavia, a relação com o Marido, Eustáquio Reis, acabou sendo mais forte do que a visão sobre os Estados Unidos, conduzindo a brasileira, em 1972, ao *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), para a realização de seu doutorado no mesmo período que o companheiro.

Durante o programa de mestrado a perspectiva do doutorado no exterior tornou-se para mim primeiro uma possibilidade e depois um projeto. Eu não tinha muita clareza sobre a importância do doutoramento. Já era professora de dois cursos de graduação então considerados dos melhores do Rio de Janeiro - o de Sociologia da PUC e o de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas -- e não havia doutores entre meus colegas de docência. Contudo, era consciente que precisava conhecer muito mais sobre as ciências sociais. Ainda

⁶³ “Brasil logo após a decretação do AI-5 foi viver uma mudança brusca e dramática de ambiente. A ditadura que amordaçara o país levava diversos de meus antigos colegas de faculdade a se desesperarem das idéias. Muitos se tornaram clandestinos e alguns terminaram tragicamente suas vidas. (...). Vivendo fora do Brasil em sessenta e oito, não vi de perto o processo que conduziu colegas e amigos queridos à opção pela luta armada. Mas acompanhei com medo e tristeza o mergulho deles na clandestinidade. Entre o final daquela década e os começos dos anos setenta alguns estariam mortos ou no exílio.” (REIS, 1998, p. 12).

muito marcada pela politização dos ambientes intelectuais que vivera até então, resistia bastante à idéia de estudar nos Estados Unidos e considerava a França, talvez a Inglaterra, como opções. Rendi-me à opção americana depois de longos debates domésticos. Uma vez mais emulando de certa forma o papel de moça bem comportada, eu agora conciliava meus planos com os de meu marido. (REIS, 1998, p. 16–17).

Com o passar do tempo Elisa se interessou pela universidade norte-americana e o contato direto com autores que considerava relevantes lhe empolgava⁶⁴. Na instituição defendeu a tese de doutorado no ano de 1980, “*The Agrarian roots of Conservative Modernization Brasil: 1880-1930*”, orientada por Suzanna Berger. A volta ao IUPERJ em 1980 encontrou momento de claro alinhamento de formação dos profissionais ali engajados. Segundo Elisa, a base de formação unificada de boa parte dos docentes da instituição, majoritariamente feita nos Estados Unidos, permitiu um fácil alinhamento de perspectivas de ensino, processo que teria sido diferente se tivesse realizado seus estudos na França.

Quando a gente veio para o Iuperj, pessoas diferentes, que estudaram em lugares diferentes dos Estados Unidos e vieram dar aula no Iuperj, apesar das universidades não serem as mesmas, a gente tinha uma formação parecidíssima. (...) Eu acho que o Iuperj se beneficiou muito disso, a Ciência Política do Iuperj, do fato de que a gente tinha lido os mesmos livros, percebia a disciplina da mesma forma, apesar de ter estudado muitas milhas aparte um do outro. Porque é mais escolar. Tem um padrão. Você chega, é isso, você vai aprender... Na França, depende qual dos campus que você vai... Paris 1, Paris 10, muda completamente; e com quem você vai trabalhar. É mais autoral a ciência social francesa. Nos Estados Unidos ela é muito pouco autoral. É por isso que eu acho que ela é mais formativa. (REIS, 2008)

Elisa Reis trabalhou no IUPERJ de 1980 até 1995, quando passa a fazer parte do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, universidade que é docente até hoje. A socióloga experienciou, nesse ínterim, a condição de professora visitante em uma série de universidades no exterior, mais especificamente em Columbia no ano 2000, na *Ludwig Maximilim Universität* da Alemanha em 2022, no próprio MIT em 2004 e na *Freie Universität Berlin* em 2013. Ademais, o engajamento internacional de Elisa também se estendeu às posições de política institucional, atuando como Vice-Presidente do *International Social Science Council* (ISSC) da França entre 2013 e 2015, também como membro do Comitê Executivo da *International Sociological Association* entre 2006 e 2010, e na diretoria da *International Political Science Association*, no Canadá, entre 2002 e 2006. Elisa também ocupou posições de relevo em instituições brasileiras como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

⁶⁴ “Devo admitir que fui mesmo seduzida. A experiência de estudar no MIT marcaria profundamente minha formação intelectual, me inculcava padrões de desempenho e me proporcionaria modelos de teorização. Como aluna de Sola Pool, Alker, Suzanne Berger, Lerner, Pye, além de outros, discuti temas, questões e sociedades que me eram até então totalmente desconhecidos. Na vizinha Harvard não era apenas a monumental biblioteca que me atraía. As presenças de Barrington Moore, Deusch, Huntington, Hirschman, e tantos outros me levaram a seguir cursos adicionais e ampliaram minha curiosidade intelectual.” (REIS, 1998, p. 17).

em Ciências Sociais (ANPOCS) e atuando em comissões do IBGE e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Analisando-se o recorte da trajetória de Elisa Reis recuperado neste tópico é possível apontar alguns dos condicionantes de maior importância para seu processo de circulação no exterior. Primeiramente é importante citar um dos elementos que também se repete nas histórias de Simon e Gláucio, que são as dificuldades no acesso às fontes de financiamento no Brasil para a realização de pós-graduação no exterior. Observa-se que a finalização do curso de graduação em Sociologia e Política da UFMG veio acompanhado de uma ausência de horizontes de inserção no mercado por parte de Elisa, o que se conectava, também, com a falta de meios de financiamento, com origem nacional, para a continuidade da carreira acadêmica no país. A categoria de ausência se manifesta aqui seja no sentido da existência de espaços consolidados de realização da pós-graduação em Minas Gerais, seja pelo acesso às bolsas de estudo em território nacional, conseqüentemente a estudante consegue ir para o Chile com um financiamento de uma instituição católica chilena sem grande projeção. Além disso, o fato de não ter sido aprovada para uma única bolsa que fez processo seletivo com destino à FLACSO também apresenta que o acesso a esta modalidade de financiamento não era abundante no contexto em questão.

É importante notar o papel da FLACSO chilena enquanto instituição aglutinadora de intelectuais brasileiros durante a década de 1960 e 1970. É importante notar que a geração anterior à Elisa, da qual Simon Schwartzman é partícipe, opera como um mediador entre a instituição mineira e a organização estrangeira, de modo a trazer referências bibliográficas e itinerários sociológicos aprendidos na FLACSO. Mais do que isso, os professores acabam por valorizar no contexto local a formação no Chile enquanto caminho bem sucedido para cientistas sociais da região que buscassem prosseguir com seus estudos. Nota-se na fala de Elisa que o país latino americano era bem reputado entre os colegas e professores de Belo Horizonte, o que indica que o sucesso da primeira geração em realizar sua formação no exterior serviu de base para o fortalecimento de laços da instituição chilena e a brasileira. Assim como nos casos já narrados até aqui, de Gláucio Soares e Simon Schwartzman, a FLACSO se configurava enquanto um importante meio de dar continuidade à formação acadêmica em um contexto de baixa institucionalização formal da pós-graduação brasileiro, apresentando-se como uma alternativa latino-americana aos centros europeus e norte-americanos naquele momento. O Chile aqui, antes do golpe de 1973, é representado enquanto espaço de diálogo frutífero e intenso, onde cientistas sociais latino-americanos, de matrizes diversas, encaravam os

problemas regionais, principalmente sob a orientação desenvolvimentista, orbitando instituições como a CEPAL e FLACSO.

É importante mencionar, todavia, assim como apontado anteriormente, que a FLACSO acaba operando ao mesmo tempo, também, enquanto uma instituição de reprodução da centralidade das tradições hegemônicas em ciências sociais sobre os intelectuais brasileiros, consolidando hierarquias típicas da geopolítica do conhecimento. Elisa Reis descreve como, ainda na graduação, a formação com professores que tinham estudado no Chile, introduziu toda uma literatura em inglês no campo das ciências sociais mineiras, dando bastante ênfase às questões de metodologia quantitativa, estatística e pesquisa empírica. Esses materiais, majoritariamente produtos de universidades e intelectuais dos Estados Unidos, operavam, conseqüentemente, na formação dos estudantes locais segundo a literatura do país norte-americano. Para além, a existência da FLACSO é descrita por Elisa como um importante aporte para a “modernização” das ciências sociais brasileiras, o que aproxima, mais uma vez, a associação entre sociologia norte-americana com o ideário de modernidade e cientificidade que passava pela ideia de sofisticação metodológica. O IUPERJ, instituição que nasceu com quadros majoritariamente formados em universidades dos Estados Unidos, é conseqüentemente apresentado como uma instituição modelo de renovação e modernização da ciência social brasileira ao introduzir parâmetros científicos “legítimos” da América do Norte.

Outro condicionante presente nesta trajetória, e que está diretamente imbricado com a reprodução do fluxo para centros consolidados na geopolítica do conhecimento dos anos 1970, é o papel da Fundação Ford na viabilização de estudos em pós-graduação no exterior. Assim como no caso de Simon Schwartzman, Elisa consegue realizar seu doutorado com financiamento da instituição americana, a qual, como mencionado anteriormente, foi um aporte de extrema relevância na institucionalização das ciências sociais mineiras e realizava na UFMG o trabalho de absorver estudantes interessados a fazer mestrado e doutorado nos EUA. Esse ponto reforça a centralidade das universidades americanas no contexto em questão como meio de formação de quadros e expressa como a presença do organismo americano na Universidade mineira operou como fonte central no direcionamento de pesquisadores brasileiros para os Estados Unidos, ainda que alguns deles, como Elisa, imaginassem, primeiramente, realizar sua formação na Europa, ou mais especificamente na França.

Por fim deve-se considerar o papel das relações de gênero na ida de Elisa para os Estados Unidos. Conforme foi aqui apresentado, Elisa afirma que enxergava o país com maus olhos,

posto que a experiência imperialista norte-americana servia enquanto um elemento distanciador da socióloga do desejo de obter uma formação nos Estados Unidos. Contudo, ela teria acabado por realizar seus estudos no país por influência de seu marido, que a convencera a escolher os Estados Unidos e desistir da França. É importante mencionar que não se trata aqui de ignorar a autonomia de Elisa no processo de consensuar com tal escolha, mas de mencionar que a relação com o marido teve uma influência relevante nesse processo, questão que não ocorre com os sociólogos homens analisados neste capítulo. Como poderá ser visto nos próximos tópicos nenhum sociólogo homem teve seu processo de circulação definido a partir de consenso entre o casal, o que, contudo, encontra-se presente seja no caso de Elisa Reis como de outras sociólogas tratadas aqui. Esta constatação é indicativa da relevância dos papéis das relações de poder de gênero para a circulação internacional das sociólogas mulheres no período em questão.

5.4 Silke Weber

Silke Weber nasceu na cidade de Aracaju, Sergipe, no ano de 1938. A mãe, nascida em Olinda, no Pernambuco, era filha de alemães, tendo como pai o arquiteto alemão Heinrich Moser, que veio ao Brasil em 1910 para construir a “Casa Alemã”⁶⁵. O arquiteto teve projeção importante na sociedade recifense da época, em parte por ter produzido um número considerável dos vitrais da cidade do Recife. Além da relação com o estrangeiro por parte do avô, o pai de Silke Weber também era alemão, de Hamburgo, tendo trabalhado no Brasil como representante comercial da empresa do ramo químico e farmacêutico Merck. O pai, depois de uma tentativa fracassada de tornar-se usineiro em Sergipe, criou uma pequena firma e trabalhava em casa no Recife.

A origem familiar de Silke permitiu à socióloga ter, desde cedo, o contato com a língua e cultura alemã no Recife. Os pais tinham relação com a comunidade alemã na cidade, principalmente por não ser muito extensa, frequentando o Clube Alemão com regularidade. Essa imersão também se estendia à língua, pois, como afirma Silke, “A gente falava alemão, a gente aprendeu alemão desde criança”. A relação com o idioma também se estendia pelas próprias instituições de ensino frequentadas pela família. Primeiramente, a mãe estudou no colégio alemão Academia Santa Gertrudes e a socióloga fez sua formação educacional básica em uma escola religiosa, Nossa Senhora do Perpétuo, na qual teve aulas com representantes religiosas com origens na Alemanha, França e Bélgica. A própria casa de Silke foi um ambiente que acabou por influenciar seu interesse pela leitura e o contato com literatura em outras línguas.

T.B. – E em casa? Tinha um ambiente intelectual, uma valorização?

S.W. – Sim, por conta de que... Basta lembrar ao ofício de meu avô, não é? A gente convivia muito com ele e meu pai era um leitor voraz. Nós todos tivemos, o tempo inteiro, acesso à literatura alemã e internacional mesmo, é bom dizer, desde criança. Meus pais liam, a gente ganhava muito livro, inclusive, então quando a gente ia dormir tinha leitura de livro. A gente fazia e depois... E aí a gente ia para o teatro, a gente ia para cinema, a gente viajava, a gente ia para a praia, enfim, fazia todas as coisas que Recife permitia naquela época. (SILKE WEBER, 2015).

O contato com a militância católica pernambucana, que irá operar como um condicionante importante para a sua circulação intelectual fora do Brasil, também ocupou um papel de relevância na trajetória da socióloga. Sua experiência na Juventude Católica (JUC) nasce na época em que começou seus estudos universitários. Ainda enquanto normalista, Silke

⁶⁵ Espaço criado para convivência de alemães e descendentes na cidade do Recife.

teve contato com a área de psicologia, o que lhe influenciou a fazer o curso de pedagogia na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) no ano de 1958, onde estabeleceu conexões com Paulo Rosas, psicólogo, professor titular da universidade, e um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular do Recife, em que atuou como coordenador de pesquisas entre 1960 e 1964. O Movimento de Cultura Popular (MCP) se consolidou como uma instituição importante no processo de alfabetização na região, além de promover espaços de discussão e promoção de cultura em que movimentos estudantis de esquerda tinham uma inserção importante, contribuindo para a eleição de Miguel Arraes. Nesse meio, Silke Weber passou a trabalhar com Paulo Rosas no interior do MCP produzindo fichas de livros para jovens e adolescentes. Paulo Freire integrava o projeto como diretor do departamento de pesquisa. A partir disto, Silke é convidada por Paulo Rosas para integrar o Instituto de Ciências do Homem, na área de psicologia. Esta instituição tinha um convênio com a Sudene e ele buscava estudantes para serem bolsistas no programa da Sudene.

Animada pela efervescência política, social e intelectual da juventude da época, Silke Weber decidiu entrar na JUC, instituição que concorreu, entre suas possibilidades de escolha, com o PCB. Tal processo deu condições para que Silke fosse indicada, em 1963, pela JUC, a partir do Comitê França América Latina (CFAL), para uma bolsa de dois anos na França, com o objetivo de estudar no *Institut de Recherches Et de Formation En Vue Du Developpement*, (IRFED). Por meio dessa oportunidade, no ano de 1963, juntamente com três outros colegas do Nordeste, foi realizar um curso de planejamento educacional no instituto dirigido por Louis-Joseph Lebret⁶⁶, dominicano francês que tinha conexões com o Recife desde 1952 por conta da realização de um projeto urbanístico para a cidade com Antônio Bezerra Baltar⁶⁷.

E aí a gente fez grandes trabalhos lá no Instituto Ciências Humanas, quando então me apareceu a possibilidade... Eu fui indicada pelo pessoal da JUC para uma bolsa na França. E aí eu fui para a França. Nós fomos quatro daqui, do Nordeste. Fomos eu, Nazaré Wanderley, e depois Petrola e Aldo. Nós éramos quatro que fomos pelo Comitê França América Latina, CFAL. E lá, então, eu fui fazer o curso de planejamento educacional (...) Fiz um curso em planejamento em educação, lá no Infet e aí o Infet, que é um instituto interessantíssimo, porque era [?] e era dirigido por Lebret, que tinha estado em Recife, que tinha feito aquele plano em 1952 com Baltar. E aí, bom, eu comecei

⁶⁶ O intelectual, também conhecido pelo nome de Padre Lebret, atuou como dominicano na França, tendo formação em economia e contribuído com a criação de instituições e associações voltadas para a pesquisa e ação no campo da economia em vários países, entre as quais o IFERD.

⁶⁷ Foi um político brasileiro, com formação em engenharia e urbanismo e atuando como professor. Ocupou a posição de senador por Pernambuco entre os anos de 1960 e 1961. Atuou na pasta da agricultura durante o governo de Juscelino Kubitschek, sendo aposentado compulsoriamente pelo AI-1 do governo militar em 1964.

a conviver com esse povo todinho lá e não somente fui conviver com esse povo, que além de tudo foi ótimo (SILKE WEBER, 2015).

Durante o período na França a estudante pôde aprimorar seus conhecimentos com a língua, além de criar redes de contatos. Na data em questão trabalhou em uma livraria, onde teve relação constante e intensa com a leitura, e frequentemente ia à *Comédie Française* para assistir peças, o que ajudou a melhorar seu vocabulário. Nesse meio que se inseriu durante seus estudos no INFET construiu muitas conexões, que envolveram pessoas latino-americanas, africanas, chegando a conhecer o próprio Salvador Allende que um dia teria visitado a livraria onde trabalhou. Silke, depois dessas experiências, passa a sentir o interesse em mergulhar no campo da pesquisa em ciências sociais, o que seria central para a definição dos caminhos acadêmicos que passou a seguir nos anos seguintes. Com a eclosão do golpe de 1964, que a surpreendeu, sua relação com a França se aprofundou. Por conta do evento foi orientada que não voltasse ao Brasil tão cedo, devido ao perigo de perseguição à militantes de organizações como a JUC. Desse modo, ficou na França e o local que morava passou a receber várias pessoas que fugiam do regime.

E a gente aí começou, já no dia primeiro de abril, a saber as coisas. Começava a chegar gente. E a casa que eu compartilhava com três pessoas, a gente... terminou virando um lugar de recebimento de gente que veio de todo canto. E aí, durante um bom período, de 1964... Aí foi quando, voltando à questão da trajetória, que eu tinha começado a me excluir da Sorbonne, dos cursos e não sei o que, aí comecei a frequentar cursos, a participar de seminários e a conhecer outras pessoas. Foi quando eu terminei e aí conseguimos... Por conta do golpe, não tinha notícias... Me foram procurar várias vezes na minha casa e não acreditavam que eu não estava. E aí eu recebia recado de que fizesse o possível para não chegar. A gente teve um apoio muito grande na França. (SILKE WEBER, 2015).

Decidida a permanecer na França por conta da brutalidade do regime político brasileiro a jovem passa a estabelecer cada vez mais contatos com o meio intelectual do país, participando de cursos e seminários da Universidade de Sorbonne. Nesse contexto, foi aceita para fazer um curso de mestrado em psicossociologia na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) com Paul-Henry Chombart, sociólogo francês e estudioso da questão urbana, que manifestava bastante interesse pela obra e figura de Paulo Freire. No mestrado a pesquisadora trabalhou com o tema da educação no nordeste brasileiro, realizando pesquisas de campo.

Silke volta para o Brasil em 1966 como parte da realização da sua pesquisa de mestrado e em 1968 tornou-se professora da Universidade Federal de Pernambuco, coordenando uma pesquisa chamada “Aspectos socioeconômicos da educação no Nordeste”, em parceria com a SUDENE. Durante o período como docente da universidade pernambucana manteve profundo intercuro com o Instituto de Ciências do Homem, e acompanhou a formulação por Armando

Souto Maior do PIMES, um programa de pós-graduação em Sociologia e Economia, que foi financiado pela Fundação Ford e SUDENE. A aproximação com os atores envolvidos no processo de criação do programa permitiu fortalecer redes que lhe deram condições de acessar uma bolsa de doutorado pela Fundação Ford na França.

A socióloga retorna então para a França em 1970, com bolsa da Fundação Ford, para fazer sua tese de doutorado em sociologia na *Université René Descartes*, PARIS V, novamente sob orientação de Paul-Henry Chombart e com temática que envolvia a educação no nordeste brasileiro. Na universidade francesa notou forte convergência entre questões que estudava em suas pesquisas com a produção de Althusser e Bourdieu, mais especificamente ao tratar do tema da reprodução na educação. Nesse período manteve forte relação intelectual com Chombart, de quem frequentava o laboratório da área de pesquisa em psicossociologia, que tinha financiamento do CNRS. Durante o doutorado assistiu seminários e conheceu intelectuais como Althusser, Goldman, Chombart, Laclau, Chantal Mouffe. Era forte a circulação de outros Brasileiros no ambiente, condição que lhe permitiu construir várias redes importantes para sua carreira. No ano de 1972 a socióloga defendeu sua tese, de nome *“Les aspirations à l'éducation dans une ville du nord-est du Brésil”*.

Todo mundo era estudante nessa época. Também tinha gente do Rio, gente de São Paulo, gente do Rio Grande do Sul, de todo canto e que a gente se encontrava nos seminários, nas palestras, nos eventos, e na vida cultural. Agora, justamente, eu acho que, no caso, eu, a minha inserção mais ampla na comunidade acadêmica foi, justamente, após a vinda do doutorado e da construção desse projeto. A Fundação Ford que eu recebi financiamento e aí, depois, eu entrei no comitê, aí pronto, não acaba mais nunca. (...) Não, o que eu acho interessante quando a gente fala essas coisas, como é que a gente...

Quer dizer, vem chegando um bando de pessoas, que você encontrou por acaso, não sei aonde, que, de repente, se estabelece uma relação de trabalho e aí vai. (SILKE WEBER, 2015).

De volta ao Brasil no ano de 1972, Silke continua trabalhando como professora por 10 anos em Pernambuco. As redes construídas durante seu período no exterior e em diálogo com atores da Fundação Ford permaneceram em sua carreira de modo que a socióloga chegou a trabalhar no comitê da Fundação Ford em meados de 1973, quando conheceu Ruth Cardoso e Pedro Malan. Além disso trabalhou na Fundação Carlos Chagas por indicação de Fulvia Rosemberg, rede que tinha estabelecido durante sua formação na França.

Silke Weber seguiu toda sua carreira docente como professora da Universidade Federal de Pernambuco, da qual é docente emérita atualmente e pertence ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da instituição. Ao contrário dos outros pesquisadores até aqui tratados, a socióloga não seguiu carreira com intersecção permanente

com o meio acadêmico internacional. Ela não atuou como professora visitante no exterior. A socióloga realizou, contudo, pós-doutorado na Alemanha entre os anos de 1983 e 1984 na Universidade de Bremen e na *London School of Economics and Political Sciences (LSE)*. Assim, Silke manteve sempre forte atuação institucional no meio das ciências sociais brasileiras de modo que integrou comitês de uma série de instituições como Fundação Carlos Chagas, Fundação Ford, CNPq, CAPES, SBPC, ANPOCS e SBS. Além disso foi Secretária de Educação do Estado de Pernambuco entre os anos de 1987 e 1990; e entre os anos de 1995 e 1998; integrou o Conselho Nacional de Educação de 1996 a 2001; a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior em 2003 e a Comissão Técnica de Avaliação e de Acompanhamento (CTAA) do INEP entre 2007 e 2011.

Observando a trajetória acadêmica de Silke Weber pode-se indicar alguns dos fatores de maior relevância para a suas experiências de circulação no exterior durante a pós-graduação. De partida deve-se levar em consideração o papel do contexto sociocultural familiar para o estabelecimento de relação com a língua estrangeira. A família de Silke, com sua forte influência alemã, mais diretamente pela linhagem paterna, permitiu que ainda no início de sua formação educacional básica tivesse contato com línguas estrangeiras em casa. Além disso, as escolas em que realizou a primeira parte de seus estudos tiveram direta relação com o aprendizado de línguas, principalmente com o contato com professoras advindas de outras nacionalidades. A convivência da família de Silke com a comunidade alemã do Recife também serve, certamente, como elemento de reforço da conexão com a cultura estrangeira e apreensão de outros idiomas.

Outro ponto a se considerar é a singularidade do Recife no acesso às redes de contatos associadas aos movimentos sociais e ao meio intelectual francês. Como pode-se ver, o fato de Silke ter integrado o meio político cultural do Recife nos anos 1960, abriu-lhe a oportunidade de estabelecer conexões centrais para sua ida ao estrangeiro. A entrada na JUC foi ponto direto da realização de seu primeiro curso de pós-graduação na França, posto que esta instituição lhe indicou para a realização do curso de planejamento educacional no INFET. Para mais, é importante notar as conexões entre a instituição católica, o Comitê França América Latina (CFAL) e a figura de Louis-Joseph Leuret, dominicano francês e diretor do *Institut de Recherches Et de Formation En Vue Du Developpement*, (IRFED), que já havia realizado atividades na cidade do Recife na área de planejamento urbano. Esses pontos mostram o enredamento entre atores sociais que conectam o Recife à França e permitiram a mobilidade

estudantil de Silke Weber, o que será crucial para a realização, por ela, de sua formação acadêmica no país futuramente.

A precariedade de fontes de financiamento para o exterior se manifesta como fator preponderante também na história acadêmica de Silke. Pode-se perceber que a socióloga teve que contar com redes pouco institucionalizadas para acessar seus meios de circulação, já que em seu primeiro caso contou com um financiamento de uma organização estrangeira de pequeno status *Comité France Amérique Latine* e durante o mestrado foi financiada pela organização católica *Comité Catholique Contre La Faim*. Em ambos os casos a circulação se dá pelo acesso privilegiado à experiência como militante na JUC e não por conta de canais nacionais organizados de promoção à formação de pesquisadores. Além disso, durante o doutorado o acesso à bolsa da Fundação Ford, apenas teria se consolidado por conta do papel das redes de Silke na UFPE, principalmente pela sua atuação na criação do PIMES que contava com financiamento da Ford. Esse condicionante relativo às fontes de financiamento para estudos no exterior aponta o papel do acesso a bolsas de estudo por instituições estrangeiras enquanto um importante mecanismo de reprodução da geopolítica do conhecimento, posto que a circulação para fora do país se fez mobilizada por agências internacionais que, operando no vácuo de opções de bolsa no Brasil, consegue direcionar estudantes para centros do Norte-Global.

Por fim é fundamental apontar a influência da ditadura na manutenção da pesquisadora no exterior e endereçamento de sua formação em instituições francesas. Nota-se que o papel da estudante como militante da JUC poderia comprometer seu retorno ao Brasil após o golpe de 1964. Desse modo, a estudante permaneceu na França onde realizou seu mestrado com o orientador que lhe acompanhou também no doutorado anos depois. Essa trajetória acadêmica aponta que a eclosão do golpe e perseguição de estudantes ligados aos movimentos de contestação ao regime ditatorial foi um fenômeno de grande influência sobre o desenvolvimento da carreira de Silke a partir de instituições francesas.

5.5 Aspásia Camargo

Aspásia Camargo nasceu em 1946, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de pai cearense e oficial nacionalista, José Brasileiro Alcântara, a socióloga afirma que teve uma educação bastante intelectualista⁶⁸. O pai sempre tivera inclinações ao estudo das ciências sociais, o que era acompanhado pela leitura de autores como Nietzsche e um passatempo que envolvia a escrita de um livro de antropologia cultural “recheado de reflexões feministas”. Além da afeição paterna pelo campo intelectual, Aspásia também contava com um irmão que se declarava marxista. Já a mãe, Norma Brasileiro Alcântara, era filha de portugueses, nascida no Rio, tendo, contudo, estudado apenas até o ciclo básico.

A influência paterna foi fundamental na entrada no curso de ciências sociais, o que se coadunou com o encanto pela área e lhe permitiu adentrar o ambiente estudantil aquecido pela política na época. Aspásia estudou em várias escolas e morou em diversos lugares por conta do ofício do pai, tendo realizado, no Rio de Janeiro, estudos no Instituto Guanabara e o ciclo científico no Lafayette. José apoiava a filha em seu interesse pelos estudos dizendo, inclusive, que ela estava “destinada às ciências sociais”. Apesar do desejo em entrar na Escola de Sociologia e Política da PUC, que possuía um curso específico de sociologia, buscou na Faculdade Nacional de Filosofia o lugar ideal para a sua formação. A matrícula na instituição, em 1961, veio acompanhada do contato com o ambiente efervescente, seja do ponto de vista intelectual, seja pelas mobilizações sociais que o meio abarcava.

E quando eu entrei na faculdade, a crítica era muito severa à faculdade, porque estava sendo criada a Escola de Sociologia e Política, da PUC. (...) E essa Escola de Sociologia e Política era a coisa que a gente achava mais sofisticada, era uma escola só de Sociologia, e a nossa era aquela confusão. Que bela confusão eu não ganhei de presente nessa escola! Porque os titulares eram Josué de Castro, na Geografia Humana, Darcy Ribeiro, na Etnografia, Victor Nunes Leal, na Ciência Política, e... José Américo Pessanha, na Filosofia, Maria Yedda Linhares, em História Contemporânea, e vai por aí. (CAMARGO, 2012).

⁶⁸ “Aspásia diz que herda o interesse pelo desenvolvimentismo do pai “E eu, o que eu acho mais importante nisso é que eu criei, realmente, um compromisso profundo com o desenvolvimentismo. Que era, no fundo, herança do meu pai também. Porque eu me lembro perfeitamente, eu garota, antes de entrar para a faculdade, lá por anos... Bem antes, aliás, meu pai, saindo de noite, chegando de quartel e não sei quê, e indo, de noite, fazer um curso no ISEB, com Celso Furtado, sobre operação Nordeste e aquela coisa toda; porque ele era nordestino então ainda tinha esse interesse. E ele chegava... Meu pai era muito assim, então ele... Por exemplo, quando eu era garota, ele dava aula de História também. Além de ser militar e tal, dava aula de História. (...) E eu fui privilegiada por esse pai que eu tive, que era um pai que era feminista. Ele tinha, inclusive, já velhinho, bem velhinho mesmo, ele escrevia sem parar um livro de Antropologia sobre a origem do homem e descobria coisas incríveis sobre isso. E uma das coisas que ele dizia era que as mulheres eram as mais sacrificadas, que passaram séculos e séculos, quase milênio, com os filhos nas costas, sem família, mães solteiras, sendo responsabilizadas por todas a... Pelo destino da espécie humana. “Essas mulheres são abnegadas, essas mulheres são superiores aos homens”, era o que ele dizia para mim o tempo todo; e a minha mãe, certamente, gostava de ouvir isso.” (CAMARGO, 2012).

O ambiente político da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro influenciou a trajetória de Aspásia por meio de sua introdução no movimento estudantil. Segundo a socióloga, a faculdade seria a mais mobilizada no Brasil da época⁶⁹. Nesse contexto experienciou o engajamento no Partido Comunista (PCB), e o intenso debate interno que ocorria no espaço universitário sobre a conjuntura política que engajava os estudantes. O envolvimento no movimento estudantil culminou na sua entrada na UNE, na assessoria especial internacional, em que trabalhou na organização de eventos.

Quer dizer, essa coisa de movimentos sociais, para mim, vem daí, vem daquela vontade daquela geração de 64 de transformar o Brasil, de extirpar essas oligarquias com seus métodos primitivos e patriarcais de fazer política, com a sua visão ruralista e retrógrada do Brasil. E os estudantes eram um pouco os porta-vozes dessas mudanças, dessas reformas e tal. E, de fato, no bolo dessas reformas de base. (CAMARGO, 2012).

O ambiente social e cultural da universidade conjugava as experiências de militância política e engajamento intelectual crítico. Entre os colegas que estudaram com Aspásia e que alcançaram projeção política estariam José Serra, Vinícius Caldeira Brandt, Rubem César, Alberto Passos Guimarães, Alba Zaluar. A socióloga cita que em sua atividade na UNE um dos momentos de maior importância foi a sua atuação ao convidar Francisco Julião, líder dos movimentos das ligas camponesas, para um evento no Rio. Do ponto de vista intelectual a produção crítica também influenciou a pesquisadora, tendo realizado o último curso do ISEB com Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro, Pedro Celso, Nelson Werneck Sodré. No período de Faculdade as principais fontes intelectuais teriam sido Josué de Castro, Gurvitch, Tableau de Quesnay, Gibbon, Maquiavel, Costa Pinto, Celso Furtado, Ricardo, Marx Hans Staden e clássicos da etnografia brasileira.

O engajamento político de Aspásia Camargo no partido comunista e na UNE foi diretamente atingido pelo golpe de 1964. Com a eclosão da ditadura a então estudante foi perseguida por meio da abertura de uma Comissão de Inquérito que, assim como ocorreu com outros estudantes e professores, buscou-se investigar supostas atividades subversivas no interior da Faculdade Nacional de Filosofia. Ademais, os estudantes experienciaram o incêndio da sede

⁶⁹ “A Faculdade de Filosofia era a mais mobilizada das faculdades brasileiras. Era considerada a mais radical, a mais agitada, etc.. E inclusive lá, logo, logo, havia militantes ali do Partido, era uma época em que o Partido estava muito interessado em se apresentar como um partido democrático, um partido que era ligado às forças democráticas e, portanto, quem queria golpe, quem queria ditadura, quem queria essas coisas era a direita, a esquerda estava com essa visão de que o Partido deveria contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira. Então foi um pouco nesse contexto que eu entrei. Era uma espécie de um... E foi uma escola de política extraordinária que nós tivemos, porque ali, toda semana, a gente passava horas, horas e horas discutindo a conjuntura nacional. Porque é que fulano... Quais são as forças políticas, o que é que elas defendem, etc. E era uma coisa assim, realmente, impressionante. Porque nós éramos atores daquilo, daquele processo, os estudantes.” (CAMARGO, 2012).

da UNE no Rio de Janeiro, no dia 1 de abril de 1964. Aspásia afirma que estava na UNE quando o golpe e o incêndio aconteceram, ela relata o ambiente de medo e perseguição do momento.

A.C. – Eu peguei uma Comissão de Inquérito. Mas a minha sorte, primeiro que eu não... não havia nada que justificasse coisíssima alguma, mas foi um clima de terror. Eu saí de casa, fui me refugiar na casa da Helena Lewin, fiquei dez dias lá e mais não sei quê. E depois, o clima era um clima de hostilidade. Aí abriram um processo, um inquérito, uma CPI, uma Comissão de Inquérito contra, para investigar atividades subversivas na Faculdade de Filosofia. Como eu fazia um curso de russo, parece que descobriram o meu nome no fichário lá desse curso de russo, que era aqui na rua México. Eu tenho até hoje o livro. (risos) (...) Mas de fato o momento mais doloroso foi da UNE mesmo. Porque no dia fatídico em que tudo acabou...

M.G. – Quando incendiaram o prédio.

A.C. – Eu estava na UNE. Eu fui, praticamente... Eu devo ter sido a última, a penúltima ou a antepenúltima a sair do prédio. (...) O clima era um clima de fuga em massa. (...) Isso é uma... Essa é uma cena que nunca mais vou esquecer, sabe. É uma coisa terrível assim, avassalador. Porque aquilo ali era uma coisa tão, no fundo, tão... ninguém merecia. Incêndio. Uma coisa violenta demais. E ali eu acho que ruíram os nossos sonhos, naquela etapa, com aquelas esperanças naquela democracia (CAMARGO, 2012).

Apesar dos contornos traumáticos que a atividade militante de Aspásia Camargo tomou sob o regime militar, sua experiência no engajamento político estudantil acabou por lhe aproximar de sua primeira oportunidade de estudos no exterior e que seria marcante na formação da pesquisadora. A socióloga realizou em 1962 um curso de um mês voltado para lideranças estudantis brasileiras e organizado pelo Departamento de Estado Americano. O curso, realizado na Universidade da Califórnia, Los Angeles, surge em sua vida por indicação de Gláucio Ary Dillon Soares, que era seu professor na época “E a ideia era se familiarizar com a civilização americana, e debates com cientistas políticos, professores lá da universidade e tudo” (CAMARGO, 2012). No curso estariam presentes outros brasileiros, que somariam 15 estudantes, boa parte ligada à Juventude Universitária Católica (JUC).

Antes de descrever a experiência de Aspásia nos Estados Unidos é importante mencionar a conexão entre o IUPERJ, as ciências sociais norte-americanas e a relevância de atores como Cândido Mendes e Gláucio Ary Soares na construção de diálogos com intelectuais estadunidenses e na circulação da produção intelectual do país em instituições brasileiras. Aspásia afirma que Cândido Mendes operou como um agente fundamental para o que chama de “globalização do Rio de Janeiro via ciências sociais” (CAMARGO, 2012). O intelectual teria realizado um trabalho importante ao permitir a construção de redes entre estudantes e intelectuais brasileiros com cientistas sociais dos Estados Unidos. Esse processo teria produzido impactos importantes em instituições como o IUPERJ.

A primeira coisa que globalizou nessa cidade, depois do Pão de Açúcar e do Corcovado, foi o Cândido Mendes. Porque o Cândido trouxe todos os intelectuais de peso nas Ciências Sociais para o Brasil, na década de 60, nos anos 60. Todos! Lipset, Parsons, Karl Deutsch, Huntington, Dan [INAUDÍVEL], Toynbee (...) E, na verdade, o que o Cândido propiciou é um contato direto, físico, com os grandes pensadores mundiais da Ciência Política e da Sociologia mundial. Touraine também estava nisso, mas ele eu acho que até estreitou mais relações um pouquinho depois. Mas ele, ao longo de 20 anos, ele trouxe para o Rio de Janeiro, com frequência, todos os grandes pensadores. E deu oportunidade às pessoas... Por exemplo, o Iuperj surgiu um pouco disso, desse projeto de globalização da inteligência, porque o Wanderley foi para Stanford, todas as pessoas que estavam envolvidas, eu não sei agora reconstituir tudo isso, mas, certamente, Simon já tinha... A vida dele já estava nos Estados Unidos, mas muitos deles foram para os Estados Unidos porque tiveram conhecimento com esses professores e até se vincularam a alguns deles. (CAMARGO, 2012).

O papel de Gláucio Ary Soares na produção de conexões e circulação da produção norte-americana no Rio de Janeiro também é salientado pela socióloga, elemento que pode ser importante para compreender a própria viagem aos Estados Unidos como líder estudantil. Aspásia afirma que nos anos 1960 os brasileiros tinham pouca atenção e interesse para a produção intelectual norte-americana, possuindo inclinação muito maior para com as reflexões dos franceses. Um exemplo disso seria o choque produzido pelas disciplinas de Gláucio Ary Soares, após voltar dos Estados Unidos, trabalhando temas da psicologia social. A proximidade da produção intelectual brasileira com a tradição francesa é apontada pela socióloga como uma explicação para o fato de as ciências sociais brasileiras não possuírem “muito rigor” devido à sua marca “especulativa”.

É que o Cândido Mendes produziu a globalização do Rio de Janeiro pela via das Ciências Sociais. A primeira coisa que globalizou nessa cidade, depois do Pão de Açúcar e do Corcovado, foi o Cândido Mendes. Porque o Cândido trouxe todos os intelectuais de peso nas Ciências Sociais para o Brasil, na década de 60, nos anos 60. Todos! Lipset, Parsons, Karl Deutsch, Huntington, Dan [INAUDÍVEL], Toynbee – eu já falei, não é?

M.G. -Ainda não.

A.C. – Toynbee, e vai por aí. E eu levei todos eles ao Corcovado, diga-se de passagem.

(...) Então, isso foi impressionante. Mas o Cândido nessa época... Por exemplo, o Huntington, depois, vai ser o inspirador, foi ele que fez o draft, que eu vi, eu vi na minha mão, da distensão lenta, gradual e segura. Foi ele que inventou a estratégia militar da abertura, num paper que ele deu para o Golbery. Então, ele se vinculou ao Brasil de certa maneira e ficou muito ligado com isso. E, na verdade, o que o Cândido propiciou é um contato direto, físico, com os grandes pensadores mundiais da Ciência Política e da Sociologia mundial. (...) Mas ele, ao longo de 20 anos, ele trouxe para o Rio de Janeiro, com frequência, todos os grandes pensadores. E deu oportunidade às pessoas... Por exemplo, o Iuperj surgiu um pouco disso, desse projeto de globalização da inteligência, porque o Wanderley foi para Stanford, todas as pessoas que estavam envolvidas, eu não sei agora reconstituir tudo isso, mas, certamente, Simon já tinha... A vida dele já estava nos Estados Unidos, mas muitos deles foram para os Estados Unidos porque tiveram conhecimento com esses professores e até se vincularam a

alguns deles. (...) É uma coisa interessante, é o seguinte, que havia na mentalidade política brasileira, sobretudo na nossa cultura universitária e acadêmica, uma influência francesa muito grande e um preconceito muito grande contra os americanos. Por desconhecimento. Ninguém sabia do que se tratava nem nós tínhamos uma tradição de um rigor sociológico, nem antropológico, nada. É uma coisa muito assim... Mais especulativa que isso aí, Gurvitch e tal. Então, quando o Gláucio chega, ele... por exemplo, o curso dele foi todo em cima da psicologia social. Eu me lembro bem disso. E as pessoas: “não, isso aí é uma coisa americana”, etc. E depois eu vivi exatamente essa mesma experiência quando eu fui professora na Universidade de Paris, que as pessoas também não queriam ouvir os americanos. (CAMARGO, 2012).

Voltando à experiência de Aspásia na Universidade da Califórnia, Los Angeles, a socióloga brasileira destaca o deslumbramento que sentiu em relação à infraestrutura da universidade norte-americana. A diferença dos espaços universitários frente à experiência brasileira, no Rio de Janeiro, é apontada como fonte para o encanto com a ida ao exterior. Além disso, o estágio dos Estados Unidos teria produzido um “choque civilizatório” ao encarar uma sociedade em que a classe média não teria preconceito com trabalhos manuais, esse sentimento surgiu por conta de uma amiga de quarto, que mesmo sendo de classe média, lavava a própria roupa, trabalhava e era muito independente. Nesse período nos Estados Unidos Aspásia se aproximou das reflexões sobre a sociedade pós-industrial⁷⁰.

Eu fiquei com uma aluna, com uma menina que fazia contabilidade, no mesmo quarto, e aquilo foi um choque cultural para mim violento, porque, primeiro, eu digo assim: está bom, eu estou numa universidade fantástica, aquilo... Até o cheiro da universidade, a beleza, a cor, tudo! Eu fiquei maravilhada. Eu digo: gente, eu saí daquele pardieiro ali, aquela faculdade maltratada e tudo, chego numa coisa daquela, com aquele cheiro maravilhoso, com aqueles banheiros, aqueles salões para ver tele... para... com sofás, com coisa, tudo, e eu fico com essa menina na sala. E aí foi o primeiro choque brutal que eu tive civilizatório. Foi o seguinte: a menina, que era igual a mim, uma menina de classe média americana, etc, ela lavava a roupa dela toda, ela trabalhava três vezes por semana servindo a comida no restaurante, então eu descia assim, estava lá a Susan me servindo *scrambled eggs*. Eu falei, isso... sabe? “O que é que é isso? Que lugar é esse?” – “Não. Aqui é assim, tal”.(CAMARGO, 2012).

Apesar da primeira experiência como estudante no exterior ter ocorrido nos Estados Unidos o momento mais duradouro de sua formação fora do Brasil ocorreu na França. É importante compreender que no caso da socióloga as possibilidades de realização de seu mestrado no exterior passaram diretamente por meio de relacionamentos afetivos que construiu durante sua vida. Em um primeiro momento a socióloga tinha como objetivo morar nos Estados Unidos após se casar com o cientista social mineiro, Bolívar Lamounier, que estudava na

⁷⁰ “Quando eu cheguei lá, o que é que eu vi? Os beatniks e a crítica da sociedade industrial. No fundo era o Marcuse ali, já fazendo a sua... o seu estrago ali, envolvendo artistas, envolvendo pessoas (...) E a gente estudando muito. Passava o dia inteiro debatendo civilização americana, etc.. E foi muito legal. Eu achei que foi uma coisa assim... Realmente importante na minha vida. Quando eu voltei, eu acho que eu voltei com meu chakra intelectualmente aberto. Porque eu estava recebendo assim informações de vários níveis.”. (CAMARGO, 2012).

Universidade da Califórnia em Los Angeles. As dificuldades no relacionamento acabaram distanciando a socióloga desse caminho. Então, a intelectual acabou por encontrar na França sua nova morada, onde foi viver com Sérgio Camargo, por quem havia se apaixonado no Brasil.

C.C. – Sua decisão de ir para a França fazer o mestrado, como é que ela surge?

A.C. – Sim. Eu estava programando tudo, aí vem... Eu não sei se eu posso falar, mas... Eu era noiva do Bolívar Lamounier. Estávamos prestes a nos casar. E ele foi para Los Angeles, para Universidade da Califórnia, em Los Angeles, nós íamos nos casar por procuração e eu ia me encontrar com ele lá. Mas aí aconteceram uma série de dificuldades, nós nos desentendemos um pouco, etc., e aí então eu conheço o Sérgio, que era irmão da Sonia Camargo.

C.C. – Sérgio Camargo.

A.C. – Sérgio Camargo. E ele morava na França, veio para o Brasil para fazer uma exposição na Bienal de São Paulo, ele veio um pouco antes e tal, e aí aconteceu esse caso de amor fulminante; ele voltou, no ano seguinte, para fazer o muro lá de Brasília, e aí nós decidimos que eu devia seguir para a França, Paris, onde ele morava, e já o assunto lá dos Estados Unidos foi enterrado. E eu mudei de rumo. (CAMARGO, 2012).

Em 1967, na França, Aspásia buscou formas de continuar seus estudos na área de ciências sociais. Nesse momento acabou por se interessar por um curso na Universidade de Paris, na *École Pratique des Hautes Études*, que depois viria a se tornar o *Institut des Hautes Études em Science Sociales* chamado, “*Cours d’enseignement préparatoire à la recherche approfondie en sciences sociales*”. Foi aconselhada a fazer o curso pelo amigo e brasileiro Lucio Kowarick, que já o havia feito e disse-lhe que era o único meio de se tomar conhecimento sobre a produção sociológica americana no interior da universidade francesa. Esse curso seria dado pelo grupo de Pierre Bourdieu. Antes de começar o curso especializado assistiu seminários de autores renomados na época “*Raymond Aron na Sciences Po, Lévi-Strauss no Collège de France e o Althusser na rue D’Ulm*, que era da *École Supérieure*.”. Nesse ínterim, as livrarias francesas chamavam a atenção dos estudantes, marcando sua experiência no meio intelectual da metrópole francesa “E as livrarias, aquelas livrarias francesas ali, fantásticas, com tudo ali! Eu ficava louca. Aí eu comprava tudo.” (CAMARGO, 2012).

A inserção no país europeu foi marcada por algumas dificuldades de adaptação além dos próprios dilemas com a língua. A socióloga cita as dificuldades encontradas para acompanhar os cursos, principalmente pela falta de domínio de autores desconhecidos, a própria dificuldade com o francês e a necessidade de estudar teorias quantitativas. Isso fez com que a socióloga acabasse por se recolher em sala de aula, sem buscar protagonismo, o que não impedia que alcançasse um bom resultado nas avaliações dos cursos. Ela afirma que o fato de ser brasileira ajudava a apresentar interpretações criativas frente ao tradicionalismo local, o que proporcionava qualidade aos seus trabalhos.

Então, na verdade, eu era a única estrangeira no meio daqueles franceses. E foi duro! Porque, primeiro, eu não conhecia aqueles autores que eles conheciam; Halbwachs, coisas assim, sofisticadas, que eles sabiam as minúcias daquilo. Então eu fiquei realmente muito amedrontada ali. Depois tinha uma formação quantitativa muito forte, porque nós dávamos sociologia quantitativa, indicadores, estatística, matemática, teoria dos conjuntos, não sei que, então eu tinha que estudar muito. E havia uns professores que davam muito sociologia americana: mobilidade social, não sei o quê. Então, eu vivia apavorada. Eu aprendendo francês... Eu me lembro que o primeiro trabalho que eu fiz, vinha aquelas correções assim – três erros de francês ali, eu muito, muito preocupada com aquilo. E no final foi um sucesso, porque eu me saí super bem nesse curso e fui elogiadíssima e tal. Mas ninguém nem ouvia a minha voz. Eu fiquei quieta ali, ouvindo, ouvindo, apavorada. E acabou tudo bem. Por quê? Porque a inspiração brasileira, ela dava uma outra visão para aquele tradicionalismo ali da Sociologia... (CAMARGO, 2012).

Depois da influência que teve no grupo de estudos de Bourdieu, Aspásia estabeleceu uma forte conexão com Touraine, de quem passou a ser assistente e foi orientada no doutorado entre 1970 e 1974. Touraine teria se interessado bastante por um trabalho escrito pela estudante e ele a convidou para ser sua assistente em Paris no IEDES – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. Depois dessa experiência, a brasileira conseguiu construir várias redes com outros pesquisadores franceses, passando a trabalhar como assistente de Castells, Alain Jochs e Godelier.

Então aí, e foi aí que o Touraine me chama para conversar com ele. Eu estava grávida, quase minha filha nascendo ali. Aí ele disse... Eu cheguei lá, e a secretária disse: “Olha. O Touraine chegou aqui dizendo que *il a eu une très bonne soirée avec mademoiselle Alcantarrá*”. Teve uma noite muito agradável com mademoiselle Alcantarrá. (risos) Eu falei, bom, então... Pode ser que ele tenha gostado. Aí ele comentou as coisas mais interessantes, imagináveis daquilo, tirou mil ilações, que nem eu imaginava, daquilo que eu tinha escrito, gostou muito; e, três dias depois, ele me chamou e falou: “Olha, você quer ser minha assistente?” Aí eu fui ser assistente dele na Universidade Paris I, que era o IEDES, Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social. Então, lá vou eu para o desenvolvimento de novo. Ali, eu fui assistente dele, Castells, Alain Jochs e Godelier, que era uma paixão Godelier. Até hoje, as coisas que o Godelier me ensinou ali, eu me encanto. Essas coisas de pigmeus da África e coisas incríveis. Então foi isso. (CAMARGO, 2012).

Apesar da experiência exitosa no contexto francês, a socióloga decide retornar ao Brasil em março de 1974 depois de fazer sua tese intitulada “Estado brasileiro, oligarquias e o movimento camponês”. Assim como na ida, a volta foi pactuada em conversas com o seu parceiro, Sérgio Camargo. Segundo a pesquisadora, ela concordou com a análise do marido de que a França era uma sociedade muito encastelada, rígida e sem criatividade. O dilema vivido pelo casal era de que, se continuassem na França, acabariam por fazer toda a carreira no país. As singularidades do contexto francês, que desanimavam a permanência dos dois, teriam sido

importantes para o retorno ao Brasil, que parecia um meio com maiores oportunidades. Ao voltar para o Brasil a socióloga ingressa na FGV.

A.C. – Porque a avaliação que o meu marido fazia, e que eu não discordei dele, é que nós estávamos num momento ali muito importante de definições, ou nós íamos nos estabelecer na França, ficar lá para o resto dos nossos dias, aí eu ia para SNRS, ia me ligar lá com a École des Hautes Études, ia fazer minha carreira lá, ou então nós voltávamos. E a sensação dele é que... – e ele tinha toda razão, eu sentia a mesma coisa – é que aquela sociedade era uma sociedade meio que encastelada, uma sociedade enrijecida, uma sociedade sem criatividade, que estava em tudo, na arte, na ciência, em tudo, estava um pouco, vamos dizer, deu o que tinha que dar. Pouco espaço para criatividade, para coisas novas, etc. E isso ele sentia na arte, muito fortemente, também; que ele era parte do movimento modernista, um movimento de vanguarda e tudo, e ele via ali a França muito fechada; e ele mesmo, apesar de morar na França e ser praticamente francofone e tudo, ele fez, na verdade, o melhor da carreira dele, a base foi Londres e foram os países europeus, mais do que a própria França. Então havia esse sentimento assim, de que o Brasil era uma coisa, que além de ser nosso país, da gente gostar muito e tudo, que era um país que tinha muito mais... Oferecia muito mais oportunidades.

C.C. – Você voltou quando?

A.C. – Março de 74. E eu cheguei a primeira coisa que eu fiz foi ingressar na FGV. (CAMARGO, 2012).

A trajetória de Aspásia Camargo não expressa a continuidade de experiências internacionais no campo acadêmico após o retorno do doutorado. A pesquisadora manteve-se como docente da Universidade do Rio de Janeiro além de lecionar também na Fundação Getúlio Vargas. Além disso a maior parte da trajetória profissional da socióloga se concentrou na atuação política, junto aos órgãos de Estado, e na construção e contribuição para instituições das ciências sociais brasileiras. Destacam-se, no campo político, suas atuações como vereadora da cidade do Rio de Janeiro de 2005 a 2011 e deputada pelo estado entre 2011 e 2015. Além disso foi secretária de cultura durante o governo Moreira Franco de 1988 a 1991, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 1993 a 1994 e secretária executiva do Ministério do Meio Ambiente na gestão de Fernando Henrique Cardoso em 1995.

Observando a trajetória acadêmica de Aspásia Camargo pode-se indicar alguns dos fatores de maior relevância para as suas experiências de circulação no exterior durante a pós-graduação. Primeiramente, é importante citar que a imersão da então jovem na política estudantil nos anos 1960 teve papel relevante na sua primeira ida ao exterior posto que foi aprovada para um intercâmbio na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, direcionado às lideranças estudantis, entre as quais estavam outros membros de movimentos como a JUC. Aqui cabe destaque à importância de Gláucio Ary Dillon Soares enquanto um mediador desse programa de intercâmbio, operando uma conexão entre a universidade americana e a

Universidade Federal do Rio de Janeiro. É importante citar aqui a relevância da figura de Gláucio como um mediador importante para o direcionamento de experiências de estudantes brasileiros em instituições norte-americanas. A formação deste professor nos Estados Unidos lhe permitiu construir redes sólidas com instituições e atores do país e funcionar como um importante elo de conexão entre estudantes brasileiros e universidades, operando, conseqüentemente, como elemento central na reprodução de ciclos que reproduziam fluxos intelectuais para os centros com poder no campo do conhecimento.

Ainda se tratando de elementos perpassados pela geopolítica do conhecimento, está a menção de Aspásia à infraestrutura dos espaços universitários e culturais nos Estados Unidos e na França. Pode-se notar que a universidade americana é apresentada de modo comparativo com a brasileira, em que a limpeza e organização chamam atenção da pesquisadora, apontando a qualidade em infraestrutura do espaço em questão. Além disso, no caso francês, o encantamento com o tamanho e qualidade das livrarias também se demonstra enquanto fenômeno expressivo da dimensão de qualidade dos espaços culturais no condicionamento do desejo em permanecer no país estrangeiro e ali realizar sua formação em pós-graduação. Nesse sentido, a aventada desigualdade em se tratando da infraestrutura é condicionante de grande relevância para a circulação no exterior aqui analisada, processo que reproduz uma posição subalterna da estrutura brasileira, na época citada, frente aos centros euro-americanos, enquanto espaço com boas estruturas para formação educacional e cultural.

Outra dimensão que merece ser levada em consideração no processo de circulação de Aspásia é que ela não teve acesso a nenhuma fonte de financiamento para os estudos no exterior, seja em nível de mestrado ou de doutorado, o que avança, novamente, a ainda pouca força de agências nacionais capazes de garantir bolsas de estudo para brasileiros. Pode-se notar que, seja na entrevista realizada, ou mesmo em registro na plataforma Lattes, a pesquisadora realizou seus cursos sem bolsa. Ademais, o fluxo para fora do país se deu em conexão direta com um relacionamento que estabeleceu com o artista plástico Sérgio Camargo, o qual viria a se tornar seu marido. Pode-se levantar a suposição de que as atividades realizadas por Sérgio Camargo em Paris durante seu vínculo com o *Groupe de Recherche d'Art Visuel* garantiam as condições financeiras para a permanência do casal durante a permanência no país europeu. Destarte, a dependência de redes de contatos para a realização da circulação no exterior no caso de Aspásia se conecta com a própria dimensão de gênero, fato que é aprofundado pela menção da socióloga de que sua volta ao Brasil operou por concordar com o marido de que a permanência na França não apresentaria boas perspectivas de trabalho para ambos. Aqui, assim como o narrado por

Elisa Reis, não se trata de ignorar a autonomia das intelectuais durante o processo de consentimento com opiniões de seus companheiros durante o processo de circulação, mas se interessa por reforçar que apenas nas trajetórias de mulheres aqui analisadas, posições colocadas pelos cônjuges tiveram centralidade para sua permanência no exterior ou não. Ou seja, esses dados apontam que no caso dessas sociólogas mulheres as relações afetivas e matrimoniais ocuparam papel significativo no processo de circulação internacional no período analisado.

5.6 Renato Ortiz

Renato Ortiz nasceu em 1947, na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, filho de um pequeno comerciante e uma professora de educação física. O ambiente familiar não era espaço de muita valorização cultural e a vida conectada ao campo, principalmente nas idas constantes à Taubaté, pouco o aproximou de atividades intelectuais. O pai não terminou o ginásio e a mãe estudou até o terceiro grau que lhe permitiu, juntamente a um curso técnico, dar aulas em escolas secundárias. Orientado pelo interesse da mãe em garantir algum futuro ao filho, fez um curso na Escola Prática de Agricultura Agrária de Pirassununga. Neste meio os papéis de gênero associados à masculinidade tinham protagonismo, envolvendo o ainda jovem Renato Ortiz num contexto pouco afeito ao do meio urbano ou das esferas intelectuais que viria a frequentar.

No entanto, não era difícil intuir que a experiência agrária em nada privilegiava a atividade intelectual, os valores que prezávamos eram outros, a força e a masculinidade. "Ser macho", "inflexível", enfrentar com rigidez o gado leiteiro e a vida eram as qualidades apreciadas, a sensibilidade e a reflexão, vistas com desconfiança, associavam-se a fraqueza do espírito e do corpo. (ORTIZ, 2006, p. 42).

Uma primeira ruptura que passou a distanciá-lo do meio rural e familiar foi a entrada na Universidade. A escolha por um curso universitário ocorreu por uma confluência entre o interesse próprio e as expectativas familiares associados aos papéis de gênero da época. Segundo o sociólogo, entre as opções de profissões para os rapazes da época estavam engenheiro, advogado e médico, as quais agregavam bastante prestígio, principalmente para pessoas do interior⁷¹. Em 1966 Renato escolheu prestar vestibular para Engenharia na Escola Politécnica de São Paulo, já que este curso era bem-querido na época. Os estudos para o vestibular foram árduos e tiveram que compensar o "atraso" alegado por Renato, posto que sua educação primária seria inferior à de estudantes da capital. A aprovação, inusual para o contexto

⁷¹ R.O. – Agora, a profissão de engenheiro, advogado e médico eram as profissões que se escolhia, sobretudo para os rapazes – evidentemente, as profissões que tinham prestígio e que, em princípio, nos colocariam bem na vida. Eu tenho impressão que eu entrei... a escolha foi muito por esse caminho.

H.B. – Por esse aí, não é?

A.G. – Mas foi uma escolha sua. Não foi uma...

R.O. – Foi uma escolha minha. Mas foi uma escolha minha dentro de um contexto muito específico das expectativas familiares. Digamos que até então eu estava atendendo, respondendo às expectativas familiares. A entrada para a Escola Politécnica me custou muito trabalho, porque eu tive que estudar muito, sobretudo porque eu tinha feito a Escola Agrária antes e tinha perdido um certo tempo. Evidentemente, ao conseguir a Escola Politécnica, foi uma espécie de feito, não só para mim, mas para o meio no qual eu vivia. Não só a minha família, o próprio meio ambiente: os amigos, os vizinhos. Não é uma coisa usual. Não era tão usual assim, pelo menos do meio aonde eu vim, é claro.

H.B. – E aí é muito difícil renunciar a uma conquista dessas, não é?

R.O. – Era uma conquista. Na verdade, não foi tão fácil. Não foi simples. Aí foi uma ruptura. (ORTIZ, 2008).

de onde era oriundo, deu início a uma nova vida na capital e a entrada em um novo mundo propiciado pela Universidade.

Um dado central da experiência do sociólogo na capital, durante o curso universitário, foi o processo de adaptação a um meio social em que a juventude era diretamente perpassada pela politização. A socialização nesse contexto tão novo passava, quase que naturalmente, pela adesão aos discursos efervescentes que animavam a militância estudantil de esquerda. Segundo Renato Ortiz, a politização, apesar de não ser muito comum entre os jovens da época em geral, era mais acentuada no ambiente das grandes capitais. O ambiente da USP, bastante efervescente, lhe deu entrada no meio militante da época, que se confundia com a própria vida cultural de jovens universitários da cidade. Circular no meio militante foi, antes de mais nada, condição fundamental para a sua inserção na nova cidade⁷², além de influenciar na formação de uma visão contestatória que se coadunava com a própria atividade intelectual da época.

Creio que minha iniciação intelectual começou por esta via, não um engajamento como liderança, minha atuação estava diluída na massa de jovens, passeatas e batalhas campais contra os gorilas. Preenchia com satisfação pequenas tarefas, distribuía folhetos, fui serviço de segurança na peça Roda Viva, e em meu apartamento, durante o congresso da UNE, ficaram abrigados estudantes vindos de outros estados. Nada espetacular, uma atividade singela, mas contrastante com meu passado, abrindo-me um horizonte radicalmente novo. Tomar partido. A frase continha uma forte inclinação anti-burguesa. Na acepção limitada do termo aplicava-se a uma determinada classe social: "o movimento estudantil, aliado ao proletariado e ao campesinato, contra a burguesia dominante".(ORTIZ, 2006, p. 43).

A nova vida, animada pelos estudos na Universidade de São Paulo, é afetada diretamente pela morte de sua mãe, último laço que ainda conectava Renato ao mundo do interior que largou ao ir à capital. O evento lhe causaria grande crise existencial, colocando-lhe, ao mesmo tempo, em uma nova condição de vida, onde a liberdade se apresentava quase de forma quase ilimitada. Estas circunstâncias fizeram com que Renato entrasse crescentemente em crise com o curso de Engenharia, fazendo cursos na faculdade de filosofia, e o distanciando do desejo de atuar na área em que foi aprovado ao vestibular.

O endurecimento do regime militar a partir do AI-5 golpeou em cheio a Universidade, de tal modo que Renato se sentiu impelido a se desligar do curso que já não lhe interessava muito. A convergência entre a crise universitária, provocada pelas ações militares no espaço do

⁷² “Aí, se você queria paquerar, você ia num lugar deste; se você queria ir numa festa, você tinha isso atravessado; se você ia numa peça de teatro, você tinha isso, de alguma coisa cruzada com essas intenções políticas; se você fosse... um livro, um grupo de estudo... Tudo isso, de uma certa maneira, fazia parte de um mesmo ambiente, que não era arbitrado pelas organizações partidárias, a não ser por aqueles que eram militantes das organizações partidárias, que não foi o meu caso. Então, o processo de politização era um processo que atravessava a cultura, a sua vida cotidiana e, de alguma maneira, te colocava em xeque.” (ORTIZ, 2008).

Ensino Superior, o distanciamento do desejo de terminar a graduação, e o espírito de liberdade que o animava, impeliu-o para a drástica decisão de abandonar a faculdade e cruzar o oceano rumo à Europa. O jovem não sabia exatamente o que buscava nessa decisão de viajar ao exterior, mas era incentivado por um impulso de juventude e liberdade. O meio que o cercava na época não lhe despertava interesse algum em permanecer⁷³.

O destino para onde Renato se conduziria frente a esse impasse foi produto de uma escolha que passava por elementos ideológicos, certas contingências, entraves burocráticos e mesmo limitações de formação. O estudante não queria ir para os Estados Unidos pois esse era considerado um país imperialista. Além disso, pensou em ir para a Inglaterra, mas após buscar informações no consulado inglês percebeu que o processo para concretizar tal empreitada seria muito complicado, implicando em custos que ultrapassavam seu orçamento. A Alemanha também logo desapareceu do horizonte de possibilidades, já que não dominava o idioma. A decisão acabou mesmo por colocar a França como local de destino por uma série de motivos: o visto era mais fácil de ser emitido, já possuía algum conhecimento do idioma, em função de um curso que realizou em São Paulo, e o seu diploma de Escola Agrária poder ser aceito na universidade francesa como *Baccalaureat* (bacharelado). Destarte, em 1969, movido pelo impulso de liberdade e com alguns poucos recursos em dinheiro, Renato parte para a França como membro da terceira classe de um navio da companhia italiana “Linha C”⁷⁴ carregando apenas sua mala, uma máquina de escrever e um violão.

H.B. – E por que França?

R.O. – A França foi em função de um conjunto de conveniências. Porque, evidentemente, eu não queria ir para os Estados Unidos, no contexto da disputa que existia. Porque os Estados Unidos eram o país imperialista. O que eu ia fazer num país imperialista? Para mim, isso não... os Estados Unidos não era cabível como oportunidade. Independente de ser verdadeiro ou falso. Mas, na

⁷³Se você tem 20 anos, 20 e poucos anos como eu e decide que... Ao ver que a situação política do país não tem mais possibilidades, a universidade está sendo quase que fechada, você imagina que você gostaria de ir para uma certa direção e você encontra tudo fechado, o que eu fiz? Eu peguei as malas e viajei. Se você me perguntar: por que você fez isso? Provavelmente porque eu queria encontrar alguma coisa, mas que eu não sabia muito bem o que era, que eu só intuía. (ORTIZ, 2008).

⁷⁴“Quando percebi, minha revolta tinha-me empurrado para o abismo, ao decidir abandonar o curso de Engenharia, optar pelas Ciências Sociais, num momento em que a universidade se fechava, era invadida pelas forças policiais, tomei talvez a única decisão plausível. Comprei uma passagem de terceira classe num dos navios da linha “C”, uma companhia italiana que atormentava minha imaginação. Cada vez que retornava dos almoços na casa de meu tio, ao lado da Praça da República, caminhando pela avenida São Luiz, eu parava diante desta agência de viagem, minha mente divagava ao contemplar a imagem tosca, esculpida em papelão, daquele transatlântico enorme. Um dia cruzei o umbral da porta e com a soma equivalente a um terço de um DKW, herança de minha mãe, eu a havia guardado, comprei o bilhete de ida, não sem antes tomar as precauções para dificultar meu retorno.” (ORTIZ, 2006, p. 44).

minha representação, isso não entrava. Eu pensei em ir para a Inglaterra, mas aí eu percebi que era muito difícil. Eu cheguei a ir ao consulado inglês pedir informações... Mas era muito difícil. Tem que ter dinheiro para ir na Inglaterra, e eu não tinha dinheiro. A França era o país mais conveniente para mim, por alguns motivos: primeiro, o diploma da Escola Agrária foi traduzido para o francês e me serviu como *baccalauréat* para entrar na universidade. Eu não entrei na universidade francesa com a minha entrada na Poli. A entrada na Poli não contou...

H.B. – É interessante isso.

R.O. – O que contou foi o diploma da Escola Agrária. É claro que, depois que eu entrei, várias matérias de matemática que eu fiz foram contadas como equivalentes para... Eu me formei mais rapidamente no curso de graduação por isso, na França, porque eles contabilizaram todas as minhas matérias de matemática e me deram um monte de equivalências. Porém... A entrada se fez através do *baccalauréat* e, automaticamente, eu podia escolher qualquer universidade francesa e, também, o visto era mais fácil na época, para você ir para a França. O visto de você entrar no país era mais simples. Então, eu optei e fui. Mas eu não conhecia ninguém, eu não falava francês, eu não tinha amigo que tinha estado na França... Eu não conhecia nada. (ORTIZ, 2008).

Caraterística fundamental da ida de Renato Ortiz para a França foi a completa ausência de redes e estrutura financeira que lhe dessem condições para uma boa instalação no novo país. O sociólogo não possuía nenhum amigo ou colega que mediasse sua estadia em solo francês, além de ter realizado sua mobilidade sem nenhum tipo de programa de financiamento que lhe sustentasse durante a estadia. Consequentemente, a experiência no exterior foi marcada, em sua primeira fase, por um processo contínuo de mudança de residências, em sua maioria albergues de má qualidade, e pela atuação em empregos de baixa remuneração que lhe davam meios de subsistência, como ocupações numa fábrica de escovas de dente, ou como pintor, garçom, baby-sitter, ou mesmo, colhedor de uvas. As condições de vida que lhe deram meio de permanência no exterior apenas se normalizaram a partir de uma amizade com Fernando Perrone, ex-deputado brasileiro que estava exilado em Paris por conta da ditadura militar. Ele ofereceu uma remuneração modesta à Renato para auxiliá-lo em sua pesquisa de doutorado sobre a imagem do Chile na imprensa francesa. A permanência de Renato Ortiz no ambiente europeu operou, neste sentido, numa corda bamba onde o acaso, redes precárias de contatos e desejo por aventura foram centrais.

No navio, conheci um aspirante a jogador de futebol que arriscava sua sorte na Espanha, descendente de imigrantes, seu pai tinha sido goleiro do Vasco nos idos de 50, ele saía do time juvenil. Arranjou-me alojamento na casa de sua avó em Madrid, passei aí alguns dias e logo cruzei a fronteira em Irun. O trem deixou-me na Gare d'Austerlitz. Não conhecia ninguém em Paris, minha única referência era o endereço de um alojamento coletivo no XIIIème que um amigo das Ciências Sociais tinha me passado (...) Só fui conseguir pernoite num velho albergue em Pigalle, onde me alojaram no terceiro andar de uma cama beliche. Os primeiros anos que passei na cidade foram bastante árduos, minha situação financeira oscilava entre a escassez e a penúria. Os 770 dólares que levei comigo (...) duraram pouco. (...). Isso forçou-me a integrar o lumpemproletariado francês, empregos ocasionais, sem carteira de trabalho,

mal remunerado. Trabalhei numa fábrica de escovas de dente, fui pintor de parede, garçom de café, concierge, baby-sitter, colhedor de uvas nos campos da Champagne. Quando conheci Fernando Perrone, ex-deputado, exilado, as coisas melhoraram um pouco, ele ofereceu-me emprego como pesquisador. Estava realizando seu doutorado sobre "A imagem do Chile na imprensa francesa", minha tarefa, vasculhar os jornais por sete francos a hora: Le Monde, L'Humanité, Le Figaro. Trabalho conveniente, dava-me tempo suficiente para continuar estudando. (ORTIZ, 2006, p. 45).

Apesar do contexto de instabilidade financeira e condições precárias de vida, Renato Ortiz consegue adentrar o meio intelectual francês a partir de sua matrícula na Universidade de Vincennes, escolha que, em consonância com a trajetória até aqui descrita, também fugiu de arranjos convencionais ou princípios de excelência institucional. Duas possibilidades de destino estavam dadas, a Universidade de Vincennes e a Universidade de Sorbonne. Segundo Renato, a segunda tinha uma formação mais tradicional enquanto a primeira foi criada em 1969 e era um completo caos. O espírito de contestação da época teria o levado a escolher Vincennes, que tinha um ambiente revolucionário bastante efervescente, que contava com aulas em prédios velhos, possuía uma estrutura desorganizada e ficava próxima a um terreno onde se ouvia tiros de metralhadoras. O estudante escolheu cursar ciências sociais na recém-criada universidade pelo campo se constituir com um espaço de reflexão da sociedade. Apesar de não ter militado partidariamente, a política envolvia todas as esferas da experiência do jovem naquele contexto, estando no próprio cotidiano, englobando desde um Filme de Buñuel até o Partido Comunista.

Ao optar por Vincennes, uma escola oposta à "burguesa" Sorbonne, acabei privilegiando uma experiência de vida como referência. Vincennes era produto das "barricadas do desejo", foi construída em tempo recorde pelas autoridades governamentais e começou a funcionar em janeiro de 1969, um ano antes de minha chegada. Concebida dentro de um projeto multidisciplinar, concentrava os estudantes de esquerda e seduziu nomes importantes da intelectualidade francesa - Foucault, Lyotard, Guatari, Deleuze. O currículo era experimental, não haviam cursos estanques, independentes uns dos outros, e as matérias não eram obrigatórias, cabia ao estudante a escolha das linhas temáticas que lhe interessassem, compondo assim sua formação acadêmica. Um aluno de Sociologia podia montar até um terço de seu curso com disciplinas variadas, inglês, literatura, filosofia. Experimentação e liberdade eram a tônica. Mas havia algo de estranho nesta universidade, ela ficava no bosque, moradia das prostitutas, com as quais cruzávamos pela manhã, elas voltando do trabalho, nós chegando à escola. Sem mencionar que a pausa das aulas era pontilhada pelo som metálico das rajadas de metralhadora, pois os edifícios, de má qualidade, situavam-se nos fundos de um terreno militar dedicado ao treinamento dos soldados. Havia uma dimensão de festa em Vincennes, feira popular, bazar no qual tudo podia ser encontrado, Hegel, Marx, Mao, haxixe, livros roubados da Maspero, comidas, artesanato hippie, roupas andinas, discos usados. Um ambiente descontraído e sedutor, uma mescla de utopia política e Woodstock, tinha-se a sensação de que ali tudo era possível. Havia uma dimensão histriônica em Vincennes, histeria que manifestava-se nos grafittis das paredes, a sujeira espalhada pelo chão, os panfletos como uma relva cobrindo o solo das faculdades, ou nos banheiros, onde as portas tinham sido arrancadas para se acabar com a "privacidade burguesa". (ORTIZ, 2006, p. 47).

Apesar das peculiaridades de Vincennes, a experiência no contexto universitário francês foi bastante estimulante para Renato Ortiz. O contato direto, face-a-face com intelectuais de renome no campo das ciências sociais foi um dos pontos de maior relevância para o brasileiro. Renato ressalta que uma das principais vantagens de estar estudando no ambiente francês naquele momento foi a possibilidade de interagir presencialmente com pensadores que conhecia apenas na literatura, ponto que garantiria maior peso à sua formação. O sociólogo afirma que a socialização nos espaços acadêmicos, em muitos momentos acabaria sendo mais importante do que a própria aula, seminário ou congresso e a relação pessoal com esses personagens acabou por ser um destaque. Entre os intelectuais que fizeram parte de sua formação durante sua pós-graduação estão Edgar Morin, que foi seu orientador no mestrado, apesar de não aprofundarem as relações, e Foucault, Deleuze, Roland Barthes, François Châtelet de quem assistiu seminários.⁷⁵ Mas foi em seu doutorado, realizado entre 1973 e 1975, em que trabalhou com Bastide, que realmente entrou mais profundamente em contato com o mundo intelectual francês. Bastide o fez se relacionar com um mundo do passado com o qual não teve contato, no qual habitavam pessoas como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Maria Isaura de Queiroz, Durkheim, Halbwachs, Robert Hertz. Esses elementos são importantes porque mostram que a introdução de alguns autores brasileiros foi dada à Ortiz por meio de um intelectual estrangeiro, o qual acabou por apresentar a ele uma face da produção intelectual de seu país.

O Bastide me fascinou por causa do mundo que ele me permitia acessar, como se diria hoje. O Bastide me deu sempre uma sensação de anacronismo, de fora do tempo. Eu consegui entrar nos anos 20 da França, através do Bastide, e consegui entrar no Brasil dos anos 40 e 50. É uma coisa totalmente anacrônica, você olhar. Então, eu comecei a me relacionar com pessoas que eram fantasmas – alguns falecidos e alguns vivos. Por exemplo, o Florestan Fernandes, que eu

⁷⁵ “R.O. – Eu assisti os cursos do Collège de France. Eu brinquei outro dia com uma amiga da Unicamp que é foucaultiana até a raiz do cabelo, eu falei pra ela o seguinte... Ela chama-se Margareth Rago. Eu falei: “Margareth, eu nunca li o Vigiar e punir”. Ela falou: “Como Renato?! Você nunca leu?!”. Eu falei: “Não, eu *ouvi*”. De fato, eu *ouvi* Vigiar e Punir. Porque eu era concierge em um prédio ao lado do Collège de France e eu ia toda semana escutar. Da mesma maneira, eu assisti os cursos do Roland Barthes, embora eu não tenha sido um aluno específico do Barthes, porque eu estava, no mestrado, junto com o Edgar Morin. O curso do Morin, evidentemente, eu fiz. Então, o fato de você ter contato com esses professores... Evidentemente, é um contato muito anônimo – evidentemente, se vocês fossem fazer uma entrevista com esses professores perguntando sobre mim, eles provavelmente não se lembrariam.

A.G. – Mas eram salas com muita gente?

R.O. – Salas com muita gente e o sistema francês também não favorece a relação pessoal entre professor e aluno, ao contrário do sistema norte-americano e esse tipo de coisa. Mas para mim foi encantador, porque eu me dei conta, através de indivíduos concretos, de toda uma tradição intelectual. Uma tradição intelectual que é diferenciada. Porque uma coisa é você ter aula com François Châtelet e outra é com Roland Barthes e outra é escutar Michel Foucault (...). Às vezes, você vai num congresso e o congresso é uma chatice – a maioria dos congressos de sociologia não tem nada de interessante –, e às vezes, você senta para almoçar com um colega... As melhores conversas são essas, no almoço. Dito de uma outra forma, essas ciências sociais não se transmitem nem se expressam exclusivamente no lugar formal. [Elas se expressam] também, não é? Não vamos negar esse aspecto: na sala de aula, no texto... Mas [também] em outros lugares. E eu acabei que tive um elenco de professores... Eu tive aula com o Passeron, por exemplo. Não com o Bourdieu, mas com o Passeron eu tive”. (ORTIZ, 2008).

nunca tinha visto; a Maria Isaura, que eu nunca tinha visto; o Octavio Ianni, que eu nunca tinha visto; mas também, Durkheim, Halbwachs, os autores da... Robert Hertz... São autores que começaram a entrar na minha formação, mas entrar de uma outra forma, mais mansa: não de uma forma de aprendizado e também, não numa forma política. Não era isso que colocava. Era um outro mundo. Era como se tivesse um feiticeiro que te pegasse pela mão e falasse: “Olha aqui”. (ORTIZ, 2008).

Ainda que a primeira fase da trajetória de Renato Ortiz na França tenha sido marcada por severas dificuldades financeiras, os anos que se seguiram, com a realização do mestrado e doutorado, iniciaram uma abertura de novas oportunidades de atuação. No ano de 1975, defendeu sua tese intitulada “*La mort Blanche du Sacien Noci*” orientado por Roger Bastide, mas já durante os anos de 1974 e 1975 o brasileiro começou a trabalhar no meio intelectual francês e europeu por meio de oportunidades como professor e pesquisador. Ambos os casos foram mediados a partir de contatos que ele construiu durante seu período no exterior, mais especificamente sua atuação no Departamento de Antropologia da Universidade de Louvain, cargo que conseguiu a partir de indicação de Bastide e pela demanda de um pesquisador especializado em América Latina. Além disso Renato trabalhou como Assistente no Instituto da América Latina e passou a publicar em periódicos franceses e cada vez mais se inserir no meio acadêmico local.

Contudo, o sociólogo brasileiro decide voltar ao Brasil a despeito do êxito que iniciava a ter em sua carreira no exterior. Renato afirma que voltou ao Brasil porque não desejava “tornar-se francês” e tinha medo de não retornar mais ao Brasil. Neste sentido, tinha um sentimento de que pertencia ao Brasil e que era para lá que deveria voltar, apesar de não ter muitos contatos no Brasil já que tinha construído boa parte de suas redes no exterior com pessoas que conheceu durante sua formação na França. O retorno ao país ocorre no ano de 1976.

R.O. – Eu deixei a França porque eu não queria virar francês. Isso já era claro.

H.B. – Você sabia isso lá?

R.O. – Isso era claro. Porque eu cheguei numa situação lúmpen e, passado poucos anos, eu tinha defendido o doutorado e eu já estava trabalhando – eu comecei a trabalhar em Louvain, na Bélgica, através de uma indicação do Bastide; eu comecei a trabalhar também, como assistente, no Instituto da América Latina; e começaram a aparecer oportunidades de emprego, na França e mesmo fora da França, em outros países europeus...

H.B. – Na área intelectual, não é?

R.O. – Na área intelectual. Por exemplo, eu tinha uma colega que eu conheci, justamente uma colega do curso do Bastide, que estava trabalhando – ela era da Colômbia –, estava trabalhando em Amsterdã, no Museu de Antropologia, e tinha a possibilidade... porque ela ia sair porque ia se casar ou esse tipo de coisa, mas... E comecei a publicar em francês, coisa que é difícil no contexto francês. Ainda era mais difícil antes, porque também não tinha passado por um processo de institucionalização que hoje ocorre na França. Dentro desse... E o

meu temor era que eu nunca mais voltasse para o Brasil. Então, eu queria voltar. E era só isso que me orientava. A oportunidade...

H.B. – Tinha saudade, tinha a noção de que era brasileiro e era aqui o seu lugar.

R.O. – Era brasileiro. Eu não tinha me encontrado num lugar, na França. E também, não foi isso que fui fazer. Eu fui estudar. Era esse o meu projeto. De alguma maneira, a ideia minha inicial tinha se completado. Então eu queria voltar. Eu ficava com isso na cabeça. Isso me angustiava. (ORTIZ, 2008).

Renato Ortiz volta ao Brasil e se instala na Paraíba, morando em João Pessoa, onde teve muita dificuldade de adaptação, e onde mesmo foi acusado de ser comunista por um colega de departamento. Depois dessa experiência difícil no Nordeste, foi para Minas Gerais, onde encontrou uma possibilidade de emprego na UFMG. Afirma que não foi fácil se inserir na academia brasileira por não ter contatos, tendo sido rejeitado no IFCS no Rio de Janeiro. Apesar da formação na França, com Bastide, as portas das universidades Paulistas estavam fechadas justamente por não ter tido uma formação no Brasil, e por seus vínculos com os autores da USP serem com os “fantasmas dos anos 40”, que não estavam mais na instituição. Além disso, o sociólogo afirma que não teve muita possibilidade de inserção na sociedade mineira, tendo maior participação apenas nos movimentos políticos, mais especificamente no final dos anos 70 e começo dos 80, de movimentos de docentes.

O sociólogo passa a fazer parte dos quadros da UNICAMP a partir de 1988, onde se fixa até a atualidade, tornando-se professor titular da instituição no ano de 1994. Renato Ortiz manteve uma conexão bastante intensa e profícua com a produção intelectual no exterior após seu retorno da França, tendo realizado uma série de incursões a outros países em nível de pós-doutorado e como professor visitante. Pode-se citar, entre atividades de pós-doutorado, as atividades realizadas nos Estados Unidos, como a visita a The City University of New York, (1979), *Columbia University* (1983), (1987) e (2005); Inglaterra, em Oxford, em 1997) e França *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1989 e 1992) e *Maison des Sciences de l'Homme* (2008, 2010, 2011, 2015, 2016, 2017, 2019). Além disso o professor atuou como visitante na *Escuela de Antropologia* do México em 1987, Córdoba, na Colômbia, em 2006 e *New York University* em 2014.

A análise da trajetória internacional de Renato Ortiz durante a realização de seus estudos de pós-graduação no exterior permite destacar alguns condicionantes de destaque. Primeiramente pode-se citar o papel do contexto institucional universitário brasileiro após o aprofundamento do golpe militar. A incursão de Renato no contexto das mobilizações estudantis do final dos anos 1960 desdobra-se em profundo descontentamento com a situação da Universidade de São Paulo após a edição do AI-5. Como é possível observar, a identidade

política do então jovem se consolida no meio universitário da capital ao passo que o regime ditatorial aprofunda a intervenção antidemocrática. O dismantelamento das atividades universitárias por conta da perseguição golpista provoca forte descontentamento em Renato. Por isso, ele se encontra bastante desestimulado a continuar seus estudos em um espaço que se encontrava consideravelmente afetado pela ação ditatorial. Neste sentido, na ausência de horizontes de atuação no meio brasileiro, passa a buscar no exterior a garantia de sua formação universitária em contexto de maior liberdade.

É importante destacar, frente às intempéries político-institucionais do sistema universitário brasileiro daquele momento, que o horizonte de construção da carreira de Renato se direciona para um conjunto de países enquadrados enquanto centros de referência em formação universitária em escala global. Novamente aqui, a proeminência de nações do Eixo Euro-Atlântico se faz presente, ainda que a decisão do destino também passasse pelo critério político do intelectual brasileiro. Dada a recusa dos Estados Unidos por conta da associação do país com o imperialismo, um grupo restrito de nações europeias se apresentou como possibilidade: Inglaterra, Alemanha e França. Impasses burocráticos, ou mesmo de domínio da língua, foram então definidores da escolha pela Universidade francesa. Neste sentido, observa-se o imbricamento, na experiência de fluxo narrada, entre um cenário de paralização e desestímulo no Brasil, o potencial de realização da liberdade e do aprofundamento da formação intelectual em um país com prestígio na política do conhecimento global.

Outro condicionante de destaque na trajetória narrada é o prestígio do meio intelectual francês sob a formação do sociólogo brasileiro. No transcurso aqui narrado, a descrição da formação na Europa é enriquecida pela experiência face a face com autores que possuíam grande destaque sobre o campo acadêmico das ciências sociais. Morin, Foucault, Deleuze, Roland Barthes, são apresentados sobre o signo de autoridades do espaço intelectual, de modo que o contato com tais “entidades” garantiria um valor distintivo de privilégio na formação francesa da época. Este elemento se expressa bastante bem na menção de Renato ao fato de que não teria lido a obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, mas, na verdade, tivera a oportunidade de ouvir as palestras que embasaram a produção da obra. Observa-se, conseqüentemente, que a relação direta com os “grandes autores” do campo, é por si só um elemento de destaque para a valorização da formação no exterior do sociólogo brasileiro, garantindo-o condições privilegiadas de se posicionar em meio às relações de poder globais no campo do conhecimento.

Assim como com os outros sociólogos estudados neste eixo, Renato Ortiz também experienciou a precariedade no acesso a fontes de financiamento para o exterior. A ida do estudante à França não contou com nenhum meio de financiamento, seja da mobilidade seja dos estudos. No país europeu se arvorou em atividades diversas que visassem a permanência no país, entre as quais estão o trabalho numa fábrica de escovas de dente, como pintor, garçom, baby-sitter, e colhedor de uvas. Observa-se que este só consegue estabelecer condições de maior estabilidade financeira partir de convite para atuar com assistente de pesquisa de Fernando Perrone, amigo brasileiro, que realizava pesquisa acadêmica na França. Além disso, as redes de contatos que Renato estabeleceu foram fundamentais para a garantia de meios de aferição de renda já durante o doutorado. Mais especificamente, pela sua atuação no Departamento de Antropologia da Universidade de Louvain, cargo que conseguiu a partir de indicação de Roger Bastide e pela demanda de um pesquisador especializado em América Latina.

Quanto às atividades como docente da área de América Latina no Departamento de Antropologia da Universidade de Louvain, fundamentais para a permanência de Renato Ortiz fora do país, algumas reflexões também podem ser apresentadas. É importante notar que este fenômeno, diretamente importante para a continuidade das atividades intelectuais do brasileiro durante sua estadia fora do Brasil, expressa o modo com a categoria de “América Latina” performa um papel importante na admissão do sociólogo em terreno europeu. É digno de nota que o pesquisador não foi enquadrado em qualquer campo de atuação, ou em uma área de caráter generalista, teórica ou de prestígio no interior de uma universidade europeia, mas incorporado a partir do “guarda-chuva” da contribuição no campo dos estudos regionais.

Este elemento expressa as relações de poder global no campo do conhecimento ao demonstrar que a possibilidade de permanência e inserção de um intelectual brasileiro no contexto europeu em questão se dá em uma área posicionada nas franjas do debate sociológico. Esta não se inseria em uma posição de maior prestígio como o próprio ensino de teoria. Neste sentido, a associação aos meios de permanência citados se encontra engendrada em dinâmicas de poder global que, ainda que garantissem destaque pela formação do pesquisador brasileiro, o posicionavam sob o signo restrito de categoria regional de América Latina.

5.7 Dimas Floriani

Dimas Floriani nasceu em 1950 na cidade de Rio dos Cedros, no Vale do Itajaí de Santa Catarina, descendente de colonos italianos vindos de Trento no final do século XIX. Com infância camponesa, para além da vida focada na produção agrícola, recebeu forte influência da igreja e de valores religiosos. É filho de uma mãe com origem italiana-austríaca, dona de casa, sem escolarização e que tinha uma variação de dialeto italiano como principal língua, posto que pouco dominava o português. O pai ocupava a posição informal de “guarda-livros”, uma espécie de contador não oficial contratado por pequenas indústrias locais para fazer o balancete das contas. Esse, admirador de Brizola e apoiador do Partido Social Democrático (PSD), chegou a perder os direitos políticos quando da queda de Getúlio Vargas, com a volta do controle político pela UDN, contudo, chegou a ser prefeito do município de 1960 a 1961.

Diretamente inserido na economia doméstica camponesa, Dimas não teve grande influência da família no que diz respeito à formação acadêmica, realizando sua educação básica em escola religiosa. Nesse contexto, existiam possibilidades restritas de mobilidade social e educacional⁷⁶. No meio em que se inseria, os caminhos possíveis de ascensão social para jovens com sua origem eram a carreira militar, que envolvia se alistar aos 18 anos, ou a religiosa. Não querendo aguardar a maioria para o alistamento decidiu, portanto, realizar o ensino básico na escola dos Salesianos, onde ficou por dois anos, e terminou os estudos ginasiais em Timbó, sob a supervisão de professores ex-seminaristas. O ambiente escolar, influenciado por religiosos com formação no exterior, em boa parte na França, teria lhe instigado, ainda que vagamente, seus interesses pela educação.

Mas Champagnat era também uma ordem francesa, e muitos desses professores foram estudar na França, inclusive, e eram ex-seminaristas que fundaram o colégio Rui Barbosa. Então eu fiquei muito impressionado com a formação que esses professores tinham, da ordem dos seculares, e que assim transmitiram para a gente... O meu gosto depois pela educação, e talvez isso definiu os meus rumos na área da educação. Foi essa experiência que esses professores transmitiram na minha formação. (FLORIANI, 2015).

⁷⁶ “Então, como eu falei, esse ambiente religioso, eu lembro de frases que meu pai dizia: “Olha, aqui você tem uma economia camponesa, e você tem a possibilidade de estudar.” E ele dizia, simbolicamente: “Você tem a enxada e o livro, você escolhe.” Enxada, infelizmente, ele falava: “Já não dá tanto futuro assim.” Eu, apesar de também ter trabalhado sempre – nós tínhamos uma pequena granja, era uma economia de semisubsistência –, eu andei descalço até os doze anos de idade, praticamente, só botava sapato para ir à missa, e tinha uma vontade muito grande de tirar logo o sapato para poder correr no campo, nadar, ficar... Mas eu já também trabalhava, auxiliava na economia doméstica fazendo, a gente chamava “fazer trato”, era cortar o capim para o gado, dar milho para as galinhas, era você buscar no beneficiador de arroz, a casca de arroz também que as galinhas pudessem comer etc. Então o meu ambiente foi esse de formação.” (FLORIANI, 2015).

Após completar os estudos no científico em Blumenau, Dimas dá um passo que opera uma clivagem direta com a experiência na comunidade camponesa em que vivera até então: a escolha de continuar seus estudos em Curitiba. O sociólogo aponta um impulso pessoal de busca por conhecimento e interesse por aprimorar sua formação intelectual que lhe empurravam para buscar, constantemente, a leitura e a dedicação aos estudos. Esse processo se chocava com as limitações institucionais que a vida no campo podia lhe oferecer. A busca por investir em sua formação intelectual moveu Dimas à cidade de Curitiba, o que o impactou fortemente no campo dos valores, inserindo-o em meios sociais até então desconhecidos. A ida à cidade implicou em um choque entre pensamentos cristalizados de uma educação conservadora e a experiência em um grande meio urbano. É neste período que ocorre a sua inserção no que chama de “grupos mais intelectualizados” que lhe puseram em contato com a discussão do marxismo e do existencialismo⁷⁷.

A inserção nessas redes intelectuais, ainda no final de sua educação básica, casada com o forte interesse e dispêndio de tempo no estudo da literatura que circulava neste ambiente, fê-lo debruçar-se com bastante interesse na militância política, concomitantemente ao acirramento da ditadura em 1968. Neste período Dimas passa a ler textos que vão de Graciliano Ramos, passando por discussões sobre materialismo histórico, até as formas de organização da resistência armada na América Latina. O aprofundamento das relações do sociólogo com esses debates acaba por introduzi-lo em círculos de resistência à ditadura militar no Brasil por meio de atividades da militância estudantil.

Aí eu conheci grupos literários, discutia, lia Graciliano Ramos, todos esses autores que, a rigor, eram pivôs dessa formação de esquerda, de uma ideologia de esquerda, uma formação intelectual de autores de preferência de esquerda. E uma característica, nós tínhamos também grupos de estudo de Filosofia. (...) E é interessante que, depois, toda essa formação ela vai se refletir na forma de como eu também me inseri no Chile quando eu acabei saindo. Evidente que tudo isso foi me conduzindo para uma atividade perigosa, no sentido da inserção social, porque eu estava, no fundo, construindo os elementos da minha resistência, de formas de não me identificar com o sistema. Isso foi ficando cada vez mais claro quando fiz Direito, na Federal, em 69. Entrei em 69. (...) nós acompanhávamos, nesses grupos de estudos, com muita atenção a formação dessa resistência armada na América Latina, os tupamaros, os

⁷⁷ “F.F. – (...) Eu venho a Curitiba. Porque, realmente, para manter aquele ritmo de sobrevivência era impensável, não havia como você rentabilizar estudos de uma maneira interessante, já que eu tinha uma vontade muito grande de me dedicar aos estudos. (...) Então, eu tinha essa vontade de leitura, de aprendizado, muito forte, muito acentuada essa necessidade de investir na minha formação intelectual. (...) eu tinha uma série de desvantagens nesse sentido para poder ampliar a minha mente, me conectar com os desafios que eu estava vivendo já em grandes centros urbanos como foi Curitiba, apesar de não ser grande, mas era muito diferente. De tal maneira que eu tive uma crise séria de convicções sobre uma série de pontos da realidade, e foi nesse momento, em Curitiba, então, que eu me encontro com grupos já muito mais intelectualizados, com leituras, já uma literatura universal, basicamente na filosofia, a questão do existencialismo, do marxismo, então fui me aproximando dessas pessoas que tinham esse perfil intelectual.” (FLORIANI, 2015).

montoneros, o ERP que já se formava, montonero é depois, mas o ERP. Toda a luta da guerrilha colombiana, também, que foi primeira na América Latina. E claro também está, digamos, a mística da revolução cubana que passava muito nessa questão de você imaginar o futuro glorioso pela revolução. (FLORIANI, 2015).

A experiência militante na capital paranaense e a busca por desenvolver sua formação intelectual a partir de “interesses antissistêmicos” influenciou Dimas a buscar na Universidade Federal do Paraná o curso Direito. Esta investida, contudo, ocorre em paralelo com o acirramento da repressão política do regime militar brasileiro sobre os movimentos sociais de esquerda e organizações da luta armada. O então estudante passa a se ver, cada vez mais, sob a pressão institucional da Universidade em direção ao silenciamento de seus posicionamentos políticos. Adicionalmente, Dimas acabou sofrendo ameaças de prisão dentro do ambiente universitário, por agentes infiltrados do governo. Com o domínio da faculdade por grupos de direita, o intelectual decide sair do curso, passando a trabalhar como professor de História no colégio do Sagrado Coração de São José dos Pinhais, onde também viria a ser espionado por agentes do DOPs. O cerco se fechava sobre Dimas e outros estudantes ligados à resistência ao regime, sufocando a possibilidade de contestação ou ação social transformadora.

E quando eu entrei no curso de Direito, eu tinha essa maneira bastante intempestiva, às vezes, de manifestar meu desagrado, minha contrariedade, não pessoal, mas de manifestar o desagrado da situação política do país. E eu fazia isso, às vezes, abertamente nas aulas. Tinha um professor de Filosofia do Direito que era de origem portuguesa, muito conservador, que não admitia as questões que eu apresentava nas aulas. As aulas eram com 80, 90 alunos. E aí, tinha uma figura chamado Natanael, que era da polícia federal e que mandava recados dizendo: “Se o Dimas insiste em apresentar essas questões, eu vou levar ele para o Dops imediatamente”. Então era um cerco muito forte. (FLORIANI, 2015).

O endurecimento da repressão do regime militar no início dos anos 1970 atinge duramente os movimentos de resistência contra a ditadura, fenômeno que vai influenciar a decisão de Dimas Floriani em buscar no exterior as condições para uma vida livre do arbítrio. Em meados de 1971 o sociólogo decide ir para o Chile. Esta decisão parte da percepção de que “o cerco estava se fechando” na medida em que vários companheiros de movimento estudantil estavam sendo, ou já tinham sido, presos. Dimas inclusive é convidado por grupos de resistência armada, mais especificamente o MR-8, para trabalhar na logística do movimento, tendo, contudo, declinado da proposta. Tendo que vista que não queria “botar uma gravata e virar bom moço”, decide por buscar no Chile uma forma de não ser atingido pela repressão. Para fazê-lo contou com redes que tinha com Vitório Sorotiuk, companheiro de militância que também optou pelo exílio no país latino-americano.

Mas o que começou a acontecer? Um a um, começaram a ser presos, as pessoas que moravam, e todas as noites nós tínhamos carros parados na frente da casa onde morávamos nós com esses militantes. Inclusive dois deles, José Luís Vieira Brum, infelizmente já falecido, foi preso em São Paulo, pagou quatro anos de prisão; Amilton Pereira, que não morava com a gente, mas também fazia parte desse círculo, cinco anos de prisão em São Paulo; a Regina Ferrandis foi barbaramente torturada no caminho de São Paulo para Curitiba, da Ação Popular, então os espaços foram realmente... Disse: “O próximo serei eu”, como foi o Nelson, também, que até hoje vive na Suíça, que foi preso na rodoviária. Então eles estavam chegando, finalmente, eu seria o último. Isso aí fez com que eu decidisse não dar aviso prévio, em janeiro, em janeiro de 72. Eu acabei decidindo com dois outros – um já tinha sido preso, o Vítório Sorotiuk, pela Liderança Estudantil, pagou anos de prisão também, e o irmão dele, o Nelson, que eu relatei, que foi preso também em Curitiba – e nós fizemos uma avaliação de que se a gente quisesse continuar nesse rumo que nós estávamos, a luta armada estava praticamente dizimada, já 72, havia poucas condições de resistência. (...)

C.C. - Sentia que o círculo estava fechando.

D.F. - Estava fechando. E eu como não queria me render ao sistema, não vou botar gravata agora e virar bom mocinho. E eu vislumbrava que o Chile também uma escola de aprendizado. (FLORIANI, 2015).

A instalação de Dimas no Chile se deu em um contexto de bastante precariedade, o que inclui a necessidade de morar em regiões periféricas de Santiago e a se ocupar em trabalhos precários para custear a vida. Ao chegar no país, o sociólogo se estabeleceu em um grupo chamado “caixinha” que congregava uma rede de jovens exilados em busca de refúgio. A partir desta rede, Dimas passou a realizar atividades sociais em periferias da capital e ao mesmo tempo participar de debates intelectuais na universidade, entre os quais destaca o estudo do livro *O Capital*⁷⁸. Esse processo abre um novo capítulo na vida de Dimas, ao passo que o coloca em contato com a mobilização social de esquerda no Chile e a efervescência da produção intelectual que circundava instituições como a FLACSO e Cepal.

Dimas decide iniciar seus estudos em Economia Política na *Universidad Del Chile* onde teve contato direto com intelectuais que estavam trabalhando com o marxismo e economia política clássica. No seio da Universidade chilena o brasileiro foi aluno de Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Marco Aurélio Garcia e Emir Sader, se dedicando à leitura de autores da

⁷⁸ “D.F. – Chegando ao Chile, a partir destes contatos que nós tínhamos já previamente estabelecidos através do canal do Vítório, nós conseguimos chegar em uma associação dos brasileiros, chamada Caixinha. Caixinha era uma organização interessante dos brasileiros que dava apoio logístico, te recebia, mas passava por um crivo, não era qualquer brasileiro que entrava na Caixinha, você tinha que ter uma indicação, porque tinha muito infiltrado no Chile também. Depois o golpe provou isso, no Estádio Nacional. Então a Caixinha, eu consegui uma ajuda muito pequena, no começo, ficar numa pensão, onde estavam os brasileiros. (...) Então nós ficamos um tempo, uns dois meses nessa pensão, aí se formou um grupo do Capital também. Tinham duas pessoas que eram fanáticas pelo Capital, eu também acompanhei em várias...”

C.C. - Grupo de leitura?

D.F. – Grupo de leitura sobre O Capital. E no Chile, depois, haverá outros grupos imensos e numeráveis de grupos de estudo, grupo também de inserção na realidade chilena.” (FLORIANI, 2015).

economia política heterodoxa como Kalecki e Keynes. O intelectual afirma que o meio universitário chileno em Santiago era bastante estimulante posto que a cidade congregava uma série de intelectuais latino-americanos que encontravam ali espaço para trabalhar com maior liberdade do que em seus países de origem. Além disso, a FLACSO e a CEPAL funcionavam como centros de circulação destes autores que se destacavam no pensamento econômico, filosófico e social de esquerda latino-americano. Isso transformava o Chile em um espaço extremamente profícuo para o amadurecimento da formação de Dimas. Mais do que isso, a atividade intelectual do brasileiro se entrecruzava com a própria agenda militante que estava em ebulição no Chile durante este período, o que fazia com que estudar e militar ali se tornasse “um laboratório de luta de classes”.

No entanto, o Chile tinha uma tradição intelectual fabulosa, porque eles conseguiam apesar de tudo isso, de viver em assembleia, de viver na militância, tem uma excelente formação intelectual. Era um modelo de universidade que tinha uma origem elitista, evidentemente, mas que você tinha, pela manhã, aulas com os titulares, então nós tínhamos aula com o Gunder Frank, economia política, com o Ruy Mauro Marini, com o Marco Aurélio Garcia, com Emir Sader, que já uma geração anterior à minha (...). Então eu fiz seis meses na Sociologia e um ano e meio na Economia Política. Aí você tinha: Materialismo Histórico I, você estudava a revolução burguesa e os autores clássicos; Materialismo Histórico II, a revolução russa; Materialismo Histórico III, a revolução cubana e todos os autores; Economia Política I, volume 1 do Capital; Economia Política II, volume 2 do Capital; e estudávamos os teóricos Kalecki, Keynes. Porque muita gente que dava aula na Economia Política era da FLACSO, era Cepal. Então a elite intelectual latino-americana estava nesse momento. Bom, e aí a gente participava de trabalhos coletivos com os estudantes, nas greves dos caminhoneiros a gente ajudava a descarregar saco de açúcar, a gente participava de trabalhos voluntários, participava das organizações chamadas JAP, as Juntas de Abastecimiento Popular, que eram os comerciantes pequenos que se organizavam contra os grandes acaparadores. Porque os grandes comerciantes, eles escondiam, acaparavam, em espanhol acaparar as mercadorias para minar as bases do governo e também para minar inflação. Então era um laboratório de luta de classes mesmo. (FLORIANI, 2015).

O golpe militar no Chile, no ano de 1973, interrompe este ciclo virtuoso na experiência intelectual e de militância social de Dimas no país. A agressividade do novo regime que se impunha, a repressão e o fortalecimento de meios de silenciamento de movimentos de esquerda tornaram quase inviável a vida de militantes próximos a Dimas, muitos dos quais foram presos ou mortos. Orientado por uma amiga argentina a buscar asilo na embaixada do Panamá, frente ao endurecimento do regime na caçada a militantes, Dimas acolhe a ideia de se retirar do país. Na embaixada panamenha o sociólogo ficou abrigado em um apartamento com uma quantidade enorme de outros militantes em condições extremamente precárias e em busca de apoio internacional para encontrar refúgio.

Aí, um dia, a Isabel Hernandez, que se chamava, a argentina, disse: “Dimas, eu tive notícia na FLACSO que a embaixada do Panamá abriu as portas para quem quiser se refugiar ou quem achar que deve se refugiar”. Aí era, se não me engano, um domingo, mais ou menos lá pelo dia 17 de setembro, uma semana depois do golpe, 18, eu tinha poucos documentos, coloquei num plástico, documentos da escola eu tinha, basicamente, mas eu nem tinha passaporte, nada, tinha minha cédula de identidade, coloquei debaixo da camisa, na calça, e fui na calle Rafael Cañas, se chama isso na Providência, essas coisas a gente não esquece. Nesse momento que eu cheguei, tinha poucas pessoas, tinha umas 40 pessoas que também souberam. Inclusive, aí estava o Betinho, o Betinho se refugiou na embaixada do Panamá, ele e a companheira dele que era japonesa, nipônica. Aí começou a chegar gente, gente, gente, ficamos, praticamente, quase 400 pessoas num apartamento. Nem casa era, era um apartamento. Ficamos uma semana aí. Aí tinha pessoas doentes, tivemos que reservar uma sala para as pessoas doentes e para as crianças. A gente dormia de pé, não tinha como se jogar, sardinha. Bota 40 pessoas, 50 nessa salinha aqui, como você vai deitar? Às vezes um grupo se jogava no chão, outro se turnava, então foi esse clima. (FLORIANI, 2015).

Após alguns dias refugiado na embaixada, local onde conheceu sua futura esposa Glaucys, surgiram algumas oportunidades de refúgio em países que se apresentavam na embaixada ofertando abrigo. Entre os países citados estavam Canadá, Finlândia, Cuba, Grã-Bretanha e Bélgica. Muitos destes, contudo, não viabilizavam grande atratividade por conta de critérios muito específicos de admissão ou ofertas de ocupação que dependiam de formação em áreas que o brasileiro não possuía. Em meio a este contexto, entre os países que Dimas tinha interesse em fugir estava a Alemanha, posto que tinha adquirido um documento, quando estudou alemão no Chile, que supostamente poderia lhe dar condições de manutenção na Alemanha. Contudo, o brasileiro se transferiu com a esposa para a Bélgica por conta de uma rede com um amigo boliviano, do qual tinha sido padrinho de casamento no Chile, e que foi à Europa fazer seu doutorado e, mais do que isso, havia lhe orientado que se fosse à Bélgica poderia encontrar refúgio em sua casa⁷⁹.

Alguns documentos levantados na plataforma do Sistema do Arquivo Nacional, oriundos do Sistema Nacional de Informações (SNI), expressam este trajeto realizado por

⁷⁹ “Porque eu, no Chile, fazia curso de alemão também, à noite, na RDA, na embaixada RDA, e eu fiz amizade com os conselheiros culturais e eles me deram uma declaração dizendo que o dia que eu chegasse em Berlim Oriental eu podia continuar estudando ou podia entrar... Meu sonho era fazer Filosofia, um dia, na Alemanha.

(...)

Eu fui, em Santiago, padrinho de casamento de um amigo boliviano que era psiquiatra, a gente fez amizade e eu fui padrinho de casamento. E ele entrou, também, na embaixada do Panamá, só que ele saiu, foi para o Panamá, mas imediatamente foi para a Bélgica porque ele ia fazer um doutorado em psiquiatria em Louvain. Uma cidade que era ainda cidade flamenga, mas depois ela se separa e Louvain-la-Neuve, os francófonos foram para... Mas nessa época era só Louvain. Ele disse: “Se você um dia passar pela Bélgica vai me visitar ou se quiser passar alguns dias”, e ele me deixou endereço na cidade de Louvain.” (FLORIANI, 2015).

Dimas. Segundo documento⁸⁰ da Divisão de Segurança de Informações do Ministério das Relações Exteriores, datado de 18 de abril de 1975, o sociólogo brasileiro, se encontrava, no ano de 1973, no Chile “às expensas da Associação Chileno-Brasileira de Solidariedade (ACBS)”, tendo viajado para o Panamá após o 11 de setembro de 1973, onde pediu asilo político, tendo afirmado, em documento assinado, que não possuía documentação em ordem para permanecer no Chile nem poder retornar ao Brasil “por não compartilhar com a ideologia do regime atual”. O relatório informa, também, que em 22 de novembro de 1973 Dimas, com salvo conduto panamenho, viajou para Bruxelas, na Bélgica, em voo da Ibéria. As informações do destino de Dimas, assim como de outros brasileiros exilados no Panamá por ocorrência do golpe Chileno, também podem ser encontradas em outros documentos levantados no SIAN⁸¹.

Para a realização da viagem de Dimas para a Bélgica, ele contou com o auxílio financeiro de 50 dólares fornecidos pela ONU na saída do aeroporto panamenho rumo a Bruxelas. A instalação no país europeu contou, todavia, com um evento do acaso, posto que o taxista belga que levou Dimas, sua esposa e amigos para o endereço onde ficariam os encaminhou para um local errado. A residência que o grupo foi levada era, na verdade a de Herman Hass então diretor da Universidade de Louvain. Por um golpe de sorte, Herman informou que o grupo chegou na hora certa e no lugar certo pois naquele momento estavam criando um programa de apoio aos refugiados e ao povo chileno. Assim, conseguiram, em poucas horas, bolsas de estudo para a Universidade de Louvain. Estavam consolidadas as condições de realização dos estudos no exterior em meio ao entrelace entre o acaso e alguns arranjos institucionais.

Era um salvo conduto, nós não tínhamos passaporte, nos deram salvo conduto. E pela convenção de Genebra, de 51, se não me engano, que diz que quem tem salvo conduto ele está obrigado a pedir asilo ao país em que primeiro ele desce. E o primeiro país foi Bélgica. Baixamos em Zaventem, no aeroporto de Bruxelas. Eu com uma calça... Antigamente existiam as calças de tergal, não sei se existem ainda, e uma camisa, acho que era manga comprida, mas não tinha pulôver, já era 22 de novembro, já estava fazendo um frio danado. E sem noção da distância de Louvain de Bruxelas. A gente pensava que fosse 300 km, mas eram 30 km. Pegamos o trem. Aí na saída, a ONU nos deu US\$50 para

⁸⁰ O documento, de código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75083145, citado pode ser acessado no seguinte link:
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/75083145/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aa_75083145_d0001de0001.pdf

⁸¹ As Informações sobre destino dos refugiados brasileiros, incluindo Dimas Floriani, podem ser acessadas no seguinte documento, de código: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.74067038

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/74067038/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aa_74067038_d0001de0001.pdf

cada um, quando a gente pegou o avião no Panamá para Bélgica. Compramos uma passagem de trem e íamos atrás desse meu amigo. Nós éramos cinco, a Gladys, mais dois brasileiros estudantes do Brasil que foram cassados pelo Decreto nº 467 da ditadura, da USP, e um uruguaio. Então nós chegamos nessa casa, em Louvain, e o taxista errou o endereço. Porque como lá tudo era bilíngue, eles tinham o lado francófono e lado flamengo, ele nos deixou no lado flamengo. E, eu lembro, era uma sexta feira, seis horas da tarde. Quem nos recebeu foi o diretor chamado Herman [Hass], e ele nos disse o seguinte: “Eu não acredito que vocês estejam chegando do Chile”. Nós aqui estamos criando um comitê de apoio aos refugiados e ao povo chileno. De tal maneira que três horas depois nós já tínhamos bolsas de estudo para estudar na universidade flamenga. Ele ligou para o vice-reitor...

C.C. - Vocês estavam na hora certa, no local certo. (FLORIANI, 2015).

Dimas Floriani fez então a sua graduação e mestrado em Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Louvain permanecendo na Bélgica de 1974 a 1978. Neste período foi orientado por Frédéric Debuyst, fazendo uma dissertação que discute as relações entre Estado, classes sociais e dependência entre 1930 e 1964. Dois anos após a finalização de seu mestrado o pesquisador decide voltar ao Brasil. O retorno ao país adveio do que descreve como um sentimento moral de voltar e, apesar de poder ficar mais tempo na Bélgica, não desejava trilhar caminhos por lá. Isso posto, na volta ao Brasil teve a oportunidade de lecionar como professor temporário em João Pessoa, permanecendo por dois meses. Esse processo foi interrompido por um decreto do presidente Geisel proibindo contratações por conta da crise econômica enfrentada no país. Após voltar para Curitiba e passar algum tempo dando aula em uma universidade espírita, lecionou no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, entre os anos de 1981 e 1988, quando se tornou professor da Universidade Federal do Paraná. Já em 1990 o professor decide retornar à Universidade de Louvain para realizar seu doutorado, processo que se deu sob a orientação de Frederic Debuyst novamente, e contou com financiamento da CAPES.

C.C. - A decisão de voltar em 80 é porque você tinha que terminar os estudos ou porque tinha certeza que o clima já era viável?

D.F. - Eu comecei a ficar muito impaciente, tive alguns sintomas de saúde por conta dessa minha ansiedade de retornar ao Brasil. Inclusive, a Gladys tinha possibilidade de ficar mais quatro anos com bolsa de especialização em pediatria, mas eu disse para ela: “Olha, Gladys, você pode ficar, mas eu volto.” (...) D.F. - Já tínhamos filhos, com cinco anos, o Nicolas, e a Nádia com três anos e meio. Então a gente resolveu, por conta da abertura do país, eu me sentia moralmente com essa obrigação pessoal de voltar, enfim, não estava nos meus planos a Bélgica quando eu saí do Brasil, eu não tracei esse caminho, esse destino. (FLORIANI, 2015).

Dimas consolidou sua trajetória acadêmica da Universidade Federal do Paraná, onde permanece até a atualidade como professor aposentado sênior no programa de ciências sociais e no doutorado interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento. O docente não realizou um número expressivo de experiências de fluxo acadêmico internacional desde o retorno de seu

doutorado em 1991, de modo que entre atividades fora do país pode-se destacar a realização de pós-doutorado no El Colégio de México no ano de 2002, sob financiamento da CAPES, e sua atuação como professor visitante na *CEDER-ULagos* do Chile desde 2013. Atualmente o sociólogo também é Coordenador Acadêmico da Casa Latino-Americana de Curitiba.

Analisando a trajetória acadêmica no exterior de Dimas Floriani pode-se apontar alguns dos condicionantes de maior relevo para os estudos fora do país. Primeiramente vale a pena mencionar o papel do engajamento na militância política estudantil nos anos 1960 e 1970 e a construção de redes que serão centrais para a ida ao Chile. A articulação de Dimas em grupos de esquerda com os quais passou a ter contato ao passo que se muda para Curitiba é crucial em sua trajetória para o exterior. Isso se dá em função do caráter repressivo do regime ditatorial, que, ao operar na caça às dissonâncias no campo político e social, influencia o sociólogo brasileiro a se mobilizar redes de militantes para conseguir sair do Brasil, preservando sua própria vida e liberdade.

Estes elementos estão diretamente imbricados com um segundo condicionante de circulação internacional, a importância do Chile na mobilização de ativistas e intelectuais exilados. Como pode ser observado na trajetória narrada, o Chile se manifestava no final dos anos 1960 enquanto destino comum de uma série de militantes e intelectuais latino-americanos afetados pelo endurecimento de regimes militares em seus países. No caso de Dimas não foi diferente e a rede de militantes em que este estava posicionado no Brasil lhe conduziu ao Chile justamente enquanto meio de fuga da ditadura. Ao chegar no país, logo foi acolhido por um grupo de outros exilados que se organizava no alojamento de nome “caixinha”, espaço fundamental para que o estudante conseguisse manter sua vida no país e continuar seus estudos universitários. Aqui, assim como no caso de outros intelectuais analisados até o momento, como Simon Schwartzman, Glaucio Soares e Elisa Reis, o Chile novamente se apresenta como importante alternativa de formação intelectual de cientistas sociais brasileiros nas décadas de 1960 e 1970. Nota-se, contudo que a circulação no país vizinho não se deu diretamente com o interesse em realizar um curso de pós-graduação, mas na busca por refúgio político frente ao endurecimento do regime brasileiro. Entretanto, dada a efervescência da atividade intelectual e cultural que embalava a cidade de Santiago, Dimas também acabou orbitando instituições como FLACSO e CEPAL, o que lhe permitiu acessar a produção latino-americana de esquerda. Mais uma vez aqui, expressa-se a relevância desses espaços universitários e científicos enquanto meios de mobilização de intelectuais latino-americanos na sua própria região. Vale mencionar, todavia, assim como expresso nessa própria trajetória, que a eclosão do golpe de 1973

interrompe esse processo virtuoso de construção institucional na região, além de inviabilizar a permanência de Dimas no Chile.

Destarte, manifesta-se, então, mais um condicionante de relevância para a história aqui narrada, o papel da repressão política. Para além das ações da própria ditadura brasileira, que empurraram Dimas para fora do Brasil, o sociólogo também foi vítima do arbítrio político com a eclosão do golpe no Chile. A perseguição no país latino-americano foi elemento que culminou no deslocamento do estudante para a Bélgica, onde fez desde o curso de ciências sociais até o doutorado em sociologia. Neste sentido, observa-se que ainda que o intelectual Brasileiro desejasse realizar seus estudos de graduação no Brasil, ou desenvolver sua atividade acadêmica no Chile, os fenômenos de natureza repressiva do Estado influenciaram a carreira, que veio a se desenvolver em território Europeu. Neste caso, cabe destaque às condições financeiras propiciadas pelo auxílio a estudantes refugiados que Dimas recebeu na Bélgica, o que expressa, novamente, o papel do financiamento externo na formação de intelectuais brasileiros durante este período.

Notadamente, por consequência, um condicionante que também se destaca na narrativa observada é a precariedade no acesso a fontes de financiamento para o exterior. O sociólogo, primeiramente, não teve qualquer tipo de bolsa para iniciar os estudos na graduação em Economía Política no Chile em 1972. Essa etapa foi realizada com custos próprios que advinham de seu trabalho em ocupações de baixa remuneração no país. Além disso, durante sua ida à Bélgica o pesquisador conseguiu financiamento para realizar seus estudos por conta de um acaso ocorrido na trajetória do taxi que o levaria a um abrigo no país. Este processo, ao ser desdobrado, expressa a dependência de redes de contatos para a realização da circulação no exterior e o papel das redes de solidariedade global para a estudantes de países latino-americanos durante aquele período. Adicionalmente, a relação, como num golpe de sorte, ao acessar agentes específicos envolvidos em movimentos de solidariedades a refugiados e estudantes, operou um efeito extremamente importante para a permanência e realização dos estudos de pós-graduação do brasileiro no exterior. Esta articulação de fatores de natureza heterogênea, expressa a complexidade de um fenômeno de circulação internacional que extrapola os limites puramente acadêmicos ou de condicionamento por estruturas de poder global no campo do conhecimento, expressando a riqueza de elementos que, ao se conectarem, permitiram um fluxo ao exterior em nível de pós-graduação.

5.8 Glaucia Villas Bôas

Glaucia é nascida no Recife, em 1947, onde viveu até os 7 anos de idade. Filha de um pai cearense, médico, e uma mãe carioca, descendente de alemães, que se mudaram para o Recife no início do século XX. A família foi morar no Rio de Janeiro em 1954 por conta de mudanças causadas pela saída de Getúlio Vargas do poder e que impactaram as atividades do pai no serviço nacional de tuberculose. Com origem na classe média alta, desde cedo Glaucia recebeu boas condições de estudo. Realizou a primeira fase do ciclo educacional na escola Coração Eucarístico, com profunda marca francesa, criada por uma ordem religiosa deste país. Além disso, a formação cultural no ambiente familiar também colocou, ainda na infância, a socióloga em contato com a leitura, principalmente por parte do avô e de sua mãe. Esse incentivo é reforçado pelo acesso a uma biblioteca em casa e outra na residência de seu avô paterno que cobria especificamente a área de literatura⁸². Esses elementos criaram as bases do interesse que iria se desenvolver na jovem em direção às ciências humanas e sociais.

O contato de Gláucia Villas Boas com o exterior já se inicia em sua adolescência. Apesar dos pais manifestarem um pouco de reticência quanto aos planos da garota, em 1963 esta decidiu se inscrever em um programa de intercâmbio para os Estados Unidos. A estudante realizou o ensino médio em uma pequena cidade ao norte de Nova York. Na ocasião morou com uma família estadunidense, tendo sido influenciada na escola por um professor de inglês com grande importância em seu desenvolvimento. A ida aos Estados Unidos, porém, não ocorreu por eclosão do golpe de 1964, mas exclusivamente pelos interesses pessoais da garota⁸³.

⁸² “G.V.B – (...) vim morar no bairro do Flamengo, na Rua Paissandu, onde havia um colégio, e existe hoje ainda, o Coração Eucarístico. E era um colégio muito afrancesado e eu não tinha nada de afrancesada, ao contrário. E aí me lembro que foi muito difícil no início, era um colégio laico, não era um colégio religioso, mas ligado a uma ordem religiosa francesa e tive de colocar uniforme de lã, saia pregueada, chapéu, enfim, uma série de coisas que não existiam antes, que pra mim eram muito, realmente, novas.

K.K. – Então tem uma biblioteca em casa, como é que era a relação da família em geral com essa...? Vocês tinham...?

G.V.B – Tinha, tinha uma relação com a biblioteca, tinha do meu avô paterno bastante, mas muito ligado a literatura, literatura brasileira, sobretudo. E, sobretudo, a literatura, mais do que qualquer coisa, do que eu me lembro, mais o que... História também tinha, mas era muito ligada a literatura, que era uma coisa que também era comentada em casa. A mamãe lia muito (...).

⁸³ G.V.B - Olha, eu não terminei o colégio aqui no Brasil, eu me candidatei a uma bolsa de intercâmbio com os Estados Unidos, então eu fiz o colegial clássico até uma parte do segundo ano, somente o primeiro semestre, e eu viajei para os Estados Unidos. E lá fui morar numa cidade muito pequena, no Estado de Nova Iorque, em 64.

K.K. – Antes do Golpe? Depois do Golpe?

G.V.B – Foi justamente um pouco depois do golpe, no mesmo ano, em 64.

K.K. – E o golpe foi um evento também que de alguma maneira marcou essa decisão? Ou não?

G.V.B – Não, não tinha absolutamente nada a ver, porque isso era um ano, quer dizer, essa candidatura se fazia um ano antes e eu me lembro, assim, de algumas coisas, do movimento também, evidentemente, de 64, mas nada que tivesse a ver diretamente com essa decisão que, na verdade, tinha sido uma decisão minha; meus pais até

A experiência nos Estados Unidos influencia a trajetória intelectual de Glaucia na medida em que o contato com a sociedade norte-americana lhe fazia questionar as diferenças entre o país que morava e aquele de sua origem. Quando volta ao Brasil, decide fazer vestibular para sociologia na UFRJ, primeiramente por não querer estudar na PUC, dado que já tinha estudado em escola religiosa, e em segundo lugar por achar que a sociologia poderia ser uma forma de mudar a realidade social do Brasil. Neste sentido, as ciências sociais acabam surgindo na vida da intelectual enquanto uma busca por resposta aos problemas sociais existentes no país e que não teria experienciado com tanta veemência nos Estados Unidos, como a desigualdade social. Ela é então aprovada no vestibular do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, iniciando a graduação em 1966.

Passei meio ano pra tomar essa decisão; eu queria fazer uma faculdade e eu me lembro que muitas das minhas amigas que eu reencontrei na volta foram fazer psicologia. Então o que é que eu guardo na memória? Não sei se foi isso, mas eu acho hoje que eu pensei assim: “Ah, eles vão fazer psicologia então eles vão cuidar do indivíduo” e a sociologia era algo não no sentido assim científico para fazer pesquisa, nada disso tinha surgido ainda, mas no sentido de melhorar a situação do Brasil, sobretudo porque eu vinha dos Estados Unidos e havia uma diferença muito grande. Então eu comecei a achar que, de fato, aqui havia uma desigualdade social muito grande, e isso me recorda um pouco, era muito forte, se fez muito forte. (BÔAS, 2009).

A entrada no curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro introduz Glaucia nas mobilizações sociais e estudantis do final dos anos 1960, pontapé para sua trajetória militante. A socióloga, durante o curso de Ciências Sociais, começa a se aproximar dos movimentos políticos e partidos que debatiam a crise da sociedade brasileira e a luta contra a ditadura. Glaucia não chegou a estabelecer relação forte com a Faculdade Nacional de Filosofia posto que logo ela foi fechada em 1967, dando lugar ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. É em meio a este período, em 1968, que se dá sua entrada no movimento estudantil e em partidos políticos, integrando o PCdoB.

Bom, então no primeiro ano de faculdade eu entrei realmente em contato com vários grupos do movimento estudantil, vários grupos ligados a partidos, outros que não eram ligados a partidos, que eram ligados somente a centros acadêmicos e fui me inteirando, como outros colegas também. (...) E a minha vida nesses primeiros anos de formação era uma vida em que mesclavam realmente as lutas estudantis contra a ditadura. (BÔAS, 2009).

perguntaram por que que eu tinha feito isso, porque eu queria; sobretudo minha mãe: porque que eu queria sair tão cedo... Mas finalmente eles não impediram que isso acontecesse. (...) daí fui morar numa village que era uma cidade que tinha 3 mil habitantes.

K.K. – Aonde, Gláucia?

G.V.B – Perto de Syracuse, no Norte do estado de Nova Iorque, já bem perto de Buffalo, bem perto do Rio São Lourenço, perto do Canadá. Lugar muito frio. E eu tive a sorte de conviver com uma família extremamente diferente da minha, num certo sentido. Porque era uma família que gostava muito de música e muito da natureza; adorava passear, enfim, fiz viagens que jamais faria, de forma alguma”. (BÔAS, 2009).

O fechamento do regime político em 1968, com a edição do AI-5, aumenta o caráter repressivo e persecutório do golpe militar, atingindo em cheio a trajetória acadêmica de Gláucia. No ano da edição do decreto, a socióloga saiu do curso de ciências sociais, já que passou a ser procurada pelos órgãos de repressão da ditadura, precisando se esconder com o marido, também integrante do movimento estudantil. A estudante passa a integrar o Correio da Manhã, espaço que incorporou uma série de outros colegas com trajetórias de militância em comum e que encontraram nessa instituição um espaço para trabalhar, apesar do regime. Afirma Gláucia que outros jornais também acolheram pessoas que tiveram participação política, como Jornal do Brasil e O Globo. A perseguição política se acirrou levando o marido de Gláucia à prisão entre 1971 e 1972, processo que, em paralelo com a perseguição que já vinham sofrendo, postergou a decisão da jovem em voltar aos estudos. Tanto Gláucia quanto o esposo retomam sua formação acadêmica na UFF⁸⁴.

O endurecimento do regime militar, com a escalada na perseguição aos movimentos de esquerda inviabilizaram a permanência de Gláucia e seu marido no Brasil, estabelecendo a ida ao exterior no horizonte de possibilidades do casal. Após a prisão e as torturas sofridas pelo marido no cárcere da ditadura, ocorreu o seu indiciamento e o do companheiro. Assim a jovem teve que encarar a uma decisão entre seguir na militância política e entrar na clandestinidade ou continuar os estudos no exterior. O desejo de voltar à Universidade, em meio a esta encruzilhada, e o de não seguir no exílio, a empurraram para buscar fora do Brasil os novos caminhos pelos quais andaria.

G.V.B – Tudo por questões políticas, não é, Helena? Eu fui para a Alemanha, fui com a família - eu já tinha os dois filhos pequenos - mas por questões inteiramente políticas, porque depois meu ex-marido ele foi indiciado num processo, quer dizer, depois que ele foi solto ele teve que responder ao processo; ele teve muitos problemas de saúde, devido a tortura mesmo na prisão; e nós não podíamos sair muito do lugar devido a isso. E nessa luta política há um momento, pelo menos houve, pra mim, em que ou você continua e aí tinha que entrar na clandestinidade... Porque, na verdade - isso às vezes eu conto para os mais jovens - era uma semiclandestinidade. É bom ler o Simmel

⁸⁴ G.V.B – Era o PCdoB. Daí eu saí em 1968 e mudou minha vida inteiramente; eu me casei, o meu ex-marido estava muito, muito, muito envolvido e nós, na verdade, nem saímos do Rio, mas a locomoção foi muito restrita, extremamente restrita. E logo conseguimos depois - o que era muito difícil - mas entramos num sistema de créditos da UFF (...) Quando eu terminei o curso ele foi preso, então minha vida teve muita reviravolta devido a essa minha participação política no movimento estudantil. (...)

K.K. – Vocês foram convidados a se retirar do IFCS? Ou foram impedidos de continuar?

G.V.B – Isso que eu também queria deixar claro: eu não cheguei a ser enquadrada no decreto 477 porque o que aconteceu foi que eu fui procurada pelos órgãos de repressão e eu tive que sair e eu não podia mais voltar nem para a minha casa e nem para o IFCS. Então logo em seguida a isso, vários colegas meus foram enquadrados no 477. Como eu não tinha sido enquadrada, eu também pude voltar para a UFF, embora não fosse alguma coisa muito fácil. Por isso que tem esse tempo. Mas curiosamente, eu pude trabalhar, então fui trabalhar no Correio da Manhã. É um pouco difícil de entender o que acontece quando você tem uma luta política numa cidade e você é perseguido, porque você está na cidade. (BÓAS, 2009).

pra isso: A Sociedade Secreta, O Segredo. Porque você vive algo que é um segredo, mas você convive com os outros, você não está fora da convivência com os outros, só que isso às vezes chega a um nível mais denso. Então o que ocorreu é que depois de ele ter sido julgado e absolvido, ele foi indiciado em outro processo, eu fui indiciada em um processo e aí realmente você se sentia mais cercada. Eu nunca quis entrar na clandestinidade, então isso pra mim não entrava em cogitação. Eu já tinha vontade de voltar a estudar e também não queria ficar no jornal, isso era muito claro. (BÔAS, 2009).

A ida ao exterior não se realizou sem a mediação de instituições. Na verdade, o que deu condições para que o autoexílio ocorresse foi a rede de solidariedade capitaneada pelo programa de bolsas da Igreja Luterana, *Ökumenischen Studienwerk*, que abarcava estudantes de países afetados por regimes autoritários. Segundo ela este processo se realizou a partir de contatos que lhe permitiram acessar o financiamento da organização, na forma de uma bolsa que seria dada ao casal e que ficava registrada no nome do marido, deixando Glaucia sem um auxílio oficial aparte da sua condição matrimonial⁸⁵. Isso lhe permitiu sair do Brasil em 1974, em direção à cidade de Bochum na Alemanha, onde eram abrigados os estudantes refugiados pelo auxílio. O começo de sua experiência no exterior, extremamente precária, se dá apesar dos planos de formação acadêmica de Gláucia e seu marido, e tendo como característica o fato de ela não possuir nenhum domínio da língua alemã.

Aí através de contatos - porque isso da saída é complicado também, não é muito fácil - e essa possibilidade de ir pra Alemanha surgiu. Surgiu através da Igreja Luterana que realmente não só aqui no Brasil, mas também depois no Chile, ela tinha um programa para esses jovens que tinham participado politicamente e que tinham problemas. Ela tinha um programa efetivo e foi através desse programa da Igreja Luterana que nós saímos daqui em 74.

H.B. – E a Igreja apoiava a permanência lá? Porque também era um país que você não tinha familiaridade.

K.K. – Vocês não falavam alemão?

G.V.B – Familiaridade nenhuma. Não, não falava. (BÔAS, 2009).

A experiência em Bochum, cidade que fica em Ruhrgebiet, antiga zona carbonífera da Alemanha, foi bastante dura para Glaucia. Acompanhada do marido e de seus dois filhos, a jovem se chocou com uma realidade deveras desafiadora, e que se manifestava no convívio em alojamentos universitários mediados pela igreja luterana, onde muitos refugiados relatavam experiências de exílio, sofrimento e mesmo suicídio. Este ambiente pouco agradável permitia o estabelecimento de laços por conta de muitos falarem línguas que Glaucia dominava, como o

⁸⁵ “O que nós tínhamos? Uma bolsa - era uma bolsa só: eu não tinha bolsa”

inglês o espanhol. Isso criou meios de estabilização da família em uma região que não parecia muito convidativa do ponto de vista da feição da natureza ou do espírito da época⁸⁶.

A concretização da formação acadêmica de Glaucia no exterior se dá pela mudança de Bochum para Nuremberg, onde iniciaria, diretamente, o curso de doutorado⁸⁷. A ida para Nuremberg guarda relação direta com Lucio, seu marido. Este tinha estabelecido contato com o professor Hanns-Albert Steger, que estava montando uma turma de doutorandos e fizera um convite para Lucio integrar a equipe. O docente alemão era um intelectual caracterizado por integrar uma matriz de pensamento conservador, apesar de congregar em seu grupo de estudos estudantes de vários perfis e matrizes de pensamento. Segundo Glaucia, o professor tinha uma cátedra de estudos sociológicos com enfoque em problemas latino-americanos e se debruçava com maior ênfase na investigação do “processo civilizatório europeu ocidental, que havia, na sua acepção, gerado uma tensão entre a padronização da conduta das coletividades modernas e as diferenças históricas e culturais” (BASTOS, 2006, p. 338). A brasileira se conecta ao professor alemão a partir da rede construída por seu marido no grupo de estudos e então decide por se inscrever no curso da Faculdade de Ciências Sociais e Economia da Universidade de Erlangen-Nuremberg. Para tal precisou se dedicar mais à língua alemã, posto que necessitava de realizar uma prova de idiomas para matricular-se. A aprovação nesta permitiu, finalmente, a entrada no doutorado.

G.V.B – Fomos para Nuremberg. Mas aí já fomos pra Nuremberg... Eu ainda não, mas o Lucio já tinha feito contato com esse professor, Hanns-Albert Steger, que tinha acabado de receber uma cátedra e estava querendo justamente formar seu grupo de doutorandos. Isso também foi uma, digamos, uma...

H. B. – Uma coincidência.

⁸⁶ “G.V.B – Não, eu desembarquei na Alemanha com dois filhos, ex-marido, mas tinha a Igreja e ela tinha um setor que realmente recebia não só os estudantes que tinham tido problemas políticos, mas era também um programa que existe até hoje de bolsas para estudantes estrangeiros. Mas naquela época realmente havia um pastor que cuidava desse setor ligado a quem tinha problemas não só na América Latina, mas também na África e na Ásia. Então nós fomos recebidos, e fomos morar na cidade de Bochum que é uma cidade que fica em Ruhrgebiet, que é a antiga zona carbonífera da Alemanha, que vocês podem imaginar; é uma região perto do Reno, entre Colônia e Düsseldorf. É uma região muito triste, muito feia, que era uma região voltada para o carvão, para as minas e também para as grandes empresas como Krupp, etc. (...) O que nós tínhamos? Uma bolsa - era uma bolsa só: eu não tinha bolsa -, um lugar para morar - que era dentro desse pequenino campus que ficava bem próximo da Universidade, mas que era um campus da Igreja Luterana, desse setor que cuidava desses estudantes. (...) Daí a vida era difícil no sentido de que Bochum era um lugar de encontro para todos que estavam exilados em Paris e Berlim. O ponto de encontro era a cidade de Bochum, por causa das linhas de trem, e também Bruxelas. E isso era muito difícil. Foi muito difícil pra mim, porque havia muitos encontros, encontros na minha casa, encontros na casa de outras pessoas e eu achava tudo muito triste. E havia sempre uma lembrança do que tinha sido, do que poderia ter sido e uma discussão que se fazia renovada lá das diferentes posições políticas daqui, que eram levadas pra lá - que achava naquela época muito deslocadas.” (BÔAS, 2009).

⁸⁷ A pesquisadora informa que na instituição alemã fazia-se o curso de doutorado diretamente, sem passar por uma fase de mestrado anterior.

G.V.B – Uma coincidência. Então ele saía de Bielefeld - ele tinha sido aluno do [Helmut] Schelsky que estava nessa turma do Luhmann - e tinha essa posição, uma posição mais conservadora dentro da sociologia na Alemanha e que não era uma posição marxista porque na Alemanha também existia essa diferença e o Steger claramente não pertencia a esse grupo. Mas de fato acolheu pessoas de diferentes matizes, diferentes posições políticas e acabamos indo para Nuremberg - aí sem o apoio tão próximo que a Igreja dava. E Nuremberg era como se você estivesse mais sozinho, mais livre. E ele nos ajudou, o assistente, dois assistentes nos ajudaram a nos instalar. Na Alemanha também é comum que muitos ajudem a fazer a mudança, então amigos de Bochum nos ajudaram nessa mudança, foram até Nuremberg conosco, de carro, com coisas que levávamos para lá para o apartamento... Isso é comum entre eles. Bom, lá chegando, no primeiro ano eu não pude fazer muita coisa e depois eu acho que eu tinha que fazer uma prova de alemão. Todo estudante estrangeiro tem que fazer uma prova de alemão aí eu estudei um pouco mais de alemão, fiz a prova e passei e pude me matricular. (BÔAS, 2009).

O percurso de Gláucia até a definição do tema de sua tese passou por uma série de vicissitudes, mudando de temática algumas vezes até chegar, por influência de Steger, à concepção final. Inicialmente o interesse da brasileira se baseava em estudar gênero, tendo feito um projeto sobre o tema, mas acabou por não realizar. Em seguida, após se aprofundar na formação oferecida pela Universidade, a socióloga desejou trabalhar com a obra de Max Weber, ideia que foi embarreirada pelo orientador, o qual afirmara que a quantidade de trabalhos sobre o alemão já era imensa. Gláucia participava do grupo de estudos de Steger, que debatia a América Latina, com ênfase na questão dos intelectuais desta região, o que a levou a acabar por decidir realizar uma investigação comparativa sobre Gilberto Freyre, focando no livro *Casa Grande e Senzala*, e o escritor alemão e judeu Alfred Döblin, que produziu o romance *Amazonas*, em que fazia uma descrição, via fontes secundárias, da região amazônica e suas populações.

G.V.B – É curioso porque meu primeiro tema não tinha nada a ver com nada. Eu queria estudar as mulheres, o que seria gênero hoje [riso]. Não tinha nada a ver com o que eu fui fazer. Eu me lembro que tinha esse primeiro projeto e depois eu mesma não fiquei muito animada.

H.B. – Você nem formulou, então?

G.V.B – Não, eu tinha escrito, tenho escrito, eu escrevi.

H.B. – Mas não tinha [termo] nesse momento?

G.V.B – Não, não... Eu tive que fazer, por exemplo...eu tive que fazer mais dois anos e eu não tinha obrigatoriedade, mas eu tinha que estudar dois anos para ter a licença pra fazer o doutoramento. E nesses dois anos eu escolhi algumas aulas, também me desinteressei. Daí depois eu queria estudar o Max Weber também numa época e aí eu me lembro que o Steger me desencorajou inteiramente e disse: “Existem milhares de trabalhos sobre Max Weber, você não vai acabar isso nunca!” – falou claramente. Daí me desencorajou por completo. E ele era um homem que conhecia muito sobre América Latina e a gente tinha um curso sobre intelectuais, sobre os... ele estava nessa linha. E, afinal de contas, o meu projeto lá de doutorado era sobre o Gilberto Freyre, focando no *Casa Grande e Senzala*, e fazendo uma comparação com um autor alemão que também na década de 30, em 33, escreveu sobre o *Amazonas* – era

a Trilogia do Amazonas. Era, mais ou menos, para comparar essas duas obras. (BÔAS, 2009).

A proposta de tese, contudo, não se concretiza, posto que com a reabertura política do Brasil em 1979, Glaucia logo desejou retornar ao Brasil. Após a volta, a socióloga brasileira afirma que sentiu bastante dificuldade em se imaginar novamente na Alemanha para completar a tese de doutorado, principalmente por conta da mobilidade com seus dois filhos. Neste retorno, conseguiu uma bolsa como professora horista no IFCS, onde tinha estabelecido relações intelectuais com Maria Isaura Pereira de Queiroz, que havia conhecido na Áustria em um seminário e que lhe havia sido apresentada por Steger. Apesar de Glaucia querer se estabilizar no IFCS, Maria Isaura Pereira de Queiroz afirmou que não podia admiti-la pois tinha amizade com Hanns-Albert Steger. Isto posto, Glaucia buscou universidades que pudessem aceitar que ela fizesse o doutorado diretamente, como a UnB e o Museu Nacional. Então procurou a USP para fazê-lo pois seria a única instituição que permitiria tal empreitada. Manteve-se trabalhando, contudo, no IFCS, apesar de fazer o doutorado na USP.

Quanto ao doutorado, continuei mantendo contato com o professor Hans, pretendendo voltar à Alemanha e terminar o meu trabalho. Mas, nesse meio tempo, comecei achar que seria complicado, tendo família, filhos pequenos. Essa seria uma decisão difícil. Havia conhecido uma assistente de Maria Isaura Pereira de Queiroz em um seminário na Áustria e, através dela, tinha publicado um artigo sobre a cultura brasileira, sobre o papel da intelectualidade na Revista do CERU. Assim, Maria Isaura me conheceu antes de minha vinda ao Brasil. Comecei, na ocasião, a manter correspondência com ela a partir da Alemanha. Isso me autorizou a procurá-la para pedir orientação para o doutorado. No primeiro encontro ela insistiu que eu continuasse com a orientação do professor Hans, mas depois de muita insistência fui aceita. (BASTOS, 2006, p. 341).

Em sua tese de doutorado, em que trabalhou entre os anos de 1983 e 1992, a socióloga se debruçou sobre a produção das ciências sociais brasileiras, pontuando que o interesse por essa área guardava relação direta com a sua formação na Alemanha no campo da sociologia dos intelectuais. Glaucia menciona que existia uma formação forte na instituição que estudou naquilo que era chamado de “ciências do espírito” e que por conta desta formação acabou trazendo em sua trajetória o interesse pelos intelectuais que se materializou em sua trajetória acadêmica e, mais especificamente, no trabalho final de doutorado. Esta orientação também se fez presente no futuro, em estudos que fez sobre a recepção de autores como Max Weber, Simmel e Elias, que não tinham ainda uma entrada tão grande no Brasil, mas que estavam em processo de incorporação.

Glaucia Villas Boas consolidou sua carreira como docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, onde deu

aulas de 1980, até a atualidade, sendo professora titular da instituição e parte do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. A socióloga realizou algumas atividades no exterior após a finalização de seu doutorado, as quais se situaram majoritariamente na Alemanha na condição de professora visitante. Primeiramente a docente atuou como visitante na Universidade Erlangen-Nuernberg da Alemanha no ano de 1987, mesma instituição que estudou durante a década de 1970. Além disso, em 1994 foi professora visitante na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, da França, como parte do Convênio CAPES/COFECUB. No ano de 1996, agora por meio de Convênio DAAD/CAPES, a docente atuou na Universidade de Münster da Alemanha, na posição de pesquisadora visitante. Já em 2010 foi professora convidada na Universidade de Passau, também na Alemanha, contando com financiamento do Convênio DAAD/CAPES e apoio da própria universidade estrangeira. Por fim, em 2014, no mesmo país, a professora atuou, na mesma posição, na Universidade Livre de Berlim.

A análise da trajetória acadêmica aqui apresentada nos dá condições de levantar os condicionantes de maior relevância para o processo de circulação internacional de Glaucia Villas Boas durante a década de 1970. Em primeiro lugar é possível citar a importância das condições sociais familiares ao acesso à educação. O acesso, ainda na infância de Glaucia, à educação no seio familiar certamente teve influência relevante sobre a sua trajetória internacional, principalmente se tratando de sua experiência no exterior durante o intercâmbio nos Estados Unidos. O contato com a língua estrangeira na primeira fase de sua vida lhe deu condições que potencialmente facilitaram seu estabelecimento na Alemanha no futuro, ainda que esta não tivesse domínio do Alemão ao chegar no país.

Um segundo condicionante de fundamental relevância para este processo foi o papel da militância política estudantil nos anos 1960 e 1970 e sua relação com o caráter repressivo da ditadura. Observa-se que a ida de Glaucia à Alemanha foi produto direto da perseguição sofrida no interior do endurecimento do regime militar por conta da atividade militante que se ocupou durante seu período na Universidade, assim como seu marido. Experiências como a prisão e tortura do companheiro, assim como o seu indiciamento, colocaram-lhe o dilema de manter-se na clandestinidade no Brasil ou transferir-se para o exterior e continuar os estudos. Neste sentido, a repressão do governo militar pode ser observada como elemento crucial para a trajetória de circulação internacional aqui narrada.

Outra dimensão envolvida neste processo é a precariedade no acesso a fontes de financiamento para o exterior. Nota-se que para realizar seus estudos fora do país Gláucia teve

que ser financiada por uma instituição religiosa que prestava apoio a estudantes e refugiados de regimes autoritários, a *Ökumenischen Studienwerk*, da Igreja Luterana. É importante citar a influência das relações de gênero no acesso a esta bolsa posto que a instituição religiosa oferecia apenas uma bolsa para o casal, a qual era colocada no nome do marido. Este processo dificultou a estabilização financeira da então estudante no exterior, em contexto de bastante precariedade. Mais do que isso o processo de acessar este financiamento contou com redes de contatos que a estudante possuía, posto que não era membro da igreja luterana. Vale citar aqui, também, a importância de iniciativas como o *Ökumenischen Studienwerk*, operando como redes de solidariedade global para a estudantes de países latino-americanos.

Em se tratando das dimensões de geopolítica do conhecimento inscritas na trajetória de circulação narrada, algumas considerações podem ser feitas. Observa-se que ainda que Glaucia tenha realizado seus estudos em um centro de uma universidade europeia, esse processo não foi produto de uma decisão meramente orientada por interesses de carreira. Na verdade, o que fica patente no caso narrado é que o papel repressivo das estruturas de poder nacionais acabou operando no direcionamento da carreira no exterior. Processo, contudo, articulado à possibilidade de financiamento de um organismo de apoio a refugiados. Nesse sentido, a reprodução do status de poder ocupado pelas instituições europeias no campo do conhecimento, que neste caso se apresenta pela realização dos estudos da brasileira na Alemanha, se faz em articulação direta com o autoritarismo do Estado brasileiro. Destarte, são as ações persecutórias do próprio regime, ao se conectarem com a iniciativa alemã da igreja luterana, que engendram fatores de atração da formação da brasileira em um centro europeu, reproduzindo, conseqüentemente, o papel de prestígio intelectual alemã no campo do conhecimento por meio da formação de quadros brasileiros.

5.9 Clarissa Eckert

Clarissa é nascida em Tuparendi, Rio Grande do Sul, filha de um pastor luterano. A socióloga teve já de berço uma relação com o exterior, com pai e mãe de famílias alemães, até os 6 anos de idade falava-se apenas o idioma do país estrangeiro em casa. O aprendizado do português se deu na cidade de Cachoeira do Sul, em uma escola confessional ligada à comunidade luterana local. A importância da hereditariedade alemã está nas lembranças de Clarissa sobre sua infância e adolescência onde memora o claro preconceito dos grupos alemães de sua cidade sobre casamentos com pessoas sem tal ascendência. A educação luterana foi importante para a formação primária da estudante e se conjugou com o trabalho religioso em filantropia, ações sociais e discussões que ocorriam no interior da igreja. A jovem se forma em julho de 1968 na Escola Normal em Porto Alegre, decidindo por fazer ciências sociais devido ao encanto com o conteúdo do curso no ambiente escolar, ainda que este fosse primário e superficial. O curso de ciências sociais da UFRGS⁸⁸ foi o escolhido para a empreitada.

A entrada de Clarissa na universidade, no ano de 1968, é perpassada pelo contexto social de disputas em torno da Reforma do Ensino Superior, processo entrecruzado pelo embate entre a militância estudantil e o Estado ditatorial. Característica central do regime, a censura chamou atenção da jovem assim que entrou no curso de ciências sociais, principalmente por notar a presença de membros do DOPS no interior da instituição. Esse personagem tinha como função investigar estudantes mobilizados em grupos de esquerda. O ambiente de sufocamento das liberdades produzia, porém, o aumento no interesse estudantil em compreender as lutas concomitantes que se desdobravam na América Latina, implicando na busca por compreender o porquê de determinados livros serem proibidos de circular no Brasil. Era comum que alunos fossem para o Uruguai ou a Argentina interessados em acessar obras censuradas⁸⁹. Ainda que

⁸⁸ “Como eu tive Sociologia no Clássico, eu comecei a gostar muito da... Hoje eu lembro, o livro era de 1940, Introdução à Sociologia, Amaral Fontoura, mas eu achava o tema muito interessante, sobre relações sociais, contatos sociais, contato primário que era uma família, contato secundário, os grupos, depois as diferentes instituições. Eu achei muito interessante conhecer um pouco a sociedade, como a sociedade se estrutura, como ela se organiza, o que é uma sociedade. Quer dizer, era uma Sociologia sistemática, uma Sociologia de conceitos. Então, por mais simples que fosse, por mais a-histórico, atemporal, eu fiquei, digamos assim, fascinada por essa disciplina. Aí, eu procurei informações e descobri que tinha um curso de Ciências Sociais. Aí eu me candidatei, fiz o vestibular.” (NEVES, 2016).

⁸⁹ “E aí, o mais interessante do que eu lembro daquela época eram duas situações bem interessantes: uma situação era a censura. Então, nós tínhamos colegas que eram do Dops. Era muito interessante, a gente chagava, olhava lá no fundo da sala e estava sentado um sujeito de gravata, de terno, casaco preto, óculos escuros. Era óbvio que aquela criatura não era nosso colega. Ele sentava ali na sala com esse objetivo de ficar controlando o que era falado nas disciplinas. Hoje eu não me lembro se... Podia até ter uma matrícula provisória ou alguma coisa assim, mas o Dops estava dentro da cidade, dentro do curso, dentro das disciplinas, controlando os professores, não é? Mas por

sob a égide de um modelo repressivo de Estado, Clarissa não se engajou diretamente na militância estudantil da época. Não raro, porém, participava de eventos que contemplavam as discussões em torno da reforma universitária, processo ao qual se dedicava com afinco enquanto recebia a formação sociológica da instituição gaúcha. Entre os docentes de destaque neste período estavam Héglio Trindade e João Guilherme Correia de Souza, influenciando sobre a formação de Clarissa em meio a um processo de caça e afastamento de docentes de áreas como sociologia e filosofia.

É interessante mencionar que apesar de Clarissa não ter se envolvido diretamente em atividades de cunho militante, os órgãos de vigilância e controle da ditadura chegaram a tomar nota de seu perfil e atividades acadêmicas, que classificaram como esquerdistas. Em documento⁹⁰ encontrado a partir de consulta no Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), com origem na agência de Porto Alegre do Sistema Nacional de Informações (SNI), relata-se que a então estudante seria Delegada da Juventude Brasileira na 5ª Assembleia Geral da Federação Luterana, a ser realizada na capital do estado em julho de 1970. O relato que segue, é bastante pejorativo, afirmando que a Clarissa, líder estudantil da Casa do Estudante Evangélico, teria sido doutrinada no meio universitário, onde, no contato com livros subversivos, estaria encarregada da orientação esquerdista na Faculdade de Filosofia da UFRGS.

(...) tem ligações com a ala esquerdista, pela qual está sendo doutrinada. Consta que leu diversas obras consideradas socialistas, livros subversivos, que lhe foram fornecidos por “amigos”. Clarissa é filha de um pastor democrático, veio do interior (Alto Taquari ou redondezas), totalmente inexperiente. Foi fácil doutriná-la, e como a ala esquerdista se interessa por líderes, e ela é uma delas, foi aproveitada. Está sempre acompanhada por uma “amiga” que a acompanha na Faculdade de Filosofia da UFRGS. Cursa Ciências Sociais na UFRGS onde consta ser encarregada da orientação esquerdista. Clarissa Eckert Baeta Neves, não possui outros registros sobre suas atividades nesta Agência (SNI, 1975, p.02)

outro lado, apesar dessa censura, foram anos extremamente efervescentes. Nós queríamos entender: o que está acontecendo no Brasil, o que se passa na América Latina? Então, livros que eram proibidos no Brasil, por exemplo Paulo Freire, nós comprávamos no Uruguai. Nós íamos para o Uruguai, comprávamos os livros lá. Nós íamos para a Argentina e trazíamos esses livros para cá. Nós tínhamos grupos de trabalhos. Eu me lembro que eu tinha um grupo de estudos sábado de noite sobre O Capital. Eu fico imaginado, sábado de noite, em Porto Alegre e a gente lendo O Capital. E eram vários colegas. Nós tínhamos uma tarefa, fazíamos uma leitura do capítulo e depois discutíamos. Então, tínhamos colegas, da economia, de outros cursos que nos acompanhavam, não é? Apesar da censura, apesar da Ditadura, o curso de Ciências Sociais era extremamente agitado.” (NEVES, 2016).

⁹⁰ O documento citado, de código BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007177, pode ser acessado integralmente no seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/83007177/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_83007177_d0001de0001.pdf

A ideia da estudante de realizar uma pós-graduação fora do Brasil tem na figura do professor Darcy Closs, que chegou a atuar como presidente da CAPES entre 1974 e 1979, o principal ponto de propulsão. Primeiramente, após terminar o curso de graduação, a socióloga recebeu convite desse para realizar uma pesquisa sobre a situação da pós-graduação no Brasil, vinculada à CAPES. Ao aceitar o convite, trabalhou no levantamento em questão, que teria servido de fonte para a produção do I PNG de 1975⁹¹. Parte de Darcy a ideia de instigar a jovem a fazer pós-graduação no exterior, indicando que a socióloga se matriculasse, diretamente após o fim da graduação, em um curso de doutorado, que seria uma modalidade acadêmica válida em outros países e não existia no Brasil até então. A baixa institucionalização de cursos de mestrado e doutorado no país naquele momento impulsionou o interesse ainda maior de Clarissa em buscar a carreira acadêmica fora do Brasil.

A relação de Clarissa com o exterior está diretamente conectada com o Centro de Estudos Sociais coordenado pelo professor Laudelino Medeiros, e criado no interior da Universidade gaúcha. A instituição era conveniada a um centro de pesquisas localizado em Dortmund, coordenado pelo professor Helmut Schelsky, e por conta desta relação contava com alguns professores estrangeiros, mais especificamente advindos da Alemanha, França e Estados Unidos. Na época, o jovem professor e sociólogo alemão, Achim Schrader, deu aula no centro brasileiro na área de metodologia, processo de daria condições para a sua habilitação enquanto professor titular na Alemanha. Clarissa, que depois viria a ser orientanda de Achim, estabeleceu por ele conexões com o meio intelectual do país estrangeiro, fundamentando redes que seriam centrais na sua mobilidade ao exterior logo em seguida.

Nós tínhamos um Centro de Estudo Sociais coordenado pelo professor Laudelino Medeiros. Esse centro fez um convênio com o Centro de Pesquisas em Dortmund, coordenado pelo professor Helmut Schelsky. Na época, tinha um jovem professor, pesquisador, que foi depois o meu orientador de doutorado, Achim Schrader. Ele veio ao Brasil para fazer a sua pesquisa preparando, digamos, a candidatura para a habilitação – seria uma espécie de professor titular. E ele era um professor de Metodologia. Então, ele dava curso de Metodologia para nós. O pessoal da Ciência Política convidou um estatístico. Eu me lembro que eles faziam muita pesquisa eleitoral, e convidou um estatístico norte-americano. Então, na parte de Metodologia, nós sempre tínhamos professores de fora - um americano, professor Schrader da

⁹¹ “E aí eu fui convidada pelo professor Darcy, que foi uma pesquisa encomendada pela CAPES sobre um diagnóstico da pós-graduação brasileira. Eu participei desse projeto por mais de um ano. A sede era em Porto Alegre, o escritório central do projeto era em Porto Alegre.

C.C. – Em 73?

C.N. – É.

C.C. – Por que em 74 ele foi presidente da CAPES.

C.N. – Aí ele foi para a CAPES. Só que a CAPES era no Rio. Aí, eu fui para a CAPES também com ele, trabalhando lá, eu e mais duas ou três pessoas (morei um tempo no Rio), preparando os dados, analisando os dados. Esse diagnóstico serviu de base para o primeiro plano nacional de pós-graduação que foi 75 a 79.” (NEVES, 2016).

Alemanha, um professor francês - que incrementavam essa nossa formação na área de Metodologia. (NEVES, 2016).

A ideia de Darcy Closs se coadunou com as redes que Clarisse mantinha com Achin Schrader na UFRGS, e consolida o projeto de realizar a formação na Alemanha. Segundo Clarisse, o professor estrangeiro tomou conhecimento do programa da Igreja Luterana para estudantes e refugiados, *Ökumenischen Studienwerk*, e logo interessou-se em trazer tal iniciativa para o Rio Grande do Sul e ocupar a posição de coordenador da iniciativa no Estado. A mediação de Schrader na UFRGS teria sido crucial para a mobilidade ao exterior de uma série de professores do jovem programa de sociologia da instituição gaúcha, de modo que um considerável número de doutorandos e mestrandos receberam bolsas do programa da instituição religiosa para estudarem fora. Clarissa, que integrou este grupo, afirma que não existia a obrigatoriedade dos estudos com bolsas da *Ökumenischen Studienwerk* serem realizadas na Alemanha. A socióloga, porém, decidiu por ir a esse país visto que possuía conexões familiares com a região, o que permitia melhor fruição com a língua estrangeira, além de ter o professor Schrader como orientador. Estabelecem-se, então, os meios para os estudos de seu doutorado no exterior, realizado entre 1975 até 1979.

C.N. – Foi uma época interessante. Mas aí, quando o projeto estava pronto, muitos dados, o Darcy me fez um desafio: “Clarissa, por que tu não pegas esses dados todos e fazes a tua tese de doutorado sobre isso?”.

C.C. – Doutorado já, direto?

C.N. – Direto. Eu fiz o doutorado direto. Mas o doutorado direto tinha que ser fora do Brasil. Exato, porque aqui era... Bom, aí deu um fato que foi importante para nós. Com a vinda do professor Schrader, que veio para fazer a pesquisa dele aqui e conheceu o nosso curso. Quando ele volta para a Alemanha, ele ficou sabendo que a Igreja também luterana da Renânia do Norte-Vestfália tinha um programa de formação para países subdesenvolvidos, especialmente bolsas para mestrado e doutorado, não é? E aí ele aceitou ser coordenador desse programa e disse: “Eu vou levar esse programa para Porto Alegre”. Conversou aqui com a, na época, coordenadora do nosso curso era a professora Suzana. Esse programa de bolsas promoveu essa formação dos nossos professores que não tinham mestrado e doutorado. Foram doze bolsas de doutorado e dezoito bolsas de mestrado. E o interessante é que era um recurso da Igreja da Alemanha, mas não precisava ir só para a Alemanha. Então, nós temos colegas... O Ruben Oliver foi para a Inglaterra, a Sônia foi para a Inglaterra, Suzana foi para o México, vários colegas foram para São Paulo, Minas Gerais. Os únicos que foram para a Alemanha fomos eu e o Abílio.

C.C. – Então, não tinha um direcionamento para ir para a Alemanha?

C.N. – Não, não. Mas, como eu falava eu alemão, eu fingo: “Não, eu quero ir para a Alemanha”. E com o professor Schrader: “Não, eu te aceito orientar no doutorado”. (NEVES, 2016).

É importante ressaltar que assim como outras intelectuais que realizaram mobilidade ao exterior com bolsas da *Ökumenischen Studienwerk*, vide o caso de Gláucia Villas Boas, Clarissa teve que enfrentar um impasse no financiamento que toca a questão de gênero. Posto que a

socióloga era casada e estava indo para a Alemanha acompanhada de seu marido Abílio Baeta Neves, que também ia realizar estudos no exterior, a bolsa que garantia a mobilidade era dada ao casal, e não a cada um dos pesquisadores. Adicionalmente, a bolsa era registrada no nome de Abílio. Esta situação incomodou a socióloga brasileira, que se mostrou indignada com a limitação do programa, o que, contudo, não surtiu efeitos de mudança no perfil do financiamento. Apesar dos entraves dessa natureza, Clarissa Eckert menciona a importância do programa da Igreja Luterana da Alemanha para a realização de seu doutorado no exterior, e como influente aporte para a mitigação de efeitos da desigualdade regional entre programas de pós-graduação em sociologia, posto que a UFRGS não possuía quadros com toda a sua formação acadêmica na área de ciências sociais. Além disso, as bolsas da *Ökumenischen Studienwerk*, que também contemplavam estudantes exilados, serviram como importante meio de estabelecimento de redes de solidariedade intelectual entre indivíduos em trânsito no estrangeiro⁹².

C.C. – Mas o Abílio foi com bolsa e você não foi?

C.N. – Claro, porque nós éramos casados, então nós dois pedimos bolsa. Mas a bolsa foi dada para o Abílio.

C.C. – Para o casal.

C.N. – É, para o casal. Então, era por cabeça, não é? Eu fiquei muito indignada. Eu lembro que eu fiz um arrazoado dizendo: “Olha, nós somos casados, mas nós somos duas pessoas. Eu tenho um projeto, Abílio tem outro projeto”. Mas não adiantou, eles disseram: “É uma bolsa para o casal”. Então, fomos com essa bolsa primeiro para Bochum. Na Alemanha, essa bolsa oferecia um curso de seis meses de língua alemã em Bochum, onde era a sede dessas bolsas. Depois eu fui estudar na universidade onde o professor Schrader estava que era a Gesamthochschule de Duisburg e quando ele se mudou para Münster, eu fui atrás dele. O Abílio teve que trocar de orientador. (NEVES, 2016).

⁹² “C.C. – Nessa época, em alguns lugares, especialmente em Paris, tinha muito a questão dos exilados. Essa vida política, quer dizer, políticos de várias origens se encontravam lá. Na Alemanha não tinha isso?

C.N. – Tinha também. Esse programa de bolsas que era ligado à Igreja, tinha um programa de bolsas só para exilados. Vários exilados brasileiros que estavam tanto em Bochum, quanto em Berlim e que eram financiados por esse programa de bolsas.

C.C. – Você tinha contato com eles?

C.N. – Sim.

C.C. – Alguma rede de informações sobre o Brasil?

C.N. – Porque quando nós tínhamos seminários, encontros de bolsistas, eles eram convidados e a gente sabia quem eles eram, que eram exilados e tudo. Mas eram intelectuais.

C.C. – Você lembra de alguém em particular?

C.N. – Teve um, o Costinha, ele é mineiro, participou do sequestro do embaixador americano, lembra? Ele hoje mora ainda em Minas Gerais e ele foi trocado, se não me engano, não me recordo. Mas eu sei que ele foi um que foi apoiado. Lembra do Travassos?

C.C. – Sim, Travassos foi da UNE.

C.N. – É. Também foi bolsista. A sigla é *Ökumenischen Studienwerk*, que na verdade é Obra Ecumênica de Estudos.” (NEVES, 2016).

Clarissa Eckert fixa-se na Alemanha para realizar seu doutorado com Achin Schrader, mais especificamente na Universidade de Münster. Em sua tese a pesquisadora trabalhou com dados que havia coletado anteriormente, em projeto com Darcy Closs, sobre a instalação de uma pós-graduação no Brasil. O trabalho pontuava como a estrutura de pós-graduação em sociologia pôde ser instaurada no país, apesar da ausência de muitos recursos. A parceria intelectual com Schrader criou vínculos contínuos de forma que a docente fez, no futuro, pesquisa comparativa entre Brasil e Alemanha, com foco no sistema de pós-graduação, em troca constante com o intelectual.

A formação no exterior foi marcante na trajetória da brasileira não apenas pelo título em si, mas pelo posicionamento no contexto europeu lhe permitir participar de eventos acadêmicos diversos e manter relação direta com autores de prestígio na disciplina. A brasileira pôde circular bastante em eventos acadêmicos que ocorriam no país e em regiões conexas como a França. Além disso, realizar seus estudos em um país europeu lhe permitiu ter contato com tradições intelectuais nacionais distintas no meio das ciências sociais no continente. O sentimento de “autosuficiência” alemã em se tratando da produção intelectual era contornada pela participação em eventos em outros países, com a oportunidade de comprar livros que não eram lidos na Alemanha. Durante a realização de seu doutorado a brasileira foi influenciada pelo orientador a ter contato com a obra de Niklas Luhmann, e o fez assistindo aulas com o autor. O contato com a produção dos autores da escola de Frankfurt, principalmente Jürgen Habermas, também ganha destaque neste período. A relação com esses autores marcou a formação intelectual de Clarissa e influenciou seu modo de abordar a sociologia, levando-a a ser procurada, no Brasil, por estudantes interessados na produção intelectual alemã⁹³.

C.C. – Bom, você também menciona a oportunidade que teve de conhecer muitos intelectuais, inclusive, o Luhmann, que você leu a primeira vez lá? E Habermas e outras pessoas...

C.N. – (...) eu julgo que foi uma das coisas mais importantes que eu vivi nesse período, foram as oportunidades que eu tive de conhecer pessoas, de participar de congressos. Nós fomos para a Suécia em um Congresso Internacional de

⁹³ “C.C. – Bom, o Luhmann te marca até hoje, a obra dele, não é?”

C.N. – Eu não sou luhmianna pura, eu gosto da leitura de Luhmann, ele é muito desafiador, não é? (...). Quer dizer, eu uso o Luhmann, mas não sou luhmianna pura, mas eu orientei já vários, estou no terceiro doutorando que estou orientando que são luhmiannos.

C.C. – Mais ortodoxos do que você.

C.N. – Bem ortodoxos, eles só trabalham com Luhmann, não é? Eu trabalho tanto com Luhmann como trabalho com outras teorias. O meu campo de pesquisa é especialmente a Educação e acho que posso dizer que, junto com outros colegas, criamos um campo específico de pesquisa de Sociologia do Ensino Superior, que é o que eu mais faço hoje. Bom, dentro desse campo eu trabalho tanto com outros teóricos que são importantes para a questão da Educação como Bourdieu, os franceses, Alair, Dubet. Mas também trabalho com os alemães (...). Mas com autores americanos também, ingleses. Então, digamos, eu sou muito pluriteórico-metodológica.” (NEVES, 2016).

Sociologia. Nós íamos em seminários em Berlim, em Hamburgo. Münster fica três horas de Paris, então íamos à Paris passar o fim de semana. Como nós não tínhamos filhos naquela época, nós tínhamos uma grande mobilidade. Então, onde a gente sabia: “Olha, tem um evento acontecendo”. A gente ia, participava. E Münster fica perto de Bielefeld, onde um dos catedráticos era o Niklas Luhmann. O meu professor, o professor Schrader, começou a ler a Teoria dos Sistemas e disse: “Clarissa, tu podes ler o que tu quiseres, podes também trabalhar com outras teorias, mas eu gostaria que tu conhecesses Niklas Luhmann”. Aí fui conhecer Niklas Luhmann, mas fui à Bielefeld para assistir aulas com Niklas Luhmann. Foi ali que eu o conheci e trabalhei com as obras dele naquela época. A mesma coisa com o Habermas, Claus Offe. (...) Bom, eu e Abílio comprávamos muitos livros, tem uma biblioteca enorme que eu já não sei o que fazer com esses livros todos. [riso] Líamos muito também. Então, foi um momento de grande efervescência, de discussão teórica, um pouco de releitura das discussões mais clássicas da teoria na Sociologia, mas também de novas abordagens. Nós tentávamos acompanhar todo esse movimento. (NEVES, 2016).

Clarissa permaneceu na Alemanha algum tempo depois da finalização do doutorado. A socióloga aguardou a finalização do curso por parte de seu marido Abílio, período em que, após formada, teve a oportunidade de realizar outras atividades acadêmicas em solo alemão. Achin Schrader ofereceu uma posição de professor assistente na Universidade de Münster durante este intervalo, condição que ela aceitou prontamente. Mais do que isso a professora teve a oportunidade de contribuir com a criação de um centro de estudos Latino-Americanos, o CELA, a produção de uma revista chamada Anuário de Estudos Latino Americanos, e a montagem de uma biblioteca de América Latina⁹⁴. Essas experiências mostram, conseqüentemente, que muito da consolidação do trabalho da pesquisadora na Alemanha se deu com a América Latina como mediadora, posto que todas essas instituições tinham a região como eixo temático central.

A estadia no exterior, contudo, não se caracterizou apenas por momentos edificantes no campo intelectual, mas também se chocou com a experiência do racismo. Clarissa descreve que o marido Abílio sofria preconceito recorrente na Alemanha por conta do cabelo, sendo confundido com turcos. A onda de terrorismo do movimento “Baader-Meinhof” era um fenômeno que influenciava o preconceito contra turcos naquele momento na Alemanha, e dificultava a socialização do casal no país⁹⁵. O casal contornava situações racistas ao apontar

⁹⁴ “Bom, depois que eu concluí a minha tese, o meu professor tinha uma posição de professor assistente e ele me ofereceu essa posição. Eu trabalhei durante um ano com ele, ajudei a criar o Centro de Estudos Latino-americanos, o Cela, também ajudei a organizar uma revista que chamava Anuário de Estudos Latino-americanos, ajudei a organizar uma biblioteca. Então eu tinha atividades na universidade, nesse ano, enquanto o Abílio concluiu o doutorado.” (NEVES, 2016).

⁹⁵ “Na época, não te esqueças que nós pegamos todo o movimento Baader-Meinhof, todo o movimento de esquerda, terrorismo. Então, a gente tinha uma certa preocupação, porque havia muito controle em fronteiras, mesmo na cidade e, bom, nós não éramos alemães, nós éramos estrangeiros, não é? A gente tinha um certo cuidado com relação a isso. Os problemas que a gente passava eram mais problemas, tipo assim, de querer alugar uma

que eram brasileiros, o que permitia a simpatia dos alemães, que os associavam a figuras como Pelé, às festas de carnaval e até mesmo ao café.

C.C. – Agora, deixa eu perguntar um pouco mais sobre essa experiência. Aqui, você é alemã; e na Alemanha? Como era essa experiência dessa identidade étnica muito marcada aqui, principalmente na infância, mesmo que na faculdade tenha ficado um pouco diferente? Aí, você vai morar na Alemanha, como é que foi?

C.N. – Não, no meu caso não tive maiores dificuldades, porque como eu falava alemão e tendo o sobrenome alemão, eu sempre tive, digamos assim, uma boa receptividade. O problema maior sempre foi com o Abílio, porque o Abílio era moreno, tinha um cabelão preto enorme e ele era muito confundido com turco. Naquela época, o grande problema era com os turcos. Havia muita imigração de pessoas turcas e havia uma rejeição muito grande. Então, por exemplo, de entrar em um bar, pedir alguma bebida, alguma coisa e não ser servido. Quando a gente dizia: “Mas nós somos brasileiros”...

C.C. – Cabeça de Turco, aquele livro, não é?

C.N. – É. Quando a gente dizia que era brasileiro: “Ah, Pelé, carnaval, café”. Aí, a gente era bem atendido.

Clarissa Eckert retorna ao Brasil no ano de 1982. A volta ao país se realiza em um contexto bastante promissor em se tratando de possibilidades de atuação acadêmica. A brasileira recebeu convites da CAPES para realizar entrevistas e possivelmente lecionar em duas universidades do Nordeste, nomeadamente a Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal do Recife. A socióloga, contudo, também foi convidada a trabalhar na UFRGS, decidindo ir para esta instituição onde realizou sua formação de graduação. Inicialmente entrou como bolsista de recém doutora pelo CNPq, sendo efetivamente contratada pela instituição *a posteriori*. O mesmo processo aconteceu com seu esposo Abílio. Clarissa se torna a coordenadora do programa de mestrado no ano de 1986 a 1988 nesta instituição.

Ficamos três meses no Brasil para essa pesquisa de campo, não é? Aí, voltamos para a Alemanha, concluímos o curso. Nesse meio tempo, consegui uma bolsa da CAPES. Então, a partir (não me lembro quando foi) de 76 ou 77, consegui essa bolsa da CAPES. Bom, na volta, a CAPES nos mandou uma correspondência dizendo: “Olha, a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Recife gostariam de convidar vocês para irem lá conhecer, entrevistar e de repente assumir como docentes lá”. Mas a UFRGS também nos mandou um convite, então a gente disse: “Não, vamos ficar em Porto Alegre”. Aí ficamos aqui em Porto Alegre. Fomos contratados em agosto de 81 como recém-doutores com bolsa de CNPq. Aí, isso foi até dezembro. Em janeiro de 82, fomos contratados como professores aí pela UFRGS, adjuntos. Aí começa a nossa trajetória como professores da UFRGS, não é? (NEVES, 2016).

casa, mas nós somos estrangeiros: “Ah, então não vou alugar”. Mas quando a gente dizia que era do Brasil, o Brasil sempre foi muito bem quisto assim, apesar de ser pelo lado mais folclórico, como eu te disse: futebol, carnaval e café.” (NEVES, 2016).

É importante ressaltar a importância apontada por Clarissa do processo de formação dos cientistas sociais no Rio Grande do Sul, principalmente em instituições do exterior, enquanto fundamento da institucionalização do campo na região e mais do que isso, ruptura com o status de periferia desta frente ao eixo Rio-São Paulo. A socióloga afirma que, durante os anos 60 e 70, o Rio Grande do Sul ocupava uma espécie de periferia em relação a outras instituições do Sudeste, o que, contudo, era atenuado por conexões com esses centros que permitiam a circulação, na região, de pesquisadores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Maria Alice Foracchi e Fernando Henrique Cardoso. O status de periferia da instituição gaúcha induzia a uma série de dificuldades em se realizar pesquisas e justificá-las quando se atinham ao contexto local. A necessidade de relacionar os objetos de pesquisa com regiões como São Paulo para agregar então o verdadeiro caráter “nacional” dos estudos era constante. Contudo, Clarissa diz que essas diferenças foram mitigadas com o tempo, em especial devido a formação de pesquisadores locais, como ela, no exterior. Isso permitiu maior reconhecimento nacional do corpo docente dessas instituições. No caso do Rio Grande do Sul a *Ökumenischen Studienwerk* teria atuado enquanto um importante mecanismo de mitigação desta relação centro-periferia.

C.N. – (...) A gente sempre tinha uma vida, digamos, intelectual, ou a gente tentava fazer uma vida bem movimentada com muitos debates, seminários, cursos e encontros. Então, nós tínhamos uma ligação com São Paulo e Rio. Nesse sentido, nós tínhamos um contato. Agora, claro, a USP já era referência, quando o nosso mestrado estava recém começando. Bom, o que eu acho que depois foi mudando é que nós fomos nos qualificando. Então, esse programa de qualificação dos doutores e mestrados com bolsas da Igreja Luterana da Alemanha foi absolutamente fundamental para, digamos, dar esse upgrade no nosso programa. Aí esses professores voltaram com seus doutorados e a partir disso começaram a realmente a desenvolver a pós-graduação, a produção de conhecimento, a pesquisa, publicações e passamos a ser referência.

(...)

Nesse ponto, eu acho, que a coordenação diária da CAPES, especialmente da Sociologia, teve um papel muito importante, porque antigamente São Paulo e Rio eram referência, não é? Então, lá era o Brasil, lá as coisas aconteciam: “Aqui se faz Sociologia no Brasil”. Nós éramos periferia. Quando a gente falava do Rio Grande do Sul, eles diziam: “Não, vocês têm que falar do Brasil”. “Mas o Rio Grande do Sul é parte do Brasil, não é?”. Me lembro dos famosos projetos guarda-chuva do Finep que a gente fazia e era complicado fazer pesquisa, porque a gente trabalhava com Rio Grande do Sul, mas nós sempre tínhamos que buscar uma conexão com São Paulo, com Brasil para explicar o Rio Grande do Sul. Em São Paulo eles falavam de São Paulo e era Brasil. Mas essas, digamos, diferenças foram superadas e a coordenação de área, especialmente a partir da gestão do professor Sérgio Adorno e José Ricardo Ramalho. Naquele período, houve um reconhecimento, digamos, da qualidade da pós-graduação em Sociologia no Brasil inteiro. (NEVES, 2016).

Clarissa Eckert é atualmente professora titular da Universidade Federal do Rio de Grande do Sul no Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da instituição. A pesquisadora realizou, a partir dos anos 2000, uma série de experiências no exterior,

majoritariamente como professora visitante. Nessa condição, atuou no ano de 2007 na *University of Arizona* e na *University of Southern Califórnia* com financiamento da Fullbright em ambas no interior do programa *New Century Scholar Program: Higher Education in the 21st Century: Access and Equity*. No ano de 2010 também foi professora visitante na Universidade de Lisboa, em Portugal, por meio da Cooperação Internacional CAPES/FCT (Fundação Ciência e Tecnologia de Portugal). Já em 2011, realizou, com financiamento da CAPES/DAAD, visita na Universidade de Münster na Alemanha. Como pós-doutoranda Clarissa realizou, em 2007, pesquisa na *University of Southern California*, nos Estados Unidos, com bolsa da Fullbright.

Ao observarmos a trajetória acadêmica de Clarissa Eckert, com foco nos elementos de maior influência sobre sua formação em pós-graduação no exterior, algumas conclusões podem ser apresentadas. Primeiramente, deve-se mencionar a importância das condições sociais familiares e contato com língua estrangeira para o sucesso da investida da intelectual fora do país. A origem alemã da família de Clarissa permitiu à socióloga, ainda criança, em ter um mergulho profundo em um idioma estrangeiro, potencializado pela língua ter sido o principal meio de comunicação no lar desta até os seus 6 anos de idade. A questão linguística facilitou o processo de circulação da estudante para a Alemanha posto que ao dominar o idioma pôde aproveitar as oportunidades de redes de orientação com o professor Achin Schrader fora do Brasil.

Um segundo elemento central neste processo de circulação é a dependência de redes de contatos para a realização do doutorado. É importante citar que a ideia de realizar o doutorado fora do Brasil parte de Darcy Closs, com quem Clarissa Eckert trabalhou no começo dos anos 1970, o que a influenciou a fazer o curso logo após a graduação no exterior. Outro ponto que articula contatos fundamentais à circulação internacional da estudante foi a existência de um convênio entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade Gaúcha com um centro de pesquisas localizado em Dortmund. Esse núcleo deu condições para a conexão entre o meio intelectual de Clarissa e a Alemanha. A estudante também contou com alguns professores estrangeiros no Rio Grande do Sul, advindos da Alemanha, França e Estados Unidos. Foi por meio deste convênio que a socióloga conheceu Achin Schrader que viria a ser seu orientador fora do país.

Como desdobramento do contato de Clarissa com Achin Schader também se nota a precariedade no acesso a fontes de financiamento para a realização da pós-graduação no

exterior. A pesquisadora gaúcha não teve apoio institucional do governo brasileiro para seguir com sua formação e precisou contar com uma bolsa do programa da Igreja Luterana *Ökumenischen Studienwerk*. Achin Schader é um ator central nesta rede uma vez que fez a conexão entre o programa da instituição alemã e a Universidade do Rio Grande do Sul. Essas ações criaram meios para que um número considerável de pesquisadores locais realizasse estudos fora do país com financiamento da Igreja Luterana.

Conseqüentemente, observa-se a relevância das redes de solidariedade global para a estudantes de países latino-americanos criadas no interior da *Ökumenischen Studienwerk* para a formação científica em um contexto em que o Estado Brasileiro pouco investia na qualificação de seus pesquisadores em nível de pós-graduação. Além disso, também foi possível compreender que a trajetória de Clarissa Eckert foi diretamente influenciada pela desigualdade de gênero que caracterizava o modelo de financiamento da igreja luterana. Apesar de ter se beneficiado da bolsa da instituição, a socióloga não teve o dinheiro garantido em seu nome, posto que a *Ökumenischen Studienwerk* dava bolsas ao “casal” no nome do marido. Esse processo, assim como o observado na trajetória de Glaucia Villas Boas, aponta a importância das relações de poder institucionalizadas no campo do gênero e que perpassam os processos de circulação internacional aqui observados.

5.10 Síntese Analítica

A análise das nove trajetórias de sociólogas e sociólogos brasileiros aqui citados nos permite sumarizar algumas conclusões acerca dos condicionantes que contribuíram para os processos de circulação internacional entre 1964-1975. A partir deste estudo foi possível destacar os seguintes elementos: a concentração dos cursos de pós-graduação em ciências sociais no eixo São Paulo-Rio de Janeiro; a importância institucional de organizações educacionais e científicas situadas no Chile; a influência da repressão promovida pelo Estado ditatorial brasileiro sobre militantes e estudantes; as dificuldades no acesso a fontes de financiamento por agências brasileiras; a relevância de agências e instituições estrangeiras na promoção da formação de pesquisadores; a dependência de redes precárias de contatos para a realização de estudos no exterior; o papel de instituições religiosas e redes de solidariedade a refugiados; e o papel das hierarquias de gênero sobre os processos de circulação internacional. Neste tópico são sumarizados os resultados levantados no capítulo, cotejando a importância dos condicionantes citados sobre as trajetórias de circulação internacional investigadas.

O primeiro ponto a ser destacado é o papel da concentração dos cursos de pós-graduação em ciências sociais no eixo São Paulo-Rio de Janeiro⁹⁶. Foi elemento presente em parte considerável das entrevistas o papel do baixo número, ou completa ausência, de programas de mestrado e doutorado em sociologia, ou ciências sociais em geral, em estados fora de São Paulo e Rio de Janeiro. Observa-se que, no que diz respeito à concentração regional dos programas de pós-graduação, existe maior ênfase para o caso paulista, já que foi primeiro a criar cursos nessa modalidade no país. Isso teve considerável impacto nas tomadas de decisão das sociólogas e sociólogos entrevistados em realizar seus estudos fora do Brasil. Elemento bastante comum nos discursos estudados aqui foi a menção a impossibilidade de continuação dos

⁹⁶ A primeira geração de sociólogas e sociólogos aqui analisada, que sai do Brasil no começo da década de 1960, foi a mais diretamente afetada pelas implicações das desigualdades regionais de institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil. Gláucio Soares, Simon Schwartzman e Elisa Reis são três exemplos deste grupo e destacam em suas entrevistas o papel que a disparidade regional teve em suas tomadas de decisão. No caso de Gláucio, ainda que este morasse no Rio de Janeiro, é bastante presente a queixa de que no estado em questão as ciências sociais ainda estariam pouco institucionalizadas, sendo São Paulo o centro nacional para o melhor encaminhamento da carreira em sociologia. Simon Schwartzman também reforça esta dimensão ao mencionar o ainda nascente curso de Sociologia e Administração Pública da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, onde os alunos mais dedicados logo superavam os professores, e que orbitava intelectualmente o eixo Rio-São Paulo. Elisa Reis é outra que menciona as poucas oportunidades de continuidade da sua formação em ciências sociais em Minas Gerais, o que teria lhe influenciado a estudar no Chile logo após a formatura e a realizar o mestrado no IUPERJ, antes de ir aos Estados Unidos. Clarissa Eckert, que também teve sua trajetória analisada aqui, se queixa do status periférico da sociologia no Rio Grande do Sul enquanto fenômeno que a fizera buscar, fora do país, o curso de Doutorado. O caso da socióloga gaúcha, vale mencionar, é posterior no tempo às experiências de Gláucio, Elisa e Simon, posto que vai à Alemanha em 1975, enquanto os primeiros o fazem ainda na década de 1960, mas aponta para o caráter duradouro da desigualdade regional sobre os processos de circulação internacional dos acadêmicos aqui listados.

estudos de pós-graduação no próprio estado de formação, processo que em alguns casos era acompanhado de uma menção a ausência de perspectivas de atuação profissional após o curso de graduação.

Nota-se, neste caso, que a então baixa institucionalização de cursos de pós-graduação em ciências sociais no território brasileiro, durante o intervalo 1964-1975, é um fenômeno que influenciou diretamente na reprodução de relações de poder no campo do conhecimento global. Aqui, é possível retomar a categoria de ausência, discutida primeira parte desta tese, mobilizada pelas elites nacionais na demanda por docentes europeus e norte-americanos no Brasil. Ela ressurge enquanto justificativa para buscar formação no exterior. Também neste caso, há uma utilização desta categoria de modo comparativo, como fundamento para apontar a inviabilidade de construção de uma carreira no campo acadêmico local. Destarte, o Brasil se expressa aqui como território de instituições ainda ausentes. O exterior, mais especificamente os países do eixo euro-atlântico, enquanto locais de institucionalidade consolidada.

A conexão entre esses dois espaços distintos da cartografia global é expressão de um perfil específico de relação de poder no campo do conhecimento que Alatas (2003) conceitua como dependência acadêmica. O processo narrado encontra delimitação mais específica no que o autor entende por dependência no campo da formação, que se caracteriza pela necessidade de nações da periferia global de utilizarem do corpo institucional de países do Norte Global para a consolidação da formação de seus quadros acadêmicos. Essa situação pode incorrer em um fenômeno de fuga de cérebros, o que remonta ao modo como as hierarquias no campo do conhecimento se estruturam e reproduzem. Isso se dá por meio da distribuição globalmente desigual de instituições capazes de garantir padrões formativos e de concessão de títulos.

É importante observar que o próprio Estado brasileiro, como descrito na segunda parte desta tese, é ator fundamental na incorporação de um perfil de institucionalidade do sistema de pós-graduação embebido no modelo norte-americano. Este introduz os graus de mestrado e doutorado enquanto basilar para a formação acadêmica. A institucionalidade brasileira capaz de responder a esse perfil de formação encontrava-se concentrada no Sudeste, com restrita quantidade de vagas e docentes. Dessa maneira, a mobilização para formação no exterior se impunha aos cientistas sociais de regiões fora do eixo São Paulo- Rio de Janeiro, caracterizando um perfil de fluxo unilateral de formação acadêmica e, por definição, dependente.

Diretamente associado a esse quadro de dependência em formação institucional, outro condicionante que caracteriza as trajetórias analisadas é a dificuldade de acesso a fontes

nacionais de financiamento para a realização de estudos no exterior⁹⁷. O intervalo de 1964-1975 é marcado por uma fase inicial do amadurecimento de instituições de ciência e tecnologia nacionais voltadas ao financiamento da formação em cursos de pós-graduação. Posto que a CAPES e o CNPq, como expresso na segunda parte desta tese, ainda não tinham passado por um processo de expansão de sua capacidade orçamentária e autonomização institucional, acabavam por ocupar um papel bastante diminuto na garantia de bolsas para formação seja no país, seja no exterior. Consequentemente, a pulverização de formas de subsídio para realização de mestrados e doutorados caracteriza as trajetórias que marcam este período, revelando como este tipo de intercurso não possuía lastro institucional nacional bem assentado na época. No vácuo deixado pelo baixo investimento governamental nas estruturas de ciência e tecnologia, agências de fomento e organismos estrangeiros como a Fundação Ford, Rockefeller, OEA e o *Ökumenischen Studienwerk* apresentam-se enquanto os principais meios de viabilização dos itinerários em questão. Vale destacar que esses organismos se encontravam entrelaçados em interesses que iam desde a cooperação para o desenvolvimento até projetos filantrópicos e de solidariedade a refugiados.

Associado esse processo está o papel das redes de contatos⁹⁸. Em um cenário de difícil

⁹⁷ Este cenário demonstra a relevância de agências e instituições estrangeiras na promoção da formação de pesquisadores durante o período e pode-se listar os casos analisados em que este padrão se expressa. Observa-se que Glaucio Soares realizou, primeiramente, seu mestrado com financiamento da Rockefeller Foundation e Doutorado com bolsa da Organização dos Estados Americanos (OEA). No caso de Simon Schwartzman as bolsas foram, para os dois graus acadêmicos, respectivamente, da OEA e Fundação Ford. Silke Weber fez o mestrado na França com uma bolsa do Comité Catholique Contre La Faim, e doutorado também financiada pela Fundação Ford. Elisa Reis contou, durante o curso de pós-graduação no Chile, com financiamento do ILADES, Instituto Latino Americano de Doutrina e Estudios Sociales da Democracia Cristã chilena, e completou o final do seu ciclo acadêmico, nos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Ford. Já Dimas Floriani não informou em sua entrevista o nome da instituição que lhe angariou insumos financeiros para a realização do mestrado, apenas indicando que seria uma bolsa associada a um “comitê de apoio aos refugiados e ao povo chileno”. Já Gláucia Villas Bolas e Clarissa Eckert Baeta Neves contaram, ambas, com financiamentos da *Ökumenischen Studienwerk*, ainda que a partir de seus maridos. Cabe mencionar, contudo, que Clarissa informa, no seu currículo Lattes, que também recebeu financiamento da CAPES durante o doutorado, sendo a única deste grupo com financiamento de agência nacional. Este caso pode ser explicado por ela realizar sua pós-graduação já em 1975, apresentando um perfil de trajetória acadêmica que se intersecciona com elementos que serão típicos do intervalo seguinte (1976-1986).

⁹⁸ A mobilização de contatos durante o acesso a meios de financiamento ou permanência no exterior é elemento presente em todas as trajetórias aqui analisadas e pode ser sumariado, para cada caso, ainda que de forma pontual. Glaucio Soares teve seus processos de circulação ao exterior diretamente conectados aos contatos que estabeleceu com Joseph Carl e Peter Heinz, o que lhe deu condições de permanecer estudando a despeito de sua origem social humilde e lhe permitiu acessar cargos na FLACSO. Simon Schwartzman, primeiramente consegue ir ao Chile a partir de uma convocação pontual realizada por um intelectual francês que trabalhava para a FLACSO e buscava estudantes interessados em realizar pós-graduação na instituição, e, além disso, após o golpe de 1964, com o fim de sua carreira docente, acionou pesquisadores que conheceu no exterior para conseguir meios de subsistência e carreira. No caso de Elisa Reis são mencionadas algumas oportunidades de financiamento para estudos no Chile, os quais passavam por Glaucio Soares, um mediador com a FLACSO, mas que só se concretizaram no caso da estudante por meio de uma instituição católica. Silke Weber aponta a importância de redes construídas com a JUC para acessar o financiamento de instituições católicas e realizar mestrado na França. Além disso, mobilizou redes

acesso a financiamento, na ausência de uma estrutura consolidada de bolsas para formação fora do país, notar-se a importância que mediadores pontuais tiveram na garantia do acesso a recursos aos participantes. Os relatos colhidos nas entrevistas muitas vezes contêm situações inesperadas, laços de solidariedade, ou mesmo atos heroicos e de redenção. Neles, é possível observar que o acesso a determinadas redes frágeis de contatos permitiu seja a garantia a bolsas para estudos no exterior, seja a permanência neste a partir de teias de solidariedade e ajuda mútua. Isso expressa em que medida é típico da forma de circulação internacional deste período o recurso a conexões precárias, de baixa institucionalização, mas fundamentais para a manutenção e realização da carreira. Destarte, a dependência acadêmica, se expressa como dependência de meios de financiamento e mobilização a contatos instáveis e fortuitos para acessar bolsas, reforçando ainda mais a desigualdade posicional do Brasil frente às nações euro-americanas na capacidade de garantir a formação em pós-graduação de seus cientistas sociais.

É importante notar que a influência norte-americana é bastante evidente em se tratando dos meios de financiamento aqui tratados, posto que as principais agências que atuaram na concessão de bolsas de estudos em pós-graduação para os brasileiros estavam posicionadas nos Estados Unidos. Nesse quesito, o papel da Fundação Ford é, sem dúvida, o de maior vulto, tendo viabilizado os estudos de Simon Schwartzman, Elisa Reis e Silke Weber. Porém, é digno de nota a presença da OEA e da Fundação Rockefeller enquanto outros organismos norte-americanos que, também orientados sob os interesses de manutenção do Brasil sobre a influência cultural estadunidense na Guerra Fria, foram centrais para dar condições aos estudos dos brasileiros aqui citados. Observa-se, conseqüentemente, que as agências estrangeiras realizaram papel decisivo na reprodução do fluxo de cientistas sociais nacionais em território estrangeiro. Essas foram instrumentos da consolidação do Brasil em uma posição periférica no campo do conhecimento global naquele momento, vide a dependência de recursos externos para a formação de seus próprios quadros.

Em associação direta com a problemática da dependência em formação institucional e

que conheceu em Pernambuco, com a criação do PIMES pela Fundação Ford, para retornar à Europa com bolsa da organização. Aspásia Camargo acionou companheiros brasileiros para lhe orientar nos cursos a ser realizar na França, sem contar que sua mobilidade ao país ocorreu atrelada, também, ao namorado. Renato Ortiz, após passar por vários empregos precários, acabou por conseguir se estabilizar na França por meio de contato que possuía com o brasileiro Fernando Perrone, que lhe contratou como pesquisador em um projeto de pesquisa. Além disso Renato consegue realizar uma série de atividades profissionais na França devido a indicações feitas por Roger Bastide, seu orientador. Dimas Floriani dependeu de redes com militantes para ir ao Chile e lá permanecer e decidiu buscar refúgio na Bélgica devido a amizade com tinha com um amigo mexicano conhecido no exílio. Gláucia Villas Boas apenas consegue acessar seu financiamento pela Ökumenischen Studienwerk a partir de contatos que possuía e conheciam as oportunidades dadas pela instituição, assim como Clarissa Eckert, e os casos de ambas estão diretamente conectados às relações matrimoniais que estabeleceram.

no tocante a recursos financeiros, está um terceiro condicionante de relevância neste período, nomeadamente a importância institucional de organizações acadêmicas situadas no Chile nas décadas de 1960 e 1970⁹⁹. Presentes nas trajetórias de Glaucio Soares, Simon Schwartzman, Elisa Reis e Dimas Floriani, as instituições educacionais e de pesquisa chilenas operaram um papel crucial no intervalo analisado, servindo como centros aglutinadores de intelectuais latino-americanos e permitindo a associação entre pesquisadores e articulação de redes internacionais. A eclosão dos regimes autoritários na região é, sem dúvida, um dos principais fatores de propulsão desta busca por liberdade acadêmica e política no Chile. Assim, um número considerável de intelectuais e militantes latino-americanos buscaram na cidade de Santiago um espaço de continuidade de seus trabalhos acadêmicos, ou mesmo de articulação de lutas políticas.

Contudo, o papel repressor desses regimes políticos não explica a totalidade do fenômeno, posto que ele se encontra articulado com outros elementos que também possuem relevância e devem ser levados em consideração. Mais especificamente, a presença de instituições organizadas pelas Nações Unidas como a FLACSO e a CEPAL, que tiveram apoio institucional e financeiro da organização multilateral. Elas são elementos centrais na circulação dos intelectuais brasileiros nos anos 1960 e 1970. Essas instituições, com produção intelectual de extremo destaque durante o período investigado, serviram como meios de aprofundamento da formação de intelectuais brasileiros que buscavam continuar seus estudos de graduação ou mesmo fugir das investidas repressivas do Estado brasileiro.

É importante comentar que em se tratando do fenômeno da dependência acadêmica (ALATAS, 2003) aqui tratado, os fluxos para instituições chilenas ocuparam um papel ambíguo

⁹⁹ A primeira geração aqui analisada, Glaucio Soares, Simon Schwartzman e Elisa Reis, é exemplo patente da importância institucional das ciências sociais chilenas para a circulação internacional de sociólogos brasileiros nas décadas de 1960 e 1970. O primeiro dos três construiu carreira com intensa conexão com o Chile, tendo a FLACSO como principal instituição de trabalho. A conexão com Peter Heinz, intelectual que Glaucio conheceu nos Estados Unidos, e que foi diretor da instituição chilena, teve centralidade na histórica intelectual do brasileiro, posto que foi o que permitiu a realização de uma série de pesquisas na instituição e a própria negativa a um convite em Harvard, nos Estados Unidos. Já Simon Schwartzman é membro de uma lista de cientistas sociais e políticos de Minas Gerais que fizeram sua formação de pós-graduação no Chile, mais especificamente o curso de mestrado, em um momento em que a UFMG não possuía um curso desta natureza. É importante citar aqui o papel de mediação entre a instituição Chilena e a Universidade Federal de Minas Gerais, posto que tanto Simon, quanto vários outros pesquisadores de Minas Gerais, tiveram acesso ao Chile por meio de convocações que pesquisadores ligados à FLACOS faziam na universidade Mineira. Este é o caso, por exemplo, de Elisa Reis, que fizera seleção para realizar um curso de pós-graduação na FLACSO, e mesmo não conseguindo a vaga, acabou por ir ao país para estudar no ILADES, Instituto Latino Americano de Doutrina e Estudos Sociais, ligado à Democracia Cristã e com bolsas financiadas por fundações católicas alemãs. Importante mencionar, também, o apontamento de Elisa Reis quanto ao prestígio e boa reputação que as instituições em ciências sociais chilenas possuíam em Belo Horizonte, o que também teria lhe instigado a estudar no país. Por fim é mister citar a relevância Chilena enquanto meio de refúgio a militantes exilados, o que se expressa na trajetória de Dimas Floriani que chegou no país a partir de uma rede de outros militantes que fugiam do Brasil com o acirramento da Ditadura Militar.

sob a formação dos cientistas sociais brasileiros aqui estudados. Primeiramente, merece destaque que a presença de instituições como FLACSO e CEPAL no Chile foram importantes mobilizadores de um circuito alternativo de formação e circulação de cientistas sociais brasileiros fora do Norte-Global. Conseqüentemente, essas organizações viabilizaram um potencial de organização mais autônoma de uma ciência social latino-americana insubmissa e criativa intelectualmente. Apesar deste contexto ter garantido possibilidades de integração maior entre os sociólogos brasileiros e a ciência social da região, a formação nestes espaços também foi um fator de reprodução do prestígio teórico e acadêmico de intelectuais com origem países centrais na geopolítica do conhecimento.

Destarte, o papel da formação dos sociólogos brasileiros aqui tratados em instituições chilenas expressa a ambigüidade entre as possibilidades de uma sociologia autônoma (HOUNTONDI, 2008) ou a reprodução de um padrão de dependência acadêmica (ALATAS, 2003). Foi elemento presente nas narrativas aqui apresentadas o modo como a FLACSO teria ocupado um papel de destaque na formação de sociólogos brasileiros sob a batuta teórica da produção norte-americana, principalmente nos campos da metodologia de pesquisa, em geral, de caráter quantitativo. O caso dos intelectuais de Minas Gerais, formados na instituição de Santiago, Simon Schwartzman e Elisa Reis, ou mesmo a experiência de Glaucio Soares, é bastante representativo do que parece ter sido um movimento crucial na construção do perfil da carreira de alguns docentes que ocuparam as primeiras gerações de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG, ou, no Rio de Janeiro, o IUPERJ. Em ambos os casos, a formação em métodos de pesquisa por meio de professores e literatura norte-americana na FLACSO se apresenta como elemento marcante na construção de carreira. Conseqüentemente, são introduzidos determinados modos de se fazer ciência social no Brasil, frequentemente apresentados pelos entrevistados como “modernos” ou “mais científicos”. Neste sentido, as instituições chilenas obtiveram sucesso na mobilização de intelectuais latino americanos em direção a uma sociologia criativa e com potencial de produção de uma tradição de maior autonomia, vinculada a questões endógenas à região (HOUNTONDI, 1997). No entanto, a experiência na FLACSO também influenciou, nos casos citados, a reprodução de uma visão hegemônica da produção intelectual norte-americana sobre a brasileira, e, mais do que isso, sua associação a um ideário de cientificismo e domínio técnico das formas de investigação do social.

Outro condicionante importante para os fluxos estudados neste capítulo, que guarda conexão com a temática da influência da produção euro-americana no campo das ciências

sociais sobre sociólogos brasileiros, é o papel da deferência acadêmica e teórica às tradições europeias e norte-americanas. Foi possível notar, em vários casos, como desde às expectativas sobre a realização dos cursos de pós-graduação no exterior, até a avaliação positiva e permanência em instituições de países como Estados Unidos e França, são atravessados por relações de deferência por parte dos intelectuais brasileiros em relação aos autores, instituições e produções intelectuais do Norte-Global. Seja pela menção à infraestrutura superior às das Universidades Brasileiras, a grandiosidade de bibliotecas e espaços culturais europeus, a modernidade dos aportes metodológicos e conceituais, ou o privilégio da convivência face a face com intelectuais de prestígio na área – os quais, muitas vezes eram conhecidos apenas nos livros -, as relações de deferência se apresentam enquanto legitimadoras do caráter valioso do fluxo internacional empreendido.

As relações de deferência acadêmica e teórica expressas nos fluxos narrados podem ser interpretadas enquanto produtoras, e também produtos, das relações globais de subordinação no campo do conhecimento. O conceito de mentalidade cativa (ALATAS, 2004) é bastante profícuo para problematizar as consequências do processo colonial sobre a postura de intelectuais posicionados no Sul Global frente à produção e os atores do Norte. A tendência de reproduzir irrefletidamente conceitos e teorias, ou mesmo de atribuir valor superior às produções de autores do Norte, em detrimento de contribuições locais, é característica de um processo que tem a atribuição de prestígio acadêmico e teórico aos intelectuais dos centros como fundamento. Conforme apresentado na primeira parte desta tese, a figura do intelectual europeu e estadunidense já há muito povoava a retórica das elites brasileiras enquanto portador de valores elevados, conectados à civilização, modernidade, e atribuições superiores em se tratando de capacidade interpretativa. Também aqui nos casos narrados, em fase posterior, 1964-1975, nota-se a permanência da reverência à oportunidade de formação em centros euro-americanos ou com autores canonizados em território brasileiro. Como consequência deste tipo de postura, autores tem destacado a edificação de uma forma de pensar extrovertida dos intelectuais da periferia frente aos objetos e problemas encarados em seus terrenos locais (CONNELL, 2017; HOUNTONDJI, 1997). Além disso, a reprodução dessas relações de deferência também implica no enrijecimento das posições que caracterizam a divisão internacional do trabalho intelectual, relegando os cientistas sociais de regiões como América-latina, África e Ásia à posição de meros reprodutores de teorias e conceitos consagrados por autores do Norte-Global. Isto posto, os casos estudados neste capítulo onde essas relações de deferência acadêmica e teórica se expressam, podem ser interpretados como produtos dessas

formas de submissão no campo do conhecimento. Podem operar, por consequência, na reprodução destas próprias estruturas de poder que moldam fluxos, unilaterais e unidirecionais, de circulação internacional em nível de pós-graduação.

Outro ponto de acentuada relevância para o objeto desta pesquisa é a influência da repressão promovida pelo Estado ditatorial brasileiro sobre militantes e estudantes¹⁰⁰. A perseguição política sobre vozes dissonantes operou diretamente sobre as trajetórias analisadas de forma a promover, à força, os fluxos ao exterior. A repressão a militantes do círculo estudantil, professores, instituições de ensino e pesquisa, por parte da ditadura militar, influenciou os sociólogos em questão a buscarem formas de continuação de seus estudos fora do país, seja por fuga do regime, seja para buscar a manutenção de suas vidas em países mais seguros enquanto ditadura brasileira endurecia. Das entrevistas com sociólogos analisadas, parte considerável apresenta relatos de repressão direta da ditadura sobre a vida dos entrevistados, com experiências que vão desde indiciamentos, atuação na clandestinidade, espionagem por parte do Estado, perda de amigos e a fuga. Nesse caso, o processo de reprodução das relações de dependência acadêmica (ALATAS, 2015) foi produto, da intervenção estatal violenta, o que produziu efeitos sobre o perfil da formação intelectual dos sociólogos nacionais.

Em conexão direta com a ação repressora do Estado, está outro condicionante de grande relevância neste levantamento que é o papel de instituições religiosas e redes de solidariedade a refugiados. Manifesta nas trajetórias de Dimas Floriani, Gláucia Kruse Villas Boas e Clarissa Eckert Baeta Neves, tem como principal forma de operação as bolsas de instituições religiosas como o *Ökumenisches Studienwerk*. Esta instituição, coordenada por Heinz Dressel e criada em

¹⁰⁰ A ditadura certamente definiu as trajetórias de todos os intelectuais que estavam no país durante a vigência do regime, contudo, o estado de exceção influenciou mais diretamente alguns casos de circulação internacional. Entre as experiências aqui analisadas destacam-se as estórias de Silke Weber, Simon Schwartzman, Gláucia Villas Boas, Dimas Floriani. A pernambucana Silke Weber participou na década de 1960 da JUC de Recife, tendo se engajado diretamente no Movimento de Cultura Popular do Recife. A socióloga acabou por permanecer na França, onde realizou seu mestrado, após receber orientações de perseguição sofrida por militantes como ela no Recife. Simon Schwartzman, apesar de não possuir uma trajetória ligada a militância política acabou sendo diretamente afetado pela repressão militar em Belo Horizonte. Com o golpe militar de 1964 foi preso e obrigado a assinar um documento em que consentia não dar mais aulas na UFMG. Frente a isso, sem emprego, acabou por buscar em redes internacionais caminhos possíveis para a manutenção de sua vida acadêmica, chegando, por isso, a morar em Oslo e em Buenos Aires, antes de realizar seu doutorado nos EUA. Dimas Floriani, em 1971, decide ir ao Chile após o acirramento da ditadura no Brasil, orientado por companheiros de militância e conectando-se com uma rede formada por estes fora do Brasil. No Chile se estabeleceu em um grupo chamado “caixinha” que recebia militantes exilados e, a partir daí, seguiu com suas atividades intelectuais e políticas no país, mudando-se, depois, para a Bélgica, também por conta da repressão política. Por último, Gláucia Villas Boas, juntamente com seu marido, também foi afetada pela perseguição do regime militar, posto que o companheiro chegou a ser preso e torturado e ambos buscaram meios de financiamento que lhes permitissem prosseguir em liberdade, sendo agraciados com uma bolsa da *Ökumenischen Studienwerk*.

1972 pela Igreja Luterana Alemã, inicialmente com o foco na ajuda ao desenvolvimento de países mais pobres, acabou com o tempo abarcando a temática da solidariedade a refugiados de regimes de exceção. A Obra Ecumênica de Estudos, como é chamada em português, teve como foco a promoção de bolsas de estudo para a formação de “professores em nível de pós-graduação e permitiu a manutenção financeira e o prosseguimento dos estudos de diversos militantes políticos perseguidos pela ditadura civil-militar brasileira ou de pessoas sem perspectivas profissionais no Brasil” (RIBEIRO, 2020, p. 1). Tanto o caso da *Ökumenischen Studienwerk*, quanto a experiência de Dimas Floriani pelo citado “comitê de apoio aos refugiados e ao povo chileno”, mostram a associação entre redes de solidariedade a perseguidos políticos, trajetórias de militância, grupos religiosos e instituições educacionais estrangeiras, elementos que se articularam em rede permitindo fluxos internacionais de jovens cientistas.

É digno de nota, que as instituições religiosas e redes de solidariedade a refugiados na promoção de fluxos internacionais em nível de pós-graduação aqui narrados, atuam de forma a reproduzir, mas também atenuar, o sistema de dependência acadêmica aqui narrado. Por um lado, as bolsas de instituições religiosas e de redes de solidariedade operavam no direcionamento da formação de sociólogos brasileiros em regiões da Europa Ocidental, condicionando fluxos unidirecionais típicos da subordinação no campo intelectual. Por outro, elas ajudaram a promover a formação docente em regiões que ocupavam status de menor prestígio no interior do campo das ciências sociais brasileiras. Conforme expresso no discurso de Clarissa Eckert, o financiamento da *Ökumenischen Studienwerk* foi importante na mitigação de desigualdades em formação de mestres e doutores dos estados do Sul do país, com destaque para o caso da UFRGS, onde vários professores se formaram com bolsas da organização. Assim como destaca a socióloga, estes processos, ao atenuarem as desigualdades regionais entre programas de pós-graduação no Brasil, acabaram, também, por ajudar na promoção de um campo intelectual mais autônomo do ponto de vista de espaços de formação em pós-graduação.

Outro condicionante com importante papel sobre os processos de circulação internacional aqui analisados são as hierarquias de gênero. Nota-se que uma parte considerável das trajetórias de sociólogas estudadas neste capítulo tem seus fluxos internacionais moldados por relações afetivas com companheiros homens e conformados pelas dimensões de poder que as circundavam. Primeiramente pode-se citar a experiência de Elisa Reis que desejava realizar seu doutorado na França e acaba por fazê-lo nos Estados Unidos ao consentir com os planos de seu marido. O caso de Aspásia Camargo também expressa este processo posto que a socióloga vai à França para encontrar seu namorado, que havia conhecido em uma viagem que este fez

ao Rio de Janeiro, e permanece no país estrangeiro onde realiza seu mestrado. Além disso, Aspásia aponta que a decisão de retornar ao Brasil fora ideia do esposo, com o qual concordava e consentiu no retorno, não desejando continuar a carreira no França.

Conforme apontado nos tópicos anteriores, não se trata aqui de ignorar a autonomia destas intelectuais no processo de tomada das decisões citadas. Deseja-se apontar que, nos casos em questão, a menção ao consentimento frente aos discursos dos maridos é presente nas entrevistas, o que, como foi observado, não encontra padrão nas trajetórias de sociólogos homens aqui analisadas. A ausência de referência a consentimento em relação a suas esposas durante o processo de circulação internacional, por parte dos homens, em comparação aos casos femininos aqui descritos, são indícios justamente do papel das hierarquias de gênero nas trajetórias de cientistas, ainda que estes autores sejam cientes de desse fator os concebam criticamente.

Já nos casos de Gláucia Vilas Boas e Clarissa Eckert as hierarquias de gênero se apresentam mais incisivamente no acesso às bolsas de estudos ofertadas pela *Ökumenischen Studienwerk*. Estas eram ofertadas, pela instituição luterana, apenas ao “casal” que ia ao exterior estudar, tendo registro do financiamento feito em nome dos maridos de ambas. Este fenômeno expressa as limitações que o modelo impunha à possibilidade de liberdade e autonomia das estudantes, de modo que sua formação no exterior acabava condicionada também à relação matrimonial. Além disso, percebe-se que o consentimento com este modelo de financiamento não foi aceito de forma passiva pelas intelectuais, que discordavam desta forma de institucionalização das bolsas. No caso de Clarissa, chegou-se a questionar a organização religiosa frente à injustiça que caracterizava a forma de entrega do benefício, o que, contudo, não encontrou acolhida pelos representantes do projeto.

A análise realizada neste capítulo foi capaz de levantar uma série de elementos que caracterizam o perfil dos condicionantes da circulação internacional de sociólogos brasileiros durante a primeira fase da ditadura militar, compreendida pelo intervalo 1964-1975. O fenômeno descrito é diretamente perpassado pelas relações de poder global no campo do conhecimento, sem, contudo, deixar de ser influenciado por dinâmicas de poder locais ou mesmo condicionantes que extrapolam a geopolítica do conhecimento. A dimensão de reprodução da dependência acadêmica se expressou, primeiramente, no discurso sobre a ausência de meios institucionais que viabilizassem a formação em nível de pós-graduação no Brasil, dado sua concentração no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Além disso, as poucas opções de acesso a financiamento estruturado por agências ou instituições nacionais, foram substituídas

pela mobilização de bolsas de organismos estrangeiros, os quais direcionavam estudantes para nações do Norte-Global, com destaque para os Estados Unidos. A sujeição a fontes de financiamento externo se conectou com a necessidade de mobilização de redes, ainda que instáveis e pontuais, que garantissem condições financeiras de mobilidade para fora do país. Além disso, a deferência a instituições, autores e produções intelectuais do Norte-Global também é elemento que perpassa as histórias aqui narradas, orientando a escolha de instituições e o desejo de permanecer no exterior, reforçando as relações de centro-periferia e a posição do Brasil no interior da divisão global do trabalho intelectual. A ação do Estado brasileiro, na perseguição a opositores, operou como meio de aprofundamento das relações de dependência, ao impor fluxos ao exterior de modo forçado, os quais se concretizaram, majoritariamente, para países do eixo euro-atlântico. Porém, condicionantes como as relações de gênero, que extrapolam a dimensão geopolítica aqui narrada, também influenciaram em cheio a natureza do objeto desta investigação, apontando como as lógicas de poder e papéis de gênero no interior da instituição familiar, também são importantes para compreender o fenômeno da circulação internacional em nível de pós-graduação.

CAPÍTULO 6 –TRAJETÓRIAS (1975-1985)

Conforme foi possível observar no capítulo anterior, o fluxo de sociólogos brasileiros para o exterior durante a ditadura militar, é fenômeno transpassado por diversos elementos que associados a trajetórias de indivíduos, se coadunam em determinados perfis de circulação internacional. As condições históricas e políticas, nacionais e internacionais, assim como as relações de poder que as caracterizam, são centrais na singularização do perfil de circulação que será característico de um determinado momento histórico. Foi possível observar que a fase que vai de 1964-1975 se caracterizou por um processo lento de fortalecimento de agências nacionais de promoção de bolsas de pós-graduação no exterior, ao passo que o endurecimento do regime militar a partir da edição do AI-5, criou uma série de barreiras para a continuidade de carreiras de diversos cientistas sociais brasileiros, o que, em certos casos, os empurrou para a busca no exterior de meios de dar prosseguimento à formação universitária, ainda que por redes pessoais e pouco institucionalizadas de contatos. Esta tese defende que o cenário que segue a partir de 1975 inicia uma diferenciação no perfil do fluxo internacional de sociólogos brasileiros em nível de pós-graduação.

Como pôde ser observado no capítulo 3 e 4, a partir de 1975, com a edição do I PNPG e o fortalecimento paulatino da capacidade orçamentária e de provisão de bolsas de estudo das agências nacionais, CAPES e CNPq, nota-se um período de modificação no padrão de circulação internacional. Esta não era mais pautada exclusivamente por instituições internacionais, mas direcionada por uma própria política de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos nacional. Este capítulo mergulha justamente em trajetórias de intelectuais que realizaram seus cursos de mestrado e/ou doutorado no exterior durante esta segunda fase. Aqui, assim como no tópico anterior, são analisadas as trajetórias de sociólogas e sociólogos realçando quais arranjos condicionaram o processo de circulação internacional destes indivíduos, de modo a conectar elementos que sob determinadas condições históricas, sociais e políticas, nacionais e globais, acabaram por se associar e estabilizar um determinado fluxo para fora do país.

Neste capítulo, são analisadas as trajetórias dos seguintes intelectuais: Edna Maria Ramos de Castro, Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque, Maria Stela Grossi Porto, Anete Brito Leal Ivo, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Carlos Benedito de Campos Martins. Como pode ser observado na tabela 26, abaixo, o trabalho se debruça sobre cientistas sociais que fizeram formação majoritariamente na França, ou sobre países de influência francesa, como o Canadá. Alguns destes não contaram com fontes de financiamento para seus estudos no

exterior, enquanto os que receberam bolsas o fizeram principalmente com fundos da CAPES. A planilha a seguir também inclui informações descritivas sobre o tipo de formação, instituição de vínculo, nome dos orientadores, curso realizado e período de início e fim. Em seguida segue-se com a descrição e análise destas trajetórias:

TABELA 26 – Sociólogos Brasileiros com Pós-Graduação no Exterior Analisados (1975-1985)								
Nome	Formação	Instituição	País	Orientador	Início	Fim	Curso	Financiamento
Edna Maria Ramos de Castro	MESTRADO	École de Hautes Études en Sciences Sociales	França	Henri Desroche	1977	1978	Sociologia	
	DOUTORADO	École de Hautes Études en Sciences Sociales	França	Henri Desroche	1979	1983	Ciências Sociais	
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque	MESTRADO	PARIS 1 - Sorbonne	França	Yves Goussault	1977	1979	Sociologia	Centre International des Etudiants et Stagiaires
	DOUTORADO	PARIS 1 - Sorbonne	França	Yves Goussault	1977	1980	Sociologia	Centre International des Etudiants et Stagiaires
Maria Stela Grossi Porto	MESTRADO	Université de Montreal	Canadá	Mohamed Sfia	1978	1979	Sociologia	
	DOUTORADO	Université de Montreal	Canadá	Mohamed Sfia	1980	1987	Sociologia	
Anete Brito Leal Ivo	MESTRADO	PARIS 3 - Sorbonne Nouvelle	França	Jacques Chonchol	1979	1980	Étude des Sociétés Latino Américaines - DEA	CAPES
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti	DOUTORADO	University of Manchester	Grã-Bretanha	Bryan Roberts	1979	1982	Sociologia	CAPES
Carlos Benedito de Campos Martins	DOUTORADO	PARIS 5 - Descartes	França	Viviane Isambert Jamati	1981	1986	Sociologia	CAPES

6.1 Edna Castro

Edna Castro é nascida na cidade de Belém do Pará, sendo a única pesquisadora do grupo de trajetórias analisado a mencionar sua identidade racial de influência negra e indígena¹⁰¹. Apesar deste apontamento, que segundo a socióloga, seria uma característica dada pelo “processo de misturas” da região Norte, sua origem social está posicionada entre as classes médias da cidade. Tanto o pai quanto a mãe de Edna eram de famílias portuguesas, sendo que o primeiro, ainda na infância, foi estudar em Portugal até os 12 anos, quando realizou sua formação até o nível primário. A segunda fez sua formação educacional em Belém, chegando a completar os estudos até o nível superior, o que teria lhe permitido ser “a primeira dentista formada na Faculdade de Odontologia de Belém”. A atividade do pai de Edna como comerciante foi a base econômica sobre a qual a família se assentou, processo posterior a uma experiência deste como industrial em uma fábrica chamada “Santa Maria de Sabões e Óleos”¹⁰².

A formação educacional básica de Edna, em escola de perfil religioso, inscreve os primeiros passos na direção da jovem ao estudo das humanidades. Após realizar os iniciais anos de sua formação no grupo escolar Leandro Peixoto e em uma instituição de freiras Dorotéias, passou a integrar o tradicional Colégio Paes de Carvalho, instituição educacional mais antiga do Estado do Pará e que formou nomes de destaque da região. No interior desta escola passou a se interessar pelo estudo de áreas de como filosofia, história e sociologia, que possuíram considerável presença na carga horária do currículo e se conectavam com o perfil crítico dos docentes. Na instituição paraense havia um claro entrelaçamento entre a atuação estudantil, o pensamento contestatório, as atividades políticas atreladas à Igreja e a inclinação de

¹⁰¹ “E.C. – Eu nasci em Belém, de uma família também daqui da região de origem, como uma boa parte... quem mora em Belém, de origem portuguesa e também origem indígena, provavelmente também sangue de origem africana, porque todo o processo de misturas aqui no Norte...” (CASTRO, 2015).

¹⁰² “E.C. – Olha, o meu pai fez muitas coisas. Basicamente o meu pai era comerciante. Ele era filho de uma família portuguesa, mas ele foi para Portugal quando nasceu e teve uma formação até os doze anos. A formação do meu pai eu acho que foi a formação primária, embora ele escrevesse muito bem. (...) Em uma fase anterior ele foi também industrial. Junto com outro sócio eles foram proprietários de uma fábrica chamada fábrica Santa Maria de Sabões e Óleos – que foi, mais ou menos, na década de 40 e 50, quando, em Belém, tinham muitas fábricas pequenas de sabão, de óleo, de alinhagem, de sapatos. Havia um centro importante de industrialização ali na área do reduto da cidade. O meu pai foi proprietário dessa fábrica que existe até hoje. Nós não temos mais nada a ver com ele, porque ele vendeu logo. (...)”

C.C. – E o lado materno, sua mãe?

E.C. – Do lado materno a minha mãe nasceu de uma família de portugueses. O meu avô era português, veio para o Brasil com dezoito anos e casado com uma filha de donos da terra. A minha avó tinha nascido em Belém, era de uma família que já vivia em Belém há muitas gerações (...)

A mamãe estudou, quer dizer, os filhos vinham estudar em Belém, ficavam em Belém na época dos estudos e a minha mãe se formou em dentista. Inclusive, ela é a primeira dentista formada na Faculdade de Odontologia de Belém.” (CASTRO, 2015).

determinados professores ao pensamento de esquerda. Alguns docentes¹⁰³, que foram perseguidos pela ditadura militar, introduziram Edna na leitura da filosofia marxista e do pensamento social brasileiro, processo que influenciou a jovem no seu interesse pela formação em sociologia.

E.C. – É, Colégio Estadual Paes de Carvalho, que foi importantíssimo na minha formação porque, além de ser tipo o Pedro II no Rio de Janeiro, era um colégio com uma sólida formação. Eu fiz o curso clássico e a gente já estudava disciplinas de filosofia, disciplinas de história com uma incidência grande de carga horária e as disciplinas de Ciências Humanas. Eu acho que estive na origem da minha escolha para ir para a Sociologia esses anos, muito pouco por sinal, que eu passei no Colégio Estadual Paes de Carvalho – porque era um centro importante que fertilizavam discussões interessantes. Tinha um perfil político muito engajado dos estudantes e muitos professores também: movimento estudantil, movimento ligado à Igreja, a outras linhas políticas. Então, era um colégio que fervilhava muito a formação e ao mesmo tempo a ação de uma série de programas, de projeto dos estudantes. (CASTRO, 2015).

É importante mencionar que os interesses da então jovem para realizar seus estudos em sociologia são concomitantes com sua iniciação em atividades políticas no Pará. Em meados dos anos 1962 ou 1963, Edna se introduz em organizações militantes associadas à Igreja Católica, mais especificamente um grupo de meninas da Juventude Estudantil Católica (JEC). Essa investida na militância iniciou um longo processo de ativismo político estudantil que culminou na participação em diversos congressos e assembleias em distintos estados do país, de modo que Edna chegou a ocupar um cargo de diretoria na União dos Estudantes Secundaristas e passou a integrar a JUC. A investida no universo da luta social teria aberto um novo horizonte de esperanças no campo político para a jovem, marcando para sempre os seus interesses, seja dentro da academia, seja no campo a pesquisa ou mesmo em suas posições políticas. As ambições da militante secundarista, contudo, esbarraram na eclosão do golpe de 1964, que apesar de não atingir diretamente a estudante no cerceamento de sua liberdade de ir e vir, acabou por limitar a atuação das organizações que participava¹⁰⁴.

¹⁰³ “E.C. – (...) como no Paes de Carvalho nós estudávamos Filosofia, nós conhecemos... Os professores que davam aula para nós era um padre de esquerda, que, claro, foi levado de Belém a força e preso em um convento no Nordeste. Ele dava filosofia marxista e introduziu uma série de autores brasileiros, autores críticos. Então, eu entrei na Sociologia pela Filosofia e pela História também, porque História era uma disciplina... Também um professor muito bom, professor Milton Moreira, que nos dava aula, ele fazia um pouco os alunos serem protagonistas da história, quer dizer, se deslocarem no tempo e isso me fascinou muito. Eu cheguei na Sociologia um pouco por outras disciplinas e por interesse pessoal de comprar livros e ler.” (CASTRO, 2015).

¹⁰⁴ C.C. – Você chegou a ser afetada pela militância?

E.C. – Olha, Celso, eu tive uma trajetória política desde o secundário. Eu estudei em colégio de freira, tudo bem. Mas lá no colégio de São Antônio das Dorotéias, nós tínhamos um grupo de JEC feminina. (...)

Então, eu comecei a participar ativamente sem ter cargo de diretoria na União dos Estudantes Secundaristas, mas participar como JEC. Fomos a vários congressos em São Paulo, no Rio de Janeiro. Então, isso, para mim, foi, talvez, a coisa mais importante da minha formação política. Nas minhas opções de pesquisa, que eu nem se quer sabe que eu iria ter, não sabia da minha trajetória, mas eu acho que essas escolhas que eu fiz neste momento determinaram a minha trajetória. Quando houve o golpe de 64, eu já estava integrando o grupo da JUC, Juventude Universitária Católica. (CASTRO, 2015).

No ano de 1966, Edna Castro é aprovada para realizar o curso de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará, instituição criada em 1957 e que ainda dava passos em direção à consolidação de sua estrutura e formação docente. A jovem ingressante encontra um curso com perfil um pouco aquém do esperado, posto muitos professores vinham de outras áreas que não a sociologia, devido à baixa oferta de docentes na região que possuísem uma formação continuada nessa área. Conseqüentemente as possibilidades de atuação em pesquisa para discentes ainda eram inexistentes, o que, segundo Edna, seria produto do fato de que os professores realizavam, em turno contrário, outras atividades profissionais, como trabalhos em escritórios de advocacia, já que vários destes eram advogados¹⁰⁵. A formação propiciada na UFPA, definida majoritariamente pela natureza dos cursos lecionados, destacava a leitura de autores clássicos da tradição sociológica norte-americana e alguns europeus, dentre os quais pode-se citar Sorokin e Parsons. O contato com a produção intelectual nacional era bastante pequeno em detrimento de autores do eixo euro-americano e os docentes locais se caracterizavam mais por realizarem interpretações de obras já existentes do que pela produção de conhecimento inovador¹⁰⁶.

E.C. – Não, eu não cheguei a ser afetada não, apenas... Afetada assim, não é? Todos foram. Porque eu era muito envolvida no movimento estudantil e depois no movimento universitário ligado à igreja, nós éramos da JEC e da JUC. Com o golpe militar... O arcebispo, Dom Alberto Ramos, um dia reuniu lá na sede regional da CNBB todas as pessoas filiadas a JEC, JAC, JOC, JUC e etc., pela igreja leiga e ele disse claramente, depois de uma preleção de meia hora que a gente não entendia bem para onde ia, para um lado e para o outro, ele disse que a partir daquele momento estava desfeito a ação católica e cada qual fosse cuidar da sua vida.” (CASTRO, 2015).

¹⁰⁵ “E.C. – Trabalho de pesquisa para nós era o grande sonho irrealizado durante o curso.

C.C. – Por que os professores não faziam pesquisa?

E.C. – Os professores não faziam pesquisa. Os professores tinham seus escritórios de advocacia, tinham seu trabalho no tribunal. Eles tinham outras atividades e o ensino era uma parte da vida deles, não é?” (CASTRO, 2015).

¹⁰⁶ “E.C. – excelentes professores, mas eles interpretavam, produziam interpretações sobre a realizada da Amazônia, sobre história da Amazônia, sobre o aviamento, sobre o caboclo, sobre os tipos, categorias sociais. Quer dizer, a produção do conhecimento existia, mas era uma produção do conhecimento, digamos assim, a partir das interpretações das interpretações existentes.” (CASTRO, 2015).

E.C. – Olha, o curso de Ciências Sociais era novo, embora Ciências Sociais no Pará tenha sido contemporâneo da maior parte dos primeiros cursos no Brasil. Quando eu entrei para fazer Ciências Sociais já tinham turmas que já tinham concluído. (...) Então, eu calculo, mais ou menos, que o curso de Ciências Sociais seja do início da década de 50, não é? (...) então era um curso que a maior parte dos professores vinham da área do Direito: professor Orlando Costa, professor Roberto Santos. Eles vinham da área do Direito menos os que vinham da Economia, formação econômica, os que davam História... História não, mas os que davam Antropologia, Sociologia, enfim. Foi um aprendizado junto com o aprendizado dos professores da Sociologia. Quer dizer, alguns autores clássicos nós conhecemos através deles, mas o curso deixava um pouco a desejar com relação...

C.C. – Dos autores clássicos, Marx vocês viram?

E.C. – Marx não, nós não liamos Marx na universidade. Nós liamos Durkheim, nós liamos Sorokin, nós liamos Talcott Parsons, nós liamos autores americanos. Nós liamos muito pouca a literatura brasileira. Autores americanos marcavam as disciplinas e nós tínhamos muito pouco trabalho de pesquisa. (CASTRO, 2015).

A experiência de Edna na UFPA, durante e após a finalização de sua graduação, que se dá no ano de 1968, foi acompanhada das atividades políticas que caracterizavam seus interesses desde o primeiro ciclo educacional. A luta no interior da Universidade contra as ingerências da ditadura foi bastante intensa, de modo que os movimentos sociais e partidos políticos que a estudante integrava utilizavam de meios diversos de ação para boicotar tentativas de ruptura da autonomia universitária e livre direito à expressão política¹⁰⁷. Com o término do curso, a recém-formada continuou dando apoio a grupos de militância política ligados à Ação Popular e ao PCdoB, no auge do acirramento político e perseguição promovidos pelo AI-5. A socióloga passa então a dar suporte a tais movimentos, os quais enveredavam, em parte, para a luta armada, com destaque para as atividades na Guerrilha do Araguaia. Todavia, o endurecimento da repressão Estatal faz com que em meados de 1969 e 1970, após viver na clandestinidade, Edna tomasse a decisão de ocupar-se mais na linha de apoio do que nas ações diretas e de combate capitaneadas pelos movimentos.

¹⁰⁷ “E.C. – É, dentro do curso de Ciências Sociais nós fizemos movimento. Quer dizer, na Ditadura nós não paramos. Ciências Sociais ficava aqui no centro da cidade. Na mesma rua que tinha Medicina, tinha um grupo mais combativo da Medicina – várias tendências, partido comunista, AP, PCdoB, enfim, várias tendências. Dois quarteirões depois tinha a Faculdade de Filosofia onde estava Ciências Sociais, História, Geografia. Então, ali era um corredor de ação política. Três quarteirões, na mesma linha, tinha a reitoria da universidade. Então, nós continuamos o movimento. Por exemplo, todas as eleições que foram feitas nós boicotamos: nós incendiamos urnas, nós roubamos, nós sumimos com as assinaturas dos votantes. Então, todas as ações que a universidade fazia, que a Ditadura fazia dentro das universidades para controlar os estudantes, nós estávamos na frente. Eu estava junto com os colegas que estavam na frente. Nós tomamos o diretório, nós fizemos acampamento dentro da universidade. Mesmo quando eu saí da universidade, esse movimento na Faculdade de Filosofia continuou. Depois do AI-5 houve invasão na Faculdade. Quer dizer, invasão não, ocupação melhor dizendo, ocupação dos estudantes. O Exército bateu presente, as pessoas conseguiram fugir. Então, as lutas contra a Ditadura, inclusive, ações fora da universidade, nós fazíamos ações nas fábricas. Panfletar fábrica, tentar organizar os trabalhadores para algumas ações contra a Ditadura. Então, isso aí se prolongou por todos os anos da formação da universidade”.

E.C. – Olha, eu acho que eu era destemida, mas nós tínhamos medo sim. À medida que avançava a repressão também havia perdas: pessoas que eram presas, colegas que a gente perdia. Então, claro que havia um recuo. Houve um recuo... Quando eu fiquei grávida eu ainda cheguei a fazer algumas ações. Eu me lembro que eu fui para porta de fábrica, meus colegas foram presos. Colegas, mulheres e homens, ficaram presos mais de um ano na cadeia. Eu consegui me safar de algumas ações, por sorte talvez, guiando carro. Mesmo que eu não estivesse no movimento direto, eu estava guiando carro, levando pessoas para cá, para ali. As ações clandestinas... Eu vivi essa clandestinidade por algum tempo em 68, 69. Mais ou menos em 70, eu tomei uma decisão. Talvez 69, 70, eu vou ficar mais em uma linha de apoio. Por exemplo, eu sabia um pouco do movimento da guerrilha do Araguaia, porque nós fazíamos ações para mantimentos, roupas, apoio financeiro, uma corrente para ser levado para lá, não é? Nós sabíamos exatamente o que era, porque havia uma cifragem, como você sabe, e havia níveis de formação que a gente recebia, às vezes a gente recebia exatamente a informação para cumprir alguma coisa, quer dizer, recolher dinheiro, recolher roupa, levar o grupo tal em tal lugar. Mas depois eu associei, depois eu soube que colegas minhas que chegaram a ir para lá, duas colegas minhas chegaram a ir, não ficaram na guerrilha, mas chegaram a ter treinamento, essas pessoas me contaram e eu liguei um pouco as pontas e eu vi que eu estava colaborando para o movimento um pouco mais insurrecional. (CASTRO, 2015).

No início dos anos 1970, com a institucionalização crescente da UFPA, Edna passa a integrar o corpo docente do curso de ciências sociais. A socióloga é aprovada em um concurso na Universidade¹⁰⁸, período em que a reforma universitária estaria sendo implementada com maior vigor e que seria marcado pela realização de uma série de concursos. Em um espaço onde a necessidade de realização de cursos de mestrado e doutorado não era pré-condição para ingressar no corpo docente universitário no Pará, Edna começa a dar aulas de sociologia e atua na construção Associação de Sociólogos do Pará e no lançamento da revista Teoria, Debate e Informação.

Após seis anos como docente na UFPA, Edna manifesta interesse em dar prosseguimento à sua formação acadêmica, a partir da ideia de realizar um mestrado, o que irá conectar trajetória profissional ao exterior pela primeira vez. O desejo de estudar fora do país, com a continuidade de seus estudos de pós-graduação, sempre esteve patente na socióloga. Ela afirma que não chegou a pesquisar quais eram os programas brasileiros que teriam cursos de mestrado na época, já endereçando seus ímpetos para o exterior. Ao mirar no horizonte as possibilidades de realização desta investida a ideia de ir pra França foi quase imediata, e se coadunava com os interesses de seu marido, José Carlos Castro, filósofo e advogado, que

¹⁰⁸ “E.C. – Em 71, a universidade foi a reforma universitária e vários concursos foram abertos com duas vagas em Sociologia, duas vagas em Metodologia das Ciências Sociais, houve para Filosofia, houve para História. Quer dizer, vários concursos ao mesmo tempo na área de Ciências Humanas. Eu prestei dois concursos em 71, eu prestei um para Sociologia e um para Metodologia das Ciências Sociais. Eu passei em primeiro lugar em Metodologia das Ciências Sociais e eu passei no segundo lugar em Sociologia. Que passou o primeiro lugar na Sociologia foi o... Bom, depois eu lembro o nome. Foi um colega que foi impedido pela Ditadura de assumir”. (CASTRO, 2015).

também ansiava complementar sua formação na Europa. O imaginário acerca do “velho mundo” enquanto berço civilizatório da intelectualidade ocupou um papel relevante no desenrolar da concretização do projeto pelo casal. Edna afirma que uma certa “mentalidade colonial” o teria influenciado neste trajeto, moldando os seus desejos em “conhecer os grandes autores franceses”. Além disso, o marido, mirava no continente europeu a possibilidade de concretização do interesse em ter contato com o mundo grego e as origens da filosofia. Isto posto, o casal enviou uma série de candidaturas para instituições diversas da França, número que teria chegado próximo a 10 universidades, ansiando que com a aprovação em qualquer uma destas pudesse realizar a mobilidade ao país estrangeiro. Em meio a tais submissões, e algumas respostas positivas, escolheram a cidade de Paris como destino final.

E.C. – (...) Eu não mapiei os mestrados que tinham no Brasil para escolher fazer na França. Eu simplesmente optei para ir fazer fora, para ir fazer na França. (...)

C.C. – Não tinha ninguém na França que na época tivesse...

E.C. – Absolutamente ninguém que tivesse ajudado, dado um pouco do caminho das pedras. Talvez até pensamento colonial, entendeu?

C.C. – Ele era professor de Filosofia.

E.C. – Formado em Direito, professor de Filosofia. José Carlos tinha um sonho de conhecer o mundo grego, a origem da filosofia, ele sonhava um pouco disso. Eu sonhava um pouco em conhecer os grandes autores da Sociologia francesa. Então, tanto nós não sabíamos por onde ir que nós fizemos uma carta e mandamos para inúmeras universidades, mandamos para umas dez universidades e a que aceitar a gente, a gente vai. Nós sabíamos que tinha bolsa da CAPES e várias universidades nos aceitaram. Eu quase vou para Montpellier ou vou para Marseille, por causa do medo frio. Então é melhor ir para o sul, porque o sul não tem frio. Não tinha nada de acadêmica, era simplesmente sobrevivência. Depois nós refletimos: “Não, vamos para Paris”. Nós fomos aceitos. Então, foi mais ou menos assim que nós fomos para a Europa. Nunca tínhamos ido lá. Quer dizer, foi a primeira que nós fomos já foi para fazer o curso. (CASTRO, 2015).

A escolha de ir para o exterior não se assentava, contudo, apenas no desejo em fazê-lo, mas nas possibilidades materiais nascentes que já se estabeleciam naquele momento no Brasil, em termos de fontes de financiamento para tal. Conforme pode ser visto na passagem anterior, Edna menciona que sabia da existência de bolsas da CAPES para fazer tal mobilidade, fenômeno que teria sido relevante para a possibilidade de tomar a formação enquanto viável. O processo de acessar a bolsa da instituição, contudo, encontrou alguns impasses de natureza política que impediram que o financiamento em questão fosse acessado. Primeiramente, tanto a socióloga quanto o marido pleitearam bolsas da CAPES, mas apenas ela recebeu uma resposta positiva da instituição. Contudo, a pesquisadora teve seu visto negado para a França, de maneira que o marido, com recursos próprios, realizou a mobilidade para acelerar a instalação no país, enquanto a esposa buscava meios de resolução do entrave com o visto. Na busca por respostas

sobre a negativa de seu visto a Edna acionou contatos que sua mãe possuía no Exército, o que permitiu que descobrisse que a intercorrência teria ocorrido por conta elementos de sua trajetória, colhidos pelos serviços de espionagem da ditadura, que remetiam à sua atuação política no âmbito universitário. Notadamente, no interior destes documentos estaria uma entrevista dada a uma revista estudantil em que Edna afirmava da indissociabilidade entre a atividade intelectual e política¹⁰⁹. Algum tempo após acessar este material a socióloga teve sua liberação para viajar, apesar de não poder mais contar com a bolsa da CAPES.

C.C. – Vocês tiveram licença aqui da Universidade? E bolsa?

E.C. – Pois é, foi assim: bolsa eu consegui uma, o José Carlos não conseguiu. O José Carlos foi na frente, alugou o apartamento e coisa e tal. Estratégias que nós montamos. (...) Nós compramos as passagens e eu precisava do visto. Quando eu fui fazer o visto, foi negado. Aí eu queria saber porque foi negado, vira, vira, mexa. Não sabia porque tinha sido negado, mas não adiantava que eu não ia sair do país. Aí eu entrei um pouco em desespero e procurei ver qual era o impedimento. Aí eu fui lá no Exército. Primeiro eu fui no comando da Aeronáutica, porque tinha um brigadeiro lá que a mamãe conhecia. Não consegui nada, fui direto no comando do Exército e expliquei para ele. O coronel mandou buscar a minha ficha e, gozado, quando trouxeram a pasta com os documentos meus que ele tinha lá veio o boletim dos alunos. Foi aí que eu fui saber que o boletim dos alunos... “Você acredita nisso? Você acha realmente...?”. Eu disse: “Eu acho, eu acho”. Eu peguei e comecei a falar para ele um pouco... Não tinha saída: ou eu falo autoralmente, professoralmente ou eu vou... Qual era a saída? Não tem outra saída. Puxei o que sabia de Sociologia e expliquei para ele o que era realidade, o que era sociedade. Ele me escutou, provavelmente me achou ridícula, mas não consegui nada, não é? Eu continuei impedida de viajar. Não, eu consegui liberar por alguma razão, porque eu estive em vários lugares. Por alguma razão eu fui liberada para viajar, mas sem a bolsa. Então, eu viajei. (CASTRO, 2015).

A partir de levantamento na plataforma do Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), foi possível ter contato com alguns documentos que expressam entraves das estruturas de Estado Brasileiro para inviabilizar a mobilidade de Edna Castro e seu marido José Carlos Dias de Castro ao exterior com financiamento da CAPES. Em documento¹¹⁰ de 17 de maio de 1977, da Agência de Belém do Serviço Nacional de Informações, consta levantamento de antecedentes da docente paraense visando verificar possibilidade de aproveitamento para viagem ao exterior.

¹⁰⁹ “E.C. – (...) eu dei uma entrevista e também escrevi um artigo, porque a pergunta que eles faziam era: “Você acha que estudante só deve estudar ou o estudante também deve fazer política?”. Aí eu disse: “Claro, a política é a formação universitária. Não existe formação universitária sem o exercício da política”. Foi isso que eu falei, uma coisa muito simples, não é? Talvez eu tenha me apoiado em alguns autores. Mais tarde, quando eu quis fazer meu doutorado na França, eu fui penalizada... Foi aí que descobri que eu tinha sinalizações na minha ficha profissional, na minha ficha política, em vermelho e uma dessas sinalizações em vermelho eram essas entrevistas e isso que os alunos publicaram nos boletins deles. Então, a universidade estava o tempo sendo olhada, sendo percebida pela Ditadura”. (CASTRO, 2015).

¹¹⁰ O documento citado pode ser acessado pelo seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/kkk/83003364/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_83003364_d0001de0001.pdf

O arquivo aponta que a professora estaria sendo cogitada para realizar seu mestrado na Universidade de Paris, de 1 de maio de 1977 a 30 de agosto de 1979, assim como seu marido¹¹¹. No caso de Edna, o documento descreve as atividades da então estudante como tesoureira da Diretoria da União Acadêmica Paraense (UAP) no ano de 1965, além de uma averiguação sobre possível participação em congresso estudantil, na cidade de Coqueiro, proibido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/SEGUP/PA) em 1966.

Além disso, o documento de um anexo com uma Ficha de Qualificação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Cultura, apesar de informar não conseguir indicar posição ideológica e ações subversivas de Edna, diz que pode-se intuir sua posição frente ao golpe de 1964 por conta da atuação na UAP e pelas atividades políticas de seu esposo “embora os registros não permitam opinião conclusiva, é possível, senão provável, que seja contrária à Revolução de 31 mar 64, tendo em vista sua participação na direção da extinta UAP e os antecedentes e atitudes atuais do seu marido, advogado JOSÉ CARLOS DIAS CASTRO.”. Além disso, outro documento, também anexado, desta vez de parte da Política Militar do Governo do Estado do Pará, aponta para outros antecedentes de Edna em atividades políticas de esquerda, como as atividades como docente no Colégio Estadual “Paes de Carvalho” onde teria contato direto “com elementos considerados como esquerdistas”, além de afirmar que estar “foi considerada perigosa agitadora na sua Faculdade”. Isto posto, o documento da Agência de Belém do SNI, se finda com a informação de que “esta Agência informa que existem restrições quanto ao aproveitamento de EDNA MARIA RAMOS CASTRO, cogitada para viagem ao Exterior.”.

Estes documentos, que provavelmente diziam respeito à solicitação de Bolsa para a realização do mestrado, contudo, não impediram que a pesquisadora paraense realizasse seus estudos fora do país, ainda que sem o financiamento pretendido pela CAPES. Apesar de ter conseguido a liberação para a realização dos estudos na França sem a bolsa da CAPES, Edna teve que enfrentar uma série de adversidades relacionadas ao seu contrato na UFPA que quase inviabilizaram o mestrado fora do país. Após três meses no exterior, notou que os repasses do salário da instituição paraense foram interrompidos, o que ocorreu devido ao cancelamento de seu contrato. Segundo a socióloga, a ocorrência deste fato, que quase acarretou seu retorno ao

¹¹¹ A solicitação de antecedentes do marido de Edna, José Carlos Dias Castro, também foi realizada pelo SNI Paraense, e pode ser acessada no seguinte link: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/kkk/82002684/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_82002684_d0001de0001.pdf

Brasil, teria como causa a ação dos agentes do Estado ditatorial como forma de tentar afastá-la de suas atividades docentes no Pará. A situação teria sido resolvida apenas seis meses após ficar sem receber o soldo da instituição, tendo o intermédio de um antigo professor e amigo de Edna, Armando Mendes. Este ocupava uma posição no Ministério de Educação e teria atuado junto ao Estado na minimização dos elementos presentes na ficha dela para com os órgãos de espionagem. O reestabelecimento do contrato permitiu, conseqüentemente, o retorno dos pagamentos e a viabilização dos estudos da professora na França.

Daí a três meses... Eu cheguei a receber dois meses de salário, no terceiro mês já não veio mais meu salário. Aí começamos a saber o porquê, podia ser problema administrativo. Depois descobrimos que não era, e que eu simplesmente tinha sido... Como é? Foi cancelado o meu contrato. Quer dizer, eu deixei de ser professora, eu deixei ser funcionária pública. Quer dizer, o concurso foi anulado praticamente para mim, entendeu?

C.C. – Mas então, continuando, você descobriu que havia sido cancelado o seu concurso? (...)

E.C. – Não precisa argumento. É simplesmente: eu não sou uma pessoa para ser... Digamos... Não sou. Quer dizer, você é uma pessoa não grata ao Estado brasileiro. Você não representa o Estado Brasileiro. Quer dizer, você não pode ir com dinheiro brasileiro para estudar na França, porque isso seria um presente para uma pessoa que tem um perfil não grato. Mas aí a punição não era uma suspensão do contrato que poderia ser readmitida quando voltasse. Simplesmente foi cancelada a minha contratação. Nós tentamos burlar. Várias pessoas foram ao Ministério. Eu só consegui finalmente reestabelecer o meu salário uns quatro ou seis meses depois. Eu me lembro que foi um período muito longo. E graças ao professor Armando Mendes, que tinha assumido uma secretaria especial no Ministério de Educação, lá em Brasília. (...). Foi graças ao professor Armando Mendes que aquelas sinalizações da minha ficha lá no Ministério fossem minimizadas e eu fui readmitida na Universidade e reestabelecido o meu salário. (CASTRO, 2015).

A partir do desembaraço das condições de financiamento de seus estudos Edna Castro inicia, finalmente, em 1977, seu mestrado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em Paris. Na instituição francesa a socióloga desenvolveu estudos sobre a industrialização em Belém do Pará, sob orientação de Henri Desroche. O pesquisador trabalhava com sociologia do desenvolvimento, despertando o interesse da brasileira por se debruçar sobre alternativas de trabalho cooperativo na Polônia, tendo experiências de pesquisa sobre cooperativismo e trabalho agrícola em países comunistas. Apesar das dificuldades com o domínio da língua¹¹², posto que nem Edna nem o marido tinham um conhecimento aprofundado do Francês, a pesquisadora desenvolveu uma série de atividades exitosas no país. Edna teve a oportunidade

¹¹² “E.C. – O exílio sempre traz marcas profundas, em geral profundas. Seja o exílio desejado, seja o exílio forçado. E para mim aconteceu isso porque eu não tinha ainda o domínio total da língua, como o José Carlos não tinha. Nós tínhamos que passar por toda aquela experiência de viver num país que tem um certo rigor da língua, que tem códigos sociais que passam pelo domínio da língua. Você não acessar esses códigos, você nem saber o que são esses códigos. Eu acho que essa fase foi importante porque deu o choque de cultura, o choque do pensamento, da lógica de pensar.” (CASTRO, 2015).

de frequentar aulas e grupos de pesquisa de professores diversos como Bourdieu, Castells, Touraine e Sachs. Além disso, afirma que chegou a circular em Nanterre, onde conheceu Pierre Crepieux¹¹³.

A circulação na França durante a década de 1970 foi uma experiência que inseriu Edna em um espaço intenso de trocas com atores ligados à América Latina e ao Brasil, permitindo uma espécie de redescoberta do país e da região, além de inseri-la em redes de atores que refletiam e organizavam as possibilidades de redemocratização do país. Na universidade de Vincennes, que abarcava intensos debates sobre ditaduras na África e América Latina, a socióloga conheceu uma série desses personagens dos quais se destacavam exilados, clandestinos e estudantes, como ela, que vieram a ser formar no exterior. Os debates que ocorriam na universidade francesa e em outros espaços de Paris envolviam, por exemplo, atores que estavam articulando a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), além da emergente questão ambiental, que incluía alunos e simpatizantes da obra de Sachs. A articulação política da socióloga brasileira em território francês lhe entrelaçou em uma rede de mulheres latino-americanas que participavam de movimentos políticos e intelectuais no país, oportunidade que lhe fez se tornar editora da revista *Herejías*, que abarcava a questão de gênero e sexualidade.

E.C. – Depois, em Vincennes, também importante Vincennes porque era um laboratório de política, era um laboratório de todas as ditaduras no mundo, na América Latina, na África, na Grécia: as pessoas iam para Vincennes discutir as questões políticas. Eu fui uma vez lá e fiquei fascinada. Acabei sendo aluna do Éder Sader, acabei sendo aluna da Beth Lobo, acabei ficando amiga da Beth Lobo quando terminou o seminário dela, o Marco Aurélio, enfim, pessoas de uma linha um pouco autonomista, pensar a política de uma maneira mais autonomista. Acabou dando tudo no PT quando houve as convergências para o PT. Mas, naquele momento, aparecia muito diferente de outros grupos também acadêmicos e de linhas políticas que eu tinha visto, como o Poulantzas em Vincennes. Isso foi um despertando uma curiosidade muito grande para outras sociologias fora da França. Então, a sociologia latino-americana que eu conheci com colegas que tinham vindo desses países ou uma Sociologia, a Sociologia inglesa, a Sociologia grega que se discutia na Grécia, então, para mim, foi uma abertura. Mas eu diria que, dessas aberturas, o que mais acabou me contagiando foi a América Latina. Para mim foi uma descoberta da América Latina. Eu convivi muito com mexicanos, ao mesmo tempo com peruanos, colombianos, venezuelanos. E eram discussões de

¹¹³ “E.C. – Foi muito interessante. Mas, na École, eu tive um pouco o interesse de ir com outros grupos de pesquisa. Por exemplo, eu frequentei o grupo de pesquisa do Manuel Castells, que naquela época dava aula de Sociologia Urbana. Era muito jovem, mas já um grande nome. O grupo do Bourdieu, eu também fiz a disciplina dele. Também, como eu estava muito ligada e à época se discutia muito movimentos sociais, eu frequentei um pouco, não muito, as discussões de movimentos sociais do Touraine. Isso na École. Também o Sachs, a questão ambiental não estava muito clara na minha cabeça, mas havia essa discussão. Então eu frequentei alguns seminários dos Sachs e conheci pessoas então, muitas pessoas que depois eu fui reencontrar em Belém, da área ambiental, dos programas ambientais, tinha a ver com essa relação com o Sachs, com o pessoal de movimentos sociais. Bastante eclético, porque são linhas diferentes da interpretação na sociologia. O Touraine é muito diferente do Bourdieu, muito diferente do Castells, mas eu acho que todas elas me serviram muito para essa entrada, logo no primeiro ano, essa entrada na Sociologia francesa.” (CASTRO, 2015).

densidade, por quê? Porque não eram só acadêmicas. Esses grupos eram grupos que vinham para a Europa com outras possibilidades políticas, de pensar o país deles, de pensar outros projetos. Por exemplo, antes de existir o PT no Brasil... Antes de eu conhecer o PT no Brasil, eu conheci o PT na França. A formação do PT, as pessoas reunindo para pensar o PT e para mandar proposta para dentro do Brasil do que estavam pensando fora e trazer o que estava no Brasil... Então, isso eu convivi lá. Foi muito, muito interessante. (CASTRO, 2015).

Apesar da discussão sobre gênero não ter sido incorporada no mestrado de Edna, mais focado na sociologia do trabalho¹¹⁴, é durante a realização de seu doutorado, no ano de 1982, que a pesquisadora aborda o tema em um estudo sobre operárias na indústria eletroeletrônica de Manaus e nas indústrias tradicionais de Belém. É também neste período que passa a se envolver com movimentos ecologistas que passavam a despontar na Europa. Por esta ocasião, a aproximação com o tema da Amazônia se introduz em sua trajetória, o que culmina com a criação da revista *Sauve qui peut l'Amazonie*, “Salvem quem puder a Amazônia”. A discussão sobre a floresta brasileira estava muito presente na mídia europeia naquele momento, o que fazia com que a socióloga, ao apontar que era de região amazonense, acabasse por ser perguntada sobre temas que envolviam a região e que povoavam os debates relacionados, como genocídio indígena, desmatamento e queimadas¹¹⁵. Em meio a esta experiência de militância e contato com os estudos em ecologia a professora esteve em contato com pesquisadores como Lena Lavinas, Kergouat e Renato Athias.

É importante mencionar que as atividades de pesquisa e militância de Edna Castro, no âmbito do Comitê Internacional em Defesa da Amazônia (CIDA) situado em Paris, também foram alvo de monitoramento pelos órgãos de espionagem da ditadura brasileira. Segundo

¹¹⁴ Apesar deste envolvimento com o debate da questão de gênero Edna realizou seus estudos de mestrado no campo do desenvolvimento com ênfase à sociologia do trabalho. Em se tratando o tema da sociologia do trabalho a docente afirma que teve influência direta de “Vincent Auriol” ou “Jean-Marie Vincent” e Pierre Reul que teve contato quando estava em Vincennes. (CASTRO, 2015).

¹¹⁵ “E.C. – Aí tem um lado interessante que, enquanto eu estava na França, ao mesmo tempo que eu militei no movimento feminista, eclode outros movimentos lá importantes como, por exemplo, o movimento ecológico – movimento ecologista que eles chamavam. Não era ambiente, era mais movimento ecológico. Eu participei não tanto quanto, porém eu tive, assim, uma curiosidade muito grande de me aproximar, de ir para a manifestação, de estudar um pouco essas discussões. O Touraine, naquela época, lançou um livro sobre o movimento ecologista também... Acho que um pouco depois. Então, esse debate estava presente e eu absorvi um pouco essa questão ambiental, que eu acho que depois eu retomo, não é? No pós-doutorado eu retomei realmente a questão ambiental. (...) Mas outras coisas também me chamaram muito atenção, por exemplo, isso eu já estava há uns três anos na França a Amazônia, porque começaram a se formar grupos em defesa da Amazônia. E tinha um pessoal lá que vinha muito aqui a Belém que começaram a organizar grupos. (...) Enfim, era um grupo, assim, de ativismo sobre a Amazônia. Ativismo, divulgação, difusão, debates, fazíamos grandes debates na cidade universitária e, às vezes, dava trezentas pessoas. Aí passávamos filmes, debatíamos. Começou a aparecer muito na mídia, muita discussão e eles nos interpelavam lá sobre o genocídio dos índios, desmatamento, as queimadas. Quando dizíamos que éramos da Amazônia, eles nos interpelavam. Então, começávamos a dar esse tipo de resposta.” (CASTRO, 2015).

documento¹¹⁶ do SNI de Manaus, levantado a partir do Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), datado de 8 de março de 1982, a organização, que possuía grande influência internacional, realizada a produção de relatórios, eventos e revistas, com a finalidade de descrever a situação da Amazônia brasileira, “aproveitando-se de brasileiros que lá estão preparando tese sobre a Amazônia”. Edna Castro é uma das citadas, e o documento do órgão de espionagem aponta-se que o organismo internacional realizava essas atividades com “distorções tendenciosas, cuja finalidade principal é vender uma imagem negativa do governo brasileiro, no exterior”.

O contato continuado, além das experiências de militância comum e troca intelectual, com outros latino-americanos na França, operou um importante efeito sobre Edna na sua relação com a identidade latino-americana e a crítica às relações de poder no campo do conhecimento. A experiência no exterior permitiu que a socióloga observasse a singularidade da identidade dos brasileiros no contexto europeu em comparação com outros latino-americanos. Essa identificação era marcada por um sentimento de deslocamento e autorreferência dos brasileiros para com seus colegas conterrâneos da América do Sul e Central, além de uma posição maior subalternidade intelectual frente à Europa. O contato com esses outros atores permitiu uma elaboração mais crítica da relação norte-sul global para a pesquisadora, observando como os colegas de continente tinha uma posição mais altiva, crítica e insubmissa ao processo colonizador e suas consequências.

E.C. – É, o brasileiro não vê a América Latina, não se vê dentro, não é? Ele fala: “Nós e eles”. Eu também tinha essa posição (...). Então, é uma coisa muito forte no Brasil, essa superioridade, esse fechamento dentro de si, essa referência à Europa. A Europa é a referência. As pessoas não se colocam que essa referência é uma referência colonial. As pessoas têm que romper com essas estruturas de seu próprio pensamento, não é? Isso tem a ver com o lugar na América Latina no nosso universo. (...) Eu acho que esse olhar, para mim, foi despertado lá na França, nesse convívio, e a relativização da França. Quer dizer, relativa o olhar colonial, relativiza o francês, o convívio, o cotidiano com o francês. O que significa, entendeu? Claro, foi bom ter muito contato com os exilados, porque os exilados, pela própria experiência, muitos deles, entendiam melhor essa ruptura com o olhar da Europa como referência do saber, não é? Os latino-americanos são muito mais irreverentes do que nós, muito mais. Eles são menos submissos. Na minha leitura, na minha experiência com colegas acadêmicos, eu os via menos submissos... Por exemplo, é muito mais fácil para eles terem Cuba como referência do que o brasileiro. O brasileiro não tem Cuba como referência para nada, o venezuelano tem, o colombiano tem. Então, esse jogo, assim, dos ícones da América Latina e como o Brasil não sente essa identidade com esses ícones. Eu acho que isso, para mim, foi um *détour* no olhar. (CASTRO, 2015).

¹¹⁶ A íntegra do documento pode ser acessada no seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/III/82002083/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_III_82002083_d0001de0001.pdf

Edna Castro retorna ao Brasil após a finalização de seu doutorado no ano de 1983, voltando à posição de professora na UFPA, instituição que é docente até o período atual, na condição de emérita. Atualmente a pesquisadora faz parte do Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA) e vice presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). A pesquisadora seguiu realizando uma série de atividades no exterior nas últimas décadas. Primeiramente, na condição de pós-doutorado, esteve vinculada ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) entre os anos de 1992 e 1994. Além disso foi professora visitante em duas universidades estrangeiras, a *Universite du Quebec* entre 1996 e 1998, no Canadá, e na *Freie Universität Berlin* em 2011 na Alemanha.

Analisando os elementos da trajetória de circulação internacional de Edna Castro, é possível levantar algumas conclusões sintéticas sobre os condicionantes de maior relevância para o objeto desta tese. Primeiramente, vale destacar que no processo de escolha de realização do mestrado fora do país, Edna Castro foi diretamente influenciada por algumas dimensões que perpassam o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil e das agências de financiamento em ciência, tecnologia e recursos humanos. A decisão de não realizar o curso de mestrado e doutorado no próprio país aparece na entrevista como um processo natural, dado que esta apontou não ter chegado a pesquisar programas no país que pudessem oferecer o curso. Vale mencionar, que em 1977, a quantidade de cursos de mestrado e doutorado em ciências sociais estava bastante concentrada na região Sudeste do país, sendo que no caso dos doutorados a quantidade de instituições que os ofereciam eram extremamente baixas. Aliado a isso, pode ter competido para a decisão da professora a ir para fora o fato de que sua própria formação em nível de graduação na UFPA não lhe entregara os resultados esperados. Isso se deu porque boa parte dos professores não possuía formação completa em nível de pós-graduação na área, concentrando-se no campo do direito, o que era, inclusive atividade que competia com a própria docência. Por fim, vale mencionar que a ideia de ir para fora se baseou no conhecimento que ela e o esposo já possuíam sobre o acesso a bolsas da CAPES, para a qual ambos realizaram submissões em busca do financiamento. Ainda que tenham sido negados em tal solicitação, foi possível notar que a própria estrutura universitária nacional conseguiu dar meios de realização dos estudos no exterior, dado que o casal realizou o curso de mestrado e doutorado com o soldo recebido pela universidade na condição de docentes. Ou seja, a institucionalização de estruturas de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos no Brasil, ora influencia a ida ao exterior pelo baixo número de cursos de pós-graduação em solo nacional, ora impulsiona, dentro de

suas condições, a permanência fora do país por meio dos salários e da aventada possibilidade de acesso a bolsas.

Outra dimensão fundamental para a compreensão da realização dos estudos no exterior, é o papel negativo operado pelas estruturas de controle e vigilância do Estado ditatorial na capacidade de acessar meios de financiamento aos estudos fora do país. Foi possível notar, seja pela descrição de Edna Castro, ou mesmo por documentos levantados no Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), que tanto a socióloga, quanto seu marido, foram alvos diretos dos meios de controle Estatal que buscavam impedir o acesso de cientistas com histórico de militância contra o regime militar a bolsas de estudos fora do país. Observa-se que estas forças quase foram capazes de inviabilizar a realização dos estudos de pós-graduação de Edna na França, o que, contudo, foi impedido pelas próprias estruturas de ensino superior do país, que garantiram meios, ainda que mínimos, de permanência em Paris sob recebimento parcial de salários.

Por fim, é possível destacar uma série de elementos que condicionaram o processo de circulação ao exterior aqui narrado e que foram diretamente atravessados pela posição geopolítica do Brasil no campo internacional do conhecimento. Um dos primeiros pontos que merece destaque na construção de conexão entre a carreira intelectual de Edna e a França, é o papel do predomínio, já durante sua graduação em Ciências Sociais, de literatura Norte-Americana e Europeia no curso, o que ocorria em detrimento de produções nacionais. Além disso, é mencionado por Edna a influência do prestígio do continente europeu no tratante à produção intelectual sobre sua escolha e a de seu esposo para a realização do curso de pós-graduação na França. Este elemento é inclusive alvo de leitura crítica, a posteriori pela socióloga, que afirma que tal processo foi influenciado por uma espécie de “colonialismo mental” que influenciava a enxergar na Europa o berço da civilização, e lar dos “grandes autores”, com os quais poderiam ter aula, concretizando-se como melhor espaço para a formação intelectual de ambos. É possível notar, também que a experiência de realizar o curso em um país estrangeiro gerou uma série de dificuldades de inserção provocadas pela língua, o que perpassava desde o processo de compreensão das aulas e textos, até a compreensão do universo simbólico do país.

Porém, vale mencionar, que a realização dos estudos fora do país foi uma oportunidade de construção de mentalidade crítica frente à própria geopolítica do conhecimento. O contato com estudantes latino-americanos, de perfil bastante crítico às relações de dominação e colonialidade influenciou Edna a desenvolver uma postura de maior enfrentamento e não

submissão à reprodução das relações centro-periferia. Neste sentido, ainda que a circulação no exterior tenha sido produto da posição de dominação do Brasil no campo do conhecimento global, também permitiu meios de subversão da própria geopolítica colonial.

6.2 Paulo Henrique Martins Albuquerque

Paulo Henrique Martins nasceu em Recife, no estado do Pernambuco, no ano de 1951. Com origem em uma família ligada a usinas de açúcar e atividade política, o sociólogo tem suas bases sociais fincadas em um meio de considerável privilégio social, dadas as condições socioeconômicas dos estados nordestinos na época. Primeiramente, o pai, Guilherme, para além de trabalhar como diretor industrial da usina pertencente à família, também lecionava na Faculdade de Química da Universidade Federal de Pernambuco, operando sobre Paulo um papel importante no despertar da atividade científica. Já a sua mãe, possuía uma trajetória de ativismo social em torno de causas humanitárias, com importante aproximação às atividades de Dom Helder Câmara, e chegando, inclusive, a se tornar dirigente da Ação Católica Brasileira no início dos anos 1960. A influência da mãe no desenvolvimento dos interesses do filho sobre as causas sociais foi complementada pela importância do avô materno sobre o campo da política e dos assuntos nacionais. Antônio de Novaes Filho, o pai de sua mãe, ocupou importantes posições na sociedade da época, posto que chegou a ser prefeito de Recife durante a ditadura do Estado Novo, além de Ministro da Agricultura na gestão de Eurico Gaspar Dutra e senador, duas vezes, durante o intervalo de 1946 e 1962¹¹⁷.

A escolarização básica de Paulo se dá em um colégio católico chamado Nóbrega, o qual era vinculado a padres jesuítas, grupo religioso que operava um papel importante na formação das classes médias recifenses da época. Interessado pelo campo das humanidades e advindo de uma família de “agrônomos, engenheiros químicos e bacharéis em Direito” se interessa em realizar o curso de direito, para o qual se preparou em um pré-vestibular chamado Torres, típico na formação de jovens das classes médias locais desejosos em entrar na Universidade. A graduação na Universidade Federal de Pernambuco, que foi de 1971 a 1975, despertou em Paulo o desejo de se aprofundar sobre questões que envolviam a sociologia, posto que era com as disciplinas relacionadas às temáticas desta área que o jovem mais mantinha seus interesses.

¹¹⁷ “Além dessas imagens oníricas há outros detalhes importantes que ajudam a esclarecer o despertar de minha vocação sociológica. Meu pai, Guilherme, além de ser o diretor industrial da usina que pertencia a sua família, era também professor e pesquisador da Faculdade de Química da Universidade Federal de Pernambuco onde tinha instalado um bom laboratório de pesquisa na área de orgânicos e onde gostava de ir trabalhar nos finais de semana. Ele me trouxe a curiosidade intelectual pela ciência. (...) minha mãe uma católica humanista ligada a Dom Helder Câmara. Ela me trouxe a sensibilidade humanística para a vida e despertou minha preocupação com o social. Outra pessoa importante no meu universo infantil foi meu avô materno, Antonio de Novaes Filho. Meu avô era fornecedor de cana, tendo sido prefeito do Recife durante o período do Estado Novo, Ministro da República com Eurico Dutra e senador por duas legislaturas entre os anos de 1946 e 1962. Com ele, despertei meu interesse por política e por assuntos internacionais.” (DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 376–377).

Durante seu período na universidade o sentimento de ambiguidade frente à sua origem social passou a despontar com maior agudez na trajetória do estudante. As contradições entre as atividades econômicas de seu pai e as ideologias humanísticas e sociais defendidas por sua mãe operavam, agora, em negação em relação à sua própria identidade¹¹⁸. Estes sentimentos se aprofundavam com a relação que Paulo passa a ter com o ambiente da juventude universitária pernambucana na época, a qual congregava um espírito marcadamente de esquerda, influenciada pelo pensamento marxista, e determinada em tensionar o regime autoritário e a estrutura capitalista e oligárquica da sociedade local. Em busca de algum emprego, após entrar na universidade, o então jovem passa a realizar atividades como pesquisador no interior de um sindicato patronal de usineiros, trabalho que colidia com seu interesse pela crítica social oriunda da classe estudantil de que fazia parte. O engajamento intelectual local seria transpassado diretamente pelo imaginário da guerra fria, aproximando a juventude do pensamento crítico europeu e distanciando-a da produção acadêmica norte-americana, contexto que Paulo narra, na atualidade, enquanto expressão de uma certa “colonialidade do saber” pela falta de referência dos jovens a interpretações que partissem de produções intelectuais nacionais.

Por um lado, era pesquisador de uma entidade de produtores de açúcar; por outro lado, me sentia muito atraído pelas questões da cultura popular e do social. Nesse sentido, meus maiores amigos faziam parte da juventude de “esquerda” que questionava o regime político. Nesse período, a sociologia brasileira se dividia, pelo menos na perspectiva dos estudantes mais críticos do regime militar, entre quem era marxista e quem era liberal. Havia uma confusão de doutrinas e de teorias. Então, quem era marxista tinha, sobretudo, uma afinidade com o pensamento europeu, francês, estruturalista, e quem era liberal, era funcionalista. Diria que as disputas ideológicas da “guerra-fria” entre o bloco soviético e os Estados Unidos e aliados influenciavam o debate acadêmico nacional, revelando certa “colonialidade do saber”, isto é, dificuldades do pensamento crítico brasileiro de pensar os termos da modernização com a própria experiência intelectual.(DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 378–379).

O interesse cada vez maior pelas ciências sociais fez com que, findado o curso de direito no ano de 1975, Paulo se transferisse para o Rio de Janeiro para realizar uma especialização em economia e administração pública na Fundação Getúlio Vargas. O desenvolvimento de seus estudos na instituição o fez aprofundar o desejo em desenvolver com maior profundidade seus estudos na área em questão, processo que mobilizou, cada vez mais, a possibilidade de realizar um mestrado. A inclinação para fazê-lo se aprofundava, ao passo que as contradições de Paulo com sua origem familiar se tornavam mais agudas e também lhe serviam enquanto combustível

¹¹⁸ “Minha preocupação com o social começa a brotar com muita ambiguidade e temor nos anos 60 refletindo as diferenças ideológicas entre meu pai e minha mãe, que refletiam diferenças outras entre a reação conservadora dos usineiros e a militância da esquerda católica da época durante os anos 50 e inícios dos 60.” (DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 377) .

para o interesse em compreender a natureza da própria ordem econômica e social em que estava inserido. O pesquisador sentia que o mundo da cana-de-açúcar de sua família estava desmoronando aos poucos, ao passo que era marcado por uma lógica sectária, de fidelidade interna e auto-referenciamento que lhe aprisionava socialmente. Mesmo durante a realização de seu curso de especialização no Rio de Janeiro o então jovem se sentia pressionado pelas dinâmicas de intensa demanda que envolviam suas relações familiares, processo que o levou a sentir-se sufocado desse enredamento familiar e desejar fugir e um ambiente tão asfíxiante. A vontade de estudar a natureza da modernização deste sistema social e conseqüentemente as raízes de seu perecimento, lhe instigaram a seguir para o exterior em um curso de pós-graduação.

P.H.M.: Minha saída do Brasil foi uma questão de sobrevivência, porque meu sistema familiar era muito fechado. Já na Faculdade de Direito eu planejava ir para o exterior e sobretudo para a França. A desvinculação da fidelidade sentimental com o mundo da cana-de-açúcar não foi fácil e é mesmo, em certo sentido, impossível na medida em que se nasce e se cresce num sistema familiar que marca inevitavelmente nossas personalidades. Os mecanismos de fidelidade atravessam a casa grande, a usina e os sistemas de parentescos. Mesmo no Rio de Janeiro, já longe das tensões diretas do Recife, percebia como os laços familiares eram intensos. Sentia-me muitas vezes como um traidor, como um infiel. Ao mesmo tempo, eu intuía que aquele sistema estava desmoronando e, em seguida, desmoronou de fato. A modernização em grande parte foi um fracasso e não gerou o aumento de produtividade técnica esperado. Assim, a crise financeira levou à falência uma grande parte das usinas no final do século XX. A monocultura sobreviveu a essa crise do açúcar fazendo brotar uma paisagem de tristezas e misérias. Hoje, muitos do ex-usineiros e ex-fornecedores de cana enfrentam dificuldades e não sabem como sair desta lógica monocultural secular. Há um problema cultural. Muitos jovens foram educados para serem “senhores de engenho”, foram ensinados a mandar e não a obedecer. Isto criou um grupo étnico sectário e com dificuldades para trabalhar em empresas modernas geridas pelo trabalho coletivo. Então, eu tinha essa intuição do fechamento de um ciclo civilizacional e eu queria sair disso. Fui analisar esse sistema na academia. A sociologia surgiu para mim como um campo de trabalho que me permitiria entender essa trama. (DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 388–389).

Interpelado em sua entrevista acerca do motivo para ir fazer seus estudos na França, tendo em vista a existência de alguns programas nacionais que já possuiriam pós-graduação, Paulo Henrique Martins afirma que esse nível de formação no Brasil ainda estava em estágio germinal e principalmente para a área em que estava se aprofundando, que era a sociologia do desenvolvimento e da modernização. Por conta disso o docente foi para França realizar seus estudos, mais especificamente com o interesse em pesquisar a modernização do nordeste açucareiro, tema que já possuía experiências anteriores que envolviam sua própria vida familiar e trabalhos técnicos que realizou.

P.A. - Havia aqui o... Havia poucos programas aqui, da pós-graduação, não é. Você tinha o IUPERJ, que era do Rio de Janeiro, você tinha a USP... Eu acho

que tinha Brasília... Mas assim, eram programas muito restritos, assim... Na pós-graduação, não tinha praticamente implantado no Brasil. Você imaginar que naquela época existiam mais ou menos três programas de pós-graduação em Sociologia com mestrado e doutorado, hoje são mais ou menos 54, mais de 50. Então foi um desenvolvimento fantástico. Eu faço parte dessa geração, então, que saiu estimulada para fazer uma formação fora, que achava que aqui, o campo, na minha área, nos estudos sobre desenvolvimento, modernização, não tinha ainda muita gente trabalhando. (...) Então eu fui para a França com o objetivo de avançar nessa área e fazer um pouco o balanço da modernização açucareira no Nordeste do Brasil, pude ter trabalhado de técnico nessa área, dos anos 70. (ALBUQUERQUE; DE, 2018)

A ida à França, contudo, só se dá a partir de uma rede de contatos que Paulo possuía com dois colegas brasileiros. Primeiramente, para submeter um pedido de bolsa ao *Centre Régional des Oeuvres Universitaires et Scolaires de Paris*, o estudante precisava de uma carta de indicações, a qual fora escrita por Manoel Correia de Andrade, geógrafo da UFPE, que conhecia Paulo e escreveu sua recomendação para o governo francês. Além do documento de financiamento a viabilização da mobilidade foi intermediada por Cícero Dias, artista plástico pernambucano que produziu as imagens que integram o livro *Casa Grande e Senzala*. O conterrâneo, na data em questão, estava morando na França e além de receber Paulo, lhe apresentou ao *Collège Coopératif de France* e ao intelectual Henri Desroche, com o qual o Brasileiro tinha interesse em trabalhar com foco na área de cooperativismo. Contudo, o sociólogo se transfere para a Universidade de Paris I e faz o mestrado com Ives Gaussault na área de sociologia.

P.H.M.: consegui uma bolsa do governo francês para fazer o mestrado e doutorado, na França, na área de cooperativismo. Me inscrevi no *Collège Coopératif de France* para trabalhar com o Henri Desroche, que era especialista na área de cooperativismo. Duas ilustres figuras foram importantes na viabilização dessa decisão. Um deles foi o geógrafo Manoel Correia de Andrade que me deu uma carta de apresentação para o governo francês. O outro foi o célebre artista plástico Cícero Dias, que ilustrou a obra *Casa grande & senzala* de Freyre. Cícero vivia em Paris quando ali cheguei em 1977 e me apresentou a Desroche.

J.A./M.B.: Como você conseguiu a bolsa? Em qual projeto?

P.H.M.: No Rio, fiz curso de francês e apresentei então minha candidatura a uma bolsa de estudos ofertada pelo governo francês. Isso foi em 1977. O fato de apresentar um projeto que tinha grande atualidade para se pensar as políticas de desenvolvimento foi decisivo. Mas o apoio do geógrafo Manoel Correia de Andrade foi fundamental para legitimar meu pedido. Logo depois, nos inícios dos anos 80, o governo francês suspendeu esse apoio internacional para bolsas de brasileiros. Fazia sentido devido ao fato de que o Brasil aparecia como país emergente e capaz de financiar seus próprios bolsistas.

J.A./M.B.: Você lembra qual era o programa?

P.H.M.: Recebi uma bolsa do Crous de Paris (ALBUQUERQUE; DE, 2018)

Entre o intervalo de 1977 e 1981 Paulo Henrique Martins realiza seu mestrado e doutorado de terceiro ciclo na *Université Paris I Pantheon-Sorbonne*. O primeiro trabalho, teve

como nome “Estado, Capitalismo e Estrutura de Poder no Brasil até 1930: o caso de Pernambuco”, finalizado em 1979, enquanto segundo “Estado e Questão Regional no Brasil: uma reflexão a partir do caso do Nordeste Açucareiro” foi concluído no ano de 1980, ambos sob orientação de Ives Gausault. As produções tiveram como principal fonte teórica Poulantzas e Gramsci sobre poder em diálogo com a produção do estruturalismo antropológico. Além desses autores, o brasileiro também foi influenciado pela obra de Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Francisco de Oliveira, o que permitiu uma análise sobre a modernização do agrário e as mudanças consequentes sobre as elites açucareiras nordestinas.

A experiência de Paulo Henrique na França foi perpassada pelo contexto extremamente efervescente da Paris dos anos 1970 e 1980. No decorrer de sua experiência em território francês teve contato com exilados políticos, operários, comitês de organização de retorno, membros que estavam trabalhando na fundação do PT e muitos outros¹¹⁹. Conforme mencionou, Paris era um grande centro “de todos os exilados do mundo, não é? A *cit  universitaire* era uma panfletagem geral. [riso] A preparação das revoluções no Khmer, dos Khmer Rouge, do pessoal do Camboja, Laos. Estava todo mundo lá. Do Irã. O Khomeini morava lá na época também. Era uma grande assembleia mundial era a cidade de Paris, essa época.” (ALBUQUERQUE; DE, 2018). Neste interim, buscando contribuir com alguns dos movimentos de esquerda que animavam a cidade, o sociólogo chegou a trabalhar em um comitê de mobilização de retorno de exilados, o que envolvia desde o levantamento de fundos, até a construção de infraestrutura. Essas atividades operam em Paulo um alívio da culpa que carregava consigo pela sua origem social.

Cheguei à França num momento de grande turbilhão no meio social e acadêmico: muitos exilados de vários continentes inclusive brasileiros. Fui residir no Quartier Latin, a convivência com estudantes exilados, sobretudo brasileiros e latino-americanos, contribuiu para reacender meus dilemas pessoais. A leitura marxista da luta de classes me fazia sentir de algum modo culpado. Embora no íntimo soubesse que tal grade de leitura, que reduzia a organização dos grupos sociais a interesses econômicos, era insuficiente para dar conta da complexidade dos elementos históricos e culturais de meu grupo de pertencimento familiar. Na universidade, havia muitos brasileiros exilados e também estudantes africanos e árabes, além de franceses, claro. Entre os brasileiros, havia alguns que tinham participado da greve de Osasco em 1968,

¹¹⁹ “Período muito rico, não é. Muitos exilados, muito comitê de mobilização, de retorno. Eu mesmo trabalhei carregando pedra e tijolo com a galera. Nós íamos para levantar fundos, então a gente trabalhava carregando [inaudível] ali na França para levantar dinheiro para ajudar a volta dos exilados. Eu participei muito de vários comitês de organização. A primeira reunião da voz operária do PT - foi o Mantega que foi lá - foi na minha casa. A primeira reunião, foi em Paris, foi na minha casa. [risos] Casa não, uma quitinete. [risos] C.C. - Pois é, porque em Paris, casa...[riso] A.P. - Uma quitinete, não é. [risos] Um quitinete pequenininho. Foi lá em casa que a gente organizou, com o pessoal que trabalhava na Campanha, na revista Campanha. Então era uma grande mobilização, essa época.” (ALBUQUERQUE; DE, 2018)

entre os quais Roque Aparecido da Silva, que liderou a greve. Vários eram operários e sindicalistas, outros tinham participado de algum movimento clandestino. São atores que em seguida à bem sucedida campanha pelo retorno dos exilados ao Brasil, passaram a ter papel de destaque na organização da esquerda democrática e das novas lutas sociais. (DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 381–382).

Um dado importante de ser observado é o modo como a formação sociológica de Paulo Martins, ao se iniciar apenas em território francês, é marcada pelas características e problematizações da academia daquele país. O sociólogo afirma que durante sua formação em direito no Brasil não teve oportunidade de se aprofundar em questões que envolviam a sociologia, de modo que a sua formação básica na disciplina se realizou completamente no estrangeiro pelas disciplinas e eventos frequentados na Sorbonne. Animado pelo debate desenvolvimentista, assim como outros intelectuais de países da América do Sul, África e Ásia, interessava-se por compreender os elementos que davam condição para o desenvolvimento de forma a decifrar os meios de sua implementação no país de origem¹²⁰.

Findada a formação de mestrado e doutorado de terceiro ciclo na França, Paulo Henrique retorna ao Brasil, para o Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nessa instituição contribuiu lecionando, como professor visitante, juntamente com Manoel Correia de Andrade, mediador importante de sua ida à França, e que teria lhe inspirado para ir ao departamento pernambucano. Depois, no ano de 1985, Paulo é convidado para trabalhar na Faculdade de Administração da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP) que viria a se tornar Universidade de Pernambuco (UPE) alguns anos depois. O sociólogo, contudo, tinha mais interesse em permanecer na UFPE, onde considerava existir um espaço de debate intelectual mais sólido. Todavia, a instituição federal não validava o seu diploma de doutorado, o que acabou por impor ao professor a necessidade de voltar à França para realizar um novo doutorado entre os anos de 1988 e 1992. O diploma foi emitido após uma série de mudanças na estrutura educacional francesa de modo a unificar sistemas de diplomação em nível de doutorado. Esse intercuro permitiu que Paulo fosse admitido na UFPE.

A.P. - Que na verdade chamava-se Fesp, Fundação de Ensino Superior de Pernambuco. Então eu passei um tempo lá. Eu fiquei na Fesp até... Aí, em 88, voltei para Paris para refazer o meu doutorado porque aqui, a UFPE, não tinha reconhecido o terceiro ciclo. Tinha uma discussão do pessoal do Departamento de Economia com o pessoal da área de Ciências Sociais e aqui se reconhecia,

¹²⁰ “Minha entrada no mundo acadêmico se dá na Europa. Antes, eu não tinha vínculos maiores com a sociologia no Brasil. Eu não tinha experiência de sala de aula. Comecei a aprender sociologia quando cheguei à França, quando fiz as disciplinas de sociologia na Sorbonne. Nesse período, como já disse, a discussão sobre o desenvolvimento era fundamental, sobretudo para nós que vínhamos da América do Sul, da Ásia e da África. Nosso modelo ideológico era o de que se o desenvolvimento deu certo nos países centrais, nós das periferias teríamos que ir para lá, aprendermos a ser desenvolvimentistas.” (DE AQUINO; LIMA, 2019, p. 392).

mas a Economia gerou uma dissidência. O pró-reitor da época era da Economia e não reconheceram o meu doutorado. Então eu decidi voltar, em 88, para refazer a minha tese de doutorado. (ALBUQUERQUE; DE, 2018)

Em sua volta à França, em 1988, com bolsa do CNPq, Paulo Henrique Martins foi orientado por Maxime Haubert, escrevendo a tese de nome “Profetismo Econômico e Mito do Desenvolvimentismo na América Latina: o caso do Brasil”, defendida em 1991. Paulo afirma que nesta segunda experiência conheceu um ambiente político completamente diferente daquele que teve contato na época de realização de seu mestrado e primeiro doutorado¹²¹. Na primeira ida à França incorporou bastante dos debates desenvolvimentistas principalmente associados ao estruturalismo marxista. Na segunda visita o impacto do pós-estruturalismo estava bastante forte, juntamente com a crítica ao estruturalismo marxista. Em meio a este contexto afirma que passou a se aproximar de Alain Caillé, que fundou o movimento MAUSS - Movimento Antiutilitarista das Ciências Sociais. Também lhe influenciaram Claude Lefort e Cornelius Castoriadis, com quem teve aulas. Essa experiência impactou diretamente na mudança de sua interpretação do fazer sociológico operando, mais especificamente “uma tentativa de desconstrução da ideologia do desenvolvimento a partir de uma crítica antiutilitarista e antimercantilista”. Paulo cita que no Brasil a discussão sobre modernização agrária era muito forte nos anos 1970, e nos anos 1980 surgiram temas como redemocratização, democracia, poder, autoritarismo.

Toda a minha base teórica foi sendo reformulada através do contato com o Castoriadis, trabalhando a questão das instituições imaginárias, da sociedade, e a abertura para a Psicanálise, para a Linguística, não é, para a Filosofia. Aí o meu interesse começa por aí. E também com o Alain Caillé que era ligado ao Claude Lefort e que o Caillé vai fundar o movimento Mauss, a associação Mauss, com vários outros intelectuais, o Serge Latouche e outros. Mas jovens intelectuais franceses em geral, de várias áreas do conhecimento, da Suíça e da França. E aí o meu conhecimento com o Caillé foi outra história muito interessante também.

C.C.- Você falou do Mauss. Você tomou contato quando mesmo? A.P. - Eu tomei contato em 88. C.C.- 88.

¹²¹ “O fervor revolucionário tinha passado, o Partido Socialista estava em declínio, o país enfrentava muitas tensões com o Oriente Médio e com os efeitos da questão colonial. Aumentaram as tensões entre franceses e árabes, a guerra entre Israel e Egito, em 1988, repercutiu nas relações interculturais em Paris. Minha impressão da cidade mudou. Não era mais um lugar revolucionário. Parecia um mosaico que refletia os conflitos mundiais, uma metrópole que espelhava as fraturas étnicas e raciais, sobretudo as do Oriente Médio e da África. Agora tínhamos a Paris colonial sofrendo os efeitos da colonização, das lutas coloniais, dentro da cidade. Aconteciam fatos impressionantes. As pessoas se cruzavam com desconfiança nas calçadas. As latas de lixo das ruas de Paris eram vedadas devido ao temor de atentados. No meio intelectual, tudo havia mudado. O marxismo estruturalista que me inspirou na tese de doutorado já não existia mais. Althusser estrangulou a mulher e Poulantzas se suicidou, o Partido Comunista declinava, os socialistas estavam em refluxo e expandia-se um mundo multicultural. A sociologia francesa e os Institutos de Desenvolvimento acompanharam o declínio de tudo isso, tendo em vista que a questão do desenvolvimento perdia força e se colocava a abertura para o multiculturalismo e para o multicentricismo.” (P.400)

A.P. - Ele foi fundado em 81. Primeiramente era um boletim, um boletim do Mauss. E a partir de 88 passou a ser a revista. E o meu conhecimento com o Alain Caillé foi muito interessante. Porque tinha um professor da Geografia que se chamava Jan Bitoun, e o seu irmão é Pierre Bitun, que fazia parte da associação Mauss. E eu estava procurando casa para morar em 88. Aí Pierre disse: “Olha, eu tenho um amigo que vai se casar agora mas não quer se desfazer do apartamento dele.” Era o Alain Caillé. Aí eu fui morar no apartamento do Alain Caillé. Inclusive tinha a máquina da...

C.C.- Mimeógrafo.

A.P. - Mimeógrafo para rodar. Toda a coleção que eu tenho que ele me deu de presente, eu tenho toda a coleção desde o primeiro boletim até hoje, da revista de hoje, a revista de Mauss. Eu tenho todo esse material. E aí eu comecei a ter uma grande amizade com o Alain Caillé. (ALBUQUERQUE; DE, 2018)

Paulo retorna ao Brasil em 1992 e ingressa na Universidade Federal de Pernambuco em um período em que vários professores foram contratados para a instituição como “Salette, o Jorge Ventura de Moraes, o Breno Fontes, foram vários professores que entraram no concurso.”. Após vir para a UFPE, criou o Núcleo de Cidadania e Processos de Mudança – NUCEM. O sociólogo realizou nas últimas décadas uma série de atividades relevantes do ponto de vista da articulação e circulação internacional. Primeiramente foi presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) entre 2011 e 2013 e atuou como vice presidente da Associação Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais (MAUSS) de 2009 a 2012, em que foi membro do conselho editorial do periódico *Revue du MAUSS*. Além disso Paulo realizou dois pós-doutorados, o primeiro deles no ano de 1995 na *London School of Economics and Political Science*, com bolsa do *British Council* e o segundo de 2000 a 2001 na Universidade de Paris X-Nanterre, com financiamento da CAPES.

Analisando a trajetória de Paulo Henrique Albuquerque neste tópico, é possível levantar alguns dos principais elementos que condicionaram o processo de circulação ao exterior durante a sua formação em nível de doutorado. Em primeiro lugar, é bastante evidente no material aqui apresentado a relevância da sua origem familiar na trajetória intelectual de Paulo Novaes. Essa questão é suscitada em vários momentos de sua narrativa, a origem em um ambiente familiar de considerável privilégio, e que passa a colidir diretamente com os interesses e engajamento político e ideológico do jovem pernambucano. Observa-se que a origem familiar o influenciou diretamente na realização de seus estudos fora do país, de modo a distanciar-se de um meio social que em muito lhe sufocava pelo peso das expectativas familiares.

Um segundo ponto, digno de nota é o acesso a redes de contatos com amigos e intelectuais com importante papel na viabilização dos estudos no exterior. A mobilização de redes com amigos que já tinham realizado estudos na França, ou mesmo que estavam morando no país europeu naquele momento, foi central para garantir a mobilidade de Paulo para o

Exterior, mais especificamente a partir da produção da carta de recomendação para a submissão à bolsa de estudos, além de garantia de local para instalação nos primeiros meses no país estrangeiro, processo acompanhado de mediação com possível orientador no país.

Terceiro elemento digno de nota, neste caso, é o papel das assimetrias globais entre Brasil e França no campo das Ciências Sociais como dimensão de influência para a escolha do país europeu para destino dos estudos. Primeiramente vale destacar que o campo intelectual nacional é apontado por Paulo como diretamente permeado por uma matriz europeia do marxismo, principalmente influenciada por autores franceses. Este processo de dependência teórica do exterior seria produto direto da posição subalterna do Brasil no interior da geopolítica da guerra fria, o que acabara por relegar o pensamento crítico nacional a uma posição muito pequena nos cursos oferecidos no país. Outro ponto a ser mencionado é a alegada baixa institucionalização de cursos de pós-graduação em ciências sociais no Brasil, comparativamente com Universidades da Europa. Segundo Paulo, a decisão de não realizar o mestrado no Brasil deve-se ao fato de que o sistema nacional ainda estaria em processo germinal, o que desmotivava o interesse em fazê-lo no país, e que se aprofunda com o dito baixo desenvolvimento da literatura de sociologia do desenvolvimento e modernização, objeto de estudo do pesquisador, em solo brasileiro. Estes elementos fizeram com que o próprio sociólogo afirmasse que só chegou a de fato estudar Sociologia na França, dado que suas experiências anteriores, no Brasil, no Direito, ou no curso frequentado no Rio de Janeiro, não foram capazes de introduzi-lo à disciplina. Por fim, é importante mencionar as representações associadas à França no período e o impacto na experiência de circulação para o Exterior. Conforme apresentado neste tópico, a cidade seria foco de intensa efervescência cultural e espaço de realização de liberdade, principalmente no campo político, dado a presença de refugiados e exilados de diversos países do mundo. A possibilidade, longe da ditadura brasileira, de organizar-se politicamente com liberdade, articulando a própria construção da democracia na nação de origem, certamente foi um condicionante de relevo no processo da escolha de realização dos estudos fora do país.

6.3 Maria Stela Grossi Porto

Maria Stela nasceu no ano de 1945, na cidade de Ponte Alta, zona da mata mineira. O pai possuía origem italiana e uma mãe com ascendência portuguesa, viveu sua infância em Betim e depois em Belo Horizonte, onde passou a maior parte de sua adolescência. De uma família profundamente marcada pelo universo social que rondava a vida nas fazendas, Stela se desenvolve em um meio de valores tradicionais, onde a formação intelectual não era necessariamente cultivada entre mulheres. O pai trabalhava como cobrador de impostos, sendo “completamente avesso a tudo que era intelectual”, apesar de possuir conhecimento e interesse por questões que envolviam legislações e normativas que versavam em seu trabalho. A mãe, professora primária, a despeito do contexto patriarcal, era a maior influência no campo do conhecimento, posto que possuía uma forte inclinação para as artes e sensibilidade intelectual, o que se expressava no seu encanto pela poesia, chegando a escrever com pseudônimo¹²².

A formação educacional básica de Stela reproduziu a lógica familiar no sentido do conservadorismo. Quando criança estudou no Colégio Pio XII, de direção salesiana, que a própria mãe já havia integrado e com o qual guardava relação bastante positiva no que diz respeito às freiras que compunham os quadros. Com uma boa formação do ponto de vista conteudístico, a instituição reproduzia também o conservadorismo que já caracterizava o meio onde cresceu a jovem, agradando as pretensões paternas acerca do local ideal para a formação das moças.

C.C. – Mas, em Belo Horizonte, você estudou em que colégio?

M.P. – No Colégio Pio XII, que era um colégio salesiano. Eu digo assim: o colégio era, em termos intelectuais e em termos acadêmicos, extremamente competente. Tanto que muito poucas pessoas que tentaram o vestibular na época, não foram aprovadas, tendo saído do Pio XII. Então era, por um lado, uma coisa... Intelectualmente, era um bom colégio, mas extremamente conservador, do ponto de vista de...

¹²² “M. P. – Sim, sou mineira, de uma família toda mineira. Meu pai tem origem italiana – o responsável pelo Grossi é essa origem italiana –, e a família da minha mãe é uma origem portuguesa, (...) Meu pai era... Na época, se chamava coletor. Eu não sei muito bem... Coletor de...”

C.C. – De impostos?

M.P. – ...de impostos. Não sei muito bem o que a gente poderia corresponder isso hoje, nessa nomenclatura nova. E minha mãe era professora primária. Sempre foi. Ela foi sempre uma pessoa muito sensível à questão intelectual. Por ela, teria ido para a faculdade. Mas foi criada em fazenda sempre. Mesmo para chegar a se formar e fazer o curso normal e tudo isso foi ali naquelas condições de sair da fazenda de charrete, cavalo, até chegar ao colégio, para se formar na Escola Normal. Então, ela sempre foi professora e sempre muito... intelectualmente, muito sensível: gostava de escrever, fazia poesia... Tinha várias poesias, numa época em que as pessoas não... Ainda mais mulheres. Então, ela usava um pseudônimo; não era o nome dela. E meu pai, não, meu pai era completamente avesso a tudo que era intelectual. Ele era muito entendido, por exemplo, de legislação, qualquer coisa que dissesse respeito à legislação. Mas, como às vezes eu brinco, vindo de uma família italiana das Calábrias, ele era bastante tradicional. A ida para a universidade, por exemplo, foi um problema.” (PORTO, 2018).

C.C. – Dos costumes.

M.P. – Do ponto de vista de costumes, era extremamente conservador. E a minha mãe tinha estudado no Colégio Salesiano a vida toda, então, ela tinha uma relação de afetividade muito grande com o colégio, com a instituição, com as freiras. Então era mais ou menos algo que, nesse momento, coincidia com as pretensões do meu pai, que não via, também, as meninas... as filhas estudando em outro lugar que não fosse um colégio católico. (PORTO, 2018).

Como poderá ser observado no decorrer da descrição desta trajetória, a concatenação de eventos que marcam a formação pessoal e intelectual de Maria Stela é profundamente marcada pelas hierarquias de gênero, processos que se sucedem desde a infância até a vida adulta e conformam sua experiência no exterior. Um episódio bastante significativo é a própria entrada da jovem na Universidade. O pai de Stela, de valores bastante conservadores e patriarcais, carregava a concepção de que mulheres não precisariam realizar estudos universitários, devendo, no máximo, realizar formação como normalistas. A visão paterna se atrelava à ideia de que preparar as filhas para o casamento deveria ser a maior responsabilidade dos genitores. O preconceito do pai colidiu de frente com os interesses de Stela que, influenciada por uma de suas professoras freiras, desenvolveu o desejo de cursar sociologia. A vontade dela e de sua irmã, que também aderiu ao curso, logo foi repreendida pelo pai, que acusava a ideia como “coisa de comunista”, associação bastante comum entre as elites conservadoras da época. Apoiadas pela mãe, que valorizava os interesses intelectualistas das filhas, buscaram ajuda no convencimento do pai na figura do Bispo de Belo Horizonte que visitou sua casa para uma conversa com a família. Ainda que contrariado o pai de Stela aceitou a entrada no curso, o que, contudo, deveria vir acompanhado da realização de concurso para professora primária. Acordo feito, a entrada no curso de Ciências Sociais da UFMG se dá no ano de 1963.

A ida para a universidade, por exemplo, foi um problema. Então, as filhas dele iam fazer o que na universidade? Então, a ida para a universidade, eu brinco – eu conto um pouquinho dessa história no meu memorial, quando eu fiz o memorial para professor titular –, foi uma batalha, porque, justamente, mulher era para casar, não tinha... “Para quê?”, ele dizia. “O que tem que fazer uma mulher na universidade?” Bom, a coisa se complicou muito mais ainda quando minha irmã e eu decidimos que nós queríamos fazer sociologia. Ele disse: “Coisa de comunista. Nem pensar, nem pensar”. Em 1960, aquela década de 1960, era um pouco o senso comum em relação ao que eram as ciências sociais na época, basicamente a sociologia. Então, foi uma árdua negociação, que... Eu tenho às vezes até um pouco de vergonha de contar, mas envolveu até o bispo de Belo Horizonte. Porque a minha mãe, muito católica, mas, como eu te disse, muito sensível, queria dar apoio às filhas, mas ela queria dar um apoio com segurança. E, por sorte, o bispo da época era diretor ou... não sei como é que se chamava, da Universidade Católica de Minas, e aí ele disse: “Não, deixa as meninas irem para a universidade, deixa fazer sociologia”. Aí ela ganhou uma moral muito grande para discutir com meu pai. E também não adiantou muito, não, porque ele dizia: “Não, aqui em casa, quem manda sou eu, não é bispo”. Mas ele impôs uma condição, e a gente resolveu seguir, e a condição era: “Então, vocês também fazem concurso para ser professora primária”. E

fizemos. E eu, pelo menos, comecei a vida como professora primária. (PORTO, 2018).

A formação Universitária, todavia, logo é interrompida pelos papéis que a instituição familiar introduz na vida de Stela. Apesar do início dos estudos em sociologia, que aconteciam na Escola de Ciências Econômicas da UFMG, a graduação dura apenas um ano e meio, devido ao casamento da jovem com Sérgio Dayrell Porto e o nascimento de suas filhas com um intervalo bastante pequeno entre si. Estes eventos, diretamente marcados pelos papéis de gênero associados à maternidade e a posição como mulher no interior da família, afastam a estudante da universidade por um longo período de 10 anos, no qual ficara completamente imersa no ambiente doméstico. A socióloga, em visão retrospectiva, aponta criticamente sua visão do episódio, afirmando que dificilmente o processo teria se desenrolado desta forma se os eventos ocorressem contemporaneamente. Contudo, conforme ela mesmo descreve, na época essas decisões foram se colocando quase impensadamente, posto que os papéis em questão eram bastante naturalizados¹²³.

A continuação da vida universitária de Maria Stela retorna em meados de 1972, quando volta a estudar na UFMG no curso de Ciências Sociais. Sua formação logo é interrompida novamente por conta de seu relacionamento. Sérgio Porto recebe um convite para lecionar na nascente Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, instituição que contava com um pequeno grupo de outros pesquisadores mineiros da área¹²⁴. Ainda que tenha permanecido em Minas Gerais por algum tempo com os filhos, a estudante se muda para Brasília e, em meados de 1973, passa a integrar o curso de Ciências Sociais da UnB, espaço que era coordenado por Gláucio Ary Dillon Soares. Na instituição veio a se debruçar em pesquisas

¹²³ “M.P. – Espera, porque a história é complicada. Eu comecei em 1963, e lá ainda funcionava numa Escola... A sociologia funcionava na Escola de Ciências Econômicas (Face), era em conjunto com a ciência econômica. Mas, na verdade, eu só fiz o primeiro ano e parei. Então, a minha formação é uma formação de... em termos temporais, ela tem dez anos de... eu poderia dizer de atraso, para ser mais rápida, porque, em 1963, eu fiz o primeiro ano e parei. E parei numa perspectiva assim: eu me casei... (...) Mas aí eu me casei e logo tive filho. Então, foram dez anos, mais ou menos, até que eu me dissesse: “Bom, agora eu volto, volto de qualquer forma, vou recomeçar”, porque depois de dez anos. E aí recomecei. (...) se fosse hoje, isso não teria se colocado. Naquela época, foi muito uma coisa... E, além do mais, eu acabei tendo um filho depois do... Os dois primeiros foram um depois do outro – um intervalo mínimo, de um ano e dois meses, entre meu primeiro e meu segundo filho. Então foi uma coisa... eu acho que talvez não tanto pensada. Ela foi acontecendo. Ela foi acontecendo.” (PORTO, 2018).

¹²⁴ “M.P. – (...) o primeiro ano ainda foi em Minas. Só que, nesse momento, meu marido estava... ele foi convidado e estava se mudando para Brasília, para ser professor na UnB. Tinha um grupo de Minas aqui na Faculdade de Comunicação – na época, era um departamento –, e o departamento estava recém-começando, e eles... Tinha uns três ou quatro professores mineiros, que aí acabaram convidando e ele veio, aceitou. Inclusive, nesse ano, ele... Eu fiquei. Como eu já estava lá, meus filhos também estudando, eu passei o segundo semestre do ano de 1973, no caso, em Minas, e ele já aqui dando aula no Departamento de Comunicação.” (PORTO, 2018).

coordenadas pela professora Vilma Figueiredo, referência local no campo do desenvolvimento e sociologia rural.

Ao final da graduação em ciências sociais pela UnB Stela é aprovada no mestrado, recém-criado, pela instituição, processo que, contudo, é interrompido mais uma vez por uma conjuntura familiar e de gênero. Sérgio, na ausência de um curso de doutorado em comunicação no Brasil, é aprovado para realizar seu doutorado na *McGill University* no Canadá, com uma bolsa do governo local, mais especificamente da *Canadian International Development Agency* (CIDA). Por consequência, mais uma vez, a socióloga muda-se com o marido e a família, desta vez para o Canadá. A ruptura com o curso de mestrado que acabava de ser aprovada na UnB, contudo, gerou rugas na relação de Stela com o coordenador do curso de ciências sociais brasileiro, Glaucio Soares, posto que este teria feito uma seleção bastante cuidadosa dos 5 estudantes que estariam entrando na turma da pós-graduação naquele ano e sentira que o departamento estava sendo desprestigiado pela atitude da estudante. Independentemente do descontentamento do coordenador, os laços familiares foram mais fortes e conduziram a socióloga para a América do Norte, o que resultaria na sua primeira experiência acadêmica internacional.

Logo em seguida, ele começou a fazer um mestrado aqui. Eu conto um pouco dessa história porque ela está muito ligada à minha. Depois do mestrado, obviamente, a intenção foi fazer um doutorado. Não existia doutorado em comunicação no Brasil – não era por aqui; era no Brasil. Então, na verdade, ele pleiteou uma bolsa do governo canadense, e essa bolsa foi concedida. (...). E ele pleiteou esse doutorado e eu falei: “Bom, então, nos transferimos, vamos todos, vou fazer meu mestrado em Montreal”. Tinha recém-começado o mestrado. Não sei se eu conto essa história. Mas, enfim...

C.C. – Começado o mestrado aqui na UnB?

M.P. – Comecei aqui na UnB, numa época em que o professor Gláucio Ary...

C.C. – [Gláucio Ary] Dillon Soares.

M.P. – ...tinha voltado dos Estados Unidos e veio ser coordenador da pós-graduação aqui. Então, na verdade, ele ficou meio bravo comigo, quando eu disse para ele: “Olha, estou indo para o Canadá”. Porque ele tinha feito uma seleção a dedo. Foi um ano em que passaram cinco pessoas, na seleção de mestrado. E, dessas cinco, uma disse para ele: “Eu vou para o Canadá”. Ele ficou bravo e, realmente, meio que desqualificou um pouco a universidade e tal. Aí eu fui. (PORTO, 2018).

Dada a decisão de seguir com Sérgio para o Canadá, Stela também buscou meios de financiamento que viabilizassem seus estudos fora do país. A socióloga tinha conhecimento de bolsas com origem no CNPq e CAPES que poderiam gerar condições à sua mobilidade, e foi a essas instituições interessada em verificar a disponibilidade do soldo. Contudo, o cenário encontrado não foi nada animador, dado que as agências negaram. Primeiramente teria ouvido

como resposta que dado que já teria sido aprovada no mestrado na Universidade de Brasília, não necessitaria ir para fora do país em vistas de realizar sua pós-graduação. Ainda que mencionasse como argumento que não possuía dinheiro para acompanhar o marido, o que culminaria com a separação dela e os filhos com o marido, as instituições não acolheram sua solicitação. Outra situação de discriminação de gênero se deu no processo de busca pelo financiamento em contato com o CNPq, dado que nesse momento, a socióloga recebeu uma resposta que de todas as mulheres que estariam indo pedir bolsa, 90% seriam da sociologia e 99% estariam acompanhando o marido. Stela, lendo retroativamente o ocorrido, narra este episódio como um caso evidente de discriminação por ser mulher.

M.P. – A outra dificuldade nessa minha ida foi um problema ligado à bolsa. Eu fazia o mestrado aqui, fui para o CNPq e CAPES tentar uma bolsa para o Canadá. Impossível. E aí é outra coisa que eu digo: minha área não é gênero, não tenho nenhuma formação em gênero enquanto tal, mas, ali, se eu puder fazer de novo, quase em forma de... anedótica, foi uma discriminação, levando em conta gênero. Porque eu fui para as agências e o que eles diziam? “Ah, não, você já fazendo o mestrado aqui; não tem por que ter uma bolsa para fazer fora.” E aí a minha explicação era: “Não se separa uma família de seis pessoas”. Nesse período, entre minha primeira conversa com você e a última agora, eu tive mais dois filhos, então, são quatro filhos. Aí eu disse: “Não se separa uma família de seis pessoas e não existe doutorado em comunicação no Brasil, o que justifica a saída do meu marido”. Bom, uma das respostas que eu tive, que foi no CNPq, não foi na CAPES, foi: “Olha, isso não te ajuda muito, porque, das mulheres que vêm pedir bolsa” – presta atenção –, “90% estão fazendo sociologia”. Não. “Noventa por cento pedem para acompanhar o marido. Dessas 90%, 99 fazem sociologia.” Eu tive que ouvir isto. (PORTO, 2018).

Destarte, no ano de 1977, Stela, Sergio e seus 4 filhos vão para Montreal, contando com a bolsa do governo canadense e uma parte do salário garantida pela UnB pelo vínculo com o departamento de comunicação. As passagens de toda a família foram garantidas pelo órgão financiador estrangeiro. Mesmo com pouquíssimo conhecimento sobre o país onde estava indo realizar seus estudos¹²⁵, já no ano de 1978, a socióloga inicia o mestrado na *Université de Montreal*. Durante sua formação a brasileira buscou orientação de professores que tinham especialidade em América-Latina, posto que estava desejosa em trabalhar com uma pesquisa sobre o caso brasileiro e com enfoque na questão do desenvolvimento, com que já se envolvia desde a UnB. Na busca por possíveis orientadores escolheu um docente que não tinha

¹²⁵ “M.P. – Então, fomos para o Canadá sem bolsa. Quer dizer, ele tinha a bolsa do governo canadense, que era uma bolsa boa, porque o Canadá, naquela época, era absolutamente desconhecido. O que se sabia do Canadá era que era gelado e que tinha a Polícia Montada. Ninguém sabia mais quase nada. Então era uma forma de incentivo que o governo canadense dava, ter uma bolsa que era razoavelmente boa, inclusive com auxílio para vestuário de inverno. Coisas que... E a outra coisa é que a gente... No caso, meu marido disse: “São seis pessoas. Eu não tenho dinheiro para pagar a passagem”. Eles pagaram as seis passagens. Então isso foi, realmente... Foram facilidades que nos permitiram sair daqui”. (PORTO, 2018).

especialidade na região, Mohamed Sfia, um tunisiano, que segundo Stela, mesmo sem possuir experiência na área, tinha sensibilidade para as questões relativas ao subdesenvolvimento. É importante mencionar que segundo o relatado pela brasileira, os docentes que se debruçavam sobre questões da América-Latina não possuíam grandes conhecimentos de Brasil, tomando o país como um universo à parte do resto da região. Isto posto, a parceria com Mohamed Sfia, que viria a continuar durante o seu doutorado a ser realizado posteriormente na mesma instituição, permitiu a produção da dissertação de mestrado “*Marche Informel De Travail Et Accumulation De Capital Approchi Theorique E Analyse Ducas Bresilian*” defendida no ano de 1979¹²⁶.

É importante ressaltar que a partir de levantamento no Sistema do Arquivo Nacional (SIAN), foi possível recuperar documento¹²⁷ de 29 de agosto de 1989, relativo à solicitação de informações antecedentes, pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura a respeito de pedido de bolsa de Maria Stela. No arquivo em questão, Maria Stela, estaria sendo cogitada para receber bolsa de estudo no Exterior, por parte da CAPES a partir de outubro de 1978. Isso se deu mesmo ela já estando desde setembro do ano anterior fazendo mestrado na Universidade de Montreal, por conta própria. O documento aponta que “em seus registros na UnB não foram encontrados dados de antecedentes desabonadores de sua conduta moral”, de modo que nada impedia, naquele momento, por princípio ideológico o acesso a bolsa de estudos.

Finalizada a dissertação de mestrado Stela logo inicia seus estudos de doutorado em Montreal, posto que ainda faltava 1 ano para a finalização do curso de seu esposo e não desejava

¹²⁶ “M.P. – Na verdade, o meu orientador foi o mesmo, de mestrado e doutorado, coisa que algumas vezes eu até desaconselho aos meus alunos que fazem isso, às vezes comigo ou às vezes com outros, mas ele era uma pessoa que me deixava mais segura, em termos da sensibilidade para as questões ditas, naquele momento, ligadas ao subdesenvolvimento. A gente ainda estava naquele período de uma terminologia desenvolvimento e subdesenvolvimento. E, além disso, eu fiz um pouco o périplo dos professores, na época, depois que eu cheguei, e um ou dois me disseram: “Não, fulano é especialista em América Latina”. Aí eu fui ver. E um deles me disse: “É, eu sou especialista em América Latina, mas Brasil é outra coisa”. Então eu me dei conta que não ia ser em termos da especialidade do orientador que eu iria melhor me adaptar. Aí vi um pouco isso, essa coisa da sensibilidade. Ele era um tunisiano, que tinha, na época, alguns orientandos, como um que ficou até bem amigo meu e que tem uma ligação forte com o Brasil, que é muito possível que você conheça, que é o Daniel dos Santos, que é um sociólogo, mas é criminologista, está na Universidade de Ottawa. Por intermédio dele, também, eu tive esse contato maior com o meu orientador.” (PORTO, 2018).

¹²⁷ O documento citado pode ser acessado no seguinte link, de modo que os anexos relativos à professora Maria Stella, estão no intervalo de páginas 40-43.
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aa1/0/inf/0031/br_dfanbsb_aa1_0_inf_0031_d0001de0001.pdf

ficar apenas aguardando o período de retorno ao Brasil¹²⁸. O doutorado, iniciado em 1980, contudo, seria interrompido com o fim da bolsa de Sérgio, culminando no retorno de toda a família para o país de origem¹²⁹. Após a volta à Brasília, Stela precisou entrar no mercado de trabalho, ingressando em um cargo no MEC que pouco lhe estimulava, sendo focado apenas em burocracia. Esta experiência colidia diretamente com seus desejos em concretizar sua formação acadêmica, causando bastante frustração¹³⁰. O desejo de prosseguir a carreira voltou à tona após Sérgio conseguir um novo financiamento para atuar como professor convidado no Canadá. O período, que deu condição à conclusão dos créditos disciplinares e avanço da tese, findou-se com o retorno do marido ao Brasil e por conta de mudanças no sistema educacional canadense. Afirmo a socióloga que neste período, por conta da ocorrência da Guerra do Vietnã, e da conseqüente migração de estudantes norte-americanos ao Canadá, o governo do país teria aumentado drasticamente as taxas pagas às universidades visando coibir os fluxos de jovens. O processo a teria atingido em cheio, inviabilizando que permanecesse no país sem condições de pagar taxas tão altas.

(...) houve uma mudança na política do governo canadense que iria inviabilizar totalmente o meu doutorado. Porque, como era a época da Guerra do Vietnã, um período complicado, tinha muitos, muitos jovens americanos indo para o Canadá, um pouco na perspectiva de escapar da guerra, e o governo canadense estava com um problema: como tentar coibir um pouco isso. Mas qualquer medida que fosse direcionada poderia ser diplomaticamente complicado. Então, nesse período, houve uma majoração nas taxas das universidades, que, para não configurar nada específico, atingiu todos os estudantes estrangeiros. E foi uma coisa muito volumosa. Ou seja, do meu mestrado para o doutorado, o mestrado era numa faixa de 85 dólares canadenses por trimestre, e ia passar para alguma coisa próximo a 700. Então, totalmente inviável. (PORTO, 2018).

Após o retorno ao Brasil e nas suas atividades no MEC Stela buscou reunir condições para o retorno ao Canadá e finalização de sua tese de doutorado. Dado que para vir a fazer parte

¹²⁸ “CC - Quase dez anos, juntando o mestrado e doutorado, não é?

M.P. – É. Porque, na verdade... Foi seguido. O mestrado, eu comecei no início de 1978; no final, eu estava com a dissertação pronta. E inclusive foi uma certa dúvida: vou me candidatar ao doutorado ou não vou? Mas o Sérgio ainda ficava lá mais um ano e meio, quase dois, e aí eu disse: “Vou fazer o doutorado; não vou ficar passeado na cidade por um ano e meio”. E aí foi... (PORTO, 2018).

¹²⁹ Então eu fiz a dissertação de mestrado muito rápido e comecei o doutorado. Mas daí o Sérgio tinha que voltar. E eu, sem bolsa, sem nada, voltei também. Isso atrasou muito a conclusão do meu doutorado. Porque, quando eu voltei, eu tive que trabalhar”. (PORTO, 2018).

¹³⁰“ M.P. – (...) E aí voltamos e eu fui trabalhar no MEC. Outra insatisfação, a burocracia...

C.C. – Em que função, no MEC?

M.P. – Bom, em algumas péssimas e outras mais ou menos. A pior de todas foi a de... a porta de entrada. (...) Bom, então, fiquei trabalhando na merenda escolar, uma coisa muito burocrática e que, além disso, é aquela coisa bem weberiana, sine ira et studio. Isso, ali, na minha cabeça, ficava... Era uma coisa que eu fazia sem nenhuma paixão, sem nenhum amor. Mas foi crescendo o desgosto, porque era um serviço... uma tarefa de total burocracia”. (PORTO, 2018).

do quadro docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília era precisaria possuir um doutorado, e posto que sua atividade na máquina administrativa em muito lhe frustrava, a socióloga decidiu que a finalização, o quanto antes, da tese seria o melhor caminho para sua carreira. Numa nova incursão com as agências de financiamento Brasileiras, Stela conseguiu que a CAPES pagasse suas taxas de estudo do doutorado no exterior, atenuando a dimensão de gastos que tinha fora do país.¹³¹ Além disso, contou com a ajuda de Sérgio e uma licença sem vencimento do trabalho para finalmente completar a tese em Montreal.

No final do meu período no MEC, antes de terminar a tese, eu acabei pedindo uma licença sem vencimento, porque eu me dei conta de que a única chance de sair daquela vida que tanto me desgostava era acabando a tese. Não tinha outra alternativa. Então, fiz uma... Lembro que, nessa época, meu marido me ajudou muito, porque era mais objetivo que eu. Ele me dizia: “Quanto tempo você precisa para o primeiro capítulo? Quanto para o segundo? Quanto...? Como é que nós vamos organizar essa sua...? Então você vai ter que pedir uma licença sem vencimento”. Aí fizemos essa organização temporal da finalização da tese. E logo depois eu vim para a UnB, como requisitada. (PORTO, 2018).

Na tese trabalhou inicialmente com a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento, enveredando pelos estudos acerca da função do rural em meio ao processo de industrialização do campo. Segundo ela, em seu trabalho ela chegava a fazer uma espécie de defesa da posição do campesinato, que na época dizia-se que acabaria em decorrência da industrialização do rural. A socióloga apontava a articulação da pequena produção com polos mais industrializados. A experiência no exterior também congregou um relacionamento mais profundo com a tradição intelectual marxista, por influência de seu orientador. A investida finalizou-se, enfim, no ano de 1987 com a defesa da tese “*Capitalisme et Petite Production Familiale au Brésil: Permanence et Transformation*”.

Era muito uma linha de... uma linha teórica bastante articulada ao marxismo. Isso, na época, o meu orientador era marxista, era realmente... Não só marxista em termos teóricos, mas como ele tinha uma atuação... não vou dizer militância, mas enfim, num período em que havia muita perseguição política, então, ele teve sempre muita disponibilidade para ajudar intelectuais com problemas de política a irem para o Canadá. Então foram vários os intelectuais que ele ajudou a entrar no Canadá. E essa perspectiva do subdesenvolvimento e desenvolvimento era alguma coisa que... da perspectiva marxista... eu acabei ficando com ele, porque achei que tinha mais sentido, a ver com o que eu estava fazendo. E muito essa ideia de pensar o espaço, o lugar da pequena produção, do campesinato nesse contexto. (PORTO, 2018).

¹³¹ “Coincidiu essa mudança com uma vinda do Sérgio aqui. Então, nessa volta dele, ele fez uma nova investida nas agências, explicou a situação, e aí eu consegui uma... Não foi uma bolsa, mas eu consegui da CAPES que me pagasse as taxas na universidade. Então, isso... C.C. – Já era uma grande coisa. M.P. – ... já permitiu fazer o doutorado. Porque senão teria sido inviável”. (PORTO, 2018).

Maria Stela logo retornou ao Brasil, atuando como professora substituta no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, onde se tornou adjunta e permaneceu como docente até o seu falecimento, no ano de 2023. A socióloga foi uma das pesquisadoras de maior destaque no campo da sociologia da violência no Brasil e no exterior, tendo ocupado diversas posições institucionais na área, dentre as quais pode-se citar o cargo de Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia (2006-2010), Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2003-2005) e vice-presidente (2001-2003), além de atuação na mesa diretora da ANPOCS, no conselho da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (2003-2007) e coordenação do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS-UnB). Mais do que isso, a pesquisadora realizou uma série de atividades de pesquisa e docência fora do Brasil, com ênfase em instituições da França e do Canadá. Realizou pós-doutorado no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) entre 1995 e 1996 e atuou como professora visitante na *Université du Québec à Montréal* no ano de 2000 e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris em 2008 e 2010.

Observando a trajetória aqui narrada, é possível realizar alguns apontamentos analíticos acerca dos principais condicionantes da circulação de Maria Stella Grossi Porto ao exterior em nível de pós-graduação. Conforme foi possível notar com bastante ênfase neste tópico, a primeira fase da trajetória acadêmica da docente foi diretamente perpassada pela posição ocupada no interior da instituição familiar e pelas relações de gênero a ela associadas. Mais especificamente, em se tratando da realização de curso de pós-graduação fora do país, observa-se que tanto a ida para o exterior com objetivo de fazer o mestrado e a interrupção do doutorado, que realizou na sequência, foram atravessadas pelo fato de que Stela precisava acompanhar o marido, juntamente com a família, devido ao acesso deste a bolsa de estudos e meios financeiros.

Este processo foi potencializado pela rejeição, por parte das agências nacionais de financiamento em ciência e tecnologia, CAPES e CNPq, em conceder auxílio à professora, com a justificativa de que o marido já possuía bolsa e dado que o curso de mestrado em sociologia existia na Universidade de Brasília. A docente consegue financiamento para completar o doutorado no exterior em momento posterior, dessa vez por meio das agências nacionais. Essa trajetória reforça a importância do desenvolvimento dessas instituições na garantia da realização de cursos de pós-graduação fora do país. Outro ponto que diz respeito à institucionalização do sistema de pós-graduação no Brasil é que o marido de Maria Stella, foi para o Canadá realizar seu curso de mestrado porque que não existiriam cursos de pós-

graduação na área de comunicação no Brasil, inviabilizando a continuidade de sua pesquisa em solo nacional. Dado que a trajetória acadêmica da socióloga se inicia no exterior por intermédio da realização dos estudos do esposo, nota-se que a circulação da acadêmica foi influenciada pelas condições de institucionalização da pós-graduação em nível nacional.

6.4 Josefa Salete Cavalcanti

Josefa Salete Cavalcanti nasceu no ano de 1947 na cidade de Cabaceiras, interior da Paraíba. Ela cresceu em uma família com fortes ligações com a atividade rural, posto que o seu pai, Adolfo Cavalcanti da Cunha, era um pequeno pecuarista e agricultor, atividade que herdara dos antepassados. Já a mãe, Hilda Barbosa Cavalcanti, era professora, dando à Josefa a companhia de mais seis irmãos. Os primeiros anos da vida da jovem orbitaram em torno da Paraíba e Pernambuco, passando por uma importante transição no ano de 1959, quando é aprovada no exame de admissão no Colégio Estadual de Campina Grande, que culmina com a transferência da família à cidade.

A paraibana permaneceu na instituição de Campina Grande até 1965, quando passa a realizar o curso “pedagógico”. A partir daí, inicia-se como professora em uma escola de propriedade do Serviço Social da Indústria (SESI), posicionada em um bairro operário, vinculado à indústria têxtil local. A experiência direta com a situação de vida dos trabalhadores da indústria, aliada ao pensamento bastante libertário de sua mãe, instilaram os primeiros desejos pelo estudo das humanidades. Isso se deu porque o ambiente social instigava a jovem a refletir sobre as condições de trabalho dos operários do bairro. Sua mãe possuía conexões com os proprietários das fábricas locais, de forma que ocupava importante papel na promoção educacional das crianças do bairro, posto que conseguira ao convencer as famílias dos empresários em subsidiar a educação dos filhos de trabalhadores. Este ambiente social e cultural levou Josefa a se interessar posteriormente pelo curso de ciências sociais, em que viria a entrar na Universidade.

J.C. – A minha... tinha muitas relações com essas pessoas do... os donos da fábrica, e a minha mãe, professora. Minha mãe professora. Então eu sempre ficava analisando um pouco, pensando sempre na situação dos operários da fábrica. Isso, eu acho que eu comecei um pouco a entrar por esse campo nesse tempo. E os meus alunos dessa escola que eram filhos de operários da fábrica. Porque isso aí foi mais ou menos uma estratégia que a minha mãe ofereceu. Ela pensou que os donos da fábrica poderiam pagar para os filhos dos operários estudarem nessa escola, que no final era uma escola muito boa, essa que ela começou, porque ela era muito exigente, muito preparada. E aí ela fez isso. E nisso havia essa relação muito estreita dela com essas famílias, e essas famílias mais ou menos tinham os filhos, que até hoje a gente ainda se [encontra], mais ou menos, um pouco da idade da gente. (CAVALCANTI, 2018).

Em 1967 a jovem é aprovada no vestibular para o recém-criado curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essa era a primeira turma do curso de sociologia e política da Faculdade de Ciências Econômicas em Campina Grande. Uma turma de 5 alunos, a qual, posteriormente, foram acrescentados 14 estudantes, adicionados em meio aos

debates sobre os excedentes durante a Reforma Universitária de 1968¹³². A atuação na militância estudantil logo passou a fazer parte da trajetória da paraibana, de modo que Josefa entrou para o Diretório Acadêmico, junto com estudantes da economia, em 1968, período extremamente duro para a mobilização universitária. Esse contexto culminou na cassação dos presidentes e vice-presidentes da instituição pelo AI-5. A socióloga, contudo, não fora atingida por essas cassações. A ditadura logo afetou outras instâncias da faculdade, principalmente os docentes de formação mais à esquerda. Segundo Josefa, alguns de seus professores, vinculados à Sudene, eram “bem críticos”, entre os quais é lembrado o nome de Adalberto Arruda. Segundo ela, neste período, perdeu vários mestres, que não mais foram dar aulas em Campina Grande. O contexto que sucede o AI-5 é descrito como produtor de bastante silêncio na Universidade, o que não impediu que Josefa participasse ativamente das movimentações políticas de 1968 e 1969.

J.C. – Então, depois, a gente... aí começou a... 1967, 1968, a gente viu claramente a mudança. A gente tinha vários professores que eram aqui da Sudene, no começo do curso, bem críticos... Eu digo que a gente passou... Tinha um curso de Adalberto Arruda – não sei, eu acho que você não conhece – que era de uma economia política, por exemplo, aí depois, o próximo professor que entra, ele é a oferta, a demanda, o sistema econômico. Então, assim, fazer a grande mudança. Vários professores nós perdemos nessa época já, porque eles não vieram mais ensinar em Campina Grande. E os meus colegas, o presidente e o vice-presidente foram cassados na época. Eu não fui. Eu lembro a noite em que eles receberam a notícia porque eles eram... O pai de Cláudio, por exemplo, era advogado na cidade e soube que o filho estava cassado. Então eles chegaram na minha casa à noite e falaram: “Saleta, a gente sabe que nós estamos lá, a gente sabe que estamos cassados, mas a gente não sabe de você”. Bom. Aí fomos na casa da secretária da universidade. Ela falou: “Não. Esse nome não está”. Então a gente foi... O que sucedeu depois disso daí é que foi um tempo de muito silêncio na universidade. Muito... Acho que todo mundo sabe da experiência que foi isso. Mas a gente viveu isso porque também vivemos o que antecedeu, as passeatas na rua, toda a movimentação desses anos 1968 e 1969. Foram tempos de muita movimentação. (CAVALCANTI, 2018).

Uma série de professores passa a ter um importante papel na formação de Josefa ao instigá-la a se debruçar, mais profundamente, nos estudos em Antropologia, o que se liga intimamente à própria institucionalização das ciências sociais no Brasil. Observa-se que o fato do departamento de sociologia e política da UFPB ainda estar em fase germinal durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970 implicou que a instituição fosse influenciada por outras universidades e programas de pós-graduação que já estavam formados a alguns anos.

¹³² J.C. – É. Eu vivi essa experiência porque eu entrei na primeira turma, e entrei... Eu tenho um pouco dessa história. A primeira turma do curso de sociologia e política entraram... acho que na primeira seleção foram cinco alunos. E daí houve aquela discussão toda sobre os excedentes. Não lembra que tinha a história dos excedentes e tal? E aí eu acho que foi feita uma nova seleção e entraram mais uns quatorze, uma coisa assim, nessa área, na área da sociologia. E aí eu entrei nessa primeira turma de sociologia, e o nosso curso era na Faculdade de Ciências Econômicas, tinha economia e sociologia. E entrei no primeiro ano. Eu acho que no segundo ano, é 1968, por aí, eu entro para o diretório acadêmico, e com o pessoal da economia. (CAVALCANTI, 2018).

Um destes exemplos é que Josefa foi aluna de David Maybury-Lewis, etnólogo britânico que realizou uma série de estudos no Brasil, por conta de convênios firmados entre a Fundação Ford e o PIMES de Pernambuco, onde a estudante ia assistir alguns cursos¹³³. Além disso a paraibana foi muito influenciada pelo professor Roque Laraia, da Universidade de Brasília, que fora convidado por Ruth Almeida, docente da UFPB, para lecionar um curso em Campina Grande. Esta¹³⁴, que tinha se formado na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e havia feito parte dos primeiros cursos do Museu para antropólogos, idealizados por Darcy Ribeiro, foi um agente importante no estabelecimento da conexão entre Josefa e Roque Laraia. A aproximação permitiu que o antropólogo da UnB convidasse a estudante para realizar um curso de 3 meses em Brasília com o professor Julio Cezar Melatti, dando condições ao contato com trabalhos clássicos da antropologia “Malinowski, Radcliffe- Brown. Tudo isso em inglês. Naquela época não tinha ainda as traduções”. Essa série de eventos selou os interesses de Josefa pelos temas abarcados pela antropologia, aproximando-a da literatura britânica e a animando a realizar um mestrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

J.C. – Até que um dia ela fez um seminário, um curso de... um curso, era como se fosse um curso de especialização, na época, e convidou Roque Laraia para ir dar esse curso em Campina Grande. E como eu digo que naquela época a diferença que tinha entre uma especialização e uma graduação, então a professora Ruth Almeida, essa minha professora, ela disse: “Roque... perguntou para o professor Roque Laraia – “Eu tenho duas alunas – éramos eu e outra – que gostam muito da antropologia, da graduação, e uma delas adora os estudos de parentesco”. Aí o Roque disse: “Mas isso é um achado! Porque é muito difícil ter alguém que goste de estudos de parentesco” [riso] (...), e Roque ofereceu para a gente uma estadia, em Brasília, de três meses na UnB. E foi no verão. E para isso, a gente foi, e morou naquela colina (...) E Roque estava exatamente sendo diretor do instituto lá, tinha chegado, e Roque tinha o Julio Cezar Melatti, que estuda populações indígenas, e ele definiu que... Era uma experiência muito inusitada até, para o Brasil daquela época, porque definiu que o Melatti fosse o tutor nosso. Então fomos eu e essa minha colega também foi. E foi até Brasília. Então, terminado esse período nosso lá, esses três meses lá em Brasília, nós estudamos... O Melatti, muito exigente, então,

¹³³ “J.C. – E nesse último ano do curso, nesta Universidade de Pernambuco havia uma... era o início... Quer dizer, é um momento muito importante do estabelecimento do nosso programa. Que agora fez cinquenta anos desse programa de pós-graduação em sociologia. E havia um convênio com a Universidade de Harvard, naquela época, com aquele apoio da Fundação Ford, que também apoiou o Museu, o programa do Museu Nacional. E aí o David Maybury-Lewis veio dar um curso aqui sobre estruturalismo. Aí eu vinha de Campina Grande... Era muito sacrificado naquela época. Eu vinha de Campina Grande assistir o curso do David Maybury-Lewis aqui. Então fiz esse curso com David.” (CAVALCANTI, 2018).

¹³⁴ “J.C. – Então ela já vinha com uma excelente formação na Universidade do Brasil. E quando eu cheguei na universidade, eu era da quarta ou da quinta turma de ciências sociais, e ela disse que sempre que chegou, ela quis sempre ter um aluno que quisesse fazer antropologia. Ela também faz arqueologia, ela estudou inscrições rupestres e tudo, então ela queria formar um aluno, uma pessoa nessas áreas. E ela vai e começa com... Ela foi minha professora. Ela era a única professora de antropologia, porque naquela época, antropologia física, antropologia... todas as antropologias passavam por ela. E ela era bastante exigente, passava toda a literatura, e eu fui gostando de estudar; mas, também, eu gostava muito de sociologia industrial, que na época também estava muito em evidência, mas eu fui seguindo nessa parte de antropologia.” (CAVALCANTI, 2018).

todo final de tarde, Melatti chegava: “o que é que vocês já estudaram? Como foi?”. Então, as etnografias principais a gente leu lá. Malinowski, Radcliffe-Brown. Tudo isso em inglês. Naquela época não tinha ainda as traduções. E fizemos isso as duas, estudamos. (CAVALCANTI, 2018).

Animada com a ideia de realizar seu mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional no Rio de Janeiro, Josefa presta seleção para a prestigiosa instituição, que parecia inalcançável para alguns de seus colegas¹³⁵. O processo seletivo se iniciou com entrevista realizada na cidade do Recife, feita por Roberto Cardoso de Oliveira. Após receber telegrama comunicando a sua aprovação foi ao Rio de Janeiro para fazer as provas teóricas. Com o resultado positivo, em 1971 iniciou o mestrado na instituição, na qual ficou até 1975, orientada por Roberto da Matta, e produzindo a dissertação “Talhado Um Estudo de Organização Social e Política”. Na instituição carioca foi aluna de uma série de professores de destaque no campo, entre os quais cita Alcida Rita Ramos, Moacyr Castro, Neuma Aguiar Walker, Gilberto Velho e Otávio Velho. Durante o período, se sustentou com aulas que dava no Colégio Sion em Laranjeiras, além de um pequeno recurso que conseguiu receber da Universidade após algum tempo¹³⁶.

C. C. – Você fez cursos com quem?

J.C. – Roberto DaMatta, eu fiz no início, Roberto DaMatta, Alcida Rita Ramos, que estava na época lá, eu fiz com o Castro também. Com o Castro, também, foi uma grande experiência, porque quando eu recebi o resultado do Castro... todo mundo tinha muito medo, e eu... que a secretária me falou, aí eu falei: “Eu não acredito”. Eu tinha tirado um A+ com o Castro. Eu disse: “Eu não...” Eu estava muito, muito surpresa. Aí ela falou: “Não. Isso foi mesmo. Eu acho que foi o único”. Uma coisa assim. [riso] Uma coisa assim que ela falava. Mas porque eu acho que fiquei com tanto... assustada, que tinha... eu devo ter... eu devo ter não, eu passei um tempo grande com esse trabalho para poder... achando que vai sair com Castro. E fiz também com o Moacyr. O Moacyr e o Otávio Velho. Porque o Moacyr tinha terminado o doutorado, e o Otávio estava terminando o doutorado em Manchester. Os dois deram cursos, sociedades camponesas, nessa época. Fiz com Roberto Cardoso também, Indivíduo e

¹³⁵ “E no Museu, realmente, foi uma... para mim também era um momento de... talvez o estranhamento maior que eu já [tive], assim, na vida, porque eu estou chegando nessa... Claro que o Museu... Até hoje eu acho que ainda é a instituição, assim...”

C. C. – O Olimpo.

J.C. – É. Mas assim... E que isso tolheu também muito os meus colegas, às vezes. As pessoas tinham até dificuldades depois, porque consideravam como sendo quase impossível entrar ali. Mas eu consegui.” (CAVALCANTI, 2018).

¹³⁶ “C. C. – Você ficou morando onde lá?

J.C. – Eu fui... Eu tive sorte. Eu fiquei... Eu cheguei lá e eu consegui uma vaga no Colégio Sion, na época, lá em Laranjeiras. Então eu consegui uma... Eu tinha uma colega, que era a Regina, ela era... que ela tinha sido... Eu nunca sei hoje. Eu acho que ela tinha sido freira do Sion, uma coisa assim. Morava numa casa vizinha. E aí ela disse que tinha essa possibilidade no Sion. E aí eu fui morar lá. Então, eu posso dizer que eu tive boas condições lá no Rio, para alguém que foi sem bolsa. Que foi sem bolsa. Depois de um tempo, a minha universidade conseguiu um recurso muito curto, muito curto, para que eu trabalhasse, para que eu... Uma ajuda, uma ajuda de custo. Não era uma bolsa efetivamente. E eu, naquela época, usava esse recurso, comprava livros na Leonardo Da Vinci, tinha uma conta lá, todo mês comprava, comprava um livro na Leonardo Da Vinci.” (CAVALCANTI, 2018).

Sociedade. Eu assisti a umas aulas do Gilberto, mas eu não segui o curso dele, não. Eu assisti da Neuma Aguiar Walker também, que deu o curso de teoria. Um curso sobre Durkheim, que eu fiz também. Então foi esse período lá no Museu. (CAVALCANTI, 2018).

Com a finalização do curso, em 1975, Josefa voltou para seu estado natal para fazer um concurso de professora auxiliar na Universidade da Paraíba, em Campina Grande, no Departamento de Ciências Sociais e Humanidades, que depois veio a ser chamado de Centro de Humanidades da Universidade da Paraíba. Ao ser aprovada no programa, atuou por quatro anos antes de realizar o doutorado, e ocupou a posição de chefe de departamento assim que entrou na instituição, por conta de uma demanda do reitor Lynaldo Cavalcanti, interessado em profissionalizar o ensino local. Josefa era uma das primeiras na instituição a possuir mestrado e, após aceitar o pedido, ajudou na construção do Departamento e na contratação de seus professores, além da criação de sistemas de cooperação com docentes de outros departamentos, que ajudavam na formação dos quadros locais¹³⁷.

J.C. – Foi... É interessante isso também. Porque quando eu fui... Eu cheguei na Paraíba em... Quando eu defendi a minha tese, ou a minha dissertação de mestrado em 1975, foi um período que Lynaldo Cavalcanti assumiu – ele não é nada parente meu – [riso], mas ele assumiu a Universidade e ele queria realmente transformar o sistema de ensino, de pesquisa na Universidade. (...) E quando eu cheguei... O Departamento tinha sido alertado que deveria começar um trabalho para formação, para fazer cursos superiores, curso de pós-graduação, tudo isso. E como eu era a primeira a chegar com o mestrado eu fui chamada para assumir a chefia do departamento. Lembro que o diretor do Centro falou para mim assim... Que era o Centro de Ciência e Tecnologia, se chamava, mas o Departamento estava nesse Centro. Ele disse: “Salete, você foi indicada pelos professores, que era para você assumir”. Eu falei: “Mas eu não vou assumir”. Avisei para ele. Eu disse: “Eu não vou assumir. Eu acabei agora o mestrado, eu quero fazer pesquisa, eu quero fazer trabalhos”. Aí eles mandaram... Eu disse não, não quero, e fechei. Depois, um dia, o professor Lynaldo chegou lá em Campina Grande, eles mandaram me chamar. Eu fui. Aí eu disse a mesma coisa: eu quero fazer pesquisa, eu quero fazer trabalho. Aí ele falou: “Professora, mas a senhora tem que dar as condições para isso acontecer. Então é para isso que a gente...” (CAVALCANTI, 2018).

É importante mencionar que na construção do Departamento na UFPB o reitor Lynaldo Cavalcanti operou como um ator importante na viabilização da contratação de professores. Segundo o relato de Josefa, mesmo que alguns docentes possuíssem formação para darem aula, alguns estavam fichados por instituições de espionagem do governo militar, o que impedia a contratação. O reitor atuou diretamente sobre esses casos, atenuando o poder das forças de

¹³⁷ “Então foi, como eu digo sempre que foi assim, eu fui muito jovem ser chefe de departamento, chefe do Departamento e coordenar toda a expansão do Departamento; contratação de professores, e aí, nessa contratação de professores, foi mais ou menos uma decisão, que também não é uma decisão muito simples, até considerando a... vamos dizer, a configuração das forças locais, porque sempre as pessoas achavam que para ciências sociais qualquer pessoa pode ser professor, então fomos convidando, na realidade, vários professores, de várias instituições. (...)” (CAVALCANTI, 2018).

repressão de inviabilizar os contratos com estes pesquisadores. A partir desta articulação de múltiplos atores a profissionalização da instituição se consolidou. É nesse contexto que criaram, em 1977, o primeiro curso de pós-graduação da instituição, que era constituído por uma especialização em sociologia rural para áreas irrigadas.

Então, convidamos vários professores, que vieram nessa época também. Porque era um período difícil. Muitas pessoas tinham curso, mas estavam na ficha, também, do... do governo, que não podiam, então Lynaldo fez muito esse trabalho de conseguir liberação de muitos desses professores que vieram trabalhar na Universidade. E aí formamos o primeiro curso de pós-graduação, que era um de especialização: sociologia rural para áreas irrigadas. Então, para esse curso, eu convidei...

C. C. – Em que ano começou?

J.C. – Em 1976 mais ou menos. É com Lynaldo. Mais ou menos 1976. 1976-77. Então esse curso foi em 1977, o primeiro curso de especialização. Aí, nós convidamos, veio o Moacyr, o pessoal do Museu, vários que estavam estudando sobre o Nordeste vieram, e outros, também, que eram da Universidade de Brasília, que eram do Ministério do Planejamento, vieram para esse curso: sociologia rural para áreas irrigadas, que deu origem depois ao curso de sociologia, que era sociologia rural, de mestrado, e depois ao programa de pós-graduação que tem hoje lá. (CAVALCANTI, 2018).

Seguindo com o processo de institucionalização e profissionalização da Universidade Federal da Paraíba, Josefa foi influenciada a realizar o curso de doutorado, fator que será crucial para a definição de sua formação no exterior. A socióloga afirma que havia naquele período uma demanda institucional crescente para que os docentes fizessem doutorado. Ela inclusive, como chefe do departamento, estava buscando contratar, preferencialmente, indivíduos que já possuíssem doutorado, ainda que não tivesse realizado esse curso. Assim, a pesquisadora mirou no exterior enquanto local de realização desta formação, a qual poderia ser financiada pelo Programa Institucional de Capacitação de Docentes (PICD) da CAPES, criado em 1975, e que tinha por objetivo formar o corpo de professores de programas de pós-graduação brasileiro em nível de mestrado e doutorado.

C. C. – Eu tinha lhe perguntado sobre a Universidade de Manchester.

J.C. – Sim. Manchester. Então. Aí, Manchester foi assim. Uma vez organizado essa parte do trabalho, então, agora é época... todo mundo deveria fazer... Naquela época, assim, cada um deveria fazer o curso de doutorado. Era a ideia.

C. C. – Devia ter poucos.

J.C. – Não tinha. Não tinha. Eu lembro que tinha... Eu era a primeira com mestrado. Então... Lembro que um professor, até que veio da área tecnológica... Porque também era uma oportunidade da... esse pessoal que vinha, porque vieram muitos, também, para a área da engenharia e tudo. Então eles achavam que também poderia ser contratado as... vinha, as mulheres, tal, nesse Departamento de Sociologia. E então, eu lembro que uma vez eu fui confrontada, um professor falou assim: “Dizem que a senhora só quer contratar doutor”. Aí eu disse: “De preferência. De preferência. Mas eu mesma não sou ainda. Eu vou entrar”. Então a gente preparou... Naquela época tinha o CAPES,

o PICD da CAPES, para preparar as pessoas para saírem, para fazer o doutorado fora. (CAVALCANTI, 2018).

A mirada para o exterior se fez em consonância com os desejos comuns à maior parte de seus colegas, que tinham a França como principal sonho de local para realização de estudos em pós-graduação. O desejo por estudar no país europeu também era mediado pelo fato de que a professora já tinha realizado cursos de francês, os quais eram oferecidos pela universidade paraibana. Por isso, o domínio da língua permitiria uma inserção mais adequada fora do país. Josefa então submeteu projeto para a CAPES no programa PICD com uma carta de aceite do intelectual francês Maurice Godelier. Ela foi informada que existiria a possibilidade de se inscrever para a França ou para a Inglaterra, na Universidade de Manchester, que acabou sendo o destino financiado pela CAPES. A relação com a intelectualidade Britânica se antecipa nas experiências anteriores vividas por Josefa. Ela teve aulas com Otávio Velho no Museu Nacional, que fez sua formação em Manchester e que trazia muito da literatura inglesa para a formação no Museu. Além disso a pesquisadora menciona ter se encontrado com Peter Worsley na reunião da ABA de 1978 em Recife, onde mencionou a eventual possibilidade de ir estudar no país. Estes elementos, contudo, não eram suficientemente fortes para que se sentisse qualificada, linguisticamente, para estudar na Inglaterra, o que, contudo, não era incapacitante. O retorno da CAPES sobre sua submissão, todavia, selou o destino da pesquisadora, já que a agência a afirmou só poderia ir para o exterior com bolsa se fosse para a Inglaterra. Por coincidência, após passar pelos trâmites na Universidade Inglesa, recebeu comunicado da CAPES afirmando do lançamento do CAPES/Cofecub e da possibilidade de bolsa na França, o que, contudo, Josefa não aceitou, uma vez que já tinha feito todo o processo para a Inglaterra, aí incluído o aperfeiçoamento no estudo da língua inglesa.

(...) E, então, eu queria ir fazer na França. Era o... Eu acho que naquela época, talvez, era o sonho de todo mundo, era a França, tal (...) e aí consegui mandar o material e ter uma carta de aceitação por Godelier. Godelier mandou dizer que ele... aceitava. E então, depois, eu fiz a seleção da CAPES para a bolsa. Mas no meu projeto eu coloquei... Porque tinha duas universidades para onde eu poderia ir, que seria para França, Godelier, e a Inglaterra. E a Inglaterra, era na Universidade de Manchester. (...) Mas eu mandei o meu processo para a França, estava aceita, e a CAPES mandou a resposta. Eu passei na seleção, mas se eu quisesse ir para a França... Não. Para ir para a França, não. Se eu quisesse, para continuar, para ir para a Inglaterra. Então eu... Era um desafio. Outro desafio, porque mesmo que a gente no Museu lesse, todo mundo lia em inglês, tudo isso, a língua não era essa. Então eu pensei: está bom. Eu vou me preparar agora para fazer o teste para inglês. Aí fiz... Não. E aí mandei os papéis para Inglaterra. Sim, porque também, para a Inglaterra, era um... eu acho que a tramitação...

C. C. – E era Correio mesmo.

J.C. – Era o Correio. E depois, vai... Eram várias instâncias. Não. Eram as várias instâncias da universidade. Então, eu passei por esses vários trâmites. E

aí eles mandaram dizer que sim. Quando eu estava com tudo pronto já, agora para ir para a Inglaterra, eis que a CAPES forma o CAPES/Cofecub. E até mandaram, um dia, acho que mandaram uma mensagem assim, dizendo, hoje, dizendo: você pode ainda se... Eu falei: Não. Agora, eu já estou noutra direção. E fui para a Inglaterra. (CAVALCANTI, 2018).

Josefa chega à Inglaterra em 1979, onde realizou seu doutorado até o ano de 1982, orientada por Peter Worsley no departamento de sociologia da Universidade de Manchester. Worsley, juntamente com professores como Bryan Roberts, eram uma dissidência de docentes que saíram do departamento de Antropologia da Universidade de Manchester¹³⁸. O novo departamento contava com muitos especialistas na área de sociedades camponesas, tema do projeto de Josefa, como Teodor Shanin, Rami Salavi, Bryan Roberts e Norman Long¹³⁹. A instituição era muito ativa, contando com uma diversidade discente, composta de alunos de muitas nacionalidades distintas, como América Latina, Colômbia e México, além de brasileiros, como era o caso de Bila Sorj e Bernardo Sorj. O desenho aberto do curso permitiu que Josefa montasse sua própria formação. O trabalho de orientação com Peter Worsley culminou, em 1982, com a produção da tese *“The Making of Peasant Survival. Continuity and Change in Rural Northeast Brazil. The Brejo Paraibano Case”*.

Após retornar ao Brasil em 1982, Josefa segue como professora da UFPB, onde ficará até o ano de 1991. Em 1987 a pesquisadora foi aos Estados Unidos fazer um Pós-Doutorado, na Universidade do Winsconsin em Madison, dado que esta era uma importante instituição no debate sobre sociologia rural, onde muitos brasileiros deste campo teriam realizado a formação em pós-graduação. No período em questão, discutia-se nos EUA uma “nova sociologia da

¹³⁸ “C. C. – Está bom. Na Inglaterra, como é que foi a sua experiência?

J.C. – Não. A minha experiência na Inglaterra foi também uma experiência... Foi todo um momento bem interessante, muito importante. Então. Eu fui para a Inglaterra com uma proposta, quer dizer, eu estava trabalhando sobre os camponeses, sobre a experiência da sobrevivência, o debate e tudo isso, então eu cheguei lá e comecei a trabalhar com Peter Worsley. Peter Worsley, na realidade, trabalhava com... ele era inicialmente do Departamento de Antropologia. Mas eu fui... quando eu fui, Peter Worsley já estava no Departamento de Sociologia. Isso é um pouco da história das instituições. Porque o Peter... Tinha o Departamento de Antropologia de Manchester, e eles achavam... Depois eu soube mais, assim, quer dizer, a história. Porque não se concebia ter uma antropologia do Terceiro Mundo, entrar. Eram os de sempre, vamos dizer, do tempo de Gluckman, tudo isso. O Departamento de Antropologia. Então o Peter e mais outros antropólogos, o que veio depois, também, ser meu orientador, Bryan Roberts, e também outros que vieram para o Departamento de Sociologia. Fundaram a sociologia. A fundação desse Departamento, é um departamento fundado com os dissidentes da antropologia. E eu começo a trabalhar com Peter Worsley. E lá estão também, nessa época, o Teodor Shanin, que era sobre estudos do campesinato, também [Rami Salavi], que vinha do Paquistão, que trabalhava com os movimentos sociais, trabalhava... e também estava... estava o Bryan Roberts, que trabalhava também... tem um livro com Norman Long, no início, que era sobre cidades e camponeses, e vários outros que estavam no Departamento. Muito bom.” (CAVALCANTI, 2018).

¹³⁹ “E lá estão também, nessa época, o Teodor Shanin, que era sobre estudos do campesinato, também [Rami Salavi], que vinha do Paquistão, que trabalhava com os movimentos sociais, trabalhava... e também estava... estava o Bryan Roberts, que trabalhava também... tem um livro com Norman Long, no início, que era sobre cidades e camponeses, e vários outros que estavam no Departamento.” (CAVALCANTI, 2018).

agricultura” temática que foi abarcada em seus trabalhos e a influenciou, posteriormente a discutir “a questão da internacionalização da sociologia rural” em interface com a Globalização.

Em 1992, Josefa se transfere para a UFPE, onde permanece até hoje como professora titular do Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. A professora também realizou pós-doutorado no ano de 1998 na Universidade de Cardiff, na Grã-Bretanha, financiada pelo CNPq. Além das experiências de pós-doutorado a socióloga atuou intensamente em universidades fora do país na condição de professora e pesquisadora visitante, a saber: *Freie Universität Berlin* (1995), *Universidad Nacional Del Comahue, UNC* (1992), *Universidad Nacional de Córdoba - Argentina, UNC* (2006) e (2009), *Universidade de Hamburgo*(2006), *University of Southampton* (2008), *Sam Houston State University, SHSU* (2009), *Université de Toulouse II - Le Mirail, UTM* (2015-2016), *Universidad Autónoma de Madrid* (2018), *Universidad Aix Marseille CNRS* (2018). Além disso ocupou posições em diversas associações e órgãos científicos estrangeiros na área de ciências sociais, dentre os quais destacam-se os cargos de Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural - ALASRU (1995-1998) e a Vice-Diretoria do Conselho da *Food, Agriculture and Rural Studies Section – FARS* pertencente à *Latin America Studies Association (LASA)* (2022).

A análise dos condicionantes da realização do doutorado no exterior por Josefa Saletti, nos permite levantar alguns pontos interpretativos sobre a institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil e das dimensões geopolíticas do processo de financiamento de estudos no exterior. Em se tratando do primeiro ponto, observa-se que foi central para a realização do curso de pós-graduação no exterior pela docente brasileira o fato de que, para evoluir na carreira na UFPB, seria importante que realizasse o curso de doutorado. Foi possível perceber que a reitoria da instituição, na figura de Lynaldo Cavalcanti, foi relevante para esta demanda, apontando a importância de os quadros possuírem formação completa em pós-graduação, principalmente aqueles que ocupavam a posição de diretores de departamento, como Josefa. Ou seja, o processo de institucionalização das estruturas de pós-graduação do país, mediado pelos atores citados, foi um importante promotor da realização do doutorado de Josefa fora do país. O segundo elemento digno de nota aqui é o papel da geopolítica do conhecimento que atravessou o processo de financiamento de estudos no exterior da socióloga. Observa-se que a própria agência nacional de promoção de financiamento, a CAPES, orientou as possibilidades de acesso a bolsa da intelectual brasileira segundo a partir de dois destinos específicos: França e Reino-Unido. Vale a pena reforçar, inclusive, que a bolsa acessada se deu a partir do PICD, programa diretamente focado na capacitação docente em nível de pós-graduação Brasil a fora.

Este processo, que provavelmente ocorreu em função de algum convênio da instituição brasileira com outras dos países em questão, funcionou como um mecanismo de reprodução de fluxos de profissionais brasileiros para centros de países do Norte Global. A escolha por Manchester, no Reino Unido, Reino Unido, foi em direção diferente dos interesses iniciais da professora, que tinha a França como primeira opção. É importante citar, dado isso, que o interesse por um desses centros já partia, anteriormente, pela própria docente brasileira, influenciada por movimentos já realizados por amigos para a França, o que, contudo, não foi impeditivo que aceitasse a ida ao Reino Unido, também legitimado por experiências anteriores com professores prestigiados do Rio de Janeiro que também tinham estudado na Inglaterra, ou mesmo por contatos com pesquisadores daquele país que estabelecera anteriormente.

6.5 Carlos Benedito Martins

Carlos Benedito nasceu na cidade de Itaberaí, interior do estado de Goiás, no ano de 1948, de onde se mudou para a capital, Goiânia, com cinco anos de idade, acompanhando os pais. A família era composta por um pai comerciante e uma mãe professora primária. Preocupados em garantir uma boa formação para a criança, os pais matricularam Carlos em instituições particulares de boa reputação na cidade. O então menino realizou sua formação educacional básica em uma escola particular, de freiras francesas, chamada Colégio Assunção, que depois veio a ser complementada com estudos de ginásio na escola Dom Bosco, seguido do clássico a ser realizado no prestigiado Liceu Estadual de Goiás¹⁴⁰.

A presença da França, que se mostrará constante no decorrer desta descrição de sua trajetória, já se faz marcante na experiência escolar por influência de docentes do Liceu. A professora de francês da escola tivera influência primordial na adolescência de Carlos, já que além de inspirar o aluno com a qualidade de suas aulas, introduziu-lhe na literatura francesa, circulando obras de Jean-Paul Sartre, Anatole France, Vitor Hugo e Balzac. O desejo em desvelar com maior profundidade a língua original destas obras fez com que o estudante se matriculasse na tradicional instituição de línguas, Aliança Francesa, financiado por seu pai.

Contávamos também com uma estimulante professora de francês que além de nos transmitir os conhecimentos elementares de sua gramática e vocabulário nos apontou determinados escritores da literatura francesa, tais como Vitor Hugo, Balzac, Anatole France, Jean-Paul Sartre, etc. Tal foi meu entusiasmo em descobrir esses e outros literatos franceses que me matriculei nesse período, na Aliança Francesa, contando com o apoio financeiro de meu pai. Creio que o contato com a literatura, que passou a consumir uma parte considerável de meu tempo e uma inesgotável fonte de prazer intelectual, nesses primeiros anos de juventude, impulsionou minha curiosidade em melhor compreender a vida social e o impacto que ela exerce na conformação nos destinos dos seres humanos. (MARTINS, 2011, p. 12).

Além disso, o ambiente escolar mostrava-se estimulante em outras dimensões, como com relação ao interesse pelo estudo das humanidades e, mais especificamente, pelas ciências sociais. O espaço congregava uma série de professores recém-formados na Universidade Federal de Goiás, criada em 1960, que introduziram Carlos Benedito em leituras como “Machado de Assis, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, José Lins do Rego,

¹⁴⁰ “C.M. – Meu pai era comerciante. Minha mãe era professora primária. E aí nós fomos para Goiânia, quando eu tinha cinco anos de idade. O meu pai continuou trabalhando nos negócios dele, de comércio, e a minha mãe continuou dando aula na escola primária. Aí eu fiz minha formação, o ensino primário, em Goiânia, em um colégio particular, um colégio de freiras. Os meus pais sempre procuraram dar uma formação muito boa. Então, estudei em escola de freiras. No colégio Assunção, que era de freiras francesas. Não sei que congregação era essa, mas estudei lá. Depois estudei no Dom Bosco, o Ginásio, e depois fiz o Liceu. Tinha essa tradição do Liceu no Brasil todo e tal. Eu fiz o clássico lá. E foi justamente quando eu estava fazendo clássico, teve o golpe militar, em 64.” (MARTINS, 2015).

Guimarães Rosa, Bernardo Elis, Carmo Bernardes (autores goianos) e a poesia de Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Thiago de Mello, mas também da poetisa goiana Cora Coralina” (MARTINS, 2011, p. 12). O mergulho sobre o social que perpassava tanto a literatura dos clássicos franceses quanto as obras literárias brasileiras influenciou o jovem no início de seu interesse pelas ciências sociais.

Outro elemento que consolida o desejo pelo curso de ciências sociais é o papel que o enfrentamento crítico ao golpe militar de 1964 desempenhará em sua adolescência. Carlos, em meados de seus 17 anos, presenciou a deposição do governo local de Mauro Borges, com a implantação do estado de intervenção federal e tomada do poder pelo general Meira Mattos. As cenas dos rasantes realizados pelos aviões da Força Aérea Brasileira, assim como a entrada, na cidade, dos tanques de guerra, acompanhados das ações de forças militares, lembrados em seu memorial e em entrevista, são profundamente marcantes enquanto símbolos da ruptura com o regime até então democrático em Goiânia¹⁴¹. O descontentamento com a liberdade arrancada pelo autoritarismo lhe instigou a investir esforços na militância política estudantil agregada no interior do Liceu. As reuniões da juventude secundarista, que congregavam a crítica social com a circulação da cultura popular, ajudaram a consolidar no imaginário de Carlos o ideário das Ciências Sociais enquanto um espaço não apenas de compreensão deste mundo em ebulição, mas de sua superação pela transformação social.

O Liceu Estadual de Goiás constituía um destacado espaço que integrava a resistência dos estudantes secundaristas contra o golpe militar e que lutavam pela restituição do regime de direito no país. A convivência desenvolvida com diversos amigos e colegas nesses anos, instigada pela militância estudantil, mas também irrigada por incessantes discussões sobre literatura, poesia, bossa nova, cinema novo, cultura popular e situação política do país, foi consolidando minha disposição em realizar o curso de ciências sociais. Sem ter uma clara noção de seu conteúdo e de sua possibilidade de atuação profissional, passei a atribuir à sua realização não apenas uma forma de compreensão da sociedade contemporânea e especificamente da realidade brasileira, mas também uma maneira de participar no seu processo de sua transformação. (MARTINS, 2011).

A entrada no curso de Ciências Sociais, em 1968, não se dá sem tensionamento com a família. O conservadorismo paterno, que chegava a apoiar o golpe de 1964 como importante

¹⁴¹ “Presenciei, junto com uma mobilização de pessoas que procuram apoiar a permanência do governador os voos rasantes e ensurdecedores dos aviões de caça da Força Aérea Brasileira nas imediações da sede do governo local e logo em seguida vi a entrada de tanques de combate e a marcha de tropas militares que ocuparam pontos estratégicos da cidade. Com a destituição do governador e a decretação de intervenção federal, o General Meira Mattos assumiu o poder executivo estadual. Esses acontecimentos suscitaram em mim um profundo sentimento de revolta, indignação e uma disposição de me contrapor a um regime de força que instalava-se de forma galopante no país e presenciei a olhos nus a extensão de seus tentáculos na cidade onde vivia minha juventude.” (MARTINS, 2011, p. 13).

para o país, era acompanhado do catolicismo fervoroso da mãe, tendências, que acabavam por descrever o curso desejado pelo filho enquanto fonte de subversão e potencialmente deletério para com os valores religiosos e moral familiar. As contradições de pensamento no interior do lar não impediram a concretização do projeto, que em comum acordo se realizou após entendimento entre Carlos e seus pais¹⁴². Isto permitiu à entrada no curso e o mergulho no meio social que circundava à Universidade Federal de Goiás na época. Importante relatar, que em certa medida a apreensão familiar se respaldava no destino que o filho acabaria por ter no interior da instituição. Carlos logo se envolveu com amigos pertencentes a grupos contrários ao regime totalitário, como o Partido Comunista, o que incluía mesmo a participação até em atividades clandestinas. Além disso, a atuação no movimento estudantil atingiu tal ponto que o estudante chegou a ser eleito para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade. Nele, foi influenciado pelas discussões em torno da reforma universitária e a crise do sistema de ensino superior, que geraram interesse pela temática educacional, o que seria a marca de toda sua produção acadêmica nas décadas seguintes.

C.M. – Ciências Sociais. E nessa época eu tive uma militância... Eu comecei a conhecer pessoas ali do... Na verdade, eu fiz dois anos em Goiânia em Ciências Sociais, mas era muito ruim. Eu passava mais tempo militando politicamente, com os colegas, contra a Ditadura, fazendo passeatas, essas coisas todas. Eu entrei na universidade em 67, em 68... Eu tive muitos amigos que pertenciam ao Partido Comunista. Eu comecei a participar de reuniões clandestinas, tal. Depois eu fui eleito para o DCE, dos estudantes, que me marcou muito. Daí eu comecei a pensar muito a questão da universidade. Em um momento que se discutia muito a reforma da universidade. Eu acho que isso marcou muito a minha formação e depois eu vi que isso deu uma implicação muito grande, porque eu trabalho muito sobre a questão do ensino superior no Brasil. (MARTINS, 2015).

A entrada no curso, contudo, não veio acompanhada de uma experiência positiva. A precariedade institucional e de infraestrutura da UFG logo chamaram atenção de Carlos, iniciando um processo contínuo de desestímulo pelos estudos da Universidade. A formação do corpo docente era um dos fatores que colocava empecilhos no interesse do estudante, uma vez que os professores não possuíam um lastro de formação muito profundo para a área. Além disso, eles realizavam outras atividades concomitantes para conseguir se sustentar financeiramente. A ausência de quadros qualificados era acompanhada da parca infraestrutura física universitária, tendo em vista que a biblioteca pouco possuía um acervo em ciências sociais que conseguisse

¹⁴² A oposição de meu pai somou-se a de minha mãe, professora primária e, acima de tudo fervorosa católica praticamente que associava o curso de ciências sociais com atividade subversivas e potencialmente nocivo à religião e à manutenção de costumes tradicionais. Depois de idas e vindas nas negociações familiares, sempre procurando manter um ambiente de entendimento e de convivência pacífica com meus pais, realizei o vestibular e fui aprovado no curso de ciências sociais da Universidade Federal de Goiás. (MARTINS, 2011).

responder à curiosidade intelectual dos estudantes. Tudo isso afastou Carlos do desejo em permanecer estudando na instituição, acabando por engajá-lo mais em atividades de caráter político.

No ano de 1968, iniciei sua realização. Os primeiros meses do curso representaram uma completa decepção para quem muito esperava em obter uma formação acadêmica na área escolhida. O corpo docente que o integrava naquele momento não possuía um adequado treino na área de ciências sociais, capaz de propiciar aos estudantes uma imersão no seu instigante universo intelectual. Ademais, os professores que o integravam dedicavam-se a outras atividades profissionais e no geral, se mostravam incapazes de delinear um plano de estudos que pudesse nos orientar e motivar nossa curiosidade intelectual. Este fato era agravado pela escassez de recursos materiais que refletia numa biblioteca onde raramente existiam obras significativas das ciências sociais. Certamente, a falta de uma adequada qualificação acadêmica, bem como a inexistência de uma dedicação profissional de seus docentes à instituição e os poucos recursos de fontes de consulta, não constituíam um fato isolado da UFG. Essa precária realidade institucional expressava, em maior ou menor grau, a situação do ensino superior público federal, então existente no país. (MARTINS, 2011).

A ruptura final com a UFG ocorre a partir do contato de Carlos com uma palestra de Florestan Fernandes organizada pelo DCE da instituição. A comunicação proferida pelo sociólogo paulista animou o jovem estudante, que apesar de não compreender boa parte do que fora falado, em muito se interessou pelo intelectual, e o instigou a dar continuidade à sua formação em São Paulo, cidade do palestrante. O interesse em ir à capital se misturava com o próprio ideário do estudante de que a cidade seria um espaço de atividade intelectual mais “séria” em comparação com outros lugares, como o Rio de Janeiro. Além disso, Carlos possuía alguns amigos que já estavam realizando estudos em São Paulo, os quais, ajudaram a convencer o pai do estudante de que a mudança de cidade agregaria em muito à sua formação. Considerando que teria dificuldades em realizar vestibular para a USP, o jovem goiano interessou-se por fazer uma transferência de curso para a PUC-SP¹⁴³. Com o apoio financeiro e a confiança do pai, Carlos se muda para a instituição, iniciando uma fase extremamente importante em sua carreira e que irá lhe conectar às suas experiências subsequentes no exterior.

¹⁴³ “C.M. – Eu achava que no Rio eu ia ter uma vida muito boêmia. [risos] Não sei porque, mas eu tinha um imaginário do Rio na minha cabeça que eu não ia concentrar nos estudos. Eu acho que quando eu saí de Goiânia, eu estava disposto a me concentrar no estudo, não é? É muito engraçado porque quando eu estava meditando em Goiânia, o Florestan foi dar uma palestra no DCE. Eu não entendi absolutamente nada do que o Florestan falou, mas achei tudo muito interessante tudo o ele falou. Eu falei: “Esse cara deve ser legal... Paulista e tal...”. Aí eu fiquei com aquela coisa de USP na cabeça, São Paulo na cabeça. E eu fui transferido para a PUC, eu não tive que fazer vestibular e a USP não aceitava vestibular. Então isso facilitou a minha ida. Mas eu não sei o porquê eu tinha uma ideia, talvez falsa, de que em São Paulo o ambiente de estudo era mais sério do que no Rio nessa época. Então, foi essa a minha opção. E também eu tinha dois amigos que já estavam morando em São Paulo, que já estavam instalados em São Paulo, então eu achei que isso me facilitava também. Eu me lembro que quando eu fui para São Paulo, o meu pai chamou essas duas pessoas em casa para saber se eram pessoas sérias, conversar com essas pessoas: “Não, pode ir. São pessoas sérias e tal”. Mas foi isso, não é?” (MARTINS, 2015).

É importante mencionar, contudo, que antes de se mudar, decidiu realizar uma viagem de dois meses para a França, já que estava finalizando seu curso da Aliança Francesa, e desejava se aprofundar na língua e conhecer o país que lhe gerava interesse já há vários anos. A experiência fora do país foi extremamente marcante na trajetória intelectual do rapaz, posto que o levou a desejar retornar posteriormente para estudar no sistema universitário francês. O desejo, como poderá ser observado em breve, se concretizaria com sucesso alguns anos depois.

Antes de mudar para São Paulo, passei dois meses na França, para impulsionar o curso de francês que vinha realizando já alguns anos na Aliança Francesa. Essa curta passagem, alimentou a construção do projeto de frequentar a universidade francesa, num momento posterior, com o propósito de adquirir uma formação acadêmica consistente em ciências sociais. (MARTINS, 2011).

A entrada na PUC e o contato com a cidade de São Paulo concretizam as expectativas positivas de Carlos Benedito sobre o novo caminho que trilhava. Primeiramente, no campo educacional e institucional, a diferença entre a faculdade paulista e a goiana era evidente. Além da melhor infraestrutura, o corpo docente da PUC contava com alguns professores que já possuíam doutorado, além de outros que concomitantemente terminavam o mestrado na Universidade de São Paulo. Este fenômeno, que conforme o sociólogo menciona em seu memorial, ainda era raro na época, expressa o processo mais avançado de consolidação do estudo das ciências sociais na instituição católica, se comparado com a universidade goiana¹⁴⁴. Além disso, a nova fase que se iniciava era marcada por uma profunda imersão cultural que a metrópole proporcionava, o que se caracterizava pelo mergulho em um contexto bastante dinâmico de oferta de lazer e cultura, além do ingresso em redes de contatos. Singularizava o novo espaço o acesso aos “os cinemas de arte, as exposições, os concertos de música clássica que ocorriam no Teatro Municipal, os frequentes shows de jazz e de música popular, as peças teatrais que se encontravam em pleno vigor na capital paulistana”. Além disso, o contato com os novos amigos e colegas, que segundo o entrevistado possuíam “elevado capital cultural”, introduzia Carlos em uma nova dinâmica social, fundamental para o acesso a experiências típicas das classes médias intelectualizadas das grandes cidades.

A mudança para a cidade de São Paulo teve um profundo efeito em minha formação acadêmica, mas também nos horizontes intelectuais. Passei a frequentar assiduamente, com novas amizades que estabeleci, que possuíam um elevado capital cultural, os cinemas de arte, as exposições, os concertos de música clássica que ocorriam no Teatro Municipal, os frequentes shows de jazz e de música popular, as peças teatrais que se encontravam em pleno vigor na

¹⁴⁴ “Desde os primeiros contatos com o curso de ciências da PUC percebi uma enorme diferença qualitativa com relação à experiência acadêmica que tive anteriormente. O seu corpo docente já contava com alguns doutores – o que constituía um fato relativamente raro naquele momento – e com vários outros que se encontravam realizando o mestrado em ciências sociais na Universidade de São Paulo. A maior parte deles manifestavam durante as aulas uma seriedade acadêmica e uma dedicação pelo acompanhamento dos estudantes”. (MARTINS, 2011).

capital paulistana etc... O TUCA, teatro da PUC de São Paulo, vivenciava uma fase de grande dinamismo e constituía para mim e inúmeros colegas e amigos um ponto de referência cultural e de encontro. Com muita frequência, após participar desses eventos, nos reuníamos em distintos locais e nessa oportunidade trocávamos com entusiasmo juvenil variadas informações sobre literatura, música, cinema, exposições que ocorriam na cidade. Com efeito, estava passando por um processo de socialização extra-acadêmica, por aquilo que Pierre Bourdieu denomina de processo de incitação cultural difusa. (MARTINS, 2011).

O sucesso da nova investida se concretizou na permanência do estudante na instituição após finalizar sua graduação. Em 1973 Carlos Benedito inicia seu mestrado em Sociologia na PUC, curso de pós-graduação que havia sido recém-criado. Durante este período realizou uma pesquisa conectada com suas experiências advindas do movimento estudantil desde os anos 1960, enfocando as transformações do sistema de ensino superior brasileiro pela expansão do modelo privado e suas características. Tendo em vista que o departamento de ciências sociais da instituição paulista ainda estava em consolidação, Carlos Benedito, antes de terminar seu mestrado, tornou-se chefe de departamento, no ano de 1978. Durante sua gestão a PUC de São Paulo passou a incorporar alguns professores que haviam sido cassados na USP por conta do golpe militar, como Otavio Ianni, Florestan Fernandes e José Arthur Giannotti. Este processo fortaleceu relações de amizade de Carlos com estes intelectuais, além de parceria intelectual.

No ano de 1979 Carlos Benedito defende sua dissertação de mestrado de nome “A Empresa Cultural no Brasil” onde estuda as transformações no ensino superior privado brasileiro. Durante a formação em mestrado foi orientado por Maria Andrea Loyola com quem manteve forte relação intelectual e foi peça fundamental para a sua condução à França. A professora, que ofertava a disciplina de Teoria Sociológica Contemporânea, tinha realizado mestrado no Museu Nacional no ano de 1969 e doutorado na França em 1973, onde foi aluna de Alain Touraine, intelectual francês que possuía fortes conexões com a academia brasileira, principalmente em São Paulo¹⁴⁵. A docente incorporou nas suas atividades uma parte considerável dos autores europeus com os quais teve contato no contexto francês, com destaque para a obra de Pierre Bourdieu e outros pensadores vinculados ao *Centre de Sociologie Européenne*. A influência direta da orientadora fez com que Carlos desejasse mergulhar em profundidade no pensamento do autor parisiense, chegando a importar livros deste e de outros pensadores na Livraria Francesa posicionada no centro da cidade de São Paulo.

¹⁴⁵ “Uma das disciplinas que marcou minha formação acadêmica foi Teoria Sociológica Contemporânea sob a responsabilidade da Professora Maria Andrea Loyola que teve uma forte influência em minha formação em sociologia e no meu destino profissional. Em 1969, realizou seu mestrado em Antropologia no Museu Nacional e em seguida foi para a França onde obteve seu doutorado sob orientação de Alain Touraine em 1973.” (MARTINS, 2015).

Foi em seu curso que entrei pela primeira vez em contato com o pensamento de Pierre Bourdieu, cuja obra a Professora Maria Andrea possuía um consistente conhecimento substantivo. Durante a realização de seu doutorado em Paris desenvolveu laços intelectuais e pessoais com esse autor e com vários pesquisadores que integravam o *Centre de Sociologie Européenne* construído por ele. A instigante obra de Bourdieu, que encontrava ainda em pleno processo de constituição era pouco conhecida no país, com exceção de alguns antropólogos e sociólogos. Ao tomar conhecimento de alguns de seus escritos fiquei impactado com os problemas que levantava, a sua postura heterodoxa diante das tradições sociológicas, e a articulação praticada por ele entre pesquisa empírica e referências conceituais. Percebendo meu interesse pela sua obra, a Professora Maria Andrea me estimulou a aprofundar o conhecimento de seus trabalhos. Para tanto, passei a importar alguns de seus livros através da Livraria Francesa, situada no centro da cidade de São Paulo. A obra de Pierre Bourdieu desde então constituiu uma referência intelectual em meus trabalhos, estando presente na dissertação de mestrado, na tese de doutorado e em trabalhos desenvolvidos posteriormente. (MARTINS, 2011).

Dado o interesse de Carlos em continuar trabalhando a temática do ensino superior sob influência do pensamento de Pierre Bourdieu, Maria Adrea Loyola, operou enquanto um mediador para concretizar a realização do doutorado no recém mestre na França. Após o término da dissertação de mestrado, a professora indicou que Carlos deveria fazer o curso de doutorado sob orientação de Pierre Bourdieu. Assim, entrou em contato com sua rede na França para consultar as possibilidades de viabilização da orientação. O autor francês, contudo, não estaria em condições de orientar o brasileiro naquele momento, de forma que indicou outra parceira intelectual para a tarefa, mais especificamente Viviane Isambert-Jamati. A pesquisadora possuía especialidade na área de sociologia da educação, além de ter sido orientadora de outros estudantes brasileiros¹⁴⁶ que se formaram na França.

Por sugestão de minha orientadora, optei por realizar o doutorado na França, levando em conta sua produção sociológica que historicamente possuía forte influência na universidade brasileira. Nesse sentido, minha orientadora entrou em contato com Pierre Bourdieu, consultando-o da possibilidade de orientar minha tese de doutorado. No entanto, como ele estava envolvido com o processo que o levaria a assumir logo em seguida, a Cadeira de Sociologia no Collège de France, indicou a Professora Viviane Isambert-Jamati como minha orientadora, de quem era colega e reconhecia como uma liderança expressiva no campo da sociologia da educação na França. (MARTINS, 2011).

A mobilidade, contudo, necessitava da concretização de meios financeiros que garantissem a permanência do estudante no exterior. Primeiramente Carlos pleiteou uma bolsa da CAPES para doutorado pleno no exterior, decisão que segundo o sociólogo, se baseou no fato de que na época em questão a agência brasileira estava focada em oferecer financiamento que garantisse a formação de docentes em nível de doutorado para a provisão do sistema de pós-graduação brasileiro. Além disso, é importante citar que Carlos menciona em sua entrevista

¹⁴⁶ Segundo dados coletados na Plataforma Acácia (<http://plataforma-acacia.org/>), Isambert-Jamati já havia orientado Menga Lüdke no ano de 1969 e Lea Pinheiro Paixão no ano de 1981.

que acredita ter sido o primeiro professor do Departamento de Sociologia da PUC a fazer uma solicitação de bolsa daquela natureza ao exterior, o que expressa o processo ainda emergente de consolidação do sistema nacional¹⁴⁷. O sociólogo realizou então um pedido de licença à PUC, que seria de apenas dois anos, período ao qual não se ateuve, tendo em vista que seu principal objetivo naquele momento era concretizar a mobilidade internacional.

C.C. – Você teve que sair da PUC ou teve uma licença?

(...) eu me lembro de uma reunião complicada na PUC e me autorizaram a ir e me deram uma licença de dois anos, sendo que o doutorado era de quatro anos. Mas eu não me preocupei com isso, porque estava a fim de fazer o meu doutorado e depois eu vejo como eu me arrumo nessas coisas e tal. Aí eu cheguei na França, primeiro dia que eu cheguei na França... Eu já tinha casado nessa época, tinha dois filhos e tal. Eu fui sozinho e a minha ex-mulher ficou aqui com os filhos (MARTINS, 2015).

A experiência do doutorado na França foi bastante aberta e permitiu que o jovem sociólogo circulasse em espaços acadêmicos diversos. Sua orientadora o dispensou da realização de cursos por ter notado que ele já possuía uma formação sólida em ciências sociais, de modo que teve mais espaço para frequentar os seminários que desejasse¹⁴⁸. Neste interim, a orientadora de mestrado, Maria Andrea Loyola lhe indicou que entrasse em contato com a socióloga Monique de Saint Martin. Esta teria se tornado a principal mediadora na formação de Carlos Benedito, pois, além de ele acompanhar os seminários ofertados pela intelectual, também a buscava para tirar dúvidas e conversar sobre seminários dados por Pierre Bourdieu. É importante frisar que o francês, já bastante famoso na época, era figura com quem Carlos evitava tirar dúvidas pessoalmente, posto que este não era muito acessível.

Ele estava produzindo os trabalhos dele, eu vi a Monique trabalhando com ele, a Monique me contando as coisas que ele estava fazendo. E nesse íterim eu fui conhecendo várias pessoas da equipe dele também: François [INAUDÍVEL]. Muitas pessoas que se tornaram amigos meus. Fiquei quase cinco anos lá. Eu fui lendo as coisas dele, lendo e perguntando para a Monique. O contato com ele era muito difícil, porque ele dava aula... Era uma celebridade nesse momento.

¹⁴⁷ “Como desejava prosseguir na carreira docente decidi realizar o doutorado no exterior, pois desejava entrar em contato com um meio acadêmico que me propiciasse uma experiência internacional. No ano seguinte, me candidatei e fui aprovado a uma bolsa de doutorado no exterior pela CAPES que naquela ocasião apoiava a realização do doutorado pleno no exterior, balizada por uma política de formação de quadros para atuar na pós-graduação nacional. Creio que fui o primeiro professor do Departamento de Sociologia da PUC a pleitear uma bolsa para a realização de um doutorado no exterior através de uma agência nacional de fomento”. (MARTINS, 2011).

¹⁴⁸ “E nas primeiras conversas que eu tive com ela, ela ficou muito... – acho eu – muito impressionada com a minha formação e ela me dispensou dos cursos e tal. “Mas eu vou ficar, assim, em casa, fazendo o quê?”. Aí eu falei: “Então, eu vou fazer vários seminários e tal. O que a senhora me aconselha?”. E nesse íterim, a Andréia me pediu para ter contato com a Monique de Saint Martin. A Monique foi muito gentil, me acolheu muito, me disse que seminário seria interessante eu participar. Eu participei do seminário dela.” (MARTINS, 2011).

C.C. – Mas tinha o grupo dele, que ajudavam, os auxiliares.

C.M. – Exatamente. Eu tinha uma dúvida, ia perguntar para a Monique ou perguntar para outro, jamais para ele. Ele estava dando aula, as pessoas... Ele falava dez minutos e ele depois ia embora. E também participei dos seminários dele no Collège de France. (MARTINS, 2015).

Uma percepção do brasileiro durante o período no exterior era que o contexto intelectual francês da época possuía grupos de pesquisa bastante fechados, o que dificultava o acesso ou contato com personagens de outras linhas concorrentes. O grupo de Bourdieu tinha antagonismos com aqueles que trabalhavam com Touraine, e vice-versa. Carlos, que gostava de ambos, buscava participar, ainda que escondido, de eventos dos dois professores e comungar com ambas as equipes de pesquisa. É importante notar que existiam vários mecanismos que dificultavam o acesso dos estudantes a figuras de alto status acadêmico como Bourdieu. Um desses exemplos era a realização de alguns seminários fechados, para alunos selecionados, em que o intelectual francês dialogava com pesquisadores em formação. Para fazer parte desses espaços era necessária uma carta de aceitação de Bourdieu, processo em que Carlos obteve sucesso. Um elemento bastante estimulante no grupo de Bourdieu era o fato deste agregar pesquisadores de áreas diversas do mundo, como Estados Unidos, Alemanha, Grécia, América Latina e alguns brasileiros como Afrânio Garcia e José Sérgio Leite Lopes, com os quais Carlos desenvolveu bastante afinidade.¹⁴⁹

E, nessa época, o Bourdieu dava os famosos seminários *fermé*. Tinha que escrever uma carta para ele, para ele te aceitar no seminário e tal. Eu escrevia todo ano essa cartinha para ele e ele me respondia. E era muito legal, porque era mais ou menos uns dez a quinze alunos que ele selecionava lá. E o que era? Era uma exposição de trabalhos e no final ele fazia os comentários dele e tal. Mas foi uma época que eu comecei a ler muita coisa dele.

C.C. – Mas por que eram *fermé*? Por que eram fechados?

C.M. – Porque ele dava aula no *Collège de France* já, e lá era aberto.

C.C. – Ah tá, ele queria ter um grupo mais reduzido para discutir...

C.M. – Mais reduzido, por isso era *fermé*. Então não entrava lá, quer dizer, ele autorizava e acho que ninguém ia sem ter sido autorizado. Aquela coisa muito francesa, muito hierárquica. E foi legal porque foi um período... (MARTINS, 2015).

É importante mencionar que a experiência de formação na França tinha para o brasileiro não apenas um caráter curricular e garantidor de um título, mas principalmente de imersão cultural. Carlos Benedito afirma que apesar da bolsa da CAPES lhe permitir uma vida bastante modesta, garantira uma experiência muito profunda de formação cultural, por conta de contatos

¹⁴⁹ “Então, ele por exemplo, ele trazia muito o pessoal dos Estados Unidos. Ele trouxe muito interacionista simbólico, o pessoal que trabalhava com etnometodologia. Então ele tem uma contribuição muito importante no sentido de abrir o espaço ali. E tinha o pessoal da Alemanha, o pessoal da Grécia, o pessoal da América Latina. Era um ambiente muito rico e estimulante.”. (MARTINS, 2015).

com a literatura, cinema e experiências na França em geral. O contato com as obras de Stendhal, Balzac, Flaubert, Émile Zola, Guy de Maupassant, Marcel Proust e Albert Camus, o acesso a museus, concertos e galerias de arte, seriam elementos centrais para a formação daquilo que Carlos cita como a “arquitetura intelectual de um cientista social”¹⁵⁰.

O período de Carlos Benedito no exterior se finda em 1986 com a defesa de seu doutorado nomeado “*Le Nouvel Enseignement Supérieur Privé au Brésil*”. Ao retornar ao Brasil, o sociólogo, por conta de dificuldades financeiras na PUC, decidiu enviar uma carta para a Universidade de Brasília, onde não tinha nenhum contato, perguntando sobre a possibilidade de alguma bolsa para recém doutores na instituição. Para a sua surpresa, teve uma resposta positiva e lhe informaram que já o conheciam por conta de seu livro “O que é sociologia” que alcançou certo sucesso na época. A boa recepção na capital brasileira acabaria por consolidar a carreira acadêmica de Carlos, fazendo com que Brasília se tornasse sua casa. Atualmente, ele ocupa a posição de professor titular do Departamento de Sociologia da UnB.

Voltei para cá, fui na PUC. Quando eu senti que o negócio da PUC ia dar mais ou menos problemático, eu mandei uma carta para a UnB dizendo que eu tinha defendido minha tese e se seria possível obter uma bolsa de recém doutor pela universidade. Pouco tempo depois chega uma carta da UnB dizendo que sim, que eles tinham interesse de me contratar.

C.C. – Você conhecia alguém na UnB, na época?

C.M. – Ninguém, absolutamente ninguém. Eu escrevi um livrinho quando eu estava indo para São Paulo, aquele O que é Sociologia? da Primeiros Passos – que o Sérgio Micelli chama de “Os primeiros tropeços”, com aquela ironia fina dele [risos] – e esse livro começou a... Hoje esse livro já vendeu mais de 700.000 exemplares. Então, esse livro me tornou um pouco conhecido. Eu recebi uma carta dizendo: “Nós conhecemos você, temos interesse”. Eu fui a São Paulo, quando eu cheguei em São Paulo. O reitor da PUC, inclusive era do meu departamento, o professor Vanderlei. Ele disse: “Infelizmente a PUC está passando por uma crise muito grande e nós só podemos te dar 20 horas aula”. Com 20 horas aula eu não conseguia viver em São Paulo. Então como eu tinha essa coisa aqui de Brasília, eu falei: “Bom, eu vou para Brasília, fico um ano em Brasília, depois volto para São Paulo”. E quando eu cheguei aqui e comecei a trabalhar fui muito bem acolhido pelos meus colegas. (MARTINS, 2015).

Carlos Benedito Martins alcançou grande destaque nacional em sua carreira como sociólogo, ocupando diversas posições em instituições de coordenação da área no Brasil. Entre algumas das de maior destaque estão a diretoria da ANPOCS (2014-2017), presidência da

¹⁵⁰ “A vivência de quase cinco anos na capital francesa, me proporcionou também uma significativa imersão na sua vida cultural. Li com enorme deleite determinados autores expressivos da literatura francesa, como Stendhal, Balzac, Flaubert, Zola, Maupassant, Proust, Camus, etc. Ao mesmo tempo, passei a frequentar os museus e exposições de arte, concertos musicais. Assisti inúmeros filmes de arte que eram exibidos nos pequenos e aconchegantes cinemas existentes no Quartier Latin.. Ao desfrutar dessa experiência cultural, me vinha a mente as conversas que desenvolvia com Octávio Ianni na PUC de São Paulo, nas quais ela ressaltava a importância de uma formação cultural enquanto um ingrediente relevante na arquitetura intelectual de um cientista social”. (MARTINS, 2015)

Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) por dois mandatos (2015-2017) e (2017-2019), além de vice-presidência (2013-2015). Mais do que isso, ocupou a Assessoria da Presidência da CAPES (1993-2004). O sociólogo também realizou uma série de atividades no campo internacional. Entre as de maior destaque cabe mencionar o pós-doutorado realizado em Columbia, nos Estados Unidos, em 2006, com bolsas da Fulbright e pós-doutorado em Oxford em 2012 com financiamento da CAPES. Além disso, foi pesquisador visitante em várias universidades, a saber, na Universidade de Lisboa entre 2010 e 2012, na Universidade Livre de Berlim em 2014, na Universidade de Hong Kong em 2016, na Universidade Nacional de Singapura em 2017 e por diversas vezes na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

A análise dos condicionantes da realização do doutorado no exterior por Carlos Benedito Martins, nos permite levantar alguns pontos interpretativos, mais especificamente sobre a institucionalização de agências de fomento em ciência e tecnologia no Brasil e as dimensões de geopolítica do conhecimento na escolha da realização de estudos na França. Primeiramente é importante destacar que o prestígio francês é elemento que atravessa a trajetória de Carlos Benedito desde a sua infância, quando os estudos da língua estrangeira se iniciam em paralelo com as atividades estudantis no Liceu de Goiás que reforçavam a literatura e cultura do país no imaginário de Carlos. Além disso a realização dos estudos na França também é perpassada pelas assimetrias que caracterizam o campo do conhecimento global. A experiência no país é apresentada, além da formação acadêmica estrita, enquanto formadora de uma envergadura cultural singular, que garantiria maior status a um acadêmico brasileiro.

Outro processo que reforçou a conexão do intelectual com a França foi a baixa profissionalização do corpo docente do curso de ciências sociais em Goiás. Esse cenário fez com que a busca por formação em São Paulo fosse empreendida pelo estudante, o que o inseriu em uma rede de pesquisadores que tinham a França como base de formação e espaço de frequente circulação. Neste caso, a figura de Maria Andrea Loyola ganha destaque, primeiramente pela introdução de autores franceses na formação de seus orientandos na PUC de São Paulo, influenciada pela formação realizada por ela no país estrangeiro, sob orientação de Touraine. Em um segundo momento ela também foi importante mediadora da ida de Carlos para a França, uma vez que esta indicou que o estudante realizasse seu doutorado no país. A professora mobilizou redes que possuía com o grupo de pesquisadores que orbitava Pierre Bourdieu no país. Por fim, cabe mencionar que a mobilidade de Carlos para o país estrangeiro apenas se concretiza com acesso ao financiamento da CAPES, que possuía bolsas focadas na formação de quadros em nível de pós-graduação no exterior.

6.6 Anete Ivo

Anete Ivo nasceu em Salvador no ano de 1945. Crescida no interior de uma família baiana de classe média, a socióloga teve no pai, Manuel Evangelista de Brito, a principal fonte de estabilidade financeira para dar os primeiros passos de sua vida. Filho de um português que imigrara ao Brasil no século XIX e que não conseguiu prosperar financeiramente, iniciou seus estudos em instituição educacional vinculada ao trabalho dos irmãos Marista. Ele se situava em um meio social sem muitas ofertas de emprego ao público masculino, uma vez que a indústria regional de produção de fumo era majoritariamente composta por mulheres. Assim, iniciou carreira no Correios e posteriormente em atividades na Receita Federal. Alcançando êxito nesta carreira, Manuel se tornou secretário de fazenda na gestão de Juracy Magalhães, que governou a Bahia de 1930 a 1937 e 1959 a 1963, além de ter sido diretor de receita do estado por cerca de 20 anos. A mãe de Anete, que não tem o nome citado na entrevista, realizou apenas a formação primária, sendo, contudo, bastante dedicada ao desenvolvimento de seus estudos, posto que realizou sua formação ao mesmo tempo que seus filhos, além de saber falar latim, francês e um pouco de inglês.

Eu tenho uma origem... Assim, o meu pai teve uma trajetória no funcionalismo público, uma longa trajetória. (...)ele começa com Correios, porque foi uma forma que ele encontrou de trabalho muito jovem. Antes dos dez anos ele começa a trabalhar. E daí ele entra para a área de coleta de rendas; coletor de rendas, fiscal. Aí ele tem uma trajetória muito bonita, assim, em termos de mobilidade interna e vai construindo junto essas instituições da receita. Ele funda toda a parte do porto de Ilhéus. Ele vem para a Bahia e é diretor da área de receita do estado durante uns vinte anos. Ele constrói mesmo todo esse processo, automatiza todo o estado e tal. Participa de algumas instituições de fomento e de desenvolvimento na época, os institutos todos e termina como secretário da Fazenda, enfim, banco do estado. E trabalhou muito com Juracy [Magalhães]. Quer dizer, eles têm uma identidade, na época, por conta do Tenentismo... (...) minha mãe tinha somente uma formação primária, mas era surpreendente. Ela aprendeu conosco. Ela vai se formando na medida que a gente vai também, meus irmãos mais velhos vão se escolarizando. Ela sabia latim, ela sabia francês, inglês menos, mas ela aprendeu isso estudando conosco, com meus irmãos mais velhos. (IVO, 2016).

A formação educacional básica de Anete foi realizada em instituições privadas e públicas com boa reputação social e projetos culturais. Primeiramente, ainda criança, estudou o primário em instituição de caráter privado, depois passando a integrar o Instituto Isaías Alves no ginásio e na Escola Estadual Severino Vieira, de natureza pública e com prestígio, onde realizou o clássico. Nessas instituições desenvolveu bastante interesse pelo teatro, participando

do projeto “A hora da Criança”, no qual representou o papel da personagem Narizinho da obra de Monteiro Lobato¹⁵¹.

Ainda durante a formação escolar, a adolescente passou a se articular politicamente na militância estudantil, processo que iria marcar profundamente sua carreira e valores, e no qual estava envolvido também um relacionamento amoroso. Apesar da escola ser refratária ao engajamento de seus estudantes, em meados de 1960 e 1963, a jovem inicia sua participação na JUC e depois na Ação Popular. A movimentação militante era também atravessada pelo relacionamento amoroso que começou com Rubem Ivo, seu companheiro, que era uma liderança da JUC e depois também veio a integrar a Ação Popular. Ele pertencia ao Núcleo da Escola Politécnica da Bahia, um centro importante de participação política da época, e ajudava na circulação do jornal Brasil Urgente, vinculado à UNE¹⁵². Importante citar que essas primeiras experiências de engajamento político, ainda no ginásio e posteriormente durante a formação do clássico, foram influência da formação educacional recebida por alguns de seus professores. Anete menciona que alguns dos docentes eram, também, catedráticos de história na Faculdade de Filosofia, com destaque para uma professora de história que trabalhava, ainda no ginásio, com a obra de Nelson Werneck Sodré.

Já nesse ambiente eu já estou também fazendo um pouco de política estudantil apesar de, no colégio, eles resistirem a isso. Por influência de um professor, no último ano do ginásio... Tinha essa coisa da JUC (Juventude Universitária Católica), ela era. E meu pai agnóstico completamente, ele detestava isso. Ele

¹⁵¹ “C.C. – E você estudou aqui em colégio de que tipo?

A.I. – Pois é, minha formação na escola primária é privada. Em seguida, eu passo... O ginásio eu faço em escola pública, excelentes colégios públicos que a gente tinha. Um deles muito articulado com esse projeto cultural “A hora da criança”.

C.C. – Qual era o projeto?

A.I. – O primeiro ano só que eu fiz lá, era Instituto Isaías Alves. É um complexo que tinha teatro, que tinha esporte, que tinha desde a educação infantil até a normalista, formação normal, onde esse jornalista, esse diretor desse projeto também era catedrático de história lá. Eu vou logo em seguida para Severino Vieira que era um colégio público aqui na Bahia considerado excelente, de muito boa formação, mas eu só faço lá o segundo, terceiro e quarto ano. É tão interessante, esse projeto era tão importante para a Bahia, esse projeto cultural, que as turmas femininas só eram a tarde, as turmas masculinas pela manhã, mas nós rompemos essa divisão, porque eu precisava, à tarde, estar disponível para o teatro. Como eu era a narizinho, da obra Monteiro Lobato... Tinha um diretor que era encantado, simplesmente encantado e abriu a turma pela manhã, abriu a possibilidade de meninas frequentarem as turmas matutinas por conta de uma licença para eu trabalhar a tarde no teatro. A gente teve, assim, uma turma que tinha umas cinco meninas, cada turma tinha muito pouco... Esse colégio era um colégio realmente... Mas era do lado da minha casa, então, era muito bom para mim”. (IVO, 2016).

¹⁵² “Mas tinha meu atual marido que era uma liderança da JUC e também foi uma liderança da Ação Popular. C.C. – Qual o nome dele?

A.I. – Rubem Ivo. Ele era correspondente da UNE aqui também em Salvador. Ele era responsável por um jornalzinho da UNE chamado Movimento e um jornal chamado Brasil Urgente, que era mais vinculado aos jesuítas, sei lá, em São Paulo. Ele distribuía esse jornal, era responsável como redator e como distribuir disso. E era do Núcleo da Escola Politécnica na Bahia que era o núcleo forte da política estudantil na Bahia naquela época.” (IVO, 2016).

que era contra. Ele era contra que a gente entrasse em qualquer formação religiosa.

C.C. – Então, sua participação era na JUC?

A.I. – É. Então, assim, eu comecei por aí e depois tive uma participação na Ação Popular também. Mas, nesse momento, tem uma professora, que até mora aqui por coincidência, que era uma professora de História, que teve uma influência importante com a formação... Isso no quarto ano de ginásio, dando Nelson Werneck Sodré, aquela coisa que a gente estudava e que continua na... Os professores catedráticos de História da Faculdade de Filosofia eram os meus professores de graduação. Professores, por exemplo, de Filosofia era um professor que era um francês, mais brasileiro, e que nos levavam toda uma coleção de arte, a gente convivia com aquilo. Era mais informal. Foi um curso muito denso do ponto de vista do convívio, muito rígido. (IVO, 2016).

A luta estudantil na qual a então jovem se articulava era aquecida pela ebulição social que permeava o Governo de João Goulart. A despeito das posições completamente refratárias de seu pai, membro da UDN, sobre a militância da filha¹⁵³, a jovem passou a se engajar cada vez mais nas discussões promovidas pelo movimento estudantil. Assim, ela começou a se interessar por fazer o curso de ciências sociais que teria afinidade com as questões que experienciava na luta política. Em contraposição aos desejos do pai, que via na trajetória da família um caminho oposto ao trabalho que havia realizado de ascensão social e econômica, Anete abraça as causas políticas e entra na Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia no ano de 1964.

Ele sofria muito, mas ele brincava com isso, ele dizia: “Isso tudo é uma utopia de jovem, isso passa”. Ele dizia: “Eu não entendo vocês. Eu fiz um esforço enorme para dar condições para uma mobilidade social... Vocês não sabem o que foi o esforço da gente, quer dizer, das classes populares, para produzirem essa família classe média, com escolaridade de qualidade e etc., para vocês, hoje, querem jogar tudo para fora. Você tem que fazer os de baixo subirem e não você descer, porque você está querendo descer para ficar igual a eles”. Para ele era uma irracionalidade, uma inversão de valores total. (IVO, 2016).

A entrada no curso de ciências sociais ocorre, porém, em um contexto extremamente difícil na vida de Anete, posto que com o golpe de 1964 a repressão e perseguição do regime a oposicionistas acabou por atingir suas atividades e família. Logo após abril de 1964, lembrado

¹⁵³ “C.C. – Agora, o seu curso clássico foi durante o governo Jango, não é isso?

A.I. – É 60 e 63.

C.C. – Nessa atuação política participava de algo fora da escola já ou não?

A.I. – Já, porque... Veja, eu já começava nessa coisa da ação católica.

C.C. – Ação Popular.

A.I. – Ação Popular ainda não existia, estava se formando.

Esse é um momento muito importante das reformas de base, a visita de [INAUDÍVEL] na Bahia. Todo um momento importante da vida nacional no estado de que eu participei ativamente. E decido, portanto... Ali, eu recrutei pessoas muito ativas para a JUC e decido ali a fazer Ciências Sociais a revelia de meu pai.

C.C. – Mas seu pai, você mencionou já, era agnóstico, não gostava muito do movimento, mas ele era mais conservador politicamente?

A.I. – Mais, porque ele estava mais vinculado à UDN [União Democrática Nacional]”. (IVO, 2016).

por Anete ao descrever seu choque com a eclosão do novo e inesperado evento¹⁵⁴, Rubem Ivo teve que se retirar de Salvador por conta da perseguição do regime à sua atuação no movimento estudantil. O companheiro fugiu para São Paulo, o que acabou gerando bastante sofrimento à Anete que estava grávida no momento e não conseguia ter contato com o esposo¹⁵⁵.

O curso de ciências sociais, contudo, também foi um espaço de intenso crescimento e florescimento da atividade intelectual de Anete. Figura central neste processo foi o intelectual Thales de Azevedo, personagem que já tinha operado uma importante influência na trajetória da socióloga dado que esta começou a se inclinar para as ciências sociais, também, por conta de aulas que tinha assistido no Instituto de Ciências Sociais na Bahia criado por ele. A proximidade com o pesquisador desembocou em algumas atividades de pesquisa como no projeto “Catolicismo popular na Bahia” onde a aluna trabalhou na realização de *survey* no bairro Alagados. Além das atividades com este docente, também trabalhou em parceria com István Jancsó em uma série de atividades, com destaque ao “Projeto Mão de Obra Operário-Industrial da Bahia”, associada ao Convênio entre Setrabes-CPE-UFBA e a pesquisa “Efeitos sociais da industrialização da Bahia” (1870-1970). Nele, trabalhou levantando dados sobre força de trabalho feminina. Além dos dois professores, a estudante também foi aluna de Moacir Palmeira e Luiz Antônio Machado.

A finalização da graduação em ciências sociais no ano de 1968 é acompanhada na inserção de Anete em uma série de atividades profissionais que tem a pesquisa enquanto centro. Após experiências como pesquisadora na Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social em meados de 1968 e 1969, mediadas por István Jancsó, a recém-formada começa a dar aulas na

¹⁵⁴ “A.I. – E logo tem o golpe. Eu lembro claramente esse dia. Eu lembro muito do 13 de março, do comício do Jango e a gente estudando. Eu não conseguia processar com clareza o significado de todas aquelas coisas, eu era muito menina ainda... E eu estava estudando na biblioteca, entusiasmada. (...) Aí, a coisa piorou, a coisa ficou meio pesada e tal. (...) Aí, de manhã, muito cedo, chega uma colega minha e diz: “Levante-se, levante-se, porque a revolução...”. “Que Revolução?”. “Vamos sair, vamos correr, vamos para faculdade”. E eu me lembro que eu fui para saber o que estava acontecendo. As comunicações eram muito difíceis naquele tempo. E Rubem, nesse momento, que era uma liderança estudantil e tal, morava na residência estudantil e a irmã dele também na residência estudantil feminina. Ele estava preocupado com a irmã, preocupado comigo, preocupado com ele também... Então, eu não sabia o que ia acontecer. Eu fui e disseram: “Está todo mundo na Escola de Medicina”. Eu fui para a Escola de Medicina. Chegou lá, fecharam a porta. Tinha uma assembleia geral com Betinho, um dos dirigentes da UEB (não era Betinho de Sousa não), e Paulo Mendes – colegas da Politécnica de Rubem. Eu não encontrei Rubem. Aí fecharam a porta: “A polícia está chegando”. Saímos por uma janela bastante alta lá no terreiro que cederam à gente. A gente conseguiu pular dessa janela, mas saímos todos. Mas, então, foi, assim, um momento conturbado até entender as coisas. Rubem sumiu, porque ele foi para o interior para tentar ficar sossegado nesse processo e esperar o que ia acontecer”. (IVO, 2016).

¹⁵⁵ “A.I. – Aí ele foi para São Paulo. Com a gravidez, foi um momento muito difícil para mim, porque não tinha notícias. Não tinha notícias naqueles... Eu sabia que ele estava lá, mas não tinha notícia. Na realidade, eu acho que eu tenho uma consciência de gravidez, porque eu não sabia o que ia acontecer.” (IVO, 2016).

UFBA como auxiliar de ensino no ano de 1971. O endurecimento do regime militar e fortalecimento do sistema de espionagem marcam essa primeira fase como professora, cerceando diretamente a liberdade de ensino da docente. Com receio de ofertar autores marxistas¹⁵⁶ em sua ementa a socióloga passou a adicionar autores de correntes francesas e norte-americanas, posto que além dos materiais de aula serem objeto de avaliação de censores, as próprias dependências das salas de aula eram espaço de espionagem por agentes do sistema. Em paralelo com a atividade docente, a socióloga também passou a realizar o mestrado em Ciências Sociais na instituição, produzindo entre 1972 e 1975 a dissertação “Pesca, Tradição e Dependência” sob orientação de Zahidé Machado Netto. Além disso, durante o final da década de 1970 Anete passa a integrar o Centro de Recursos Humanos CRH/UFBA¹⁵⁷.

Após alguns anos de atividade docente nas ciências sociais da UFBA Anete faz sua primeira tentativa de ir ao exterior, em meados de 1978, com o objetivo de completar o doutorado. O local de destino seria o México, mesmo trajeto realizado pela amiga e companheira de universidade baiana Nadya Guimarães, que iniciou seu curso em 1976 na Universidade Autônoma do México (UNAM). Esta mediou o contato com uma pessoa, que não é citada nominalmente na entrevista, que poderia construir um elo para o fluxo da pesquisadora ao México. Contudo, uma resposta negativa da reitoria impediu a mobilidade da docente, em decorrência de uma orientação negativa do serviço de inteligência da ditadura tendo em vista os antecedentes em movimentos políticos de esquerda que Anete participou no passado. A situação decepcionou a socióloga pois viu ali uma dificuldade que confinaria sua formação totalmente ao Brasil. Para além da negativa com origem no passado político da docente, Anete também possuía algumas inseguranças sobre a mobilidade que estavam associadas à sua própria posição familiar. Dado que o marido era profissional liberal, teria dificuldades para se ausentar

¹⁵⁶ “Por exemplo, no meu primeiro ano de ensino, eu tinha uma autocensura no sentido de não colocar textos explícitos marxistas, por exemplo. Então, pegava uma literatura mais francesa, inglesa, americana, colocava nos compêndios de Introdução à Sociologia, por exemplo.” (IVO, 2016).

¹⁵⁷ “C.C. – Aí, você passa a ser pesquisadora no Centro?

A.I. – Em 79.

C.C. – O que significava na carreira, além de dar aula, ser pesquisadora no Centro? Era um espaço de pesquisa?

A.I. – Era um espaço de pesquisa que se credenciou muito fortemente não só pela qualidade das pessoas que estavam ali, dos trabalhos, dos produtos. Era uma coisa muito difícil você publicar na Bahia naquele tempo. O fato de ter feito a pesquisa “Força de trabalho” com o Cebrap, (aplicou-se os questionários do Cebrap naquela pesquisa de “Força de Trabalho” de 71). Então, eu acho que ele ganhou um prestígio importante como um Centro que produzia Sociologia diferente de uma tradição ensaística. Era uma Sociologia vinculada a um projeto de desenvolvimento, de tradição estrutural e histórica.” (IVO, 2016).

da profissão no Brasil e acompanhar a esposa. Além disso a professora já possuía duas filhas e tinha receio de cuidar de ambas sozinha, enquanto fazia os estudos fora do país.

Aí, eu saio disso, eu quero sair e eu tento o doutorado nessa ocasião, mas o serviço de informação não me deixa sair.

C.C. – Você tentou doutorado onde?

A.I. – Na época, Nádyá tinha saído para o México para fazer o doutorado lá e eu peço para ela identificar lá uma pessoa para eu... Ela traz a identificação e tudo, eu poderia ir, mas eu não recebi o aval da reitoria mesmo estando lá. Aí, eu fico muito decepcionada com isso, eu digo: “Não é possível que a minha carreira vai ser toda... Eu tive uma carreira com rapidez de formação e qualificação rápida no mestrado, entrada bastante jovem no ensino superior e não posso sair para fazer o doutorado”. Eu fico muito decepcionada com isso. Ao mesmo tempo, eu tinha um compromisso familiar importante para mim que eram minhas filhas e que Rubem não estava também... Ele era muito aberto na possibilidade de eu viajar, mas ele próprio não tinha... Ele era profissional liberal, se ele sai, não tinha o que fazer muito... E eu, também, com muito medo de assumir as duas crianças muito pequenininhas sozinha. Em 78, eu faço concurso para adjunto. (IVO, 2016).

A partir de uma consulta no SIAN foi possível acessar alguns dos documentos¹⁵⁸ do SNI que orientam a não aceitação do pedido de viagem ao exterior por Anete Brito e seu marido. Segundo arquivo da Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações, datado de 27 de março de 1978, uma série de atividades políticas de Anete Ivo e seu esposo Rubem Ivo, indicavam que ela não deveria ter seu pedido de bolsa aceito. Mais especificamente, os antecedentes listados pelo órgão descrevem que a docente possuía registro como um dos membros da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil – (APMLdoB), assim como seu marido. Por conta disso, em ficha anexa com apreciação sobre dados biográficos, afirma-se que a pesquisadora era esquerdista, contrária ao golpe de 1964 e atuante em atividades subversivas, de modo que sua requisição de viagem para o exterior não deveria ser aprovada.

Apesar da negação do pedido no ano de 1978 para financiamento ao México, no final do ano de 1979, Anete consegue, finalmente, aprovação para realizar estudos no exterior. Dessa vez, ela tinha Paris como destino para o seu doutorado e contava com bolsa CAPES. A decisão de ir para Paris é produto de uma articulação com contatos que Anete estabeleceu na Bahia. A

¹⁵⁸ Os documentos estão agrupados no seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ppp/82003119/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_82003119_d0001de0001.pdf

O documento “Golpe Civil-Militar de 1964 na UFBA Rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço da negação” produzido pela Comissão Milton Santos de Memória e Verdade também apresenta essa informação sobre Anete Ivo ao listar os membros da instituição perseguidos pela ditadura. O relatório pode ser acessado no seguinte link:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_cnv/0/cve/00092001910201431/br_rjanrio_cnv_0_cve_00092_001910_2014_31.pdf

socióloga brasileira havia concedido uma entrevista para a pesquisadora francesa Hélène Rivière d’Arc, vinculada à Paris III, Sorbonne Nouvelle e que já tinha estado no Brasil, orientada por Milton Santos. Helène estava buscando centros que trabalhassem com a questão petroquímica no Brasil e teria chegado a Anete a partir do papel do CRH. Após a entrevista, a brasileira deu condições para que a pesquisadora francesa tivesse um espaço de trabalho na Bahia, processo que as aproximou além de permitir a construção de uma relação de amizade com outras duas francesas, juízas, que vieram ao Brasil com Helène, interessadas na questão da anistia. A partir desse contato com a pesquisadora francesa, que na época liderava a equipe Brasil no Instituto da América Latina de Paris III, Sorbonne Nouvelle, a brasileira conseguiu redes para viabilizar sua orientação no exterior. Com esse arranjo, Anete vai para a França, ao *Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine* (IHEAL/U.P III), ser orientada por Jacques Chonchol no final do ano de 1979.

Eu dei uma entrevista a uma pesquisadora francesa que veio à Bahia, dessas brasilianistas, longa e criei para ela um espaço de pesquisa aqui na Bahia. Ela já tinha experiência de pesquisa, já tinha sido orientanda de Milton Santos e veio procurar vários centros que trabalhavam... Ela estava uma pesquisa sobre polo petroquímico.

C.C. – Qual era o nome dela?

A.I. – Hélène Rivière d’Arc, que hoje ela trabalha na rede com Luiz Cesar Queiroz no Rio. A Hélène veio com duas jovens juízas francesas que estavam preocupadas também com a questão da anistia no Brasil e a situação das prisões e tal. Eu fiquei muito amiga delas. Sabe que francês adora um cicerone e eu boa baiana. E aí eu disse: “Hélène, há possibilidade...”. Ela era diretora adjunto do Instituto e liderava a equipe Brasil no Instituto da América Latina vinculada à Paris III, Sorbonne Nouvelle. Aí, eu fui fazer as disciplinas lá. Fui aluna do Jacques Chonchol. (IVO, 2016).

Ir para a França, porém, não foi uma decisão simples e foi perpassada por percalços. Anete não foi acompanhada de seu marido, nem de suas filhas, de maneira que realizou boa parte de seus estudos no exterior sem a presença da família. Esta condição tornou a experiência sofrida, o que levou a socióloga fizesse constantes retornos ao Brasil enquanto estudava no país estrangeiro¹⁵⁹. Além disso a socióloga aponta que encontrava consideráveis obstáculos com a

¹⁵⁹ “Passa 79 e eu consigo sair. Foi, assim, uma alegria, para mim, imensa a possibilidade de eu poder sair da Bahia.

C.C. – Aí foi para Paris.

A.I. – Eu fui para Paris III.

C.C. – Foi sozinha ou o Rubem foi?

A.I. – Não, o Rubem não pode ir. Quer dizer, ele não pode ir nos primeiros meses, ele foi em seguida.

C.C. – As filhas foram?

A.I. – Não foram. Aí, foi um momento sofrido, por isso que para mim o doutorado foi uma coisa sofrida: eu ia, voltava e tal”. (IVO, 2016).

língua estrangeira já que havia estudado francês apenas na sua infância e, apesar de conseguir compreender bem e se comunicar, possuía bastante dificuldade na escrita¹⁶⁰.

A entrada no doutorado foi antecedida pela necessidade de realização do chamado “doutorado de terceiro ciclo” ou “*troisième cycle*”, que era composto por uma série de disciplinas a se cumprir. Durante um ano Anete realizou essas disciplinas enquanto era orientada por Jacques Chonchol, pesquisador com formação na área de economia agrária e que havia trabalhado como secretário de Agricultura de Allende, além de experiência na Cepal no campo da agricultura e economia. A brasileira passa a frequentar também os espaços de discussão na *École des hautes études en sciences sociales*, em torno do núcleo de pesquisa de Pierre Bourdieu por conta da densidade teórica que este lhe agregava e que não estava presente na produção do IHEAL. Além disso a experiência da socióloga foi marcada pelo contato com Alain Touraine, Luc Boltanski e por frequentar os seminários *Brésil Contemporain* do paulista Afrânio Garcia.

O próprio núcleo do Bourdieu também que eu comecei, digamos assim, a me encantar, porque me respondia mais do que eu estava obtendo do Instituto, porque o Instituto... Essa coisa dos americanistas, você tem... São trabalhos muito empíricos e eu sentia falta dessa coisa mais densa da teoria, e eu ia buscar na École. Frequentava aqueles seminários que tem do Afrânio, [INAUDÍVEL] *Brésil Contemporain* seguia aquela coisa e também alguns de Bourdieu e de Touraine, pouca coisa, mas que me dava mais uma consistência em cima disso. Quando eu chego lá, os trabalhos todos de Bourdieu estavam começando a sair e eu lendo aquela coisa: *Ce que parler veut dire*, *La Distinction*. Eu trago aquelas coisas e leio muito aquilo. Meu trabalho passa... E até Luc Boltanski também. Toda a parte metodológica eu vou caminhando... *Économies de la grandeur* e *Les cadres* foram dois trabalhos do Boltanski que me inspiraram muito numa análise que eu faço na segunda etapa da minha tese. (IVO, 2016).

A finalização de seu trabalho do *troisième cycle* aconteceu paralelamente com algumas modificações no currículo universitário francês de modo que a monografia que escrevera até o momento seria enquadrada em um perfil de mestrado. A continuidade do doutorado, porém, é comprometida por uma série de atividades que já realizava no Brasil enquanto professora e pelo cargo de diretora que passou a ocupar no CRH. Por isso, a socióloga não conseguiu finalizar o curso de doutorado no exterior, obtendo apenas o nível de mestrado em Paris III. É importante mencionar que Anete aponta que esta dificuldade de ter finalizado o doutorado durante o

¹⁶⁰ “Aquilo que passa com todos os brasileiros, a gente escreve de uma forma e eles querem uma certa objetividade na escrita... Até com Fernando Henrique aconteceu isso. Touraine relata isso: “Mas que complicação a escrita de vocês. Eu não compreendo nada. Quantos considerando vocês fazem? Tem que dizer de forma mais objetiva as coisas que são”. Eu também não tinha o domínio de francês completo. Eu tinha estudado francês na infância, minha irmã era professora de francês e tal. A gente desconfia que temos parentes franceses, porque a gente [tem Liger?] no nome, mas nunca tivemos a prática. Sigo lá. Tinha um bom ouvido e me comunico de alguma forma lá, mas para escrever era difícil. Acredito que as minhas provas deviam ser alguma coisa muito curiosa”. (IVO, 2016).

período é produto da sua formação de origem, muito focada na construção institucional e não exatamente na busca por títulos. Segundo a socióloga, ela sempre teria priorizado em sua carreira a construção e fortalecimento de instituições, tendo como exemplo o próprio CRH e um acordo de mobilidade internacional que conseguiu costurar, durante sua permanência na França, por meio do CNPq/CNRS.

C.C. – Você passa quase trinta anos já como professora, envolvida no Centro ativamente, mas o doutorado formal só vai ter mais frente.

A.I. – Eu, aí, resolvo... Porque isso aí começa a ficar uma coisa...

C.C. – Isso não atrapalhava na vida universitária?

A.I. – Inicialmente não, porque não existia aquela coisa da exigência do doutorado para ser... Eu venho de uma tradição que era muito mais os concursos que qualificavam você. Mas aí começou uma passagem, quando a CAPES começa a exigir dos programas... (...) Eu interrompi e isso começou a ficar uma coisa pesada para mim, porque eu tinha que explicar sempre, até hoje eu tenho que explicar, porque eu não concluí. Eu não concluí porque eu não soube priorizar a minha vida privada. Eu sempre tive um engajamento, ao mesmo tempo, acadêmico e, ao mesmo tempo, na construção das instituições. Eu não soube, em determinado momento, dizer... As demandas públicas, para mim, entram em primeiro lugar e eu não estou falando isso porque é bacana ou é virtuoso não. Isso é uma dificuldade até hoje: se vem um pedido para mim, eu respondo aquele primeiro e depois vou fazer meu artigo. Então, eu tenho um compromisso público... É um vício de formação, porque a minha experiência... Hoje eu vejo que a experiência que eu tive com a Hora da Criança, que era uma ideia de que todo mundo era coletivo, de que não existia geniozinho – ela desconstruía qualquer ideia de um protagonismo, de um ator... Você fazia um protagonismo, mas você era um igual. Então, eu acho que essa coisa do individual e coletivo, para mim, sempre foi uma tensão de eu saber ser extremamente racional, propositiva e guerreira na frente das instituições e na direção do Centro. (IVO, 2016).

Destarte, a preocupação em responder às demandas institucionais, seja na carreira como professora, seja nas atividades no CRH, acabaram por atrasar a realização de seu doutorado que só viria a ser formalizado entre 2007 e 2008 na Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação de Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque. Anete Ivo construiu uma carreira bastante frutífera na Universidade Federal da Bahia, da qual é docente até a atualidade. Ocupou posições em diversas instituições de ciências sociais brasileiras como SBS, ANPOCS, além de ser membro titular da Academia de Ciências da Bahia. A professora realizou uma série de atividades de perfil internacional, a maioria como pesquisadora visitante. No ano de 2000 foi pesquisadora visitante na *Université Paris III, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine* e 2004 na Cátedra CLACSO-CROP sobre Desigualdade e Pobreza de Buenos Aires, em 2006 no *Institut d'Urbanisme de Paris – Paris XII*, além de ser pesquisadora associada do CREDA-CNRS de 1995 a 2010. Além disso, de 2014 a 2018, Anete foi *Fellow* do *Comparative Research Programme on Poverty-CROP* pelo *International Science Council -ISSC (UNESCO)*.

A análise da trajetória de Anete Ivo permite sumarizar alguns dos principais condicionantes que foram relevantes para sua circulação no exterior. Primeiramente, vale a pena mencionar a busca por uma bolsa de doutorado pela CAPES como uma das expressões do processo de institucionalização das agências de ciência, tecnologia e formação recursos humanos no Brasil. O conhecimento sobre a existência de bolsas pela instituição, além da submissão e aprovação do financiamento mostram, de forma bastante evidente, que a agência nacional já estava estruturada. Por isso, se apresentava enquanto uma importante fonte para possibilidade de realizar cursos de pós-graduação no exterior. Porém, a este condicionante se associa, também, amarras relativas à própria estrutura de controle e vigilância do Estado ditatorial, que acabou adiando o próprio processo de concessão da bolsa de estudos. Vale lembrar, na primeira solicitação da pesquisadora, o benefício foi negado e constam documentos que orientam órgãos de espionagem a não aprovar o pedido de Anete. Observa-se, conseqüentemente, que neste caso, ao passo que o desenvolvimento da CAPES operou positivamente no acesso à bolsa, suas normas internas, relativas ao questionário de veto ideológico, impuseram restrições e dificuldades na concessão do financiamento.

Outra dimensão importante na viabilização da mobilidade internacional em questão foi o acesso a redes de contatos com pesquisadoras francesas no Brasil. Foi possível notar que as relações de Anete com H  l  ne Riviere d'Arc, vinculada    Universidade de Paris III, Sorbonne Nouvelle, foi fundamental para que a brasileira acabasse indo para o país estrangeiro. Isso se evidencia no fato de que Anete foi exatamente para a institui  o que H  l  ne Riviere d'Arc liderava na época, o *Institut des Hautes   tudes de L'Amérique Latine*. Destarte, a mobiliza  o de contatos, neste caso, mostrou-se como elemento complementar ao acesso a financiamento na viabiliza  o da viagem ao exterior.

Em se tratando das assimetrias globais no campo do conhecimento, nota-se que a negativa da CAPES do seu primeiro pedido de bolsa causou em Anete frustra  o, segundo relata, por correr o risco de fazer toda sua forma  o apenas no Brasil. A pesquisadora descreve que seu comprometimento com a constru  o institucional foi estabelecido nos estágios iniciais da sua trajetória. Por isso, ela se preocupou com a possibilidade de ficar restrita a uma carreira apenas em solo nacional. Estes elementos apontam que a realiza  o de estudos no exterior seriam atividade de extrema importância na consolida  o da carreira da pesquisadora, de modo que a ausência deste tipo de experiência acabaria em desconforto frente    entrega ao trabalho acadêmico e institucional realizado até aquele momento. Além disso, ainda no campo das assimetrias internacionais vale mencionar as dificuldades com o domínio da língua francesa

durante o curso de pós-graduação. Essas foram acompanhados pelo julgamento negativo de orientadores franceses que consideravam a escrita de intelectuais brasileiros muito prolixa, o que dificultava a inserção da socióloga brasileira no contexto internacional do exterior.

Outro fator digno de nota é o papel, neste caso inverso, das obrigações familiares e de gênero sobre a permanência de Anete durante seus estudos no exterior. Foi possível perceber que o fato de não poder ir com suas filhas e marido durante a formação fora do país gerou uma série de obstáculos na sua experiência no exterior, seja pela saudade, seja pela necessidade de dar suporte ao desenvolvimento das filhas. Com base nesses elementos, pode-se apontar uma conexão clara com papéis de gênero e familiares que potencialmente influenciavam sentimentos de obrigação com o cuidado de Anete para com suas filhas e família. Observa-se que esses fenômenos parecem ter afetado negativamente o processo de mobilidade internacional, fazendo com que, frequentemente, a socióloga precisasse retornar ao Brasil durante seus estudos.

6.7 Síntese Analítica

A partir da análise empreendida neste capítulo, pontuando o perfil e os condicionantes da circulação internacional de sociólogas e sociólogos brasileiros que realizaram cursos de pós-graduação no exterior de 1975-1985, podem-se levantar algumas características gerais presentes nos fluxos desse período. Mais especificamente, destacam-se a concentração de programas de pós-graduação no eixo São Paulo- Rio de Janeiro; a relevância da CAPES no processo de instituição do sistema de pós-graduação; o fortalecimento e autonomização de agências de fomento nacionais; o recurso a redes institucionalizadas de contatos; as relações de deferência intelectual e teórica; e as relações de gênero.

Um primeiro condicionante relevante para as trajetórias de circulação internacional analisadas no intervalo 1975-1985 é o da concentração de programas de pós-graduação no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. De partida, tratando da dimensão de institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil, assim como também destacado no período 1964-1975, a baixa distribuição de mestrados e doutorados fora de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro influenciou diretamente as escolhas de realização dos estudos no exterior. É mencionado nas entrevistas de Edna Castro, Paulo Henrique e Maria Stela Grossi, que as estruturas de pós-graduação no Brasil ainda não eram tão desenvolvidas, ou capilarizadas regionalmente, de modo que sua concentração no Sudeste, além da maior proeminência, apenas, de cursos de mestrado, influenciou-os a buscar fora do país a sua formação em nível de pós-graduação.

Observa-se que o intervalo 1975-1985, assim como o período anteriormente analisado, 1964-1975, é caracterizado também pela mobilização da categoria de ausência enquanto fundamento para a justificação da realização dos estudos no exterior. Conseqüentemente, há uma clara permanência durante todo o intervalo compreendido, sob a vigência da ditadura militar brasileira, de um processo ainda tímido de regionalização dos programas de pós-graduação, principalmente em nível de doutorado. Isso posto, a relação de dependência acadêmica (ALATAS, 2014), sob a forma de dependência de formação institucional, se expressa, durante todo o período compreendido pela análise aqui realizada, apontando que ainda que o Estado brasileiro, a partir de 1976 tenha passado por um esforço de institucionalização de programas de pós-graduação no país, a investida não teria sido suficiente para mitigar a necessidade do aporte das universidades de países do Norte-Global para a formação de quadros nacionais.

Todavia, é importante destacar que mesmo que a institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil seja mobilizada nos discursos aqui estudados como um processo

germinal e insuficiente, nota-se que o reiterado esforço da CAPES, na direção da regionalização do sistema, também foi condicionante ativo na promoção da formação no exterior. É elemento citado em algumas entrevistas, como a de Josefa Saletti, Edna Castro, Maria Stela e Anete Ivo, que os programas nacionais, por influência de agências como a CAPES, ou a partir de atores internos às reitorias, passaram a ser pressionados para que seu quadro de docentes realizasse a formação completa em níveis acadêmicos, o que, em alguns casos, mobilizou inclusive programas das agências de fomento, na direção de qualificação docente. Nesse sentido, o esforço de autonomização do sistema de pós-graduação, ao tomar o exterior como um dos fundamentos para sustentar a formação de quadros nacionais, operava, também, enquanto mecanismo reprodutor de relações de dependência. Isso significa que os esforços institucionais do Estado, ao passo que se arvoravam na tentativa de descolar o Brasil de sua submissão científica, tecnológica e de formação em recursos humanos com os países do eixo Euro-Atlântico, alimentava a própria autonomização do sistema nacional com a reprodução de laços de dependência acadêmica. Esse processo dificultava, conseqüentemente a construção, naquele momento, do que podemos entender, nos termos de Houndondji (1997), como uma sociologia autônoma, capaz de prover um sistema nacional que suprisse as próprias demandas internas na formação de cientistas.

Associado a isso está outro condicionante que ganha bastante destaque no intervalo 1975-1985, que é o recurso a financiamentos de agências nacionais, como CAPES e CNPq, para a realização de estudos de pós-graduação no país. Nesse ponto, foi possível notar que quase em todos os casos aqui narrados os sociólogos possuíam conhecimento sobre bolsas das agências brasileiras para a realização dos cursos de mestrado e doutorado fora do país, além de que quase todos os membros do grupo aqui analisado, em algum momento chegaram a requerer o financiamento dessas instituições para irem ao exterior. A própria consolidação dos pedidos de bolsa se mostrou presente nos casos aqui analisados, como Carlos Benedito Martins, Maria Stela, Josefa Saletti e Anete Ivo. Ainda assim, mesmo situações em que a bolsa não foi contemplada, como o relatado por Edna Castro, demonstram que as estruturas de fomento estavam operando de modo a apresentar-se como meios concretos de viabilização da formação no exterior.

A relevância das bolsas de agências nacionais no segundo grupo de trajetórias aponta uma clara diferença para com o padrão de circulação internacional analisado no capítulo anterior. Ao passo que no intervalo 1964-1975 a maior parte das fontes de financiamento mencionadas foram de organismos estrangeiros, principalmente situados ou vinculados à

influência norte-americana, durante o segundo período a relevância das instituições de fomento nacionais ganham destaque e expressa o próprio processo, já descrito no capítulo 3 desta tese, de evidente expansão das atividades da CAPES e do CNPq a partir da segunda metade da década de 1970. A introdução de um novo padrão de financiamento incorre em uma série de consequências no campo da geopolítica do conhecimento, entre as quais se destaca a diminuição da dependência de fontes de financiamento, uma das formas de expressão da dependência acadêmica (ALATAS, 2003). Assim, as agências nacionais, munidas de maior autonomia e capacidade orçamentária, passam a ocupar papel de destaque na concessão de meios de financiamento para estudos de pós-graduação, à medida que reforçam os fluxos para os países do Norte-Global. No caso das entrevistas aqui analisadas, a França é o principal destino citado, também acompanhado da Inglaterra em um dos casos. Digno de nota, inclusive, é que no caso de Josefa Cavalcanti, que realizou seus estudos na Universidade de Manchester, o direcionamento da bolsa para o país europeu foi orientado pela própria agência nacional, que depois chegou a informar da possibilidade de realização do curso na França. Nesse sentido, fica claro que a redução das relações de dependência acadêmica no que diz respeito ao financiamento não veio acompanhada de mudanças no padrão de dependência institucional em termos de formação. Inversamente, as formas de financiamento potencializaram ainda mais as relações de dependência a partir de 1975.

Outro condicionante nas trajetórias de fluxo internacional aqui narradas foi a mobilização de redes de contatos. Foi perceptível que o acesso à determinadas pessoas, seja amigos, companheiros de curso, familiares, orientadores, ou outros, funcionou como um condicionante importante do processo de fluxo internacional. Essas pessoas tiveram centralidade seja na produção de cartas de aceite para bolsas no exterior, contato com possíveis orientadores fora do país, direcionamento de locais de pesquisa, ou mesmo na instalação provisória de pesquisadores brasileiros em contextos ainda desconhecidos. Todavia, observa-se, ao comparar o papel das redes de contatos neste capítulo com aquele operado nas trajetórias do período de 1964-1975, que na fase subsequente à 1975 a importância das redes de contatos para o acesso às fontes de financiamento se reduz, de modo que esses mediadores, que continuam tendo relevância no processo de circulação ao exterior, passam a operar em posição menos crucial à viabilidade do fluxo. Nota-se que enquanto existe o fortalecimento das agências nacionais de fomento, o papel dos mediadores para viabilizar bolsas perde espaço, e as trajetórias de circulação internacional passam a ocorrer de forma menos fortuita e mais mediada por instituições nacionais de fomento à ciência e formação de recursos humanos.

Um condicionante que também manifestou destaque nas trajetórias narradas neste eixo é a deferência intelectual e teórica frente a autores e instituições do Norte-Global. Primeiramente, em alguns casos aqui narrados, pode-se citar o contato, desde cedo, no meio escolar ou já no espaço universitário com a literatura, acadêmica ou não, em língua francesa. Ademais, a relação que se estabeleceu entre os intelectuais e a França, em alguns casos, perpassava também as atividades militantes e o contato com o marxismo de tradição francesa, que ao circular no meio estudantil, contribuía para a consolidação das tradições intelectuais referentes ao país no imaginário dos jovens brasileiros. Essa formação em áreas diversas com a literatura francesa, atuou como um importante mecanismo de reforço do prestígio intelectual da produção universitária do país estrangeiro, mobilizando o interesse de sociólogos brasileiros a buscar naquele país os meios de potencialização da qualidade de sua formação, a partir do contato direto com os “grandes autores” que liam no Brasil.

Nota-se que esse condicionante também apresenta permanência em todo o período correspondente à análise desta tese, manifestando-se seja na fase de 1964-1975 seja no intervalo de 1975-1985. Assim como apontado no capítulo anterior, o fenômeno em questão guarda conexão com as relações de dependência no campo das ideias (ALATAS, 2003) estabelecidas entre as nações do Norte-Global e os intelectuais de países da periferia, de modo que determinados autores, concepções teóricas, ou a própria reputação de determinadas instituições é alçada à uma posição de destaque e atribuição de valores superiores à produção de outras regiões do globo. Nos casos aqui estudados observa-se que o interesse em estudar em regiões como a França é valorizado pelo país representar um referencial teórico e cultural elevado, sob o qual a intelectualidade brasileira se inspiraria. Esse quadro expressa as relações desiguais ocupadas pelos sociólogos brasileiros e aqueles de regiões da Euro-América no interior da divisão global do trabalho intelectual (ALATAS, 2014; CONNELL, 2020; HOUNTONDJI, 1997). As instituições do Norte-Global são apresentadas como espaços de privilégio do contato direto com as grandes referências teóricas do campo. Essas Universidades de Institutos de Pesquisa expressam como o perfil de circulação aqui narrado é embebido pelo imaginário colonial de que a produção teórica em instituições do eixo euro-atlântico ocupa status de maior qualidade frente àquela do Sul Global. Nesse sentido, realizar o curso de pós-graduação nesses centros de referência é angariar prestígio no campo nacional por conta de redes e oportunidades de relacionamento com os sociólogos de países centrais. Destarte, a deferência intelectual observada neste eixo, assim como no capítulo anterior, é elemento que expressa e contribui para

a reprodução de fluxos unilaterais ao Norte-Global, que tem por consequência a atualização das posições de poder e dominação na divisão global do trabalho intelectual.

Vale citar, além disso, que a própria experiência internacional, ao passo que se fundamenta necessariamente na utilização da língua estrangeira como condição para a comunicação e efetivação da formação desejada, também impõe relações de subordinação no espaço acadêmico internacional. Verifica-se que os processos narrados não passaram inalterados pelas próprias dificuldades que a circulação em países que falam outra língua possui. Em vários casos aqui narrados, o domínio da língua francesa foi descrito enquanto elemento que dificultou a experiência internacional, seja pela dificuldade de se expressar na academia, seja pela ausência de meios suficientes para interpretar e engajar-se no contexto social em questão.

Também como expressão das formas de imaginário desigualmente posicionadas no campo do conhecimento global está o status da experiência de vida no Norte-Global, em comparação com a brasileira, durante o intervalo estudado. Nas entrevistas e documentos analisados, a França é descrita como um espaço: bastante dinâmico; efervescente politicamente; potencializador de criação de laços profícuos na carreira e na política; livre para a mobilização e defesa de agendas sociais como a democracia no Brasil, os direitos das mulheres, o processo de descolonização e a causa ambiental. Esse perfil extremamente positivo e sedutor da realidade francesa era comumente comparada com a situação de repressão de liberdade, medo e carências de programas de pós-graduação do Brasil à época, e influenciou diretamente o desejo de alguns dos sociólogos e sociólogas aqui estudados em mobilizar-se para estudar no contexto francês. Nesse sentido, o imaginário aqui sucitado é também um mecanismo que reforça uma clara hierarquia simbólica entre o Brasil e a França, o que caracteriza a própria geopolítica do conhecimento.

Contudo, é importante destacar que apesar de todos esses elementos expressarem o reforço de relações de dependência e assimetria no campo do conhecimento, algumas das experiências no exterior, justamente pela animosidade política característica da França dos anos 1970 e 1980, assim como o contato com pesquisadores latino-americanos e de outros países do Sul Global, desempenharam um importante papel como meios de fortalecimento de vínculos entre intelectuais brasileiros e outros sujeitos da chamada “periferia” global, de modo a impulsionar, inclusive, o desenvolvimento crítico dos docentes nacionais a respeito das próprias relações de poder global em que estavam envolvidos. Nesses casos, as oportunidades de maior

liberdade acadêmica e de agenciamento político no exterior, diferentemente do meio brasileiro em que as portas para a livre associação política estavam fechadas, permitiram o entrelaçamento de intelectuais brasileiros com indivíduos e movimentos do Sul-Global também concentrados no território estrangeiro, capaz de promover a articulação e potencialização de discursos contra hegemônicos, além de fortalecer identidades que se contrapunham ao colonialismo e as relações globais de poder.

Nesse sentido, o papel das estruturas de vigilância e controle, perpetradas pelos órgãos da Ditadura Militar, é um dado incontornável na caracterização do perfil da circulação internacional nesse período, de forma a restringir fluxos internacionais. Foi possível notar que em alguns casos a demanda por financiamento às agências nacionais de ciência e tecnologia esbarrou diretamente nos órgãos de espionagem do SNI, que colhiam informações sobre precedentes dos pleiteantes e orientavam as estruturas de fomento a não acolherem os pedidos de bolsa. Observa-se, contudo, que ainda assim, em casos aqui narrados, essas estruturas não foram capazes de impedir o fluxo para fora do país, seja porque os indivíduos o realizaram com fundos próprios, ou porque em novas submissões acabaram tendo os pedidos acolhidos. Os dados aqui apresentados, todavia, não são suficientes para compreender as filigranas internas a determinados processos, como os casos de pessoas que tiveram, em algum momento de sua trajetória, orientação para não concessão de bolsas, mas que vieram a receber o benefício ainda assim em outros momentos.

Outro condicionante que merece consideração também neste eixo é o papel das relações de gênero. Pôde-se notar que as relações de gênero em determinados casos desempenharam um importante papel na realização de estudos no exterior, principalmente a partir de casos em que sociólogas precisaram acompanhar esposos que estavam realizando curso de pós-graduação no exterior e iniciaram seus estudos fora do país em nível de pós-graduação. Contudo, em vários outros momentos, nota-se que as obrigações familiares, principalmente no sentido dos cuidados com filhos, influenciaram negativamente o processo de consolidação de formação no exterior. Foi possível observar que o receio de ir para fora estudar e ainda cuidar dos filhos, ou mesmo a preocupação de ficar distante das crianças, direcionou algumas das sociólogas aqui estudadas a reconsiderar se o curso de pós-graduação fora do país seria uma opção adequada.

Em síntese, a análise empreendida neste capítulo foi capaz de levantar uma série de elementos que caracterizam os condicionantes da circulação internacional de sociólogos brasileiros durante a segunda fase da ditadura militar, compreendida pelo intervalo 1975-1985.

Assim como no capítulo anterior, nota-se que o fenômeno descrito é diretamente perpassado pelas relações de poder global no campo do conhecimento, sem, contudo, deixar de ser influenciado por dinâmicas de poder locais, ou mesmo, condicionantes que extrapolam a geopolítica do conhecimento. A dimensão de reprodução da dependência acadêmica se expressou, primeiramente, no discurso sobre a ausência de meios institucionais que viabilizassem a formação em nível de pós-graduação no Brasil, dado sua concentração no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Contudo, nesse período de 1975 a 1985, o acesso ao financiamento se realiza sob outras condições, em que as agências nacionais, CAPES e CNPq, passam a ser atores de destaque na promoção de meios de circulação, o que, não significou, porém, ruptura com fluxos para nações do Norte-Global. Em alguns casos foi possível notar, inclusive, direcionamento das agências nacionais para países como Inglaterra e França, a partir de convênios. Ademais, as próprias agências, visando a institucionalização do sistema de pós-graduação, também operaram sobre as trajetórias de modo a mobilizar a ida ao exterior visando profissionalização dos quadros nacionais. Os meios de financiamento nacional, mais estáveis do que aqueles do intervalo 1964-1975, permitiram uma diminuição da centralidade das redes de contatos, que, contudo, não perderam sua importância na consolidação dos fluxos, tornando-se mais circunscritas à institucionalidade do meio acadêmico. Mas, também no intervalo 1975-1985, a deferência às instituições, autores e produções intelectuais do Norte-Global se fez presente, orientando a escolha de instituições e o desejo de permanecer em Universidades do Norte-Global. Por fim, assim como no capítulo anterior, o papel das relações de gênero, extrapolando a dimensão geopolítica aqui narrada, demonstra a importância das dinâmicas de poder no campo familiar e afetivo na explicação do fenômeno narrado.

CONCLUSÕES

Esta tese de doutorado propôs uma aproximação entre o campo da história das ciências sociais no Brasil e as problemáticas relativas à geopolítica do conhecimento. Debruçou-se aqui sobre a compreensão de uma dimensão central da carreira acadêmica: o processo formativo em nível de pós-graduação. Tal fenômeno foi estudado no interior de um período em que o fluxo internacional em cursos de mestrado e doutorado se intensificou no Brasil, nomeadamente a vigência da ditadura militar no país e observando uma área específica, a sociologia. Isto posto, a atividade de investigação se empenhou em responder à seguinte pergunta: em que medida as assimetrias globais que estruturam as relações de poder no campo do conhecimento conformaram o perfil e os condicionantes da circulação de sociólogos/as brasileiros ao exterior, em nível de pós-graduação, durante a ditadura militar?

Na primeira parte desta tese debruçamo-nos sobre a compreensão dos antecedentes da emergência do objeto de estudo. Mais especificamente, analisou-se o processo de institucionalização das ciências sociais brasileiras enquanto produto da articulação entre atores e instituições nacionais e estrangeiras. Observou-se, no geral, que essas experiências expressam, de várias formas, as assimetrias internacionais no campo do conhecimento, com ênfase na utilização das noções de ausência e desenvolvimento como justificativas para a importação de quadros estrangeiros e a mobilização de uma singularidade “pré-moderna” brasileira enquanto fundamento de atratividade à intelectuais e organismos do exterior.

Esta primeira fase de investigação, permitiu compreender que a categoria de "ausência" desempenha um papel central na mobilização de docentes estrangeiros na construção de instituições de ciências sociais no Brasil. O discurso sobre a falta de recursos humanos nacionais capacitados é fortemente mobilizado como razão para a importação de professores de fora. Para além de fomentar a construção de universidades e institutos de pesquisa no país, a busca por quadros nas metrópoles europeias é apresentada como uma maneira de conectar o país à história global e ao desenvolvimento da civilização humana.

A noção de "singularidade" se mostrou relevante para a atração de cientistas sociais do Norte-Global ao Brasil, vendendo-o como objeto de estudo de interesse global devido às ontologias “não modernas” passíveis de investigação aqui. Mais do que isso o ideário de "desenvolvimento" também ganhou destaque no período, ao ser utilizado para justificar o investimento em pesquisa social na América Latina, o que orientaria a superação do subdesenvolvimento e a equiparação do Brasil a parâmetros de “primeiro mundo”, processo bastante evidente nas investidas que envolvem a UNESCO.

É importante mencionar que apesar das relações de poder aqui observadas também se notaram lógicas de subversão dessas dinâmicas de dominação. Mais especificamente, verificou-se que as estruturas de desigualdade global no campo do conhecimento também se submetiam a poderosas estruturas do âmbito nacional, principalmente envolvendo o Estado autoritário brasileiro. Alguns eventos assolaram o status dos intelectuais estrangeiros, como as iniciativas das elites e do Estado brasileiro contra o comunismo. Adicionalmente, observaram-se algumas claras tentativas de se estabelecer espaços de pensamento autônomo e relações de cooperação baseadas na igualdade. Agentes brasileiros e latino-americanos também desempenharam papéis de protagonismo em organizações multilaterais, influenciando ações e agendas nestes espaços, o que não impediu que, estes mesmos movimentos, acabassem por reproduzir lógicas de dominação global.

Além disso, a primeira parte deste trabalho, apontou como o processo de construção institucional e de realização de projetos de pesquisa, reforçou a posição de influência de instituições e atores do Norte-Global sobre o ambiente acadêmico nacional, gerando uma série de consequências para o campo das ciências sociais nacionais. A influência francesa se manifestou na adoção de tradições intelectualistas e teóricas, na valorização das populações indígenas e negras como “objetos de estudo” e na dependência de matrizes teóricas europeias. Já a influência norte-americana se materializou na associação entre as tradições intelectuais deste país e a sociologia empírica, além da construção de um ideário que associava sociologia americana a profissionalismo científico. Por fim, instituições e projetos organizados pela UNESCO fortaleceram redes internacionais de pesquisa na América Latina, principalmente a partir de instituições de ensino superior e pesquisa para o desenvolvimento.

Na segunda parte da tese, o trabalho se deteve em estudar o impacto da construção de instituições de ciência, tecnologia e pós-graduação no Brasil sobre a circulação de cientistas no exterior, destacando os condicionantes geopolíticos e internos que influenciaram esse processo. Foi possível observar que a fase anterior à eclosão do golpe de 1964, marcada por caráter desenvolvimentista e pelo debate sobre segurança nacional e questão nuclear, impulsionou a criação de instituições de pesquisa e ciência pelo investimento público. No entanto, o golpe de 1964 trouxe uma mudança de paradigma, com um modelo econômico contracionista, repressão a movimentos sociais e maior aproximação da tutela norte-americana. Nessa fase a CAPES foi principal organização de fomento a ser afetada na sua capacidade de atuação, principalmente após a edição do AI-5. Além disso, o período se caracteriza pela introdução de mecanismos de controle e vigilância pelos órgãos da ditadura, como na introdução do veto ideológico, na

CAPES, a candidatos a bolsas com experiência de militância em organizações de esquerda. A aproximação com os Estados Unidos, observada em todas as estruturas do Estado brasileiro, foi acompanhada do aumento de relevância da Fundação Ford na concessão de bolsas para a formação de quadros acadêmicos, além do próprio financiamento direto para a construção de instituições.

A fase posterior a 1975 marcou o aumento da autonomia e capacidade de financiamento das agências nacionais, resultando em um crescimento vigoroso de bolsas de pós-graduação ao exterior. Esse período, que se caracteriza pelo distanciamento da tutela norte-americana sob o Brasil no cenário externo, acompanhado da redução da proeminência da Fundação Ford na concessão de bolsas de estudo, substituída pelas agências nacionais, principalmente a CAPES na área de ciências sociais e humanas. A edição do I PNPG (1975/1979), tendo a CAPES como instituição coordenadora, foi fundamental na construção de autonomia do sistema de pós-graduação brasileiro. A partir dele, ocorreu um aumento no número de cursos de mestrado no país, e no número de bolsas, o que, contudo, não prescindiu da formação pós-graduada no exterior, que recebeu forte incremento no intervalo de 1975 a 1979. Já a partir dos anos 1980, a expansão das bolsas de pós-graduação se estabilizou, ao passo que a economia brasileira começava a dar sinais de desgaste e desaceleração. A CAPES inicia a introdução de métricas de avaliação dos programas de pós-graduação e as estruturas de controle ideológico passaram a ser, aos poucos desmontadas, garantindo acesso mais isonômico à comunidade acadêmica.

A trajetória de desenvolvimento das agências nacionais de promoção da ciência e tecnologia, assim como a institucionalização do sistema de ensino superior expressaram, em várias dimensões, as relações de dependência acadêmica entre o Brasil e nações do Norte-Global. A dependência de recursos externos, seja no campo do financiamento, seja do ponto de vista da formação institucional, marcou profundamente a primeira fase do regime, aprofundando a influência norte-americana sobre o sistema de ensino superior brasileiro, e o desenho do modelo de pós-graduação adotado no país. Além disso, o contexto de crise econômica, ajuste fiscal e endurecimento do papel repressor do regime militar criou um quadro de escassez de recursos no terreno nacional. Por isso, a mobilização de fontes de financiamento estrangeiras se tornou um dos principais meios de circulação internacional em nível de pós-graduação.

O período de 1964 a 1975 observou o papel de relevo de agências de financiamento norte-americanas, com destaque para a Fundação Ford, sobre a promoção de cursos de pós-

graduação à cientistas sociais brasileiros reforçando laços acadêmicos com instituições de países do Norte-Global. O intervalo de 1975 a 1985, é marcado por alterações na aproximação geopolítica entre Brasil e Estados Unidos, acompanhado por tentativas de ampliar a autonomia do sistema de ciência e tecnologia brasileiro, o que contribuiu para a diminuição da dependência do financiamento externo, e expansão do recurso à promoção de formação no exterior como fundamento da política nacional de pós-graduação.

A reprodução das relações de dependência acadêmica também se fez visível na escolha dos países e universidades de destino dos/as sociólogos/as, uma vez que as nações do eixo Euro-Atlântico, como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, detinham hegemonia nesse aspecto. Além disso, os/as sociólogos/as brasileiros realizaram seus cursos de pós-graduação, majoritariamente, nas cidades de maior concentração de população e poder econômico e nas universidades de prestígio dos países de destino. Foi possível notar a baixa presença de fluxos em nível de pós-graduação para a América Latina, visto que poucos estudantes realizaram o curso de mestrado ou doutorado na região, apesar da proximidade geográfica e linguística. O papel do Chile na formação intelectual de atores das ciências sociais nacionais é bastante explorado na literatura, e merece ser considerado aqui. Porém, nos casos analisados, essa influência não se converteu na realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país. O, contudo, México se destacou como o quarto principal destino global, possivelmente devido ao fortalecimento das estruturas universitárias mexicanas na segunda metade da década de 1970, basicamente concentradas na UNAM, o que mostra como circuitos institucionais alternativos, embora menos fortes, tiveram relevância na quebra dos padrões mais comuns de centro-periferia.

Em relação aos temas de mestrados e doutorados, as áreas de Sociologia Rural, Política e Democracia, Estado e Classes Sociais e Sociologia do Desenvolvimento foram as mais proeminentes. A sociologia rural teve maior destaque entre 1976 e 1985, enquanto a área de política e democracia abarca a maior parte dos trabalhos entre 1964 e 1980. É importante ressaltar que as áreas temáticas estão diretamente relacionadas aos países de destino, com a política e democracia predominante nos Estados Unidos e a sociologia rural e do desenvolvimento predominante na França. No que diz respeito à produção intelectual interna dos países, a maioria dos trabalhos discutiu os processos de transformação e modernização do Brasil. Na sociologia rural, foram abordadas questões como a introdução de tecnologias no campo, mudanças nas relações de produção e lutas pela terra. Na sociologia do desenvolvimento, o foco esteve na inserção do setor produtivo nacional no sistema capitalista

global e nas relações de dependência econômica. Na área de política e democracia, foram analisados o autoritarismo brasileiro, os processos anteriores ao golpe de 1964 e as consequências políticas dessa época. A natureza das pesquisas de mestrado e doutorado indica possíveis padrões periféricos de inserção da produção acadêmica brasileira na divisão global do trabalho intelectual. Isso se observa especialmente na predominância de estudos de casos nacionais e pela possível reprodução de princípios evolucionistas presentes nas teorias de modernização em voga na época.

Esta tese também se debruçou sobre as trajetórias de intelectuais brasileiros que realizaram seus cursos de pós-graduação durante a ditadura militar. A análise se dividiu entre a circulação ocorrida na primeira fase do regime, 1964-1975, período anterior à expansão do sistema nacional de pós-graduação, e o período concomitante a este processo, 1975-1985. Foi possível levantar os condicionantes de maior impacto sobre as trajetórias dos/as sociólogos/as analisados, para compreender os distanciamentos e aproximações entre as características dos dois intervalos em questão. Em ambos os casos, notou-se a relevância das dinâmicas de poder em escala global no campo do conhecimento para os processos de fluxo internacional, sem deixar de notar outras dimensões que extrapolam a geopolítica do conhecimento.

Um condicionante que se mostrou perene em ambos os períodos é discurso sobre a ausência de meios institucionais que viabilizassem a formação em nível de pós-graduação no Brasil, dado sua concentração no eixo São Paulo – Rio de Janeiro. Verificou-se que em parte considerável das entrevistas, os intelectuais em questão apontavam severas dificuldades em realizar os cursos de mestrado e principalmente doutorado no Brasil. Esse quadro se desenhou por conta do reduzido número de instituições nacionais que os oferecessem, além da baixa distribuição regional destes. Intelectuais de estados como a Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Sul e outros locais, apontaram que a mirada ao estrangeiro se deu principalmente pela inviabilidade de continuar seus estudos nos locais de origem, de modo que ir exterior se colocava como um caminho natural para a realização da pós-graduação.

Porém, em se tratando de acesso a financiamento e papel de redes de contatos, os dois períodos de análise se distinguem consideravelmente. Quanto ao grupo que realizou sua formação de 1964 a 1975, as poucas opções de acesso a financiamento estruturado por agências ou instituições nacionais, foram substituídas pela mobilização de bolsas por organismos estrangeiros. Estes direcionavam estudantes para nações do Norte-Global, com destaque para os Estados Unidos. A sujeição a fontes de financiamento externo se conectou com a necessidade

de mobilização de redes, ainda que instáveis e pontuais, que garantissem condições financeiras de mobilidade para fora do país.

Entre aqueles que fizeram o mestrado ou doutorado a partir de 1975, o acesso a financiamento se realiza sob outras condições, onde as agências nacionais, CAPES e CNPq, operam como atores de destaque na promoção de meios de circulação, o que não significou, porém, ruptura com fluxos centro-periferia. Em alguns casos foi possível notar, inclusive, direcionamento das agências nacionais para países como Inglaterra e França, a partir de convênios. As agências, visando a institucionalização do sistema de pós-graduação, também operaram sobre as trajetórias de modo a mobilizar a ida ao exterior visando profissionalização dos quadros nacionais. O segundo grupo também se diferencia do primeiro pelo fato de que, na medida em que os meios de financiamento nacional passaram a ser mais estáveis e institucionalmente organizados, permitiram uma diminuição da centralidade das redes de contatos, sem, porém, anular sua importância na consolidação dos fluxos.

Outro condicionante que distancia os dois períodos analisados, é ação do Estado Brasileiro, na perseguição a opositores. Nota-se que esse fenômeno se mostrou mais relevante na primeira fase do regime militar, caracterizada por um aprofundamento das ações persecutórias e violentas do governo ditatorial sobre os opositores. Neste intervalo, o Estado favoreceu o aprofundamento das relações de dependência, ao impor fluxos ao exterior de modo forçado em função de fugas que se concretizaram, majoritariamente, para países do eixo euro-atlântico. Todavia, nas trajetórias do segundo período, nota-se que o papel da violência política do Estado se reduz, de modo que o aparato governamental passa a influenciar mais os entrevistados no que diz respeito aos mecanismos de concessão de bolsas atrelados a instrumentos de espionagem.

Os dois períodos, contudo, voltam a se aproximar ao destacarmos o papel da deferência a instituições, autores e produções intelectuais do Norte-Global. A força deste elemento se apresenta desde à escolha de determinadas instituições, até o desejo de permanecer no exterior, reforçando as relações de centro-periferia e a posição do Brasil no interior da divisão global do trabalho intelectual. Foi possível notar a deferência por parte dos intelectuais brasileiros em relação aos autores, instituições e produções intelectuais do Norte-Global em vários casos. Isso é observável tanto no que diz respeito às expectativas sobre a realização dos cursos de pós-graduação no exterior, quanto no que se refere à avaliação positiva e permanência em instituições de países como Estados Unidos e França. Seja pela menção à infraestrutura superior

às Universidades Brasileiras, a grandiosidade de bibliotecas e espaços culturais europeus, a modernidade dos aportes metodológicos e conceituais, ou o privilégio da convivência face a face com intelectuais de prestígio na área – os quais, muitas vezes eram conhecidos apenas nos livros -, o apreço se apresenta enquanto legitimador do caráter valioso do fluxo internacional empreendido.

As trajetórias de ambos os períodos analisados também se aproximam na importância dos papéis de gênero. Este condicionante, que extrapola a dimensão geopolítica aqui narrada, se relaciona com a natureza do objeto desta investigação. É possível apontar como as lógicas de poder e papéis de gênero no interior da instituição familiar são importantes para compreender o fenômeno da circulação internacional em nível de pós-graduação. Foi possível observar que as dimensões de gênero influenciaram mais de um aspecto das trajetórias. Estes iam desde a concessão de bolsas de estudo por organismos de solidariedade religiosa, como a *Ökumenisches Studienwerk*, até no processo de escolha por realizar os estudos em determinados países, ou mesmo nas dificuldades de permanência no exterior por conta de compromissos com o cuidado a filhos e à família.

O trabalho de pesquisa realizado nesta tese mostra, a relevância da geopolítica do conhecimento enquanto dimensão a ser levada em consideração nos estudos sobre história das ciências sociais. Como descrito nesta investida, as assimetrias e relações globais de poder no campo do conhecimento estão diretamente imbricadas na natureza dos atores e instituições envolvidos no desenvolvimento do campo sociológico brasileiro. Este estudo revelou como atores, governos, políticas, agências de financiamento, e intencionalidades, estão envolvidas em redes de poder e dominação em âmbito global. Isso, contudo, não implica na nulificação das dinâmicas locais, nacionais e condicionantes outros que extrapolem a geopolítica do conhecimento na conformação de tais fluxos, ainda que se conectem a ela em determinados momentos.

Esta pesquisa, ao descrever a complexidade e natureza do fenômeno, fomenta a reflexão do campo sociológico brasileiro sobre sua consolidação nos últimos anos. O exercício permite a compreensão de mecanismos que estruturaram a construção de relações de dependência e subordinação acadêmica. Acredita-se que é a partir de uma leitura detida deste processo de constituição do campo, com atenção as relações de poder que o submeteram, e seguem submetendo, que se podemos encaminhar novos direcionamentos e alternativas não submissas de construção intelectual das ciências sociais brasileiras.

FONTES E DOCUMENTOS

BÔAS, Gláucia Kruse Villas. Gláucia Kruse Villas Bôas (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 34min).

CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara de. Aspásia Camargo IV (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 37min).

CAPES. Relatórios de Atividades. 1951- 1985

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC. Memória das Ciências Sociais no Brasil. Memorial de Elisa Reis, 1998.

CNPq. Relatórios de Atividades. 1951- 1985

CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 25min).

FLORIANI , Dimas. Dimas Floriani (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 0min).

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Clarissa Eckert Baeta Neves (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 12min).

ORTIZ, Renato José Pinto. Renato Ortiz (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 41 p.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Elisa Maria da Conceição Pereira Reis II (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 51min).

SCHWARTZMAN, Simon. Simon Schwartzman III (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 9min).

SOARES, Gláucio Ary Dillon. Gláucio Soares III (depoimento, 2008 / 2009). Rio de Janeiro,

WEBER, Silke. Silke Weber (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 35min).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESINA, Jimi O. Sociology and Yoruba Studies: epistemic intervention or doing sociology in the “vernacular”? **African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2002. DOI: 10.4314/asr.v6i1.23204.

AKIWOWO, Akinsola A. Contributions to the sociology of knowledge from an African oral poetry. **International Sociology**, [S. l.], v. 1, n. 4, p. 343–358, 1986.

ALATAS, Syed Farid. Academic Dependency and the. **Current Sociology**, [S. l.], v. 51, n. November, p. 599–613, 2003. DOI: 10.1177/00113921030516003. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/00113921030516003>.

ALATAS, Syed Farid. The definition and types of alternative discourse. [S. l.], v. 23, p. 225–245, 2010.

ALATAS, Syed Farid. The Problem of Academic Dependency: Latin America and the Malay World. **Post-Regionalism in the Global Age: Multiculturalism and Cult Circulation in Asia and Latin America**, [S. l.], p. 273–308, 2014.

ALATAS, Syed Farid. Academic Dependency in the Social Sciences: Reflections on India and Malaysia. **SSRN Electronic Journal**, [S. l.], v. XXXVIII, n. 2, 2015. DOI: 10.2139/ssrn.2650577.

ALATAS, Syed Hussein. Intellectual imperialism: Definition, traits, and problems. **Asian Journal of Social Science**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 23–45, 2000.

ALATAS, Syed Hussein. The captive mind and creative development. **Indigeneity and universality in social science: A South Asian response**, [S. l.], v. 2004, p. 83–98, 2004.

ALBUQUERQUE, Paulo Henrique Novaes Martins; DE. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2018.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares De. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, p. 188–216, 1989.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro De; SANTOS, Tatiane Lopes Dos. A dinâmica política da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1956-1960. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S. l.], v. 8, p. 113–128, 2013.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 78–89, 2007.

ARBOUSSE-BASTIDE. A missão francesa de 1934: entrevista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1978.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, p. 277–368, 2001.

AVEIRO, Thais Mere Marques. **Uma análise do Programa Capes-Cofecub entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior eo Comité Français d’Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil como**

ferramenta de cooperação internacional Université Sorbonne Paris Cité, , 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, [S. l.], p. 89–117, 2013.

BARROS, Luitgarde O. Cavalcanti De. Intelectuais em rede construindo as Ciências Sociais: o arquivo Arthur Ramos e o Projeto UNESCO no Brasil. *In*: PEREIRA, Claudio Luiz; SANSONE, Livio (org.). **O projeto UNESCO no Brasil: textos críticos**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BASTOS, Elide Rugai. **Conversas com sociólogos brasileiros**. [s.l.] : Editora 34, 2006.

BEIGEL, Fernanda. Publishing from the periphery: Structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. **Current Sociology**, [S. l.], v. 62, n. 5, p. 743–765, 2014. DOI: 10.1177/0011392114533977.

BERLINCK, M. T. A criação da ELSP. **A Escola Livre de Sociologia e Política—anos de formação**, [S. l.], 2009.

BICUDO, Virgínia Leone; MAIO, Marcos Chor. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. [s.l.] : Editora Sociologia e Política, 2010.

BÔAS, Gláucia Kruse Villas. Gláucia Kruse Villas Bôas (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2009.

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista brasileira de ciências sociais**, [S. l.], v. 9, n. 26, p. 1–13, 1994.

BOMENY, Helena. **Newton Sucupira e os rumos da educação superior**. [s.l.: s.n.].

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. [s.l.] : Centro Edelstein, 2008.

BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: um testemunho com alguma análise. **A Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP**, [S. l.], p. 155–163, 1993.

BRANDÃO, Maria de Azevedo R. A constituição da política de pós-graduação no Brasil: 1965/75. **Revista Ciência e Cultura**, [S. l.], n. 29, p. 4, 1977.

BRASIL. Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências. Planalto1951.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria social, extroversão e autonomia: impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 28, p. 59–76, 2015.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNKY, Mary. **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para mudança social / The Ford Foundation's 40 Years in Brazil: a partnership for social change**. [s.l.: s.n.].

CAMARGO, Aspásia Brasileiro Alcântara De. Aspásia Camargo IV (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2012.

CAMARGO, Sílvio. Os primeiros anos da "Escola de Frankfurt" no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S. l.], p. 105–133, 2014.

- CANÊDO, Leticia. The Ford Foundation and the Institutionalization of Political Science in Brazil. *In: The Social and Human Sciences in Global Power Relations*. [s.l.] : Springer, 2018. p. 243–266.
- CAPES, M. E. C. Capes, 50 anos: Depoimentos ao CPDOC-FGC. **Fundação Getúlio Vargas, CPDOC**, [S. l.], 2002.
- CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**, [s.d.].
- CARDOSO, Irene. Entrevista com Roger Bastide (1973). **Discurso**, [S. l.], n. 16, p. 181–197, 1987.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo**. [s.l.] : Autores Associados, 1982.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; LOMBARDI, José C. **Projeto Columbia: Anísio Teixeira eo desenvolvimento nacional**. [s.l.] : Alínea Editora, 2013.
- CASTRO, Edna Maria Ramos De. Edna Maria Ramos de Castro (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2015.
- CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa. Josefa Salette Barbosa Cavalcanti (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2018.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The difference-deferral of (a) colonial modernity: public debates on domesticity in British Bengal. *In: HISTORY WORKSHOP JOURNAL* 1993, **Anais [...]**. : Oxford University Press, 1993. p. 1–34.
- CLOSS, Darcy. Entrevista com Darcy Closs concedida ao CPDOC/FGV. *In: CAPES, 50 ANOS: Depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro. p. 68–83.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. Theory from the South: Or, how Euro-America is evolving toward Africa. *In: ANTHROPOLOGICAL FORUM* 2012, **Anais [...]**. : Taylor & Francis, 2012. p. 113–131.
- CONNELL, Raewyn. Usando a teoria do sul : descolonizando o pensamento social na teoria , na pesquisa e na prática. **Epistemologias Do Sul**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 87–109, 2017.
- CONNELL, Raewyn. **Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science**. [s.l.] : Routledge, 2020.
- CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 53, n. 2, 2010.
- CONSOLIM, Marcia. Circulação de intelectuais e recepção das novas ciências do homem francesas no Brasil: 1908-1932. **Tempo Social**, [S. l.], v. 33, p. 17–51, 2021.
- CONSOLIM, Marcia; OLIVEIRA, M.; WEISS, R. Um concorrente de Durkheim: René Worms e a Revue Internationale de Sociologie. **David Émile Durkheim: a atualidade de um clássico**, [S. l.], p. 25–54, 2011.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. O “Projeto Columbia”—um resgate necessário. **Revista HISTEDBR On-Line**, [S. l.], v. 14, n. 56, p. 17–25, 2014.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia. **A contribuição pós-colonial**, [S. l.], v. 21, n. 60, p. 117–134, 2006.

COSTA, Sérgio. Teoria por adição. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: ANPOCS, [S. l.], p. 25–51, 2010.

CUNHA, M. W. V. Da. A Escola Livre, o Departamento de Cultura e a Faculdade de Filosofia. **KANTOR, I. MACIEL, DA SIMÕES, JA A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação**, [S. l.], v. 1953, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. [s.l.] : Editora Unesp, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação pós-graduada no exterior. **ALMEIDA, AMF; CANEDO, L. B; GARCIA, A**, [S. l.], p. 107–143, 2004.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes; DE LACERDA PEIXOTO, Maria do Carmo; DA SILVA, Ana Elisa Gerbasi. Professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ 1939-1951. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], n. 78, p. 59–72, 2013.

DE AQUINO, Jânia Perla Diógenes; LIMA, Mariana Mont’Alverne Barreto. Trajetória de um sociólogo entre os mundos da província e da cosmópolis. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, [S. l.], v. 50, n. 3, p. 375–420, 2019.

DE BARROS, Elionora Maria Cavalcanti. **Política de pós-graduação: um estudo da participação da comunidade científica**. [s.l.] : Editora da UFScar, 1998.

DE SALLES OLIVEIRA, Armando. **Escritos políticos**. [s.l.] : Arx, 2002.

DEL VECCHIO, Angelo. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. **KANTOR, I. MACIEL, DA SIMÕES, JA A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação**, [S. l.], v. 1953, 2009.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil. **Editora Sociologia e Política: São Paulo**, [S. l.], 2008.

DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado–Ação Política. **Poder e Golpe de Classe–Petrópolis: Editora Vozes**, [S. l.], 1981.

DU, BOIS. WEB As almas da gente negra. **Rio de Janeiro: Lacerda**, [S. l.], 1999.

EDUARDO, Octávio da Costa. O processo de construção institucional. **Kantor, Iris; Maciel, Débora & Simões, Júlio. A Escola Livre de Sociologia e Política. Anos de formação**, [S. l.], v. 1953, p. 21–25, 2009.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas/Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. **Salvador: EDUFBA**, [S. l.], p. 194, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, [S. l.], 2003.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista brasileira de história da educação**, [S. l.], v. 8, n. 2 [17], p. 161–180, 2008.

FESTI, Ricardo Colturato. O mundo do trabalho e os dilemas da modernização: percursos

- cruzados da sociologia francesa e brasileira (1950-1960). *[S. l.]*, 2018.
- FLORIANI, Dimas. Dimas Floriani (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, *[S. l.]*, 2015.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985)**. [s.l.] : Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1988.
- GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. **Brasiliana**, *[S. l.]*, 1955.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. [s.l.] : Editora Intrínseca, 2014. v. 1
- GERMANO, José Willington. O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário. **Cadernos Cedes**, *[S. l.]*, v. 28, n. 76, p. 313–332, 2008.
- GLÁUCIO ARY DILLON SOARES. Gláucio Soares III (depoimento, 2008 / 2009). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, *[S. l.]*, 2009.
- GO, Julian. **Postcolonial thought and social theory**. [s.l.] : Oxford University Press, 2016.
- GONÇALVES, Suzana. Entrevista com Suzana Gonçalves concedida ao CPDOC. *In: CAPES, 50 ANOS: Depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro. p. 44–55.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, *[S. l.]*, n. 80, p. 115–147, 2008.
- GUHA, Ranajit. **Selected subaltern studies**. [s.l.] : Oxford University Press, 1988.
- GUSSO, Divonzir Arthur; CORDOVA, Rogério de Andrade; LUNA, S. V. A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro. **Brasília: CAPES**, *[S. l.]*, 1985.
- HAMBURGER, Ernst W. Para quê pós-graduação? *In: Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro. p. 81–92.
- HEILBRON, Johan. Les métamorphoses du durkheimisme, 1920-1940. **Revue française de sociologie**, *[S. l.]*, p. 203–237, 1985.
- HEILBRON, Johan; BONCOURT, Thibaud; SORÁ, Gustavo. **Introduction: The Social and Human Sciences in Global Power Relations**. [s.l: s.n.]. DOI: 10.1007/978-3-319-73299-2_1.
- HOSTINS, Célia Regina Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira. **Perspectiva**, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 133–160, 2006.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Endogenous knowledge: Research trails. *[S. l.]*, 1997.
- HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, n. 80, p. 149–160, 2008.
- IVO, Anete Brito Leal. Anete Brito Leal Ivo (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, *[S. l.]*, 2016.
- JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro Raul. **Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)**. [s.l.] : Editora 34, 2014.

JENNIFER, Platt. A Brief History of ISA, 1948–1997. **Université du Québec à Montréal**, [S. l.], 1998.

KEIM, W. Social sciences internationally: The problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. [S. l.], p. 22–48, 2008. a.

KEIM, W. Social sciences internationally: The problem of marginalisation and its consequences for the discipline of sociology. **African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 22–48, 2008. b. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24487604>.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. [s.l.] : CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino ..., 2005.

LANGROD, Georges. O ensino e a pesquisa das ciências sociais. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 73–97, 1958.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. [s.l.] : Edufba, 2012.

LAW, John. **After method: Mess in social science research**. [s.l.] : Psychology Press, 2004.

LAWUYI, Olatunde B.; TAIWO, Olufemi. Towards an African sociological tradition: a rejoinder to Akiwoko and Makinde. **International Sociology**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 57–73, 1990.

LEITE, CELSO BARROSO. Entrevista com Celso Barroso Leite concedida ao CPDOC/FGV. *In: CAPES, 50 ANOS: Depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro. p. 56–65.

LIMONGI, Fernando. Revista Sociologia: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo. **Caderno Idesp**, [S. l.], v. 1, 1987.

LIMONGI, Fernando. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, n. 217–233, 1989. a.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, p. 111–186, 1989. b.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **Dados**, [S. l.], v. 56, p. 727–767, 2013.

MAIA, Joao Marcelo. History of sociology and the quest for intellectual autonomy in the Global South: the cases of Alberto Guerreiro Ramos and Syed Hussein Alatas. **Current Sociology**, [S. l.], v. 62, n. 7, p. 1097–1115, 2014.

MAIA, João Marcelo. Pensamento brasileiro e teoria social notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 24, n. 71, 2009. DOI: 10.1590/S0102-69092009000300011.

MAIA, João Marcelo E. Ao sul da teoria: A atualidade teórica do pensamento social Brasileiro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 71–94, 2011. DOI: 10.1590/S0102-69922011000200005.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 14, n. 41, 1999. a. DOI: 10.1590/s0102-69091999000300009.

- MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de ciências sociais**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 141–158, 1999. b.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista crítica de ciências sociais**, [S. l.], n. 80, p. 71–114, 2008.
- MARIANI, Maria Clara. Educação e ciências sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq, Coordenação Editorial**, [S. l.], p. 167–195, 1982.
- MARTINS, Carlos Benedito. Carlos Benedito Martins (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2015.
- MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, [S. l.], v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009.
- MARTINS, Carlos Benedito. Memorial de professor titular. [S. l.], 2011.
- MARTINS, Carlos Benedito Campos. O legado do Departamento de Sociologia de Chicago (1920-1930) na constituição do interacionismo simbólico. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 28, p. 217–239, 2013.
- MASSI, F. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras. En Miceli, S. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, 1989.
- MATOS, Odilon Nogueira De. O clima cultural dos anos de formação e o pioneirismo da Escola Livre de Sociologia e Política. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)-depoimentos**, [S. l.], v. 2, 2009.
- MAUREL, Chloé. **L’Unesco de 1945 à 1974**, 2006.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *In: Foucault in an Age of Terror: Essays on Biopolitics and the Defence of Society*. [s.l.] : Springer, 2008. p. 152–182.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. **Anísio Teixeira e a universidade de educação**. [s.l.] : Eduerj, 2002.
- MENDOZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, [S. l.], p. 440–470, 2005.
- MERKEL, Ian. **Terms of Exchange: Brazilian Intellectuals and the French Social Sciences**. [s.l.] : University of Chicago Press, 2022.
- MICELI, Sergio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 2, p. 341–395, 1995.
- MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos**. [s.l.] : Editora Perspectiva, 1977. v. 4
- MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 1, p. 72–110, 1989.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. [s.l.] : Companhia das Letras, 2001.
- MICELI, Sergio; SMITH, Bradford. **A Fundação Ford no Brasil**. [s.l.] : FAPESP, Editora

Sumaré, 1993.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. *Sociologias*, [S. l.], v. 20, p. 108–137, 2018.

MIGNOLO, Walter. **Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. [s.l.] : Princeton University Press, 2012.

MORAES, Rubens Borba De. Da Semana de Arte Moderna à Fundação da Escola Livre: no calor de 1932. **KANTOR; MACIEL; SIMÕES. A Escola Livre de Sociologia e Política—anos de formação**, [S. l.], p. 127–133, 2009.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. *In: Ciência e estado: a política científica no Brasil*. [s.l: s.n.]. p. 162.

MORITZ, Lilia Schwarcz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia lilia moritz schwarcz e heloisa murgel starling**, 2015. Disponível em: www.companhiadasletras.com.br.

MOSBAH-NATANSON, Sébastien; GINGRAS, Yves. The globalization of social sciences? Evidence from a quantitative analysis of 30 years of production, collaboration and citations in the social sciences (1980-2009). *Current Sociology*, [S. l.], v. 62, n. 5, p. 626–646, 2014. DOI: 10.1177/0011392113498866.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. [s.l.] : Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Clarissa Eckert Baeta Neves (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2016.

NEVES, Fabrício Monteiro. A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 35, 2020. a.

NEVES, Fabrício Monteiro. A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 14, p. 556–574, 2020. b.

NEVES, Fabrício Monteiro. Some elements of the regime of management of irrelevance in science. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 30–49, 2022.

NÓBREGA, Rodolfo Carneiro. Desigualdades na academia: determinantes para publicação em periódicos de impacto na sociologia. [S. l.], 2018.

NUNES, Brasilmar Ferreira. O sistema de C&T no Brasil e a cooperação internacional: notas sobre a experiência Capes/Cofecub. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, [S. l.], v. 3, n. 6, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro. **História das ciências sociais no Brasil**, [S. l.], v. 2, p. 235–307, 1995.

ORTIZ, Renato. Memorial: uma trajetória intelectual. *Revista de Estudios Sociales*, [S. l.], n. 25, p. 39–48, 2006.

ORTIZ, Renato. Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Sociologia & antropologia**, [S. l.], v. 3, p. 81–90, 2013.

ORTIZ, Renato José Pinto. Renato Ortiz (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. **CPDOC/FGV**, [S. l.], 2008.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. [s.l.] : Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

PAIM, Antônio. A UDF e a idéia de universidade. **Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro**, [S. l.], 1981.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq**, [S. l.], p. 17–96, 1982.

PAULA FILHO, Wilson De. Pós-Graduação: instrumento ou estorvo da tecnologia nacional? **Dados e Idéias**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 31–38, 1976.

PEIXOTO, Afrânio. Apresentação. **Boletim da UDF, Rio de Janeiro.**, [S. l.], p. 8, 1935.

PORTO, Maria Stela Grossi. Maria Stela Grossi Porto (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2018.

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos: versões conflitivas da " condição de sociólogo" na USP dos anos, 1950-1960**. [s.l.] : Edusp, 2008.

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. **International sociology**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 215–232, 2000.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 1996.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Memorial de Elisa P. Reis. [S. l.], 1998.

REIS, Elisa Maria da Conceição Pereira. Elisa Maria da Conceição Pereira Reis II (depoimento, 2008). **CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2008.

REIS, Elisa Pereira. **A Construção Intelectual e a Política das Ciências Sociais Brasileiras. A Experiência do IUPERJA Fundação Ford no Brasil** Sumaré São Paulo, , 1993.

REYNA, José Luis. A institucionalização das ciências sociais no México. **As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada**, [S. l.], 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Através de Becas Salvar Vidas: A Obra Ecumênica de Estudos (ÖSW-Bochum-Alemanha). **Páginas (Rosario): Revista Digital de la Escuela de Historia**, [S. l.], v. 12, n. 29, p. 3, 2020.

RIBEIRO, Matheus. Geopolítica do Conhecimento e Teoria: Um estudo sobre a circulação de teorias nas revistas de ciências sociais brasileiras. **Arquivos do CMD** [S. l.], v. 11, n. 1, p. 290–315, 2023.

RIBEIRO, Matheus. A Divisão Global do Trabalho Intelectual em Revistas Internacionais de Teoria Social (2000-2016). **Revista de Ciências Sociais: RCS**, [S. l.], v. 52, n. 2, p. 209–249, 2021.

RIBEIRO, Matheus Almeida Pereira. As expressões da divisão internacional do trabalho intelectual em revistas internacionais de teoria social. [S. l.], 2018.

ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. **Experiências norte-americanas e projetos de educação**

no Distrito Federal e em São Paulo (1927-1935): Anísio Teixeira, Noemi Silveira, Isaías Alves e Lourenço Filho, 2016.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisas e institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília: CNPq**, [S. l.], p. 137–167, 1982.

ROSA, Marcelo C. Theories of the South: Limits and perspectives of an emergent movement in social sciences. **Current Sociology**, [S. l.], v. 62, n. 6, p. 851–867, 2014.

ROSA, Marcelo C. Yoruba indigenous sociologies: africa, disconcertment and ontologies in contemporary sociology. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, [S. l.], v. 32, p. 389–408, 2019.

ROSA, Marcelo C.; RIBEIRO, Matheus A. P. Como se faz teoria social no Brasil? Hagiografia, extroversão intelectual e avanços (2010–2019). **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 94, 2021.

SAID, Edward. Orientalism: Western concepts of the Orient. **New York: Pantheon**, [S. l.], 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], p. 71–94, 2007.

SAPIRO, Gisèle. Between national and international: The historical emergence of sociology as a field. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 349–372, 2018. DOI: 10.1590/s0102-699220183302003.

SCHMIDT, Benício Viero; MARTINS, Carlos Benedito. O acordo Capes-Cofecub no contexto da pós-graduação brasileira. **Diálogos entre França e Brasil. Formação e cooperação acadêmica, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana**, [S. l.], p. 151–165, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia: com novo pós-escrito**. [s.l.] : Editora Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. Simon Schwartzman III (depoimento, 2009). **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2009.

SCHWARTZMAN, Simón. Um espaço para a ciência. **MCT, A Formação da**, [S. l.], 1978.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de capanema**Paz e Terra Rio de Janeiro, , 1984.

SÉRGIO, MICELI. Intelectuais à brasileira. **São Paulo: Companhia das Letras**, [S. l.], 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. [S. l.], 1989.

SHILS, Edward. Tradition, ecology, and institution in the history of sociology. **Daedalus**, [S. l.], p. 760–825, 1970.

SILKE WEBER. A Fundação Ford e as áreas de Sociologia e Economia no Nordeste. *In: A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo. p. 147–152.

SILKE WEBER. Silke Weber (depoimento, 2015). **CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [S. l.], 2015.

SIMÕES, Júlio de Assis. Um ponto de vista sobre a trajetória da Escola de Sociologia e Política.

- A Escola Livre de Sociologia e Política—Anos de Formação**, [S. l.], 2009.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, Ed. **Paz e Terra, SP/RJ**, [S. l.], 1994.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de castelo a Tancredo, 1964-1985. In: **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. [s.l: s.n.]. p. 608.
- SKIDMORE, Thomas Elliott. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. [s.l.] : Companhia das letras, 2015.
- SOBRAL, Fernanda. Ciência, tecnologia e poder: os interesses sociais na pesquisa. **Brasília: UnB**, [S. l.], 1988.
- SONTAG, Susan. El antropólogo como héroe. **Contra la interpretación y otros ensayos**, [S. l.], p. 85–98, 1984.
- STOCKING JR, George W. Ideas and institutions in American anthropology: Thoughts toward a history of the interwar years. **Selected papers from the American Anthropologist**, [S. l.], p. 1–50, 1976.
- SUCUPIRA, Newton. A pós-graduação: entre a autenticidade e a alienação. **Projeto Educação**, [S. l.], v. 4, 1979.
- TAVOLARO, Sergio B. F. Retratos não-modelares da modernidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, p. 1115–1141, 2017.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. [s.l.] : Editora Ufrj, 1962.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. [s.l.] : Editora Companhia das Letras, 2000.
- TRINDADE, Helgio. **Uma longa viagem pela América Latina: invenção, reprodução e fundadores das ciências sociais**. [s.l.] : CLACSO, 2021.
- VALLA, Victor Vicent; DA SILVA, Luiz Werneck. **Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia 1949-1976**. [s.l.] : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Coordenação ..., 1981. v. 4
- VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende De; MELO, Manuel Palácios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. Doutores e teses em ciências sociais. **Dados**, [S. l.], v. 41, p. 453–516, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel; PRIGOGINE, Ilya. Open the social sciences. **Report of the Gulbenkian**, [S. l.], 1996.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, [S. l.], v. 15, n. 1–2, p. 61–74, 2012.
- YELVINGTON, Kevin. Melville J. Herskovits e a institucionalização dos estudos afro-americanos. **Projeto UNESCO no Brasil. Salvador: EdUFBA**, [S. l.], p. 149–172, 2007.

APÊNDICE

TABELA 28 – SOCIOLOGOS BRASILEIROS COM PÓS-GRADUAÇÃO NO EXTERIOR (1964-1985)

NOME	PG	INÍCIO	FIM	PAÍS	INSTITUIÇÃO	TÍTULO DO TRABALHO	ORIENTADOR	BOLSA
ALOISIO KROHLING	M	1964	1965	ITÁLIA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE GREGORIANA DE ROMA	O KERIGMA E O ANÚNCIO NAS ANÁFORAS ORIENTAIS	ANTÔNIO SELVAGGI	AUSENTE
JORGE LOBO MIGLIOLI	D	1964	1968	POLÔNIA	ESCOLA SUPERIOR DE PLANIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA	A POLICY OF DEVELOPMENT FOR UNDERDEVELOPED ECONOMIES	KAZIMIERZ LASKI	AUSENTE
SILKE WEBER	M	1964	1966	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	LES ASPIRATIONS À L'ÉDUCATION AU BRÉSIL	PAULHENRY CHOMBART DE LAUWE	COMITÉ CATHOLIQUE CONTRE LA FAIM
ANA MARIA DE NIEMEYER	M	1967	1970	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	LA FAVELA DANS L'ASSLOMERATION DE RIO DE JANEIRO: SIMPLE PROBLEME DE PLANIFICATION URBAINE OU AVANT TOUY SOLUTION BUCIITAIRE POURSUES HABITANTS.	MICHEL ROCHEFORT	AUSENTE
FÁBIO WANDERLEY REIS	M	1967	1970	ESTADOS UNIDOS	HARVARD UNIVERSITY	DISSERTAÇÃO NÃO EXIGIDA	???	FORD FOUNDATION
FÁBIO WANDERLEY REIS	D	1967	1974	ESTADOS UNIDOS	HARVARD UNIVERSITY	POLITICAL DEVELOPMENT AND SOCIAL CLASS: BRAZILIAN AUTHORITARIANISM IN PERSPECTIVE	SAMUEL P. HUNTINGTON	FORD FOUNDATION
JOSE ODELSON SCHNEIDER	M	1967	1970	CHILE	INSTITUTO LATINOAMERICANO DE DOCTRINA Y ESTUDIOS SOCIALES	LOS PRESUPUESTOS IDEOLOGICOS BASICOS DEL RÉGIMEN POLITICO BRASILEÑO DE 1964-1969.	FRANZ HINKELAMME RT	AUSENTE
PEDRO DEMO	D	1967	1971	ALEMANHA	UNIVERSITÄT DES SAARLANDES	HERRSCHAFT UND GESCHICHTE - ZUR POLITISCHEN GESELLSCHAFTSTHEORIE FREYERS UND MARCUSES	WIGAND SIEBEL	AUSENTE
ROBERTO AUGUSTO DAMATTA	D	1967	1971	ESTADOS UNIDOS	HARVARD UNIVERSITY	APINAYÉ SOCIAL STRUCTURE	DAVID MAYBURY-LEWIS	CNPQ
ALOISIO KROHLING	D	1968	1969	ITÁLIA	INSTITUTO SANTO ANSELMO	A EUCHARISTIA - AÇÃO DO POVO	BERNARDO NEUNHEUSER	AUSENTE
CESAR AUGUSTO COELHO GUIMARÃES	M	1968	1969	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF CALIFORNIA	NÃO HOUVE DISSERTAÇÃO. FORAM FEITAS PROVAS NO TÉRMINO DO CURSO.	NÃO HAVIA ORIENTADOR	FORD FOUNDATION
NOÊMIA LAZZARESCHI	M	1968	1971	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	ANALYSE DE QUELQUES ÉTUDES CONCRÈTES SUR LE CONCEPT DE NOUVELLE CLASSE OUVRIÈRE	JEAN MARIE DELCOURT	OFFICE DE LA COOPÉRATION AU DEVELOPPEMENT
SILKE WEBER	D	1968	1972	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	LES ASPIRATIONS À L'ÉDUCATION DANS UNE VILLE DU NORD-EST DU BRÉSIL	PAULHENRY CHOMBART DE LAUWE	FORD FOUNDATION
BEATRIZ MARIA SOARES PONTES	M	1969	1971	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	ÇAÇAPAVA: ETUDE DE GEOGRAPHIE GENERALE ET RELATIONS VILLE-CAMPAGNE DANS CE MUNICIPIO	MICHEL ROCHEFORT	GOVERNO FRANCÊS
ELIANA MONTEIRO MOREIRA	M	1969	1977	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	LES MOUVEMENT OUVRIER DANS LE CADRE DU POPULISME GETULISTE	MAURICE CHAUMONT	CAPES
JOÃO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA	M	1969	1970	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF MIAMI	THE STRENGTH OF FAMILY TIES IN THREE COUNTRIES OF LATIN AMERICA. BRASIL, ARGENTINA AND MEXICO.	HARRY W. HUTCHINSON	ROTARY
JOSE AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE	D	1969	1972	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	EXPERIÈNCE DU DÉVELOPPEMENT ET INTÉGRATION AUX VALEURS DE LA CIVILISATION INDUSTRIELLE. RECHERCHE SUR LES ATTITUDES DES ÉTUDIANTS LATINO-AMÉRICAINS À LOUVAIN	MAURICE CHAUMONT	AUSENTE
LICIA DO PRADO VALLADARES	D	1969	1974	FRANÇA	UNIVERSITÉ TOULOUSE 1 CAPITOLE	OPÉRATION DE RELOGEMENT ET RÉPONSE SOCIALE: LE CAS DES FAVELADOS DO RIO DE JANEIRO	RAYMOND LEDRUT	COOPERATION TECHNIQUE FRANÇAISE
MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY	D	1969	1975	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	L'ÉCONOMIE SUCRIÈRE DE PERNAMBUCO; CONTRIBUTION À L'ÉTUDE DES RAPPORTS ENTRE LA PROPRIÉTÉ FONCIÈRE ET LE CAPITAL.	HENRI MENDRAS	AUSENTE
MARIA SUSANA VASCONCELOS JIMENEZ	M	1969	1971	ESTADOS UNIDOS	SAN DIEGO STATE UNIVERSITY	STUDENT EVALUATION ON TEACHING EFFECTIVENESS IN HIGHER EDUCATION	JOHN F SMITH	CAPES
ROBERTO AUGUSTO DAMATTA	M	1969	1969	ESTADOS UNIDOS	HARVARD UNIVERSITY	APINAYÉ SOCIAL STRUCTURE	DAVID MAYBURY-LEWIS	AUSENTE
ALICE RANGEL DE PAIVA ABREU	M	1970	1971	GRÃ-BRETANHA	LONDON SCHOOL OF ECONOMICS	MSC BY EXAMINATION	NÃO SE APLICA	AUSENTE

BELA FELDMAN-BIANCO	M	1970	1972	ESTADOS UNIDOS	COLUMBIA UNIVERSITY	NÃO HÁ DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, MAS EXAMES DE QUALIFICAÇÃO E PROJETO DE PESQUISA	JOAN VINCENT	AUSENTE
EDWARD JOHN BAPTISTA DAS NEVES MACRAE	M	1970	1971	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF ESSEX	PEASANT LEAGUES IN PERNAMBUCO-BRAZIL	HENRIQUE FREITAS	AUSENTE
EVELINA DAGNINO	M	1970	1973	ESTADOS UNIDOS	STANFORD UNIVERSITY	(SEM TESE)	(SEM ORIENTADOR)	FORD FOUNDATION
JOSÉ CARLOS BRUNI	M	1970	1973	ALEMANHA	GOETHE-UNIVERSITÄT FRANKFURT	DER IDEOLOGIEBEGRIFF IN DER FRUEHSCHRIFTEN VON KARL MARX	HORST BAIER	DAAD
RENATO JOSE PINTO ORTIZ	M	1970	1972	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	'ANALYSE D'UM HEBDOMADAIRE BRISILIEU	EDGAR MORIN	AUSENTE
ROBERTO MAURO CORTEZ MOTTA	D	1970	1973	ESTADOS UNIDOS	COLUMBIA UNIVERSITY	FOOD FOR THOUGHT: THE XANGÔ RELIGION OF RECIFE, BRAZIL	ROBERT FRANCIS MURPHY	FULBRIGHT
RUBENS PINTO LYRA	M	1970	1971	FRANÇA	CENTRE EUROPÉEN UNIVERSITAIRE DE NANCY	LE PARTI COMMUNISTE FRANÇAIS ET L'INTÉGRATION EUROPÉENNE	FRANÇOIS BORELLA	CENTRE EUROPÉEN UNIVERSITAIRE DE NANCY
DECIO AZEVEDO MARQUES DE SAES	D	1971	1974	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	CLASSE MOYENNE ET SYSTÈME POLITIQUE AU BRÉSIL	ALAIN TOURAINE	FAPESP
ERLY EUZÉBIO DOS ANJOS	M	1971	1974	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF FLORIDA	TENDÊNCIAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 1960-1970"	THOMAS LYNN SMITH	AUSENTE
ILSE SCHERER-WARREN	D	1971	1973	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	LE SYNDICAT ET LE CHANGEMENT DE LA SOCIÉTÉ AGRAIRE DU RIO GRANDE DO SUL	ALAIN TOURAINE	FAPERGS
RENATO RAUL BOSCHI	D	1971	1978	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF MICHIGAN	INDUSTRIAL ENTREPRENEURS AND THE STATE IN POST 1964 BRAZIL: INSTITUCIONAL MEDIATIONS AND POLITICAL CHANGE	PHILIP CONVERSE / CHARLES TILLY	AUSENTE
ANTONIO CARLOS DE FARIA PINTO PEIXOTO	M	1972	1974	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF ESSEX	REVOLUÇÃO DE 1930 E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL	CHRISTIAN ANGLADE	AUSENTE
BELA FELDMAN-BIANCO	D	1972	1980	ESTADOS UNIDOS	COLUMBIA UNIVERSITY	THE PETTY SUPPORTERS OF A STRATIFIED ORDER: THE ECONOMIC ENTREPRENEURS OF MATRIZ, SÃO PAULO, BRAZIL (1883-1974)	JOAN VINCENT	AUSENTE
BERLINDES ASTRID KÜCHEMANN	D	1972	1976	ALEMANHA	UNIVERSITÄT BIELEFELD	TECHNISCHE HILFE DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND AN DIE KLEINBÄUERLICHE LANDWIRTSCHAFT BRASILIENS: DAS JUNGBAUERNPROGRAMM	PROF. DR. PETER SCHÖBER	ÖKUMENISCHES STUDIENWERK
BILA SORJ	M	1972	1974	ISRAEL	UNIVERSITY OF HAIFA	POPULISM AND WORKING CLASS IN BRAZIL AND ARGENTINA	TEODOR SHANIN	AUSENTE
ELISA MARIA DA CONCEICAO PEREIRA REIS	D	1972	1980	ESTADOS UNIDOS	MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY	THE AGRARIAN ROOTS OF CONSERVATIVE MODERNIZATION BRASIL: 1880-1930	SUZANNA BERGER	AUSENTE
LUIZ ANTONIO MACHADO DA SILVA	D	1972	1979	ESTADOS UNIDOS	RUTGERS - THE STATE UNIVERSITY OF NEW JERSEY	LOWER CLASS LIFE STRATEGIES: A CASE STUDY OF WORKING FAMILIES IN RECIFE'S (BRAZIL) METROPOLITAN AREA.	IRVING LOUIS HOROWITZ	FORD FOUNDATION
LUIZ SÁVIO DE ALMEIDA	M	1972	1973	ESTADOS UNIDOS	MICHIGAN STATE UNIVERSITY	ESTUDOS INDEPENDENTES	TED WARD	USAID
NELSON GIORDANO DELGADO	M	1972	1974	ESTADOS UNIDOS	NEW YORK UNIVERSITY	SEM DISSERTAÇÃO	SEM ORIENTADOR	USAID
RUBENS PINTO LYRA	D	1972	1975	FRANÇA	UNIVERSITÉ DE NANCY	LA GAUCHE EN FRANCE ET LA CONSTRUCTION EUROPÉENNE (1950-1975)	FRANÇOIS BORELLA	AMITIÉ FRANCE AMÉRIQUE LATINE
RUBENS PINTO LYRA	D	1972	1975	FRANÇA	UNIVERSITÉ DE LORRAINE	LA GAUCHE EN FRANCE ET LA CONSTRUCTION EUROPÉENNE (1950-1975) REVALIDADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, EM 1979, POR DETERMINAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO	FRANÇOIS BORELLA	FUNDAÇÃO GULBENKIAN
YVES CHALOULT	D	1972	1976	ESTADOS UNIDOS	CORNELL UNIVERSITY			FORD FOUNDATION
ANITA BRUMER	D	1973	1980	ISRAEL	HEBREW UNIVERSITY OF JERUSALEM	RESOURCE MOBILIZATION AND RURAL DEVELOPMENT - PATTERNS OF SOCIAL ORGANIZATION IN DIFFERENT VILLAGE SETTINGS IN SOUTH BRAZIL	DOV WEINTRAUB	CAPES
EGON ROQUE FROHLICH	D	1973	1983	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON	THE ROLE THAT VOLUNTARY FARM ORGANIZATIONS EXERT AS COMMUNICATION LINKAGES BETWEEN MEMBERS GOVERNMENT AGENCIES AND PRIVATE ENTERPRISES (A BRAZILIAN CASE STUDY).	JOHN H. FETT	AUSENTE
EVELINA DAGNINO	D	1973	1985	ESTADOS UNIDOS	STANFORD UNIVERSITY	STATE AND IDEOLOGY: NATIONALISM IN BRAZIL, 1930-1945	RICHARD FAGEN	FORD FOUNDATION
LAYMERT GARCIA DOS SANTOS	M	1973	1975	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	LES RAPPORTS ENTRE TELE-DISTRIBUTION ET TELEINFORMATIQUE BILAN DE	GERARD METAYER	AUSENTE

						L'EVOLUTION DU PROBLEME DANS LE MONDE DES DEES ET REALISATIONS.		
MARIA CARMELA BUONFIGLIO	M	1973	1975	ITÁLIA	UNIVERSITÀ DEGLI STUDI ROMA TRE	SVILUPPO CAPITALISTICO E MERCATO DEL LAVORO: PROPOSTA PER UNA TIPOLOGIA	ADRIANO VAROTTI	MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI
MARIA REGINA SOARES DE LIMA	M	1973	1976	ESTADOS UNIDOS	VANDERBILT UNIVERSITY	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UM MODELOS DE ANÁLISE	JOHN DORSEY JR.	AUSENTE
MARIA SUSANA ARROSA SOARES	D	1973	1983	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	OS INTELLECTUAIS E A CRISE IDEOLÓGICA DOS ANOS 20 NO BRASIL	CARLOS MORENO	CAPES
RENATO JOSE PINTO ORTIZ	D	1973	1975	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	'LA MORT BLANCHE DU SACIEN NOCI	ROGER BASTIDE	AUSENTE
SIMÃO DAVI SILBER	D	1973	1977	ESTADOS UNIDOS	YALE UNIVERSITY	THE EXPORT PERFORMANCE AT THE FIRM LEVEL - THE BRAZILIAN CASE	CARLOS FREDERICO DIAZ ALEJANDRO	AUSENTE
VALBURGA SCHMIEDT STRECK	M	1973	1975	ESTADOS UNIDOS	PRINCETON UNIVERSITY	A CONCEPÇÃO DE MORTE PARA OS ADOLESCENTES	PROF DR. HERBERT ANDERSON	ÖKUMENISCHES STUDIENWERK
ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO	D	1974	1978	GRÁ-BRETANHA	KING'S COLLEGE LONDON	SOCIOLOGICAL ASPECTS OF FOLHETOS LITERATURE IN NORTHEAST BRAZIL	EDMUND LEACH	BRITISH COUNCIL
ANTONIO AUGUSTO PEREIRA PRATES	M	1974	1976	ESTADOS UNIDOS	NEW YORK UNIVERSITY	ORGANIZATIONAL GROWTH: BUREAUCRATIZATION AND CENTRALIZATION OF AUTHORITY - A CASE STUDY	CHARLES PERROW	FORD FOUNDATION
CLARICE NOVAES DA MOTA	M	1974	1977	ESTADOS UNIDOS	NEW SCHOOL FOR SOCIAL RESEARCH	SEM TESE	SEM TESE	AUSENTE
DILMA DE MELO SILVA	M	1974	1978	SUÉCIA	UPPSALA UNIVERSITET	A SOCIOLOGIA CLÁSSICA E O TERCEIRO MUNDO	ULF HIMMELSTRAND	AUSENTE
EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES	D	1974	1976	FRANÇA	UNIVERSITE DE TOURS (UNIVERSITE FRANCOIS RABELAIS)	UNE ÉPISTÉMOLOGIE DES SCIENCES DE L'HOMME - ASPECTS DE LA CONTRIBUTION DE J. PIAGET	JEAN DUVIGNAUD	GOVERNO FRANCÊS
ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO	D	1974	1982	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	LE PROCESSUS DE DECOLONIZATION AU MOZAMBIQUE	JACQUES VERNANT	AUSENTE
LUCILA SCAVONE	M	1974	1976	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	"LA PARTICIPATION POLITIQUE DES FEMMES AU BRÉSIL: UNE MOBILISATION CONSERVATRICE"	CHRISTIAN GROS	AUSENTE
MARIA ANGELICA BRASIL GONCALVES MADEIRA	M	1974	1976	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	FACE À MÁSCARA: SOBRE CARA DE BRONZE	JEAN CLAUDE COQUET	GOVERNO FRANCÊS
PAULO JOSE DUVAL DA SILVA KRISCHKE	M	1974	1977	CANADÁ	YORK UNIVERSITY	NATIONALISM AND THE CATHOLIC CHURCH IN BRAZIL, 1930-1945	LIISA NORTH	YORK UNIVERSITY
RENATO PAULO SAUL	D	1974	1983	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	PROPIEDAD, TRABAJO Y LIBERALISMO EN UNA SOCIEDAD ESCLAVISTA MODERNA (BRASIL SIGLO XIX)	SEVERO DE ALBUQUERQUE E SALLES	ÖKUMENISCHES STUDIENWERK
SADI DAL ROSSO	M	1974	1976	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF TEXAS	THE DEMOGRAPHIC TRANSITION AND THE CASE OF BRAZIL	HARLEY L BROWNING	FORD FOUNDATION
SERGIO MICELI PESSÔA DE BARROS	D	1974	1978	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	LES INTELLECTUELS ET LE POUVOIR AU BRÉSIL (1920-1945)	PIERRE BOURDIEU	AUSENTE
ANA MARIA KIRSCHNER	M	1975	1977	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	ÉTAT ET CLASSES SOCIALES AU BRÉSIL : 1937 - 1945	PROF THOMAS	AUSENTE
CLARISSA ECKERT BAETA NEVES	D	1975	1979	ALEMANHA	UNIVERSITY OF MÜNSTER	DIE POST-GRADUIERUNG IM BRASILIENISCHEN HOCHSCHULWESEN. ENTWICKLUNG UND ERGEBNISSE. 1965-1975	ACHIM SCHRADER	CAPES
EDGARD AFONSO MALAGODI	M	1975	1977	ALEMANHA	FREIE UNIVERSITÄT BERLIN	APRESENTAÇÃO E CRÍTICA DA "ANTROPOLOGIA DIALETICA" DE DARCY RIBEIRO	WOLFGANG FRITZ HAUG	FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT
LUCIO DE BRITO CASTELO BRANCO	M	1975	1977	ALEMANHA	UNIVERSITÄT ERLANGEN-NÜRNBERG	A	HANNS-ALBERT STEGER	AUSENTE
MANUEL DOMINGOS NETO	M	1975	1976	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	PRÉSENCE MILITAIRE FRANÇAISE AU BRÉSIL (1889-1920)	FREDÉRIC MAURO	AUSENTE
NELSON DO VALLE SILVA	D	1975	1978	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF MICHIGAN	BLACK-WHITE INCOME DIFFERENTIALS: BRAZIL 1960	WILLIAM M MASON	AUSENTE
ROBERTO JOSÉ MOREIRA	M	1975	1976	ESTADOS UNIDOS	CORNELL UNIVERSITY	NÃO SE APLICA PARA MA	TOM DAVIS	CAPES
ROBERTO JOSÉ MOREIRA	D	1975	1978	ESTADOS UNIDOS	CORNELL UNIVERSITY	THE ACCUMULATION OF CAPITAL AND THE SUBSISTENCE AGRICULTURE IN BRAZIL SINCE 1889.	TOM DAVIS	FORD FOUNDATION
RUTHY NADIA LANIADO	M	1975	1977	GRÁ-BRETANHA	UNIVERSITY OF ESSEX	AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN STATE AFTER 1964	ERNESTO LACLAU	CAPES
TAMARA BENAKOUCHE	M	1975	1977	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	LE PROCESSES D'URBANIZATION AU NORD-EST DU BRÉSIL.	MICHEL ROCHEFORT	CENTRE INTERNATIONAL DES ESTUDIANTS

								ET STAGIAIRES
VALBURGA SCHMIEDT STRECK	M	1975	1977	ESTADOS UNIDOS	RIDER UNIVERSITY	A PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE E A PERCEÇÃO DOS PAIS DESTES SOBRE A SEXUALIDADE: UM ESTUDO COMPARATIVO	PROF DR. JESSE DEESCH	RIDER UNIVERSITY
AÉCIO MARCOS DE MEDEIROS GOMES DE MATOS	D	1976	1980	FRANÇA	PARIS 9 - DAUPHINE	LES PETITES ET MOYNNES ENTREPRISES DU NORD-EST DU BRÉSIL; ETUDE DIALECTIQUE DES CONDUITES	MAX PAGÈS	AUSENTE
ANGELA MARIA DE RANDOLPHO PAIVA	M	1976	1978	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSIDADE DE CONNECTICUT	BILINGUISMO E EDUCAÇÃO: O CASO DE PORTO RICO	JOHN LEACH	FUNDAÇÃO GULBENKIAN
ANTONIO DAVID CATTANI	M	1976	1977	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	ASPECTS DE LA STRUCTURE PRODUCTIVE AU BRESIL	PEDRO CALIL PADIS	AUSENTE
ARGELINA CHEIBUB FIGUEIREDO	D	1976	1987	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF CHICAGO	POLITICAL COALITIONS IN BRAZIL 1961 - 1964: DEMOCRATIC ALTERNATIVES TO THE POLITICAL CRISIS	ADAM PRZE WORSKI	AUSENTE
BILA SORJ	D	1976	1979	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF MANCHESTER	THE FORMATION OF IDEOLOGY AMONGST BRAZILIAN STEALWORKERS	BRYAN ROBERTS	CNPQ
CATERINA KOLTAI	M	1976	1977	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	REFLÉXIONS SUR LES RELATIONS ENTRE L'ÉTAT ET L'ALPHABÉTISATION D'ADULTES À PARTIR DE DEUX ÉXPÉRIENCES BRÉSILIANES: 1962/4 E 1967/77	M PAUL HUGON	AUSENTE
DIMAS FLORIANI	M	1976	1978	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	LES RELATIONS ENTRE L'ÉTAT ET LES CLASSES SOCIALES DANS UN PROCÈS DE DÉPENDANCE: LE CAS DU BRÉSIL(1930-64)	FRÉDÉRIC DEBUYST	AUSENTE
LAURA DA VEIGA	D	1976	1981	ESTADOS UNIDOS	STANFORD UNIVERSITY	THE BRAZILIAN UNIVERSITY REFORM: THE UNIVERSITY AND THE QUESTION OF HEGEMONY (1965-1968)	HENRY M. LEVIN	CNPQ
MANUEL DOMINGOS NETO	D	1976	1979	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	L'INFLUENCE ETRANGÈRE SUR LA MODERNIZATION DE L'ARMÉE BRÉSILIANNE	FRÉDÉRIC MAURO	AUSENTE
MARIA ANGELICA BRASIL GONCALVES MADEIRA	D	1976	1979	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	ENSAIO SOBRE OS CONTOS MARAVILHOSOS	MARC SORIANO	CAPES
MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA	M	1976	1978	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	LES FORMES D EXPLOITATION DU TRAVAIL DANS L AGRICULTURE	YVES GOUSSAULT	AUSENTE
MARIA REGINA SOARES DE LIMA	D	1976	1986	ESTADOS UNIDOS	VANDERBILT UNIVERSITY	THE POLITICAL ECONOMY OF BRAZILIAN FOREIGN POLICY: NUCLEAR ENERGY, TRADE AND ITAIPU	JOHN DORSEY JR.	AUSENTE
MAURO DE MELLO LEONEL JÚNIOR	M	1976	1977	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	O ESTADO BRASILEIRO 1964/1974	SÉRGIO CARJAVILLE E MICHEL BEAUD	AUSENTE
NADYA ARAUJO GUIMARÃES	D	1976	1983	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	EJÉRCITO DE RESERVA: SU ESPECIFICIDAD Y COMPORTAMIENTO POLÍTICO EN EL DESARROLLO DEL CAPITALISMO EN BRASIL	RUY MAURO MARINI	CNPQ
PAULO HENRIQUE OZORIO COELHO	M	1976	1978	FRANÇA	UNIVERSITE DE GRENOBLE II	DESENVOLVIMENTO URBANO: A EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE	MICHEL LACROIX	INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPPEMENT
RAIMUNDO NONATO SANTOS	M	1976	1978	MÉXICO	FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES	DEL AARTESANO AL TRABAJO FABRIL EN COSTA RICA	PABLO CONZALEZ CASANOVA	FLACSO
SADI DAL ROSSO	D	1976	1978	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF TEXAS	THE GROWTH OF CAPITALISM AND THE TRANSFORMATION OF THE LABOUR FORCE IN BRAZIL	HARLEY L BROWNING	FORD FOUNDATION
SAMUEL MARIA DE AMORIM E SÁ	M	1976	1976	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF FLORIDA	NON-THESIS PROGRAM	CHARLES WAGLEY	AUSENTE
SAMUEL MARIA DE AMORIM E SÁ	D	1976	1980	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF FLORIDA	CULTURAL ADAPTATION AND BARRIERS AMONG BRAZILIAN GRADUATE STUDENTY	CHARLES WAGLEY	CAPES
SERGIO DE AZEVEDO	D	1976	1983	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	LA POLITIQUE DU LOGEMENT POPULAIRE AU BRESIL: 1964-80	JEAN REMY	CNPQ
SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES	M	1976	1978	ESTADOS UNIDOS	CALIFORNIA STATE UNIVERSITY	THE STATE IN DEPENDENT SOCIAL STRUCTURES	ROBERT DUNN	FULBRIGHT
ZANDER SOARES DE NAVARRO	D	1976	1981	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF SUSSEX	"CAPITALISM AND AGRICULTURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL: THE CASE OF SOUTHEAST BAHIA"	PETER LLOYD	CAPES
ANA ALICE ALCANTARA COSTA	M	1977	1981	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	AVANCES Y DEFINICIONES DEL MOVIMIENTO FEMENISTA EN BRASIL.	ITZIAR LOZANO	AUSENTE
ANTONIO DAVID CATTANI	D	1977	1980	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	CAPITALISME ET UNITES DE PRODUCTION SECONDAIRES	PIERRE DUHARCOURT	CAPES

CECILIA MARIA BACELLAR SARDENBERG	M	1977	1981	ESTADOS UNIDOS	BOSTON UNIVERSITY	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	ANTHONY LEEDS	CAPES
DANILO NOLASCO CORTES MARINHO	M	1977	1979	ESTADOS UNIDOS	MISSISSIPPI STATE UNIVERSITY	THE ROLE OF THE DIFFUSION OF MODERN AGRICULTURAL TECHNOLOGY AND PRACTICES IN LESS DEVELOPED COUNTRIES	JOHN VD. SAUNDERS	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EDILA ARNAUD FERREIRA MOURA	M	1977	1979	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF TOLEDO, OHIO	THEORETICAL AND METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS ON THE STUDY OF FERTILITY IN BRAZIL	ELIAS NIGEM	UNIVERSITY OF TOLEDO, OHIO
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO	M	1977	1978	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	INDÚSTRIAS EM BELÉM E MANAUS	HENRI DESROCHE	AUSENTE
ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA	D	1977	1980	FRANÇA	FOUNDATION NATIONALE DES SCIENCES POLITIQUES	LA PARTICIPATION POLITIQUE DES MILITAIRES AU BRÉSIL (1945-1964)	ALAIN ROUQUIÉ	CAPES
JOÃO GABRIEL LIMA CRUZ TEIXEIRA	D	1977	1984	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF SUSSEX	THE METAL WORKERS OF SALVADOR, BAHIA, BRAZI: A STUDY ON WORKERS' IDEOLOGY	EMANUEL DE KADT	CAPES
JOSE FRANCISCO SOARES	D	1977	1981	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON	SOME RESTRICTED RANDOMIZATION RULES WITH APPLICATIONS TO THE DESIGN OF CLINICAL TRIALS	CHIENG FU WU	CNPQ
LAYMERT GARCIA DOS SANTOS	D	1977	1980	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	LES DEREGLEMENTS DE LA RATIONALITE.	ARMAND MATTELART	CNPQ
LUCILA SCAVONE	D	1977	1980	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	FEMME, EGLISE ET SOCIÉTÉ: LE CAS DU BRÉSIL	AUBERT RABENORO	AUSENTE
LUCIO DE BRITO CASTELO BRANCO	D	1977	1981	ALEMANHA	UNIVERSITÄT ERLANGEN-NÜRNBERG	ESTADO, ESPAÇO E PODER NO BRASIL: ORIGEM E ESTRUTURA DA IDEOLOGIA DE ESTADO E GRANDE POTÊNCIA: DE JOSÉ BONIFÁCIO A GOLBERY COUTA E SILVA	HANNS-ALBERT STEGER	ÖKUMENISCHES STUDIENWERK
MARCEL BURSZTYN	M	1977	1978	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	REGIONS ET SOUS-DÉVELOPPEMENT AU NPREDEST BRÉSILIEEN	MICHEL ROCHEFORT	AUSENTE
MARIA SUELY KOFES	D	1977	1979	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	DIFRRENCE ET IDENTITÉ	MAURICE GODELIER	CNPQ
PAULO HENRIQUE NOVAES MARTINS DE ALBUQUERQUE	M	1977	1979	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	ESTADO, CAPITALISMO E ESTRUTURA DE PODER NO BRAISL ATÉ 1930: O CASO DE PERNAMBUCO.	YVES GOUSSAULT	AUSENTE
PAULO HENRIQUE NOVAES MARTINS DE ALBUQUERQUE	D	1977	1980	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	ESTADO E QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO CASO DO NORDESTE AÇUCAREIRO.	IVES GAUSSAULT	CENTRE INTERNATIONAL DES ESTUDIANTS ET STAGIAIRES
PAULO HENRIQUE OZORIO COELHO	D	1977	1980	FRANÇA	UNIVERSITE DE GRENOBLE II	A CRIAÇÃO DE BELO HORIZONTE	JACQUES LACROIX	INSTITUT DE RECHERCHE POUR LE DÉVELOPEMENT
RUTHY NADIA LANIADO	D	1977	1985	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF ESSEX	THE FORMATION OF THE BRAZILIAN AUTHORITARIAN STATE IN RELATION TO LOCAL SOCIETY: THE CASE OF BAHIA (1960-74)	BOB JESSOP	CAPES
ALUISIO ALMEIDA SCHUMACHER	M	1978	1979	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	DES LATIFUNDIA D'ÉLEVAGE AUX ENTREPRISES CAPITALISTES DANS L'AGRICULTURE DU RIO GRANDE DO SUL	JACQUES CHONCHOL	CENTRE RÉGIONAL DES OEUVRÉS UNIVERSITAIRES ET SCOLAIRES DE PARIS
ELEONORA BEZERRA DE MELO TINOCO	M	1978	1981	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	FORCE DE TRAVAIL DES FEMMES DANS L'INDUSTRIE TEXTILE; LE CAS DU RIO GRANDE DO NORTE	KIVELLY VERNIER	AUSENTE
ERLY EUZÉBIO DOS ANJOS	D	1978	1980	ESTADOS UNIDOS	OHIO STATE UNIVERSITY	INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA NA SOCIOLOGIA (RURAL) BRASILEIRA	WILLIAM B FLYNN	AUSENTE
JOSÉ MARIO ANGELI	M	1978	1979	ITÁLIA	PONTIFICIA UNIVERSITA SAN TOMMASO DI AQUINO	A CONCEPÇÃO DE HOMEM EM MARX	RODOLFO GARCIA	AUSENTE
MARCEL BURSZTYN	D	1978	1982	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	AUTORITARISME ET LÉGITIMATION: RAPPORTS POUVOIE LOCAL - POIVOIR CENTRAL DANS LES NORDEST BRÉSILIEEN	PIERRE SALAMA	CNPQ
MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA	D	1978	1980	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	LÉTAT ET LES FORMES DÉXPLOITATION DU TRAVAIL DANS L'AGRICULTURE. LÉXEMPLE DÁLTINÓPOLIS	YVES GOUSSAULT	CAPES
MARIA CANDIDA DRUMOND MENDES BARROS	M	1978	1982	MÉXICO	FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES	POLÍTICA DE LENGUAJE EN BRASIL COLONIAL (1545-1759)	HECTOR MUÑOZ	OEА
MARIA REGINA NABUCO BRANDÃO	D	1978	1982	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF MANCHESTER	XXXX	XXX	CAPES

MARIA STELA GROSSI PORTO	M	1978	1979	CANADÁ	UNIVERSITÉ DE MONTREAL	MARCHE IMFORMEL DE TRAVAIL ET ACCUMULATION DE CAPITAL APPROCHI THEORIQUE E ANALYSE DUCAS BRESILIAN	MOHAMED SFIA	AUSENTE
MARIA SUSANA VASCONCELOS JIMENEZ	D	1978	1982	ESTADOS UNIDOS	ALLIANT INTERNATIONAL UNIVERSITY	HISTORY OF THE ALTERNATIVE SCHOOL MOVEMENT	ROBERT LAMBERT BAKER	CNPQ
MAURO DE MELLO LEONEL JÚNIOR	D	1978	1981	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	TEORIAS DO ESTADO E DA DEMOCRACIA	SÉRGIO CARJAVILLE E MICHEL BEAUD	AUSENTE
PAULO HENRIQUE FREIRE VIEIRA	D	1978	1983	ALEMANHA	LUDWIG MAXIMILLIAN UNIVERSITÄT	SYSTEMFORSCHUNG UND POLITISCHE THEORIE. ZUR ANWENDBARKEIT DER SYSTEMFORSCHUNG IN DER MODERNEN POLITISCHEN THEORIE	PETER CHRISTIAN LUDZ	AUSENTE
PAULO JOSE DUVAL DA SILVA KRISCHKE	D	1978	1983	CANADÁ	YORK UNIVERSITY	POPULISM AND THE CATHOLIC CHURCH. THE CRISIS OF DEMOCRACY IN BRAZIL, 1964	STEPHEN HELLMAN	YORK UNIVERSITY
RAIMUNDO NONATO SANTOS	D	1978	1984	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	POLÍTICA Y PARTIDKO EN BRASIL. LOS REFLEJOS DEL XX CONGRESO DEL PCUS EN EL PCB	SEVERO DE ALBUQUERQU E SALLES	AUSENTE
SÔNIA MARIA KARAM GUIMARÃES	D	1978	1986	GRÃ-BRETANHA	LONDON SCHOOL OF ECONOMICS	IDEOLOGY AND SOCIAL TRANSFORMATION: AN ANALYSIS OF THE PUBLIC SPEECHS OF GETULIO VARGAS (1950-1954)	IAN ROXBOROUGH	CAPES
VERA ALICE CARDOSO DA SILVA	M	1978	1980	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF ILLINOIS - SYSTEM	TÍTULO OBTIDO POR CRÉDITOS.	JOSEPH L LOVE	CAPES
VERA ALICE CARDOSO DA SILVA	D	1978	1984	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF ILLINOIS - SYSTEM	FOREIGN POLICY AND NATIONAL DEVELOPMENT: THE BRAZILIAN EXPERIMENT UNDER VARGAS: 1951-1954	JOSEPH L LOVE	CAPES
ADELITA NETO CARLEIAL	M	1979	1987	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	EL ESTADO-PATRON: UN ESTUDIO DE CASO LA FUERZA DE TRABAJO ESTATAL EN CEARA (BRASIL) 1980/86	SEVERO DE ALBUQUERQU E SALLES	AUSENTE
ANDREAS HOFBAUER	D	1979	1986	AUSTRIA	UNIVERSIDADE DE VIENA	VOM QUILOMBO ZUM QUILOMBISMO - EIN BEITRAG ZUR POLITISCHEN ANTHROPOLOGIE	PROF DR. KARL WERNHART	AUSENTE
ANETE BRITO LEAL IVO	M	1979	1980	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	RAPPORT ENTRE L'ETAT ET LA SOCIÉTÉ RURALE (CRÉDITOS DOUTORADO)	JACQUES CHONCHOL	CAPES
ANGELA MARIA TUDE DE SOUZA	M	1979	1980	FRANÇA	PARIS 12 - VAL DE MARNE	L'URBANISATION DES FRONTS PIONNERS: LE CAS BRESILIEU DU TOCANTINS ET ARAGUAIA	H. LAMICQ	AUSENTE
ARSENIO OSWALDO SEVÁ FILHO	D	1979	1982	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	SUR LES DERNIERS ESPACES OÙ LE CAPITALISME AVANCE - ÉTUDES GÉOGRAPHIQUES ET POLITIQUES DES INVESTISSEMENTS EN HYDROÉLECTRICITÉ ET EN MÉTALLURGIE, EXEMPLES PRIS EN AFRIQUE DU SUD ET DE L'OUEST, EN EUROPE DU SUD, AUX ANTILLES, AUX GUYANES ET EN AMAZONIE	MICHEL ROCHEFORT	CAPES
ARY CESAR MINELLA	D	1979	1986	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	LOS BANQUEROS Y SU ORGANIZACIÓN DE CLASE EN BRASIL	JOHN SAXE-FERNANDEZ	CAPES
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO	D	1979	1983	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	DÉVELOPPEMENT ET CONDITION OUVRIÈRE. ÉTUDE SUR UNE VILLE AMAZONIENNE: BELEM.	HENRII DESROCHE	AUSENTE
EDUARDO PAES MACHADO	M	1979	1981	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	AGRICULTURE ET SOCIETE AU NORD-EST DU BRESIL	MICHEL ROCHEFORT	AUSENTE
ISMAEL DE ANDRADE PORDEUS JÚNIOR	M	1979	1980	FRANÇA	UNIVERSITE DE TOURS (UNIVERSITE FRANCOIS RABELAIS)	L'INDIEN DANS L'UMBANDA AU NORT-ESTE DU BRÉSIL	JEAN DUVIGNAUD	AUSENTE
JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA	M	1979	1980	FRANÇA	PARIS 3 - SORBONNE NOUVELLE	L'AGRO EXPORTACION ET LA DIVISION SOCIAL DU TRAVAIL AU BRESIL: L'INDUSTRIE ET LA GENESE DE LA DEPENDANCE ECONOMIQUE DE BAHIA (1830 - 1930)	FRÉDÉRIC MAURO	CNPQ
JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA	D	1979	1985	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	LE BRESIL DANS LE DEVELOPPEMENT INEGAL DU CAPITALISME: LE CAS DE BAHIA	PIERRE FOUGEYROLL AS	CNPQ
JOSEFA SALETE BARBOSA CAVALCANTI	D	1979	1982	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF MANCHESTER	THE MAKING OF PEASANT SURVIVAL. CONTINUITY AND CHANGE IN RURAL NORTHEAST BRAZIL. THE BREJO PARAIBANO CASE	BRYAN ROBERTS	CAPES
LOURDES MARIA BANDEIRA	D	1979	1984	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	FORCE DE TRAVAIL ET SCOLARITÉ; LE CAS DU NORD-EST BRÉSILIEU (1975-1979)	VIVIANE ISAMBERT JAMATI	AUSENTE
MARIA CELIA PINHEIRO MACHADO PAOLI	D	1979	1987	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF LONDON	LABOUR, LAW AND THE STATE IN BRAZIL, 1930-1950	ERIC J HOBSBAWM	BRITISH COUNCIL
NORMA MISSAE TAKEUTI	M	1979	1981	FRANÇA	PARIS 9 - DAUPHINE	LES FONDEMENTS PSYCHOSOCIOLOGIQUES DU	MAX PAGÈS	GOVERNO FRANCÉS

						CONFORMISME CHEZ LES CADRES BRÉSILIENS		
ANGELA MARIA TUDE DE SOUZA	D	1980	1983	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	SALARISATION ET MODES DE SOCIALISATION: RECHERCHE SUR LA MISE-AU-TRAVAIL. LES PRACTIQUES DE REPRODUCTION ET LE MOUVEMENT SOCIAL DANS LES CITES DUVRIERES DANS LE NORD DU BRÉSIL	MICHEL LOWY	CNPQ
ANTONIO JOSÉ JUNQUEIRA BOTELHO	M	1980	1981	ESTADOS UNIDOS	CORNELL UNIVERSITY	SCIENCE AND TACHNOLOGY PLANNING IN LATIN AMERICA: AN ASSESSMENT	DAVID MAYBURY-LEWIS	CNPQ
BRASILMAR FERREIRA NUNES	D	1980	1983	FRANÇA	UNIVERSITÉ DE PICARDIE	LES RAPPORTS ENTRE LA POLITIQUE INDUSTRIELLE ET LA POLITIQUE URBAINE AU BRÉSIL. LES CAS DE RECIFE	PIERRE SALAMA	AUSENTE
CATERINE REGINENSI	D	1980	1986	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	LA MÉMOIRE DES FEMMES EN CATALOGNE NORD :ASPECTS PASSÉS ET PRÉSENTS DU TRAVAIL FÉMININ	PAUL DE GAUDEMAR	AUSENTE
DEIS ELUCY SIQUEIRA	D	1980	1984	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	DESARROLLO DEL CAPITALISMO EN EL AGRO Y DIFERENCIACIÓN DE LA PEQUEÑA PRODUCCIÓN: LOS AGRICULTORES FAMILIARES MODERNOS EN SÃO PAULO	SÉRGIO DE LA PEÑA TREVIÑO	CNPQ
DEOLINDA MARIA DE SOUSA RAMALHO	D	1980	1983	ESTADOS UNIDOS	MISSISSIPPI STATE UNIVERSITY	SEX DIFFERENTIALS IN THE COMPONENTS OF OCCUPATIONAL AND INDUSTRIAL STRUCTURES OF MISSISSIPPI AND UNITED STATES 1950-1970.	MOHAMED EL-ATTAR	AUSENTE
GIAN MARIO GIULIANI	D	1980	1984	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	LA GRANDE PROPRIETE FONCIERE DANS UN ESTAT DU NORDESTE DU BRÉSIL: LA PARAIBA	MICHEL GERVAIS	CNPQ
LINDA MARIA DE PONTES GONDIM	D	1980	1986	ESTADOS UNIDOS	CORNELL UNIVERSITY	PLANNERS IN THE FACE OF POWER: THE CASE OF THE METROPOLITAN REGION OF RIO DE JANEIRO	JOHN FORESTER	CAPEs
MARIA CARMELA BUONFIGLIO	D	1980	1984	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	CRISIS, INNOVACIONES TECNOLÓGICAS Y PROCESODE TRABAJO. MICROELECTRÓNICA Y TERCER MUNDO: EL CASO BRASILEÑO	JOSÉ MARIA CALDERÓN	CAPEs
MARIA STELA GROSSI PORTO	D	1980	1987	CANADÁ	UNIVERSITÉ DE MONTREAL	CAPITALISME ET PETITE PRODUCTION FAMILIALE AU BRÉSIL: PERMANENCE ET TRANSFORMATION	MOHAMED SFIA	AUSENTE
ANA ALICE ALCANTARA COSTA	D	1981	1996	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	LA MUJER EN EL PODER LOCAL EN BAHIA/BRASIL: LA IMBRICACIÓN DE LO PUBLICO Y LO PRIVADO	SEVERO DE ALBUQUERQUE SALLES	CAPEs
CARLOS BENEDITO DE CAMPOS MARTINS	D	1981	1986	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	LE NOUVEL ENSEIGNMENT SUPERIEUR PRIVÉ AU BRÉSIL	VIVIANE ISAMBERT JAMATI	CAPEs
CLARICE NOVAES DA MOTA	D	1981	1986	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF TEXAS	AS JUREMA TOLD US: KARIRI-SHOKO AND SHOKO MODE OF UTILIZATION OF MEDICINAL PLANTS IN THE CONTEXT OF MODERN NORTHEAST BRAZIL	JAMES EARL BROW	CNPQ
DEBORAH DE MAGALHÃES LIMA	M	1981	1982	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF CAMBRIDGE	THE DEBT-BONDAGE SYSTEM OF AVIAMENTO IN AMAZONIA	STEPHEN HUGH-JONES	CNPQ
ELIANA MARIA DE MELO SOUZA	D	1981	1986	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	MOUVEMENT INTERSYNDICAL À SÃO PAULO. UNITÉ ET DIVERSITÉ (1956-1961)	DANIEL PECAUT	CNPQ
JOÃO BOSCO FEITOSA DOS SANTOS	M	1981	1982	FRANÇA	UNIVERSITÉ MONTPELLIER 2 - SCIENCES ET TECHNIQUES	UNE ALTERNATIVE TECHNOLOGIQUE POUR LE PETIT PRODUCTEUR DE L'ETAT DU CEARÁ AU BRÉSIL - PROJET MORADA NOVA	ROBERT BADUIN	AUSENTE
NORMA MISSAE TAKEUTI	D	1981	1985	FRANÇA	PARIS 9 - DAUPHINE	CONFLITOS DE IDENTIFICAÇÃO CULTURAL DOS ESTUDANTES BRASILEIROS NA FRANÇA - ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO MÍTICA DA CULTURA FRANCESA NO MEIO INTELCTUAL BRASILEIRO	JACQUELINE PALMADE	GOVERNO FRANCÊS
PAULO ORTIZ ROCHA DE ARAGÃO	D	1981	1985	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF MARYLAND	THE LABOR PROCESS, TECHNOLOGICAL DEPENDENCE, AND CHANGE IN THE COMPOSITION OF THE BRAZILIAN LABOR FORCE, 1960-75	REEVE DOERING VANNEMAN	CNPQ
ANA MARIA FERNANDES	D	1982	1987	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF OXFORD	THE SCIENTIFIC COMMUNITY AND THE STATE IN BRAZIL (THE BRAZILIAN SOCIETY FOR THE ADVANCEMENT OF SCIENCE , 1948-1980)	HERMINIO MARTINS	CAPEs
ANTONIO JOSÉ JUNQUEIRA BOTELHO	M	1982	1983	FRANÇA	PARIS 4 - SORBONNE IV	LES SCIENTIFIQES ET LE POUVOIR AU BRÉSIL: LE CAS DE LA SOCIÉTÉ BRÉSILIENNE POUR LE PROGRÈS DE LA SCIENCE, 1948-1980	JEAN-JACQUES SALOMON	CNPQ
ANTONIO SÉRGIO ALFREDO GUIMARÃES	D	1982	1988	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF WISCONSIN-MADISON	FACTORY RÉGIME AND CLASS FORMATION: THE PETROCHEMICALS WORKERS IN BAHIA, BRAZIL	ROBERTO FRANZOSI	ROCKFELLER FOUNDATION

IGNÁCIO NEUTZLING	D	1982	1985	ITÁLIA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE GREGORIANA DE ROMA	O REINO DE DEUS E OS POBRES. AS IMPLICAÇÕES ÉTICO-TEOLÓGICAS PARA O AGIR CRISTÃO	SERGIO BASTIANEL	AUSENTE
JOSE CARLOS VIEIRA WANDERLEY	D	1982	1987	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF CALIFORNIA AT LOS ANGELES	PETTY COMMODITY PRODUCTION	JOHN HAWKINS	CNPQ
JOSÉ RAYMUNDO NOVAES CHIAPPIN	M	1982	1989	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF PITTSBURGH	SEM DISSERTAÇÃO	JAMES MACQUUIRE	CNPQ
JOSÉ RAYMUNDO NOVAES CHIAPPIN	D	1982	1989	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF PITTSBURGH	DUHEM'S THEORY OF SCIENCE: AN INTERPLAY BETWEEN HISTORY AND PHILOSOPHY OF SCIENCE	JAMES MACQUUIRE	CNPQ
JOSE VICENTE TAVARES DOS SANTOS	D	1982	1987	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	MATUCHOS, LE REVE DE LA TERRE (ETUDE SUR LE PROCESSUS DE COLONISATION AGRICOLE ET LES LUTTES DES PAYSANS MÉRIDIIONAUX AU BRÉSIL (1930-1984)	MARCEL JOLLIVET	CAPES
MAURO WILLIAM BARBOSA DE ALMEIDA	D	1982	1993	GRÃ-BRETANHA	UNIVERSITY OF CAMBRIDGE	RUBBER TAPPERS OF THE UPPER JURUA RIVER: THE MAKING OF A FOREST PEASANTRY	STEPHEN HUGH-JONES	CNPQ
PAOLA CAPPELLIN	D	1982	1984	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	RELATIONS AGRICULTURE - INDUSTRIE ET MARCHÉ DU TRAVAIL EN BRÉSIL. DU TRAVAIL ESCLAVE AU TRAVAIL LIBRE: LE PARA (BRÉSIL) SOUS LE RÉGIME COLONIAL ET SOUS L'EMPIRE (XVII - XIX SIECLES)	M. GERVAIS	CAPES
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN	D	1982	1985	FRANÇA	ÉCOLE DE HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES	LA QUESTION DE LA REFORME AGRAIRE AU BRÉSIL	ANTONIO BENANATI	AUSENTE
ANTONIO DA SILVA CAMARA	M	1983	1984	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	INSTITUT D'ÉTUDES POLITIQUES DE PARIS	ALAIN ROUQUIÉ	AUSENTE
EDUARDO DE VASCONCELOS RAPOSO	M	1983	1987	FRANÇA	PARIS 8 - VINCENNES	BIOTECHNOLOGIE ET AUTOSUFFISANCE ALIMENTAIRE; LE CAS DU SOJA. CANNE A SUCRE ET MANIOC AU BRÉSIL	GONZALO ARROYO	AUSENTE
ELEONORA BEZERRA DE MELO TINOCO	D	1983	1987	FRANÇA	BROWN UNIVERSITY	LABOR CONTROL IN DEPENDENT DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF THE BRAZILIAN ELECTRONICS INDUSTRY IN RIO GRANDE DO SUL	PETER EVANS	CAPES
ENNO DAGOBERTO LIEDKE FILHO	D	1983	1990	ESTADOS UNIDOS	BROWN UNIVERSITY	SOCIOLOGY AND SOCIETY IN BRASIL AND ARGENTINA (1954-1985)	PETER EVANS	CAPES
HÉCTOR RICARDO LEIS	M	1983	1984	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF NOTRE DAME	SEM DISSERTAÇÃO	SEM ORIENTADOR	UNIVERSITY OF NOTRE DAME
JORGE LUIZ BEZERRA NÓVOA	M	1983	1984	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	BAHIA DANS LE DEVELOPPEMENT INÉGAL DU CAPITALISME: GENESE HISTORIQUE DE SA SUBORDINATION VIA-À-VIS DU SUD-EST BRÉSILIEEN 1850-1950	PEIRRE FOUGEYROLL AS	CNPQ
JOSE MARCOS PINTO DA CUNHA	M	1983	1984	CHILE	CENTRO LATINO AMERICANO DE DEMOGRAFIA	ELEMENTOS DE LA REDISTRIBUCION ESPACIAL DE LA POBLACION EN EL ESTADO DE SAO PAULO, BRASIL - 1960/1980	MIGUEL VILLA	AUSENTE
LUZINETE SIMOES MINELLA	D	1983	1989	MÉXICO	UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO	EL MODO DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA Y LA FRACTURA EN LAS RELACIONES SOCIALES: ELEMENTOS TEÓRICOS PARA UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ENFERMEDAD MENTAL EN BAHIA, BRASIL	JUSSARA TEIXEIRA	CAPES
ANTONIO DA SILVA CAMARA	D	1984	1994	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	LA QUESTION DE LA RÉFORME AGRAIRE AU BRÉSIL IDEOLOGIE ET REALITÉ (15950-1980)	PIERRE FOUGEYROLL AS	AUSENTE
ISMAEL DE ANDRADE PORDEUS JÚNIOR	D	1984	1988	FRANÇA	UNIVERSITÉ LUMIÈRE LYON 2	PROMETHÉ MAL ENCHEINÉE, OU EXU LE ROI DES CARREFOUR	FRANCOIS LAPLATINE	CAPES
JOSE REGINALDO SANTOS GONCALVES	D	1984	1989	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF VIRGINIA	REDISCOVERIES OF BRAZIL: NATION AND CULTURAL HERITAGE AS NARRATIVES	RICHARD HANDLER	CNPQ
LUIZ INACIO GERMANY GAIGER	M	1984	1986	BÉLGICA	UNIVERSITÉ CATHOLIQUE DE LOUVAIN	AGENTS RELIGIEUX ET LUTTES PAYSANNES: LE MOUVEMENT DES SANS-TERRE AU SUD DU BRÉSIL	FRANÇOIS HOUTART	AUSENTE
MARIA HELENA DE MAGALHAES CASTRO	M	1984	1986	ESTADOS UNIDOS	DUKE UNIVERSITY	THE MEDIA GLOBAL INDUSTRY AND SOME IMPLICATIONS FOR THE CIRCULATION OF IDEAS	GARRY GEREFFI E ARTURO VALENZUELA	AUSENTE
MARIA SARAH DA SILVA TELLES	M	1984	1986	FRANÇA	UNIVERSITÉ DE TOULOUSE II	LES POLITTIQUES URBAINES ET L'ORGANISATION DES FAVELADOS. LE PROCESSUS D'ÉLÉCTRIFICATION DES FAVELAS À RIO DE JANEIRO.	ALAIN BOURDIN	AUSENTE
OSWALDO GIACOIA JUNIOR	D	1984	1988	ALEMANHA	FREIE UNIVERSITÄT BERLIN	VON DER KUNTMETAPHYSIK ZUR GENEALOGIE DER MORAL-WEGE STEGE DER KULTURPHILOPHIE NIETZSCHES.	REINHART KLEMENS MAURER	FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
SOLANGE DE DEUS SIMÕES	D	1984	1989	GRÃ-BRETANHA	LONDON SCHOOL OF ECONOMICS	THE POSITION OF ENGINEERS IN THE BRAZILIAN CLASS STRUCTURE AND	IAN ROXBOROUGH	AUSENTE

						THEIR POLITICAL AND INDUSTRIAL ORIENTATIONS		
ANALIA LAURA SORIA BATISTA	M	1985	1987	ARGENTINA	FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES	CONOCIMIENTO E PROCESO DE TRABAJO INDUSTRIAL : EL CASO DE UNA EMPRESA TRANSNACIONAL DE PRODUCCIÓN DE AUTOPARTES	DAVID WIÑAR	CONSEJO NACIONAL DE INVESTIGACIONES CIENTIFICAS Y TÉCNICAS
CECILIA LORETO MARIZ	D	1985	1989	ESTADOS UNIDOS	BOSTON UNIVERSITY	RELIGION AND COPING WITH POVERTY IN BRAZIL	PETER L. BERGER	CAPES
EMIL ALBERT SOBOTKA	M	1985	1986	COSTA RICA	UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE HEREDIA SEMINARIO BÍBLICO LATINOAMERICANO	PODER: DOMINAÇÃO OU SERVIÇO? UMA HERMENÊUTICA POLÍTICA DE RM 13.1-7	PABLO RICHARD	AUSENTE
ERNI JOSÉ SEIBEL	D	1985	1993	ALEMANHA	FREIE UNIVERSITÄT BERLIN	DIE POLITISCHE IDEOLOGISCHE FUNKTION DES KOOPERATIVISMUS	PROF. DR. ELMAR ALTVATER	CNPQ
GERALDO TADEU MOREIRA MONTEIRO	M	1985	1986	FRANÇA	PARIS 1 - SORBONNE	LE FRONT NATIONAL ET LE SUFFRAGE UNIVERSEL: ESSAI SUR LES PARTIS EXTRÊMES ET LEUR PLACE DANS LES RÉGIMES POLITIQUES OCCIDENTAUX	PHILIPPE BRAUD	AUSENTE
JOSE NEWTON GARCIA DE ARAUJO	D	1985	1990	FRANÇA	PARIS 7 - DIDEROT	LE QUOTIDIEN ET LE DÉSIR DE RECONNAISSANCE - LE SÉJOUR DU CHERCHEUR BRÉSILIEN EN FRANCE	MAX PAGÈS	CAPES
MANUEL ANTONIO MOLINA PALMA	M	1985	1987	COSTA RICA	INSTITUTO CENTROAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN DE EMPRESAS	NÃO HÁ DISSERTAÇÃO NO INCAE	MARC LINDENBERG	AUSENTE
MARCIO SERGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA	M	1985	1987	FRANÇA	PARIS 5 - DESCARTES	LE PHENOMENE DU TRAVESTISSEMENT, ETUDE DE CAS. LES TRAVESTIS BRESILIENS A PARIS	MM	AUSENTE
MARY GARCIA CASTRO	D	1985	1989	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF FLORIDA	FAMILY GENOER AND WORK: THE CASE OF FEMALE HEADS OF HOUSEHOLD IN BRAZIL (S. PAULO E BAHIA - 1950-1980).	CHARLES WOOD	AUSENTE
PAULO CÉSAR BORGES ALVES	D	1985	1990	GRÁ-BRETANHA	UNIVERSITY OF LIVERPOOL	MEDICAL CULTURE SYSTEM: THE SOCIAL DIMENSION OF SICKNESS	COLIN HENFREY	CNPQ
PAULO CESAR DE SOUSA BATISTA	M	1985	1987	ESTADOS UNIDOS	UNIVERSITY OF ILLINOIS - SYSTEM	EXTERNAL SHOCKS, PUBLIC SECTOR DISEQUILIBRIUM AND CROWDING-OUT IN BRAZILIAN ECONOMY(1970 - 1987)	WERNER BAER	AUSENTE
ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS JÚNIOR	M	1985	1986	FRANÇA	PARIS 10 - NANTERRE	ETUDE SOCIO-ANTHROPOLOGIQUE DES COMMUNAUTÉS DE BASE DANS LA RÉGION D'ALTAMIRA (AMAZONIE)	HENRI LAVONDÈS E PATRICK MENGET	AUSENTE
TAMARA BENAKOUCHE	D	1985	1989	FRANÇA	PARIS 12 - VAL DE MARNE	DU TELEPHONE AUX NOVELLES TECHNOLOGIES: IMPLICATIONS SOCIALES ET SPATIALES DES RESEAUX DE TELECOMMUNICATIONS AU BRESIL.	GABRIEL DUPUY	CNPQ

TABELA 29 - Cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil (1940-1985)

Ano de Fundação	Universidade/Instituto	Programa de Pós-Graduação	UF	Tipo	Região
1940-1968	USP e ELSP	Mestrado/doutorado próprios	SP	M/D	Sudeste
1965	IEPE/UFRGS	Mestrado em Sociologia Rural	RS	M	Sul
1966	PIMES/UFPE	Mestrado em Ciência Política	PE	M	Nordeste
1966	UFMG	Mestrado Economia e Sociologia	MG	M	Sudeste
1968	Museu Nacional/UFRJ	Mestrado Antropologia Social	RJ	M	Sudeste
1968	UFBA	Mestrado em Ciências Sociais	BA	M	Nordeste
1969	CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	SP	M	Sudeste
1969	IUPERJ	Mestrado em Ciência Política	RJ	M	Sudeste
1970	UnB	Mestrado em Sociologia	DF	M	Centro-Oeste
1970	UFPB/JP	Mestrado em Sociologia	PB	M	Nordeste
1971	USP	Mestrado/Doutorado Sociologia (modelo Capes)	SP	M	Sudeste
1971	USP	Doutorado em Sociologia	SP	D	Sudeste
1971	Unicamp	Mestrado em Antrop. Social/ Sociologia	SP	M	Sudeste
1972	USP	Mestrado em Antropologia	SP	M	Sudeste
1973	USP	Doutorado em Antropologia	SP	D	Sudeste
1972	UnB	Mestrado Antropologia	DF	M	Centro-Oeste
1973	PUC/SP	Mestrado em Ciências Sociais	SP	M	Sudeste
1973	USP	Mestrado em Ciência Política	SP	M	Sudeste
1974	USP	Doutorado em Ciência Política	SP	D	Sudeste
1973	IUPERJ	Mestrado em Sociologia	RJ	M	Sudeste
1973	UFRGS	Mestrado em Sociologia e Política	RS	M	Sul
1974	Unicamp	Mestrados em Ciência Política e Sociologia	SP	M	Sudeste
1976	CPDEA/UFRR	Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	RR	M	Norte
1976	UFC/CE	Mestrado em Sociologia	CE	M	Nordeste
1977	IUPERJ	Doutorado em Ciência Política	RJ	D	Sudeste
1977	UFPB/CG	Mestrado em Sociologia Rural	PB	M	Nordeste
1977	NAEA/UFPA	Mestrado em Planificação e Desenvolvimento	PA	M	Norte
1977	UFPE	Mestrado em Antropologia	PE	M	Nordeste
1979	IFCH/UFRGS	Mestrado em Antropologia, Sociologia e Política	RS	M	Sul
1979	UFRN	Mestrado em Ciências Sociais	RN	M	Nordeste
1980	UPERJ	Doutorado em Sociologia	RJ	D	Sudeste
1981	UNESP/Araraquara	Mestrado Sociologia	SP	M	Sudeste
1981	UFMG	Mestrado em Sociologia	MG	M	Sudeste
1981	UnB	Doutorado em Antropologia	DF	D	Centro-Oeste
1981	UNESP/Araraquara	Mestrado em Sociologia Urbana/Rural	SP	M	Sudeste

1982	PUC/SP	Doutorado em Ciências Sociais	SP	D	Sudeste
1982	UFPE	Mestrado em Ciência Política	PE	M	Nordeste
1984	USP	Mestrado em Antropologia Social	SP	M	Sudeste
1984	Unicamp	Mestrado em Ciência Política	SP	M	Sudeste
1984	UnB	Mestrado em Ciência Política	DF	M	Centro-Oeste
1984	UnB	Mestrado em Relações Internacionais	DF	M	Centro-Oeste
1984	UnB	Doutorado em Sociologia	DF	D	Centro-Oeste
1985	UFSC	Mestrado em Antropologia Social e Sociologia Política	SC	M	Sul
1985	Unicamp	Mestrado em Sociologia	SP	M	Sudeste
1985	Unicamp	Doutorado em Ciências Sociais	SP	D	Sudeste